

**Entre "o céu e a areia": turismo, viagens e expedições. Mapeando
discursos e práticas sobre a Mauritânia.**

Joana Lucas de Sousa

Tese de Doutoramento em Antropologia

Junho 2014

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Antropologia, realizada sob a orientação científica de Maria dos Anjos Maltez Cardeira da Silva

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

Jurí

Presidente:

Doutora Susana Trovão, Professora Catedrática do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Vogais:

Doutor Frédéric Vidal, Investigador no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Sofia Sampaio, Investigadora Auxiliar no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Amélia Frazão-Moreira, Professora Auxiliar do Departamento de Antropologia da da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutora Carla Almeida, Professora Adjunta da Escola Superior de Gestão, Hoetelaria e Turismo da Universidade do Algarve

Doutora Maria Cardeira da Silva, Professora Auxiliar do Departamento de Antropologia da da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não teria sido possível sem a generosidade e o empenho da minha orientadora, a Professora Maria Cardeira da Silva, a quem agradeço o sentido crítico, bem como estímulo ao longo destes cinco anos. Agradeço igualmente ao Professor Abdel Wedoud Ould Cheikh o qual, apesar da distância, me guiou na definição do meu objecto de estudo, e me deu sábios conselhos.

Quero agradecer igualmente o apoio concedido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) que, através da atribuição de uma Bolsa de Doutoramento ao meu projecto (SFRH/BD/46734/2008), viabilizou esta pesquisa e esta dissertação.

Na Mauritânia um agradecimento especial a Mohamedou Mohamenden Ould Meyine, que contribuiu para descoberta do caminho em direcção à “porta fácil”, e também a Amadou Sall, Mohamed Said Ould Hamody, Mohamed Mahmoud Bewba Nemoud, Ahmed Mahmoud Ould Mohamed, Isabel Fiadeiro e António Araújo.

Em Aix-en-Provence não poderia deixar de agradecer a Noël Coulet que me recebeu no apartamento “Paul-Albert Février”, para a realização da minha pesquisa nos Archives d’Outre-Mer.

Às colegas de turma: Eunice Lopes, Maria José Lobo Antunes e Filomena Batoreu, pela cumplicidade; e às colegas de sala: Inês David, Sónia Ramalho, Cristina Moreno, Rita Jerónimo e Inês Mestre, pela partilha.

Aos amigos e colegas: Raquel Carvalheira, Filipe Martins, Patrícia Pereira, José Mapril, André Pirralha, Ana Almeida, Filipe Calvão e Francisco Freire.

Agradecimentos especiais ao Michael Baumtrog, pela revisão do Inglês; à Rita Ávila pelas leituras atentas e dedicadas, e consequentes sugestões; à Lígia Afonso pela revisão cuidada, perspicaz e certa.

À minha família: Miguel Lucas, Cristina Lucas e Ângela Lucas, pelo encorajamento. Por me terem dado tempo.

E finalmente ao Nuno Mora, sem o qual nada teria sido possível: pela perseverança, pelo alento, pela criatividade e inteligência que põe em tudo aquilo que faz, pela partilha e pela cumplicidade. Por ter esperado.

Entre "o céu e a areia": turismo, viagens e expedições. Mapeando discursos e práticas sobre a Mauritânia.

Joana Lucas de Sousa

RESUMO

A situação periférica da Mauritânia na cartografia dos interesses imperiais, mas também na cartografia dos circuitos e interesses do turismo contemporâneo, foi o mote para esta dissertação. Nela se procura estruturar uma genealogia das construções discursivas sobre o país, produzidas pelo ocidente, com especial incidência para a forma como o território foi promovido turisticamente. Através de uma aproximação fundamentalmente cronológica, esta genealogia é construída num primeiro momento a partir da análise de narrativas de diversos tipos (mapeamento, conquista, viagens, etc.) que se produziram sobre a Mauritânia desde o século XV até ao século XX. O segundo momento de construção desta genealogia incide sobre a forma como a Mauritânia foi promovida turisticamente no quadro das colónias da África Ocidental Francesa. Aí se explora o seu “estatuto periférico” através da análise de guias e brochuras turísticas, mas também através da forma como o território foi exibido nas exposições coloniais realizadas na metrópole. Num terceiro momento, a ênfase é posta na forma como foi organizado o sector do turismo na Mauritânia pós-colonial, e procura-se aferir da operacionalidade da “nostalgia colonial” associada ao deserto enquanto principal atractivo turístico do país. Finalmente, e a partir de dados etnográficos e da realização de entrevistas recolhidas em Nouakchott, pretende-se reflectir sobre a actual crise no sector turístico mauritano, bem como sobre as reconfigurações sociais concomitantemente operadas por esta crise.

PALAVRAS-CHAVE: Mauritânia, Viagens, Turismo, Império Colonial francês.

ABSTRACT

The peripheral situation of Mauritania in the cartography of imperial interests, but also in the cartography of the circuits and interests of contemporary tourism, was the main guiding force for this dissertation. This dissertation seeks to structure a genealogy of the construction of discourses on the country, produced by the West, with special attention to how the territory was touristically promoted. Through an essentially chronological approach, this genealogy is constructed first, from the analysis of narratives of various types (mapping, conquest, travel, etc.) that took place on Mauritania from the fifteenth to the twentieth century. The second aspect of the construction of this genealogy focuses on how Mauritania was touristically promoted within the colonies of French West Africa. Therein we explore the country's "peripheral status" through the analysis of tourist guides and brochures, but also by how the territory was displayed in the colonial exhibitions held in the metropolis. In a third discussion, the emphasis is placed on how the tourism sector was organized in post-colonial Mauritania, and seeks to measure the operability of "colonial nostalgia" associated with the desert as the main tourist attraction of the country. Finally, and based on ethnographic data and interviews collected in Nouakchott, a reflection on the current crisis in the Mauritanian tourism sector, as well as on social reconfigurations concurrently in operation because of this crisis, is provided.

KEYWORDS: Mauritania, Travels, Tourism, French Colonial Empire

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: NARRATIVAS DE VIAGEM, MAPEAMENTO E CONQUISTA: BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO.....	24
1.1 – Das narrativas de viagem e do eurocentrismo.....	24
1.2 – As narrativas de “conquista”: as “zonas de contacto” e o “paradigma marítimo”.	28
1.3 – Das missões de “conquista” aos novos paradigmas: a invenção da ciência ao serviço do imperialismo.....	34
1.4 – Breves notas sobre a narrativa ‘sentimental’	40
1.4.1– Da narrativa ‘sentimental’ ao projecto colonial europeu	45
CAPÍTULO 2: DO PARADIGMA MARÍTIMO AO MAPEAMENTO DO TERRITÓRIO	51
2.1 – A costa ocidental saariana: de navegadores, exploradores e “conquistas”	51
2.2 – Narrativas e descrições da costa saariana: Gomes Eanes de Zurara e Alvise Cadamosto.....	55
2.3 – Do exotismo e das suas narrativas: algumas notas sobre os desafios de escrever sobre o ‘outro’	61
2.4 – Náufragos & Aventureiros. Atravessando e conhecendo os territórios entre Marrocos e o Senegal	67
2.4.1 – O tempo dos náufragos	69
2.5 – A consolidação do conhecimento sobre o Saara: as expedições de longo fôlego..	74
CAPÍTULO 3: A CONSOLIDAÇÃO DO IMPÉRIO FRANCÊS EM TERRITÓRIO MAURITANO	86
3.1 – A mudança de paradigma: da exploração do território à sua conquista	86
3.1.1 – A ‘reconstrução’ e a humanização da identidade ‘moura’	89
3.2 – A presença militarizada na Mauritânia: dos projectos coloniais e da viabilidade económica do território.....	95

3.3 – Teorias coloniais para a ocupação do território: Robert Arnaud e o Islão tornado política ‘indígena’	102
3.4 – Da economia colonial como prioridade do Império francês e do papel da Mauritânia enquanto agente comercial.....	106
CAPÍTULO 4: DA “PACIFICAÇÃO” À INDEPENDÊNCIA: AS NARRATIVAS ETNOGRÁFICAS E A AFIRMAÇÃO DE UMA LITERATURA SAARIANA.....	116
4.1 – A caminhada para a “pacificação”: discursos e práticas de conquista e ocupação.....	116
4.2 – A década de 1930: a ‘chegada’ de Odette du Puigadeau e as narrativas saarianas romanceadas	126
4.3 – A época dourada de Odette du Puigadeau e as transformações do país: do entusiasmo do colonialismo ao desencanto da descolonização	139
CAPÍTULO 5: TURISMO COLONIAL, DISPOSITIVOS IMPERIAIS E IDENTIDADE NACIONAL: REPRESENTAÇÃO E EXIBIÇÃO DA MAURITÂNIA SOB ADMINISTRAÇÃO FRANCESA	151
5.1 – O turismo enquanto dispositivo Imperial: trajectos, destinos e sentidos entre a metrópole e as colónias	151
5.1.1 – A democratização das viagens nas metrópoles europeias e o papel dos guias de viagens.....	157
5.2 - Domesticar o ‘outro’ através da linguagem: a génese do turismo colonial	163
5.3 – Os primeiros anos do século XX e as possibilidades de turismo nos territórios da África Ocidental Francesa	166
5.4 – A tecnologia ao serviço do Império Colonial: a vitória do automóvel sobre o ‘impenetrável’ deserto, a “Crosière noire” e o projecto CITRACIT.	175
5.5 – A década de 1930: entre a metrópole e as colónias	185
5.5.1 – O fim da década de 1920 na África Ocidental Francesa, e o início de uma publicação sistemática de guias de viagem.....	188
5.5.2 – Os anos 1930 e 1931: a primeira ‘idade de ouro’ turística na África Ocidental Francesa.	192

5.5.3 - A “Exposition Coloniale Internationale” de 1931 e a promoção do turismo na África Ocidental Francesa	201
5.5.4 – A segunda metade da década de 1930: do fulgor de uma actividade turística em expansão até à eclosão da II Guerra Mundial	205
5.6 – Da década de 1940 em diante: transformações e metamorfoses do turismo colonial na África Ocidental Francesa	213
CAPÍTULO 6: AS EXPOSIÇÕES COLONIAIS FRANCESAS: REPRESENTAÇÃO E EXIBIÇÃO	233
6.1 – Os estatutos da alteridade nos Impérios Coloniais: da ‘animalização’ do ‘outro’ à sua domesticação.	233
6.2 – Quando o mundo inteiro cabia em França: o Império Colonial exhibe-se e ostenta-se.....	240
6.3 – Os ‘soldados do Império’: reconfigurações na exibição e no discurso sobre o “outro” após a I Guerra Mundial.....	244
6.3.1 – Da sensualidade e do mistério dos ‘mouros’. Breves notas sobre a especificidade dos ‘mouros’ nas Exposições Coloniais.	248
6.4 - A “Exposition Nationale Coloniale de Marseille” de 1922	252
6.5 - A “Exposition Coloniale Internationale” de 1931.....	257
6.6 – O princípio do fim da era colonial: a última exposição Imperial e o que se lhe seguiu.....	263
6.7 – Iconografia colonial mauritana: os selos e os postais	267
CAPÍTULO 7: O TURISMO NA MAURITÂNIA PÓS-COLONIAL: PATRIMÓNIO, DESERTO E NOSTALGIA	272
7.1 – No país de “ciel et sable”: os <i>valores</i> e as escalas do deserto na Mauritânia....	272
7.2 – Estratégias, processos e discursos do turismo pós-colonial na Mauritânia: deserto, património e institucionalização	280
7.2.1 - A(s) escala(s) do deserto: nostalgia, comensuração e mimetismo, entre a pulsão e o afecto.	288
7.2.2 – A formalização da actividade turística na Mauritânia.....	296

7.2.3 – O “Rapport Mauritanie”	301
7.2.4 – Ralis africanos: aventura e nostalgia em território pós-colonial.....	305
7.2.5 – O “Paris-Dakar” e a mística do deserto ‘modernizado’	308
7.3 – Património e turismo na Mauritânia: processos e mecanismos com vista a uma ‘cultura consensual’	314
7.4 – Ascensão e queda da actividade turística na Mauritânia: do <i>boom</i> ao desconcerto.	326
7.5 – O turismo reconfigura-se? Sobrevivência, nichos de mercado e <i>exportações</i> . .	336
CONSIDERAÇÕES FINAIS	347
BIBLIOGRAFIA	355
LISTA DE FIGURAS	384

INTRODUÇÃO

A Mauritânia

“A Mauritânia tem duas portas” disse-me o antropólogo Amadou Sall no seu gabinete da *Université de Nouakchott* quando lhe apresentava o meu projecto de pesquisa sobre o país. “Uma porta ‘fácil’ e uma porta ‘difícil’. É preciso encontrar a porta ‘fácil’, e é esse o grande desafio”, rematara.

Sem o saber de antemão, foi esse o mote para o meu trabalho de terreno na Mauritânia que, como todos os trabalhos de campo, foi marcado por vicissitudes diversas e muitas reconfigurações. Procurar a “porta fácil” foi apenas a segunda parte do desafio, já que a primeira constituiu em repensar um projecto inicial de pesquisa que se via comprometido em virtude da periclitante situação política e social do país.

Ao assassinato de quatro franceses no sul do país em Dezembro de 2007 (que levou ao cancelamento do rali Paris-Dakar de 2008 e sua posterior transferência para a América do Sul) e ao golpe de estado militar de Agosto de 2008, aliaram-se uma série de atentados bombistas e raptos: em Janeiro de 2008 contra a Embaixada de Israel e o clube nocturno VIP em Nouakchott; em Agosto de 2009 contra a Embaixada francesa em Nouakchott; em Novembro de 2009 o rapto de três espanhóis na estrada Nouakchott-Nouadhibou; o rapto de dois italianos em Dezembro de 2009 no sul do país; e um novo atentado bombista em 2010 no sul do país. Este contexto será abordado mais detalhadamente ao longo do capítulo 7.

Não discutirei aqui as *nuances* e os contornos políticos destes acontecimentos que compreendem o alegado envolvimento da Al Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI), a política externa francesa e a política interna mauritana. Apenas referirei que, para quem, como eu, olhava para estes acontecimentos a partir de fora, o relativismo não encontrava muito espaço de manobra e o bom senso, mobilizado de forma radical, imperou face ao meu objecto inicial de pesquisa, levando-me a reconfigurá-lo face aos acontecimentos acima referidos.

Diga-se aliás que, mesmo que imprudentemente não o tivesse feito, este ter-se-ia revelado impraticável devido às consequências políticas e práticas que resultaram das ocorrências já mencionadas.

O meu projecto inicial de investigação passava por um estudo sobre o turismo na Mauritânia que, no seguimento do breve trabalho de campo que eu já havia levado a cabo no *Parc National du Banc d'Arguin* (PNBA), em 2005, 2006 e 2008¹, envolvia a realização de entrevistas a turistas na tentativa de compreender as motivações da sua viagem pelo país, bem como a escolha do PNBA para a sua estadia. A eleição, pelos turistas, do PNBA e das suas aldeias como etapa no âmbito de uma viagem (na maior parte dos casos mais alargada), revelava-se uma questão pertinente devido à recente finalização da construção da estrada de alcatrão que liga Nouakchott, a capital do país, a Nouadhibou², a segunda maior cidade mauritana, que vinha de certa forma *desviar* os fluxos de turistas da antiga pista costeira que os levava a passar pelo PNBA³.

Esta pesquisa viu-se comprometida devido a uma simples constatação: de um ano para o outro (2007-2008) o número de viagens turísticas à Mauritânia, sobretudo aquelas organizadas por operadoras turísticas, caiu drasticamente. A decisão do *Ministère des Affaires Étrangères* francês em classificar a deslocação à Mauritânia enquanto “*formellement déconseillé*” e “*déconseillé sauf raison impérative*”⁴, somada aos incidentes já relatados, principais responsáveis pela redução do fluxo turístico até então em franco crescimento, contribuiu decisivamente para o decréscimo abrupto do número de turistas no país

Foi neste contexto de alguma inquietação com as questões de segurança que eu voltei à Mauritânia em Setembro de 2010. Os amigos que viviam há alguns anos em Nouakchott asseguravam que na capital a situação estava tranquila e que apenas seria necessário tomar algumas precauções adicionais: não andar sozinha a pé pela cidade, e evitar as deslocações nocturnas.

¹ No âmbito da minha integração enquanto bolsista de investigação nos projectos “Castelos a Bombordo I: Práticas de monumentalização do passado e discursos de cooperação cultural entre Portugal e os países Árabes e Islâmicos” (POCTI/ANT/48629/2002, do Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto de Investigação Científico Tropical, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, e sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Cardeira da Silva), e “Castelos a Bombordo II: Práticas e Retóricas da Monumentalização do Passado Português, Cooperação Cultural e Turismo em Contextos Africanos” (PTDC/ANT/67235/2006, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e coordenado pela Professora Doutora Maria Cardeira da Silva).

² Sobre a recente construção da estrada de alcatrão entre Nouakchott e Nouadhibou ver os textos de Alain Antil e Armelle Choplin (2003) e Pierre Lepidi e Philippe Freund (2005).

³ Sobre os impactos da construção da estrada de alcatrão entre Nouakchott e Nouadhibou no “Parc National du Banc d'Arguin” ver o texto de Khadijetou Seneth e Benjamin Steck (2011).

⁴ <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/conseils-aux-voyageurs/conseils-par-pays/mauritanie-12291/>, consultado a 20 de Janeiro de 2014.

Os consecutivos adiamentos da minha viagem estavam a tornar-se angustiantes: era necessário partir para o terreno para aí perceber o que fazer com o meu objecto de estudo, então invalidado. Só o terreno poderia fornecer respostas às minhas constricções metodológicas, e iluminar, a partir da sua experenciação, o que C. W. Watson (1999) nomeia como “the quality of been there” (Watson, 1999).

Mas as realidades tinham de facto mudado em Nouakchott desde a minha viagem em 2008. Logo à chegada ao aeroporto, o amigo francês que me foi buscar contava que havia alterado os seus hábitos de saída nocturnos e que estava mais atento e cauteloso em relação à circulação pela cidade. No dia seguinte, ao deslocar-me ao centro de documentação do *Institut Français de Mauritanie*, fui pela primeira vez revistada à entrada tendo sido obrigada a passar, inclusivamente, por um detector de metais, inexistente aquando da minha estadia anterior.

Parecia existir uma certa inquietação, alimentada pela embaixada francesa, entre outras instituições, que desaconselhava fortemente os passeios a pé e os passeios nocturnos, mas também pela situação vivida nos países vizinhos: tinham sido recentemente raptados cinco franceses no Níger. A grande maioria dos franceses, o maior contingente de estrangeiros residentes na Mauritânia, falava recorrentemente em regressar a França, e muitos já o haviam feito nos últimos meses.

Nesta primeira estadia com vista à realização do trabalho de terreno para esta dissertação, fiquei alojada numa casa de hóspedes gerida por uma francesa, e foi a partir da observação da (inexistente) dinâmica turística nesta casa que surgiu o esboço de um novo projecto de pesquisa. A minha anfitriã, outrora gerente de vários albergues em Nouakchott, procurava agora diversificar a sua actividade económica dedicando-se à venda de artesanato e, capitalizando os seus conhecimentos de *hassaniya*⁵, servia como intermediária para pequenos negócios entre franceses e mauritanos.⁶

Foi a partir de pequenos episódios de terreno, tais como a observação do próprio local onde me encontrava alojada, que reequacionei o meu anterior tema de pesquisa e, tendo como ponto de partida a actual crise no sector do turismo que se

⁵ Dialecto do árabe falado na Mauritânia.

⁶ Um desses negócios, que tive ocasião de presenciar, tratava-se da compra de tendas tradicionais mauritanas – as *khaimas*, para posterior venda em França. Sobre a ‘exportação’ da *khaima* como símbolo do habitat “tradicional” mauritano veja-se a discussão realizada no capítulo 7 desta dissertação.

vivia (e ainda vive) na Mauritânia, considereei que seria um exercício profícuo a tentativa de traçar uma genealogia da actividade turística no país, que tivesse o seu início no período colonial e que enquadrasse a Mauritânia no contexto das colónias da África Ocidental Francesa.

Tratava-se de, recorrendo essencialmente a material de arquivo, realizar dois exercícios distintos: 1) identificar e reunir as narrativas produzidas a partir de fora sobre o actual território da Mauritânia, essencialmente durante o período pré-colonial; e 2) esboçar e identificar a génese da actividade turística na Mauritânia colonial e acompanhar essa mesma actividade até à actualidade, mapeando as suas reconfigurações bem como os discursos e as práticas a ela associadas. A tarefa revelava-se estimulante já que o material de arquivo sobre a Mauritânia enquanto destino turístico no âmbito das colónias da África Ocidental Francesa nunca havia sido trabalhado nesta perspectiva e, no entanto, como creio que aqui ficará demonstrado, trata-se de um *corpus* profícuo para questionar a actuação do colonialismo francês no território.

Ainda durante a estadia de terreno de 2010, e sem ter ainda acedido ao material de arquivo sobre a Mauritânia no contexto das colónias da África Ocidental Francesa⁷, deparei-me com uma abundante produção literária que tinha a Mauritânia como contexto geográfico principal. Aqui, e numa primeira abordagem impressionista, dei-me conta de que estas narrativas não eram um todo coerente e homogéneo e que, mesmo correspondendo na maior parte dos casos, a um ‘discurso de época’, elas apresentavam visões distintas sobre o país e as suas populações.

Tendo em conta que estas narrativas patenteiam o discurso produzido ‘a partir de fora’ sobre a Mauritânia, pareceu-me que estas podiam constituir uma importante antecâmara à análise e reflexão sobre a produção de um discurso de promoção turística, na medida em que estas ilustram a construção de uma alteridade geograficamente circunscrita. Estes discursos e estas construções serão, como veremos, utilizados pelo turismo colonial e pós-colonial que explícita e implicitamente se alimenta, em grande medida, das experiências descritas nestas narrativas.

⁷ A parte mais significativa dos arquivos coloniais franceses relativos à Mauritânia encontram-se em Aix-en-Provence (França), mais concretamente nos Archives Nationales d’Outre-Mer.

Após a definição deste meu novo objecto de estudo, menos dependente da situação política e social da Mauritânia e dos seus fluxos turísticos, iniciei uma nova etapa de pesquisa subordinada, num primeiro momento, à pesquisa bibliográfica, arquivística e documental, que seria posteriormente cruzada com uma nova estadia no terreno (Outubro a Dezembro de 2011), mais centrada na recolha de testemunhos, mais ou menos institucionais, sobre a actividade turística contemporânea na Mauritânia.

Tratava-se de encontrar a ‘porta certa’ para a realização desta pesquisa e de encontrar um ‘lugar’ que me permitisse dialogar com os interlocutores do contexto institucional do sector do turismo na Mauritânia, bem como com a dimensão informal dos agentes turísticos e os seus protagonistas.

Quem faz trabalho de campo na Mauritânia sabe como é fácil esbarrar, vezes sem conta, com a “porta difícil”, mas sabe também como tudo parece fluir quando se encontra a “porta fácil”. As dificuldades inerentes à realização de trabalho de terreno na Mauritânia passam por uma complexa burocratização do acesso a instituições como centros de documentação, arquivos e até mesmo bibliotecas, que se estendem, não raras vezes, à dificuldade de acesso a pessoas situadas na ‘esfera do poder’, por muito circunscrito que seja esse mesmo poder.

O meu terreno era agora o do sector turístico: teria de encontrar a porta “fácil” para lá entrar. Quando cheguei a Nouakchott em Outubro de 2011 tinha apenas conseguido estabelecer um contacto prévio à minha estadia via *email*, contacto esse que mais tarde se iria revelar pouco frutífero. Toda a rede que mais tarde se foi consolidando devo-a, em grande medida, a Amadou Sal, professor na *Université de Nouakchott*, que, por sua vez, me indicou o também professor universitário Mohamedou Meyine, director do *Centre d’Etudes et de Recherches sur l’Ouest Saharien*. Foi graças ao último que beneficiei dos contactos em Nouakchott que contribuíram para a consolidação desta dissertação.

Estava então encontrado parte do caminho em direcção à porta “fácil” para esta Mauritânia ‘nova’. Ao longo da minha estadia, fui-me apercebendo não só da fluidez com que eu ia construindo a minha rede de interlocutores, como também da disponibilidade com que a grande maioria destes interlocutores me acolhia, facultando não apenas o meu acesso às suas casas, às suas colecções privadas e aos seus locais de

trabalho, como também a um número considerável de instituições que, graças à sua mediação, me facultaram o acesso de forma desburocratizada.

Apesar de não ter constituído um exercício de etnografia na sua concepção mais ‘clássica’, a estadia de terreno que realizei em Nouakchott em 2011 revelou-se frutuosa em várias dimensões: a percepção da fluidez da construção de redes quando dentro do universo de uma certa elite política e cultural; a confrontação permanente com a minha identidade nacional e o passado pré-colonial mauritano⁸; e ainda a (re) aprendizagem relativa à construção de um quotidiano na cidade assente numa identidade de género, num estatuto e num fenótipo.

Metodologia

Os textos como etnografias

A pesquisa bibliográfica, documental e arquivística com vista à elaboração desta dissertação foi iniciada em 2009, mas, e tal como já foi referido, as missões de terreno que poderiam permitir a adequação do objecto de estudo ao projecto inicialmente estabelecido foram adiadas até Setembro de 2010, devido à instabilidade política que se vivia na Mauritânia.

A primeira fase da investigação foi dedicada à pesquisa bibliográfica e documental relativa a narrativas que tivessem o território da Mauritânia como etapa principal, ou que produzissem um ‘olhar’ sobre o país, e que nascessem, umas e outras, do encontro entre diferentes culturas. Este espaço social de encontro traduz-se numa “contact zone” (Pratt, 1992) recorrentemente marcada por relações assimétricas de poder e dominação, das quais o colonialismo e a conquista imperial são as mais evidentes e debatidas.

⁸ Tornou-se frequente ao referir o meu tema de pesquisa entre os meus interlocutores – a construção das genealogias do turismo e das narrativas de viagem, de descoberta e de conquista – que os mesmos insistissem que eu, enquanto portuguesa, me deveria debruçar sobre as narrativas produzidas pelos navegadores portugueses do século XV sobre a Mauritânia. Sobre esta ‘filiação’ nacional aplicada ao trabalho de terreno ver Freire (2009).

A agenda imperial traduzia-se, entre outras realizações, pela produção escrita de uma narrativa que se pautava por um delicado equilíbrio entre informação e experiência (Pratt, 1994) e que constituía, finalmente, um contributo para a construção de relações de subordinação. A literatura de viagens, enquanto parte de um projecto imperial, foi muitas vezes o ‘lugar’ onde a Europa tomou consciência de si própria (Pratt, 1994:200). A indissociabilidade das narrativas de viagem de um projecto imperial é bem sintetizada por Mary Louise Pratt:

“Travel literature played an extremely important role in the production of consciousness and the making of ideology in connection with the expansionist enterprise. Of particular interest is its role in producing what is now fashionably called alterity, the process by which certain peoples and places get constituted as an Other positioned in varying ways in respect to a normative European self, and made knowable only, or almost only, through those positionings.” (Pratt, 1994:200)

Esta primeira fase de pesquisa constituiu-se na construção de um acervo de narrativas de viagem, mapeamento e conquista, possibilitado em grande medida pela disponibilização *online* por parte da *Bibliothèque Nationale de France* de documentos integrais não sujeitos a direitos de autor⁹. Se George Marcus e Dick Cushman (1982) se debruçam, em “Ethnographies as Texts”, sobre as questões relativas à escrita etnográfica e à reflexão sobre a prática etnográfica enquanto produto da escrita, aqui proponho-me, a partir da análise dos textos resultantes das missões de mapeamento e conquista, fazer o exercício contrário: transformar estes textos em etnografias, lê-los como se os mesmos fossem o resultado deliberado de uma prática etnográfica.

Após um processo de selecção, que teve como filtro principal o contexto geográfico, estes documentos foram classificados e agrupados em três conjuntos distintos relativos ao período pré-colonial e colonial da Mauritânia: 1) narrativas relativas ao período de conquista pré-colonial e colonial, onde também se incluíram as

⁹ Mais especificamente através do portal Gallica (Bibliothèque Numérique de la Bibliothèque Nationale de France): <http://gallica.bnf.fr/>

narrativas de ‘descoberta’; 2) narrativas relativas ao período de consolidação colonial francesa; 3) narrativas relativas ao denominado período de “pacificação”¹⁰.

Este processo levou à construção de grupos de análise eminentemente subjectivos e de alguma forma artificiais, grupos entre os quais as divisões são por vezes mais fluídas do que como aqui as apresentamos. As segmentações por mim criadas tiveram em conta, regra geral, acontecimentos ou marcos históricos que contribuíram para a sua individualização, por constituírem na maior parte dos casos uma disrupção, com vista à criação de unidades de análise.

O primeiro grupo de narrativas, trabalhado ao longo do capítulo 2 – “narrativas de conquista” – diz respeito às narrativas pré-coloniais sobre a costa ocidental africana que têm no actual território da Mauritânia parte considerável da sua ‘acção’: iniciam-se com os textos de Gomes Eanes de Zurara de 1453, e terminam em 1881, alguns anos antes da ocupação efectiva do território pelas forças coloniais francesas.

O segundo grupo de narrativas, discutidas no âmbito do capítulo 3 – “narrativas de consolidação” – é relativo às narrativas que marcam o período de conquista e ocupação colonial do território da Mauritânia e que se formulam a partir de 1888, tendo em conta que a ocupação efectiva se inicia a partir de 1902. Este capítulo estende-se até 1911, data que marca a concretização da ocupação do território, apesar da existência de bolsas de resistência à colonização francesa.

O terceiro grupo de narrativas, trabalhado ao longo do capítulo 4 – narrativas de “pacificação” – compreende as narrativas produzidas entre 1912 e 1962, considerado o período de “pacificação” do território mauritano, dentro do qual há que identificar dois momentos distintos: um primeiro momento que marca o processo de “pacificação”, até 1934; e um segundo momento “pós-pacificação”, que decorre até à independência colonial do país em 1960. Neste último alarguei o período de produção do material analisado até 1962, com o objectivo de incluir a primeira obra de ‘síntese oficiosa’ da história da Mauritânia (Ould Cheikh, 2013).

¹⁰ Ao longo desta dissertação usarei, a partir de Ould Cheikh (2013), o termo pacificação entre aspas, assumindo que esta designação veicula o ponto de vista do colonialismo francês face ao território da Mauritânia.

O arquivo colonial como terreno etnográfico

Uma segunda etapa da pesquisa foi desenvolvida nos *Archives Nationales d’Outre-Mer*, localizados em Aix-en-Provence (França). Esta etapa, que decorreu entre Janeiro e Março de 2012, teve como principal objectivo a identificação, classificação e análise de material de arquivo¹¹ relativo ao território da Mauritânia enquanto parte do grupo de colónias da África Ocidental sob administração colonial francesa.

Foi a pesquisa nos *Archives Nationales d’Outre-Mer* que permitiu o estudo sobre a promoção e a divulgação da Mauritânia enquanto destino turístico no quadro das colónias da África Ocidental Francesa, através da análise de brochuras, guias de viagem, artigos de jornal, livros e panfletos, trabalho jamais efectuado até à data.

A estadia nos *Archives Nationales d’Outre-Mer* veio, no entanto, introduzir algumas questões relativamente à ‘tomada’ dos arquivos como terreno etnográfico, questões acentuadas pelo facto de o meu terreno etnográfico – a Mauritânia – se ter revelado pouco efectivo enquanto terreno antropológico ‘clássico’. Assim, a hipotética relação entre o arquivo e o terreno e, mais concretamente, entre o terreno pós-colonial e o arquivo colonial, se o tomarmos, tal como propõe Ann Laura Stoler (2009), como “the bitter aftertaste of empire” (Stoler, 2009:19), terá de ser aqui percebida como a relação do arquivo enquanto sistema de enunciados (Foucault, 1969), com um presente etnográfico que importa relacionar com esses mesmos enunciados.

Tomarei, à semelhança de Mary Des Chene (1997), os processos sociais históricos e a consciência histórica como sujeitos de pesquisa antropológica (Des Chene, 1997:67), mas partindo do pressuposto de Claude Lévi-Strauss (1966) de que a história é um (bom) ponto de partida na procura da inteligibilidade, desde que consigamos ‘sair’ dela:

“[...] it is history that serves as the point of departure in any quest for intelligibility. As we say of certain careers, history may lead to anything, provided you get out of it.” (Lévi-Strauss, 1966:262)

¹¹ Aqui incluem-se folhetos, brochuras, guias turísticos, livros, jornais e imagens.

Longe de embarcar numa “archive fever” (Derrida, 1995), considero que o arquivo se constitui enquanto lugar de ‘terreno’ válido e legítimo, e que é *constitutivo* do trabalho de terreno e não apenas complementar à realização do mesmo (Des Chene, 1997:76). Nesse sentido importa referir que os documentos analisados no âmbito desta pesquisa são examinados a partir de um ponto de vista antropológico, que é o meu ‘lugar’ enquanto autora deste texto. Poderia eu, formada em Antropologia, ‘olhar’, para o material de arquivo a partir de outra perspectiva que não a da Antropologia?

Para Kaplan (2002), Antropologia e arquivos partilham o mesmo objecto: as representações - de pessoas, culturas eventos e, em última análise, da história e da memória (Kaplan, 2002:210). Entender os arquivos como produtores de representações implica igualmente reflectir sobre o poder que lhes está subjacente, bem como sobre o papel do arquivo na produção de conhecimento.

Se o trabalho de arquivo deve ser considerado um empreendimento etnográfico, uma etnografia histórica deve começar por construir o seu próprio arquivo (Comaroff e Comaroff, 1992:34). O passado deverá informar o presente num processo de questionamento dos cânones e da legitimidade dos documentos *per se*; e os métodos utilizados para o trabalho de arquivo devem trazer-nos pistas sobre a forma através da qual os actos individuais ou colectivos relativos a um determinado período histórico se transformaram em factos sociais. Como tal, os textos que nos ‘dão’ os arquivos têm de ser enquadrados nos seus processos de produção, e é só a partir dessa relação que os podemos ‘ler’:

“[...] If texts are to be more than literary topoi, scattered shards from which we presume worlds, they have to be anchored in the processes of their production, in the orbits of connection and influence that give them life and force.” (Comaroff e Comaroff, 1992:34)

Ao longo deste texto os documentos relativos à promoção turística são percebidos como fazendo parte de uma ‘ordem colonial’ que pode ser ‘lida’ e apreendida através do registo das classificações arquivísticas que a enquadram e

identificam a partir das suas 'formas de arquivamento'¹². À semelhança de Stoler, olharei para estes arquivos mais enquanto lugares condensados de uma ansiedade política e epistemológica, do que como fontes distorcidas e tendenciosas (Stoler, 2009:20).

Os arquivos coloniais serão tratados enquanto um *corpus* de documentos que pode contribuir para o 'despertar' de alguns factos sociais sendo posteriormente convertidos em matéria de análise antropológica, perante a qual é necessário proceder com cautela (Farge, 1989), dando espaço à dúvida e à inquietação face às suas vicissitudes (fórmulas, repetições, evidências, etc.). No entanto, e tal como alerta Stoler, para o entendimento de um arquivo é imperioso perceber que instituições serviu esse mesmo arquivo (Stoler, 2009:25), e é esse exercício que me propus realizar ao longo dos capítulos 5 e 6 desta dissertação.

Uma análise dos mecanismos imperiais franceses, que contempla o turismo como um dispositivo estruturador dos desígnios imperiais, poderá levar-me a uma compreensão sobre a forma como a administração colonial francesa geria os seus territórios da África Ocidental (desde o início do século XX até às descolonizações efectivas), e identificar o projecto imperial francês e os seus administradores coloniais como as instituições *servidas* por este arquivo. A atenção às instituições às quais o arquivo *serve* deve ser igualmente estendida, tal como refere Stoler (2009), aos processos de produção e às relações de poder no âmbito dos quais os arquivos foram criados, questionando-os em permanência e tomando-os como lugares de reconfigurações contínuas e em movimento:

"Ethnography in and of the colonial archives attends to processes of production, relations of power in which archives are created, sequestered, and rearranged. If ethnographies could be treated as texts, students of the colonial have turned the tables to reflect on colonial documents as «rituals of possession», as relics and ruins, as sites of contested cultural knowledge. Here I treat archives not as repositories of state power but as unquiet movements in a field of

¹² Para Ann Laura Stoler, estas formas de arquivamento compreendem diversas dimensões: "By «archival form» I allude to several things: prose style, repetitive refrain, the arts of persuasion, affective strains that shape «rational» response, categories of confidentiality and classification, and not least, genres of documentation." (Stoler, 2009:20).

force, as restless realignments and readjustments of people and the beliefs to which they were tethered, as spaces in which the senses and the affective course through the seeming abstractions of political rationalities.” (Stoler, 2009:32-33)

A postura crítica em relação às fontes assume-se como a metodologia principal da pesquisa em arquivo, tratando-o e definindo-o como um *lugar* de ‘negociação’ entre o seu acervo, as instituições que serve ou serviu, e um repositório de memória(s); ou ainda, nas palavras de Stoler: “[...] both a place and a cultural space that encompass official documents but are not confined to them.” (Stoler, 2009:49).

Foi a partir destes enunciados que tentei trabalhar e reflectir sobre o material de arquivo existente nos *Archives Nationales d’Outre-Mer* relativos à Mauritânia e ao seu papel no contexto dos restantes territórios da África Ocidental Francesa. A constituição deste arquivo como um dos *lugares* do meu terreno etnográfico foi marcada por uma leitura crítica e reflexiva do seu acervo, procurando não estar/ser, no entanto, confinada (nem eu nem a minha investigação) por ele.

O trabalho de terreno etnográfico

Como já foi referido, o trabalho de terreno levado a cabo na Mauritânia desenvolveu-se em dois momentos distintos: uma primeira estadia entre Setembro e Novembro de 2010, e uma segunda estadia entre Outubro e Dezembro de 2011. Estas duas estadias diferiram fundamentalmente uma da outra. Se na estadia de 2010 eu procurava que o terreno me desse respostas relativamente ao rumo da minha pesquisa, entretanto destituída de objecto, a investigação realizada em 2011 partia já de um objecto de estudo constituído e de um contacto previamente estabelecido via *email* com o *Office National du Tourisme* em Nouakchott.¹³

Durante a estadia de 2010 fiquei alojada numa casa de hóspedes em Tévragh Zeina, bairro residencial essencialmente habitado por classes abastadas mauritanas e por estrangeiros, onde também se encontram localizadas muitas embaixadas. Como já referi, foi em grande medida a estadia nesta casa de hóspedes que me fez olhar e reflectir sobre o panorama turístico mauritano, ou melhor, sobre a sua estagnação: durante a minha permanência em Nouakchott, em 2010, a casa de hóspedes nunca alojou qualquer turista, tendo apenas recebido representantes de empresas multinacionais que se deslocavam à cidade para curtas estadias.

Na tentativa de construir um novo objecto de estudo, durante esta missão de terreno efectuei alguns levantamentos preliminares que se materializaram na realização de uma pesquisa bibliográfica e documental na *Bibliothèque Nationale de la Mauritanie*, bem como no centro de documentação do *Institut Français de la Mauritanie*, e na *Bibliothèque El Fejer* em Nouakchott.

Ao longo desta estadia foram igualmente efectivados alguns contactos com agentes turísticos em Nouakchott, bem como um mapeamento dos diversos operadores e agências nacionais e estrangeiras.

¹³ Durante o trabalho de terreno realizado em 2006 no âmbito do projecto “Castelos a Bombordo...”, foi realizada uma visita exploratória a Atar na qual a equipa do projecto procedeu a um levantamento a algumas operadoras turísticas nacionais e internacionais instaladas na cidade: Club Aventure, La Burle, Visage, Terre d’Aventure, Allibert, Go Voyages, Allal Amatlich, Zig Zag, Salim Voyages e Caza Voyages. Ao longo deste levantamento foi pedido a estas operadoras que nos fornecessem os materiais de promoção turística relativos à Mauritânia e aos circuitos realizados no território. Durante a mesma visita a Atar foi ainda realizada uma entrevista a um responsável local da SOMASERT.

A segunda estadia em Nouakchott foi realizada com diferentes pontos de partida: a construção de um objecto de investigação já se encontrava solidificada, assim como a consolidação de um *corpus* teórico e analítico. Tratava-se de diagnosticar que tipo de documentação poderia ser encontrada nos arquivos locais para depois, atendendo às suas lacunas, identificar os lugares indicados para o prosseguimento da investigação¹⁴.

Durante este período de trabalho de campo, optei por alugar um quarto em casa de uma cooperante francesa, cujo contacto foi estabelecido através de uma *mailing list*¹⁵ que engloba grande parte dos residentes estrangeiros em Nouakchott. Realizei várias entrevistas e contactos informais com pessoas ligadas não apenas ao sector do turismo, mas também ao domínio da investigação científica e académica na Mauritânia.¹⁶

Ainda durante a mesma estadia foi realizada uma intensiva pesquisa bibliográfica e documental em Nouakchott nas seguintes bibliotecas e centros de documentação: Biblioteca *El Fejer*; *Fonds Mauritanie* do *Institut Français de Mauritanie*; *Bibliothèque de la Université de Nouakchott*; *Bibliothèque Nationale de*

¹⁴ A parte mais considerável da pesquisa arquivística e documental foi realizada nos *Archives Nationales d’Outre-Mer* em Aix-en-Provence (França).

¹⁵ Trata-se de uma *mailing list* para uso exclusivo de expatriados na Mauritânia.

¹⁶ Das quais elencarei as principais: 1) Realização de entrevista semi-estruturada a Saad Maayniye Cheikh Saad Bouh, antigo responsável da SOMASERT (*Société Mauritanienne de Services et Tourisme*) pelo sector do turismo; 2) Realização de entrevista semi-estruturada a Saad Maayniye Cheikh Saad Bouh, antigo responsável da SOMASERT (*Société Mauritanienne de Services et Tourisme*) pelo sector do turismo; 3) Realização de entrevista semi-estruturada a Hamza Babetta, secretário-geral da *Union Nationale du Patronat Mauritanien – Federation de Tourisme*; 4) Encontro informal com Hamadi Bâ, chefe do Departamento de Informação e Comunicação do *Office National du Tourisme de Mauritanie*; 5) Realização de entrevista semi-dirigida a Mohamed Mahmoud Bewba Nemoud, fundador da *Association Nationale de Guides Sahariens*; 6) Realização de entrevista semi-estruturada a Zaida Mint Bilal, proprietária do *Auberge Vasque* em Ouadane; 7) Reunião com Amadou Sall, professor de Antropologia e Sociologia na *Université de Nouakchott*; 8) Reunião com Elemine Ould Mohamed Baba, Historiador e Sociolinguista ligado aos *Archives Nationales de la Mauritanie*; 9) Reunião com Mohamedou Mohamenden Ould Meyine, professor e investigador do Departamento de História da Universidade de Nouakchott e director do *Centre d’Etudes et de Recherches sur l’Ouest Saharien*; 10) Reunião com Mohamed Ould Maouloud Ould Daddah, Historiador; 11) Reunião com Ahmed Mahmoud Ould Mohamed, antigo embaixador e diplomata e actual *Director des Affaires Administratives et Financières* do *Ministère de l’Equipeement et des Transports*; 12) Reunião com Mohamed Said Ould Hamody, antigo embaixador e diplomata, e ex-presidente da *Comission Nationale des Droits de l’Homme Mauritanienne*; 13) Reunião com Bechiri Ould Mohamed, responsável arquivístico no *Institut Mauritanien de Recherche Scientifique*; 14) Reunião com Mohamed Said Ould Ahmedou, professor do Departamento de História da Universidade de Nouakchott e Director do *Laboratoire d’Etudes et de Recherches Historiques de l’Université de Nouakchott*; 14) Reunião com Mamadou Hadiya Kane, director do *Musée National de Nouakchott*, e realização de uma visita guiada ao museu conduzida pelo próprio; 15) Reunião com Abderrahmane Ahmed Salem, director da *Maison de Cineastes* de Nouakchott.

Nouakchott; Centro de Documentação do Institut Mauritanien de Recherche Scientifique; e centro de documentação do Centre d'Information Mauritanien pour le Développement Économique et Technique.

A estas pesquisas juntam-se aquelas realizadas com vista à identificação de material iconográfico relativo ao período colonial da Mauritânia, e que tiveram como resultado a visita ao arquivo pessoal de Ahmed Mahmoud Ould Mohamed e de Mohamed Said Ould Hamody.

A dissertação: estrutura e enquadramento

Esta dissertação divide-se em três partes distintas, sendo que em cada uma delas se trabalha um *corpus* analítico diferenciado, quer pela metodologia que contribuiu para a sua constituição; quer pela natureza do material a que se dedica e de que se constitui o seu objecto. No entanto, o fio condutor entre estas três partes prende-se com a ideia de viagem, e que aqui assumirá múltiplas formas: a viagem de conquista e de mapeamento; a viagem lúdica e a viagem erudita; e a viagem turística.

A primeira parte desta dissertação analisa fundamentalmente narrativas de viagem cujo contexto geográfico principal é a Mauritânia, dividindo-as nos três grandes grupos já explicitados. Esta primeira parte incide fundamentalmente na análise de material bibliográfico e material de arquivo, e tem como objectivo principal a identificação dos agentes e dos temas destas narrativas, bem como a realização de uma síntese relativa às diversas visões sobre o território.

Longe de almejar a uma pretensa exaustividade histórica, a primeira parte desta dissertação assenta na construção subjectiva e parcial de uma genealogia das narrativas produzidas sobre a Mauritânia, procurando identificar os seus agentes (focando-se na esmagadora maioria dos casos no “Homo europeus”, Cooper e Stoler, 1997) e nas suas motivações (conquista, mapeamento, ou puro hedonismo). Esta secção procura também perceber de que forma se produziu um discurso sobre as

populações deste território com base em princípios de alteridade¹⁷ e ‘exotismo’, e categorias como a de “raça”¹⁸.

Este exercício subjectivo de construção de uma genealogia foi marcado pela constatação de ambivalências nas representações do ‘outro’ na historiografia das narrativas de viagem, conquista e mapeamento (Bohls e Duncan, 2005; Youngs, 2006; Kuehn e Smethurst, 2009) e, como tal, procurou-se aqui identificar as disrupções relativas ao território da Mauritânia presentes nesses textos.

A partir desta premissa foi possível identificar, relativamente a este contexto geográfico, duas grandes ‘correntes’ discursivas que, longe de constituírem uma hipotética ‘evolução’ de pensamento ou da forma de olhar para o ‘outro’, são concomitantes e paralelas. Assim, um discurso sobre o ‘mouro’ que o apresenta como a encarnação da ‘hostilidade’, convive com o seu antagónico onde a ‘hospitalidade’ figura como a característica essencial das populações ‘mouras’.

Efectivamente, e como veremos ao longo desta dissertação, se algum do discurso contemporâneo sobre os contextos árabes e islâmicos se caracteriza por uma ênfase dos valores e dos princípios de uma ideia de ‘hospitalidade’ (paradigma discutido por Elisabeth Fernea (1965), entre outros autores), especialmente operativa em terrenos turistificados, uma parte considerável das narrativas de que aqui daremos conta traduz, pelo contrário, uma ideia de ‘hostilidade’ associada às populações ‘mouras’.

Esta oscilação entre a ‘hostilidade’ e a ‘hospitalidade’ é apenas um exemplo daquilo que foram as constantes reconfigurações discursivas em relação ao ‘outro’, muito concretamente em relação ao ‘outro oriental’. Aqui darei conta de narrativas produzidas a partir de 1453, mas os períodos históricos sobre os quais me debruçarei mais demoradamente estão situados entre os séculos XVIII e XX. A transição entre estes diferentes períodos é, tal como refere Maxime Rodinson (1980), marcada por

¹⁷ No entanto, e tal como referem Cooper e Stoler (1997), esta alteridade não é estável e a definição e radicalização das diferenças constituía uma importante tarefa do projecto imperial: “[...] the otherness of colonized persons was neither inherent nor stable; his or her difference had to be defined and maintained.” (Cooper e Stoler, 1997:7).

¹⁸ Não sendo aqui objectivo enquadrar e discutir as discussões antropológicas em torno do conceito de ‘raça’, ele será aqui entendido como uma construção social e cultural, e não a partir de uma concepção biológica. Para uma discussão mais alongada sobre as questões de “raça” e cultura ver, entre outros autores, Lévi-Strauss ([1952] 1987).

distintos cânones a partir dos quais uma postura eurocêntrica se revelou plástica e adaptável a esses paradigmas:

“L’eurocentrisme inconscient du XVIIIe siècle, orienté par l’idéologie universaliste de cette époque, respectait les civilisations et les peuples extérieurs à l’Europe, relevait avec raison, dans leur évolution historique ou leur structure contemporaine, des traits humains universels, leur attribuant seulement avec une naïveté précritique les mêmes bases sous-jacentes qu’à la culture européenne, ne concevant quelque spécificité qu’a un niveau beaucoup trop superficiel. L’eurocentrisme conscient et théorisé du XIXe siècle fait l’erreur inverse.” (Rodinson, 1980:86)

A primeira parte desta dissertação reúne assim um *corpus* alargado de narrativas que ilustram categoricamente não apenas esses diversos paradigmas, como rastreiam igualmente práticas e políticas imperiais que se traduzem em distintos discursos e posicionamentos nos territórios coloniais. O que aqui se pretende no entanto é analisar como foi sendo construída, ao longo do tempo, a identidade do ‘mouro’ e, neste caso específico, do ‘mouro’ da Mauritânia, com origem num discurso produzido a partir de ‘fora’.

A exterioridade desse discurso, isto é, a forma como o ocidente representou um determinado contexto geográfico e as suas populações através de discursos e narrativas individuais, transforma estes documentos em objectos úteis para pensar como estas mesmas representações foram ou não incorporadas pelas próprias populações na sua interacção com o colono e, mais tarde, com o turista. No entanto, não obstante a pertinência deste enunciado, o objectivo da presença deste *corpus* narrativo na abertura desta dissertação prende-se com outros e diferentes propósitos.

Trata-se, fundamentadamente, de enquadrar historicamente aquela que foi a relação de uma metrópole com um dos seus diversos territórios coloniais (a Mauritânia), e de que forma este território e as suas populações foram sendo percebidos através de diferentes lentes: 1) a lente da cartografia e do conhecimento, que deu origem, na maior parte dos casos, a uma ‘descrição distanciada sobre’ que contribuiu para engrossar a perspectiva *foucaultiana* do

conhecimento aliado ao poder; 2) a lente que toma o turismo como parte integrante de um projecto imperial bem como seu importante veículo de propaganda, e que procura prestar atenção à forma como este se constituiu enquanto vitrina da “missão civilizadora” francesa.

A segunda parte desta dissertação consolida-se essencialmente através da análise de material de arquivo, análise que procura enquadrar a Mauritânia no contexto das colónias da África Ocidental Francesa, situando-se cronologicamente no início da estruturação de uma actividade turística promovida pela metrópole. Aqui procurarei, através da leitura de guias e brochuras turísticas, discutir a operacionalidade e a efectivação das relações entre metrópole e territórios coloniais, frisando as heterogeneidades do projecto imperial francês e pondo em relevo as suas dissonâncias.

Tomarei os projectos e as acções imperiais francesas não enquanto entidades isentas de paradoxos mas, pelo contrário, e tal como propõem Frederick Cooper e Ann Laura Stoler (1997), como empreendimentos contraditórios e ambivalentes:

“[...] colonial projects also showed up the fundamental contradictions inherent in bourgeois projects and the way universal claims were bound up in particularistic assertions.”

(Cooper e Stoler, 1997:3)

À semelhança de Cooper e Stoler procurei tratar metrópole e colónias num campo analítico único, assumindo que os regimes coloniais não são nem monolíticos nem onipotentes (Cooper e Stoler, 1997:6) e que as suas dissonâncias se manifestam através de uma análise densa e crítica das suas práticas e dos seus discursos.

Assim, procurarei através dos materiais de enquadramento e promoção turística analisar as políticas coloniais francesas e a forma como estas contribuíram para a criação de uma identidade colonial (e turística) mauritana, não só através da

gestão das questões da “raça”, mas sobretudo da ‘exotização’ do ‘mouro’ enquanto expoente máximo da prática orientalista (Saïd, [1978], 2004)¹⁹.

Partirei, por isso, para uma pesquisa que cruzará diferentes eixos de análise: a) uma brevíssima contextualização sobre a evolução e as mutações nas práticas turísticas metropolitanas desde a segunda metade do século XIX até aos anos 1960; b) a forma como foi veiculada a construção da Mauritânia como destino turístico enquanto parte de um projecto imperial francês; c) a consolidação a nível local de uma *praxis* turística através da sua institucionalização e regulamentação; d) os impactos em território colonial das políticas de ‘domesticação’ e consequente transformação da Mauritânia enquanto destino turístico “pacificado”.

É neste ponto que será trabalhado o material de arquivo relativo ao enquadramento turístico da Mauritânia no contexto da África Ocidental Francesa (guias, brochuras, folhetos, revistas, publicidade, imagens), mas pretende-se também reflectir sobre as representações da Mauritânia em território nacional francês, onde as Exposições Coloniais foram lugares privilegiados para o *display* imperial.

A presença da Mauritânia nas exposições de 1922 (Marselha) e de 1931 e 1937 (Paris), enquadrada no pavilhão da África Ocidental Francesa, bem como as brochuras editadas para estas ocasiões constituem elementos essenciais para o estudo da imagem que a metrópole pretendia transmitir do território mauritano, já que as Exposições Coloniais do século XX se transformavam gradualmente em lugares de antecipação da prática turística.

A terceira e última parte desta dissertação centra-se no período pós-colonial da Mauritânia e na sua (tardia) consolidação turística onde, a par com uma breve contextualização da formalização da actividade turística, se discute a invocação da nostalgia relativa ao período colonial. No entanto esta nostalgia pode ser ambivalente e, tal como refere Cardeira da Silva: “[...] both a way of remembering and forgetting”

¹⁹ Ao longo de toda esta dissertação utilizaremos o termo orientalismo a partir de Edward Saïd, para quem o Orientalismo é: “[...] uma visão política da realidade cuja estrutura promovia a diferença entre o familiar (a Europa, o Ocidente, “nós”) e o estranho (o Oriente, o Leste, “eles”) (Saïd, [1978] 2004:50). O Orientalismo seria, então, um exercício de força cultural, tendo em conta que: “O conhecimento do Oriente, porque gerado a partir da força, *cria* num certo sentido o Oriente, o oriental e o seu mundo.” (Saïd, [1978] 2004:46). O Orientalismo seria também, por conseguinte: “[...] o conhecimento do Oriente que coloca as coisas orientais na aula, na sala do tribunal, na prisão ou num manual de modo a serem escrutinadas, estudadas, julgadas, disciplinadas ou governadas.” (Saïd, [1978] 2004:46).

(Cardeira da Silva, 2012:56), através da utilização de várias versões de um passado sempre em reconfiguração.

A activação de um discurso nostálgico é especialmente operativa no âmbito de ex-territórios coloniais, através de um exercício de romantização do colonial (Gregory, 2001; Bryce, 2007) e, no caso concreto da Mauritânia, traduz-se num exercício através do qual se reactivam mitologias associadas ao deserto e a África, não raras vezes embebidas nas mesmas narrativas de viagem de que darei conta na primeira parte desta dissertação. A este respeito Gregory refere:

“[...] where some traditions were illuminated, recuperated and privileged, while others were dimmed, marginalized or erased. Here, too, there is a vital continuity between cultures of travel in the past and in the present which becomes visible as a sort of ‘colonial nostalgia’ [...]” (Gregory, 2001:112)

Também Bissell problematiza a questão da nostalgia colonial ao referir-se à transformação dos lugares coloniais de Zanzibar em espaços turísticos:

“Although the different forms of nostalgia that I am designating colonial and imperial exist in tension, they intersect in quite powerful ways [...] former colonial sites refashioned as spaces for Western tourism. The marketing of such sites draws on and extends older cultural mythologies about Africa embodied in travel narratives, novels, popular films, and expatriate memoirs. Such imagery suffuses and supports the desire to see the «real» Africa.” (Bissell, 2005:241)

Na Mauritânia, à falta de “colonial sites”, o deserto assume-se como o espaço remodelado para fins turísticos, através da activação da memória de uma cultura de viagens ligada ao período colonial. Ao mesmo tempo, este desejo de conhecer a ‘verdadeira’ África, motivado em grande medida pelas narrativas de viagem, leva a que as mesmas tenham sido, em muitos casos, apropriadas pelo *marketing* do turismo contemporâneo que as mobilizam no sentido da transformação de alguns contextos geográficos em produtos nostálgicos. No quadro de um mercado global onde as ideias

de *fragilidade* e de ‘exotismo’ encontram eco num território como a Mauritânia, a retórica da moralização do turismo (Butcher, 2003) parece aqui operar de forma particularmente efectiva.

A natureza eminentemente construída destas geografias turísticas (através da nostalgia ou da aventura) permanece inscrita numa lógica de exaltação do ‘exotismo’ e da ‘autenticidade’ que se traduz num mimetismo do pensamento, do discurso e da *praxis* colonial:

“Today the geographies of destination are imaginary ones based on images and representations that purport to describe potential sites of leisure/pleasure, but are actually part of an economic system whose reach is global but whose articulation remains colonial.”
(Hauteserre, 2004:238)

Procurei igualmente discutir, a partir de entrevistas e de depoimentos obtidos durante o trabalho de campo etnográfico, como é que a crise vivida no sector turístico da Mauritânia desde 2008 é percepcionada por diferentes actores sociais, e quais as suas opiniões e propostas para um hipotético novo fôlego da actividade turística no país.

Finalmente, através destas entrevistas, procurei perceber que reconfigurações sociais foram operadas localmente, com especial ênfase nas áreas geográficas onde a actividade turística era mais expressiva, nomeadamente as transformações das práticas locais acompanhadas por uma conversão dos equipamentos turísticos, por meio de um inventivo *bricolage* marcado por estratégias de subsistência desde sempre operativas no território da Mauritânia.

O tema do turismo irá assumir-se enquanto objecto central a partir da segunda parte desta dissertação, nas análises e nas abordagens que serão feitas relativamente ao território da Mauritânia colonial e pós-colonial. Entendo que se o turismo deve ser entendido tanto como um acto de consumo como enquanto uma construção social, não faz sentido, tal como afirma Sampaio, reduzi-lo a uma actividade estritamente económica, nem “[...] alienar as práticas turísticas dos contextos materiais (sociais, económicos e político-económicos) em que se inserem.” (Sampaio, 2013:178).

Nesse sentido, e tal como defende John K. Walton (2009), procurei privilegiar uma contextualização e um enquadramento histórico nas reflexões e discussões levadas a cabo para ambos os períodos (colonial e pós-colonial), assim como o entendimento do turismo enquanto um fenómeno cultural complexo, como propõem Leite e Graburn:

“[...] Tourism is [...] most productively viewed not as an entity in its own right, but instead as a social field in which many actors engage in complex interactions across time and space, both physical and virtual. Accordingly, in the past two decades anthropologists have moved beyond debates over models and typologies of ‘the tourist’ [...], and have begun to explore the ambiguities, contingencies, and slippages revealed in the particularities of each instance.” (Leite e Graburn, 2009:37).

Desta forma, a análise que procurei levar a cabo ao longo desta dissertação acredita, com Spode, que os estudos do turismo só têm a ganhar com a consolidação de uma “[...] cumulative memory that in a disciplined manner builds on the past and present and points to the future.” (Spode, 2009:88), e é a partir deste enunciado que creio que o estudo e a reflexão sobre as práticas turísticas levadas a cabo durante o período colonial na Mauritânia são úteis para melhor pensar sobre as práticas do presente.

O estudo do turismo na Mauritânia deverá ter em conta a especificidade dos encontros históricos e coloniais que tiveram lugar no território, e ao longo desta dissertação, ficará claro como o mesmo território foi apreendido através de discursos e representações, heterogéneas e variáveis, mas também através de políticas turísticas que foram pouco a pouco institucionalizadas. Um paralelismo poderá ser feito com o estudo que Frédéric Vidal realizou sobre a consolidação da actividade turística em Portugal no início do século XX, em relação ao qual refere:

“O turismo surge antes de mais enquanto prática variável que não produz um discurso homogéneo e predeterminado sobre o território nacional. [...] as práticas turísticas não são obviamente generalizadas.” (Vidal, 2012:135)

Também na Mauritânia, e como se poderá confirmar ao longo desta dissertação, os discursos e as práticas sobre o país estão longe de ser homogêneos e de reverberarem uma uniformidade ou uma visão hegemónica em relação ao território. Pelo contrário, eles ilustram uma multiplicidade de representações que se constituirão como um desafio nas reflexões e análises que aqui terão lugar.

“Os homens sempre dividiram o mundo em regiões
com diferenças reais ou imaginárias entre elas.”

(Saïd, [1978] 2004:45)

CAPÍTULO 1

NARRATIVAS DE VIAGEM, MAPEAMENTO E CONQUISTA: BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

1.1 – Das narrativas de viagem e do eurocentrismo

Trabalharei, ao longo dos primeiros quatro capítulos desta dissertação, um conjunto de documentos produzidos no âmbito de múltiplas viagens, realizadas dentro dos mesmos limites geográficos, que podem obedecer a distintas e diversas catalogações. No entanto, parece-me redutora a utilização da categoria “narrativas de viagem” ou mesmo “literatura de viagens” para a classificação do *corpus* aqui em análise, já que os documentos aqui abordados transbordam e desafiam muitas fronteiras conceptuais e tipológicas. Como refere Tim Youngs (2006), o próprio conceito de “literatura de viagens” deverá ser questionado, nomeadamente em relação à sua suposta objectividade, já que transporta consigo uma multiplicidade de ‘olhares’ e de ‘pontos de vista’ que determinam e/ou condicionam a(s) narrativa(s):

“Travel writing is not a literal and objective record of journeys undertaken. It carries preconceptions that, even if challenged, provide a reference point. It is influenced, if not determined, by its authors’ gender, class, age, nationality, cultural background and education. It is ideological. And it is a literary form that draws on the conventions of other literary genres.”

(Youngs, 2006:2-3)

Partindo desta premissa, de que a “literatura de viagens” é uma forma literária que recorre às convenções de outros géneros literários, importa referir que, para além da “literatura de viagens”, entre os documentos aqui analisados se encontra um lote

diferenciado de ‘géneros’: as crónicas, as descrições de terras²⁰, os diários de bordo, os relatórios de mapeamento, os relatos de conquista, etc.. No entanto, ao longo deste texto, optei por não fazer qualquer tipo de distinção entre os vários tipos e formatos de documentos analisados, apagando conscientemente as fronteiras entre uns e outros e, englobando-os num grupo único e abrangente, apesar destes se reportarem a diversos períodos históricos.

Simultaneamente, quando decidi trabalhar sobre estes textos na perspectiva das representações e da produção de um discurso sobre o ‘outro’²¹ (sendo este ‘outro’ fundamentalmente o ‘outro oriental’ e ‘exótico’), e ao procurar contribuir para traçar uma genealogia das narrativas sobre este território optei por uma análise deste tipo de produção literária que tivesse em conta o contexto histórico-social no qual estes discursos foram produzidos. Interessava-me identificar e perceber as formas como se foram desenvolvendo estas narrativas (de conquista, de mapeamento, de viagem) ao longo da História e quais as premissas por detrás destas, assim como as de uma diversidade de relatos a elas associados em distintos períodos históricos.

Debruçar-me-ei fundamentalmente sobre os diversos contornos, políticos e/ou ideológicos, que caracterizam as narrativas aqui analisadas ao longo dos diversos períodos históricos compreendidos, na tentativa de contribuir para o seu melhor enquadramento nos capítulos que se seguirão. As motivações das viagens e as narrativas a que estas deram origem foram ganhando novos e diferentes contornos ao longo do tempo, e é essencialmente sobre essas reconfigurações que este capítulo tratará, partindo do princípio que as narrativas constituem um instrumento de compreensão, apreensão e representação da realidade através da escrita.

Nesse sentido, é fundamental enfatizar a importância da escrita para a solidificação dos múltiplos géneros de narrativas que aqui trabalharei, para os quais a escrita se impôs como instância de *mimesis* (Albuquerque, 1994:608). Tal como refere Judith Adler (1989), a palavra começou por ocupar um lugar central, em detrimento da

²⁰ Para alguns autores é importante distinguir as crónicas das descrições de terras, tal como o faz Luís de Albuquerque: “Enquanto nas crónicas, embora contendo descrições de terras, se privilegia o tempo, ou seja, o discurso narrativo, nas descrições de terras privilegia-se o espaço, logo o discurso descritivo” (Albuquerque, 1994:611).

²¹ Esta construção e identificação do ‘outro’ partirá fundamentalmente de uma constituição dialéctica em *relação*. Esta construção estará também determinada pelo reconhecimento de um contexto temporal, histórico e político (cf. Fabian, 1983).

imagem, na caracterização das narrativas de viagens que começam a ganhar fôlego ao longo dos séculos XVII e XVIII: “The word, not the image, the ear and the tongue, not the eye, stand at the center of such treatment.” (Adler, 1989:9). Também para Derek Gregory (1999) existe uma conexão imperativa entre viagem e escrita, conexão que estaria assente em três ideias:

“[...] the construction of the Orient as a *theatre*; the representation of other places and landscapes as a *text*; and the production of travel and tourism as a *scripting*.” (Gregory, 1999:115)

A hierarquização dos sentidos quanto às formas de apreender o mundo e dar conta desse conhecimento, de que nos fala Adler (1989), foi sendo reconfigurada em diferentes momentos históricos: a viagem era concebida entre os séculos XVII e XIX como uma oportunidade para a produção de um discurso, produção essa centrada no ouvido e na língua do viajante, e não tanto nos seus olhos ou no seu papel de testemunha ocular, que viria mais tarde a ser privilegiado (Adler, 1989:9).

No entanto, apesar da mobilização ou da primazia de diferentes sentidos durante a viagem, o corpo do viajante, que se constituiu enquanto veículo principal da produção de um discurso ou de uma imagem sobre o ‘outro’, foi também historicamente construído:

“[...] the traveler’s body, as the literal vehicle of the travel art, has been subject to historical construction and stylistic constraint. [...] the way in which the human body is exercised as an instrument of travel is deeply revealing of the historically shifting manner in which people conceive themselves and the world in which they seek and appropriate relation through travel ritual.” (Adler, 1989:9-10)

Importa-me igualmente localizar geograficamente a produção dos diversos discursos de que darei conta e, para tal, será necessária a constatação de um

eurocentrismo²² assumido na discussão. Interessam-me fundamentalmente, no âmbito desta dissertação, as representações produzidas pelo ‘ocidente’ sobre o ‘oriente’ (nas narrativas do ‘ocidente’) e também a forma como o ‘ocidente’ narrou o ‘outro’ e descreveu o ‘exotismo’ com que foi contactando, tal como me interessam as próprias construções de ‘oriente’ e ‘ocidente’. Assim, deixarei ostensivamente de fora inúmeros textos (partindo da já assumida postura eurocêntrica) entre os quais se encontram, por exemplo, as narrativas produzidas a partir das viagens realizadas por Ibn Battuta entre 1325 e 1345²³ e os textos compilados na obra – *Rihla* (A Viagem)²⁴.

Tão pouco iniciarei aqui uma discussão sobre os mitos e as realidades do ‘pioneirismo ocidental’ no que toca à “conquista” e ao conhecimento do mundo, que nos é tão frequentemente apresentado como inquestionável. Na realidade esta discussão – a que põe em causa o pioneirismo ocidental – poderia ser um interessante contraponto no que diz respeito à forma como foi construído, pelo ocidente, o discurso da subalternização oriental, mas pertence a outros lugares e espaços²⁵: este capítulo centra-se sobre as representações formuladas por um pensamento inequivocamente eurocêntrico que se manifestaram essencialmente através da escrita.

²² Adoptarei aqui a definição de eurocentrismo proposta por Samir Amin (1988), um “[...] universalisme tronqué des propositions offertes par l’idéologie et la théorie sociale modernes” (Amin, 1988:6) e um fenómeno especificamente moderno: “L’eurocentrisme est un phénomène spécifiquement moderne, dont les racines ne vont pas au-delà de la Renaissance, et que s’est épanoui au XIXe siècle. Dans ce sens il constitue une dimension de la culture et de l’idéologie du monde capitaliste moderne.” (Amin, 1988:8).

²³ Utilizo aqui o exemplo do marroquino Ibn Battuta por ser geográfica e culturalmente próximo do contexto nacional que iremos trabalhar. Entre 1349 e 1345 viaja pelo Saara e Sahel encarregue, pelo Sultão de Marrocos, de uma missão junto do Imperador do Mali. Atravessa o Saara pelas salinas de Toghata, chega a Oualata e descreve o rio Níger (a que chama de Nilo), passa em Tombuctu e visita o Império do Mali, regressando a Marrocos pelo Hoggar argelino.

²⁴ Sobre as viagens de Ibn Battuta e de outros exploradores ver, por exemplo, Euben (2008).

²⁵ Entre outros autores, John M. Hobson (2004) debruça-se sobre esta questão em *The Eastern Origins of Western Civilisation* onde refere, por exemplo, a supremacia tecnológica da frota chinesa na exploração marítima, bem como o importante papel de algumas nações asiáticas para o conhecimento e o mapeamento do mundo, pondo desta forma em causa a hegemonia ocidental no que ao expansionismo, e muito concretamente à exploração marítima, diz respeito: “The main argument of this book counters one of Eurocentrism’s most basic assumptions – that the East has been a passive bystander in the story of world historical development as well as a victim or bearer of Western power, and that accordingly it can be legitimately marginalized from the progressive story of the world history” (Hobson, 2004:4). Importa também referir que vários dos instrumentos utilizados enquanto auxiliares de navegação, nomeadamente pelas frotas portuguesas, eram obtidos através da investigação tecnológica realizada, em muitos casos, no ‘mundo oriental’, como é exemplo o astrolábio.

1.2 – As narrativas de “conquista”: as “zonas de contacto” e o “paradigma marítimo”

Salvo algumas excepções (que procurarão contribuir para dotar este texto de uma densidade histórica mais alargada) a *timeline* desta dissertação (no que toca à análise da produção escrita) situar-se-á entre 1434 (com as crónicas de Gomes Eanes de Zurara) e o final da década de 1950. Se é verdade que é possível distinguir vários momentos de “contacto” ao longo da História, irei aqui sugerir, a partir da leitura de Mary Louise Pratt (1992), que estes sejam divididos (não obstante a sua plasticidade) em períodos que se poderiam classificar como: 1) de conquista; 2) de conhecimento; 3) de controlo. Estes momentos de “contacto” inscrevem-se, regra geral, em discursos políticos e ideológicos que representam e ilustram diversas formas de olhar o mundo, e que atravessam distintos períodos históricos. Contemplam as cruzadas religiosas e as práticas de missionação, passando pela adopção das premissas iluministas e da procura do conhecimento científico, culminando no que foi a dominação imperial e a partilha do ‘mundo não europeu’ entre algumas nações europeias.

Este “contacto” entre as populações autóctones e ‘aqueles que chegavam’ aos territórios ‘cobiçados’ procurando descrevê-los e/ou conquistá-los não foi, no entanto, vivido de igual forma. Era marcadamente desigual, situação que caracteriza estes territórios como lugares de tensão. A definição proposta por Pratt (1992) para “zonas de contacto” enquanto terrenos inequivocamente assimétricos, contribui para explicitar essa multidimensionalidade:

“[as “zonas de contacto” são] social spaces where disparate cultures meet, clash, and grapple with each other, often in highly asymmetrical relations of domination and subordination – like colonialism, slavery, or their aftermaths as they are lived across the globe today.” (Pratt, 1992:4)

São também

“[...] the space of colonial encounters, the space in which peoples geographically and historically separated come into contact with each other and establish ongoing relations,

usually involving conditions of coercion, radical inequality, and intractable conflict.” (Pratt, 1992:6)

O conceito de “zonas de contacto” interessa-me na medida em que é a partir deste encontro com o ‘outro’, e dos contactos estabelecidos entre populações autóctones e agentes exógenos, que se produzem as narrativas e os discursos que pretendo trabalhar ao longo desta dissertação. Estes discursos servem não só para ‘construir’ o ‘sujeito indígena’ de acordo com as necessidades ideológicas do imperialismo ocidental, como também para identificar o(s) terreno(s) da alteridade e da diferença. É importante ter uma visão global daquela que foi a produção narrativa que fez da alteridade o seu pano de fundo, e da forma como o discurso sobre o ‘outro’ se foi modificando e adquirindo diferentes contornos e enfoques em distintos momentos históricos e sociais. Igualmente importante será perceber que a forma como se produz um discurso sobre o ‘outro’ está dependente de uma visão e de uma consciência sobre o ‘eu’ ou o ‘nós’, consciência que foi sofrendo alterações ao longo do tempo o que implicou reconfigurações várias, como nos refere Margareth Gonçalves:

“Os relatos de viajantes expressam a fronteira de constante remanejamento de sentimentos e de percepções sobre si próprio e os nativos. Na teia discursiva recalcitram as tensões e os conflitos que despontavam da experiência com o outro.”
(Gonçalves, 2005:614)

Pretendo fazer aqui um breve apanhado histórico das motivações das diversas viagens de mapeamento e conquista produzidas entre o século XV e o século XIX, para que depois me possa deter sobre os discursos produzidos no âmbito destas viagens, os seus conteúdos e a forma como as representações sobre o ‘outro’ se foram reconfigurando. Começarei por trabalhar as narrativas sobre o ‘outro’ que correspondem ao que que denominei atrás enquanto período de “conquista”, e que serão aquelas produzidas no âmbito das primeiras viagens de exploração marítima, das quais as narrativas relativas ao período português de expansão marítima constituem importantes e numerosos exemplos.

Este primeiro período é fortemente marcado por aquilo a que Pratt (1992) chama “paradigma marítimo”, que se manteve central durante cerca de trezentos anos na forma como foi sendo solidificado e produzido o conhecimento europeu sobre o ‘resto do mundo’. Este conhecimento – ao longo do período de “conquista” – era consolidado a partir de uma perspectiva que privilegiava os saberes adquiridos através da geografia e da cartografia, e que determinava a forma como era adquirido e discutido (ou não) o conhecimento sobre o ‘outro’ e a sua inscrição num quadro social e/ou cultural.

O “paradigma marítimo” marca uma época de conquista mundial onde a tecnologia marítima estava em pleno desenvolvimento um pouco por todo o mundo²⁶, e onde um dos principais objectivos era o mapeamento costeiro progressivo. As expedições eram, regra geral, de curta duração: as embarcações faziam um reconhecimento costeiro, através das técnicas de ‘navegação à vista’, e voltavam ao seu ponto de partida. A partir dos dados recolhidos, os cartógrafos acrescentariam mais um pedaço de costa conhecida aos mapas, o que permitiria avançar mais um pouco numa próxima expedição para um novo reconhecimento geográfico costeiro. A construção do conhecimento sobre o mundo fazia-se portanto, e sobretudo, através das expedições marítimas, e dos termos e dos paradigmas relativos às ciências da navegação utilizados pelos navegadores.

No que diz respeito às expedições marítimas, focar-me-ei sobre as viagens de “conquista e exploração” ao território africano e sobretudo à costa saariana, que mais tarde veio a constituir a Mauritânia. A orla costeira destes territórios foi mapeada sistematicamente pelos navegadores europeus no século XV, sendo que a penetração no interior continental era um acontecimento raro neste período histórico²⁷. Mas voltemos às narrativas de “conquista”. Se tivermos em conta o conteúdo de alguns dos relatos produzidos no período que marca o início sistemático da expansão portuguesa,

²⁶ Do que é exemplo, entre muito outros, a caravela portuguesa que passa a ser utilizada a partir de 1441 nas viagens de exploração atlântica.

²⁷ As dificuldades e os temores da penetração no interior continental estão presentes numa das narrativas que retrata uma das primeiras tentativas de incursão dos portugueses em território continental mauritano em 1487, mais concretamente com vista à criação de um entreposto comercial em Ouadane. Trata-se da narrativa de João Fernandes, à qual voltaremos no próximo capítulo. (cf. Zurara, 1973)

relatos publicados entre 1452 e 1506²⁸, percebemos rapidamente que a realização destas viagens não é motivada por uma qualquer espécie de curiosidade pelo ‘outro’ ou pela procura de traços de exotismo e alteridade entre as populações que habitavam estes lugares. Se atentarmos na maior parte destas narrativas (tal como veremos ao longo do capítulo 2), percebemos que a centralidade do seu conteúdo não reside na descrição do ‘outro’, tomando-o antes como uma espécie de presença colateral nas terras ‘descobertas’.

Nestas viagens, cristãos mandatados pelas monarquias europeias (sobretudo a portuguesa, para os territórios que aqui nos interessam), partem por motivos de expansão económica, mas também para proclamar a sua religião e para capturar homens, mulheres e crianças que seriam levados para Portugal, vendidos e utilizados como escravos. Em paralelo, existia um projecto de mapeamento da costa atlântica africana, igualmente patente noutros projectos coloniais (ver Cohn, 1996), costa essa que até então representava o ‘abismo’ e o desconhecido nos mapas e nas mentes europeias²⁹.

É precisamente na tentativa de fazer um contraponto às narrativas ‘fantásticas’, que povoavam o imaginário ocidental, que os relatos do período de “conquista” manifestavam já uma grande preocupação com a veracidade, ao mesmo tempo que se caracterizavam por uma certa concisão característica das narrativas épicas (Gonçalves, 2005:614). No entanto, e tal como nos refere Luís de Albuquerque (1994), estas narrativas continham em si uma parcela importante de originalidade da qual continuava a fazer parte uma certa dose de ficção:

“Desta forma a expansão europeia deu azo a uma proliferação massiva de documentos e testemunhos que se foram constituindo como um *corpus* vasto e heteróclito, alargando-se mais e mais, acompanhando de maneira mais ou menos diferida, as vicissitudes dos descobrimentos e as temerárias

²⁸ Gomes Eanes de Zurara (1452-1453), Luis da Cadamosto (1455-1456) e Valentim Fernandes (1506), textos aos quais voltaremos e que são considerados as principais narrativas de conquista e mapeamento da época para o contexto geográfico em questão.

²⁹ É de realçar aqui a importância das narrativas ‘fantásticas’ que constituem um inequivocamente importante *corpus* literário na construção de um imaginário sobre o ‘outro’. São conhecidos alguns textos que misturam o real e o imaginário tais como *The travels of Sir John Mandeville*, que terá circulado entre 1357 e 1371; ou *As viagens de Marco Polo*, que descrevem as suas viagens entre 1271 e 1291 pela Ásia, Pérsia, China e Indonésia.

viagens no desconhecido em missão de «achamento» ou ainda registando, ao sabor da corrente factológica, as diversificadas «invenções» de outras terras e de outras gentes.” (Albuquerque, 1994:608)

Estes relatos inscrevem-se nos modelos literários da época e contêm descrições, mais ou menos pormenorizadas, sobre as incursões costeiras dos navegadores, nas quais as informações mais significativas para a narrativa são a relação de escravos capturados e a relação dos feitos dos navegadores envolvidos na expedição. Surgem ainda, episodicamente, descrições sobre as populações encontradas, nas quais a religião se apresenta, quase sempre, como marco distintivo da superioridade de uns (os cristãos) sobre os ‘outros’, e não deixa espaço para a curiosidade sobre as formas de alimentação e vestuário das populações, como se pode perceber através da maioria das narrativas da época. No entanto, e tal como nos refere José da Silva Horta (1991), o contacto cada vez mais frequente com as populações mouras foi obviamente reconfigurando, ao longo do tempo, a visão que os cristãos tinham das mesmas:

“A noção estereotipada de Mouro – *inimigo* da fé e dos «fiéis», já não era passível de aplicação a todos os africanos: os contactos permitem constatar graus distintos de religiosidade muçulmana e diversas atitudes perante os Cristãos. A possibilidade colocada *a priori*, de existir no continente um extenso e contínuo Poder Mouro, coeso na acção anticristã, não se confirmava.” (Horta, 1991:99)

Podemos vislumbrar pontualmente, através destes mesmos relatos, algum assombro perante as populações locais que derivará, muito provavelmente, dos contrastes culturais sentidos, assombro esse que não chega, na maior parte das vezes, a manifestar-se de forma reflexiva ou a traduzir-se de forma consistente no desenrolar da narrativa.

No período a que se referem os relatos que narram os feitos dos navegadores portugueses (século XV-XVI) interessava, como supramencionado, veicular a conquista

territorial como missão principal das expedições levadas a cabo. Esta percepção de conquista territorial estava, no entanto, mais próxima de uma ideia de mapeamento, com o objectivo de prosseguir a expansão ultramarina até alcançar e interceptar as rotas comerciais pretendidas a oriente. Paralelamente, interessava também assinalar o pioneirismo da passagem portuguesa por estas paisagens, numa lógica de competição internacional ‘inter-pares’ que tem, neste período, uma expressão considerável.

A par do mapeamento da costa, a captura de escravos era outro resultado destas viagens que alimentava as necessidades de solidificação de um império que se desejava afirmar em território europeu. A captura destas populações, e neste caso das populações ‘mouras’, estava assente na premissa fundamental da desigualdade entre cativos e captores, desigualdade que era sinónimo de inferioridade:

“O Outro não é classificado globalmente como Bestial ou Selvagem, mas esta categoria não deixa por isso de estar omnipresente como *referencial*, bem como os modelos de vida europeus (por analogia ou contraste) nos diferentes códigos em que se decompõem as representações.” (Horta, 1991:99-100)

Mais à frente analisaremos sumariamente algumas narrativas, produzidas durante o período da expansão portuguesa, nas quais o “paradigma marítimo” era dominante e onde poderemos evidenciar a forma, quase neutra e distanciada, como eram retratadas as populações locais. Ao mesmo tempo, e isto será porventura determinante no tipo de análise que é realizada, há que ter em conta que estes relatos não eram, na maior parte dos casos, escritos por quem vivia o encontro em primeira mão, mas por cronistas ao serviço da monarquia portuguesa que produziam textos a partir dos relatos dos tripulantes das embarcações³⁰, como sejam os casos de Zurara e de Valentim Fernandes. As informações recolhidas através das tripulações eram, portanto, digeridas e filtradas *a posteriori* pelas vozes ‘oficiais’ do reino, cujas narrativas vão reflectir, em grande medida, a ideologia dominante da conquista e missão.

³⁰ A alguns dos escravos capturados era-lhes também pedido que fornecessem descrições dos territórios de onde eram originários.

1.3 – Das missões de “conquista” aos novos paradigmas: a invenção da ciência ao serviço do imperialismo

Foi a partir de expedições marítimas de “conquista”, praticadas por diversos países europeus, que se começou a configurar, com o precioso auxílio da cartografia, não apenas uma ideia da dimensão e da forma do ‘resto do mundo’, como também, e sobretudo, uma espécie de ‘consciência planetária’ *avant la lettre*. Tanto a cartografia como a escrita de viagens tiveram um papel fundamental na *produção e apresentação* do mundo para um público ocidental – desenharam-no, descreveram-no e tornaram-no inteligível, ‘próprio para consumo’.

No que ao século XV diz respeito, são conhecidos alguns dos feitos da exploração marítima que mudaram a concepção do mundo de então, de entre os mais relevantes a descoberta do caminho marítimo para a Índia, realizada por Vasco da Gama e a sua frota (1498), revelando que o Atlântico confluía com o Índico, o que levou a que Portugal dominasse durante algumas décadas esta rota atlântica.

Foi o domínio português desta rota que levou a que, anos mais tarde, Fernão de Magalhães, ao serviço da coroa espanhola, tivesse procurado descobrir uma rota alternativa para alcançar o Índico navegando para Oeste tal como Cristóvão Colombo em 1492. Mas Colombo encontra pelo caminho as Américas, ‘descoberta’ que levou a que os reinos de Portugal e Espanha assinassem, entre si, o Tratado de Tordesilhas (1494), dividindo os territórios ali ‘conquistados’ e aqueles por ‘conquistar’.

Não caberá neste texto uma análise extensa nem uma reflexão demorada sobre a expansão europeia que corresponde ao “paradigma marítimo”. A brevíssima resenha histórica acima realizada, bem como aquela a realizar no capítulo 2 desta dissertação, relativa à costa saariana, têm como único objectivo não deixar em branco as ‘conquistas’ da exploração marítima tal como era praticada nos séculos XV e XVI (e até mesmo antes) assim como as narrativas, referidas por William Sherman (2002), a ela associadas antes da capitulação do “paradigma marítimo”:

“By the end of the sixteenth century [...] the most characteristic form [de narrativa de viagem] was the «report» or «relation», which combined a chronological narrative of movements and

events with geographic and ethnographic observations.”
(Sherman, 2002:30)

Foram precisamente estas características da narrativa de viagens que vieram a ser reestruturadas e reformuladas no século XVIII. O modelo do “paradigma marítimo” só é abandonado enquanto arquétipo de conhecimento do mundo com a emergência da história natural e da procura do conhecimento científico que distinguiram parte do século XVIII. O movimento Iluminista e o racionalismo setecentista são marcadores ideológicos que vão fazer com que este século seja caracterizado pelas premissas da ciência e suas metodologias, que vão por sua vez criar uma ruptura ideológica com as expedições marítimas antecedentes. Por contraponto àquele em prática no século XV, uma das principais reconfigurações do *modus operandi* expedicionário do século XVIII que ajudou a consolidar um novo paradigma de ‘conquista’, foi um movimento sistemático e progressivo no sentido do interior dos territórios, tal como referido por Pratt (1992):

“By the last years of the eighteenth century, interior exploration had become the major object of expansionist energies and imaginings”. (Pratt, 1992:23)

Esse movimento ditou o fim da quase exclusividade do mapeamento costeiro, alterando e reconfigurando o conhecimento pré-existente sobre esses mesmos territórios. Segundo a proposta de Pratt, um dos grandes momentos de viragem do século XVIII, perante os cada vez mais valorizados postulados científicos, é a formulação e publicação do *Systema naturae*, elaborado por Lineu em 1735. O *Systema naturae* descreve o mundo natural dividindo-o em reinos animal, vegetal e mineral, que estariam por sua vez divididos em classes, ordens, géneros e espécies. A partir desta divisão foi criado um sistema de classificação aplicável a todas as espécies do planeta, mas é na sua proposta de classificação botânica que o *Systema naturae* ganha notoriedade ao propor a organização das plantas tendo em conta as características do seu aparelho reprodutor. A sistematização e a organização das espécies conhecidas e desconhecidas que o *Systema naturae* permitiu, veio reconfigurar por inteiro a consciência que os europeus tinham do mundo natural:

“Here was an extraordinary creation [o *Systema naturae*] that would have a deep and lasting impact not just in travel and travel writing, but on the overall ways European citizenries made, and made sense of, their place on the planet.” (Pratt, 1992:24)

Esta organização do mundo natural possuía ainda uma dimensão aparentemente prática³¹ – a inscrição de cada nova espécie numa linhagem previamente definida poderia ser feita por qualquer pessoa que tivesse aprendido o sistema – o que levou a que as possibilidades de enriquecimento do *Systema naturae* se tornassem no projecto ambicioso de vários jovens com aspirações científicas³².

No mesmo ano (1735), são realizadas duas expedições científicas para determinar a forma exacta da Terra: uma esfera, tal como a geografia cartesiana defendia; ou um esferóide achatado nos polos, segundo a hipótese de Newton. As duas propostas carregavam o peso de uma rivalidade política entre França e Inglaterra, e as expedições partiram em direcções opostas: uma foi enviada para a Lapónia, com o objectivo de medir o grau longitudinal no Meridiano; e a outra partiu para a América do Sul para fazer medições análogas no Equador. Segundo Pratt (1992), a sincronia destes dois acontecimentos – a publicação do *Systema naturae* e a realização das expedições para determinar a forma exacta da terra – “[...] suggest important dimensions of change in European elites’ understandings of themselves and their relations to the rest of the world” (Pratt, 1992:15), e são precisamente estas elites que produzirão os relatos de viagem que vão constituir um ponto de viragem na forma ‘tradicional’ das narrativas de ‘conquista’.

Os dois acontecimentos mencionados são os marcos históricos a partir dos quais a maior parte das expedições se passou, de facto, a revestir de um carácter científico. As práticas científicas da História Natural e o discurso a elas associado vêm, desta forma, destronar aquelas postas em marcha pelas retóricas da conquista e pelo

³¹ Nas palavras de Lineu o seu sonho era que “[...] with his method it would be possible for anyone who had learned the system to place any plant anywhere in the world in its right class and order, or if not in its right genus, whether the plant was previously known to science or not.” in Broberg, Gunnar (1980) *Linnaeus: Progress and Prospects in Linnaean Research*, citado em Pratt, 1992:27).

³² O *Systema naturae* foi tendo edições sucessivas a partir de 1735 até 1793. A primeira edição (de 1735) contava com onze páginas, e a sua 12ª edição em 1766-1768 contava já com 2400.

mapeamento costeiro sistemático a elas associado. Tal como nos refere Thomas Bassett (1994):

“Cartography furthered imperialism. Maps were used in various ways to extend European hegemony over foreign and often unknown territory.” (Bassett, 1994:316)

Se a cartografia estava relativamente desenvolvida ao nível costeiro, as viagens de carácter científico vêm desenvolver uma cartografia do interior, assim contribuindo para um mapeamento mais denso e rigoroso dos territórios, essencial para um levantamento classificatório dos mesmos. Na segunda metade do século XVIII, o movimento para o interior do continente africano³³ intensifica-se e as expedições com objectivos ligados à História Natural e ao projecto de Lineu multiplicam-se. Onde outrora havia legitimidade política e ideológica em relação aos missionários, passou a haver a mesma legitimidade em relação os “cientistas”: as “zonas de contacto” eram, neste período, lugares de prestígio e de conhecimento. Esta legitimidade científica ajudou igualmente a transformar as expedições em focos de interesse público e em poderosos mecanismos ideológicos, cujo discurso se impunha essencialmente através da proliferação das narrativas de viagem através das quais os cidadãos europeus se relacionavam com as restantes partes do mundo. Roy Bridges (2002), James Duncan e Derek Gregory (1999) ajudam a ilustrar esta ideia:

“[...] the capture of science for the purposes of overseas expansion. Travel writing had a crucial part in the process. [...] science itself was becoming «imperialistic».” (Bridges, 2002:61).

³³ Tal ideia é sistematizada através de um enunciado de Saugnier e Brisson (1792) em *Voyages to the Coast of Africa*: “The interiors of Africa «deserve the honor» of European visitation as much as the coasts”. É também em finais do século XVIII que Napoleão invade o Egipto (1798), expedição cujo resultado é transposto para o campo literário através da publicação de vários volumes *da Description de l'Égypte*, entre 1809 e 1829. Para Edward Saïd ([1978] 2004), a expedição de Napoleão ao Egipto marca um momento de viragem relativamente ao conhecimento que o ocidente tem do ‘oriente’, já que: “The difference between representations of the Orient before the last third of the eighteenth century and those after it (that is, those belonging to what I call modern Orientalism) is that the range of representation expanded enormously in the later period. It is true that after William Jones and Anquetil-Duperron, and after Napoleon's Egyptian expedition, Europe came to know the Orient more scientifically, to live in it with greater authority and discipline than ever before.” (Saïd, [1978] 2003:22).

“Travel writing that was not conducted under the sign of «Science» was virtually ignored.” (Duncan e Gregory, 1999:2)

As expedições científicas internacionais tornaram-se objecto de alianças comerciais e intelectuais das elites europeias, assim como focos de interesse de um público europeu que assim se começa a relacionar de forma diferente com o ‘resto do mundo’. O discurso e a prática de ‘naturalização’ das expedições como ‘benéficas’ e ‘positivas’ (por oposição à captura de escravos, por exemplo) vem, de certa forma, transformar o conteúdo da narrativa da ‘conquista’, que passa a reflectir a presença dos europeus em territórios ‘exóticos’ através da veiculação de um discurso científico da ampliação do conhecimento da História Natural. Este discurso renovado implica, tal como nos refere Pratt (1992):

“[...] strategies of representation whereby European bourgeois subjects seek to secure their innocence in the same moment as they assert European hegemony. [...] in travel and exploration writings these strategies of innocence are constituted in relation to older imperial rhetorics of conquest associated with the absolutist era.” (Pratt, 1992:7).

A inscrição ideológica das viagens de exploração no campo científico permite-lhes a diferenciação necessária para que seja criada uma nova consciência planetária, embora igualmente eurocêntrica, mas de carácter supostamente mais nobre e erudito. Se o mapeamento e a circum-navegação, enquanto práticas da conquista territorial europeia, tinham aberto portas para a construção de um objecto europeu global e/ou planetário, as premissas da ciência tentam, por seu lado, naturalizar a presença e autoridades europeias, orientada para um projecto de conquista territorial imperialista.

O movimento de botânicos e naturalistas dá origem a uma nova leva de produção literária sobre os territórios ‘exóticos’ e desconhecidos, e também a uma nova vaga de exploradores que contribuem para afirmar um sujeito histórico mundial, caracterizado por Daniel Defoe, e lembrado por Pratt (1992):

“[...] this world historical subject is European, male, secular, and lettered; his planetary consciousness is the product of his contact with print culture and infinitely more «complete» than the lived experiences of sailors.” (Pratt, 1992:30)

No entanto, as diferenças entre as narrativas de um e de outro período não se traduzem de forma tão radical como se poderia pensar numa primeira leitura. No essencial, ambas depuram os ‘seus’ terrenos: tal como as narrativas do período da ‘conquista’ deixavam de fora, na maior parte dos casos, os habitantes destes territórios³⁴; também as narrativas dos exploradores, em nome da ciência, apenas davam conta dos aspectos “naturais” das regiões, sendo a presença humana, e nomeadamente a do narrador, praticamente obliterada da sua produção literária:

“Several pages of such benign proceedings are enough to call up again the image of the naturalist as Adam alone in the garden. Where, one asks, is everybody? The landscape is written as uninhabited, unpossessed, unhistoricized, unoccupied even by the travelers themselves. The activity of describing geography and identifying flora and fauna structures an asocial narrative in which the human presence, European or African, is absolutely marginal, though it was, of course, a constant and essential aspect of the traveling itself.” (Pratt, 1992:51-52)

Mas que impacto tiveram então a História Natural e a ciência nas narrativas de viagem do século XVIII? De que forma foi alterada a consciência do ‘outro’ e reconfiguradas as formas de o representar?

A grande ruptura das narrativas ‘científicas’ com as narrativas de ‘conquista’ parece estar no facto de que, nas primeiras, o relato da descoberta ou do estabelecimento de rotas comerciais, bem como do comércio organizado de escravos é irrelevante, ou manifestamente pouco importante. Esta descontinuidade face às

³⁴ Salvo algumas exceções, como veremos ao longo dos próximos capítulos.

narrativas anteriores abre caminho para distintas configurações e reconfigurações discursivas: à linguagem da ciência e do conhecimento junta-se a narrativa de viagens ‘sentimental’, à qual me dedicarei mais à frente. Serão estes paradigmas, ciência e sentimento, não raras vezes percebidos como antagónicos mas frequentemente complementares ao serviço de um imperialismo muitas vezes dissimulado sob a sua praxis aparentemente neutra, os principais motores da sua retórica.

1.4 – Breves notas sobre a narrativa ‘sentimental’

A explosão da narrativa ‘sentimental’ que, no contexto dos relatos de viagens contrasta em absoluto com a narrativa científica objectivista, inscrita nas premissas do iluminismo, que bem caracteriza a segunda metade do século XVIII; vem também revolucionar a forma como a Europa se percepcionava a si própria e ao seu projecto imperialista; e levar igualmente os seus autores a assumir posturas políticas e ideológicas sobre a forma como se relacionavam no terreno com as populações autóctones. A consciência da desigualdade destas relações lançou um aceso debate sobre a escravatura, algo que acabou por transformar a narrativa ‘sentimental’ numa espécie de embrião teórico e ideológico do movimento abolicionista (Pratt, 1992)³⁵. Esta tipologia narrativa veio privilegiar sobretudo as experiências na primeira pessoa, com especial ênfase para os relatos de ‘aventura’ que se tornam, a partir desta altura, um dos géneros mais apreciados da escrita de viagens. Os relatos de descoberta geográfica, de observação ou mesmo de classificação de espécies (na perspectiva de Lineu), passaram a ter o seu contraponto na chamada escrita ‘sentimental’.

A personagem principal da narrativa ‘sentimental’ é o seu narrador, que é, por conseguinte, um ‘não herói’ porquanto adopta um papel passivo e estático que contrasta com aquele do cientista ou do ‘conquistador’, figuras que supostamente serviriam de forma activa os propósitos imperialistas das suas nações. O narrador ‘sentimental’ pretende que a reciprocidade e a interactividade se reflectam enquanto dinâmicas da sua escrita, que deverão por sua vez estar centradas nas dimensões

³⁵ Sobre a narrativa “sentimental” e a sua mobilização em torno da defesa do fim da escravatura veja-se o subcapítulo “Eros and Abolition” em Pratt (1992).

humanas dos territórios que visita. A alteridade torna-se, portanto, num tema estruturante da narrativa ‘sentimental’, ideia que surge muitas vezes relacionada com a aproximação erótica/sentimental dos narradores (homens) às mulheres autóctones³⁶. Na maior parte destas narrativas, produzidas ao longo do século XVIII, a questão da “raça” não aparece ainda como indicador social ou cultural; e no caso concreto da narrativa ‘sentimental’ literal (de aproximação à mulher exótica), a “raça” não constitui entrave, físico ou moral, às relações entre os autores e as mulheres habitantes dos territórios por eles ‘visitados’.

Estas narrativas não estariam ainda, segundo Roxann Wheeler (1999), marcadas pela linguagem ou pela retórica do racismo:

“Concepts of the «European» and «African» are still in formation [no século XVIII] and not solidified by racist ideology more typical of nineteenth-century colonial narratives.”
(Wheeler, 1999:15)

A narrativa ‘sentimental’ veio também reavivar as velhas tradições da escrita de viagens que estavam ligadas à chamada “survival literature”³⁷, popular desde a primeira onda de expansão do século XV³⁸, e reacendida com sucesso na segunda metade do século XVIII; e contribuiu, inequivocamente, para transformar a escrita de viagens numa indústria rentável, tendo vindo a constituir um poderoso e eficaz modo de representação das relações e das fronteiras coloniais no final do século XVIII, bem como um forte marcador da dicotomia ‘nós’ *versus* o ‘outro’, alicerce e apanágio da ideologia orientalista:

“Orientalism was the first work of contemporary criticism to take travel writing as a major part of its *corpus*, seeing it as a body of work which offered particular insight into the operation of colonial discourses.” (Hulme and Youngs, 2002:8)

³⁶ Mais à frente, no capítulo 5, veremos a partir de um caso concreto, que assume a forma de ‘directiva’ colonial, como eram formuladas as políticas de miscigenação e de ‘contacto’ entre colonos e mulheres nativas. Sobre esta questão ver, entre outros exemplos, Stoler (1995) e McClintock (1995).

³⁷ Geralmente narrativas na primeira pessoa que envolvem naufrágios, motins, abandonos e sobretudo histórias de cativeiro.

³⁸ Onde podemos incluir a *História Trágico-marítima*, colecção de relações e naufrágios reunidos por Bernardo Gomes de Brito (1735 e 1736) ou a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto (1614).

Se o orientalismo tomou a escrita de viagens como parte do seu *corpus*, poder-se-á dizer que a sua relação está marcada pela dialética, e que a escrita de viagens ajudou também a construir o Orientalismo, ou pelo menos alguns dos seus paradigmas e pressupostos. A partir do século XVIII a escrita de viagens torna-se, de forma ainda mais marcada e evidente, num exercício permanente de tradução cultural. Consciente da sua influência e da sua *validade*, vai ocupar o papel de *mediadora* entre as sociedades *exóticas* e aquelas de onde os seus relatores são originários, *organizando-as* de forma a poderem ser ‘consumidas’ com mais facilidade pelas sociedades ocidentais.

É precisamente neste discurso da sistematização das sociedades ‘exóticas’ que se solidifica o Orientalismo: na edificação de um *corpus* de conhecimento sobre o ‘outro’ e o seu território cuja finalidade é ser permanentemente aumentado e engrandecido. O conhecimento sistemático sobre o ‘outro’ passa, portanto, a contribuir para a dominação desse mesmo ‘outro’ ou, nas palavras de Edward Said,

“Possuir este conhecimento de um objecto é então poder dominá-lo, é possuir autoridade sobre ele. E autoridade significa, neste caso, que lhe negamos a autonomia – ao país oriental – porque o conhecemos e ele existe, em certo sentido, **como** o conhecemos.” (Said, [1978] 2004:37) [negrito no original]

O conhecimento/dominação do ‘exótico’ passava igualmente pela sua *fabricação*, processo no qual a escrita de viagens teve um papel fundamental relativamente à criação de geografias imaginárias, tendo em conta que:

“[...] imaginative geographies script a place and in so doing make the imaginative real, both materially and performatively.” (Duncan e Gregory, 1999:9).

As narrativas de viagem, de mapeamento e de conquista, contribuíram então para a fabricação e para a construção destas geografias imaginárias na medida em que permitiram um acesso ao mundo, ou mais concretamente a um lado ‘exótico’ do mundo, através de uma representação que oscilava entre o real e a ficção. De facto, e

no plano da ficção, estas narrativas encenavam e fabricavam muitas vezes uma realidade cultural e geográfica na qual os contextos culturais ‘exóticos’ eram mediados e filtrados pelos seus narradores, e representados discursiva e imageticamente à medida das expectativas criadas nas metrópoles europeias em relação a certos territórios de previsível e/ou desejada alteridade.

Considerando a prática acima referida como um exercício de ‘tradução cultural’, esta revela-se central na análise que poderemos fazer destes encontros onde as questões do poder e do conhecimento – revelando a sua ambivalência entre a domesticação e a outrificação do ‘outro’ – acabam por ser as premissas fundamentais que medeiam as relações produzidas nestes contextos. Entre a transformação do exotismo em algo familiar, assimilando-o, ou a exacerbação desse mesmo exotismo, o papel do narrador (incluindo o do narrador ‘sentimental’) nunca foi imparcial, tal como referem James Duncan e Derek Gregory (1999):

“This place of translation is not a neutral surface and it is never innocent: it is shot through with relations of power and of desire. [...] translation is either a «domesticating method, an ethnographic reduction of the foreign text to target language cultural values, bringing the author back home» or a «foreignizing method, an ethnographic pressure on those values to register the linguistic and cultural difference of the foreign text, sending the reader abroad».” (Duncan & Gregory, 1999:5)

Mas se o confronto, ou o desejo de encontro com a alteridade constitui um dos principais combustíveis da narrativa de viagens, nem sempre foi necessário sair do continente europeu para que essa alteridade se pudesse revelar e esse exotismo pudesse ser construído. Gostaria de aqui referir, ainda que de passagem, que a própria Europa, ou pelo menos alguns dos seus lugares mais ‘recônditos’³⁹, também foram alvo de discursos deslumbrados com o exotismo das suas ‘margens’ e ‘periferias’,

³⁹ Recônditos no sentido em que se fala de uma centralidade do norte da Europa face aos países do sul. Tal como nos refere Mary Louise Pratt: “The eighteenth century has been identified as a period in which Northern Europe asserted itself as the center of civilization, claiming the legacy of the Mediterranean as its own.” (Pratt, 1992:10).

contribuindo desta forma também para a enunciação de um “orientalismo periférico” em contexto europeu.

Disto é testemunho o fenómeno e a prática do *Grand Tour* (Bohls and Duncan, 2005; Buzard, 2002; Holden, 2005; Towner, 1985; Sharpley, 2008, entre outros), que teve o seu início no século XVII mas que se foi massificando ao longo do século XVIII. No *Grand Tour*, jovens europeus abonados levavam a cabo, regra geral, uma viagem pela Europa (Paris era um dos principais destinos), mas também pelas ‘periferias’ europeias nas quais Itália, e as suas características artísticas e culturais (sobretudo um conjunto de cidades a norte) eram muito apreciadas. Ainda sobre a hierarquização dos sentidos e das motivações das viagens ao longo do tempo, Adler (1989) refere que o *Grand Tour* teria como principal objectivo a produção de um discurso, em detrimento de outros aspectos:

“The aristocratic traveler who was addressed, often by his tutor, in early manual of advice, went abroad for discourse rather than for picturesque views or scenes.” (Adler, 1989:10)

Nos relatos de viagem que resultavam do *Grand Tour*, as periferias europeias eram percepcionadas como redutos da alteridade, o que levava a que fossem descritas com larga dose de exotismo, tal como nos revela Pratt (1992):

“It is not surprising, then, to find German or British accounts of Italy sounding like German or British accounts of Brazil.” (Pratt, 1992:10)⁴⁰.

⁴⁰ Relatos de exotismo que também podem ser encontrados nas narrativas sobre o Portugal do século XIX como, por exemplo, nos textos de Lord Byron sobre Sintra. Cardeira da Silva (2012) refere-se a esta periferização: “Similarly, Portuguese tourism can also be said to have been subaltern and, in a way, subjected to the same «crypto-colonialism» that Herzfeld (2002) refers to in Italy or Greece. The most obvious proof of this is that Portugal itself has been –since the time of the romantic Grand Tour and visits to Sintra –more a tourist destination than a place of departure.” (Cardeira da Silva, 2012:75)

1.4.1– Da narrativa ‘sentimental’ ao projecto colonial europeu

A segunda metade do século XVIII transporta com ela não só um novo discurso face ao ‘outro’ – que irá obviamente marcar as narrativas de viagem, de conquista e de mapeamento – mas também um renovado projecto colonial onde a presença ocidental se instala de forma mais inequívoca nos territórios ultramarinos. A narrativa ‘sentimental’ aparentemente desinteressada passa a coexistir com uma narrativa mais orientada para o conhecimento efectivo e sistemático do oriente, onde a antropologia e a etnologia, bem como outras ciências, passam a ser poderosas lentes de observação e instrumentos de *análise* do ‘outro’, como nos diz Edward Saïd (1978):

“[...] existiam desde meados do século XVIII dois elementos fundamentais na relação entre Oriente e Ocidente. Um deles era o crescimento, na Europa, do conhecimento sistemático do Oriente, conhecimento reforçado pelo encontro colonial e pelo interesse generalizado pelo alheio e inusual, explorado pelas ciências que se vinham desenvolvendo como a etnologia, a anatomia comparativa, a filologia e a história; a este conhecimento sistemático juntava-se um corpo considerável de literatura produzida por romancistas, poetas, tradutores e viajantes qualificados. O outro elemento das relações Oriente-Europa era o facto de a Europa se encontrar sempre numa posição de força, para não dizer de domínio.” (Saïd, [1978] 2004:45)

O projecto de dominação colonial europeu, que vai ganhar distintas formas nos séculos XVIII e XIX, terá talvez o seu mais emblemático exemplo naquilo que foi a invasão napoleónica do Egipto, iniciada em 1798. Esta invasão representa um ‘modelo’ de apropriação científica de uma cultura por outra aparentemente mais forte, amplamente praticado ao longo da História. Neste sentido, estes territórios eram vistos e percebidos como o laboratório, ou ainda o teatro, do conhecimento ocidental sobre o oriente (cf. Edward Saïd, 1978).

Acredito, com Saïd, que é efectivamente em grande parte a partir da invasão napoleónica do Egipto, e mais tarde da sua ocupação britânica, que se inaugura um novo paradigma colonial que vai prevalecer, com mais ou menos *nuances*, até às independências coloniais na segunda metade do século XX. Este novo paradigma está marcado não só pela utilização de um aparato militar imponente que visa transmitir uma imagem de força e de superioridade em vários domínios: militar, científico, cultural etc.; como também por uma presença efectiva da potência ocupante em todas as esferas da organização social do país ocupado e para *corrigir* e fazer ‘evoluir’ estas sociedades através de uma “missão civilizadora”.

Estas práticas contribuem obviamente para reconfigurar a orgânica das sociedades colonizadas, assim como para modelar e consolidar o discurso orientalista. Tal como nos diz Edward Saïd: “O conhecimento do Oriente, porque gerado a partir da força, *cria* num certo sentido o Oriente, o oriental e o seu mundo.” (Saïd, [1978] 2004:46). É a partir desta altura que a ligação entre poder e conhecimento ganha mais intensamente forma, e que a premissa de que é necessário conhecer para poder dominar adquire contornos reais com a presença progressiva das potências imperiais europeias um pouco por todo o mundo. Tal como nos refere Bridges (2002):

“At best non-Europeans were «innocent primitives»; even the idea of the «noble savage» was a construct to which few practical travelers gave much credence. Superiority seemed most manifest in science. Europeans claimed to understand the earth and its physical processes, knew how to plot their positions, and could classify plants and animals. By 1830 science had made possible an «intellectual conquest» of most of the rest of the world which implied that those who understood nature’s laws’ could bring about an «imperialism of improvement».” (Bridges, 2002:57)

Muitos contextos ‘exóticos’ vão-se transformando assim, gradualmente, em colónias, e as grandes potências europeias disputam-se entre si com o objectivo de se poderem declarar como o ‘maior império colonial’, *ranking* onde Reino Unido e França foram os principais e eternos competidores. A disputa entre estes dois países pode ser ilustrada através de episódios como o de Fachoda (1898-1899), quando tropas britânicas e francesas quase se confrontaram pela possibilidade de dominar o continente africano e controlar as diferentes zonas de influência europeia⁴¹; tal como o Ultimato britânico de 1890 a Portugal já fora motivado pela exigência de criação de um eixo de domínio do “Cabo ao Cairo”.

Em ambos os casos o acto de espalhar o continente africano dá-se sobretudo ao nível da cartografia, confirmando o mapa como um poderoso, muito embora abstracto e efémero, instrumento de domínio colonial (Basset, 1994). A cartografia enquanto forma de representar o território, e o mapa enquanto representação material do mundo, constituíram os mais importantes aliados na dialética entre o poder e o conhecimento. O mapa *representava* África, e por isso seria através dele que se *dividiria* esse território: a cartografia, como já vimos, foi uma das principais cúmplices do domínio colonial.

Mais à frente, e particularmente sobre o território que aqui nos interessa – o da actual República Islâmica da Mauritânia – veremos como o mapeamento e a cartografia foram das principais actividades a que se dedicaram os representantes das administrações coloniais, e de como esta actividade veio também *traduzir* e tornar inteligível um continente que, como bem formula Emanuela Casti (2001), estaria desprovido de significação social:

“On sait bien que l’Europe a entrepris sa conquête territoriale en s’appuyant sur une conception bien particulière de l’Afrique, qui faisait de ce continent un territoire dépourvu de signification sociale. [...] l’opinion publique saisit l’Afrique par le biais de représentations fortement stéréotypées s’inspirant des valeurs occidentales qu’en donnent les explorateurs, les

⁴¹ Para uma leitura mais aprofundada sobre o incidente de Fachoda ver: Lewis, David L. (1987) *The race to Fachoda: European Colonialism and African resistance in the scramble for Africa*. New York: Wiedenfeld & Nicolson; ou Pelliser, Pierre (2011) *Fachoda et la mission Marchand: 1896-1899*. Paris: Perrin.

voyageurs, les géographes, les militaires, les peintres, les photographes... Néanmoins, au sein de ces images, la carte géographique joue un rôle tout à fait particulier : elle se propose, d'une certaine manière, en tant que représentation objective et neutre, de concevoir le continent noir et se met donc dans la condition d'être hautement fonctionnelle vis-à-vis du projet impérialiste en légitimant scientifiquement ses présupposés." (Casti, 2001:430)

O discurso dominante produzido sobre o continente africano, mas sobretudo as suas representações, está por esta altura profundamente marcado pela ausência de significação social de que nos fala Casti. O acto de retirar qualquer tipo de traços ou heranças culturais às populações foi uma das tarefas levadas a cabo, com sucesso, pelos narradores e pelos produtores de um discurso oficial sobre os territórios 'exóticos' e sobre o 'outro', tanto na cartografia como na narrativa de viagem, de conquista e de mapeamento. Tal como se *fabrica* o exotismo para consumo ocidental, também se pode dissimular aquilo que de alguma forma parecem ser os traços *culturais* de populações que não se supõe *terem cultura*:

"[...] they [os textos imperiais] portray the African peoples not as undergoing historical changes in their lifeways, but as having no lifeways at all, as cultureless beings (*sans moeurs* [...])."

(Pratt, 1992:53)

Ao 'extrair' qualquer tipo de traço cultural das populações que habitam os territórios que se querem dominar, parece ser mais fácil legitimar a imposição de uma 'nova' cultura – aquela das potências coloniais – inequivocamente mais rica e válida na opinião dos dominadores. As descrições do 'outro' enquanto ser *acultural* servem sobretudo para o distanciar do colono e para o *classificar* de acordo com uma hierarquia pré-definida:

"[...] these descriptive practices work to normalize another society, to codify its difference from one's own, to fix its members in a timeless present where all «his» actions and

reactions are repetitions of «his» normal habits. Like the system of nature, it makes an order where, for the outsider, there exists chaos.” (Pratt, 1992:64)

Sobre a ‘validade’ da cultura enquanto ‘atributo’ legitimador de uma lógica hierarquizante, Renato Rosaldo (1988) dá-nos conta de como foi confrontado, no seu terreno etnográfico nas Filipinas, com a auto-representação das populações locais como sendo “people without culture”. Esta auto-representação foi problematizada por Rosaldo, que procurou destrinçar e questionar o próprio conceito de cultura (a par com a forma como este é utilizado pelos antropólogos), entre aquelas que são as representações da ‘alta’ ou ‘baixa’ cultura, cultura simples ou complexa ou, ainda em termos quantitativos, sobre o que significa possuir ‘maior’ ou ‘menor’ cultura. Rosaldo refere que esta hierarquização contribui para a criação de zonas de “invisibilização cultural”, referindo-se aos aspectos que são excluídos de análise ou de consideração por não corresponderem a expectativas sobre autenticidade e/ou tipicidade, ou por não serem reconhecidas como ‘culturais’.

A criação de zonas de “invisibilização cultural”, geradas ao longo de muitas das narrativas aqui em análise, reificam a ideia de “evolucionismo cultural” tal como ela é sistematizada por Rosaldo (1988):

“In this pseudo-evolutionary ladder, people begin without culture, and grow increasingly cultured until they reach that postcultural point where they became transparent to «us».”
(Rosaldo, 1988:80)

Mais à frente examinaremos como a construção de um discurso de promoção turística nos países ‘exóticos’ vem reverter a linguagem e as políticas que sustentaram a transformação dos terrenos coloniais em tábuas rasas culturais. Como veremos, o discurso da promoção turística vem, pelo contrário, *revelar* as populações autóctones enquanto ‘tradicionais e autênticas’ e como detentoras de culturas e práticas ‘ancestrais’. O discurso do turismo *sistematizou* e *organizou* de certa forma as práticas culturais e sociais das populações ‘exóticas’, descrevendo-as, classificando-as e dotando-as de significado para consumo ocidental.

Ao longo do próximo capítulo mergulharei na costa saariana e nas narrativas sobre ela produzidas, assim como sobre as suas populações: darei conta das primeiras incursões ocidentais (ou pelo menos daquelas cujos relatos nos chegaram), consideradas as narrativas ‘primordiais’ sobre este território produzidas a partir do ocidente, entre as quais se encontram os relatos de alguns cronistas ao serviço do expansionismo português.

Irei analisar também algumas das narrativas produzidas sobre o território da actual Mauritânia, escritas entre 1785 e 1881. A opção por este intervalo cronológico prende-se com o facto de ser na segunda metade do século XVIII que se começa a estabelecer uma produção mais abundante e sistematizada de relatos de missões de mapeamento e de reconhecimento territorial relativos à Mauritânia no período pós expansão marítima. Estes relatos adquirem especial expressão, tal como iremos ver, ao longo do século XIX, e muito peculiarmente a partir da sua segunda metade. O capítulo terminará com a análise de narrativas relativas ao ano de 1881, pois considereei que os documentos que se lhe seguem (1888) marcam uma viragem no que diz respeito à forma como eram entendidas as expedições ao território.

A brevíssima exposição que aqui foi realizada sobre os diferentes olhares que podem ser veiculados através das narrativas de exploração, mapeamento, conquista, viagem, etc., teve por objectivo enquadrar as leituras que se lhe seguem a partir de uma multiplicidade de ideologias, pontos de vista, tendências e agendas que as condicionam e caracterizam. Desta forma, reafirma-se aqui a ideia subjacente a este capítulo, de que as narrativas não são *per se* neutras, mas que respondem a correntes ideológicas e políticas e a momentos históricos precisos: estes documentos dizem-nos tanto acerca do momento histórico no qual foram produzidos como acerca dos sujeitos que os conceberam.

“C’était le véritable aspect des ondulations de la mer;
peut-être, du fond d’une mer sans eau:
les vents creusent en effet les sables du désert,
en sillons ondulés, comme la brise fait des vagues de la mer,
lorsqu’elle en trouble légèrement la surface.”
(Caillié, 1830:363)

CAPÍTULO 2

DO PARADIGMA MARÍTIMO AO MAPEAMENTO DO TERRITÓRIO

2.1 – A costa ocidental saariana: de navegadores, exploradores e ‘conquistas’

Após o anterior enquadramento histórico sobre a reformulação das narrativas ao longo do tempo apontarei, neste capítulo, para o território em causa: a costa ocidental saariana. Debruçar-me-ei sobre as narrativas produzidas pelos primeiros europeus a tomar contacto com as populações que habitavam os territórios já mencionados, focando-me sobre os relatos que transmitem as primeiras impressões que os ‘mouros’⁴² causaram nos exploradores e viajantes ocidentais.

Começarei por uma brevíssima nota sobre as movimentações naquele troço da costa saariana num período anterior ao da presença portuguesa, passando depois às narrativas do período da expansão portuguesa. Seguidamente procurarei analisar as narrativas de ‘conquista’ que correspondem à primeira fase da penetração francesa em território mauritano. Os relatórios pré-coloniais, resultado de missões de mapeamento e reconhecimento territorial, produzidos entre 1785 e 1881 serão, ao longo deste capítulo, os nossos objectos de análise preferenciais.

É importante frisar que a costa saariana não era totalmente desconhecida antes das incursões portuguesas do século XV. A partir do fim do século XIII, alguns navegadores europeus fizeram incursões à costa saariana a partir das ilhas Canárias (Ricard, 1930), viagens cujo objectivo seria, para além da exploração da região

⁴² Consideraremos aqui os ‘mouros’ enquanto populações arabizadas da África setentrional e autóctones da Mauritânia inferior (Las Casas, 1996:88).

desconhecida, encontrar ouro e escravos vindos do Sudão e tentar estabelecer relações comerciais (Barbier, 1984). No século XIV multiplicam-se as expedições às Ilhas Canárias, realizadas por navegadores portugueses e catalães, e no início do século XV um grupo de navegadores normandos conquista e coloniza uma parte das Canárias (1402-1405) (Albuquerque, 1994; Bethencourt, 1998; Riley, 1998; Farinha, 1998).

Em 1405 uma outra expedição normanda, comandada por Jean de Béthencourt, chega às imediações do porto de “Bugeder”⁴³ e os seus membros caminham cerca de oito léguas para o interior onde capturam homens e mulheres, e cerca de 3.000 camelos. Este episódio, relatado por Gabriel Gravier (1874)⁴⁴ marcará o início do comércio de escravos nesta região (Barbier, 1984; Albuquerque, 1994), que será mais tarde prosseguido pelos portugueses.

A partir de 1421 o Infante D. Henrique⁴⁵ impulsiona uma série de expedições portuguesas às costas africanas, sensivelmente na latitude das Ilhas Canárias. Numa destas expedições, em 1434, Gil Eanes dobra o Cabo Bojador, e dois anos depois, em 1436, Afonso Gonçalves Baldaia chega ao Rio de Oro e adquire escravos às tribos berberes *Sanhaja* da região (Barbier, 1984, Albuquerque, 1994). Ocorre depois um interregno no que às expedições marítimas diz respeito e estas só serão retomadas em 1441, já com a adopção da caravela enquanto meio de transporte. É precisamente sobre o período situado entre 1441 e 1448 que nos deteremos em primeiro lugar, pois é a este que diz respeito uma parte considerável das narrativas do cronista Gomes Eanes de Zurara.

Tal como referido no capítulo anterior, as crónicas de Zurara inscrevem-se no que designei período de ‘conquista’ e, no caso presente, de ‘conquista’ do território africano. Sendo que aqui interessa especialmente a análise das narrativas produzidas

⁴³ Poderá tratar-se do Cabo Bojador, tal como nos refere Maurice Barbier: “Tous les chroniqueurs portugais attribuent le doublement du cap Bojador à leur compatriote Gil Eanes vers 1434: cet exploit était à la fois une gloire nationale et un titre justifiant la présence portugaise sur la côte saharienne. Mais d’autres navigateurs, notamment le Français Jean de Béthencourt en 1405, ont pu également aller au cap Bojador auparavant, du moins si l’on identifie le cap de Bugeder avec ce lieu. Raymond Mauny préfère le situer au cap Juby, ce qui lui permet de laisser aux Portugais le mérite de la découverte de 1434.” (Barbier, 1984:10).

⁴⁴ Gabriel Gravier publica em 1874 uma versão anotada das viagens de Jean de Béthencourt (1362-1425), intitulada: *Le Canarien: livre de la conquête et conversion des Canaries (1402-1422)*.

⁴⁵ As principais motivações do Infante D. Henrique para o desencadeamento deste movimento expansionista seriam, segundo Gomes Eanes de Zurara, quatro: a curiosidade geográfica; o desejo de enriquecimento da sua Casa; a busca de aliados para a guerra santa; e a vontade de alargar a zona de influência cristã. (Zurara: 1973 (1453):43-47).

sobre parte da costa saariana trabalharei, num primeiro momento as que se referem ao período da expansão portuguesa em que imperou, como já referido, um modelo de expansionismo baseado num "paradigma marítimo" (Pratt, 1992) que privilegiava o mapeamento progressivo das regiões costeiras, que se caracterizou, num primeiro momento, por uma abordagem predominantemente bélica no que às relações com o 'outro' africano diz respeito.

Na verdade, esta atitude mais ostensivamente belicista ter-se-á circunscrito, segundo alguns académicos, ao período situado entre 1441 e 1448 (Saunders, 1982; Horta e Freire, 2011), e a este ter-se-ia seguido um novo período durante o qual o comércio se tornou a principal bandeira da expansão portuguesa. Seria precisamente através do estabelecimento de relações comerciais, mas também de relações diplomáticas com as sociedades africanas, que a Coroa portuguesa procuraria afirmar a sua presença e influência nesses territórios. Esta atitude permitir-lhe-ia também retratar-se aos olhos do clero (Saunders, 1982) e operar uma mudança de estratégia capaz de contornar a resistência (por vezes vitoriosa) dos 'mouros' à sua presença no território, tal como nos referem José da Silva Horta e Francisco Freire:

"[...] Os anos de 1441-1446 terão sido os mais violentos, uma vez que em 1448 uma nova estratégia política e económica conduz o Infante D. Henrique e a Coroa portuguesa a alterar a sua abordagem às sociedades africanas, que se metamorfoseia de predominantemente bélica em diplomática e comercial. As causas desta alteração ligam-se, por um lado, ao despovoamento das secções costeiras saarianas mais fustigadas pelos portugueses, mas também, obviamente, à resistência oferecida pelas sociedades locais." (Horta e Freire, 2011:2)

Também para A. C. de C. M. Saunders estes anos (1441-1448) terão sido os mais violentos da expansão marítima portuguesa⁴⁶, e rapidamente o comércio terá sido percepcionado pela Coroa enquanto substituto aceitável da guerra santa e do belicismo, sempre associado à captura de escravos. No entanto, quer as práticas de escravatura, quer o aprisionamento das populações já vinha sendo realizado pelos exploradores portugueses em Marrocos no período precedente e, tal como nos refere Saunders:

“[...] both the Infante D. Henrique and his captains thought of their activities in Mauritania merely as a southward extension of operations in Morocco.” (Saunders, 1982:219)

O comércio, enquanto ‘novo paradigma’ da conquista portuguesa, estará sobretudo ligado ao facto de o belicismo praticado pelos portugueses no norte de África ter sido rápida e veementemente condenado pelo papa Eugénio IV, o que levou a que a monarquia portuguesa tivesse iniciado conversações com o papado sobre os territórios da África Ocidental logo em 1442, depois da chegada de Nuno Tristão e de Antão Gonçalves ao Cabo Branco, junto ao Banco de Arguim.

Se os relatos de Gomes Eanes de Zurara são tidos como dos mais consistentes, à época no que toca à descrição da costa saariana (graças, em grande medida, à estadia de sete meses de João Fernandes no território), há um lote considerável de outras narrativas que também tiveram o seu peso na história da presença ocidental nestas paragens e na forma como estes viajantes olhavam para o ‘outro’.

Como tal, e apesar de não serem trabalhadas neste texto, não se pode deixar de referir as narrativas de Duarte Pacheco Pereira que, no início do século XVI, descreve a costa saariana entre o Cabo Não e a Ilha de Arguim⁴⁷ na obra *Esmeraldo de situ orbis*⁴⁸; a crónica de Valentim Fernandes, que descreve a costa africana de Ceuta

⁴⁶ “[...] the period in which the Portuguese resorted to war and ransom of prisoners to secure the slaves, gold and other precious good they sought was, for various reasons, very short: only from 1441 to 1448. Thereafter trade was the principal form of contact between Portuguese and the Africans [...]” (Saunders, 1982:219)

⁴⁷ Como veremos mais à frente, a Ilha de Arguim, ocupada pelos portugueses no século XV, foi disputada durante um largo período de tempo por diversas nações europeias.

⁴⁸ “[...] neste deserto andam alguns homens saluagees e nus que se mantem de guazellas que tomam em laços e lebres e de cobras, as quaes carnes secam ao sol, e isto comem e nam al, e esta terra se

até ao Rio Senegal entre 1506 e 1507, em grande medida, através das narrativas do navegador João Rodrigues, que terá permanecido em território mauritano entre 1493 e 1494.

Também as narrativas de Alvise da Cadamosto se encontram entre as mais conhecidas no que diz respeito ao conhecimento da costa saariana. O navegador veneziano efectua duas viagens à região, uma em 1455 e a outra em 1456 e redige, em 1462, uma relação das suas viagens onde faz uma interessante descrição dos costumes dos Azenegues, à qual voltaremos mais adiante.

2.2 – Narrativas e descrições da costa saariana: Gomes Eanes de Zurara e Alvise Cadamosto

As crónicas de Gomes Eanes de Zurara estão entre as principais narrativas europeias sobre as populações da costa mauritana produzidas no século XV. Zurara foi cronista ao serviço da corte do rei português D. Afonso V (o Africano)⁴⁹, e entre 1453 e 1460 escreve as *Crónicas da Guiné* a partir de relatos e da memória oral de navegantes portugueses que partiam, em abordagem e conquista, para os territórios norte africanos. Estas incursões onde, para além do bélico⁵⁰, pouco ou nenhum contacto era estabelecido com as populações locais e, salvo algumas excepções, pouco mais do que o território costeiro era explorado, marcaram o início das narrativas de alteridade sobre as populações ‘mouras’ daquela região.

As narrativas de Zurara – que dizem respeito ao período entre 1434 e 1448⁵¹ – são igualmente marcadas pela descrição ‘épica’ da acção dos navegadores portugueses e da propagação do cristianismo junto dos ‘mouros’, centrando-se essencialmente na descrição dos feitos e da coragem de determinados navegadores que sobressaíram na realização de abordagens costeiras.

chama Hazara, e estes homees falam a lingua dos Azenegues e adoram a burrla da seita de Mafoma.” (Pacheco Pereira, 1905:76)

⁴⁹ D. Afonso V reinou entre 1438 e 1481, período que corresponde ao início de um conhecimento mais completo do continente africano por parte dos navegadores portugueses.

⁵⁰ Falamos das expedições realizadas entre 1441 e 1448.

⁵¹ A. C. de C. M. Saunders revela-nos que Zurara teria tido alguma relutância em continuar as suas crónicas para além de 1448 (cf. Saunders, 1982:224).

Apesar das referidas motivações, enunciadas por Zurara, para estas expedições, importa salientar que a procura pelas terras e pela figura do Preste João constituíram um dos principais objectivos destas viagens. Na *Crónica dos Feitos da Guiné* aparecem várias referências à demanda pelo Preste João e, no capítulo XVI, Zurara refere que o Infante D. Henrique terá encarregue Antão Gonçalves de colher notícias das “Índias e da terra do preste João se ser podesse” (Zurara, [1453] 1973:86).⁵² São feitas descrições detalhadas sobre as incursões dos navegadores na costa mas, sobretudo – o que parece indiciar o principal foco da narrativa – sobre a quantidade de ‘cativos’, entre homens, mulheres e crianças, que seriam levados para Portugal para servir como escravos⁵³. A captura de escravos é minuciosamente descrita na narrativa de Zurara, a partir da qual Saunders resume:

“[...] the first captives had been seized in raids in Mauritania. The first two prisoners, a man of the Idzagen Berber people and a black slave woman belonging to the Idzagen, were taken for the information they could give about the newly discovered country; the next group was taken so as to be reduced to slavery.” (Saunders, 1982:219)

As descrições de abordagens costeiras que conduzem à captura de escravos são dominantes nos relatos de Zurara, mas só muito pontualmente são feitas observações sobre as populações locais, na maior parte das vezes sem deslumbramento evidente e marcadas por um ostensivo discurso de superioridade civilizacional. As observações mais comuns passam por uma descrição dos hábitos alimentares e da indumentária das populações autóctones, tal como esta que se reproduz:

“As vestiduras que trazem são almexias de coiro, e assim bragas dele; porem alguns honrados teem alquices; e alguns especiaes, que quasi são sobre todos os outros, trazem vestidos bons, assim como os outros Mouros, e bons cavalos e

⁵² “Os ainda deficientes conhecimentos geográficos não permitiam estabelecer uma fronteira precisa entre a África e a Ásia; daí uma certa confusão entre a Etiópia e a Índia.” (Vilhena, 2001:631).

⁵³ Para Horta & Freire “Zurara tende, no entanto, a valorizar os violentos primeiros anos destes encontros, no que contrasta com o papel menor que estes têm nas sínteses históricas actuais, onde é sobretudo destacado o quadro de relações pacíficas que surgiu posteriormente, polarizado pela criação da feitoria de Arguim [...]” (Horta e Freire, 2011:3).

boas selas, e boas estribeiras; mas estes mui poucos.” (Zurara, [1453] 1973: 323)

ou ainda esta:

“As mulheres vestem alquices que são assim como mantos, com os quaes somente cobrem os rostros, e por ali entendem que acabam de cobrar toda sua vergonha, que os corpos trazem todos nus. Por certo, diz aquele que ajuntou esta história, que esta é uma das cousas por que homem pode conhecer sua grande bestealidade, que se alguma pequena de razão entre eles houvesse, seguiriam a natureza, cobrindo aquelas partes somente que ela mostrou que deviam ser cobertas, que vemos naturalmente que em cada um daqueles lugares vergonhosos pos cerco de cabelos, mostrando que os queria esconder; e ainda teem alguns naturaes que se leixarem assim aqueles cabelos, que tanto cerceirão, até que escondam todos os lugares de vossa vergonha. E as mulheres daqueles honrados trazem brincos e argolas de ouro e assim outras jóias.” (Zurara, [1453] 1973:323-324)

Esta última descrição é das poucas encontradas cujo discurso reflecte algum assombro perante a alteridade encontrada nestes territórios. O contacto entre os navegadores portugueses e as populações parece ter sido tão reduzido que a maior parte das descrições encontradas na narrativa de Zurara nos parecem meros vislumbres longínquos dos mouros que ali habitavam.

No entanto, a dado momento, Zurara revela a comunicação da vontade, por parte de João Fernandes, um dos elementos da tripulação, em ser deixado em território ‘mouro’ para assim poder relatar e conhecer com mais detalhe os costumes destas populações. Aparentemente, João Fernandes terá permanecido sete meses em solo mauritano, tendo sido acolhido pelas populações locais (entre as quais terá sido

alimentado à base de peixe e leite de camela) (Zurara, [1453] 1973:114), tendo sido recuperado pela frota portuguesa numa posterior expedição costeira.⁵⁴

Esta estadia, equiparada por Zurara ao mais nobre feito e sacrifício realizado por um navegador português⁵⁵, permite que João Fernandes esteja obviamente melhor posicionado para discorrer sobre as populações nativas do que os seus congéneres. Zurara dá-nos conta, ao longo do capítulo LXXVII⁵⁶ e a partir da voz de João Fernandes, das várias considerações tecidas por este último, entre as quais o seguinte testemunho:

“A letra com que escrevem, nem a linguagem com que falam, não é tal como a dos outros Mouros, antes doutra guisa; empero todos são da seita de Mafamede e são chamados Alarves e Azenegues e Barbaros. E todos andam como já disse, scilicet, em tendas, como seus gados, por onde lhe praz, sem alguma regra nem senhorio nem justiça, somente cada um anda como quer, e faz o que lhe praz naquilo que pode.”
(Zurara, [1453] 1973:326-327)

A narrativa de João Fernandes tem a particularidade de destringir e de estabelecer algumas diferenças entre os ‘mouros’, entre os quais, nos territórios por ele visitados e apesar das generalizações, se pode descortinar a presença de diversidade. Uma parte considerável das suas descrições dá-nos conta das características geográficas do país e também da sua relação com o restante território africano até então conhecido, tal como a costa mediterrânica e o Egipto⁵⁷.

⁵⁴ Os escravos capturados serviam muitas vezes de intérpretes. O capítulo XII da “Crónica dos Feitos da Guiné” diz respeito ao aprisionamento feito por Antão Gonçalves de dois indígenas que seriam usados como intérpretes em futuras expedições (Zurara, [1453] 1973:65-69).

⁵⁵ “Ó gentes que vivei na doçura dos vales de Espanha, que quando acontece de vos minguar alguma parte do mantimento acostumado nas casas dos senhores com que viveis, apenas se podem ouvir com vossos clamores! Esguardae, se quiserdes, sobre o padecimento deste homem [João Fernandes], e achá-lo-heis digno de grande exemplo para qualquer que, servindo, quer fazer vontade de seu senhor!” (Zurara, 1973:158).

⁵⁶ “Das cousas que aconteceram a João Fernandes.”

⁵⁷ “E disse que esta terra é toda areosa e sem alguma herva, somente pelas várzeas ou baixios que tem alguma herva, de que os gados hão seu fraco governo; tem porém outeiros e serras, todos de areia. E

Alvise Cadamosto, navegador veneziano que serviu a coroa portuguesa entre 1455-1456⁵⁸, dá-nos igualmente, mais tarde, conta da sua passagem por aquele que se viria a tornar o território mauritano. As narrativas de Cadamosto parecem-nos mais pormenorizadas, por contraponto às de Zurara, mas tal dever-se-á ao facto de Cadamosto, ao contrário de Zurara, ter efectivamente participado nas expedições marítimas que relata, e ter contactado em primeira mão com as populações locais.

Por outro lado, as narrativas de Cadamosto dizem respeito a um período histórico em que a captura de escravos terá sido, como já visto, substituída pelas trocas comerciais. Nesta perspectiva, as suas narrativas conformam a transição do arquétipo ‘belicista’ de Zurara para um novo paradigma pelo qual se pautam as relações entre portugueses e ‘mouros’. Estas narrativas revelam também uma procura do conhecimento do ‘outro’ de tal forma detalhado que as suas descrições *quasi* etnográficas, mas nem por isso menos essencialistas dos ‘mouros’, merecem ser aqui longamente citadas:

“Estes são homens que entre si não têm senhores, a não ser os que são mais ricos; e esses são respeitados e obedecidos um tanto pelos outros. São, porém, gente pobre e, sobretudo, mentirosos e ladrões como não há outros, e são grandes traidores. E são homens de regular estatura, mas magros; e trazem cabeleira de cabelos anelados pelas costas abaixo, quase ao modo dos Alemães; mas são cabelos pretos; e untam-se todos os dias com gordura de peixe, e cheiram muito mal. E isso reputam grande distinção. Também têm por costume que as suas mulheres sejam gordas, e que sobretudo tenham grandes tetas. E quando elas têm dezassete ou 18 anos, quebram as tetas pelo meio, à força, com uma corda, de tal modo que lhes vêm a cair para baixo; e logo que parem uma

dura esta terra dê Tagaoz até terra dos Negros, e vai cerrar com o mar Medioterreno, no cabo do reino de Tunes, a Mondebarque. E dali vai toda terra, tal como esta que tenho dito, des o mar Medioterreno até os Negros e até Alexandria, a qual é toda povoada de gente de pastores, dela mais dela menos, segundo tem o pasto para os gados; nem há em ela arvores senão pequenas, assim como figueiras do inferno ou espinheiros, e em alguns lugares há aí palmeiras.” (Zurara, [1453] 1973:326).

⁵⁸ Os seus relatos foram escritos na década de 1460 e publicados em Milão, após a sua morte, nos anos de 1507 ou de 1508.

vez, fazem-se compridíssimas e incapazes de se verem. É de saber que estes nunca tiveram notícia nem conhecimento de outros cristãos, a não ser dos Portugueses, os quais lhes fizeram guerra durante 13 a 14 anos, tomando a muitos deles, como disse atrás, em muitos assaltos, e vendendo-os como escravos.” (Cadamosto & Sintra, 1988:105-106)

Neste excerto podemos já entrever algumas das características que foram atribuídas aos ‘mouros’ da costa atlântica e que irão prevalecer durante algum tempo nas narrativas ‘ocidentais’ sobre estas populações: a desonestidade e a perfídia. Mais à frente voltaremos a este tipo de estratégias de essencialização dos ‘mouros’, nas quais predominou, durante um considerável período de tempo, o paradigma da hostilidade ‘moura’, que veio posteriormente a ser alimentado pelos exploradores franceses.

Também Valentim Fernandes (1506-1507)⁵⁹ descreve, mais tarde, outras incursões na costa mauritana, nas quais a Ilha de Arguim assume um enorme protagonismo para os navegadores portugueses graças à sua localização estratégica com vista ao estabelecimento de trocas comerciais⁶⁰. Este protagonismo manter-se-á durante muitos anos pois a Ilha de Arguim foi, após o estabelecimento português, disputada por inúmeras nações europeias como a inglesa, francesa e holandesa até ao século XVIII.

O conhecimento da Ilha de Arguim pelos portugueses remonta a 1442, bem como de outras ilhas do Banco de Arguin. Com o estabelecimento na ilha da feitoria de Arguim, cuja famosa fortificação começou a ser construída em 1461⁶¹, os portugueses trataram de identificar e controlar as rotas comerciais utilizadas pelos mercadores do Saara Ocidental, assim como de iniciar trocas com as populações locais. Com epicentro na Ilha de Arguim, o comércio com os ‘mouros’ durante este período depressa assumiu

⁵⁹ O *Manuscrito de Valentim Fernandes* será publicado por Théodore Monod e Pierre Cenival em 1938. No capítulo 4 voltaremos a falar deste documento.

⁶⁰ Sobre a Ilha de Arguim e as instalações portuguesas neste território ver também as informações fornecidas por Albuquerque (1994) e Freire (2009) sobre a visão da costa saariana da segunda metade do século XV, a partir das narrativas portuguesas.

⁶¹ O Infante D. Henrique morre em 1453 e, a partir da sua morte, D. Afonso V passa a assumir o controlo directo da exploração e comércio da costa ocidental africana.

especial importância para Portugal⁶² através da troca de produtos como a goma-arábica, o ouro, a lã, o couro, o sal, as tâmaras, o âmbar e peles diversas⁶³.

O controlo do litoral atlântico mauritano, bem como a actividade comercial que ele permite serão, como já foi referido, rapidamente disputados por outras nações europeias. Após uma longa presença portuguesa na Ilha de Arguim, os holandeses apoderam-se do território em 1638, perdendo, por sua vez, o controlo da Ilha para os ingleses, em 1665. Um ano depois, os franceses vêm ocupar este território insular, impedindo as trocas comerciais concorrentes e destruindo parte das fortificações edificadas pelos portugueses. Em 1687 os holandeses recuperam a Ilha que ficará sob domínio germano-holandês até 1721, data em que os franceses repetem a tentativa de dominação do território munidos de uma pequena frota, mas o apoio do então Emir do *Trarza* à presença holandesa leva a que, ainda no mesmo ano, a Ilha volte a ser ocupada pelos holandeses. A 13 de Janeiro de 1727 é assinada em Haia uma convenção entre o Rei de França e as Províncias Unidas dos Países Baixos – *Convention entre le Roi de France et les Provinces-Unies des Pays-Bas au sujet de l'île de Amboina; signée à la Haye de 13 janvier 1727* – na qual os holandeses se comprometem a renunciar às suas pretensões sobre a Ilha de Arguim⁶⁴.

Um ano mais tarde, em 1728, e depois de assegurarem o monopólio da costa atlântica até à Serra Leoa, os franceses destroem definitivamente o forte de Arguim. A partir deste momento, o litoral mauritano ficará integralmente sob domínio francês, completando-se a ocupação da totalidade do actual território da Mauritânia pelas forças coloniais francesas, o que virá a acontecer em 1911, como veremos mais à frente.

⁶² Os portugueses teriam tentado igualmente, por volta de 1487, criar um entreposto comercial em Ouadane, no interior do país (Mauny, 1960; Barbier, 1984; Lydon, 2009), onde teriam construído uma feitoria que foi rapidamente abandonada, aparentemente devido à reacção hostil da população face à presença portuguesa (Barbier, 1984; Ould Cheikh, 2013). Segundo Barbier (1984): “[...] en 1487 les Portugais établirent une factorerie à Ouadane, principale ville de l’Adrar, et trois commerçants s’y rendirent. Mais l’hostilité des Zenaga les empêche de maintenir ce comptoir” (Barbier, 1984:13). A existência desta feitoria ainda não foi arqueologicamente confirmada, e a sua localização exacta é alvo de discórdia entre as populações locais (ver Cardeira da Silva, 2012).

⁶³ Sobre as trocas comerciais no território da Mauritânia, com especial enfoque para a da goma-arábica, ver Frazão-Moreira (2013).

⁶⁴ Martens, George Frédéric de (1802), *Supplément au recueil des principaux traités d’alliance, de paix, de trêve, de neutralité, de commerce, de limites, d’échanges, etc. conclus par les puissances de l’Europe*. Gottingue: Chez Henri Dieterich.

2.3 – Do exotismo e das suas narrativas: algumas notas sobre os desafios de escrever sobre o ‘outro’

Como acabámos de ver, nas expedições marítimas realizadas até ao século XVI eram raras as incursões pelo interior do continente nas quais os viajantes e exploradores ocidentais se pudessem confrontar directamente com as populações locais. Apesar de, ao século XVIII, a costa ocidental africana já não ser uma região estranha e incógnita, o interior do território mauritano continuava a representar o misterioso e o desconhecido.

Começava um período histórico que ficaria marcado pelo abandono das narrativas da conquista bélica e da escravatura, e no qual as possibilidades de descoberta científica viriam a ser os principais motes para a realização de viagens e suas consequentes narrativas. O território mauritano não foi excepção.

De seguida, analisarei sumariamente alguns relatos de viagens que são exemplo da procura de conhecimento científico, e que se caracterizam pela incorporação do já referido ‘herói romântico’ como sujeito e protagonista. Terminarei com um lote de relatos que constituem uma espécie de embrião daquela que constituiu uma teoria da ocupação colonial para o território da Mauritânia.

É apenas em finais do século XVIII e durante a primeira metade do século XIX que são produzidos e vulgarizados os primeiros relatos de viajantes ‘solitários’ pelo território saariano, muitos deles acompanhados por tradutores e guias, e alguns fazendo-se mesmo passar por muçulmanos, mimetizando as formas de comportamento e de vestuário que associavam às populações locais e às suas práticas religiosas, tentando com isso de alguma forma camuflar-se entre os ‘nativos’ por temerem represálias face às suas convicções religiosas enquanto cristãos.

O travestismo foi efectivamente uma opção utilizada com alguma frequência por parte de viajantes e exploradores ocidentais quando das suas incursões em territórios onde os códigos de vestuário e a sua adopção poderiam permitir uma melhor recepção por parte das populações locais⁶⁵. O travestismo de que aqui falamos estava muitas vezes associado à dissimulação da religião (cristãos vestidos como os muçulmanos). Tal como nos refere Bisson (2003):

«Ainsi donc, durant ce demi-siècle (de René Caillié à Camile Douls [...]), les missions à caractère scientifique qui se sont succédé démontrent que le Sahara n'est pas seulement un espace inconnu à traverser, mais un obstacle à vaincre. Aussi n'est-il pas inutile de faire le point sur les méthodes pratiquées : faut-il se fondre dans l'anonymat ou affirmer son identité ?» (Bisson, 2003:64)

Não é escassa a relação dos viajantes que se celebrizaram ao empreender viagens pelos territórios da África Ocidental. Muitos realizaram as suas viagens com o apoio da *Société de Géographie de Paris*, fundada em 1821, e que edita um “Bulletin” onde estes podem publicar as suas narrativas. Esta possibilidade de visibilidade proporcionada pelas publicações da *Société de Géographie* aumenta exponencialmente o número de candidatos que aspiram a uma contribuição para o enriquecimento do conhecimento científico, bem como para o avolumar dos documentos da “missão civilizadora” ocidental.

⁶⁵ Gail Low (1996) escreveu sobre o travestismo enquanto dissimulador de uma identidade racializada, referindo que o prazer de usar a roupa do “outro” está relacionado com o conhecimento que por baixo da roupa se encontra uma pele branca, insistindo ao mesmo tempo na natureza transitória do acto de travestismo. Para Lewis (2004) “Clothes operate as visible gatekeepers of those divisions and, even when worn against the grain, serve to re-emphasize the existence of the dividing line. Cross-dressing offers both the pleasures of consumption – the Orient as a space full of enticing goods to be bought, savoured and worn – and the deeper thrill of passing as native” (Lewis, 2004:213). São muitos os casos de travestismo associados à entrada no “mundo muçulmano” e aqui darei conta de alguns viajantes que utilizaram essa estratégia no contacto com o território saariano. No entanto um dos casos mais conhecidos talvez seja o de Sir Richard Burton, explorador inglês, que em 1853 se terá vestido de peregrino muçulmano para poder chegar às cidades santas de Meca e Medina. O travestismo também foi utilizado muitas vezes como estratégia para algumas mulheres que, em contexto de viagem, se vestiram de homens para poderem realizar o seu percurso sem constrangimentos, um dos casos mais emblemáticos de travestismo de género para os contextos árabes e islâmicos talvez seja o de Isabelle Eberhardt, exploradora de origem suíça, que viajou pelo território argelino no final do século XIX.

Neste primeiro período de narrativas são especialmente conhecidos os relatos de René Caillié (1830), Léopold Panet (1850), Bou El Moghdad (1861) e Paul Solleilet (1881). Na maior parte dos casos estes viajantes/exploradores realizam um percurso que tem a Mauritânia unicamente como uma etapa no contexto de uma expedição mais alargada, na maior parte das vezes com origem em Marrocos ou no Senegal. Estes relatos dão-nos conta da paisagem atravessada por estes exploradores – fauna e flora encontradas, tipos de solo – mas também dos contactos que efectuam com as populações locais.

Na sua grande maioria estes momentos são percebidos e descritos como sendo de alguma tensão parte a parte e onde se vivem mal entendidos comunicacionais de toda a espécie. Neste período o conhecimento que as populações autóctones, deste e de outros territórios, tinham relativamente aos ‘ocidentais’ era igualmente bastante limitado e a religião ocupava o primeiro plano quanto à hetero-distinção entre estas duas populações mutuamente essencializadas.

Como refere Maxime Rodinson (1980) o contacto entre ‘mouros’ e ‘cristãos’ foi marcado por diferentes paradigmas ao longo do tempo, sendo que, em traços gerais, a religião era comumente assimilada à cultura e constituía um poderoso distintivo entre uns e outros, tendo-se consolidado como um dos principais agentes e estandartes de alteridade. Nestes contactos, as ideias de “raça”, língua e religião, eram concebidas como essências dotadas de uma eficácia particularmente forte (Rodinson, 1980:84) mas, apesar da aparente operacionalidade destas essências o contacto entre ‘mouros’ e ‘cristãos’ revelou a sua diversidade e plasticidade ao longo dos séculos.

Os relatos a que tive acesso ilustram essa diversidade. Alguns traduzem uma desconfiança mútua e, em consequência disso, a agressividade das populações autóctones face às expedições de ‘nazarenos’ era frequentemente relatada, o que terá levado a que alguns expedicionários tenham optado, como já referido, por se apresentar enquanto muçulmanos ou enquanto cristãos convertidos ao Islão. Outros, pelo contrário, revelam um olhar compreensivo e fraternal relativo ao oriente muçulmano e mobilizam um discurso de horizontalidade face às populações locais.

Mas voltando ao que denominei enquanto ‘primeira fase’ de exploração do país, podemos verificar que existe uma espécie de padrão quanto às considerações sobre as populações autóctones: os ‘mouros’ são descritos, na maior parte dos casos,

como hostis, agressivos, violentos e impiedosos, não hesitando em pilhar e ridicularizar os estrangeiros, reagindo com cólera quando consideravam que estes não traziam consigo bens que os interessassem e satisfizessem.

É muito comum encontrarem-se relatos desta natureza entre os textos produzidos durante esta época, mas também o seu oposto: textos que enaltecem o carácter resiliente dos ‘mouros’, a sua perseverança e tenacidade, a sua nobreza e a sua dignidade.

Não podemos deixar de aqui referir que as relações inter-estatutárias entre as diversas tribos locais estariam também marcadas por violência e que esta não era manifestada apenas face aos exploradores ocidentais. No território mauritano as pertenças estatutárias determinam as hierarquias sociais e a influência de umas tribos sobre as outras⁶⁶.

Neste contexto profundamente estratificado eram comuns as *razias* das tribos de estatuto guerreiro (*hassan*) sobre o resto da população mauritana, em que se incluem as tribos marabuticas (*zāūiā*) e os seus tributários. É comum relatar-se que nestas *razias*, as tribos de estatuto guerreiro faziam incursões com vista à pilhagem de acampamentos ou aldeias vizinhas, ou para recolher os tributos que lhes estariam destinados. Estas tribos asseguravam para si uma reputação belicosa em todo o território mauritano, reputação que encontraremos reflectida nos relatos dos viajantes e exploradores ao serviço do império francês, como veremos mais à frente.

Os viajantes europeus seriam, regra geral, alvo das mesmas pilhagens que grande parte das populações mauritanas de estatuto tributário sofria. É possível encontrarem-se relatos de viajantes europeus que afirmam ter sido despojados de todos os seus bens e, muitas vezes, postos em cativeiro por ‘mouros’ pertencentes a tribos de estatuto guerreiro. No entanto há que ter em conta o carácter ficcional de muitos destes relatos, parecendo haver, por parte destes viajantes/exploradores, uma certa necessidade e até mesmo urgência em descrever junto dos seus compatriotas estes contextos de alegado ‘exotismo’. No plano da ficção, estas narrativas

⁶⁶ A literatura antropológica tem-se dedicado à análise das formas de diferenciação social mauritana, onde a linguagem tribal desempenha um papel importante, em diálogo com outros indicadores de distinção, como o género, a raça e a idade. Ficam aqui alguns exemplos dessa literatura: Bonte & Conte (1992), Hamés (1969), López Bargados (2003), Marchesin (1992), Ould Cheikh (1985) Taine-Cheikh, (1989), Villasante-De Beauvais (1997).

encarnavam muitas vezes a fabricação de uma realidade cultural e geográfica na qual os contextos culturais ‘exóticos’ eram mediados e filtrados pelos seus narradores, e representados discursiva e imagetivamente à medida das expectativas que eram criadas nos territórios europeus.

Considerando a prática acima referida como um exercício de “tradução cultural”, esta revela-se central na análise que poderemos fazer destes encontros onde as questões do poder e do conhecimento – oscilando entre a domesticação e a outrificação - acabam por constituir as premissas fundamentais na mediação das relações produzidas nestes contextos. Entre a transformação do exotismo em algo familiar, aniquilando-o, ou a exacerbação do exotismo, enaltecendo-o, o papel do narrador ‘imperial’ nunca foi imparcial, tal como nos referem James Duncan e Derek Gregory (1999):

“This place of translation is not a neutral surface and it is never innocent: it is shot through with relations of power and of desire. [...] translation is either a «domesticating method, an ethnographic reduction of the foreign text to target language cultural values, bringing the author back home» or a «foreignizing method, an ethnographic pressure on those values to register the linguistic and cultural difference of the foreign text, sending the reader abroad».” (Duncan & Gregory, 1999:5)

Desta forma, quer os relatos produzidos durante o período pré-colonial, quer os produzidos mais tarde, em pleno período de aspiração a um domínio colonial efectivo, partilham não só uma mesma linguagem de superioridade científica, na qual a ciência se tornou aliada do imperialismo colonial, como também a possibilidade discursiva da construção e desconstrução do exotismo e da alteridade.

2.4 – Náufragos & Aventureiros. Atravessando e conhecendo os territórios entre Marrocos e o Senegal

Voltemos ao território da costa saariana onde o deixámos, e retomemos o período que se segue às narrativas de Alvise de Cadamosto.

Após a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494⁶⁷ e até ao século XVII, são numerosos os navegadores portugueses e espanhóis a frequentar as costas saarianas com alguma regularidade. No entanto a maior parte destas expedições não se aventurava muito em direcção ao interior do país, com excepção das já mencionadas expedições prévias de João Fernandes⁶⁸ e João Rodrigues⁶⁹, e a já referida aparente tentativa portuguesa de estabelecimento de uma feitoria em Ouadane em 1487.

Entre as diversas expedições que se realizaram na parte ocidental do Saara durante este período destacaremos a de Leão, o Africano⁷⁰ que publica na primeira metade do século XVI a *Cosmographia de Affrica* onde descreve os territórios por si visitados bem como as suas populações⁷¹. Diz a propósito dos Ouled Delim, tribo saariana:

“Ces Arabes n’ont aucun commandement et ne perçoivent aucune redevance. Aussi sont-ce des miséreux et de très grands voleurs.”⁷².

Dando um salto temporal de quase dois séculos, avançarei para 1728, ano em que é publicada, pelo Padre Labat, missionário⁷³ francês que permanece na Ilha de Arguim no início do século XVIII, uma descrição detalhada da África Ocidental –

⁶⁷ Atribuindo aos Espanhóis o território da costa africana entre o Oued Massa e o Cabo Bojador.

⁶⁸ 1445-1446 integrando as crónicas de Gomes Eanes de Zurara.

⁶⁹ 1493-1494 integrando as crónicas de Valentim Fernandes.

⁷⁰ Nascido Hasan al-Wazzan por volta de 1488 em Granada, terá mais tarde de se refugiar em Marrocos quando da tomada da cidade em 1492 pelos Reis Católicos. Na sequência de um naufrágio é acolhido pelo papa Leão X em 1518 que o adopta como filho catequisando-o e baptizando-o de Jean-Léon de Médicis, ficando posteriormente conhecido como León l’Africain.

⁷¹ A *Cosmographia de Affrica*, que evita dar informações de carácter militar, constitui uma importante fonte sobre a vida e os costumes da África do século XVI. É em parte graças a esta obra que Tombuctu se tornou num lugar mítico no imaginário europeu.

⁷² Jean-Léon l’Africain, 1956:31, citado em Barbier, 1984:21.

⁷³ Não me debruçarei ao longo desta dissertação sobre o papel e a contribuição dos missionários para a conquista colonial. Veja-se a este respeito, entre outros trabalhos, a obra de Anna Johnston (2003) *Missionary Writing and Empire, 1800-1860*.

essencialmente do Senegal e dos territórios situados entre o Cabo Branco e a Serra Leoa – sem falar do Saara propriamente dito (Barbier, 1984). Alguns anos mais tarde, o marinheiro inglês Thomas Pellow, que terá naufragado na costa saariana e sido feito prisioneiro, publica em 1740 o relato do seu cativeiro e das suas aventuras entre os ‘mourous’. A narrativa de Pellow constitui um dos primeiros relatos de naufrágio nesta região a conhecer algum sucesso e inscreve-se plenamente na corrente de narrativas de ‘sobrevivência’ da época, como vimos no capítulo anterior. Segundo Barbier (1984), Pellow e a sua equipa terão sido os primeiros europeus a realizar o trajecto entre Marrocos e o Senegal através do Saara ocidental (Barbier, 1984:23).

No decorrer do século XVIII, a costa saariana é frequentada com regularidade. Tal foi o caso do escocês George Glas que visita o território a partir de 1759, desenvolvendo relações comerciais a partir das Ilhas Canárias. Glas aprende a língua árabe e recolhe informação abundante sobre a costa, assim como sobre o interior do território. Das informações recolhidas por Glas só podemos aceder a um manuscrito de quatro páginas⁷⁴ já que a sua obra principal⁷⁵ terá sido destruída no naufrágio que o levaria a Inglaterra em 1765.

Neste manuscrito podemos encontrar uma descrição do “Character of the Arabs who inhabit that part of Africa situated between Mont Atlas & the River Senegal chiefly with regard to their behaviour to those who profess not the Mahometan Religion” na qual estes são apresentados da seguinte maneira:

“The Arabs of this Country pay great respect to their Parents & People advanced in years. They are hospitable & their Children Practice a benevolence rarely to be met with among many other Nations. [...] Notwithstanding of what has been said of African Faith these Arabs are as true to their words and engagements as are the Generality of other Nations. [...] If we consider these Arabs in the light of their behavior to those

⁷⁴ Este manuscrito foi publicado por Théodore Monod em: Monod, Théodore (1976) Notes sur George Glas (1725-1765), fondateur de Port Hillsborough (Sahara marocain), *Anuario de Estudios Atlanticos*, 22, Madrid.

⁷⁵ “A history and description of that part of Africa which is bounded on the West by the Atlantic Ocean, on the East by Nubia and Abyssinia, on the North by the southern frontiers of the kingdoms of Morocco, Algiers, Tunis and Tripoly, and on the South by the rivers Timbuctu and Senegal, with an account of the Blacks inhabiting the banks of those rivers.” (Barbier, 1984:24).

whom they reckon to be Infidels [...] we shall in good reason conclude them to be most inhuman & Barbarous.” (Glas cit. in Monod, 1976:95)

O excerto acima transcrito surpreende pelo seu carácter ‘positivo’, sobretudo quando comparado com outros relatos da época, e acaba por se constituir enquanto uma narrativa dissonante em relação a outras narrativas contemporâneas sobre o espaço geográfico do oeste saariano e suas populações. Mais à frente, encontraremos outras narrativas similares, com um pendor marcadamente orientalista, que se destacam pela apreciação ‘positiva’ que fazem das populações ‘mouras’ e das suas *características*.

2.4.1 – O tempo dos naufragos

Após algumas décadas de disputa entre ingleses, holandeses e franceses, o Tratado de Versalhes de 1783, restitui o território do Senegal à França, o que levou a que o tráfego marítimo na zona da costa saariana continuasse com intensidade⁷⁶. No entanto, as dificuldades de navegação existentes na região deram origem a vários episódios de naufrágios nestes territórios, o mais conhecido dos quais foi sem dúvida o da fragata “La Méduse” ocorrido a 2 de Julho de 1816 ao largo da costa mauritana. Mas entre 1784 e 1806 ocorreram mais de trinta naufrágios nas costas saarianas (Barbier, 1984) e, como tal, as narrativas de sobrevivência a eles associadas multiplicaram-se:

“Les récits de naufrage et de captivité se multiplièrent également surtout en France et en Angleterre. Ils décrivaient d’une part les souffrances considérables éprouvées par les prisonniers dans le désert du Sahara et d’autre part le mode de vie des populations indigènes. Ils rencontrèrent un certain succès auprès des lecteurs européens, dont ils éveillaient à la fois la sympathie pour les naufragés et la curiosité pour ces

⁷⁶ Após a assinatura deste tratado o monopólio do comércio da goma-arábica é atribuído à “Compagnie du Sénégal”.

peuples pratiquement inconnus et un peu mystérieux [...].»

(Barbier, 1984:27)

Entre 1785 e 1828 foram publicados onze relatos de naufrágios, sete franceses e quatro ingleses (Barbier, 1984). Trabalharei alguns destes relatos que contêm descrições mais ou menos pormenorizadas sobre o território saariano e as populações que o habitam: as narrativas de Follie (1785), Brisson (1789) e de Saugnier (1791), três cidadãos franceses sobreviventes do naufrágio dos navios *Les Deux Amis* em 1784 (Follie et Saugnier) e *La Sainte-Catherine* em 1785 (Brisson).

A narrativa de Follie⁷⁷ representa o primeiro relato de um náufrago francês na região. No seu texto, Follie dá-nos sobretudo conta de alguns pormenores do naufrágio e da sua posterior captura pelas populações locais. Não nos fornece, no entanto, descrições elaboradas sobre estas populações, e poucos são os comentários sobre os costumes e a forma de vida dos ‘mouros’. Transcreverei uma passagem que ilustra bem a sua incompreensão perante a alegada ignorância das populações locais:

«Ces peuples son si grossiers qu’ils ne pouvaient sortir de l’étonnement où les jetait l’ignorance que j’avais de leur langue. Ils ne pensaient pas même à m’expliquer leurs pensées par des signes [...]» (Follie, 1785:28).

Alguns anos mais tarde, em 1792, Follie publica um novo relato sobre a sua estadia na costa saariana⁷⁸. A primeira parte é composta por uma renovada edição do texto publicado em “Mémoire d’un Français qui sort de l’esclavage” e a segunda parte contém uma descrição das populações do Saara e do Império de Marrocos⁷⁹.

O segundo relato sobre um naufrágio na costa saariana publicado em França foi o de Pierre-Raymond de Brisson, em 1789⁸⁰. Brisson terá naufragado no Banco de

⁷⁷ Follie, Adrien-Jacques (1785) *Mémoire d’un Français qui sort de l’esclavage*, Amsterdam et Paris.

⁷⁸ Follie, Adrien-Jacques (1792) *Voyage dans les déserts du Sahara*, Alfred Cattier Éditeur, Tours.

⁷⁹ “Précis exact des mœurs et des usages et des opinions des habitants du Sahara”. Para Maurice Barbier (1984) a segunda parte do texto de Follie de 1792 não passa de um plágio da narrativa de Saugnier publicada em 1791, onde este descreve precisamente as populações do Saara, do Biledulgerid (país das palmeiras e do Império de Marrocos).

⁸⁰ Brisson, Pierre-Raymond de (1789) *Histoire du Naufrage et de la captivité de M. de Brisson*, Chez Barde, Manget & Compagnie Imprimeurs-Librairies, Genève.

Arguim, junto ao Cabo Branco, e foi feito prisioneiro por elementos da tribo Ulad Busba. O seu relato constitui uma das primeiras descrições detalhadas sobre as populações do Saara Ocidental. O seu texto tem um indubitável valor histórico já que as suas narrativas dizem respeito a uma observação directa dos costumes e da forma de vida das populações locais, neste caso concreto dos Ulad Busba.

A narrativa de Brisson começa por relatar as circunstâncias do naufrágio do navio *La Sainte-Catherine* e a sua posterior captura pelos ‘mouros’. Quando a escrita vai já avançada o autor declara que, não querendo interromper o relato das suas aventuras, considera importante dar conta das suas observações sobre a religião, os costumes e os usos deste povo tão desconhecido (Brisson, 1789:155). Brisson oferece, então, uma ‘perspectiva geral’ sobre estas populações, na qual sobressai a análise que faz dos aspectos religiosos e da adopção de elementos menos ‘puros’ no seio da prática islâmica ‘tradicional’:

«Les Arabes du désert suivent la religion de Mahomet, mais ils l’ont entièrement défigurée par les superstitions les plus grossières. Ils vivent toujours errants & vagabonds au milieu des sables arides de l’Afrique. Il y a quelques peuplades qui parcourent sans cesse les bords de la mer, sans jamais se fixer en aucun endroit.» (Brisson, 1789:156)

Mais à frente, dá-nos conta não só dos padrões de beleza locais mas também da sua própria percepção das mulheres autóctones, mobilizando para a sua descrição a visão, mas também outros sentidos como o olfacto⁸¹:

«Une Mauresse, qui veut être estimée la plus belle, doit avoir les dents longues, & sortant de la bouche & la chair, depuis l’épaule jusqu’au coude, pendante & flottante ; les jambes, les cuisses & le corps prodigieusement gros ; la marche pesante & gênée ; des bracelets semblables aux coliers des chiens Danois

⁸¹ Como já foi referido anteriormente, Judith Adler (1989) fala-nos em «The origins of sightseeing» da mobilização de diferentes sentidos por parte de viajantes e turistas ao longo do tempo, sentidos esses que são privilegiados em detrimento de outros ao longo da viagem. Para Adler: “[...] the way in which the human body is exercised as an instrument of travel is deeply revealing of the historically shifting manner in which people conceive themselves and the world to which they seek an appropriate relation through travel ritual” (Adler, 1989:10).

aux bras & aux jambes. [...] on ne peut que faire une idée bien rebutante de la propreté & de la mauvaise odeur des Maouresses» (Brisson, 1789 :163-164)

Finalmente Brisson dá-nos, em traços gerais, a sua opinião sobre o carácter dos ‘mouros’:

«La perfidie & la trahison sont encore deux vices innés des Arabes. Aussi ne sortent-ils jamais de leurs tentes sans être armés.» (Brisson, 1789 :167).

Segundo Maurice Barbier (1984) as narrativas de Brisson são muito mais hostis e perniciosas ao descrever o carácter das populações locais do que aquelas escritas por Follie ou por Saugnier. Tal poderá explicar-se devido às características do seu cativo:

“Il avait connu une captivité beaucoup plus longue (quatorze mois) et surtout plus pénible que Saugnier et Follie. Il avait passé deux étés torrides au Sahara, il était allé beaucoup plus loin à l’intérieur du continent et il avait eu affaire à des populations apparemment plus dures, les Ouled Bou Sba de l’Adrar. Ces raisons expliquent qu’il fit ensuite une description très sombre et sans doute exagérée des habitants du Sahara.” (Barbier, 1984 :38)

Dois anos mais tarde, em 1791, é publicado o relato de Saugnier⁸², cuja narrativa de naufrágio é muito semelhante àquela descrita por Follie, ambos se encontravam no mesmo navio. No entanto, quer o relato do seu cativo quer a descrição que faz do país e das suas populações transformam-no num dos relatos mais ricos à época (apenas precedido pelo relato de Brisson), tal como se pode avaliar neste excerto:

«Dans le Sahara, on observe l’hospitalité dans toute son étendue. A peine un étranger arrive-t-il devant les tentes que

⁸² Saugnier (1791) *Relations de plusieurs voyages à la côte d’Afrique, au Maroc, au Sénégal, à Gorée, à Galam, etc.*, Chez Gueffier jeune, Imprimeur Libraire, Paris.

la première personne qui l'aperçoit lui indique la tente où il doit aller. Si le maître n'y est point, la femme ou l'esclave va à sa rencontre, le fait arrêter à vingt pas de cette tente et lui apporte une portion de lait pour se rafraîchir. [...] Les devoirs de l'hospitalité sont si grands et si respectés qu'un ennemi qui aurait blessé ou tué le maître d'une tente y trouve un asile sacré et inviolable, quoiqu'il soit environné de ceux qui naturellement doivent le plus désirer sa perte.» (Saugnier, 1791:74-75)

Este elogio da hospitalidade 'moura' contrasta, em grande medida, com as descrições feitas pelos seus conterrâneos não muito tempo antes (1785 e 1789). Saugnier revela ainda uma profunda e invulgar admiração pelo carácter nobre dos 'mouros' do Saara:

«Quelles que soient les pertes que fasse un Arabe, jamais on ne l'entend se plaindre; il est au-dessus de la misère; il supporte patiemment la faim, la soif et la fatigue. Son courage dans les événements est à toute épreuve.» (Saugnier, 1791 :92)

Estas duas citações servem para ilustrar não apenas a forma díspar, mas também a interessante diversidade relativa à forma como eram percepcionadas as populações 'mouras' pelos seus diversos interlocutores, num mesmo momento histórico. Tendo sido, tal como Follie e Brisson, mantido em cativeiro durante grande parte da sua estadia no território, Saugnier não só nos fornece a mais rica descrição das populações locais como é também capaz de encontrar virtudes nos seus carcereiros.

2.5 – A consolidação do conhecimento sobre o Saara: as expedições de longo fôlego.

Na Europa, a curiosidade relativamente ao continente africano vai encontrando formas de se consolidar. Em 1788 é fundada em Londres a *Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa* mais conhecida como *African Association* que promove e financia expedições ao continente africano. Um dos principais objectivos da época era determinar o curso exacto do Rio Níger, jornada para a qual se voluntaria Mungo Park em 1794, em substituição do Major Daniel Houghton que, enviado pela mesma associação em 1790, tinha entretanto falecido no Saara.

Em 1796, Mungo Park foi o primeiro europeu a alcançar o já há muito procurado Rio Níger em Ségou, aventura que é relatada alguns anos mais tarde na sua conhecida obra *Travels in the Interior of Africa* (1799). Nela, Mungo Park dedica um capítulo (Capítulo XII) às “Observations on the character and country of the moors” onde descreve aspectos relativos ao vestuário, à educação, à religião, aos ideais de beleza feminina e até mesmo à administração e às leis civis. Ao longo do texto, tece variadas considerações sobre o carácter dos ‘mouros’ e as suas ‘características’ culturais estabelecendo, ao mesmo tempo paralelismos com os ‘negros’ e com os ‘árabes’, numa tentativa de hierarquização de uns sobre os outros:

“Like the roving Arabs, the Moors frequently remove from one place to another, according to the season of the year, or the convenience of pasturage. In the month of February, when the heat of the sun scorches up every sort of vegetation in the Desert, they strike their tents, and approach the Negro country to the south; where they reside until the rains commence in the month of July. [...] This wandering and restless way of life, while it inures them to hardships, strengthens at the same time the bonds of their little society, and creates in them an aversion towards strangers which is almost insurmountable. Cut off from all intercourse with civilized nations, and boasting an advantage over the negroes, by possessing, though in a very limited degree, the knowledge of letters, they are at once the vainest and proudest, and perhaps the most bigoted, ferocious, and intolerant of all the nations on the

earth - combining in their character the blind superstition of the negro with the savage cruelty and treachery of the Arab.” (Park, 1816:239-240)

Após a publicação dos relatos de Follié, Brisson e Saugnier, e do ânimo provocado nas metrópoles europeias após os sucessos de Mungo Park, as viagens de exploração ganham um novo fôlego.

Um ano após a publicação dos relatos de Park, é publicada a *Mémoire sur la Colonie Française du Sénégal* de Jean-Gabriel Pelletan (1800)⁸³. Note-se que este documento, dedicado ao “General Bonaparte, primeiro Cônsul da República Francesa”, faz eco da profunda revolução social e política que se estava a operar em França. Embora incidindo sobretudo em questões relacionadas com a geografia e a gestão do território⁸⁴, o documento contém também algumas reflexões que pretendem contribuir para o fim da escravatura naquele território.

À obra de Pelletan seguem-se, sempre no contexto da costa saariana, algumas narrativas com origem nas experiências e trabalhos por que passaram alguns dos sobreviventes do naufrágio do navio *La Méduse* em 1816.

Alexandre Corréard publica, em 1821, o relato deste naufrágio⁸⁵ no qual nos descreve as relações entre os náufragos e as populações locais, ao mesmo tempo que procura definir os traços de carácter dos ‘mouros’ com os quais contacta em diversas situações. A citação que se segue é na qual Corréard se refere às ‘pérfidas’ características destas populações, dá conta da relação dos náufragos franceses com os ‘mouros’:

«On leur fit entendre que loin de vouloir agir comme des ennemis, ils s’offraient au contraire à procurer aux naufragés

⁸³ Pelletan, Jean-Gabriel (1800). *Mémoire sur la Colonie Française du Sénégal, avec quelques considérations historiques et politiques sur la traite des nègres, sur leur caractère, et les moyens de faire servir la suppression de cette traite à l’accroissement et à la prospérité de cette Colonie. Accompagné d’une Carte exactement relevée sur les lieux*. Par le citoyen Pelletan. Paris: Imprimeur-Libraire Ve Panckoucke.

⁸⁴ «En suivant la côte vers le Sud, on trouve la rade de Portendick. Les Français y avaient autrefois un fort, aujourd’hui abandonné. Il servait à empêcher les Maures, qui récoltent la gomme, de n’en détourner aucune partie pour traiter avec les bâtiments étrangers que mouillaient à cette rade. On croit inutile de rétablir» (Pelletan, 1800:7).

⁸⁵ Corréard, Alexandre (1821). *Naufrage de la frégate «La Méduse»: faisant partie de l’expédition au Sénégal en 1816*. Paris: Chez Corréard Librairie.

tous les secours qui étaient en leur pouvoir ; mais ces barbares déployèrent dans toutes les circonstances une perfidie qui n'appartient qu'aux peuples de ces climats.» (Corréard, 1821:183)

Não obstante a citação acima transcrita e, tal como Saugnier, também Corréard, acaba por reconhecer algo de 'nobre' e destemido no carácter dos 'mouros':

«Les Maures, joignant l'audace à la force et à la perfidie, s'érigent en maîtres du désert ; ils combattent avec un égal succès les autres peuplades, et les lions énormes, et toutes les bêtes féroces ; ils respirent impunément un air enflammé, se contentent du sol le plus aride, et savent s'orienter au milieu de leur montagnes changeantes.» (Corréard, 1821:200)

No mesmo ano é publicado um enorme volume da autoria de Henri Lemaire⁸⁶, uma obra de carácter generalista onde o autor dedica um capítulo a “Les Maures du Désert”, que antecede um outro intitulado “Manière de voler des Jalofs”, e que ambiciona fornecer aos leitores um conhecimento enciclopédico de todas as regiões do mundo.

Com a progressiva consolidação da presença francesa no Senegal a partir de 1779, começam a surgir outro tipo de narrativas mais viradas para o mapeamento do território circundante que são, na maior parte dos casos, mandatadas pela administração colonial estabelecida em território senegalês. Paralelamente, a fundação da *Société de Géographie de Paris*, em 1821, dá também novo alento às expedições francesas em territórios africanos.

É o caso de René Caillié que, sabendo da recompensa de 10.000 francos oferecida pela *Société de Géographie de Paris* ao primeiro europeu a regressar vivo de Tombuctu, decide aceitar este desafio. Caillié parte de França em 1824 e é entre os Brakna que aprende a língua árabe e é introduzido ao Islão. Efectua a sua viagem

⁸⁶ Lemaire, Henri (1821). *Beautés de l'Histoire des Voyages le plus fameux autour du monde et dans les deux hémisphères*. Paris: Librairie d'Éducation d'Alexis Eymery.

fazendo-se passar por muçulmano e, após ter chegado a Tombuctu em 1828, regressa a França e recebe o prémio que então lhe foi atribuído.

O facto de René Caillié ter realizado a sua viagem fazendo-se passar por um muçulmano causou alguma surpresa entre elementos da administração francesa, nomeadamente ao vice-cônsul francês em Tanger – M. Delaporte - que escreve ao comandante da estação francesa em Cádiz uma carta que foi mais tarde tornada publica por René Caillié:

«M. Caillié s'est présenté à moi sous le costume d'un derviche mendiant, costume qu'il ne démentait pas, je vous assure. Il a simulé pendant son voyage le culte mahométan. Si les Maures le soupçonnaient chez moi ou au consulat, je serais un homme perdu [...].» (Delaporte cit. in Caillié, 1885:156).

Em 1830 Caillié publica, em três volumes, um relato das suas viagens⁸⁷ no qual deixa entrever algumas das suas opiniões sobre os territórios atravessados: “Les caravanes réunies à el-Araouan se disposaient à partir sous peu de jours; je voyais avec plaisir arriver le moment où je quitterais cet horrible pays.” (Caillié, 1830:381), e também sobre as populações com as quais vai contactando: “Les Maures, qui sont les plus insupportables mendiants du monde, n'aiment pas qu'on leur demande.” (Caillié, 1830:394).

O facto de Caillié nos revelar abertamente a forma como percepcionou os territórios e as populações que conheceu na sua viagem a Tombuctu, assim como a própria descrição que nos faz da cidade, indica-nos que terá optado por não ficcionar ou mesmo romantizar a sua viagem. Inserindo-se num período histórico onde imperavam as narrativas com propósitos científicos, Caillié, apesar de também não embarcar na corrente da narrativa ‘sentimental’, opta por ser fiel às suas observações da realidade descrevendo, por exemplo, Tombuctu como uma cidade pequena, pobre e pouco importante, não fazendo como tal justiça à reputação que esta espelhava para o ocidente.

⁸⁷ Caillié, René (1830). *Journal d'un Voyage à Temboctou et à Jenné, dans l'Afrique Centrale précédé d'observations faites chez les Maures Braknas, les Nalous et d'autres peuples*. Paris: Imprimé par autorisation du Roi à l'Imprimerie Royale.

Alguns anos mais tarde, Léopold Panet, que nascera em 1820 em Gorée, no Senegal, parte numa expedição entre Saint-Louis do Senegal e Mogador (actual Essaouira), em Marrocos, que decorre entre 6 de Janeiro e 25 de Maio de 1850. Panet é tido como o primeiro senegalês a empreender este tipo de viagens exploratórias, e a sua narrativa tornou-se emblemática tendo dado origem a numerosos ensaios⁸⁸.

Do seu relato⁸⁹ salientamos uma passagem sobre a povoação de Chinguetti, no Adrar mauritano (nordeste do país), onde o autor descreve o ambiente que encontrou, contribuindo para um retrato das populações 'mouras' no qual transparece alguma desilusão relativamente à falta de dignidade e respeitabilidade encontradas:

«Il ne serait inutile de dire ici que dans cette place de commerce, rien que de commerce, la charité et l'hospitalité, apanage de la race arabe, n'y ont conservé que leurs noms. C'est chacun pour soi, tant pis pour qui n'a pas les moyens de vivre. Il ne mérite ni commisération ni pitié. [...] Relativement aux mœurs, Chinguetti laisse beaucoup à désirer. A des rares exceptions, les femmes y sont d'une dépravation sans limite. Le besoin, la nécessité peut-être les pousse à la dégradation, car je le répète, la personne ne donne rien à personne.» (Panet, 1850:65-66)

Não passam dez anos entre a publicação da narrativa de Léopold Panet e aquela de que a seguir darei conta, da autoria do capitão do estado-maior francês M. Vincent, sem que, todavia, durante essa década, as viagens de exploração ao continente africano tenham abrandado⁹⁰.

⁸⁸ Entre os quais: Pasquier, Roger (1969). Un explorateur sénégalais: Léopold Panet, 1819?-1859, *African Historical Studies*, Vol. 2, No.2., pp. 307-317; Cornevin, Robert (1970) A propos de Léopold Panet, *African Historical Studies*, Vol.3, No.2, pp. 403-407.

⁸⁹ Panet, Léopold (1850) Première exploration du Sahara Occidental : Relation d'un voyage entre le Sénégal et le Maroc, 6 janvier – 25 mai 1850.

⁹⁰ Não muito longe do território da Mauritânia destacarei aqui as viagens do explorador alemão Heinrich Barth que percorreu várias regiões africanas entre 1850 e 1855, tendo posteriormente publicado os seus relatos numa obra de cinco volumes onde nos dá conta de elementos de geografia, de história, de etnografia e de linguística dos lugares por si visitados.

Vincent percorre essencialmente o território mauritano e ao contrário de algumas viagens precedentes que se caracterizaram pelo seu percurso de grande fôlego (entre o Senegal e Marrocos ou vice-versa), o seu itinerário é em grande parte circunscrito ao nordeste da Mauritânia, território sobre o qual nos fornece algumas descrições detalhadas, nomeadamente de lugares como Ouadane e Chinguetti.

No seu relato⁹¹, Vincent dá também conta da distinção entre tribos guerreiras e tribos marabuticas, manifestando claramente o seu apreço pelas segundas e a sua desconsideração pelas primeiras. Esta preferência foi uma das características do colonialismo francês no país e acabou por constituir um dos principais elementos na estratégia de “pacificação” e de dominação do território⁹². Para Vincent, o apreço dos franceses para com as tribos marabuticas seria recíproco e nas suas relações haveria espaço para a hospitalidade, o que a seu ver constituía uma impossibilidade nas relações entre os franceses e as tribos guerreiras, tal como de seguida nos dá a entender num relato com um teor eminentemente mais politizado que os relatos dos seus antecessores:

«[...] quant aux guerriers ordinaires, ils sont fort ignorants des lois du prophète, ne savent ni lire ni écrire, sont très arrogants, vantards, hypocrites, faux et méprisent souverainement les gens qui ne portent pas d’armes. [...] Les marabouts, qui comme l’indique M. le colonel Faidherbe dans sa notice de 1859⁹³ sur le Sénégal, descendent surtout de l’élément berbère, sont très-doux, généralement bien disposés pour les Français ; notre commerce les a civilisés. [...] Leur hospitalité est toujours généreuse contrairement à celle qui est donnée par les guerriers ; ceux-ci la font largement payer.» (Vincent, 1860:452-453)

⁹¹ Vincent H. (1860). Voyage d’exploration dans l’Adrar (Sahara Occidental), *Revue Algérienne et Coloniale*, Tome III, Librairie de L. Hachette et Cie, Paris.

⁹² Sobre as relações diferenciadas da administração colonial francesa com as tribos guerreiras e marabuticas ver, entre outros autores, Marchesin (1992), Lechartier (2005).

⁹³ Faidherbe, Louis (1859). *Notice sur la colonie du Sénégal et sur les pays qui sont en relation avec elle*. Paris: A. Bertrand.

Um ano mais tarde, em 1861, El Hadj Bou El Mogdad Seck continua a viagem começada por Vincent em 1860 e a realizada por Léopold Panet em 1850, partindo de Saint-Louis até Mogador. Bou El Mogdad (1826-1880) foi intérprete e conselheiro da administração colonial francesa no Senegal, junto da qual foi um precioso auxiliar, e corporiza a atitude dualista da colonização francesa no tratamento das populações autóctones, tal como é ilustrado por Tamba M'bayo (2007):

“In nearly three decades of service under different governors [do Senegal] from Faidherbe to Brière, Bou El Mogdad played a key role in facilitating the extension of French control beyond Saint-Louis into the interior. He gave the colonial administration tremendous confidence in dealing with a precarious situation [...]. Faidherbe's reliance on public figures like Bou El Mogdad, whose credibility within his local community convinced other Muslims to adopt a similar disposition, surely paid off insofar as the French managed to establish convenient working relations with a good number of indigenous leaders between the 1850' and the 1870's.” (M'bayo, 2007:42)

No seu relato⁹⁴, Bou El Mogdad, também ele nativo do Senegal (assim como Léopold Panet), perpetua e amplifica o discurso de Vincent, apresentando as tribos guerreiras como principal inimigo do viajante ocidental, e afirmando a necessidade da sua protecção por um guerreiro, através de pagamentos ou recompensas, para que a expedição pudesse chegar a bom porto:

«A mesure que nous avançons, le pays devenait plus habité ; mais, si nous n'avions plus à craindre les attaques des Ouled-Délim et des autres pillards du désert, il devenait nécessaire de nous prémunir contre les voleurs et les assassins qui attendent la nuit et les endroits favorables pour dévaliser les étrangers assez imprudents pour traverser le pays sans s'être assurés à

⁹⁴ Bou El Mogdad (1861). Voyage par Terre entre le Sénégal et le Maroc. *Revue Maritime et Coloniale*, Librairie de L. Hachette et Cie, Paris.

l'avance la protection d'un guerrier connu.» (Bou El Moghdad, 1861:490)

Ainda em 1861, o Capitão de Engenharia Fulcrand publica o relato de uma expedição à Baía de Arguim⁹⁵, e em 1881 é publicada a narrativa do explorador francês Paul Soleillet, que relata a sua viagem exploratória ao Saara e ao Sudão com vista à construção de um caminho-de-ferro transaariano⁹⁶. Para além de algumas descrições sobre os 'mouros', e nomeadamente sobre os seus hábitos alimentares (Soleillet, 1881:214-215), interessou-me particularmente o relato do encontro de Paul Soleillet com um marabu local a quem Soleillet, que falava árabe e adoptara nas suas viagens os costumes das populações locais, procura explicar a finalidade da expedição por si realizada. Nesta explicação, Soleillet revela a ambição francesa da conquista da Mauritânia (por questões estratégicas e sobretudo por este território se localizar entre duas colónias francesas – Argélia e Senegal), assim como de uma aproximação às tribos marabuticas em detrimento das tribos guerreiras. Note-se que, neste excerto, Soleillet se identifica estrategicamente como um 'marabu' e não, por exemplo, como um 'chefe':

«Comme vous le savez, [...], nous possédons l'Algérie et le Sénégal; je suis un marabout comme vous ; et comme mes compatriotes savent que j'ai déjà souvent réussi à me faire bien venir des grands personnages musulmans, comme je suis déjà allé à In-Çalah et à Segou, comme à Saint-Louis, je suis l'ami de Bou-el-Mogdad, mon gouvernement, désireux de connaître des gens qui sont entre ses colonies, afin de s'allier à ceux qui sont bons et honnêtes et de se tenir en garde contre ceux qui sont méchants, désireux aussi de savoir quels sont les produits de leur sol, afin d'assurer s'il n'y a rien que nous puissions acheter en échange de ce qu'ils pourraient désirer

⁹⁵ Fulcrand, C. (1861). Exploration de la Baie d'Arguin (Sénégal), *Revue Maritime et Coloniale*, Librairie de L. Hachette et Cie, Paris.

⁹⁶ Soleillet, Paul (1881). *Les Voyages et Découvertes de Paul Soleillet dans le Sahara et dans le Soudan, eu vue d'un projet d'un chemin de fer transsaharien*. Paris: Maurice Dreyfous Éditeur.

acquérir, m'a envoyé pour voir tous les hommes et toutes les terres qui sont entre les deux colonies.» (Soleillet, 1881:223).

No mesmo ano, em 1881, Oscar Lenz realiza uma expedição entre Marrocos e o Senegal durante a qual atravessa, patrocinado por uma sociedade colonial alemã⁹⁷, o território mauritano, e depois publicado um relato da mesma no *Bulletin de la Société de Géographie de Paris*⁹⁸. Neste relato, mais do que descrever geograficamente a paisagem ou as práticas e os costumes das populações contactadas, Lenz abre caminho para a estruturação de uma teoria colonial da ocupação do território, que viria mais tarde a consolidar-se em obras como o *Précis de politique musulmane* de Robert Arnaud em 1906, que mais à frente discutirei.

Lenz enumera alguns dos perigos e desafios que o ocidente enfrentaria nos territórios africanos, como a muito temida propagação do Islão junto das populações negras não muçulmanas⁹⁹. Ao longo do texto, Lenz não constata apenas a propagação do Islão entre as populações negras, como aproveita esta constatação para introduzir a questão dos 'bons' e dos 'maus' 'nativos' perante a penetração ocidental em territórios onde o Islão se assumia como religião em franca expansão:

«Je confesse qu'avec les préceptes sévères de l'islam tel qu'il est aujourd'hui, il faudrait presque y renoncer. L'islam marche à pas de géant en Afrique, dans les pays des nègres, et malheureusement il arrive que les nègres une fois convertis à cette religion deviennent pires que les véritables sauvages dans leurs rapports avec les Européens.» (Lenz, 1881:226)

⁹⁷ Poderá tratar-se da "Zentralverein für Handelsgeographie und Förderung deutscher Interessen im Auslande" ou da «Westdeutscher Verein für Kolonisation und Export» ambas fundadas em 1878.

⁹⁸ Lenz, Oscar (1881). Voyage du Maroc au Sénégal, Société de Géographie, *Bulletin de la Société de Géographie*, Paris.

⁹⁹ Expansão que originaria o aparecimento de uma forma 'particular' de Islão, que parte da administração colonial designaria de "Islão negro" (cf. Robinson 1975, 1999; Harrison, 1988).

Tomo a narrativa de Oscar Lenz como um embrião do que viriam a ser as teorias da ocupação colonial do território mauritano, e é com ela que fecho este capítulo. A normativização do Islão, e a distinção entre o ‘bom’ e o ‘mau’ Islão e, consequentemente, entre o ‘bom’ e o ‘mau’ muçulmano¹⁰⁰, estarão entre as principais premissas da estratégia da administração colonial francesa nos territórios da África Ocidental.

Ao longo deste capítulo surgiu a presença de personagens com identidades distintas da do explorador metropolitano que eram, de certa forma, cooptadas para a missão de conquista colonial levada a cabo pelo poder político e militar francês: os intérpretes e guias, aqui corporizados em Léopold Panet e Bou El Mogdad, que assumem o papel de “cultural brokers”, muito presentes nas “zonas de contacto” e nas mediações culturais entre diferentes grupos.

O papel, muitas vezes ambíguo, destes “cultural brokers”¹⁰¹, é discutido por autores como Wolf (1956) Geertz (1960), ou ainda Smith (2001), que problematizam não só a exposição destes personagens no seio das suas comunidades, como também o empoderamento e prestígio adquirido por estes através do contacto com o colonizador ou com o estrangeiro. Contudo, e como refere Smith (2001), os “cultural brokers” são frequentemente os elementos mais marginais de uma determinada sociedade:

“Marginal men and women are cross-cultural mediators between Western and indigenous societies. Usually bilingual, some special circumstance (or interest) has afforded these individuals the opportunity to know, to move and to live in and between two cultures [...]” (Smith, 2001:276)

¹⁰⁰ Antecipando os enunciados de Mamdani (2002), que em *Good Muslim, Bad Muslim: a political perspective on culture and terrorism*, discute a forma como a experiência religiosa se transformou numa categoria política, contribuindo para diferenciar os ‘bons’ dos ‘maus’ muçulmanos, ao invés de diferenciar terroristas de população civil, num cenário pós 11 de Setembro de 2001. No contexto das políticas coloniais francesas, a distinção entre ‘bons’ e ‘maus’ muçulmanos é igualmente operada a partir das práticas religiosas e das suas vivências quotidianas, e da forma como estas são percebidas pela administração colonial de forma diferenciada entre as populações ‘mouras’ e as populações ‘negras’.

¹⁰¹ Valene Smith (2001) faz um brevíssimo enquadramento histórico sobre as origens dos “cultural brokers”: “Culture brokering is historically known as early as the 4th century AD, when local guides helped pilgrims find holy sites in Jerusalem.” (Smith, 2001:282)

Haverá que ter então em conta que o papel dos “cultural brokers” como Léopold Panet ou Bou El Mogdad pode conduzir, com especial ênfase em terrenos coloniais, para uma perda de estatuto junto das populações locais, tendo em conta a sua ligação privilegiada com o colonizador. A complexidade destes personagens enquanto tradutores e mediadores culturais, e os diferentes níveis em que estes operam em contextos marcados por relações de poder, constituem-nos enquanto actores cujo papel deverá ser analisado, sobretudo no âmbito de terrenos coloniais.

Assistiu-se ao longo deste capítulo a uma transição entre um período de narrativas mais individuais, e um período marcado por narrativas que têm por objectivo contribuir para a construção de um ideário político aplicado aos territórios cuja dominação colonial estaria em curso. No entanto, a passagem da subjectividade para o esboço de um ‘programa ideológico’ vem igualmente operar algumas transformações em relação aos aspectos que eram transpostos para as narrativas: de uma descrição mais sensorialmente activa que dava conta dos hábitos e costumes das populações locais com especial ênfase para a alimentação, indumentária e ‘condição feminina’; passou-se para uma descrição menos sensitiva, mais preocupada em documentar aspectos relacionados com a organização tribal e estatutária das populações locais e com aspectos religiosos.

Viu-se ainda como as narrativas em análise deram pistas do que viria a ser a política colonial francesa das décadas que se seguiriam. Após um longo período de mapeamento do território e de um conhecimento imediatista relativamente às populações locais, a França preparava-se para a dominação política e militar efectiva de muitos territórios da África Ocidental e do norte de África e, igualmente se bem que com menos expressão (veja-se a já referida Crise de Fachoda), da costa Oriental: Madagáscar (1883) e Djibouti (1894).

É a partir deste momento que se entra numa segunda fase de dominação colonial do território mauritano, que passa a ser assumida com maior convicção pelo poder Francês e a traduzir-se de forma mais concreta no terreno. Como enunciava Paul Soleillet no seu discurso perante um marabu mauritano, a administração colonial terá dado conta que o território da Mauritânia se situava entre duas das suas mais importantes colónias africanas: a Argélia na África do Norte, e o Senegal na África Ocidental Francesa.

É sobre estas questões estratégicas da colonização da Mauritânia que me debruçarei no capítulo seguinte, dando conta de um novo período na história colonial do território – a exploração militar – organizada pela administração francesa a partir do território do Senegal, de uma forma mais coordenada do que até então. Esta nova fase de expedição colonial, à qual me dedicarei mais à frente, concluiu-se com a “pacificação” definitiva do território mauritano em 1934, data oficial apresentada pela potência colonizadora para o culminar de um processo de resistência de algumas tribos mauritanas.

«La politique coloniale est la plus fructueuse parce que les pays auxquels elle
s'applique sont sous l'influence *directe* de la France.
Les races qu'elle englobe doivent produire leur maximum d'effort
utile dans la mise en valeur de leurs habitats.
Toute œuvre de colonisation est aussi une œuvre d'humanité;
toute conception qui fait d'une colonie
un domaine d'exploitation égoïste
par la métropole est *mauvaise, injuste, dangereuse.*»
(Arnaud, 1906:173) [itálicos no original]

CAPÍTULO 3

A CONSOLIDAÇÃO DO IMPÉRIO FRANCÊS EM TERRITÓRIO MAURITANO

3.1 – A mudança de paradigma: da exploração do território à sua conquista

Ao longo deste capítulo darei conta de diferentes narrativas produzidas no âmbito da conquista colonial do território da actual Mauritânia. Se no capítulo 2 me debrucei fundamentalmente sobre relatos de mapeamento e de exploração desta região, daqui para a frente examinarei um curto intervalo de vinte e três anos durante os quais se operou uma abordagem diferente do território, tendo como resultado a produção de um outro tipo de narrativas.

Apesar de os anos oitenta do século XIX não terem começado da melhor forma para a administração colonial francesa em território africano, nomeadamente com o massacre da Missão *Flatters*¹⁰² no sul argelino a 16 de Fevereiro de 1881, o final do

¹⁰² A Missão *Flatters* encabeçada por Paul Flatters (1832-1881) tinha como principal objectivo o estabelecimento de uma rota para o percurso de um futuro caminho-de-ferro transsahariano que ligasse a Argélia ao Senegal e ao Sudão, e constituiu “[...] un des épisodes les plus tragiques de la pénétration du Sahara par les Français, au siècle dernier.” in Valette, Jacques (1973 :375) «Quelques aspects nouveaux de l’expédition Flatters», *Revue de l’Occident musulman et de la Méditerranée*, Nº15-16, pp. 375-390. Este massacre acontece no contexto da ocupação francesa do território argelino que se iniciara em 1830, e representa um dos episódios da resistência argelina à colonização. Esta expedição, a segunda de Paul Flatters no Saara argelino, conta com 93 homens que após dois meses de estrada são atacados em Bir-el Garama, no sul argelino.

mesmo século será da maior importância para a consolidação do Império Colonial francês em África, e em particular nos territórios da África Ocidental Francesa.

Na metrópole, as exposições universais e coloniais que marcam a exibição organizada do poder económico e tecnológico francês, bem como do seu poder colonial espalhado por todo o mundo, ganham um novo ímpeto. Em Maio de 1889 começa a “Exposition Universelle de Paris”,¹⁰³ a quarta em território francês¹⁰⁴, ao que se lhe seguem mais seis exposições coloniais (das quais quatro ocorrem entre 1889 e 1907) que culminam com a organização da “Exposition Coloniale Internationale de Paris”, em 1931.

Na exposição de 1889 figuravam pavilhões de *Sections Coloniales* entre os quais se podia encontrar a *Village Arabe* ou a *Village Sénégalais*, mas ainda eram escassos os pavilhões nacionais das colónias francesas. Este tipo de exposições do Império seriam, até 1931 no caso francês, não só formas de ostentação por parte das metrópoles coloniais para o exterior (em grande medida para as demais nações europeias), mas também, e sobretudo, maneiras de estruturar discursiva e identitariamente as colónias para consumo (visual em primeira instância) do ocidente.

As narrativas produzidas sobre o território mauritano iriam adquirir, neste período, contornos distintos daqueles assumidos pelas suas predecessoras. O mapeamento do território deixa de ser a principal prioridade (até porque, apesar da sua extensão, o território mauritano já se encontrava razoavelmente mapeado), e opera-se simultaneamente, ao longo destes vinte e três anos, uma autêntica transformação no que diz respeito à relação de França com o território da Mauritânia.

O período que decorre entre 1888 e 1911 é o da consolidação efectiva do Império Colonial francês no que diz respeito aos territórios da África Ocidental, o que implicará uma mudança na forma como eram percepcionadas algumas colónias, nomeadamente em relação à avaliação das suas potencialidades e das suas riquezas naturais, colocando o interesse económico no topo das relações entre a metrópole e as colónias.

¹⁰³ Cujo tema era a “Revolução Francesa”, celebrando desta forma o seu centenário.

¹⁰⁴ Já tinham sido realizadas anteriormente as exposições universais de 1855, 1867 e 1878. A “Exposition Universelle” de 1855 é a resposta de Napoleão à exposição universal inglesa de 1851: “The Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations”.

Paralelamente, a penetração e a conquista do território africano é feita essencialmente e progressivamente por equipas militares organizadas, estratégia a partir da qual se pode afirmar que este período marca o papel da instituição militar francesa enquanto ‘produtora’ sistemática de conhecimento sobre os países sob administração colonial. Tornam-se raras as expedições realizadas sem enquadramento e/ou apoio militar, o que vem modificar igualmente a própria linguagem presente nos relatos e nas narrativas sobre o país e as suas populações.

Neste período, a administração francesa procura ‘desvendar’ e entender o Islão a partir da constatação de que existe uma religião maioritária e onnipresente nestes territórios. A procura de um conhecimento mais sólido sobre o Islão e os seus fundamentos decorrerá posteriormente, numa tentativa de esboço de uma política de dominação colonial ‘adequada’ aos preceitos religiosos das populações, procurando desenvolver teorias coloniais para a ocupação do território especialmente destinadas aos contextos onde a religião muçulmana era maioritária, como veremos mais à frente.

Munida de um cada vez mais amplo *corpus* de conhecimento sobre as populações locais – e sobre as suas diversas tribos, sua composição e organização – a administração colonial francesa irá procurar alianças estratégicas com algumas das tribos presentes em território mauritano, entre elas as tribos marabuticas que serão, durante largos, anos as principais aliadas da administração francesa no território.

Mas para além do acentuado carácter militar na abordagem ao território, da procura de um conhecimento mais sistemático sobre o Islão, e da demanda por alianças estratégicas com as populações locais ou, na verdade um pouco por causa de todas estas mudanças, a forma como passaram a ser descritas as populações e a linguagem utilizada para o fazer sofreram consideráveis transformações ao longo destes vinte e três anos.

Irei analisar algumas dessas narrativas produzidas sobre o território mauritano entre 1888 e 1911, que serão úteis para pensar sobre as transformações práticas e discursivas operadas sobre a Mauritânia num período de consolidação do Império Colonial Francês nos territórios da África Ocidental.

3.1.1 – A ‘reconstrução’ e a humanização da identidade ‘moura’

Ainda na tradição das narrativas precedentes, centradas no narrador enquanto explorador solitário, que se tenta dissimular entre as populações locais fazendo-se passar por muçulmano (tal como René Caillié, Léopold Panet e Oscar Lenz o fizeram), encontramos a narrativa de Camille Douls (1864-1889) que parte para o território com a finalidade de obter informações sobre o modo de vida das populações locais e os lugares onde estas se encontravam estabelecidas. Após uma estadia em Marrocos para a aprendizagem da língua árabe e do Alcorão, Douls é deixado em 1887 na costa mauritana por pescadores espanhóis provenientes das Ilhas Canárias, pretendendo ser tomado por um náufrago.

Camille Douls terá sido posteriormente feito prisioneiro pela tribo Ulad Delim¹⁰⁵, cujos membros são por si apelidados de ‘terríveis’ (Douls, 1888:18) e sobre os quais tece alguns comentários como:

«J’avais eu la chance de tomber entre les mains d’une fraction de la tribu la plus redoutée du Sahara occidental, à cause de ses instincts pillards et féroces [...]» (Douls, 1888:458).

Com o passar do tempo Douls, que foi mantido prisioneiro pelos Ulad Delim durante cinco meses, terá vindo a integrar-se progressivamente entre a tribo o que levou a que um dos seus captores lhe propusesse casar com a sua filha. Foi com o pretexto de encontrar um dote para o casamento que conseguiu fugir ao cativeiro dos Ulad Delim e procurar refúgio em Marrocos de onde regressa a França para publicar os seus relatos de cativeiro bem como as suas impressões sobre os ‘mouros’.¹⁰⁶

No seu texto, Camille Douls revela algumas das observações que fez entre os Ulad Delim, focando-se nas suas formas de organização social, análises nas quais acaba por esboçar alguns dos enunciados do princípio da segmentaridade tribal, tal como definido mais tarde por Evans-Pritchard:

¹⁰⁵ O antropólogo Alberto Lopez Bargados traçou recentemente o percurso da tribo Ulad Delim na sua obra *Arenas Coloniales* (2003).

¹⁰⁶ Douls, Camille (1888) *Voyage d’exploration à Travers le Sahara Occidental et le sud Marocain*, *Bulletin de la Société de Géographie*, septième série, Tome IX, 3^e Trimestre, Paris, Société de Géographie.

“A tribal segment is a political group in relation to other segments of the same kind and they jointly form a tribe only in relation to other Nuer tribes and adjacent foreign tribes which form part of the same political system, and without these relations very little meaning can be attached to the concepts of tribal segment and tribe.” (Evans-Pritchard, 1969 [1940]:147).

Camille Douls pretende relatar a união da tribo enquanto unidade orgânica, que quando confrontada com as tribos vizinhas acciona a sua solidariedade interna:

«La vie errante avec ses vices et ses crimes développe dans le cœur du Maure les instincts pervers. Il est naturellement pillard, et il saisit avec empressement une contestation avec un membre d’une tribu voisine pour donner libre cours à ses instincts belliqueux. Car la solidarité de la tribu existe chez les nomades et avec cette solidarité la jalousie du clan voisin.»
(Douls, 1888 :460)

É esta ‘descoberta’ relativa ao ‘funcionamento’ orgânico das tribos que será usada, não muito tempo depois, para o estabelecimento de alianças por parte da administração colonial francesa com algumas das tribos presentes em território mauritano: alia-se estrategicamente a algumas tribos de estatuto marabuto com vista a uma oposição conjunta às tribos guerreiras, principais opositoras da presença colonial francesa na Mauritânia.

No entanto, e apesar dos adjectivos, Camille Douls traça-nos um retrato bastante generoso dos Ulad Delim, que contribui para a construção (ou para a desconstrução) de uma imagem mais disponível e permeável dos ‘mouros’ face ao contacto com o ‘outro’, e sobretudo com o ‘outro’ ocidental:

«[...] le nomade est généreux et hospitalier. L’hospitalité est certainement sa plus grande qualité et il l’exerce cordialement. Comme tous les peuples indépendants, il est fier et noble, et son stoïcisme s’élève jusqu’au mépris des souffrances.» (Douls, 1888:460)

Esta espécie de “pacificação” da identidade e/ou comportamento das populações ‘mouras’, transformando-as em, entre outros atributos, hospitaleiras, é uma das principais características do discurso e da estratégia da consolidação do Império Colonial nestes territórios. Através deste, poder-se-á abrir caminho para a exibição destas mesmas populações - a primeira *Exposition Universelle* francesa tem lugar em 1889, apenas um ano depois da publicação da obra de Camille Douls, pelo que a *forma* de apresentar ao mundo as colónias francesas e os seus habitantes passa a fazer parte das preocupações imperiais.

Tal preocupação será também reflectida alguns anos mais tarde, em 1892, na narrativa de Léon Fabert¹⁰⁷, cuja expedição parte do Senegal rumo ao Adrar mauritano, descendo depois pela costa atlântica de volta ao Senegal. A narrativa tem como resultado a ‘humanização’ dos ‘mouros’ quando alerta em relação à generalização sobre alguns dos seus eventuais comportamentos bélicos. Fabert acaba por insistir na já referida distinção entre ‘bons’ e ‘maus’ muçulmanos, remetendo os habitantes da Mauritânia para a primeira categoria:

«[...] j’ai eu souvent l’occasion de voir que les Maures ne sont pas inhumains comme on se plaît à le croire et les mauvaises gens ne sont assurément point, chez eux, la majorité.» (Fabert, 1892:382)

Esta atitude corresponde a uma fase do colonialismo mundial que se caracteriza precisamente pela tentativa de humanização das populações colonizadas, estratégia através da qual a administração colonial procura *identificar* o que pode ser ‘melhorado’ ou reconfigurado no âmbito das suas *características* e práticas. Esta é, finalmente, a síntese do projecto civilizacional e o objectivo proclamado da “missão civilizadora”.

No texto de Léon Fabert, mais revelador do que a tentativa de ‘humanização dos mouros’, são as evidências encontradas da procura de alianças com determinados sectores da sociedade mauritana, como as tribos marabuticas, como já o fizera Paul Solleilet em 1881. Léon Fabert encontra na região do Trarza o Cheikh Sadi-Bou “illustre

¹⁰⁷ Fabert, Léon (1892) Voyage dans le Pays des Trarzas et dans le Sahara Occidental, *Bulletin de la Société de Géographie*, septième série, Tome XIII, 3^e Trimestre 1892, Paris, Société de Géographie.

marabout saharien [...] très partisan de l'influence française.” (Fabert, 1892:382), com quem tenta estabelecer alianças, bem como persuadir a administração colonial francesa a assumir e investir nesta mesma aliança dada a importância que o Cheikh Sadi-Bou poderia vir a ter no futuro da manutenção da presença francesa em território mauritano:

«Exempt de fanatisme, rendant pleine justice à la droiture des Français, il est pour nous le plus admirable agent d'influence qui se puisse voir dans le Sahara occidental. Il serait bien à souhaiter que la France, autant pour reconnaître ses services que pour développer sa puissance morale, dont elle bénéficie largement, payât à ce cheikh éminent les frais d'un voyage à la Mecque, comme elle le fit en 1860 à Bou-el-Moghdad¹⁰⁸. Ce seraient quelques milliers de francs placés à gros intérêt.» (Fabert, 1892:385)

A procura de alianças com as tribos marabuticas da Mauritânia, tradicionalmente as mais ligadas ao ensino e ao conhecimento religioso, levaram, a uma procura, por parte da administração colonial e das suas figuras de proa, de um conhecimento mais aprofundado sobre o Islão. Ao mesmo tempo, tornava-se cada vez mais importante um mapeamento das tribos presentes em território mauritano bem como da sua identificação estatutária (*hassan* [guerreira] ou *zāūîâ* [marabuta]), a par, se possível, das suas zonas preferenciais de nomadização.

No texto de Léon Fabert encontramos este género de inventário relativo ao território do Trarza, onde este propõe uma hierarquização interna das tribos guerreiras e marabuticas¹⁰⁹. Para além da organização estatutária e hierárquica das tribos, Léon Fabert tenta igualmente classificar as tribos tendo em conta a sua origem árabe, berbere ou *mélangée*; ao mesmo tempo que procura compreender se

¹⁰⁸ Ficamos aqui a saber que França terá financiado uma peregrinação a Meca (Hajj) a Bou El Mogdad em troca dos seus serviços como tradutor e intérprete. Tal como vimos no capítulo precedente, o papel dos “cultural brokers” pode assumir-se com ambivalência: ao mesmo tempo que procura uma aproximação ao colonizador laico e republicano, Bou El Mogdad é recompensado através da possibilidade de realização de uma peregrinação religiosa.

¹⁰⁹ “Voici la nomenclature complète des tribus de guerriers et des tribus des marabouts du Trarza, par ordre d'importance politique ou religieuse.” (Fabert, 1892:391).

determinada tribo pagaria tributos¹¹⁰ e, em caso afirmativo, a quem faria tal pagamento.

À tentativa de realização de um mapeamento tribal sucede o mapeamento territorial efectuado predominantemente em finais do século XVIII e início do século XIX. Esse mapeamento será uma constante nas décadas que se seguem, assim como a já referida procura de um conhecimento cada vez mais aprofundado sobre a religião muçulmana e suas práticas.

Um dos principais contributos da época para o conhecimento do Islão é *Les Confréries Religieuses Musulmanes*¹¹¹, publicado em 1897 por Octave Depont e Xavier Coppolani, no qual as confrarias religiosas e as suas formas de funcionamento e de organização constituem um dos principais elementos do texto, a par de algumas discussões sobre o Alcorão, o profeta Mohammed e o sunismo.

Para Coppolani, o conhecimento da cultura árabe e da religião islâmica deveriam ser utilizados a favor da expansão colonial, para que esta fosse respeitadora das crenças e das populações locais, e para que existisse um bom entendimento entre a administração colonial e os seus habitantes. Coppolani defende, portanto, a aproximação aos chefes religiosos muçulmanos como a melhor forma de fazer chegar a doutrina colonial às populações autóctones.

Coppolani estaria aparentemente bem preparado para a imersão em territórios árabes e islâmicos: fora iniciado em ‘psicologia muçulmana’, aprendera a língua árabe, e foi na Argélia que iniciou os seus estudos e a sua carreira na administração colonial francesa e onde publicou *Les Confréries Religieuses Musulmanes*¹¹².

Considerando que a política colonial francesa no Magrebe estaria longe de ser bem-sucedida, Coppolani (que terá, como veremos mais à frente, um papel

¹¹⁰ O pagamento de um tributo é observado na Mauritânia por parte de tribos ou grupos que são obrigados a ‘remunerar’ determinada protecção militar ou bênção religiosa. Tal como afirma Ould Cheikh, tal obrigação não está exclusivamente relacionada com a origem étnica das tribos ou dos grupos em questão mas sim com o seu estatuto social: “Il faut en conclure que la condition de tributaire n’est pas liée à une origine ethnique particulière, mais qu’elle procède d’un statut socialement défini.” (Ould Cheikh, 1985:400).

¹¹¹ Depont, Octave; Coppolani, Xavier (1897). *Les Confréries Religieuses Musulmanes*, Typographie et Lithographie Adolphe Jordan, Alger.

¹¹² Importa referir que Coppolani convivera de perto com a realidade dos *Bureaux Arabes* argelinos, organizados a partir de 1844 com o objectivo de estabelecer um contacto entre a administração colonial francesa e as populações locais.

determinante na penetração colonial francesa na Mauritânia) abre caminho para a consolidação de uma teoria colonial para a ocupação do território muçulmano com base num conhecimento aprofundado do Islão que assume, no seu entender, a função de unificador nacional.

O texto *Les Confréries Religieuses Musulmanes* servirá como ponto de partida para uma série de narrativas que procuram aprofundar o conhecimento sobre a religião muçulmana com vista à dominação colonial, e constituiu o primeiro contacto que muitos dos elementos ligados à administração colonial francesa tiveram com uma visão do Islão alegadamente não estigmatizada e estereotipada: “Nous avons essayé de lever les pans du manteau musulman.” (Depont e Coppolani, 1897:xxvi).

Tratava-se, portanto, de propagar uma espécie de “Islão colonial” ou, melhor dizendo, de não deixar cair a doutrinação islâmica nas mãos das confrarias, e especialmente das confrarias ‘radicais’:

«L’Islam, mû par les confréries religieuses, peut être un grave péril pour l’œuvre de la civilisation à entreprendre. Il peut la compromettre et la perdre à faveur surtout de ces ardentes et jalouses compétitions européennes dont l’ère est ouverte en Afrique.» (Depont e Coppolani, 1897:xvi).

3.2 – A presença militarizada na Mauritânia: dos projectos coloniais e da viabilidade económica do território

A partir desta altura tornar-se-á difícil encontrar uma narrativa, esteja ela imbuída pelo espírito da conquista ou pelo romantismo da ideia de *viagem*, que não discuta a questão da penetração colonial francesa na Mauritânia. Gaston Donnet publica, em 1898, o texto *En Sahara, à travers les pays des maures nomades*,¹¹³ narrativa romanceada sobre a sua viagem desde o Senegal até Tiris,¹¹⁴ na qual dedica as primeiras trinta e sete páginas (das cerca de trezentas) à discussão sobre as políticas da administração francesa para a conquista do território mauritano, defendendo uma “política saariana” (Donnet, 1898:2) com vista à união da Argélia com o Senegal e o Sudão francês¹¹⁵.

Ao longo do seu texto, marcado pela utilização de uma linguagem bastante coloquial e pelo recurso à transcrição do discurso directo dos seus interlocutores, Gaston Donnet procura referir sempre que possível as pertenças tribais, e dedica ainda, no final do livro, uma secção às *Observations et Recherches* realizadas entre as populações ‘mouras’, onde dá conta das suas anotações sobre os costumes, a alimentação e as formas de habitação das populações locais, entre outros elementos.

Apesar de referir, logo no início do seu texto (Donnet, 1898:1, op cit), que foi a hostilidade das populações indígenas que o levou, entre outras contrariedades, a encurtar a sua viagem, Gaston Donnet não hesita em classificar os habitantes locais de hospitaleiros:

«L’hospitalité est loi sociale en pleine observance. Sous la tente, à l’heure du repas, tous les nomades de passage ont le droit de s’approcher du groupe, et de prendre leur part de nourriture, - et cela sans un mot, sans le moindre signe de politesse.» (Donnet, 1898:293)

¹¹³ Donnet, Gaston (1898). *En Sahara, à travers les pays des maures nomades*, Société Française d’Éditions d’Art, Paris.

¹¹⁴ “Parti du Sénégal dans le but d’atteindre le Maroc à travers le Désert, l’hostilité des indigènes, la maladie de mon compagnon de route, la manque d’objets d’échange et des moyens de transport m’ont forcé de rebrousser chemin à la hauteur du Tiris – soit, aller et retour, un itinéraire de plus de 1.500 kilomètres.» (Donnet, 1898:1).

¹¹⁵ Actual território do Mali.

No entanto, ao longo da sua viagem, Donnet procura confrontar os seus interlocutores com as suas próprias noções de saber, cultura, conhecimento, tradição e património cultural, remetendo-os automaticamente para um estado de desenvolvimento inferior ao seu (ou ao da civilização francesa), ou para a categoria daqueles a que Rosaldo (1988) chamaria mais tarde de “people without culture” ao deparar-se, sobretudo, com a ausência de um património cultural e histórico que fosse activo na construção de uma identidade nacional:

«Quelques marabouts ne sont pas entièrement ignorants. Ils savent lire, écrire...Mais les autres végètent dans l’abrutissement le plus complet. Ni souvenirs, ni traditions. J’ai essayé à plusieurs reprises de les interroger: «Qu’étaient-ils ? Que faisaient-ils autrefois ? Leur grand empire des Almoravides ? Et leur conquête de l’Europe ? La prise de possession de l’Espagne ? ...Peines perdues. Rien ne sortait de ces têtes de bois. Ils me regardaient ahuris, me croyant fou...Pas un livre, pas une légende...A peine deux ou trois chants guerriers pourraient indiquer aux Maures d’aujourd’hui qu’ils furent autrefois puissants parmi les puissants. C’est un peuple mort.» (Donnet, 1898:302)¹¹⁶

É inconcebível, para Gaston Donnet, a falta de uma noção do mundo como um todo que observa entre as populações locais, sobretudo quando na Europa se vive a ‘febre’ da construção dos grandes Impérios coloniais. Donnet encarna, através do seu discurso, a própria essência do Imperialismo, pleno de regozijo quanto à sua supremacia universal, tal como é sistematizado por Rodinson (1980):

«Le phénomène qui conditionne le plus la vision européenne de l’Orient, à partir du milieu du XIXe siècle surtout, et l’impérialisme. La supériorité économique, technique, militaire, politique, culturelle de l’Europe devient écrasante tandis que l’Orient s’enfonce dans le sous-développement.» (Rodinson, 1980:85-86)

¹¹⁶ Esta constatação de Donnet contrasta com a existência das bibliotecas de Chinguetti e com a importância que é atribuída à genealogia na sociedade mauritana (Freire, 2009).

Segundo Donnet, para os ‘mouros’, o mundo parecia reduzir-se lastimavelmente ao deserto:

«Idées sur les peuples et les pays étrangers : Aucune idée. Tous les pays, pour eux, ressemblent au Désert. Ils ne connaissent de réputation que Stamboul, la capitale du grand sultan blanc, et Merakech. Ils en font des villes superbes remplies de mosquées et de palais.» (Donnet, 1898 :296)

No entanto, o texto de Donnet foi mais tarde contestado quanto à sua veracidade pelos seus pares, que punham em causa a sua efectiva presença nos territórios retratados.¹¹⁷

Não muito tempo depois, em 1900, é enviada para o Adrar mauritano uma grande missão de exploração colonial - a maior até à data - que ficará conhecida como Missão *Blanchet* e que foi a última tentativa francesa de exploração do território mauritano antes da ocupação militar efectiva. A Missão *Blanchet* tinha ainda um forte carácter militar e previa efectuar uma prospecção sobre as eventuais riquezas minerais do solo da Mauritânia, bem como verificar a viabilidade de um caminho-de-ferro entre a Argélia e o Senegal, um dos grandes projectos imperiais franceses da época.

Esta expedição realizou um levantamento considerável do território mauritano e abriu caminho para que a Mauritânia pudesse fazer parte do leque de colónias com interesses comerciais para o Império francês. Esta época é marcada sobretudo por uma preocupação dominante e crescente, por parte da administração colonial francesa, com a viabilidade comercial das suas colónias africanas, perspectiva que irá caracterizar a relação da metrópole com as colónias até à descolonização.

¹¹⁷ Nas palavras de Gruvel e Chudeau: «Sans aucun doute, Donnet n’a pas vu la grande partie des pays dont il a parlé. Il est mort, paix à ses cendres, mais nous croyons ne devoir tenir aucun compte sérieux de ce qu’il a écrit.» (Gruvel e Chudeau, 1909:36).

A Missão *Blanchet* terá sido, no entanto, ‘mal recebida’ pelos habitantes do Adrar mauritano, a tal ponto que os relatos referem que os seus elementos terão sido feitos prisioneiros.¹¹⁸ Este acontecimento veio provar que a grande dimensão do território mauritano, assim como as suas características físicas, terão contribuído para que nele persistissem bolsas de resistência à penetração colonial francesa, apesar de existirem regiões que olhavam para a presença francesa com maior simpatia. Esta resistência, sobretudo presentes na região do Adrar, irá mostrar-se activa até à declarada “pacificação” total do país em 1934.

Os resultados da Missão *Blanchet* são, contudo, discutíveis tendo em conta os seus principais objectivos. Para Gruvel e Chudeau (1909), a Missão não terá chegado a cumprir-se tendo em conta que, por a caravana ter sido pilhada, a expedição foi impedida de chegar ao seu destino final:

«Les résultats scientifiques de la mission Blanchet furent donc faibles, par suite du pillage du convoi ; quant aux résultats pratiques, ils furent nuls puisque la mission fut arrêtée à Atar, 250 kilomètres avant son arrivée à la sebkha d’Idjil qu’elle voulait étudier au point de vue de sa richesse en nitrates.»
(Gruvel e Chudeau, 1909:38)

Como antes referi, o principal intuito da Missão *Blanchet* seria o de investigar a existência de riquezas minerais para exploração comercial no norte do território¹¹⁹ e confirmar a viabilidade da execução de um caminho de ferro transsaariano, projecto que vinha adquirindo um cada vez maior número de apoios dada a periclitante situação francesa na relação das conquistas e recuos da expansão europeia.

¹¹⁸ «Les informations prises au Ministère des Colonies ne firent que confirmer l’authenticité de la triste nouvelle [o aprisionamento da Mission Blanchet]. Il fallut bien se rendre à la vérité, quelque invraisemblable qu’elle parût : *nos compatriotes étaient prisonniers des Maures dans l’Adrar, c’est-à-dire sur notre territoire; car l’Adrar est à nous, du consentement universel.*» (Vallat, 1901:337) [itálicos no original].

¹¹⁹ As minas de ferro da região de Zouérate começaram a ser exploradas no período de ocupação colonial francesa e constituem actualmente cerca de 40% das exportações nacionais da Mauritânia. Em 1963 foi construída uma linha de caminhos-de-ferro de 704 quilómetros que liga as minas de Zouérate ao porto de Nouadhibou. Esta linha tornou-se posteriormente conhecida como “train du désert” pois passou a ser utilizada igualmente com fins turísticos no percurso entre Choum e Zouérate.

Gustave Vallat, grande partidário do projecto da linha de ferro transsaariana, publica em 1901 o texto *A la Conquête du Continent Noir, Missions Militaires et Civiles de 1892 à 1900 inclusivement, d'après des documents officiels*¹²⁰ onde defende o investimento estratégico da administração colonial francesa no território mauritano:

«La France a donc toute facilité pour s'établir définitivement sur ce point convoité; elle y a d'autre part le plus grand et le plus évident intérêt, surtout depuis que les événements de Fachoda nous ont forcément amenés à reconnaître que nous devions renoncer à étendre notre action civilisatrice dans la vallée du Nil.¹²¹» (Vallat, 1901 :333)

A partir desta altura, o interesse estratégico da administração colonial francesa no território da Mauritânia foi amplamente assumido, tanto pela sua situação geográfica como pelo seu aparente potencial económico¹²². Esta crescente preocupação com as possibilidades económicas do país acompanha um conhecimento cada vez mais sistemático do mesmo, bem como uma noção de conjunto do território que, até à data, não tinha sido visível nas narrativas de exploração.

Tratava-se agora de consolidar a penetração colonial, bem como de pacificar as já referidas bolsas de resistência à conquista francesa do território. E é precisamente com vista à consolidação do Império que as políticas militares para a Mauritânia passam a ganhar outra importância no quadro da África Ocidental Francesa. No entanto, e como já referi anteriormente, existiam claros sinais de resistência ao poder colonial.

Em 1901 Xavier Coppolani, publica um “Plan de pacification” para os territórios da Mauritânia. É consequentemente nomeado director do serviço de “Affaires Musulmanes” do Ministério das Colónias e, mais tarde, director do serviço especial dos “Affaires Maures” no Senegal, onde colocará rapidamente em prática o seu “Plan

¹²⁰ Vallat, Gustave (1901). *A la Conquête du Continent Noir, Missions Militaires et Civiles de 1892 à 1900 inclusivement, d'après des documents officiels*, J. Lefort Imprimeurs Éditeur, Paris.

¹²¹ Gustave Vallat faz aqui referência aos recentes incidentes de Fachoda (1898-1899), já brevemente abordados no capítulo 1.

¹²² Tal como nos refere Charles Brossard : «Comme on le voit, le protectorat français a une belle tâche devant lui: développer les immenses ressources que renferme la Mauritanie qui n'en est encore qu'à l'aurore de sa prospérité future.» (Brossard, 1906:279).

d'ensemble d'organisation des tribus maures". Através das suas políticas, Coppolani concretiza uma primeira fase de implementação francesa em território mauritano: a região do Trarza em 1903, o Brakna em 1904, e o Tagant em 1905.

Coppolani seria assassinado a 12 de Maio de 1905 em Tidjikdja, quando se dirigia para o Adrar numa expedição que visava implementar a presença francesa também naquela região, num episódio que ilustra a resistência colonial por parte das populações locais.

O nome de Coppolani ficou para sempre associado à fundação do território da Mauritânia e às tentativas de "pacificação" do mesmo: a 12 de Outubro de 1904 a Mauritânia adquire o estatuto de território civil francês¹²³ e é após esta data que começam a surgir, com mais consistência, estudos que tentam esmiuçar as mais-valias comerciais do país.

Mas para muitos dos 'especialistas' que vinham avaliar o conjunto dos territórios da África Ocidental Francesa do ponto de vista das suas potencialidades comerciais, a Mauritânia não saíria nunca da sua condição de 'enclave' entre outros territórios bem mais importantes e apetecíveis para o Império colonial francês.

Tal é a opinião de Paul Maurel¹²⁴, que insiste e relembra as dificuldades da administração colonial francesa em pacificar o país:

«Nous ne citerons que pour mémoire le territoire de la Mauritanie, dont la situation est encore troublée, et qui jusqu'à ce que sa mise en valeur soit réalisable, nous rendra du moins le service de faciliter notre pénétrations progressive dans les régions qui s'étendent au Nord du Sénégal et du Niger.»

(Maurel, 1906:39)

Esta percepção do território da Mauritânia como um enclave entre outros territórios mais importantes e valorizados manteve-se presente no discurso colonial durante largos anos, sendo depois igualmente manifestada e aplicada ao discurso da

¹²³ «Depuis le décret du 12 octobre 1904, qui a constitué la Mauritanie à l'état de territoire civil, toute la contrée a été reconnue bien au-delà de la ligne Nouakchott, Boutilimit, Aleg, Mal, Mouit, M'bout et Sélibaby, qui marquait alors la limite de notre occupation, distante de 100km seulement en moyenne du fleuve Sénégal.» (Zimmermann, 1909:88).

¹²⁴ Maurel, Paul (1906) *Colonies Françaises et pays de Protectorat*. Rapport Général du Groupe XVIII, Exposition Universelle et Internationale de Liège 1905.

promoção e divulgação turística, como veremos mais à frente. O início do século XX marca também a transformação ocorrida quanto às narrativas produzidas sobre a Mauritânia, que pretendem contribuir claramente para a consolidação do Império colonial francês.

O discurso produzido neste período sobre as colónias, e neste caso concreto sobre a Mauritânia faz, regra geral, uso de uma linguagem predominantemente técnica e especializada, com um uso cada vez mais disseminado do vocabulário local (a tribo passa a ser designada de *qabila*, as planícies desérticas passam a ser designadas por *erg*), e as populações deixam de ser referidas genericamente enquanto ‘mouros’ para passarem a ser referenciadas através das suas pertenças a tribos e a regiões específicas.

As considerações relacionadas com a ‘viabilidade’ das colónias do ponto de vista comercial da metrópole passam a ser percepcionadas de acordo com a sua organização económica presente e futura: bancos, meios de transporte e controlo fronteiriço passam a ser algumas das principais preocupações da administração colonial francesa no quadro das colónias da África Ocidental.

Em 1906, ano de inauguração da “Exposition Coloniale de Marseille”,¹²⁵ o território da Mauritânia era descrito desta forma por Charles Brossard¹²⁶:

«Une population relativement dense, évaluée à 600 000 âmes, rayonne dans les vastes étendues de la Mauritanie saharienne. Elle se compose de peuplades connues chez les indigènes de nos possessions de l’Afrique occidentale française sous le nom de Baïdan (les blancs), par opposition aux Soudanais (ou populations noires)» (Brossard, 1906:277)

Nesta descrição estão presentes vários elementos de disrupção com as narrativas de períodos anteriores: a percepção de que a população não é um todo homogéneo; a já referida utilização do vocabulário local com vista a uma interacção

¹²⁵ A “Exposition Coloniale de Marseille” de 1906 foi dirigida por Jules Charles-Roux e teve mais de 1 800 000 visitantes ao longo dos seus sete meses de duração.

¹²⁶ Brossard, Charles (1906). *Les Colonies Françaises, Géographie pittoresque et monumentale*, Editions Flammarion, Paris.

com as realidades quotidianas dos habitantes; e também uma noção de conjunto que é fornecida através de uma estimativa da densidade populacional do país.

É neste cenário de progressiva domesticação do território mauritano que é publicado em Argel, em 1906, um dos textos que terá contribuído de forma mais inequívoca para a consolidação do Império Colonial Francês em território mauritano. Trata-se do *Précis de Politique Musulmane*¹²⁷ de Robert Arnaud que dedica o Tomo I aos “Pays Maures de la Rive Droite du Sénégal” (i.e. à Mauritânia), tentando esboçar ao longo do texto uma teoria colonial para a ocupação do território com base no Islão.

É sobre este ‘tratado’ de “política indígena muçulmana” enquanto exemplo concreto e paradigmático da política colonial francesa, tendo em conta a forma como este procurou utilizar o conhecimento da religião muçulmana e de algumas particularidades inerentes ao território e à História da Mauritânia para melhor dominar as suas populações, que me irei deter durante algum tempo. Estamos perante a tentativa de dominação de um território já definido: se as políticas anteriormente delineadas se estendiam aos ‘mouros’ como uma população alargada cuja circunscrição geográfica seria indefinida, estas novas políticas passam a referir-se aos ‘mouros’ como os habitantes da Mauritânia, território de fronteiras entretanto traçadas.

3.3 – Teorias coloniais para a ocupação do território: Robert Arnaud e o Islão tornado política ‘indígena’

Tratava-se então de consolidar o Império e as políticas imperiais. Como suporte dessas políticas e como resultado da necessidade de aplicá-las foi sendo criado neste período um *corpus* de conhecimento teórico e empírico considerável, que viria mesmo a influenciar a própria visão académica e científica de África. O aspecto eventualmente mais interessante destas políticas é o facto de elas terem sido pensadas quase sempre como reacção à existência de uma maioria islâmica nos territórios africanos sob administração francesa, o que definiria a França como uma ‘potência muçulmana’, ao

¹²⁷ Arnaud, Robert (1906) *Précis de politique musulmane*, Gouvernement Général de l’Afrique Occidentale Française, Typographie Adolphe Jourdan, Alger.

estabelecer a sua zona de colonização na África Ocidental, dentro de territórios onde a maioria dos seus habitantes era muçulmana.

Mas a “missão civilizadora” que a França pretendia ter no espaço colonial orientava-se através de um eixo ideológico republicano, de que faziam parte o laicismo e a tolerância religiosa, e a criação de uma política ‘islâmica’ não desmentia o carácter laico dessa missão: ela decorria antes, pragmaticamente, do facto de o Islão se constituir como denominador comum entre alguns dos povos entre os quais a França pretendia impor-se:

«La politique indigène, appliquée à des musulmans, a pour but de les amener à notre civilisation en nous servant de la leur pour atteindre ce but. Il ne s’agit plus de défensive ou d’offensive comme en zone frontière, mais d’*organisation*.»

(Arnaud, 1906:182) [itálicos no original]

Esta presença islâmica era de tal modo importante que, num determinado momento da sua história, a França laica e republicana vai: 1) reivindicar o estatuto de potência muçulmana; 2) substituir-se à influência dos centros de poder islâmico; e 3) criar o seu próprio modelo de Islão para a África Ocidental.

Mas se o dever colonial era “civilizador”, havia também uma necessidade de sobrevivência política e económica da nação imperialista. E o impacto da aplicação das políticas económicas sobre as estruturas sociais autóctones seria eventualmente atenuado por políticas que decorressem da compreensão das características dessas mesmas estruturas e, numa formulação típica da época, “da fisiologia e psicologia dos povos sobre os quais é aplicada” (Arnaud, 1906:9), para que o interesse económico do indígena coincidissem com o interesse económico da Nação:

«Une annexion coloniale se fait dans le double intérêt : 1º de la France ; 2º de l’indigène. Ces intérêts s’équivalent. Cette formule doit être la base de toute politique coloniale.»

(Arnaud, 1906:173).

Para Arnaud, a uniformização das práticas da política indígena aplicadas a distintos países seria um erro pois “les indigènes ont des mœurs et des coutumes qui

se particularisent selon leur habitat” (Arnaud, 1906:9), e daí a necessidade da formulação de uma política especificamente muçulmana. Robert Arnaud considerava também que o Islão era uma força mundial e que a sua unidade religiosa se poderia rapidamente transformar em unidade social, tornando desta forma a dominação francesa em África bastante precária.

Como tal, seria necessária uma política muçulmana dirigida às populações destes territórios (Arnaud, 1906:10). Segundo Arnaud, se os muçulmanos teriam facilidade em aceitar que tudo o que se produz no mundo é gerado pela vontade de Deus (Arnaud, 1906:18), tal princípio também os levaria a aceitar uma dominação não muçulmana nos seus territórios como uma espécie de inevitabilidade divina:

«Le Qoran, guide pour la foi, pour la conduite de la vie, est aussi code civil et pénal. Il crée donc un tout compact de la société; le but de celle-ci est la plus haute glorification de l’Unité divine par la conquête du monde. *Chaque musulman est un apôtre de l’Islam. Tout ce qui se produit dans le monde se produit par la volonté de Dieu, pour le plus grand bien des Croyants.* Ce dernier principe permet ainsi aux musulmans d’accepter, le cas échéant, une domination non musulmane; il leur permet aussi, quand cette domination s’affaiblit, de tâcher de s’y soustraire.» (Arnaud, 1906:18) [itálicos no original]

A instrumentalização da identidade muçulmana e das suas supostas particularidades religiosas e culturais contribuiu de forma inequívoca para servir os interesses expansionistas franceses. Muito concretamente, a ‘identidade’ das populações da Mauritânia é descrita por Arnaud como tendo por característica uma “plasticité de caractère” (Arnaud, 1906:14) - que tornaria a influência da administração colonial francesa mais eficaz¹²⁸.

¹²⁸ Num outro momento do seu texto Robert Arnaud faz também alusão à distinção entre as populações ‘negras’ e as populações mauritanas e chama a atenção para as capacidades de análise destas últimas: «L’officier ou le fonctionnaire appelé à résider en Mauritanie ne doit donc pas s’imaginer qu’il aura affaire à des peuplades analogues aux groupements nigritiens. Qu’il se persuade que ses administrés l’étudieront, dès son arrivée, disséqueront son caractère et ses penchants avec la minutie et l’exactitude d’un psychologue professionnel, et agiront avec lui, selon le résultat de leurs découvertes. Ce qualités d’analyse sont poussées à l’extrême chez les chefs religieux.» (Arnaud, 1906:15).

Para Arnaud, entre outras advertências, a leitura do Alcorão seria altamente recomendada a todos os funcionários da administração colonial francesa. Estes deveriam conhecê-lo mas deveriam igualmente evitar falar dele sem ser de maneira adequada, sobretudo na presença das populações locais. Deveriam ainda evitar dizer o que pensam da sua própria religião tendo em conta que um muçulmano “déteste l’athée encore plus que l’infidèle” (Arnaud, 1906:38).

Outra das preocupações de Arnaud era que as administrações coloniais tentassem fazer coincidir as pausas de trabalho com as horas regulamentares para as orações, fazendo com que na prática a ‘política muçulmana’ para as colónias acabasse por ter uma grande base religiosa¹²⁹:

«Sauf nécessité urgente on peut, afin d’éviter les pieux trainards et d’être agréable aux musulmans d’une colonne, faire coïncider les pauses avec les heures réglementaires des oraisons.» (Arnaud, 1906:42-43).

¹²⁹ «[...] la politique qui les concerne doit être religieuse et internationale. Avec ce double caractère elle constitue ce qu’on appelle la *politique musulmane*. En réalité elle est strictement religieuse.» (Arnaud, 1906:173).

Este desenvolvimento da política 'islâmica' francesa decorria também de factores psicológicos, da persistência de velhos fantasmas, mitos e representações, reactivados com grande violência durante as campanhas para a conquista da Argélia (1830-1848)¹³⁰: o fantasma do 'árabe' insurrecto ou as representações do 'mouro' e do próprio Islão, muito organizadas à volta do fascínio orientalista (Rodinson, 1980), da desconfiança e do medo. Sobre o fascínio orientalista note-se o conjunto da produção artística da época feita à volta das representações de um 'oriente' do qual faziam parte as razias, o 'turco', o deserto, mas também a sensualidade¹³¹.

Mais tarde, a "pacificação" do território da Mauritânia e os novos contextos sociais e geográficos na África Ocidental para onde se volta a atenção da França, esvaziaram o Islão, aos olhos do poder colonial, do seu carácter hegemónico e ameaçador. Despido dessa 'qualidade' o Islão verá também contrariado o seu papel como intermediador civilizacional entre as massas indígenas e a administração europeia na África Ocidental, por força da necessidade de ser a potência colonial a assumir esse papel.

3.4 – Da economia colonial como prioridade do Império francês e do papel da Mauritânia enquanto agente comercial

O texto de Robert Arnaud não se preocupou só com a construção de um *corpus* teórico sobre os 'mouros' e a sua religião, ele produziu acima de tudo um discurso político sobre o que deveria ser a política colonial francesa para a região. De facto, os textos de índole comercial são, para este período, superiores em número aos textos de

¹³⁰ Em 1848 o território argelino é anexado à República Francesa através da criação de departamentos franceses da Argélia.

¹³¹ Este 'condensado' de representações sobre o 'outro oriental' é bem visível na pintura de Eugène Delacroix "Scène des massacres de Scio" (1824). Este quadro, que ilustra os massacres ocorridos na ilha de Chios em 1822, perpetrados pelos Otomanos durante a guerra pela independência grega, representa, a par com outras produções do orientalismo artístico e literário da época (*Les Orientales* de Victor Hugo publicado em 1829), o oriente dos românticos (Rodinson, 1980): "[...] débauche de couleur, de sompuosité et de férocité barbare, harems et sérails, têtes coupées et femmes jetées au Bosphore dans des sacs, felouques et brigantines ornées de l'étendard au croissant, rondeur des dômes d'azur et élancements blancs des minarets, odalisques, ennuques et vizirs, sources fraîches sous les palmiers [...]" (Rodinson, 1980:82). Para uma leitura mais aprofundada sobre o orientalismo artístico veja-se, por exemplo, a obra de Roger Benjamin (2003) *Orientalism Aesthetics: Art, Colonialism and French North Africa 1880-1930*.

cariz político, e a obra de Arnaud é singular, entre o lote de textos que pudemos encontrar, numa época de consolidação do Império colonial.

Por esse motivo, passaremos de seguida à análise de um novo grupo de textos cujas preocupações e prioridades se situam no domínio exclusivo dos interesses comerciais da metrópole, a par das estratégias militares para a penetração efectiva em todas as regiões do extensíssimo território mauritano.

Em 1908 é publicado o livro de Eugène Jung¹³² que, num quadro de avaliação do futuro comercial de vários territórios sob administração colonial francesa, dedica um capítulo ao território da Mauritânia. Ao longo do seu texto, Jung defende que nos territórios da África Ocidental Francesa existem populações distintas e heterogéneas, e que não se poderá falar dos povos colonizados da AOF sem ter em conta as suas diferenças. Esta tendência para a particularização dos territórios e das suas populações é algo que começa a acentuar-se desde finais do século XIX e que aparece invariavelmente neste tipo de narrativas como uma prova de “atenção” que os seus autores têm pelas realidades locais, tal como vemos em Jung:

«Les Maures, de race blanche, sont des nomades. Ils habitent la rive droite du Sénégal et la côte d’Arguin. Ils sont divisés en plusieurs grandes tribus : les Trarzas, les Braknas et les Douaich qui sont très métissés et font un trafic intense avec nos comptoirs du fleuve.»
(Jung, 1908:177)

Mas a grande preocupação de Jung estava relacionada com o futuro económico das colónias, e mais precisamente com estratégias que permitissem à administração colonial ‘melhorar’ as condições de vida das populações locais para que estas melhorias pudessem contribuir para a sua “pacificação”. A questão da escassez de água foi, e ainda é, uma questão central para a população mauritana, e a administração colonial não estava alheia a este problema:

«On étudie en ce moment la question de l’eau et du forage de puits. Dès que cette étude sera mise en application, l’élevage s’accroîtra dans de grandes proportions et permettra à ces

¹³² Jung, Eugène (1908) *L’Avenir économique de nos Colonies*, Ernest Flammarion Éditeur, Paris.

populations quelque peu turbulentes, de commercer avec nous et de devenir moins hostiles. On s'occupe également d'améliorer les oasis du Tagant afin de développer les cultures.» (Jung, 1908:178-179)

Alguns anos antes já se havia realizado um mapeamento das riquezas potenciais do país, entre as quais se incluíam os minerais que viriam, como se vai ver mais à frente, a constituir-se as principais riquezas da Mauritânia na actualidade, mas a goma-arábica e a sua abundância em território mauritano continuava a ser objecto de cobiça desde a presença portuguesa no território durante o século XV¹³³:

«Notre installation effective dans le Trarza, le Brakna, le Tagant, le Gorgol et le Guidimakha aura également pour résultat l'augmentation du commerce des gommés, que les maures n'osaient faire à cause de l'insécurité qui régnait partout. Quant au sous-sol de la Mauritanie, le gouvernement local va le faire explorer et, peut-être, y trouvera-t-on des richesses inconnues. On sait déjà qu'on rencontre du soufre au nord de la côte d'Arguin.» (Jung, 1908:192-193)

O monopólio do comércio da goma-arábica voltou então a ser disputado pela administração colonial francesa tal como já o tinha sido anteriormente entre portugueses, franceses e holandeses, que procuravam o controlo das rotas comerciais das caravanas, e cujos confrontos deram origem à guerra da goma-arábica durante o século XVIII. Também Lewis Ware, que em 1909 publica um *Étude sur la Section Coloniale de l'Exposition Franco-Britannique de Londres en 1908*¹³⁴ menciona pouco mais do que as ligações da Mauritânia ao comércio da goma-arábica na secção

¹³³ Para uma leitura mais aprofundada sobre a contextualização do comércio da goma-arábica na Mauritânia ver: Frazão-Moreira, Amélia (2006) "Arabic Gum: From its historical importance in the global markets to its contemporary significance in the local context of Mauritania" in *Proceedings. IVth International Congress of Ethnobotany (ICEB 2005)*, Istanbul: Zero Publications, e também, como já foi referido, Frazão-Moreira, Amélia (2013) "Rotas, mercados e eliK. Das caravanas à apropriação local da goma-arábica na modernidade de um oásis mauritano."

¹³⁴ Ware, Lewis (1909). *Étude sur la Section Coloniale de l'Exposition Franco-Britannique de Londres en 1908*, Imprimerie de la Dépêche Coloniale, Paris.

dedicada a este país, revelando-se mais céptico em relação às suas riquezas e recursos comerciais:

«Au point de vue du commerce, la Mauritanie n’a pas aujourd’hui une grande importance. Auparavant, ses exportations de gomme constituaient une source de richesse, tant pour les tribus maures que pour les marchands de Saint-Louis, plus spécialement à l’époque où le Soudan égyptien était fermé au commerce par le calife.» (Ware, 1909:213)

Pela mesma altura, Abel Gruvel e René Chudeau publicam em livro o resultado das suas missões ao território mauritano: *À travers la Mauritanie Occidentale (de Saint-Louis à Port-Étienne)*¹³⁵. Nele tecem algumas considerações sobre as políticas coloniais francesas para o país, nomeadamente em relação às estratégias de coacção do sedentarismo e à criação de postos militares:

«Le caractère dominant des Maures est le nomadisme. Tout, chez eux, est le résultat de l’adaptation millénaire à ce caractère, qui doit être respecté, comme leur religion, autant qu’il est compatible avec le maintien de notre influence. Un des plus graves défauts, peut-être, de notre organisation politique en Mauritanie, était celui qui consiste à forcer à devenir quasi *sédentaire*, une race essentiellement *nomade*, par nécessité, et à obliger les parties de tribus sédentaires à se rapprocher du poste militaire voisin. Les *postes militaires*, tels qu’ils étaient compris il y a peu de temps encore, constituaient, à notre avis, une erreur politique.» (Gruvel e Chudeau, 1909:165) [itálicos no original]

Para além destas considerações, Gruvel e Chudeau fazem ainda uma resenha das narrativas produzidas sobre o território da Mauritânia entre 1630 (iniciando-se com as narrativas de naufrágio de Paul Imbert) e 1900 (com os relatórios da Missão

¹³⁵ Gruvel A., Chudeau, R. (1909). *À travers la Mauritanie Occidentale (de Saint-Louis à Port-Étienne)*, Éditions Larose.

Blanchet), debruçando-se essencialmente sobre o futuro da indústria piscatória no território e a importância estratégica do recém-criado porto de Port-Étienne.¹³⁶

Para lá da pesca, Port-Étienne apresentava igualmente condições para a exploração das minas de sal, e é sobre a faixa costeira da Mauritânia (de Saint-Louis a Port-Étienne) e as suas potencialidades económicas que se dedica o texto de Gruvel e Chudeau,¹³⁷ tendo sobretudo em conta os consumos da metrópole. Este será porventura o primeiro texto sobre as potencialidades económicas da zona costeira, parte da qual se iria mais tarde constituir enquanto Parque Nacional do Banco de Arguim (1976), considerando as suas riquezas naturais nomeadamente piscícolas e ornitológicas.

Se o levantamento das possibilidades económicas das colónias e, para o caso que aqui nos interessa da Mauritânia, foram os principais objectos de pesquisa de grande parte de uma nova vaga de ‘exploradores’ do território, não nos podemos esquecer que a questão da “pacificação” total do país, bem como da sua progressiva penetração militar, foram igualmente temas dominantes neste período.

Quando Xavier Coppolani foi assassinado em Tidjikdja em 1905 deixou em aberto o futuro das políticas de penetração no país, e deixou igualmente evidente que era no Adrar que se encontrava a principal resistência organizada à presença francesa no território¹³⁸. Em 1908, é o Coronel Henri Joseph Eugène Gouraud quem assume o controlo das forças militares do território mauritano e o fim da doutrina Coppolani.

Em 1910 Gouraud publica *La Pacification de la Mauritanie*¹³⁹, um texto herdeiro dos enunciados de Robert Arnaud¹⁴⁰, onde dá conta das suas tentativas de “pacificação” do território mauritano - compenetrado que estava na construção de um

¹³⁶Port-Étienne, actual Nouadhibou, terá sido fundada em 1906, fundação na qual esteve igualmente envolvido Abel Gruvel.

¹³⁷Abel Gruvel terá também publicado em 1906 um texto intitulado “Les Pêcheries de la Côte Occidentale d’Afrique”.

¹³⁸ Era no Adrar que se encontravam as principais bolsas de resistência à presença colonial francesa na Mauritânia. Segundo o Coronel Gouraud, Xavier Coppolani terá defendido que: «Tenir les palmeraies c’est tenir le Sahara », como alusão à abundância de palmeiras existentes nesta zona do país, por contraponto ao resto do território (veja-se por exemplo o Oasis de Terjit).

¹³⁹ Gouraud, Colonel (1910) *La Pacification de la Mauritanie*, Journal de Marches et Opérations de la Colonne de l’Adrar, Comité de l’Afrique Française, Paris.

¹⁴⁰ «En même temps notre politique tend à démontrer par les faits que des musulmans peuvent vivre en bon accord avec les Français et même y trouver leur intérêt.» (Gouraud, 1910:16).

Império Africano onde a Mauritânia seria um território a ocupar tendo em conta a sua localização estratégica:

«[...] notre pénétration en Mauritanie est la conséquence logique et nécessaire de notre empire Africain.» (Gouraud, 1910:5).

O controlo que a administração colonial francesa passou a fazer do território tornou-se, por extensão, um controlo à liberdade de circulação das tribos, e, consecutivamente, um permanente exercício de poder. Este controlo territorial far-se-á sentir com maior intensidade no Adrar, território no qual as caravanas que pretendessem rumar ao sul do país para aí se abastecerem de alimentos (açúcar e chá entre outros bens alimentares) teriam de se submeter a uma autorização prévia por parte da administração colonial:

“L’autorisation donnée ou refusée aux caravanes sera un moyen de tenir en main les tribus.” (Gouraud, 1910:260).

Se Xavier Coppolani tinha tentado estabelecer compromissos e alianças com algumas tribos do território mauritano, nomeadamente com as tribos de estatuto marabuto, Gouraud pretende manter esses mesmos ‘contratos’, mas insistir, ao mesmo tempo, no controlo da circulação no território como uma das principais armas com vista à eliminação das bolsas de resistência que impediam a “pacificação” total do país:

«La ligne de politique générale à suivre reste la même. Vous continuerez à exiger des différentes tribus l’exécution des engagements pris, à leur maintenir les droits que nous leur avons reconnus : respect de la religion, des coutumes, des femmes, des biens ; liberté des terrains de parcours, sous la réserve de l’autorisation préalable.» (Gouraud, 1910:259)

Neste cenário de controlo militar do território, com vista à domesticação das tribos, e de uma profusão de missões com o objectivo de averiguar as riquezas naturais e as potencialidades comerciais da Mauritânia, raras são as narrativas que

têm em conta as condições de vida das populações locais ou ainda que tentem destrinçar as suas particularidades para além das pertenças tribais. Esta incidência sobre as especificidades de alguns grupos será uma característica que adquirirá maior proeminência numa fase seguinte de narrativas à qual me dedicarei mais à frente.

É importante lembrar que as populações locais mantinham formas de resistência mais ou menos organizadas à presença colonial francesa em território mauritano¹⁴¹ e, se é comum ouvir-se falar de uma resistência armada – a mesma que foi responsável pelo assassinato de Xavier Coppolani em Tidjikdja em 1905 – importa também referir que, paralelamente, existia uma oposição mais quotidiana e transversal ao colonialismo francês, que fazia do domínio literário da poesia o seu campo de resistência.

Se a poesia é uma presença assídua na sociedade mauritana (cf. Aline Tauzin, Catherine Taine-Cheikh), foi este mesmo exercício da produção de poesia, assim como a sua difusão oral, que constituiu uma das formas mais consistentes de resistência ao domínio colonial. Tal como nos refere Mohamed Ould Boye (1988) através da leitura de uma recolha da poesia produzida durante o período colonial, esta ocupa um importante papel na construção de um ideário anti-colonial:

«La littérature de la résistance qui se développe dès le début de la pénétration coloniale a joué un rôle important dans le combat contre le colonialisme. Elle a permis de mobiliser l'opinion contre «les infidèles» et incité tout le monde à désertter les zones d'occupation pour rejoindre les rangs des résistants – une sorte de Higr¹⁴² comme l'avaient appelé à l'époque les poètes et les écrivains.» (Ould Boye, 1988:93)

A própria resistência militar serviria de inspiração para a produção poética, e seria uma forma de alimentação da mesma:

¹⁴¹ Abdel Wedoud Ould Cheikh (2013) refere ainda a existência de movimentos coloniais de resistência à colonização nos anos 1950, tais como a “*Association de la Jeunesse de la Mauritanie*” ou o partido “*al-Nadha al-wataniyya*” (Ould Cheik, 2013:158).

¹⁴² Nas palavras de Ould Boye : «Higr: Allusion à l'exil du Prophète de la Mecque à Médine. Ici, émigration à l'intérieur du pays des zones contrôlées par l'administration coloniale vers celles encore libres.» (Ould Boye, 1988:93).

«Les batailles glorieuses livrées par les résistants ont été la source d'inspiration littéraire pour des nombreux écrivains. La pénétration coloniale a eu très vite à affronter une résistance patriotique organisée.» (Ould Boye, 1988:76).

Mas, centrando-me no período cronológico ao qual este capítulo é dedicado, encontro ainda uma última narrativa que poderá ser entendida como de transição entre um período de prospecção comercial e de formulação de estratégias políticas e militares, e um outro de ocupação definitiva do território.

Trata-se do texto de Ismaël Hamet, intérprete oficial ao serviço da administração francesa, de origem argelina e mais tarde naturalizado francês. Ao longo do texto publicado em 1911¹⁴³ em forma de crónica, o autor tenta dar conta das formas de vida das populações nómadas progressivamente sedentárias, sempre com o deserto como pano de fundo. Na sua narrativa Hamet pretende dotar os habitantes deste território de algum historicismo, procurando traçar a história do país desde a expansão dos Almorávidas, ao mesmo tempo que discorre sobre as origens árabes e berberes das suas populações.

Hamet dedica vários segmentos do seu texto à Mauritânia e à sua geografia, história e 'estado social'; uma secção aos recursos naturais e comércio e, outra à 'condição moral e intelectual dos indígenas', finalizando com uma 'lexicografia'.

Para além de fazer um exercício histórico pouco habitual, se tivermos em conta outros relatos que lhe são contemporâneos, o texto de Hamet tem a particularidade de tentar produzir um discurso sobre as populações locais que não tem apenas em linha de conta o assombro perante a alteridade. Neste sentido, e porque esta alteridade não se apresenta muito radical para Hamet, este acaba por encarnar o já referido papel do "cultural broker" que procura averiguar sobre as formas de vida destes habitantes do deserto.

¹⁴³ Hamet, Ismaël (1911). *Chronique de la Mauritanie Sénégalaise: Nacer Eddine*. Ernest Leroux Éditeur, Paris.

A assumpção de que o deserto se impõe de maneira determinante da e na forma de vida das populações locais, leva a que Hamet não o ignore como elemento modelador e regulador:

«La caractéristique du désert, c'est le rapport entre son étendue et sa pauvreté ; les éléments indispensables à la vie y sont disséminés sur de vastes espaces, ou importés de climats éloignés. Les habitants, par suite, sont condamnés, pour vivre, aux grands déplacements de la vie nomade, soit : à l'industrie pastorale, qui est la seule rémunératrice au désert, et au trafic d'échanges.» (Hamet, 1911:28)

Esta reflexão contém em si uma outra sobre a condição sedentária e/ou nómada que intriga o autor e o leva a concluir que:

«Ceci revient à dire, en résumé, que dans la population des régions désertiques, exception faite des grands centres commerciaux, les riches sont nomades et les pauvres sédentaires.» (Hamet, 1911:29).

Mais tarde, a administração colonial francesa fará alguns esforços na tentativa da sedentarização da população mauritana já que as populações sedentárias seriam mais fáceis de controlar e de mapear com vista à “pacificação” do país tentando, ao mesmo tempo, incentivar e efectivar um sistema de propriedade privada. Estas políticas de sedentarização terão dado os seus frutos (Ould Cheikh, 1985; Leservoisier, 1994) numa fase mais tardia da colonização francesa no país, sobretudo num cenário de pós independência colonial.

No entanto, no que às narrativas sobre o território diz respeito, o texto de Hamet marca o fim de uma época que antecedeu a eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918), caracterizada por uma quase ausência de publicações que reflectissem sobre o território da Mauritânia. Só nos anos 1920 se assistirá a uma nova vaga de narrativas com distintas visões sobre este território e as suas populações.

Estes vinte e três anos de produção de narrativas sobre o país, trazem consigo algumas alterações relativas aos modelos de representação das populações locais, mas

também, e sobretudo, em relação à forma como o país, no seu conjunto, era percebido a partir da metrópole e das políticas de dominação colonial efectiva.

Constata-se neste período, que apesar das expedições solitárias não terem sido abandonadas, estas são acompanhadas pelas grandes missões que, com um enquadramento político e militar mais efectivo, procuram conhecer alguns aspectos do território, e das suas populações ,até então secundarizados.

Para além de um mapeamento tribal, que começava a ser feito de forma mais sistemática e efectiva, a religião ganhava forma como elemento principal de uma política de conquista e dominação colonial (tal como revelam os enunciados de Robert Arnaud) que procurava constituir-se enquanto plural e heterogénea. Através da aplicação de uma ‘política islâmica’ aos territórios sob *influência* religiosa muçulmana, a França, enquanto potência colonizadora, assumia o objectivo de criar o seu próprio modelo de estado religioso em relação a alguns territórios africanos, e ao da Mauritânia em particular.

Por outro lado, a crescente preocupação com a viabilidade económica das colónias torna-se um tema dominante na maior parte das narrativas que se encontram neste intervalo de tempo. A Mauritânia vai progressivamente adquirindo *valor* no contexto das colónias da África Ocidental Francesa por possuir riquezas naturais, colocando-se, dessa forma, no mapa da administração colonial não apenas pela sua localização estratégica entre os diversos territórios sob controlo francês.

Tribos, religião e economia determinam portanto as palavras-chave deste terceiro capítulo que, tal como os que lhe precederam, procurou mostrar que as narrativas produzidas ao longo de um mesmo período histórico e com objectivos idênticos não se constituem enquanto discursos monolíticos sobre os territórios representados, mas antes a partir da diversidade de olhares e de motivações apesar de enquadrados, na maior parte dos casos, num pressuposto imperial.

“Europe’s colonies were never empty spaces to be made over in Europe’s image or fashioned in its interests; nor, indeed, were European states self-contained entities that at one point projected themselves overseas”
(Cooper e Stoler, 1997:1)

CAPÍTULO 4

DA “PACIFICAÇÃO” À INDEPENDÊNCIA: AS NARRATIVAS ETNOGRÁFICAS E A AFIRMAÇÃO DE UMA LITERATURA SAARIANA

4.1 – A caminhada para a “pacificação”: discursos e práticas de conquista e ocupação

No capítulo precedente vimos como as teorias coloniais para a conquista e domínio do território tiveram na Mauritânia um terreno fértil de experimentação. Para além da percepção de que a compreensão da religião, ou a sua validação no contexto local, seria uma boa estratégia face à insubordinação das populações locais, a tentativa de proficiência em relação ao Islão tinha como último objectivo levar à prática de um Islão ‘domesticado’. Paralelamente, e em coerência com a tentativa de domesticação das práticas religiosas locais, as tribos marabuticas da Mauritânia constituíram-se eficazmente enquanto as principais aliadas do colonialismo francês.

Contudo, o território só seria declarado “pacificado” em 1934, e é em traços gerais a partir desta data que começam a proliferar narrativas de teor etnográfico ou para-etnográfico, nos quais a imagem e o discurso sobre as populações locais são modificados. As narrativas de que aqui darei conta serão concomitantes com um discurso de promoção turística que numa primeira fase (segunda metade da década de 1930) insiste no “turismo etnográfico” como uma das principais ofertas turísticas da África Ocidental Francesa.

No entanto, e como veremos, serão estas narrativas “pós-pacificação” que irão transformar radicalmente o discurso sobre o país, desafiando construções identitárias negativas outrora mobilizadas. Serão igualmente estas narrativas que irão ser

apropriadas pelo marketing turístico contemporâneo que as remeterá, romanceando-as, para um passado glorioso e aventureiro ligado ao período colonial.

Este capítulo tem por objectivo centrar-se essencialmente no período que se segue à “pacificação” da Mauritânia, acompanhando e discutindo o conteúdo das narrativas produzidas sobre o país até à obtenção da independência em 1960. No entanto, situarei a cronologia deste texto entre 1912 e 1962, retomando o argumento que determinou a *timeline* do capítulo anterior: considerarei aqui que em 1911 a administração colonial deu como terminada a ocupação do território¹⁴⁴ – apesar do reconhecimento de bolsas de resistência à presença francesa – e que a partir desse momento começa uma nova fase de ‘gestão’ do território com vista à “pacificação” definitiva.

Assim, começarei por dar conta de duas publicações datadas de 1912. A primeira consiste num texto institucional, editado pelo *Gouvernement Général de L’Afrique Occidentale Française*, e a segunda numa narrativa individual escrita por Louis Sonolet. No entanto ambas revelam o mesmo teor descritivo e, acima de tudo, preocupado em fazer uma súmula dos acontecimentos recentes (como a morte de Coppolani), digerindo-os e aprendendo as lições inerentes. Neste período trata-se de caminhar em direcção à “pacificação”, e esse é tido como o principal objectivo que leva à publicação destes dois textos sobre a Mauritânia.

Após a campanha de ocupação do Adrar levada a cabo em 1909 pelo Général Gouraud, o qual reconhece a partir dos postulados de Coppolani¹⁴⁵, que era nessa região que se encontravam as tribos mais hostis à penetração francesa, em 1912 as tropas coloniais voltam a investir militarmente na região:

«Tout récemment, en janvier 1912, nous avons dû aller à Tichitt et à Oualata, sur les confins de la Mauritanie et du Sahara proprement dit. Nos derniers ennemis du désert ont ainsi perdu les refuges qui leur restaient et la paix va s’affermir maintenant de façon durable

¹⁴⁴ Tal como é referido na publicação do *Gouvernement Général de L’Afrique Occidentale Française*: «La période de conquête territoriale doit être considérée comme terminée. Si les armes nous sont encore nécessaires, ce ne doit être qu’à titre exceptionnel et lorsque le parachèvement de l’œuvre l’exige, sans contestation possible, après complet épuisement des moyens pacifiques.» (*Gouvernement Général de L’Afrique Occidentale Française*, 1912 :12).

¹⁴⁵ Como replica Louis Sonolet relativamente à importância que Coppolani atribuía ao Adrar: “Coppolani [...] avait dit: «Celui qui tient les palmeraies tient les nomades»” (Sonolet, 1912:7).

dans ces régions déshéritées. Notre action y a pour objet, comme dans tout le Nord et l'Est du Sahel Nigérien, d'empêcher les rezzous de pénétrer sur les territoires que nous occupons et d'attaquer les caravanes qui commercent avec les populations soumises à notre autorité.» (Gouvernement Général de L'Afrique Occidentale Française, 1912:12)

A inquietação acima manifesta sobre os ataques às caravanas comerciais revela-nos e confirma-nos como a preocupação com a viabilidade económica das colónias continuava a ser tomada com centralidade por parte da administração francesa. Até a Mauritânia, tantas vezes decretada como nula do ponto de vista comercial, possuía finalmente um produto cujo comércio e circulação merecia ser protegido, como vimos no capítulo anterior:

«De Mauritanie même, cette terre réputé stérile à jamais, les caravanes apportent à Saint-Louis la gomme où elle est d'un important trafic.» (Sonolet, 1912 :174)

As actividades económicas e comerciais da Mauritânia eram geridas a partir do Senegal. Efectivamente, esta situação prolongar-se-á até a capital administrativa deixar de estar localizada em Saint-Louis, após a iniciativa para a criação de uma capital *ex nihilo* em território mauritano se ter iniciado em 1957, a partir do pequeno posto militar de Nouakchott.

Como tal em 1912, não só o país era gerido a partir de Saint-Louis, como o seu estatuto financeiro continuava a ser relegado para um plano secundário tal como é convenientemente sistematizado neste parágrafo:

«Le territoire civil de la Mauritanie est administré par un commissaire du Gouvernement général en résidence à Saint-Louis. La Mauritanie est divisée en Cercles, à la tête desquels sont des administrateurs des colonies ou des officiers. Le budget de ce territoire constitue un budget annexe au budget général.» (Gouvernement Général de L'Afrique Occidentale Française, 1912:8)

Estamos pois perante uma administração colonial que, apesar de considerar imperiosa a “pacificação” total do país e a consequente deslocação das tropas militares para a região do Adrar no norte do território, se encontrava estabelecida a sul. A apreensão da administração colonial, a par com a “conquista” do norte que garantiria a “pacificação”, estava igualmente centrada na gestão da questão religiosa, apontando para a definição de uma ‘política colonial muçulmana’ tal como o fizera Robert Arnaud em 1906.

Não obstante a aliança com as tribos marabuticas um pouco por todo o território, a questão religiosa continuaria a ser uma das preocupações principais da administração francesa. Assim, em 1912 a Mauritânia é percebida como o último reduto de um Islão que se poderia apresentar como uma ameaça à consolidação do colonialismo francês:

«Sauf en Mauritanie où le pouvoir d’excitation des marabouts reste considérable, l’Islam en Afrique Occidentale n’est pas le péril qu’on a signalé.» (Sonolet, 1912:230)

Estando então a Mauritânia identificada como um território onde os marabutos se poderiam organizar de forma a combater a presença francesa, tratava-se de definir as políticas a adoptar perante a influência destas tribos no contexto nacional:

«Que doit donc être notre politique musulmane en Afrique occidentale ? On ne peut l’indiquer avec précision, car il n’est pas sur ce pont de recette infaillible. Quelquefois, notamment en Mauritanie, méfiance et circonspection devront être le mot d’ordre. Nous avons tout à craindre en effet de l’esprit d’observation sournois des populations, de leurs ressentiments dissimulés longtemps mais prêts à éclater à la première occasion favorable. Les marabouts en particulier sont doués des rares qualités d’analyse.» (Sonolet, 1912:231)

A religião continuava assim a ser tomada como central por parte da administração francesa, temendo um movimento pan-islamista de reacção ao colonialismo. Se Robert Arnaud formulara em 1906 uma teoria de ocupação colonial

tendo por base o conhecimento e a não ostracização do Islão, a tarefa é retomada alguns anos mais tarde por novas figuras ligadas à administração colonial. Um dos principais responsáveis por um novo fôlego relativamente aos estudos sobre o Islão é Paul Marty (1882-1938), autor de uma considerável obra sobre o Islão na África Ocidental Francesa, e em particular na Mauritânia.

Paul Marty, nascido na Argélia e conhecedor da língua árabe, foi um oficial e administrador colonial ao serviço do governo francês. Após uma estadia em Tunes até 1907 com ligação ao *Bureau des Affaires indigènes*, é transferido para Casablanca onde permanece até 1911. Em 1912 parte para Dakar onde mais tarde encabeça o *Service des Affaires musulmanes* criado em 1913, e onde se manterá até 1922.

Sobre o território da Mauritânia Paul Marty publicará em 1915 *Les tribus de la Haute Mauritanie*, seguido de *Études sur l'Islam maure: Cheikh Sidia. Les Fadelia. Les Ida ou Ali*, em 1916. Em 1919 retoma a produção literária sobre o país com *L'Émirat des Trarzas*, e em 1921 com *Études sur l'Islam et les tribus maures: les Brakna*. Marty foi um dos mais prolíficos autores sobre a Mauritânia durante este período, capitalizando o seu conhecimento da língua árabe e revelando no seu trabalho detalhes minuciosos sobre a organização tribal no país.

Este conhecimento foi posto ao serviço da administração colonial e terá contribuído para o entendimento das questões religiosas que tanto inquietavam os colonizadores. Mais ainda, a política colonial assente nos grandes marabutos será mais tarde a chave da conquista e “pacificação” da Mauritânia.

Para Paul Marty a região do Trarza constituía o centro religioso da colónia bem como o seu pulso político (Marty, 1916:5), e em *Études sur l'Islam maure: Cheikh Sidia. Les Fadelia. Les Ida ou Ali*, procurou mapear as influências políticas e religiosas de Cheikh Sidia¹⁴⁶ no conjunto do território mauritano, bem como a orgânica de um “Islão Mouro” que interessava dominar. Para Marty, Cheikh Sidia ocuparia um lugar central neste mesmo “Islão Mouro”. Ao longo do texto serão também relatadas as formas de organização dos Fadelia¹⁴⁷ e dos Ida ou Ali¹⁴⁸, através de uma resenha histórica e de uma abordagem genealógica.

¹⁴⁶ Chefe religioso do Trarza.

¹⁴⁷ Os Fadelia constituiriam um ramo africano da grande ordem dos Qadrã (Marty, 1916:129).

¹⁴⁸ Fracção da tribo dos Chorfa, de origem marabuta.

Alguns anos mais tarde, em *L'Émirat des Trarzas*, Paul Marty retoma o formato da monografia extensa repleta de genealogias e biografias relativas às principais tribos do emirato do Trarza, contribuindo desta forma para a consolidação de uma História da Mauritânia que é narrada a partir das invasões árabes (*Hassanes*) e berberes (*Sanhadja*), e que se estende até à ocupação francesa. Se, como afirma Ellen Furlough (2002) os guias de viagem coloniais – publicados de forma mais sistemática a partir dos anos 1930 - ilustravam a História dos territórios coloniais antes da chegada da administração francesa enquanto instáveis e caóticos, o trabalho de Paul Marty procura encontrar a ordem nesse suposto ‘caos’, e torná-la inteligível.

Efectivamente, e num período em que interessava à administração colonial a consolidação de aliados entre as tribos mouras, o mapeamento genealógico e biográfico realizado por Marty é transversal ao incluir tribos guerreiras, marabuticas e tributárias no seu levantamento exaustivo.

Este texto de Paul Marty distingue-se ainda por outras particularidades: ele discute igualmente as reconfigurações provocadas pelas políticas da administração francesa sobre as práticas costumeiras das populações locais. Fá-lo sobretudo a partir do discurso da instauração da igualdade: se o acesso aos poços – muito disputados num contexto de escassez de água – outrora dominados pelas tribos guerreiras, é agora facilitado às tribos marabuticas, isso acontece graças às políticas *democráticas* do colonizador e à aplicação dos lemas da bandeira tricolor aos territórios ultramarinos.

Para além do regime de acesso aos poços, Paul Marty discute também outras formas de tributação existentes na sociedade mauritana: o *bakh* (taxas agrícolas), a *horma* (taxas pessoais), e o *ghafer* (direito de protecção). Nesta secção do texto é discutida a forma de funcionamento destes impostos, tendo em conta sobretudo que é a administração colonial que os passa a receber. Tal como refere Marty a propósito do *bakh*: «La perception de ce droit régulier et venue naturellement au trésor français, lors de notre occupation de le Mauritanie.» (Marty, 1916:322).

Efectivamente, e como pudemos ver ao longo destes curtos exemplos relativos ao texto de Paul Marty de 1916, a produção literária do lado da administração colonial estava por esta altura mais interessada em avaliar os impactos concretos da sua presença no país, bem como o estabelecimento de alianças, do que alongar-se em

observações sobre o ‘carácter dos mouros’, tal como foi característico das narrativas relativas ao período da conquista do território.

Inevitavelmente, e como já vimos nos capítulos precedentes, narrativas racionalistas e metódicas como a de Paul Marty convivem com outras menos informadas e mais ocupadas em produzir juízos de valor de vários âmbitos. Tal é o caso de Étienne Richet, que a partir da operacionalidade do sistema tribal mauritano caracteriza as suas populações enquanto primitivas, a partir de uma perspectiva evolucionista:

«[...] mais le vrai Maure de pure race, croit au-dessous de sa dignité de s’occuper d’un autre soin que l’élevage, et les travaux agricoles sont confiés aux Harratine, qui sont leurs affranchies. Chez ces peuples primitifs règne l’inégalité sociale la plus tranchée.» (Richet, 1920:59)

Mas este tipo de discurso, mobilizado aqui por Étienne Richet, é cada vez mais raro no período que antecede a “pacificação” efectiva do país. Em 1921 Paul Marty volta a publicar uma obra dedicada à Mauritânia, desta vez sobre os Brakna: *Études sur l'Islam et les tribus maures : les Brakna*. O formato e o índice deste texto replicam em grande medida aquele publicado em 1916: o livro abre com uma resenha histórica sobre a origem das populações da Mauritânia, partindo depois para um mapeamento genealógico e biográfico sobre as várias fracções existentes entre os Brakna, assim como uma síntese dos factos relativos à ocupação francesa.

A região Brakna, localizada no sul do país, compreende o Rio Senegal e para além das tribos mouras agregava igualmente uma parte considerável de população negro-africana (aqui essencialmente Fula). É com base nesta realidade que Paul Marty dedica um capítulo ao “Islão negro” onde trata de identificar os chefes religiosos mais proeminentes da região.

Os muçulmanos negros seriam frequentemente percebidos como ‘convertos’ e ‘islamizados’, no sentido em que não teriam incorporado a essência do Islão ou que não tinham sido capazes de dar o salto (‘qualitativo’) espiritual entre um animismo mágico e um Islão monoteísta. Arnaud (1906) como Ponty (1909) e

Delafosse (1912), por exemplo, atribuirão ao processo de ‘conversão’ motivações de carácter social.

Paul Marty, que se ocupa da questão do Islão no seu texto dedicado à região Brakna, não esquece o “Islão negro” praticado pelas populações negro-africanas da zona do Rio Senegal, e coloca-o no mesmo patamar que o “Islão mouro”: o pragmatismo colonial leva-o a identificar com igual acuidade uns e outros actores, e o mapeamento de ambos serve de forma idêntica os pressupostos do imperialismo francês¹⁴⁹.

Mas se a administração colonial se ocupava com a ‘domesticação’ das populações locais através da procura de conhecimento sobre as suas práticas religiosas, a sua linhagem e forma de organização social, uma nova vaga de narrativas sobre a Mauritânia estava prestes a afirmar-se.

É o caso de Théodore Monod que em 1923¹⁵⁰ realiza a sua primeira viagem ao território mauritano, que atravessa de camelo, de Port-Étienne a Saint-Louis durante aproximadamente um mês. Esta viagem decorre após uma estadia de um ano em Port-Étienne, durante a qual se dedicara ao estudo da fauna ictiológica e da indústria pesqueira da região.

O texto *Maxence au Désert* toma a forma de relato autobiográfico romanceado, no qual Monod encarna a personagem de Maxence e através deste descreve a sua viagem em território mauritano. A viagem, pontuada por encontros com diversas tribos, repastos frugais e menos frugais, é marcada pela descrição das paisagens do país e pelo fascínio do deserto. No entanto apesar das paisagens se constituírem enquanto protagonistas da narrativa, Monod, na pele de Maxence, presta alguma atenção à performance das populações durante a viagem, assim como às fisionomias nacionais, acabando por concluir que falar de “raça moura” é um absurdo etnográfico:

«Le coup d’œil est infiniment pittoresque. Nonchalant étendu
parmi les coussins, Maxence dévisage toutes ces physionomies

¹⁴⁹ Os textos de Paul Marty sobre o Islão na África Ocidental irão continuar durante a década de 1920 e 1930: Guiné (1921), Costa do Marfim (1922), Daomé (1926) e Níger (1931).

¹⁵⁰ O relato desta viagem só será publicado em 1995 sob o título de *Maxence au Désert*. Maxence é o nome da personagem principal do romance de Ernest Psichari, *La Voyage du centurion*, de 1916, que Monod terá descoberto quando da sua partida para a Mauritânia e que o terá acompanhado durante a sua estadia no país. Théodore Monod homenageia desta forma Psichari, dando uma nova vida ao seu personagem.

étranges, si diverses sous les cheveux noirs. La ‘race maure’ est une entité sans existence objective : c’est un non-sens ethnographique que d’en parler. De lents brassages de peuples à la suite d’invasions successives ont mélangé le sang des Noirs autochtones, des Berbères et des Arabes, les derniers venus dans le pays. Aussi trouve-t-on, à côté d’une face camuse et bistre, aux courts cheveux crépus, un fin visage au teint clair, type superbe de Libyen, de Numide ou de Sémite à l’œil noir, à la barbe bouclée de monarque ninivite.» (Monod, [1923] 1995:40)

Ainda sobre o país e as suas particularidades físicas e geográficas, Monod ilustra as ambivalências provocadas pela natureza, e faz referência ao magnetismo da Mauritânia sobre o viajante ocidental. Este fascínio pelo deserto, tantas vezes expressado pelas narrativas de conquista e de mapeamento do território, é também incorporado por Maxence/Monod:

«Maxence aime cet enfer pierreux, cette immensité nue fréquentée seulement des gazelles et des lézards, impropre à la vie humaine, cette terre si misérable, si déshéritée, si laide, que l’on oublie ces tristes cailloutis pour habiter le ciel, ses nuages pourpres, ses profondeurs d’aigue-marine ou l’ardeur flamboyante de son azur décoloré.» (Monod, [1923] 1995:31)

Um ano antes da viagem empreendia por Monod, de Port-Étienne a Saint-Louis, o Coronel Modat publica um levantamento sobre a ‘sociedade moura’ da região do Adrar. Modat identifica os principais elementos constitutivos da identidade das populações mouras, sejam elas nômadas ou sedentárias, e que lhes são atribuídos, na sua opinião, através da religião islâmica e do seu livro sagrado: a pluralidade de esposas, a servidão, e os laços de patrocínio e clientela (Modat, 1922:265).

Em tom de lamento Modat chama ainda a atenção para a ausência de escritores na sociedade mauritana, atribuindo a *responsabilidade* desta carência, uma vez mais, ao extremo peso que a religião teria no território:

«De nos jours encore la littérature est très en honneur, mais les écrivains dignes de ce nom n'existent pas. Toute la science est concentrée dans la partie théologique. Extrêmement rares sont ceux qui ont quelques notions historiques; il n'y en a pas qui aient la moindre notion des sciences.» (Modat, 1922:276)

De Marty a Modat, passando por Monod, e das abordagens mais impressionistas às mais documentadas, a religião constitui-se e afirma-se neste período como um determinante *marcador* social que continuaria a condicionar, no entendimento das figuras da administração francesa imbuídas da retórica laica e republicana, toda a acção e pensamento das populações locais, e sobre a qual urgia reflectir.

Se Lila Abu-Lughod identifica a obsessão com a questão religiosa, a par com as questões de género e as linhagens tribais, enquanto paradigmas imponentes no campo dos estudos sobre os contextos islâmicos (Abu-Lughod, 1989), eles manifestavam-se inequivocamente durante a década de 1920 nos territórios coloniais, enquanto a França, laica e republicana, se reivindicava do estatuto de potência muçulmana e criava o seu próprio modelo de Islão para a África Ocidental.

Efectivamente, este conjunto de temas: Islão, segmentaridade tribal, e género, acabaram por se constituir enquanto “gatekeeping concepts” (Appadurai, 1986) para os contextos árabes e islâmicos, transformando-se em metonímias e substitutos para uma civilização ou uma sociedade como um todo. Tal como refere Appadurai:

“[...] hierarchy in India, honor-and-shame in the circum-Mediterranean, filial piety in China are all examples of what one might call gatekeeping concepts in anthropological theory, concepts, that is, that seem to limit anthropological theorizing about the place in question, and that define the quintessential and dominant questions of interest in the region.” (Appadurai, 1986:357)

No entanto, estes “gatekeeping concepts” não foram exclusivos da década de 1920, nem do período colonial, tendo-se mantido activos, como veremos mais à frente, para os territórios árabes e islâmicos até à actualidade.

4.2 – A década de 1930: a ‘chegada’ de Odette du Puigauveau e as narrativas saarianas romanceadas

A religião enquanto elemento totalizante nos estudos e nos escritos sobre a Mauritânia vai ganhando outros contornos na década de 1930. Efectivamente, esta década marca, em território mauritano, uma consolidação e afirmação dos estudos de teor etnográfico, agora mais atentos a temas de pequena escala, e menos preocupados com grandes formulações descritivas sobre regiões inteiras ou sobre o idioma religioso do país.

Em 1932, seguido de continuação em 1933, Pierre Laforgue, então “Administrateur Adjoint des Colonies”, publica dois artigos sobre os “Djenoun” da Mauritânia. Os textos, difundidos pelo “Bulletin du Comité d’Études Historiques et Scientifiques de l’A.O.F”, procuram ilustrar as práticas mágicas das populações locais que escapariam ao domínio de um Islão mais ortodoxo, revelando a sua centralidade na vida social e religiosa do país¹⁵¹.

O conhecimento sobre este assunto ‘tabu’ na sociedade mauritana só terá sido possível graças às “[...] sympathies qu’il a su faire naître parmi les indigènes” (Laforgue, 1932:1), e à recolha de informação ao longo de dez anos no terreno. Este estudo permitiria «[...] mieux pénétrer la psychologie individuelle et sociale des populations mauritaniennes »¹⁵² (Laforgue, 1932:1), dando conta dos rituais mágicos e ocultos praticados por grande parte da população, e do seu grau de aceitação numa sociedade muçulmana.

Para Laforgue, tendo em conta que “Dans une société anarchique et cruelle comme la société maure dont le vernis islamique est superficiel et le niveau moral

¹⁵¹ Para Pierre Laforgue: «En Mauritanie, comme dans les autres pays de peuplement berbère, l’Islam ne s’est pas entièrement substitué aux vieilles croyances légendaires locales.» (Laforgue, 1933 :400).

¹⁵² No entanto, para Pierre Laforgue, a compreensão da ‘psicologia moura’ não seria tarefa fácil para os mecanismos mentais europeus, construídos sobre a lógica e a racionalidade (Laforgue, 1933:423).

extrêmement bas [...]» (Laforgue, 1932:33), a superficialidade do Islão levaria a que não fosse evidente, para as populações locais iletradas, destrinçar onde começariam e onde acabariam as práticas *lícitas* do Islão, remetendo para uma divisão entre ‘alto’ e ‘baixo’ Islão:

«L’Islam cependant est hostile aux rites magiques, mais a-t-on jamais refusé le conseil d’un pieux et savant marabout plongé dans la contemplation extatique, lorsque son intervention peut paraître efficace ? Et puis, pour le simple fellah où se trouve la limite entre la religion et la magie ? [...] le Maure est un réaliste [...]. Il n’est pas, en cela, si différent des groupes ethniques considérés comme très civilisés.» (Laforgue, 1932:4)

Laforgue afirma igualmente ao longo do seu texto que o tipo de práticas que derivam da crença nos “Djenouns”: as magias, os envenenamentos, os rituais de exorcismo, etc., estão controladas graças à presença da administração colonial francesa no país (Laforgue, 1932:33), e que apesar da defesa de um Islão ortodoxo não ser apanágio dos colonizadores, estes não poderiam ser coniventes com as práticas ocorridas durante os tempos de “indépendance anarchique” do país (Laforgue, 1932:33).

Mas a década de 1930 não ficará apenas marcada pelas incursões de Pierre Laforgue nos meandros da ‘psicologia moura’, e da sua oscilação entre as práticas regulares e irregulares do Islão oficial. Em 1933 desembarca na Mauritânia Odette du Puigauveau, acompanhada de Marion Sénones, que se transformará numa das mais emblemáticas e prolíficas escritoras sobre o país durante as décadas que se seguem.

Puigauveau e Sénones serão também as duas primeiras mulheres a levar a cabo uma viagem pelo território de forma autónoma, ainda que com o apoio logístico e o enquadramento da administração colonial. Efectivamente, com excepção de militares ou ex-militares, poucos viajantes independentes se tinham aventurado neste país em vias de “pacificação” definitiva.

Quanto aos estudos sobre as mulheres viajantes durante o período colonial em territórios sob administração francesa, tal como refere Claude Ghiati (2011), essa historiografia é ainda escassa e existe um amplo *corpus* de narrativas que se pode

constituir enquanto objecto de estudo. Existe no entanto um lote de estudos recentes que levantam a questão do género no âmbito das viagens e da produção de narrativas em contexto colonial. Eles centram-se contudo nos territórios do Norte de África sob administração colonial francesa – Argélia, Tunísia e Marrocos – cruzando muitas vezes a questão do género com a dimensão da “raça”: Lorcin (2007) e Rogers (2009) para o contexto argelino, e Boittin (2010) para o conjunto dos três territórios norte-africanos, sendo que Ghiati (2011) acaba por se focar no território marroquino¹⁵³.

Tal como fez Ghiati (2011) identificando ‘temas de predilecção’ nas narrativas produzidas por mulheres sobre a sociedade marroquina durante o tempo do protectorado francês - essencialmente paisagens e lugares de sociabilidade, mas igualmente instituições e populações marroquinas (escravos, judeus e mulheres) – também na literatura de Puigauveau é recorrente o tema da condição feminina na Mauritânia, a par com o da condição servil, como se pode inferir através da leitura das suas obras.

Apesar de aqui não me debruçar demoradamente sobre a produção literária de Puigauveau, creio que a mesma poderá constituir um importante objecto de análise pelas leituras que faz da sociedade moura colonial¹⁵⁴.

Odette du Puigauveau, tornada figura incontornável da produção de narrativas de viagem sobre a Mauritânia, faz questão de referir que a sua viagem pelo país levada a cabo entre Dezembro de 1933 e Setembro de 1934 não contou com qualquer tipo de financiamento externo¹⁵⁵. Publicada sob a forma de romance em 1936, *Pieds nus à travers la Mauritanie*, é a sua primeira obra literária, na qual relata o seu primeiro contacto com o país, que percorre de norte a sul. A mesma viagem dará origem a um

¹⁵³ Existe igualmente um conjunto de literatura que aborda a questão das mulheres viajantes em território colonial e as suas narrativas de forma mais abrangente, tal como os trabalhos de Lewis (2004), Lassner (2004) ou Mills (1991), que discutem e problematizam a existência de espaços de género em contexto colonial (algo a que Puigauveau também fará referência), bem como às questões do corpo, seu entorno e gestão identitária, tendo como denominador comum a produção literária feita por mulheres em diferentes contextos coloniais. Num outro domínio, é relativamente densa a produção académica sobre género e contextos coloniais, entre os quais destacaria os trabalhos de Levine (2004) e McClintock (1995).

¹⁵⁴ Em 1992 Monique Vêrité publica uma biografia de Odette du Puigauveau: *Odette du Puigauveau, une Bretonne au désert*, que procura traçar o percurso de Puigauveau desde a infância até ao seu estabelecimento em Marrocos em 1961.

¹⁵⁵ No entanto para a realização desta viagem Odette du Puigauveau e Marion Sénones obtiveram a autorização de dois ministérios franceses, bem como o apoio da “Société de Géographie” e do “Muséum d’histoire naturelle” que lhes redigiu cartas de apresentação e lhes forneceu vinte e cinco rolos de película fotográfica (Vêrité, 1992:135).

segundo livro, *La grande foire aux dates*, publicado em 1937, que acaba por relatar a segunda parte de uma expedição que tem o seu início em Dakar, lugar onde Puigauveau e Sénones se instalam após uma lesão da primeira, e do qual depois partirão com destino ao Adrar mauritano.

No decurso desta viagem, Odette du Puigauveau e Marion Sénones optaram por se apresentar enquanto jornalistas, o que lhes permitiu avaliar a desconfiança com que a administração colonial olhava para a imprensa (Puigauveau, 1936:21). Realizada durante o processo de “pacificação” do país, esta viagem teria como objectivo dar a conhecer a Mauritânia aos franceses, já que esta seria, segunda a autora, a região mais desconhecida do Saara (Puigauveau, 1936:22).

A par do objectivo de dar a conhecer a Mauritânia à população francesa, Puigauveau procurou igualmente dotar a sua viagem de objectivos científicos, numa tentativa de aliar aventura a conhecimento (Vérité, 1992:134). Como tal, pediu a Paul Rivet, então director do “Musée d’Ethnographie du Trocadéro” e a Jean-Paul Lebeuf, arqueólogo, para que a iniciassem, a ela e a Marion Sénones, nos métodos de recolha arqueológica e etnográfica, assim como nos rudimentos da língua oral mauritana (Vérité, 1992:134-135).

Odette du Puigauveau e Marion Sénones partem para a Mauritânia a bordo de um veleiro, apenas munidas de “[...] quatre lettres de recommandation, deux petits revolvers, un Kodak Junior¹⁵⁶” (Puigauveau, 1936:28), revivendo as velhas rotas dos navios negreiros pois os preços praticados pela Air France ou pelas companhias marítimas afiguravam-se-lhes proibitivos. A escolha do país estaria ligada a um desejo de aventura e a uma ideia de viagem *independente*, numa altura em que, como veremos mais à frente, a Mauritânia estaria longe de ser considerada um destino turístico *nobre* face às aspirações de um público metropolitano.

Segundo Odette du Puigauveau: «Une pacification difficile paraît encore la Mauritanie d’une auréole de mystère et de risque.» (Puigauveau, 1936:28), e terá sido precisamente esta combinação entre aventura e mistério que a terá levado a embarcar

¹⁵⁶ De ressaltar aqui a referência, pela primeira vez nestas narrativas, de uma máquina fotográfica. A presença deste objecto é reveladora de uma preocupação e atenção crescente à imagem enquanto testemunho do contacto com o universo colonial e o seu exotismo (Landau, 2002a; Evans (ed.) 2004). Algumas das fotografias tiradas por Puigauveau e Sénones ao longo das várias expedições realizadas ao território da Mauritânia podem ser vistas na base de dados de imagens *Ulysse*, no site dos *Archives Nationales d’Outre-Mer*.

a bordo da *Belle-Hirondelle*. No entanto, mais do que o desejo de aventura, a viagem das duas bretãs seria efectivamente movida pela vontade de conhecimento das populações locais, capitalizando a formação que lhes fora dada em Paris por Rivet e Lebeuf:

«Le grande affaire pour nous, c'était la connaissance des Maures. Nous étions venues exprès pour cela et ils ne demandaient qu'à se lier avec nous. [...] Peu à peu, les tentes misérables se firent plus accueillantes. On nous y appelait même parfois, au passage, pour boire, accroupies sur les nattes, les quatre verres de thé saturé de sucre.» (Puigauveau, 1936:39)

O relato prossegue dando voz a interacções de vária ordem com as populações locais, sem grandes preocupações com a elaboração de qualquer tipo de 'tratado' etnográfico sobre o país e os seus habitantes. No entanto, e apesar de uma inicial antipatia relativa à administração colonial e às suas práticas de instalação no país - segregação "racial", não adopção dos saberes locais, etc. – Puigauveau não hesita em classificar os 'mourous' de 'fanáticos' e 'cruéis', defendendo a intervenção militar francesa com vista à "pacificação" do território:

«[...] la pacification de la Mauritanie, cette entreprise qui, depuis le traité de Paris de 1814, oppose la diplomatie la plus patiente aux calculs sournois de Maures, la bravoure de nos soldats à leur fanatisme cruel, est une œuvre que même les esprits hostiles par principe à la colonisation peuvent approuver. Certes, l'intérêt des Français les obligeait à défendre le Sénégal et le Soudan contre les incursions des guerriers hassane, mais, du même coup, ils protégeaient les marabouts berbères, les zénagui, les populations noires terrorisées.» (Puigauveau, 1936:91)

Efectivamente, o relato de Puigauveau em *Pieds nus à travers la Mauritanie* parece registar uma inversão gradual do teor do discurso sobre o país e as populações locais, assim como sobre os colonos e a administração francesa. Se no início do texto Puigauveau parece adoptar uma postura crítica em relação à administração francesa

no país, concomitante com uma vontade expressa de absorver e mimetizar as práticas culturais da Mauritânia, ao longo da narrativa vai-se *colando* progressivamente ao discurso oficial do poder colonial, e passando a destacar os ‘feitos’ dos franceses no território, bem como a legitimar a acção militar destes.

Através desta observação pretendo apenas questionar a ‘aura’ que Puigauveau parece ter obtido enquanto viajante *independente*, e que a tem colocado, no domínio da ‘literatura de viagens’ contemporânea, numa espécie de universo paralelo ao do colonialismo oficial francês na África Ocidental. De facto, Puigauveau, apesar dos seus enunciados românticos move-se no tabuleiro do poder colonial, o mesmo que lhe acaba por possibilitar algum conforto na viagem, e em relação ao qual ela é, finalmente, conivente.

Monique Vérité, na biografia que traça sobre Odette du Puigauveau reflecte precisamente sobre a forma como Puigauveau geria o seu próprio estatuto no contexto da sociedade mauritana. As suas origens aristocráticas levaram a que se sentisse confortável numa sociedade profundamente hierarquizada, na qual a sua pertença ao ‘mundo colonial’, e a decorrente deferência com que era tratada pelas populações locais, foi sempre assumida como uma *vantagem*:

«Odette se sent à l’aise dans cette société très hiérarchisée où fonctionnent entre personnes et groupes des relations de pouvoir absolu; tout est codifié: chacun connaît sa place, ses devoirs et ses droits. Cependant, Odette ne porte pas sur ces populations un regard seulement ethnologique. Dans la description qu’elle fait de leurs mœurs, description souvent enthousiaste, ne projette-t-elle pas un désir secret? Ne retrouve-t-elle pas, enfoui au fond d’elle-même, l’héritage que lui a légué son père, la nostalgie d’un hypothétique âge d’or de l’aristocratie où tous, du châtelain au serf, coexisteraient et participeraient à une même communauté harmonieuse?» (Vérité, 1992:147)

Mas apesar da sua ambivalência em relação ao ‘mundo colonial’ e ao seu próprio estatuto no contexto da sociedade mauritana, Odette du Puigauveau, em parceria com Marion Sénones, editou uma mão cheia de obras valiosas sobre a

Mauritânia, que se constituem enquanto importantes testemunhos sobre a vida quotidiana no país nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Efectivamente, e a par com os textos de Théodore Monod, os livros de Puigauveau fornecem-nos importantes retratos etnográficos e pistas de leitura daquilo que foi a sociedade mauritana sob administração colonial francesa num cenário de “pacificação”, e “pós-pacificação” do país.

Mais do que isso, e como veremos mais à frente, os textos de Puigauveau e Monod irão constituir-se enquanto um importante e valioso acervo da literatura da “nostalgia colonial”, que será incorporada e apropriada por um discurso de promoção turística que retomará e recriará o deserto enquanto terreno de ‘aventura’.

Em 1937 são publicadas mais duas obras literárias sobre a Mauritânia: *Méharées. Explorations au vrai Sahara* de Théodore Monod, e *La grande foir aux dattes* de Odette du Puigauveau. *Méharées. Explorations au vrai Sahara* é o primeiro livro de Monod onde parte da acção decorre na Mauritânia a ser editado¹⁵⁷, relato de viagens realizadas em diversos momentos entre o final da década de 1920 e a primeira metade da década de 1930, sem obedecer a um fio condutor cronológico.

Ao longo do texto Monod mobiliza a sua formação em história e ciências naturais, a partir da qual nos descreve a geografia do território bem como alguns ‘achados’ arqueológicos, aliando-a com o seu conhecimento sobre a história das narrativas de conquista produzidas sobre o país, das quais também nos dá conta. Mas o tema dominante da narrativa é o da descrição pormenorizada das paisagens do deserto, através de abundantes comparações entre o deserto e o mar:

«D’ailleurs, passant de la mer au désert, faisait-je plus que changer d’océan ? Qu’il soit d’eau salée, de sables ou de cailloux, c’est toujours un océan.» (Monod, 1937:24)

As profusas metáforas que comparam o deserto do território saariano com o oceano são especialmente operativas se pensarmos que o primeiro contacto de Théodore Monod com a Mauritânia foi através da sua tarefa enquanto oceanógrafo

¹⁵⁷ Como já referimos anteriormente o livre *Maxence au Désert*, apesar de narrar uma viagem realizada por Théodore Monod na Mauritânia em 1923, apenas foi editado em 1995.

em Nouadhibou¹⁵⁸. Como refere o autor, foi a partir da sua viagem iniciática de Noaudibhou a Saint-Louis (que é objecto do texto *Maxence au Désert*) que ele se vai transformando gradualmente de oceanógrafo em “saariano”:

“Et voilà comment, parti “océanographe” pour la Mauritanie, j’en revenais ‘saharien’. Mais je restais navigateur, n’ayant en somme changé que de monture.” (Monod, 1937:36)

Ao longo do texto, Monod vai relatando pequenos episódios das suas múltiplas viagens em território saariano, descrevendo o comportamento e os hábitos das populações locais entre os quais enfatiza não raras vezes a alimentação e o vestuário, enquadrando estes episódios na paisagem do deserto e suas pequenas povoações e acampamentos. O relato é, regra geral, de fascínio e deslumbramento com a imensidão e despojamento da paisagem, mas sempre atento à dimensão humana do território: as pessoas não são apenas figurantes que se movem no exotismo do cenário, elas são *chamadas* para a narrativa e aparecem no relato na medida das suas interacções com Monod.

Mas se Théodore Monod constrói ao longo do texto a imagem de um território fascinante – o do deserto sem fronteiras¹⁵⁹ - o seu primeiro contacto com as paisagens da Mauritânia não foi o mais entusiasta, replicando aliás alguns dos retratos do país produzidos por um poder colonial muitas vezes distante das realidades locais¹⁶⁰:

«Sinistre pays. Le premier arbre – un petit acacia – est à quarante-cinq kilomètres d’ici. La terre, nettoyée, décharnée jusqu’à l’os, pulvérisée au souffle des siècles, est morte. Le vent qui siffle sur les dunes couronnées d’une légère buée de poussière, chante un cycle révolu et le repos définitif s’un sol qui ne connaîtra plus la pluie.» (Monod, 1937:17)

¹⁵⁸ No entanto esta metáfora não é exclusiva de Théodore Monod, existindo profusamente no âmbito da literatura sobre o deserto.

¹⁵⁹ Em *Méharées. Explorations au vrai Sahara*, Théodore Monod movimenta-se entre o território mauritano, o território argelino, e o então Sudão francês.

¹⁶⁰ Este foi o caso de algumas brochuras editadas nas exposições coloniais de 1922 e 1931.

No entanto é perceptível a transformação do seu olhar sobre a Mauritânia ao longo da narrativa. Num dado momento do texto, Monod apela ao investimento francês na realização de um estudo aprofundado sobre o deserto, alertando que as lacunas relativas ao conhecimento deste vasto território correm o risco de o perpetuar enquanto reduto de turistas, jornalistas e automobilistas, algo que o transformaria paralelamente num espaço fechado à investigação científica, e que Monod lamentaria:

«[...] il faut à la France, qui administre, à sa porte, plus de deux millions de kilomètres carrés de Sahara, un Desert Survey. On n'ose à peine avouer qu'elle ne l'a pas encore. Faute de quoi le «plus beau désert du monde» risque de demeurer longtemps encore de monopole de touristes en mal d'exotisme, de journalistes en quête de papiers 'sensationnels', des automobilistes pourchassant les dernières gazelles, fermé au travail scientifique sérieux, méthodique et compétent. Dommage.» (Monod, 1937:61)

Este excerto de *Méharées*, que surpreende pela sua contemporaneidade, permite-nos abrir as portas à discussão de uma série de questões que só algumas décadas mais tarde ganhariam pertinência. Em primeiro lugar a ideia de um *estudo* sobre o deserto, que abordasse o seu território não a partir de uma perspectiva militar e/ ou economicista, mas, pelo contrário, transformando-o em território sob escrutínio científico, algo em relação ao qual Théodore Monod viria a ser um dos principais colaboradores. Por outro lado, o receio, aqui assumindo-se enquanto presságio, de que o deserto viesse a transformar-se num território monopolizado por turistas em busca de exotismo, jornalistas e automobilistas, revela-nos que, apesar do Paris-Dakar e dos voos *charter* não serem ainda uma realidade, o deserto era já então objecto de desejo e deslumbramento por parte destes personagens.

Em 1937 é também publicado o livro *La grande foire aux dattes* de Odette du Puigauveau, centrado na região do Adrar, que relata a sua estadia durante a realização da *guetna*, período durante o qual é feita a apanha das tâmaras e grande parte da população se desloca aos oásis da zona para levar a cabo uma 'cura de tâmaras'.

Em *La grande foire aux dattes* a viagem começa a sul, em Dakar, onde Puigauveau e Sénones se encontravam após a conclusão da viagem que dera origem

ao texto *Pieds nus à travers la Mauritanie*, e onde foram levadas a permanecer após alguns percalços de saúde que exigiram repouso absoluto.

Assim, em Julho de 1934, Odette du Puigauveau e Marion Sénones partem do Senegal com destino a Atar no Adrar mauritano, tomando o comboio até Saint-Louis, de seguida o barco fluvial até Rosso, e aí uma caravana automóvel com escalas em Nouakchott e em Akjout. Já em Akjout a ligação com Atar foi assegurada por viaturas militares que teriam de percorrer 800 quilómetros até alcançarem Atar, o que se traduziria em quatro ou cinco dias de viagem (Puigauveau, 1937:13).

Odette du Puigauveau relata pormenorizadamente a sua viagem até Atar e a sua estadia na povoação, seguindo depois para Chinguetti e Ouadane, e finalmente para a costa atlântica onde contacta com as populações *Imraguen* antes de embarcar com destino a França. Em Atar assiste a algumas cerimónias alusivas à *guetna* e procura estabelecer contactos mais íntimos com as mulheres das populações locais, algo que consegue graças à sua liberdade de circulação enquanto mulher ocidental.

Efectivamente Puigauveau reflecte não raras vezes sobre a sua condição de género¹⁶¹, distanciando-se desta forma das poucas mulheres estabelecidas em território mauritano (na maior parte dos casos esposas de militares), e capitalizando as vantagens que o seu estatuto enquanto jornalista independente lhe permite, a ela e a Sénones, quanto ao acesso a lugares e a pessoas que, a seu ver, não suscitavam curiosidade entre a população de colonos franceses.

Não raras vezes a sintonia entre Puigauveau e administração colonial é difícil de alcançar, traduzindo-se por vezes em represálias relativas à sua circulação no território (negação de acesso a transporte e escoltas, interdição de se juntar aos grupos nómadas), e Puigauveau não hesita em mostrar a relutância, e em alguns casos até o

¹⁶¹ As suas reflexões sobre a sua condição de género são também elas ambivalentes. Puigauveau refere por vezes ao longo dos seus textos a liberdade que as suas estadias na Mauritânia lhe proporcionam relativamente à sua identidade de género, fazendo-a sentir-se 'sem género' quando, vestida com a indumentária masculina local, circulava pelo país. No entanto, e sem qualquer contradição, na sua bagagem estiveram sempre presentes os vestidos franceses e a maquilhagem que usava quando em companhia de figuras coloniais. Como já foi referido anteriormente, alguns autores discutem a questão do "cross-dressing" como estratégia de dissimulação de uma identidade de género em contexto colonial, na perspectiva de uma maior liberdade de circulação, sobretudo no caso das mulheres. Sobre o travestismo de mulheres que, servindo-se e adoptando a indumentária masculina, circulavam em contextos coloniais ver Behdad (1994), sobre o "cross-dressing" de homens e mulheres, que pertencendo ao universo colonial, utilizavam as indumentárias locais ver Lewis (2004), McClintock (1995) e Holden e Ruppel (2003), entre outros autores. Veja-se igualmente a Nota nº65 sobre o travestismo enquanto opção por parte de viajantes solitários.

desconforto, com que a sua presença era percebida pelo poder colonial francês no território:

«Il restait bien évidente que notre présence ne faisait aucun plaisir aux officiers de la 3^e compagnie du 1^{er} R.T.S... On ne saurait leur en vouloir. Ceux qui étaient mariés trouvaient sans doute assez vexant que deux femmes inutiles fussent là quand les leurs n'avaient pas le droit d'y être. Les jeunes célibataires, eux, avaient d'autres raisons. Tout grisés de leur premier contact avec un désert assez mal réputé et tout fiers d'en vanter les dangers et les peines aux parents et amis de la métropole, comment se seraient-ils réjouis parce que nous avions l'impertinence de prouver qu'en l'an 1353 de l'hégire on pouvait s'y promener, y vivre et même y trouver un certain agrément ? Le pire était que, ces femmes se disant journalistes, leur aventure se saurait.» (Puigauveau, 1937:84)

É precisamente este estatuto que a leva a poder circular entre as mulheres locais, entre as quais passa longas horas, algumas das quais em encontros de “etnografia aplicada” (Puigauveau, 1937:103), nos quais Puigauveau e Sénones se deixam travestir – através da maquilhagem e da aplicação de hena¹⁶² – em *autênticas* mulheres saarianas¹⁶³. É a partir do acesso a uma certa intimidade mas igualmente à percepção daquilo que é a situação social de muitas destas mulheres, que Puigauveau disserta sobre a condição feminina na Mauritânia:

«Derrière ces façades closes, on pouvait imaginer des mystères charmants ou terribles, des drames de harem, et des patios à

¹⁶² A hena utilizada pelas mulheres mauritanas, para colorir o cabelo ou para a aplicação nas mãos e pés, consiste numa pasta feita a partir da planta *Lawsonia inermis*, (arbusto da família das litráceas nativo do Norte de África) previamente reduzida a pó. Sobre a utilização da hena pelas mulheres mauritanas ver Tazuin (2005) *Le henné, art des femmes de Mauritanie*.

¹⁶³ Apesar do desejo ou curiosidade em «vestir a pele do 'outro'», o acto de travestismo está igualmente relacionado com outras construções identitárias, tais como a de “raça” e/ou estatuto, e, como tal, deve ser entendido à luz das subjectividades locais e da subjectividade do/a “crossdresser”, como nos refere Lewis: “The ways in which dress acts and their representation can be understood depend not only on discourses local to the dress itself but also on the location of the reader/viewer and the racialised point of origin constructed for the crossdresser or author (see also Mohanty 1995). The activity and depiction of crosscultural dressing was not equally available to all individuals, neither can contemporary theories of cross-cultural dressing be equally applied to all cross-dressing subjects. (Lewis, 2004:249).

colonnades où l'eau chanterait sur des mosaïques étincelantes...Mais, en Mauritanie, il n'y a point de harem ; les femmes sortent librement et ne se voilent le visage devant un inconnu que par timidité ou, plus souvent, par raffinement de coquetterie ; elles ne supportent point de rivales, légitimes ou non, libres ou esclaves, et les disputes conjugales se résolvent le plus simplement du monde par un divorce au bénéfice de l'offensé.»
(Puigauudeau, 1937:86)

Aqui, Odette de Puigauudeau acaba por desconstruir, *avant la lettre*, mais um dos paradigmas enunciados por Lila Abu-Lughod (1989), paradigmas que como já vimos acabam por balizar as pesquisas e reflexões sobre contextos árabes e islâmicos. Se há pouco me referi à religião como um dos paradigmas mais operacionais para o território da Mauritânia, um outro, igualmente operativo é o do “harém”. Para Lila Abu-Lughod a ideia de “harém” constitui-se enquanto metáfora que vai beber ao pensamento e doutrina orientalista para se referir aos estudos sobre a ‘condição feminina’ no *oriente*, estudos que se consolidaram *reduzindo* os terrenos etnográficos em contextos árabes e islâmicos a três paradigmas essencialistas: os já referidos “Islão” e “harém”, mas também as tribos e a sua forma de organização social.

Puigauudeau, à semelhança das “colonisatrices” de Ghiati (2011), presta atenção à “condição feminina” entre as mulheres autóctones, mas aqui, procura desconstruir a imagem e a ideia da mulher muçulmana enquanto uma mulher subjugada (pelos homens e pela religião) e produz nos seus textos o relato de uma mulher emancipada e, o que talvez seja ainda mais relevante, empoderada.

Após o seu regresso a França muitos são os jornais que cobrem o acontecimento, com títulos como “Le désert vaincu par la femme”¹⁶⁴, e em Fevereiro de 1936 Puigauudeau e Sénones participam numa exposição dedicada ao Saara, promovida pelo “Musée des Colonies”, para a qual contribuíram através da doação de

¹⁶⁴ Título de “La Dépêche oranaise” (Vérité, 1992:168). Há que referir no entanto que durante a sua estadia na Mauritânia, Puigauudeau e Sénones foram correspondentes regulares das publicações “Miroir du Monde”, “Monde colonial illustré” e “L’Illustration” (Vérité, 1992:167).

tapetes, esteiras, bijuteria e instrumentos musicais que trouxeram da Mauritânia (Vérité, 1992:168).

A publicação de *Pieds nus à travers la Mauritanie* e de *La grande foire aux dattes* transforma Odette du Puigaudeau e Marion Sénones em figuras reconhecidas por tomarem parte na ‘epopeia colonial’, mas também enquanto exemplos inequívocos de ‘patriotismo’. Ao mesmo tempo Puigaudeau e Sénones causavam furor nas festas em que participavam em Paris, vestidas de turbantes e túnicas azuis transportando o “cross-cultural dressing” (Lewis, 2004) para a metrópole. Nestas ocasiões Puigaudeau nunca deixava de se acompanhar do seu “nécessaire à thé” – braseiro de cobre, bule de estanho, pequenos copos de vidro, pão de açúcar e folhas de menta fresca – com o qual preparava o chá seguindo os preceitos do ritual saariano (Vérité, 1992:171).

Através destas formas de mimetismo bem como da sua exibição pública, Puigaudeau ganhou rapidamente a admiração dos amantes do exotismo, encarnando o papel de orientalista experimentada, transformando-se num símbolo de aventureirismo e ganhando notoriedade no contexto metropolitano.

4.3 – A época dourada de Odette du Puigauveau e as transformações do país: do entusiasmo do colonialismo ao desencanto da descolonização

É também em 1937 que são publicados dois artigos sobre as populações de pescadores *Imraguen* da costa atlântica mauritana: um pelo Tenente Lotte e outro pelo Tenente Revol, respectivamente no *Journal de la société des Africanistes* e no *Bulletin du Comité d'Etudes Historiques et Scientifiques de l'Afrique Occidentale Française*. As populações *Imraguen*, entre as quais Odette du Puigauveau termina a sua viagem de 1935¹⁶⁵ cedo provocaram curiosidade e fascínio entre os viajantes e exploradores do território da Mauritânia¹⁶⁶.

Num contexto nacional onde a prática do nomadismo e da pastorícia eram os principais denominadores comuns identitários do país, uma população de pescadores essencialmente sedentários¹⁶⁷ estabelecidos a norte de Nouakchott e a sul de Nouadhibou¹⁶⁸ foram alvo de variadas *descrições*, a começar pela de Gomes Eanes de Zurara em 1453 a partir de relatos de navegadores portugueses, que contribuíram para a *folclorização* desta população e para que a mesma fosse objecto de algum interesse etnográfico.

Os textos de Lotte e Revol retomam assim o fascínio pré-colonial presente em alguns relatos de exploradores europeus - Heinrich Barth (1858) e M. Vincent (1860) – sobre os *Imraguen*, e transformam-se nos primeiros textos coloniais sobre estas populações. Em 1938 seria publicada a *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentim Fernandes* (1506-1507), tradução para francês realizada por Théodore Monod e Pierre Cenival do *Manuscrito Valentim Fernandes* que, como já vimos no capítulo 2, dá conta das viagens de navegadores portugueses pela costa

¹⁶⁵ No entanto Puigauveau e Sénones já teriam contactado com as populações *Imraguen* no início da sua viagem, em Janeiro de 1934, na qual desembarcaram em Memghar (actual capital do Parque Nacional do Banco de Arguim).

¹⁶⁶ Noutro lugar, Lucas (2008), realizei uma breve resenha sobre a produção literária e académica que teve por objecto as populações *Imraguen*.

¹⁶⁷ As populações *Imraguen* passariam parte do ano (Agosto – Janeiro) junto à costa onde praticavam a actividade piscatória, e outra parte do ano no interior onde realizavam actividades ligadas ao pastoreio e à caça (Ould-Cheikh, 2010).

¹⁶⁸ Grande parte da população *Imraguen* encontra-se actualmente a residir no território do Parque Nacional do Banco de Arguim (cujos limites geográficos foram definidos em 1976). Noutro lugar (Lucas, 2008) realizei uma contextualização mais detalhada e actualizada sobre as populações *Imraguen*.

mauritana no século XVI, e na qual também aparecem referências aos pescadores *Imraguen*.

Em 1940 é publicado um novo livro da autoria de Odette du Puigauveau, *Le sel du désert*, onde esta retoma, sempre acompanhada por Marion Sénones, as suas viagens pelo território mauritano. Este livro é resultado da sua segunda viagem ao país, entre Dezembro de 1936 e Fevereiro de 1939, viagem durante a qual é encarregue de missões específicas por parte do Ministério da Educação Nacional e Ministério das Colónias, bem como por parte do “Muséum National d’Histoire Naturelle”, dispondo para a concretização dessas missões de um orçamento de oito mil francos (Vérité, 1992:172).

Mas se *Le sel du désert* foi o primeiro livro publicado como resultado da sua segunda viagem pela Mauritânia, a ordem de publicação dos seus livros não corresponde ao desenrolar cronológico da viagem. Efectivamente, o livro *La Route de l’Ouest* publicado em 1945, corresponde à primeira etapa desta segunda viagem que começa em Marrocos na cidade de Casablanca e ruma em direcção à Mauritânia, atravessando igualmente o território do então Sudão francês.

Le sel du désert corresponde a parte do itinerário realizado precisamente no Sudão francês, seguindo as rotas das últimas caravanas do sal e explorando as suas salinas. Ao longo da viagem Puigauveau retoma algumas reflexões sobre o seu estatuto enquanto parte do mundo metropolitano, acabando por *naturalizar* a existência da subalternidade e dominação em contexto colonial. A forma como considera que os mouros concebem “os franceses”, é bem reveladora de um pensamento imperial:

«Les nomades, imaginant que tout Français appartient à une race de chefs, accordent à l’étranger qui les traite avec une courtoise fermeté, l’obéissance et les égards délicats et subtils qu’exigent leurs propres seigneurs.» (Puigauveau, 1940:65)

Efectivamente, a sua ascendência aristocrática ganha densidade e relevância social num contexto de dominação colonial como o é o da Mauritânia, no qual a sua pertença ao mundo colonial como que duplica o seu ‘poder’. Apesar de ser crítica em relação ao sistema de administração colonial e de o acusar de inúmeros efeitos

perniciosos, Puigauveau optou por beneficiar da posição que a colonização lhe oferecia, e ser tratada e olhada pelos ‘colonizados’ com a devida deferência.

Alguns anos depois, em 1944, Paul Dubié, administrador adjunto das colónias, publica o texto *La vie matériel des Maures*, obra de teor etnográfico que incide sobre duas famílias mauritanas e nos fornece alguns pormenores sobre a sua forma de organização quotidiana¹⁶⁹. No texto, Dubié procura igualmente traçar uma perspectiva global sobre a diversidade das populações da Mauritânia, enquadrando-as em quatro grupos distintos: os semi-sedentários do sul, os transumantes da Mauritânia “média”, os habitantes dos palmeirais do Adrar, e os grandes nómadas criadores de camelos.

Paul Dubié procura também contribuir para a definição do ‘lugar’ da Mauritânia no contexto das colónias francesas, e mais especificamente no contexto das colónias francesas da África Ocidental. O teor do excerto que abaixo é reproduzido caracteriza-se pela sua assertividade quanto à importância do papel da Mauritânia no conjunto das restantes colónias, e será interessante retê-lo mentalmente para que mais à frente o possamos comparar com outros textos que foram produzidos pouco tempo antes, no contexto das exposições coloniais ou da promoção turística, e que contrariam a visão grandiloquente de Dubié sobre o país:

«Intelligents, souples, ingénieux, âpres au gain, et particulièrement doués pour le négoce, les maures occupent dans l’économie de la Fédération une place fort honorable étant donné le chiffre modeste de leur population (425.000 environ). Il suffira pour le démontrer d’attirer spécialement l’attention sur certaines de leurs activités: de faire ressortir que, de leur pays, désertique en grand partie, proviennent des ressources particulièrement précieuses ; et enfin que les maures ont des aptitudes naturelles et des facultés d’adaptation qui les mettent en mesure de s’intégrer dans la vie de la Fédération et d’en suivre le progrès continu.» (Dubié, 1944:222)

¹⁶⁹ Em 1940 Paul Dubié havia já publicado, num boletim do “Institut Français de l’Afrique Noire”, o texto “L’îlot berbérophone de Mauritanie” (*Bulletin de l’IFAN*; 2, pp. 315 – 325)

Efectivamente, a preocupação com a vitalidade económica das colónias, tornada central no início do século, como vimos no capítulo 3, continuava a marcar o discurso sobre os territórios coloniais.

Em 1945 é publicado o quarto livro de Odette du Puigaudeau, que corresponde à sua viagem realizada entre 1936 e 1938: *La route de l'Ouest*. A narrativa tem início em Tiznit, ainda em território marroquino, de onde Puigaudeau e Sénones partem rumo à Mauritânia, e o texto dá conta dessa expedição até ao Adrar mauritano ao longo de mês e meio de estrada.

A primeira parte da viagem foi realizada com o apoio de elementos dos “Chaamba”, tribo argelina do norte do Saara, que Odette du Puigaudeau considera “grandes consumidores de água”, uma espécie de “sedentários da viagem” (Puigaudeau, 1945:61), viajando de forma pouco equiparável à nobreza e à sobriedade dos nómadas da Mauritânia. Puigaudeau tece assim algumas críticas e estes seus companheiros de viagem, análise que acaba por servir para enaltecer os nómadas da Mauritânia, praticantes de uma forma de viajar com a qual se identifica:

«Ce sont les bourgeois du désert. Ils ont des grosses montres attachées par une chaîne à la poche de leur djellaba, mais ils sont plus incapables de vous dire la durée d'un parcours qu'un Maure ignorant tout instrument de précision: «Dans une heure...ou peut-être six...Dieux sait mieux que nous!» Leurs montres ne leur servent qu'à fixer l'heure des repas et celles des prières qu'ils font longuement, cinq fois par jour, quoi qu'il arrive, au lieu de les totaliser le matin et le soir comme font d'ordinaire les Sahariens en déplacement.» (Puigaudeau, 1945:61)

Esta viagem dará ainda origem a mais dois livros: *Mon ami Rachid, guépard* de 1948, e *Tagant* de 1949¹⁷⁰. Em *Mon ami Rachid, guépard*, Odette du Puigaudeau reúne notas, observações e pequenas histórias sobre Rachid, o nome que dá a um pequeno leopardo por si adoptado em Tidjikja, juntando-lhes igualmente alguma documentação naturalista, histórica e iconográfica sobre a espécie, que entretanto reunira.

¹⁷⁰ Em 1946 Odette du Puigaudeau publicará *Grandeur des îles*, narrativa dedicada às ilhas da Bretanha: Ouessant, Groix, e o arquipélago de Molène e Sein.

Tagant, de 1949 é talvez a sua narrativa mais completa, pela qualidade e precisão da informação que aí podemos encontrar sobre esta região da Mauritânia. O texto compreende diversas matérias relacionadas com o mundo mineral, vegetal, animal e humano presente na região do Tagant mauritano, e somos por vezes surpreendidos pelas descrições exaustivas e minuciosas feitas por Puigauveau relativamente ao contexto local. A descrição que abaixo transcrevemos sobre as variedades e especificidades da flora tamareira, bem como o conhecimento aprofundado da sua nomenclatura, são exemplo da exaustividade posta por Puigauveau na redacção de *Tagant*, onde o prazer de observar se alia ao prazer de nomear:

«Il y a au Tagant une soixantaine d'espèces de dattes, les unes sombres et veloutées de bleu comme nos raisins noirs, les grosses Maboula juteuses, les Ganeb allongées, les petites Amar, Oummarek, Tijoub, Bouseker. Il y a les Sekani et les Mreiziga couleur de miel, les rouges Alvet el-Baoua, les Tamazad, les Bezoul, les Basbourk couleur d'ambre, les Euzer et les Tizannent couleur d'écaille brune. Il y a bien d'autres, sauvages ou cultivées, toutes différentes de teinte et de saveur. Mais les plus beaux dattiers, ce sont les Tinterguel qui vivent quatre-ving-dix ans et donnent douze régimes de gros fruits jaunes sombre, et les Tiguidert, les 'émir des dattiers', les patriarches des palmeraies.» (Puigauveau, 1949:85-85)

Ainda em *Tagant* Odette du Puigauveau critica algumas das políticas da administração colonial relativas a uma tentativa de unificação e 'etiquetagem' da população mauritana a partir de sistemas classificatórios que nem sempre seriam adequados às realidades do país. Mas ao mesmo tempo que Puigauveau constata e reprova a *obsessão* classificatória colonial à luz de pressupostos supostamente etnográficos, ela fá-lo porque julga estar em causa a perda de um "velho romantismo saariano" (Puigauveau, 1949:221), menos preocupado com a categorização das populações e mais interessado na sua descrição arrebatada e, eventualmente, poética.

Em *Tagant* Puigaudeau refere-se às populações *Nemadi*¹⁷¹, por muitos considerados, tal como o foram os *Imraguen*, enquanto um grupo cuja identidade estaria marcada essencialmente pela sua actividade profissional – no caso dos *Nemadi* a caça¹⁷² - e contesta o *modus operandi* da administração colonial que os remete para o sistema tribal mauritano:

«[...] quant aux nemadi, leur sorte est réglé. L'administration, qui préfère une commode unification aux curiosités ethnographiques, les a déjà rangés sous la triste étiquette: 'À reclasser dans les tribus', avec quelques autres échantillons innocents et désuets du vieux romantisme saharien.» (Puigaudeau, 1949:220-221)

Odette du Puigaudeau regressará a França em 1938 e será a partir do seu país natal que publicará as obras que já aqui mencionámos, a última das quais *Tagant* em 1949. Será igualmente em 1949 que Puigaudeau realizará a sua terceira viagem à Mauritânia, expedição entretanto suspensa devido à eclosão da II Guerra Mundial. O regresso de Puigaudeau e Sénones ao território dá-se então entre 1949 e 1951, do qual resultará a publicação da última obra de sua autoria que aqui referiremos, o penúltimo texto integral dedicado à Mauritânia que foi editado durante o seu período de vida¹⁷³.

Trata-se de *La piste Maroc-Sénégal* editado em 1954, e que reflecte bem o 'espírito do tempo': o grande investimento por parte da administração colonial nos meios de comunicação terrestre, nas grandes estradas que ligariam os vários territórios coloniais, na pista automobilizada como símbolo da missão civilizadora do

¹⁷¹ Os *Némadi*, tal como os *Imraguen*, também foram alvo de alguns estudos durante o período colonial. São disso exemplo os texto de Paul Marty (1930) «Les Nimadi, Maures sauvages et chasseurs», Hespéris, 11:119-124, e também Diego Brosset (1932), «Les Némadi. Monographie d'une tribu artificielle des confins sud du Sahara occidental», Renseignements coloniaux, 57 (9): 337-346.

¹⁷² Veja-se o texto de Corine Fortier (2004) *Au miroir de l'autre: Chasseurs (Némadi) et pêcheurs (Imraguen) dans un monde de pasteurs nomades (Mauritanie)*, que compara precisamente estas duas populações distintas.

¹⁷³ Em 1962 é publicado o livro *Le passé maghrébin de la Mauritanie*, Ministère d'État chargé des Affaires Islamiques, Rabat; e em 2000 a obra *Mémoire du pays maure, 1934-1960* Ibis Press, volume que integra numerosas fotografias e desenhos de Marion Sénones numa colectânea que reúne momentos das suas diversas viagens. No entanto Puigaudeau continuará a colaborar com diversas revistas nas quais publica inúmeros artigos suscitados pelas suas viagens. Odette du Puigaudeau viria a falecer em 1991 na cidade marroquina de Rabat.

Império, bem como da vitória do progresso sobre o grande inimigo da dominação francesa: o deserto.

Mas deixemos *La piste Maroc-Sénégal* para mais tarde. Em 1949 é publicado o livro *Sur les chemins de la Union Française* de Christian Laigret, texto que narra a forma como as viagens de automóvel entre o Senegal e Marrocos podem ser realizadas de forma célere e sem logísticas pesadas, enaltecendo a “Piste Impériale Nº1” e as suas possibilidades enquanto unificadora da África Subsaariana com a África do Norte.

A “Piste Impériale Nº1” compreende o trajecto Saint-Louis, Rosso, Nouakchott, Akjoujt, Atar, Fort-Gouraud, Bir Moghreïn, Aïn-bem-Tili, Tindouf, Foug el Hassan, Tiznit, Agadir, Mogador e Casablanca, e Christian Laigret narra duas viagens que atravessam esta pista, a primeira em Novembro de 1944¹⁷⁴ e a segunda em Novembro de 1945, mostrando que a ligação entre as duas Áfricas é uma realidade tangível.

A viagem realizada em 1945, que conta com a presença do governador da Mauritânia, é-nos relatada por Christian Laigret que se detém em cada paragem da caravana automóvel para nos dar conta das características de cada um dos diferentes postos coloniais, relato intercalado por pequenas notas sobre a história da ocupação e “pacificação” da Mauritânia pelas tropas coloniais francesas. O tom da narrativa é em geral o do relato *musculado* de viagem, do qual destacaríamos a paragem da caravana automóvel em Atar, povoação com uma forte implantação colonial (algo aliás já observável nos relatos de Puigauveau), e que contrasta com as descrições das restantes paisagens mauritanas:

«Nous stoppons quelques instants pour rendre son salut à un détachement de pionniers alignés au dernier virage. Nous passons à toute allure au pied d'un pylône géant de T.S.F, tandis que, sur la piste d'envol voisine, se pose en appareil d'Air-France. [...] Nous arrivons à la ville, une vraie ville, avec des vraies maisons, mais sans fenêtres, ni portes, du moins apparemment, dans le style classique de la architecture arabe.» (Laigret, 1949:127)

¹⁷⁴ A viagem realizada por Christian Laigret em 1944 entre Marrocos e o Senegal revela que, mesmo durante a II Guerra Mundial, as viagens de lazer efectuadas em território colonial continuavam a ter lugar.

Este período é efectivamente marcado por uma série de narrativas que, substituindo-se às narrativas de conquista colonial, têm como objectivo o domínio do território através do automóvel, aqui mesurável através das distâncias percorridas e do conta-quilómetros.

Também Odette du Puigaudeau em *La Piste Maroc-Sénégal* de 1954 coloca a tónica da narrativa nas pistas automóveis. O livro encontra-se dividido em quatro partes: uma primeira intitulada “Ébauches”, à qual se seguem as três partes seguintes, cada uma delas dedicada a uma pista diferente – “Piste Impériale Nº1”, “Piste Intercoloniale Nº3”, e “Route Fédérale Nº3”.

Para esta terceira viagem ao território mauritano Odette du Puigaudeau e Marion Sénones são oficialmente nomeadas enquanto responsáveis de uma missão científica pelo “Ministère de la France d’Outre-mer”, mas não recebem nenhum financiamento para o efeito. A viagem, que se inicia em Marrocos, não começa da melhor maneira e o apoio logístico que outrora lhes era proporcionado não parece fácil de desbloquear.

Após doze anos de ausência a Mauritânia apresentava-se a Odette du Puigaudeau como um país diferente daquele contido nos seus relatos: no pós-guerra o Saara tornara-se ‘útil’, e passara a constar dos boletins financeiros da metrópole: 600 000 toneladas de cobre em Akjoujt, e uma montanha de ferro a explorar em Fort Gouraud (Vérité, 1992:314); o contingente militar presente no país é gradualmente substituído por um contingente civil, e Puigaudeau acredita que a *sua* velha Mauritânia já não existe, transformada por profundas mudanças sociais:

«Sonneurs du haut de leurs chameaux, les Maures ont vu passer sur la Piste les convois de tirailleurs, les machines nouvelles; ils ont suivi des yeux le vol des avions américains de la base d’Atar. Ils ont observé que les gens du Nord et d’Occident changeaient eux aussi. Privés comme nous, plus que nous – car leur simplicité réduite au maximum n’offrait point de marges pour les restrictions –, ils ont appris l’usage des monnaies, les salaires, le marché noir, la spéculation sur les marchandises entassées dans les chambres secrètes, et le trafic clandestin des caravanes qui cheminent sans

bruit, par les nuits noires, sur le velours du sable.» (Puigauveau, 1954:4-5)

Para Puigauveau o velho ideal colonial, por si romantizado, estaria obsoleto na Mauritânia que encontra em 1950, e *La Piste Maroc-Sénégal* ilustra bem esse desencanto com o ‘fim de um mundo’. Puigauveau e Sénones acabam por concretizar um circuito automóvel bem característico de uma “epopeia heróica do Saara militar” (Vérité, 1992:315), e é em Atar que Puigauveau se manifesta contra um colonialismo que apenas traz consigo o progresso cego, destruindo à sua passagem as tradições locais.

É esta a principal constatação de Puigauveau ao longo da sua terceira viagem: que o país se transformara, que as tradições que procurara relatar e descrever ao longo das suas viagens precedentes se haviam transformado e dado lugar a novos fenómenos, que a colonização havia *corrompido* a pureza pristina das populações locais, e que nada mais voltaria a ser como antes, a *sua* época dourada:

«Le progrès occidental apporte ce qu’il peut donner: un bien-être matériel limité, trop d’argent pour quelques-uns, une pauvreté et un labeur accrus pour beaucoup d’autres, et la suggestion tyrannique de besoins nouveaux. Au Sahara, il se heurte à une forme d’existence qui lui est diamétralement opposée, aux concepts spiritualistes, au mépris du travail manuel, au bonheur rude et simplifié des nomades, à une humanité parfaitement accordée avec la nature où elle se meut. On peut, ici mieux qu’ailleurs, prendre la mesure de ce progrès, en peser la valeur, en observer les démarches, les moyens et les buts véritables, le regarder agir comme une goutte d’acide qui ronge lentement l’équilibre et la paix de ce monde archaïque, et dont personne, jamais, ne pourra plus limiter la morsure.» (Puigauveau, 1954:5)

É pois este desencantamento que marcará a narrativa de *La Piste Maroc-Sénégal*, na qual Puigauveau, depois de uma estadia em Atar que a confronta com a cidade que outrora conhecera, aceita um convite para partir em direcção ao Senegal. É

no Senegal que permanecerá para a realização de uma pesquisa nos arquivos dos “Travaux Publiques” em Saint-Louis, ao mesmo tempo que Marion Sénones organiza exposições de desenho em Dakar e Saint-Louis. No fim de Setembro de 1951 um avião dos “Travaux Publiques” leva-as de regresso a Paris via Argel e Marselha (Vérité, 1992:327).

Alguns anos mais tarde, em 1960, Odette du Puigauveau regressa à Mauritânia com o objectivo de preparar uma exposição dedicada ao Saara, promovida pelo “Musée de l’Homme”, que a encarrega da secção “Trab el Bidan” que compreenderia o sul marroquino, a Mauritânia, o Rio de Oro e o Saara sudanês. Puigauveau parte então para Dakar a 13 de Janeiro de 1960, com Nouakchott como destino final, cidade onde foi recebida por Moktar Ould Daddah¹⁷⁵ e a sua esposa, com a missão de adquirir objectos etnográficos para a exposição. Em Tidjikja e Boutilimit Puigauveau obtém uma tenda, uma sela de mulher, esteiras, cofres, cabedais e um *ardin*, harpa moura de doze cordas.

Mas ao longo desta viagem Puigauveau fica mais uma vez aterrada perante aquilo que considera ser a modernização acelerada do país, e cinco semanas mais tarde regressa a Paris para a preparação da exposição no “Musée de l’Homme” que será inaugurada a 15 de Junho de 1960. No seu regresso a Paris, Puigauveau enceta uma polémica com Ould Daddah, por ter alegadamente escrito um panfleto no qual aconselhava as populações mauritanas a fugir do perigo causado pelos ensaios nucleares franceses no país, e a procurarem refúgio em Marrocos (Vérité, 1992:351).

Finalmente Odette du Puigauveau lamenta o seu regresso à Mauritânia nesta última viagem, que apenas lhe provocou arrependimento e desilusão, e passa a defender um “grande Marrocos” que incluiria a Mauritânia. Numa carta dirigida a Georges Montaron do semanário “Témoignage Chrétien”, Puigauveau afirmava:

«Mon opinion personnelle est que la Mauritanie aurait intérêt à se rallier au Maroc, pays frère, qu’elle le ferait si elle était gouvernée par des hommes libres...Pour la Mauritanie, il vaut mieux être la province libre d’une nation parente aux ressources variées qu’un

¹⁷⁵ Moktar Ould Daddah foi o primeiro presidente da República Islâmica da Mauritânia num contexto de independência colonial, tendo permanecido no poder até 1978. No Capítulo 7, ainda que brevemente, voltarei a referir-me mais detalhadamente a Ould Daddah.

petit État sans force aux mains d’exploitants étrangers.» (Odette du Puigauudeau citada em Vérité, 1992:352)

A previsível polémica que a opinião de Odette du Puigauudeau terá provocado, na Mauritânia como em França, não será aqui objecto de análise. Por esta altura o país procurava digerir o seu passado colonial e preparar-se para o futuro da independência. Efectivamente, dois anos depois da independência da Mauritânia, em 1962, é publicada a primeira síntese oficiosa sobre a história do país, escrita por Geneviève Désiré-Vuillemin, obra prefaciada por um membro do governo da recém-formada “República Islâmica da Mauritânia”, e dedicada ao avô da autora que participou nas brigadas de conquista do território mauritano, mais concretamente em 1909 no Adrar (Ould Cheikh, 2013).

No texto de Désiré-Vuillemin, marcado por uma declarada tentativa de exaustividade na recolha e análise de fontes históricas¹⁷⁶, “os ‘bons’ são naturalmente os apoiantes das tropas francesas, e os conspiradores e ‘dissidentes’ aqueles que se opõem com hostilidade à “pacificação”” (Ould Cheikh, 2013:159).

Ao longo deste capítulo dei conta das narrativas que antecederam a “pacificação” da Mauritânia em 1934, e de como estas voltavam a insistir na aliança com as tribos marabuticas do país como chave para o sucesso da “pacificação” definitiva do território. Esta estratégia foi encabeçada por Paul Marty que persistiu numa política de inspiração “Coppolaniana”, a partir de um conhecimento aprofundado da religião muçulmana, bem como da organização tribal em território mauritano.

Se tribos e religião permanecem como eixos centrais de uma política de dominação colonial que vai adquirindo gradualmente um teor para-etnográfico, é igualmente ao longo deste período que surgem autores cujos relatos rompem com a narrativa politico-estratégica ao serviço da administração colonial. Aqui destacámos Théodore Monod e Odette du Puigauudeau, não apenas pela ruptura que os seus textos

¹⁷⁶ A obra de Désiré-Vuillemin encontra-se dividida em cinco partes: I – Le contexte géographique et humain, II – Les premiers contacts entre maures et français installés au Sénégal, III – Les français en Mauritanie. Coppolani, IV - Le problème de la Mauritanie est posé en fonction du Maroc, V – L’organisation de la Mauritanie.

representaram à época, mas também porque são aqueles cujas obras literárias são frequentemente invocadas no terreno da nostalgia colonial.

Efectivamente, Monod e Puigauveau encarnam uma nova fase de narrativas, mais romanceadas e mais ‘fascinadas’ com o deserto e as populações locais, que contribuíram para colocar a Mauritânia no mapa dos orientalismos franceses, até então circunscritos e seduzidos pelos territórios coloniais norte-africanos como Argélia, Marrocos e Tunísia.

Como é que a Mauritânia, desafiava, então, as construções geográficas e identitárias que o colonialismo francês procurava *estabilizar*? Como se poderia transportar o fascínio orientalista para o seu território?

De facto, e se existe uma conclusão possível no encerramento destes quatro capítulos, é a de que o território da Mauritânia nunca saiu, não obstante a tentativa de alguns personagens, da sua condição de periferia do Império francês, mantendo-se permanentemente nas margens da narrativa do projecto colonial, sendo frequentemente percebido como um *amortecedor* entre outros territórios mais *valiosos*.

“[...] colonial tourism offers insights not only into the complexity of forging a symbiotic relationship between notions of “Frenchness” and empire but also of what metropolitan subjects traveling through the empire made of what they saw and experienced.” (Furlough, 2002:444)

CAPÍTULO 5

TURISMO COLONIAL, DISPOSITIVOS IMPERIAIS E IDENTIDADE NACIONAL: REPRESENTAÇÃO E EXIBIÇÃO DA MAURITÂNIA SOB ADMINISTRAÇÃO FRANCESA

5.1 – O turismo enquanto dispositivo Imperial: trajectos, destinos e sentidos entre a metrópole e as colónias

Ao longo deste capítulo irei focar-me sobre o turismo colonial promovido para os territórios da África Ocidental Francesa, muito concretamente para a Mauritânia, e nele procurarei reflectir sobre as práticas e os discursos do turismo em contexto colonial¹⁷⁷. Procurarei assim problematizar as relações entre turismo, Império e identidade nacional entre o fim dos anos 1920 e a década de 1950, tendo em conta as especificidades, o contexto histórico e a relação da Mauritânia com a administração colonial francesa.

A escolha destas datas prende-se essencialmente, e de forma muito pragmática com duas questões: 1) a estratégia efectiva levada a cabo pela França enquanto potência colonial, que apesar de ter começado a prestar atenção a alguns dos seus territórios ultramarinos enquanto destinos turísticos a partir da segunda metade do século XIX (essencialmente a Argélia), apenas mobilizou semelhante estratégia para os seus territórios da África Ocidental algumas décadas mais tarde (Dulucq, 2009b); 2) o

¹⁷⁷ O recente artigo de Isabelle Sacareau (2013), sobre as estâncias de turismo britânicas na Índia colonial, opta pela formulação de “turismo em situação colonial”, a partir do texto de Georges Balandier “La situation coloniale: approche théorique” (1951). No entanto, ao longo deste texto optei pela designação “turismo colonial”, salvaguardando que se este se refere efectivamente à promoção turística e à sua prática em territórios sob administração colonial francesa.

material de arquivo que encontrei ao longo das pesquisas efectuadas nos Archives Nationales d’Outre-Mer em Aix-en-Provence relativo à promoção turística do território da África Ocidental Francesa e da Mauritânia em particular, e que pela razão acima referida se concentra neste período.

Desta forma será importante não perder de vista as práticas turísticas metropolitanas relativas ao período que pretendemos estudar, pois considero que estas nos poderão dar pistas sobre a forma como foi concebido e mobilizado um discurso de promoção turística para a Mauritânia. Será através deste cruzamento que procurarei problematizar as conexões entre turismo colonial, Império e identidade nacional.

Como tal, analisarei o turismo como construção social (Burns, 2004:260), mas também enquanto dispositivo privilegiado dos desígnios imperiais e seu importante veículo de propaganda, análise ao longo da qual prestarei sobretudo atenção à forma como este se constituiu em mais do que apenas uma vitrina da “missão civilizadora” francesa. Tal como é referido por Colette Zytnicki:

«[...] le tourisme s’inscrit parfaitement dans le dispositif impérial: il est considéré comme une vitrine de l’œuvre française, une utile propagande de ses réalisations, la démonstration de sa capacité à sauvegarder et à mettre en valeur les richesses historiques et naturelles du pays, mais également comme un moyen de croissance économique.» (Zytnicki, 2013:113).

Para esta pesquisa e reflexão parto da premissa da existência e concomitância de distintos *habitus* coloniais (Correa, 2011), mobilizados pelas diferentes potências europeias face aos seus territórios ultramarinos¹⁷⁸ (Cardeira da Silva e Oliveira, 2013), e acredito que o estudo e a percepção das formas como estes mesmos *habitus* foram fundados e postos em marcha pode contribuir para o conhecimento das diferentes práticas imperiais.

Assim, entendo que o estudo do turismo enquanto dispositivo imperial, ou melhor: a promoção turística enquanto instrumento dos desígnios imperiais, se constitui a partir de uma *especificidade* metropolitana que nos poderá dar pistas sobre a forma como os vários impérios coloniais dos séculos XIX e XX se relacionavam com os seus territórios coloniais. Como tal, creio que através do estudo das práticas turísticas coloniais, i.e da sua *mise en scene*, se poderá aferir da *qualidade* e da acuidade das relações entre metrópole e colónias.

O recente trabalho de Cardeira da Silva e Oliveira (2013) sobre as práticas turísticas coloniais portuguesas (aqui circunscritas ao estudo de caso sobre o “Primeiro Cruzeiro de Férias às Colónias”), ou os trabalhos de McLaren (2004 e 2006) e Hom (2012) sobre o turismo colonial na Líbia e na Albânia sob domínio italiano, e ainda de Pirie (2009), Anderson (2012), Sacareau (2013), Steward (2004), Gregory (1999 e 2001), entre outros, sobre o turismo no império colonial britânico, poderão contribuir para iluminar uma reflexão comparativa sobre a *praxis* colonial dos principais impérios europeus.

Para o caso que aqui me interessa e ocupa – o do Império Colonial francês – pretendo minudenciar as especificidades e singularidades relativas à constituição e

¹⁷⁸ O antagonismo entre diferentes *habitus* coloniais é frequentemente remetido para uma discussão dicotómica entre as práticas imperiais britânicas e francesas. As narrativas de viagem de Somerset Maugham (*The gentleman in the parlour*, 1930) são disso um exemplo quando nos dão conta das impressões do autor quanto às analogias e disparidades entre as práticas imperiais das duas principais potências coloniais europeias: “Os franceses levam a França consigo para as colónias, tal como os ingleses levam Inglaterra para as suas. E os ingleses, quando criticados pela sua insularidade, podem responder com justiça que nesse ponto não são mais singulares do que os seus vizinhos. Mas nem o observador mais superficial deixará de reparar que existe uma grande diferença na forma como estas duas nações se comportam com os autóctones dos países que colonizaram.” (Maugham, [1930] 2013:227). Num outro domínio, também Cooper e Stoler (1997) aludem a este suposto antagonismo): «British officials congratulated themselves and mocked the French by saying their own goal was to create better Africans while the French wanted to make Africans into Frenchmen. They were wrong on both counts: the African British officials wanted to make were of their own imagining, while French policy makers were highly ambivalent about how French theirs subjects could or should be (Cooper, 1996)» (Cooper e Stoler, 1997:7).

consolidação de um *habitus colonial* presente nos discursos e nas práticas da metrópole francesa relativos aos seus territórios ultramarinos, manifesto aqui na forma como estes foram construídos e promovidos enquanto destinos turísticos.

Numa primeira leitura há que atentar que no contexto francês o turismo colonial foi frequentemente promovido como um ‘dever’ que deveria ser cumprido pelos cidadãos nacionais, e entendido como uma forma privilegiada de contacto em primeira mão destes últimos com os “factos” do colonialismo e os benefícios da acção civilizadora, funcionando nesse sentido como um dispositivo caucionador da presença francesa nos territórios ultramarinos, tal como é sistematizado por Ellen Furlough:

“Colonial tourism was represented as a duty for French citizens, a vehicle for tourists to educate themselves about the ‘facts’ of colonialism and the ‘good news’ of France civilizing mission through firsthand experiences. Evidencing a distinct pedagogical intention, colonial tourism as a *leçon* was meant to validate and affirm not only the *idée colonial* but also the colonial project of the French imperial nation-state.” (Furlough, 2002:443)

Como tal, o estudo do turismo em situação colonial, constituindo-se enquanto vasto campo por explorar no contexto das ex-colónias europeias, transforma os territórios coloniais em *pleasure peripheries*, a partir da formulação de Turner e Ash (1976)¹⁷⁹, dotando-os simultaneamente de novos e mais densos significados enquanto territórios em relação (política, administrativa, simbólica) com uma metrópole.

Foi a procura desses significados e da sua densificação, que espoletou o estudo da forma como a Mauritânia foi promovida turisticamente, quer junto da população metropolitana, quer junto dos colonos franceses aí residentes. Para tal foi necessário proceder a uma análise do material de arquivo existente – guias, brochuras, folhetos – que assenta na divulgação e promoção do território mauritano enquanto destino turístico, bem como a uma pesquisa sobre a forma como a Mauritânia foi

¹⁷⁹ Na proposta de Turner e Ash as “pleasure peripheries” seriam áreas periféricas receptoras de turistas, que resultavam da existência de um centro metropolitano emissor de turistas. O turismo em contexto colonial vem alargar as próprias noções de centro e periferia, transformando neste caso as colónias em periferias de um centro metropolitano imperial.

‘representada’ pela França em território metropolitano, algo particularmente bem manifestado nas grandes Exposições Coloniais de 1922 e 1931, às quais nos dedicaremos mais à frente.

Tomando então como fontes privilegiadas de pesquisa os materiais de promoção turística – guias, brochuras, folhetos -, não raramente negligenciados enquanto documentos históricos (Harp, 2002), parti, à semelhança de outros autores (Behdad, 1994; Koshar, 1998; Palmowski, 2002; Vidal, 2010), para uma análise detalhada dos mesmos enquanto parte dos já referidos dispositivos imperiais, e sobretudo enquanto ferramentas de e para um *projecto colonial*.

Concomitantemente, e como já foi referido, foi necessário ter em conta as práticas turísticas levadas a cabo durante o mesmo período no território metropolitano, no sentido de discernir de que forma o movimento de democratização das práticas turísticas e de lazer operado de forma gradual na França a partir do final do século XIX teve repercussões e/ou paralelismos nas formas de turismo promovidas para os territórios coloniais no mesmo intervalo.

O período histórico sobre o qual me proponho aqui debruçar compreende alterações consideráveis relativas às práticas turísticas da população francesa, entre as quais: reconfiguração dos tempos de lazer (Corbin, 1995), democratização dos meios de transporte (entre os quais a massificação do uso do automóvel é um dos mais reveladores), férias pagas (Alexander e Graham, 1989), criação de organizações de organização dos tempos livres (Corbin, 1995), e está igualmente atravessado por duas guerras mundiais, acontecimentos que marcaram inequivocamente as práticas turísticas na metrópole e nos territórios coloniais.

Os vinte e um anos que separam as duas grandes guerras mundiais foram essenciais para o florescimento do turismo nas colónias. Em França as Exposições Coloniais de 1922 e de 1931 revelavam as dimensões humanas da alteridade ao reproduzirem os *habitats* e as práticas culturais dos povos colonizados. A estruturação cada vez mais sofisticada da actividade turística em território metropolitano veio a reflectir-se na tentativa de estruturação da mesma nos territórios coloniais sob administração francesa. A desmultiplicação de algumas organizações centrais no desenvolvimento e na democratização do turismo metropolitano para os territórios coloniais é disso sintomática: tal como foi o caso do Touring Club de France que passa

a promover em 1930 roteiros para alguns territórios coloniais¹⁸⁰, retirando o exclusivo da promoção do turismo nas colónias às organizações governamentais.

É certo que alguns destinos tiveram mais aceitação que outros, e aqui não foram só as facilidades logísticas que pesaram nesses sucessos. Veja-se o caso da Indochina e as suas luxuosas estruturas turísticas durante o período colonial, algo que se traduz aliás na produção de alguns estudos sobre o turismo colonial no território (Lemaire, 2010; Jennings, 2003, entre outros), e o caso – contrastante – da Argélia, onde, apesar da proximidade geográfica e do investimento da administração colonial para o êxito do território enquanto destino turístico, este nunca alcançou as metas pretendidas (Zytnicki, 2013)¹⁸¹.

Paralelamente importa caracterizar e contextualizar uma *leisure class* (Veblen, 1899; MacCannel, 1976) emergente na metrópole francesa do início do século XX (Bertho Lavenir, 1999; Réau, 2011), através das suas práticas turísticas e suas consequentes mutações – as férias pagas introduzidas pelo *Front Populaire* na década de 1930 são disso um exemplo (Alexander e Graham, 1989; Green, 2002) – e a forma como essas mesmas mutações metropolitanas tiveram (ou não) impacto na praxis turística colonial.

Por outro lado, a forma como o território mauritano foi apresentado e exibido na metrópole ao longo das várias exposições coloniais realizadas em França desde o final do século XIX até ao final da década de 1930, constitui também um importante eixo de análise ao tomarmos estas exposições como uma “montra” imperial e como um espaço de construção identitária do ‘outro’ e do seu território (Mitchell, 1998; Bennett, 1988; Hodeir, 2002; Hale, 2008; Geppert, 2010), assim como um espelho da “missão civilizadora” francesa, problematizada e criticada por Conklin (1997) entre outros autores.

Em sùmula, considerarei aqui o território mauritano sob administração francesa como um bom terreno para pensar se, e de que forma as práticas turísticas terão

¹⁸⁰ Touring-Club de France. La Revue du Touring-Club de France, 1930/04. Por ocasião do centenário da ocupação colonial da Argélia a «Revue du Touring-Club de France» dedica a capa a este país, bem como um texto que promove a Argélia enquanto destino turístico: “Un devoir nationale: Connaître l’Algérie!” da autoria de G. Rozet.

¹⁸¹ “[...] la situation coloniale qui avait permis à la France de prendre possession d’un territoire naturellement est historiquement doué pour le tourisme s’est-elle finalement révélée un frein à son développement. Au contraire de la Californie, le tourisme en Algérie ne pouvait compter sur un marché local, nécessaire aux loisirs de masse alors en expansion.» (Zytnicki, 2013 :114).

contribuído para a formação de uma identidade imperial francesa, e também de que forma as representações veiculadas sobre o território a partir da metrópole, com vista à sua promoção turística, o dotaram de alguma centralidade no mapa cognitivo colonial.

5.1.1 – A democratização das viagens nas metrópoles europeias e o papel dos guias de viagens

Como já foi referido, ao longo deste capítulo analisarei essencialmente guias e brochuras de divulgação turística que intercalarei com obras literárias produzidas na sua grande maioria por personalidades com ligações, passadas ou presentes, à administração colonial francesa. Nestes documentos encontramos facilmente uma conotação propagandística relativa à promoção do turismo colonial, onde o turismo e o lazer em contexto colonial são, segundo Colette Zytnicki centrais enquanto elementos de propaganda imperial:

“[...] loin d’être marginales, ces activités se sont parfaitement intégrées dans le dispositif impérial où elles ont acquis une coloration particulière. Aux joies du voyage, aux plaisirs de la découverte des paysages et des lieux captivants s’ajoutait en effet un élément de propagande, voire de justification de la colonisation.» (Zytnicki, 2013:97)

A propaganda imperial, veiculada através das narrativas de viagem, mapeamento e conquista – tal vimos nos primeiros quatro capítulos desta dissertação – é igualmente incorporada nos guias de viagem que se consolidam enquanto narrativas e veículos ideológicos do colonialismo que contribuem para uma visão orientalista do mundo. Ali Behdad caracteriza os guias de viagem enquanto modos de prevalência de um discurso orientalista (Behdad, 1994:37), e descreve a transição das narrativas de viagem para os guias de viagem no contexto europeu.

Apesar da transição que operarei neste capítulo em relação aos capítulos precedentes, na qual se passará da análise das narrativas para a análise dos guias, Ali

Behdad defende que ambos veiculam “[...] a representational practice of Orientalism” (Behdad, 1994:38), sendo os guias descritos como:

“[...] systematic bodies of encyclopedic knowledge that provide the traveler with information on everything from how to prepare for such an important journey to detailed descriptions of roads, historical monuments, religions, language, racial categories, and government structures in Oriental countries.” (Behdad, 1994:39)

Não obstante o seu papel central, os guias de viagem foram durante muito tempo menosprezados enquanto fontes ‘dignas’ de análise histórica e, como afirma Stephen Harp preteridos em relação às fontes mais tradicionais:

“Like advertisements, guidebooks have only recently been subjected to the rigorous analysis with an attention for historical context that used to be reserved for more traditional sources.” (Harp, 2002:211).

Mas é através da forma como os guias procuraram dotar o viajante de todo o tipo de informações consideradas úteis, os lugares mais *interessantes* e a maneira de chegar até eles, que eles terão contribuído, segundo Jan Palmowski, para uma profissionalização da viagem e para uma ‘formação’ do gosto das classes médias, o que terá contribuído para os transformar em valiosas fontes históricas:

“They professionalized travel for the middle classes, and rationalized – and in this way directed – essential components of the tourist experience: the anticipation, perception, and memory of travel. This close interrelationship with middle-class tastes makes the guidebook a unique and valuable historical source.” (Palmowski, 2002:105-106)

Recentemente, alguns artigos discutiram a importância da publicação de guias de viagem e a sua contribuição para a formação de lugares e sujeitos turísticos no quadro de uma crescente democratização da prática turística. No entanto, essa crescente democratização retira progressivamente o ‘privilégio’ da viagem às elites, e

torna-a acessível a uma classe média também ela em crescimento no início do século XX.

É ao ter em conta as transformações sociais para as quais os guias de viagens contribuíram, que me parece fazer sentido que estes se nos apresentem como importantes fontes para a análise da evolução das relações entre turismo, classe e género¹⁸². Primeiro nas metrópoles e mais tarde nas colónias, eles reflectem através da sua linguagem e do seu discurso não apenas a construção de lugares turísticos e as suas possibilidades de consumo, como também a consolidação da diferenciação social através das práticas de lazer.

Stephen L. Harp, no seu artigo sobre os guias Michelin (2002) mostra como estes contribuíram para sublinhar a diferenciação social no século XX francês, tendo em conta que a possibilidade de realização da viagem veio criar e acentuar diferenças, não apenas entre classes mas também *dentro* das próprias classes,

“[...] how the Michelin guide, one among many sources, offers an angle for considering not just the history of tourism but also the social construction of class, gender and other attempts at social differentiation in twentieth-century France.” (Harp, 2002:211).

Mas se podemos afirmar que os guias turísticos estavam regra geral em comunhão com as percepções do seu público de classe média (sobre o mundo, a sociedade, etc.), estes não só reflectiam essas percepções como também as confinavam (Palmowski, 2002). Essa determinação estava presente em grande medida na forma como os guias contribuíam para a ‘domesticação’ e familiarização dos lugares desconhecidos, não apenas através do fornecimento de informações, mas apelando para o fortalecimento de normas culturais pré-concebidas (Idem, 2002), criando uma cultura de viagens doméstica que por sua vez contribuiu para a consolidação de um sentido de identidade nacional.

¹⁸² O artigo de Jan Palmowski (2002) sobre os guias Baedeker refere como a existência de guias de viagem levou as mulheres a viajar de uma forma autónoma, sobretudo no contexto europeu, transformando-se em ferramentas emancipatórias em relação ao género (mas não à classe): “If the guidebook became an emancipatory tool with regard to gender, the opposite was true with regard to class.” (Palmowski, 2002:117).

Para Vidal (2010), a criação de uma cultura de viagens ‘domesticada’ passou igualmente pela forma como os guias contribuíram para criar a ideia do ‘percurso turístico’, com rotas e roteiros devidamente balizados, que se apresentavam prontos para ser consumidos e reproduzidos, e que possibilitavam o encontro com lugares e imagens já conhecidas:

«Avec la diffusion des guides écrits, les circuits touristiques sont mieux balisés. De plus en plus, «faire du tourisme» signifie reproduire une expérience standardisée et rechercher des images ou des situations présentées comme typiques ou traditionnelles.» (Vidal, 2010:110)

Ou como acrescenta Derek Gregory:

“The routes of most tourists are routinized, and each trip in its turn contributes to the layering and sedimentation of powerful imaginative geographies that shape (though they not fully determine) the expectations and experiences of subsequent travellers.” (Gregory, 1999: 117).

Os guias turísticos contribuem activamente para estes processos de estratificação e sedimentação, e para uma rotinização das rotas e dos percursos do turista, e no que diz respeito aos guias turísticos para os territórios coloniais estes surgem após um processo de democratização das viagens internacionais europeias, onde os guias “Michelin” (Harp, 2002) ou os guias “Baedeker” (Palmowski, 2002), se transformaram num curto espaço de tempo em publicações com tiragens abundantes¹⁸³ e imprescindíveis para uma classe média ávida de experiências que pudessem conduzir, entre outros privilégios, a uma diferenciação social.

Assim, a partir do início do século XX viajar para o estrangeiro deixa de ser algo ‘extraordinário’ e mais pessoas viajam para fora dos seus países na tentativa de

¹⁸³ A título de exemplo encontramos no artigo de Jan Palmowski (2002) alguns dados relativos ao aumento da publicação de guias de viagem: “Some guidebooks profited enormously from the travel boom. For the 1878 Paris exhibition, Thomas Cook sold 20,000 of his guidebooks, and another 10,000 guidebooks issued by others. Henry Gaze published one of his guidebooks for the 1867 exhibition at a cost of 1s, and by 1902, this was in the twenty-eight edition.” (Palmowski, 2002:118).

experienciar algo diferente. Simultaneamente, a indústria do turismo tirará partido do potencial que as práticas do lazer oferecem enquanto dispositivos de distinção social:

“As more people traveled, the travel industry was quick to develop sophisticated ways of differentiation among its clientele.” (Palmowski, 2002:118).

Este aparente paradoxo entre massificação e distinção é igualmente discutido por Ellen Furlough quando afirma:

“Mass tourism’s success and appeal from the middle of the twentieth century was due to its ability both to be popularly accessible and to express social distinction and cultural difference. This paradox of seeming both obtainable and exclusive was a central engine in the making of the mass consumer culture and society of which vacations were a part.” (Furlough, 1998:248)

É desta forma que as elites encontram nas viagens internacionais uma forma de diferenciação social, que rapidamente se alastra aos territórios coloniais¹⁸⁴, numa tentativa, já então, de fuga a um “turismo de massas” *avant la lettre*,¹⁸⁵. Os guias turísticos para os territórios coloniais têm, no entanto, características que os diferenciam dos restantes, já que eles veiculam uma ‘orientação ideológica’ na forma como apresentam os países e as populações colonizadas. Ellen Furlough resume nesta citação todas as dimensões político-ideológicas dos guias de viagem para os territórios coloniais, neste caso os franceses:

“[...] the ways guidebooks to the colonies provided an ideological orientation as they marked tourist sites and attractions – and framed colonial cultures and societies – through narratives of their history, ethnology, political structures and so forth. It is within those narratives that the

¹⁸⁴ Sendo que as práticas de turismo colonial britânico para o Egipto remontam ao século XIX, levadas a cabo em grande medida pelas elites locais, tal como pode ser confirmado em Anderson (2012) e Gregory (1999).

¹⁸⁵ “For the middle classes eager to take refuge from the traveling hordes so mercilessly caricatured in contemporary sketches, traveling abroad became increasingly de rigueur.” (Palmowski, 2002:107).

ideologies of empire, and particularly of the discourse of Greater France, were (re)produced through chauvinistic depictions of French military, technical, cultural and racial superiority – while highlighting at the same time the touristic appeal of particular sites. Tourist guidebooks thus contributed to colonial tourism’s “lesson of things” through their didactic narratives.” (Furlough, 2002:454-455).

É com estas ‘ideologias do Império’ que nos iremos confrontar ao longo deste capítulo, onde analisaremos a forma como os guias turísticos para a África Ocidental Francesa e mais concretamente para a Mauritânia, determinaram, moldaram e condicionaram as visões metropolitanas sobre estes territórios, através da forma como os representaram e promoveram, e também como seleccionaram e definiram o que devia ser visto e o que devia ser feito pelo turista.

No entanto importa referir, seguindo ainda Furlough, que a par com uma selecção do que *deve ser visto*, os guias coloniais caracterizam-se igualmente pela omissão e pelo silêncio a que remetiam certas matérias incómodas para a consolidação da narrativa dos sucessos coloniais franceses. Assim, o guia turístico colonial é em grande medida o guia do *cliché* e da promoção de um produto turístico no qual a ideia de “raça” contribui activamente para edificar uma ideia de exotismo:

“Guidebooks, along with other sectors within colonial tourism, are notable not only for how they represent the colonies but, as we shall see, for their resounding silences on matters that sat uncomfortably with celebratory narratives of French colonial achievements. Colonial tourism instead invited tourists to view clichés, celebrated French accomplishments, and depicted the exotic décor of the colonies and their “inferior” indigenous peoples – all readied as objects for touristic consumption. What is less clear is what tourists actually made of what they saw.” (Furlough, 2002:457)

Finalmente importa referir, tal como o fez Derek Gregory (1999), que as “culturas de viagem” são colectivas e contraditórias, e que apesar de aqui procurar identificar as uniformidades mobilizadas através da promoção turística de um território durante um período histórico determinado, as práticas turísticas constituem-se inevitavelmente como práticas heterogéneas e díspares, que contribuem para a nossa compreensão do turismo simultaneamente enquanto acto de consumo e construção social (Burns, 2004).

5.2 - Domesticar o ‘outro’ através da linguagem: a génese do turismo colonial

Nos capítulos precedentes demos conta da crescente consolidação do Império Colonial francês nos territórios da África Ocidental, e na Mauritânia em particular, onde a presença efectiva da administração colonial francesa no terreno se manifestava progressivamente enquanto uma realidade palpável, sobretudo após a “pacificação” definitiva da Mauritânia em 1934. No entanto, e como também já vimos, é nos primeiros anos do século XX que começam a surgir esboços de um discurso que, embora timidamente, dava os primeiros passos na promoção dos territórios da África Ocidental Francesa enquanto espaços de lazer¹⁸⁶. À semelhança do que é referido por Colette Zytnicki para o território argelino, o turismo na África Ocidental Francesa foi uma criação colectiva que envolveu forças económicas e políticas, unidas na sua ambição de fazer conhecer, legitimar e desenvolver a acção da França nos territórios da África Ocidental Francesa (Zytnicki, 2013:113).

Com o reconhecimento do território e o consequente mapeamento colonial dados como tarefas concluídas, o século XX caracteriza-se nos territórios coloniais franceses da África Ocidental não só por um discurso renovado – como vimos anteriormente, as colónias tornadas ‘aliadas’ comerciais da metrópole – mas também por uma ‘democratização’ do conhecimento sobre os mesmos. Se estes foram desmistificados em relação à sua alteridade eventualmente *radical*, foram também,

¹⁸⁶ Enfatizamos aqui a promoção tardia dos territórios da África Ocidental Francesa quando comparados com outros territórios sob administração colonial francesa como a Argélia ou a Indochina. Colette Zytnicki (2013) refere que no final dos anos 1870 existiam duas viagens por semana entre Marselha e Argel, e que nos anos 1880 a “Compagnie Générale Transatlantique” lança um serviço de navios rápidos entre a França e a Argélia (Zytnicki, 2013:98).

concomitantemente, sendo constituídos enquanto territórios ‘familiares’. Por outro lado foi sendo construído um outro tipo de mistificações com vista a um ‘consumo’ popular mais democratizado, que poderia ser visual e/ou narrativo.

Com a consolidação do Império Colonial Francês começam a estabelecer-se nas colónias contingentes de funcionários da administração colonial, assim como militares e comerciantes. É em parte esta nova realidade populacional que vai contribuir para algumas transformações a nível logístico nos territórios coloniais, através da construção de estradas, alojamentos e estabelecimentos comerciais, assim como a ampliação e consolidação de uma até então insipiente rede de transportes.

Terão sido em grande medida as Exposições Universais e Coloniais - às quais voltaremos mais tarde - bem como a já referida relativa democratização das possibilidades de realização do *Grand Tour*¹⁸⁷ (que entretanto também havia esgotado o exotismo das ‘periferias’ europeias¹⁸⁸) que contribuíram para tornar mais concretas e palpáveis as possibilidades de realização de viagens turísticas aos territórios coloniais.

Apesar do apregoado ‘realismo’ das Exposições Coloniais (realismo do artificial, tal como Timothy Mitchell (1988) viria a enunciar), e da possibilidade de que uma visita a estas exposições pudesse substituir a experiência de uma verdadeira viagem, os defensores do turismo colonial tudo fizeram para que as Exposições Coloniais fossem igualmente locais de promoção de viagens reais às colónias:

“Despite claims by Europeans that attending the exposition was akin to the experience of actual travel to the colonies, advocates of colonial tourism saw things differently. A tourism office at the information provided materials on destinations and attractions for those interested in traveling to the places they had recently «visited» at the expositions.” (Furlough, 2002:449).

¹⁸⁷ Apesar de aqui referir a democratização do *Grand Tour* como um dos principais impulsos para o alargamento do turismo em territórios coloniais, considero, à semelhança de John K. Walton (2009), que o turismo não teve origem num único fenómeno: o *Grand Tour*, mas é sim fruto de uma diversidade de experiências e práticas.

¹⁸⁸ Sobre o *Grand Tour* e a percepção do exotismo dos lugares visitados pelos seus viajantes, já nos dedicámos brevemente no capítulo 1 desta dissertação.

Além das razões acima mencionadas, acredito no entanto que o princípio instigador que terá conduzido à estruturação de uma actividade turística nos territórios coloniais terá sido alimentado pela administração e gestão efectiva que as metrópoles europeias faziam das colónias “pacificadas” ou em vias de “pacificação”, i.e., uma presença quotidiana e permanente no terreno.

De facto os territórios africanos sob administração colonial francesa passaram a ser percebidos como uma espécie de extensões do território francês (ideia enfatizada sobretudo para os casos da Argélia e da Tunísia dada a real proximidade geográfica) e como tal tornaram-se automaticamente mais ‘seguros’, familiares e circunscritos, isto é, os seus limites e as suas fronteiras deixaram de ser incógnitos e assustadores.

Esta ideia de familiaridade e de controlo dos territórios africanos – e a própria ideia de extensão e de alargamento imperial do território francês para lá das fronteiras europeias – veio operar transformações consideráveis na forma como os territórios africanos eram concebidos pelos habitantes da metrópole. Estes passaram a fazer parte de um imaginário alimentado por um real desejo de contacto com um exotismo que deixou de ser perigoso ou ameaçador, para passarem a ser percebidos como detentores de um exotismo de certa forma domesticado e/ou dominado (mas não o suficiente para deixar de ser exótico) graças às políticas de dominação colonial e à “missão civilizadora”.

Assim, as colónias ao passarem a estar sob controlo efectivo dos impérios coloniais, passaram também a ser descritas como fazendo parte de um sistema de referências – culturais, espaciais - inteligível para qualquer habitante da metrópole, apesar de transportarem consigo um inevitável, e desejável, exotismo.

É esta linguagem – que se pretendia universal - que vai tornar possível um discurso sobre a alteridade enquanto ‘produto’ e que será ao mesmo tempo o embrião de uma actividade turística nestes territórios. Tal como refere Anne-Marie Hauteserre (2004) sobre a necessidade de domesticação discursiva dos lugares exóticos:

“Exotic places are controlled by being familiarized and domesticated through a language that locates them in a “universal” (meaning Western) system of reference that

visitors recognize and can communicate about.” (Hauteserre, 2004:237)

Na África Ocidental Francesa, apesar de um discurso que se pudesse enquadrar no âmbito de um ‘discurso turístico’ de promoção e divulgação só se consolidar enquanto tal no final dos anos 1920 e sobretudo no início dos anos 1930, o incentivo para a realização de viagens de turismo e lazer aos territórios coloniais aparece logo no início do século XX.

No entanto, não quero com isto dizer que até à data não existissem viagens de lazer para estes territórios ou para outros territórios coloniais. O Egipto sob administração colonial britânica é um conhecido exemplo de um lugar visitado por turistas ocidentais¹⁸⁹, assim como numerosos outros territórios, entre os quais – e focando-nos nas colónias sob administração francesa – a Argélia, a Tunísia e a Indochina. No entanto, se nos detivermos no contexto da África Ocidental Francesa, facilmente percebemos que a diversidade e a heterogeneidade dos seus territórios não terão facilitado um discurso estruturador de uma actividade turística coesa e coerente.

5.3 – Os primeiros anos do século XX e as possibilidades de turismo nos territórios da África Ocidental Francesa

Os primeiros textos que encontramos sobre as possibilidades de turismo na África Ocidental Francesa (A.O.F) dizem respeito ao território como um todo, escusando-se a individualizar, em maior ou menor escala, as características e/ou atractivos de cada um dos seus países. Desta forma, no início do século XX e numa África Ocidental onde a presença alóctone se resumia quase exclusivamente aos

¹⁸⁹ Exemplo de um relato português de uma viagem ao Egipto, pode ser encontrado no texto “O Egipto” (1926, póstumo) de Eça de Queiroz, resultado de uma viagem realizada em 1869 para assistir à inauguração do Canal do Suez. Sobre os escritores europeus que empreenderam à época viagens ao Médio Oriente, Timothy Mitchell dá-nos conta das dificuldades destes escritores em enquadrar as realidades locais através dos seus mecanismos de percepção do real: “Among European writers who traveled to the Middle East in the middle and latter part of the nineteenth century, one very frequently finds the experience of its strangeness expressed in terms of the problem of forming a picture” (Mitchell, 1998:420). Também Derek Gregory (1999) nos traça um retrato dos turistas britânicos que visitavam o Egipto durante o século XIX, bem como da sua relação com a escrita de viagens.

funcionários das administrações coloniais, Barot-Forlière (1902)¹⁹⁰ escreve, numa publicação destinada aos cidadãos europeus que habitavam estes territórios, e numa secção dessa mesma publicação intitulada “Relations Sociales”, o que poderá ser o primeiro texto onde se faz referência às possibilidades de dinamização de uma actividade turística na A.O.F.:

«Touristes: Les voyages de touristes doivent être encouragés, car ces personnes sont en général riches et instruites et, rentrées en France, elles demeurent acquises à la cause coloniale. Le jour où une agence aura réussi à organiser le voyage circulaire Dakar, Saint-Louis, Kayes, Bammako, Kouroussa, Konakry (qui peut durer 4 mois environ et coûter 3 à 4000 francs), elle aura rendu un immense service à l’Afrique française.» (Barot-Forlière, 1902:315)

Aqui o turista era percebido como pertencendo a uma elite, que além de possuir recursos financeiros possuiria também algo essencial ao empreendimento destas viagens: tempo. Consequentemente era igualmente esperado que o turista que teria por desejo visitar a África Ocidental Francesa fosse uma pessoa instruída, transportando consigo o conhecimento e as ‘aptidões’ fundamentais para se confrontar com a alteridade das populações e das paisagens.

Alguns anos mais tarde, em 1910, é proferida uma conferência intitulada “Le Tourisme en Afrique Occidentale” por Boulland de l’Escale¹⁹¹ que é posteriormente publicada no “Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Paris”. No discurso de Boulland de l’Escale é anunciado o nascimento do “Turismo Colonial” herdeiro de um património narrativo, militar e comercial proveniente de um ‘esforço patriótico’, solitário ou colectivo, que acumulara experiências e conhecimentos com a finalidade que estes pudessem ser, honradamente e por fim, partilhados e utilizados pelo colectivo dos habitantes da metrópole:

¹⁹⁰ Barot-Forlière (1902) *Guide pratique de l’Européen dans l’Afrique Occidentale à l’usage des militaires, fonctionnaires, commerçants, colons et touristes*, Guides-Manuels Coloniaux, Ernest Flammarion Éditeur, Paris.

¹⁹¹ *Le Tourisme en Afrique Occidentale, Conférence de M. Boulland de l’Escale, syndic de la presse coloniale et chargé de missions*, Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Paris, Tome XXXII, 1910, Paris.

«Jusqu'à présent nos colonies reconnues par les explorateurs, pénétrées par les militaires, étudiées par les savants, pacifiées par les administrateurs, mises en valeur par l'effort commun de leurs gouvernements et du commerce métropolitain, se prêtaient peu aux voyages d'agrément et ne recherchaient même la clientèle du 'Tourisme' [...] Tout cela est changé...au moins va changer. Depuis le mois de septembre dernier, le Tourisme colonial est né. Nous avons bien le Tourisme français, mais nous n'avons pas encore le Tourisme colonial. Celui-ci consistait, pour la majeure partie des Français, à aller en Algérie et en Tunisie – qui ne sont pas des colonies – qui sont le prolongement de notre France méditerranéenne et qui offrent déjà cependant la perspective de voyages charmants et faciles dans un pays adorable.» (de l'Escale, 1910:80)

No mesmo discurso, Boulland de l'Escale contribuiu também para uma hierarquização das colónias da África Ocidental Francesa enquanto destinos de lazer, mitificando e arquitetando desde logo um lugar destacado para Dakar, a capital do Senegal desde 1902¹⁹², que cedo ganhou centralidade no contexto das colónias da A.O.F. por contraponto às restantes paisagens e realidades da globalidade do território da A.O.F. sob administração francesa:

«[...] quand on arrive à Dakar venant de Paris ou même de Marseille, ou même de Bordeaux, ou même du Havre, ce n'est ni Paris, ni Marseille, ni Bordeaux, ni même le Havre...Mais quand on y arrive venant du Sahara ou des steppes désolées de la Mauritanie, c'est plus que Bordeaux, Marseille et Paris réunis...c'est un Eden.» (de l'Escale, 1910:84)

Depois destas declarações de intenções de início de século no que diz respeito à estruturação de uma actividade turística no contexto das colónias da África Ocidental

¹⁹² Segundo Bocoum e Toulhier (2013) na década de 1930: “[...] un syndicat d’initiative et de tourisme de l’AOF est installé à Dakar» (Bocoum e Toulhier, 2013:3), referindo também a construção de um turismo colonial ligado à memória da escravatura, apresentando os franceses como os ‘libertadores e civilizadores’ que aboliram a escravatura no território.

Francesa, passam-se largos anos até que encontremos outras narrativas que façam alusão à possibilidade de uma actividade turística nestes territórios.

Na Europa rebenta a I Guerra Mundial, e a França suspende por momentos o seu investimento (humano, logístico, comercial) nas colónias. Entre 1914 e 1918 não encontramos qualquer registo de incentivo ao turismo em território colonial, ausência que se traduz igualmente na escassez de narrativas de viagens durante este mesmo período¹⁹³.

Efectivamente é apenas em 1921 que é definida uma ‘política colonial’ com uma visão de futuro e de continuidade em relação aos territórios coloniais franceses. Albert Sarraut, ministro francês das colónias entre 1920 e 1924, estabelece nesse ano um plano de trabalho para os quinze anos seguintes relativamente aos territórios coloniais através da publicação de um documento seminal. Este documento irá marcar um novo fôlego na relação entre a França e as suas colónias:

«Ce n’est qu’en 1921 qu’une vraie politique coloniale est définie dans un document capital – le «Programme Général de Mise en Valeur des Colonies Françaises», édicté par Albert Sarraut, ministre des colonies.» (Audouin-Dubreuil, 2004:140)

Durante a I Guerra Mundial são ainda suspensas as exposições organizadas do Império na metrópole, e entre 1907 e 1922 não é realizada nenhuma Exposição Colonial em território francês.¹⁹⁴ Estas serão retomadas em 1922 com a “Exposition Nationale Coloniale” de Marselha que introduzirá no seu discurso uma reconfiguração na forma como até então eram apresentados os ‘povos colonizados’. É igualmente em 1922 que é fundada em França a “Académie des Sciences Sociales”¹⁹⁵, cujo domínio de actividade será principalmente o do estudo da geografia e da História dos territórios coloniais franceses.

Se até à eclosão da I Guerra Mundial os habitantes das colónias tinham sido apresentados como exemplos de primitivismo e de um ‘estado selvagem’, algo que

¹⁹³ No que ao território da Mauritânia diz respeito as narrativas sobre o país são apenas retomadas em 1921 (com Paul Marty) e adquirem neste período, como vimos, um pendor marcadamente “etnográfico”.

¹⁹⁴ Em França no século XX são realizadas três Exposições Universais/Coloniais antes da eclosão da I Guerra Mundial: a “Exposition Universelle” de 1900 e as Exposições Coloniais de 1906 (Marselha) e 1907 (Paris).

¹⁹⁵ Passando em 1957 a ser denominada enquanto “Académie des Sciences d’Outre-Mer”.

justificaria *per se* a presença e a “missão civilizadora” francesa nestes territórios, a participação de soldados provenientes das colónias lutando ao lado do exército francês, bem como o apoio logístico enviado das colónias para a metrópole, veio reconfigurar as representações produzidas pelo Império sobre o ‘outro’ colonial. Tal como nos refere Dana Hale:

“World War I had a significant effect on the French outlook on the empire because of the material aid sent to France from the colonies, the visible numbers of non-French soldiers on the continent, and the impact these soldiers had on the military situation during and after the conflict.” (Hale, 2008:85)

Desta forma, e num cenário pós guerra, as exposições coloniais francesas – das quais a “Exposition Nationale Coloniale” de Marselha de 1922 é o primeiro exemplo visível – operam uma notável transformação no discurso e nas imagens que veiculam sobre os seus territórios coloniais e as suas populações. De aí em diante os discursos e as representações passam a insistir na ideia das colónias enquanto detentoras de valiosos recursos materiais, assim como de preciosos recursos humanos, onde interessaria investir numa lógica de cooperação entre colónias e metrópole.

Mais à frente, no capítulo 6, debatarei com maior acuidade a forma como foi operada esta reconfiguração discursiva pós-guerra face às colónias por parte da metrópole, e as suas consequências práticas. No imediato, e no que à “Exposition Nationale Coloniale” de Marselha diz respeito, verificamos que são publicadas pela primeira vez pequenas brochuras dedicadas a cada um dos territórios da África Ocidental Francesa, na tentativa de os individualizar e os dotar de uma autonomia mais evidente do que tinha sido comum até à data.

Este agrupamento das colónias da África Ocidental Francesa – prática que não é exemplo único e que se estende aos restantes territórios sob administração francesa - é observável por exemplo nas publicações relativas à “Exposition Universelle” de 1900¹⁹⁶, onde a tónica era posta na “mise en valeur” essencialmente económico de

¹⁹⁶ Dubois, Marcel; Terrier, Auguste (1902) *Les Colonies Françaises. Un Siècle d'expansion coloniale, Exposition Universelle de 1900*, Publications de la Commission chargée de préparer la participation du Ministère des Colonies, Augustin Challamel Editeur, Paris.

cada território, assim como na história da presença colonial francesa, os seus sucessos e os seus objectivos (de conquista, de organização) ainda por atingir.

A publicação dedicada à “Exposition Universelle” de 1900 não era pensada para consumo do público que a visitava, antes para consumo de uma elite que ‘pensava’ sobre as colónias francesas. O texto da publicação aparecia como uma reflexão pós “Exposition Universelle”, e não como uma apresentação/divulgação dos territórios coloniais para o exterior.

A brochura dedicada pela “Exposition Nationale Coloniale” de Marselha à Mauritânia¹⁹⁷ apresenta o seu território e as suas populações, que são descritas a partir do seu fenótipo mas também a partir das suas formas de organização social. Ao mesmo tempo, nesta brochura surge pela primeira vez um discurso sobre as possibilidades da prática turística neste território, bem como sobre os seus eventuais atractivos turísticos¹⁹⁸.

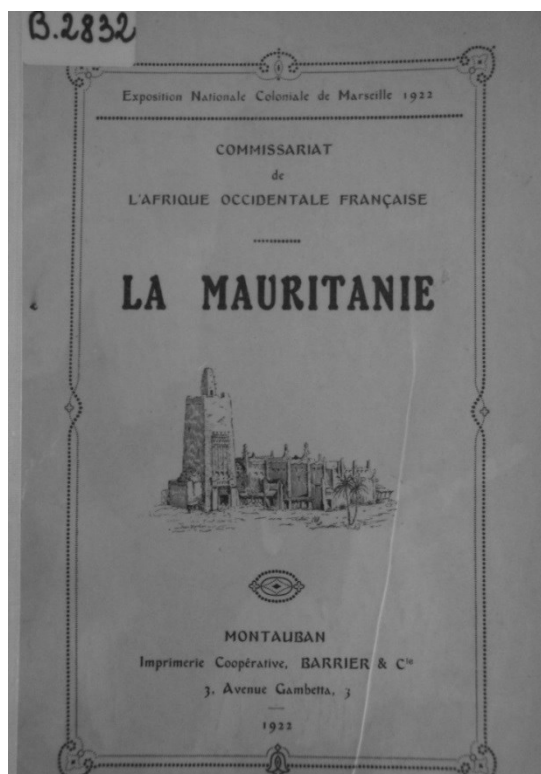


Figura Nº1: Brochura publicada por ocasião da Exposition Nationale Coloniale de Marseille (1922)

¹⁹⁷ Exposition Nationale Coloniale de Marseille (1922) La Mauritanie, Commissariat de l’Afrique Occidentale Française, Imprimerie Coopérative Barrier & Cle, Montauban.

¹⁹⁸ O restante conteúdo desta publicação sobre o território da Mauritânia será analisado mais à frente.

Considero que é sobretudo a partir da publicação deste texto que o discurso sobre a *validade* da Mauritânia enquanto destino turístico ficará condicionado durante largos anos. Este texto desguarnece a Mauritânia de qualquer espécie de atractivo turístico para um público europeu, não vislumbrando sequer – para além da caça, como veremos – qualquer mais-valia futura tendo em conta as características geográficas deste território. Não se referindo directamente ao turismo, a brochura arquitecta e constrói para a Mauritânia um *papel* de retaguarda geográfica do Senegal no contexto da África Ocidental Francesa, em relação ao qual o país tardou a construir uma versão autónoma, alternativa ou antagónica:

«La Mauritanie est essentiellement une marche avancée destinée à protéger la colonie du Sénégal contre les incursions des pillards du Nord. La pacification du pays, après des périodes difficiles, est aujourd’hui complètement assurée et le Sénégal peut travailler sans crainte de razzias au développement de ses richesses. La nature même du sol et le peu de densité de la population ne permettent pas d’espérer pour la colonie elle-même un avenir économique aussi brillant que celui de la colonie voisine. Mais les inépuisables ressources en poissons de ses côtes peuvent lui donner, quand l’exploitation en sera faite méthodiquement et par des sociétés puissantes, un vigoureux essor et la faire contribuer, dans des proportions intéressantes, au ravitaillement de la métropole.»
(Exposition Nationale Coloniale de Marseille, 1922:32)

As possibilidades ou as perspectivas para o esboço de uma actividade turística em território mauritano centrar-se-iam assim na caça. Partindo das características precárias de acessibilidade ao país, assim como das frágeis condições para a mobilidade interna, o seu texto insiste na caça como o único (eventual) atractivo tendo em vista as apetências de um público europeu, apresentando-a como *a* actividade turística por excelência, exequível em praticamente todas as regiões de um tão vasto território:

«La Mauritanie. Le tourisme et la chasse – Les difficultés de déplacement ont jusqu’ici détourné les touristes et les chasseurs de la Mauritanie. Cependant le genre animal est abondamment représenté dans la colonie par les espèces sauvages les plus variées. Outre qu’il est extrêmement poissonneux, le fleuve abrite des caïmans et des tortues d’eau douce ainsi que quelques hippopotames et lamantins. Des nombreuses variétés de canards et d’oies sauvages, de grues, de hérons (dont l’aigrette) y abondent également. Les fourrés du Chemama donnent asile au sanglier phacochère, au lion, au guépard, au chacal, à l’hyène, à des antilopes de grande taille. Dans le Brakna et l’Assaba vivent encore quelques troupeaux de girafes et d’éléphants, le Trarza est l’habitat de l’outarde, de la canepetière et de la gazelle commune, l’oryx se rencontre dans le Tagant et l’Adrar et l’autruche, à l’état sauvage, est répandue dans toute la Mauritanie.» (Exposition Nationale Coloniale de Marseille, 1922:39)

Esta insistência na promoção da caça enquanto principal actividade turística no território da Mauritânia leva-nos a questionar o efectivo conhecimento que os redactores deste material teriam sobre o país¹⁹⁹. Se é indiscutível que as possibilidades da prática da actividade cinegética eram, à data, reais - vejam-se as fotografias de cenas de caça tiradas por Odette du Puigadeau em 1934 (abetarda, grou-coroadado), ou de origem anónima em 1946 (avestruz)²⁰⁰ – e continuam a sê-lo na actualidade²⁰¹, já é mais difícil admitir a presença das espécies acima descritas num território com as características físicas e geográficas da Mauritânia.

Acredito assim que as formulações enunciadas nesta brochura tenham tido origem numa generalização e homogeneização dos territórios da África Ocidental

¹⁹⁹ Derek Gregory (1999) refere, para o contexto do Egipto colonial, que existia uma distorção entre o discurso que era produzido sobre o país e a realidade efectiva do território: “The Egypt of these imaginative geographies was constructed with little or no reference to those who lived there, and no doubt its assumptions and appropriations provoked both distrust and dissent: but it was none the less a ‘real’ Egypt too, and its production had real consequences.” (Gregory, 1999:145).

²⁰⁰ Disponíveis para consulta em <http://anom.archivesnationales.culture.gouv.fr>

²⁰¹ Sobre a caça na Mauritânia contemporânea irei dedicar-me brevemente no capítulo 7.

Francesa, que poderão ter tentado ocultar um desconhecimento efectivo dos mesmos, através da prática de uma *horizontalidade* territorial que não encontraria correspondência nas realidades locais e nacionais. Desta forma os guias turísticos, ao mesmo tempo que transportavam “silêncios ensurdecedores” sobre os países aos quais se referiam (Furlough, 2002), construíam igualmente *fantasias* para consumo de uma metrópole crédula.

É igualmente num cenário fantasista que as Exposições Coloniais se impõem no contexto pós-guerra, e a já referida “Exposition Nationale Coloniale de Marseille” de 1922 é disso o primeiro exemplo. Estas são pensadas enquanto como bons lugares para restabelecer e solidificar as relações entre o Império e as suas colónias,²⁰² dando lugar não só a uma já referida metamorfose do discurso através do qual o Império se referia aos ‘seus’ territórios e suas populações, como também à tentativa de encenação da vida “real” das colónias no espaço de uma exposição.

Mas neste período de reconstrução nacional e identitária da metrópole, no seguimento da enorme tragédia de 1914-1918, a questão do turismo nas colónias francesas, e nas colónias da África Ocidental Francesa em particular, não era ainda uma prioridade, em grande medida devido às dificuldades de penetração e deslocação no continente africano, contrariedade que viria a ser desafiada alguns anos mais tarde, sobretudo por André Citroën²⁰³, como já de seguida confirmaremos. Tal como nos refere Pascale Verdiè:

«Mais dans la période de reconstruction, l’organisation du tourisme n’était pas une priorité d’autant plus que dans le cas de l’Afrique, il restait limité.» (Verdiè, 1996:68)

²⁰² «Avec la guerre, les relations de la France avec ses colonies changèrent : la métropole ayant reconnu la valeur de ses territoires voulut s’en rapprocher” (Verdiè, 1996:68).

²⁰³ Fundador da companhia automóvel Citroën em França, (1878-1935).

5.4 – A tecnologia ao serviço do Império Colonial: a vitória do automóvel sobre o ‘impenetrável’ deserto, a “Crosière noire” e o projecto CITRACIT.

Efectivamente, um dos principais desafios apresentados pelo continente africano era a impenetrabilidade de algumas das suas regiões por parte do viajante comum, o que obrigava a que as expedições tivessem de incluir complicadas e dispendiosas logísticas, algo que acabava por perpetuar a sua lógica elitista. Se nos anos 1920 o processo de democratização do automóvel²⁰⁴ começa a fazer-se sentir nos Estados Unidos da América, o mesmo só chegará a França no rescaldo da II Guerra Mundial.

Mas apesar da democratização, em determinados contextos, do acesso ao automóvel, o turismo associado ao transporte automóvel não estabelecerá nem apagará distinções sociais, tal como refere Stephen Harp: “Early tourism by car, like the leisure that made it possible, neither created nor erased social distinctions but instead reformulated them in a changing context.” (Harp, 2002:191), e continuará, na década de 1930, a ser algo apenas acessível a uma pequena elite, apesar das grandes transformações operadas quanto à adequação do automóvel ao território colonial, e em particular ao deserto.

A modernidade tecnológica associada ao automóvel era na altura indissociável das possibilidades que esta oferecia à prática turística, sendo que a utilização dos meios de locomoção locais – no caso do deserto o camelo – só seria percebida como possível, adequada, ou mesmo ‘autêntica’, alguns anos mais tarde (ver De Bonneval 1930, mais à frente).

É neste contexto que começa a intensificar-se o turismo automóvel e mais tarde os ralis em territórios africanos. Em 1908 é criada na Argélia a “Société de Transports Automobiles” que estabelece uma linha de transportes regulares entre Argel e Douéra, e alguns anos mais tarde, após a fundação em 1919 da companhia automóvel Citroën, André Citroën aplica ‘lagartas’ às rodas dos automóveis, que tinham sido já utilizadas para circulação na neve, e procede à sua adequação à areia do

²⁰⁴ Impulsionado pelos gigantes da indústria automóvel: *Ford* e *General Motors*.

deserto, tentando antecipar-se aos seus concorrentes da época (nomeadamente a Renault, fundada em 1899).

A 17 de Dezembro de 1922 cinco viaturas “autochenilles” (equipadas com lagartas) partem de Touggourt na Argélia e chegam a Tombouctou a 7 de Janeiro de 1923, numa missão encabeçada pela dupla Georges-Marie Haardt e Louis Audouin-Dubreuil. Esta viagem constitui a primeira travessia automóvel entre a Argélia e o Sudão francês (actual Mali)²⁰⁵, e a sua preparação implicou a criação de um serviço especial nas fábricas Citroën, assim como dois anos de estudos metódicos e de ensaios nos terrenos mais acidentados do norte do Saara (Audouin-Dubreuil, 2004).

Seis meses após esta viagem, a então criada sociedade CITRACIT²⁰⁶ preparou e melhorou as pistas automóveis com vista ao estabelecimento de uma ligação quinzenal entre Argel e Tombuctu. Para além de ter como objectivo o estudo das possibilidades de turismo no Saara, esta sociedade estaria também encarregada da construção de “bordjs hôtels”²⁰⁷ em Colomb-Béchar, Beni Abbes, Adrar, Tombuctu e Gao no Níger.

Depois do sucesso desta primeira missão de 1923, André Citroën começa a preparar uma segunda missão mais ambiciosa, que desejava impor o automóvel como transporte e meio de comunicação moderno, mas colocando-o ao mesmo tempo ao serviço da ciência, e transformando-o desta forma no veículo por excelência da ‘viagem de estudo’.

Esta segunda missão em território africano começa a ser preparada em Junho de 1923. No terreno, mais concretamente em Colomb-Béchar é criado um centro técnico de ensaios, em relação permanente com os laboratórios de estudo e pesquisa da Citroën em Paris, para onde fotografias das peças danificadas eram enviadas com vista ao seu aperfeiçoamento.

²⁰⁵ “Pendant l’hiver 1922-1923, l’expédition Citroën de Touggourt à Tombouctou, la première traversée du Sahara en automobile, a ouvert le Sahara à l’automobile. Des pistes aménagées relient désormais le pays d’Afrique du Nord au Soudan» (Audouin-Dubreuil, 2004:143).

²⁰⁶ «Désigne la Compagnie transsaharienne Citroën, un département de la société Citroën créé en 1920 pour préparer la traversée du Sahara en automobile. Le but était de créer des voies praticables reliant l’Algérie au Soudan et d’y développer le tourisme.» (Audouin-Dubreuil, 2004:9).

²⁰⁷ A palavra *bordj* pode significar em língua árabe, entre outras interpretações, forte de pequena dimensão, o que nos poderá levar a concluir que a maior parte destes alojamentos possam ter sido construídos em antigas instalações militares.

Ao mesmo tempo, são postas em marcha no terreno seis missões de abastecimento, a partir de vários pontos do continente africano²⁰⁸, de forma a assegurarem logisticamente a chegada da “Crosière Noire” até à ilha de Madagáscar. Inicialmente a expedição não teria como destino final Madagáscar e havia sido pensada para circular apenas em territórios sob domínio francês. No entanto, o então Presidente da República Francesa - Gaston Doumergue – terá insistido para que o destino final da expedição fosse a colónia de Madagáscar, que a seu ver se encontraria bastante isolada dada a sua localização periférica: “Notre plus belle colonie, la Grande Île Rouge qui demeure tellement isolée.” (Gaston Doumergue citado em Audouin-Dubreil, 2004:9).

A inclusão de Madagáscar como ponto de chegada da “Crosière Noire” levou à negociação da sua passagem por territórios sob administração belga e inglesa, rota que terá igualmente constituído um pretexto para que os seus dezanove participantes fossem encarregados de averiguar o ‘estado’ da colonização nesses mesmos territórios, no contexto de uma sempiterna competição imperial entre a república francesa e as monarquias belga e inglesa.

De facto, a “Crosière Noire” foi encarregada de missões por parte de dois Ministérios (colónias e transportes) e duas instituições: a “Société de Géographie” e o “Muséum National d’Histoire Naturelle” de Paris. Como podemos confirmar, a missão confiada pelo Ministério das Colónias é específica em relação aos objectivos da passagem da expedição pelos ‘países estrangeiros’:

«Le ministre des colonies lui confie des travaux précis: fournir un rapport sur les observations d’ordre économique, politique, sanitaire et touristique. [...] la documentation purement économique traitera plus spécialement de l’état de la colonisation dans les colonies françaises et les pays étrangers traversés (Congo belge, Ouganda, Kenya, Tanganyika Territory, États de l’Afrique du Sud). Il est spécifié que «ce rapport ne doit pas être une encyclopédie des régions traversées» mais

²⁰⁸ Estas missões tinham como objectivo o abastecimento em combustível, óleo, peças mecânicas e víveres durante a duração da expedição. Para tal foram criados pontos de intercepção na Argélia, Senegal, Mali, Níger, Chade, Congo belga e Quênia.

doit dégager l'orientation économique actuelle, les dispositions qu'il serait souhaitable de prendre pour parvenir à un meilleur développement dans les dix années à venir.» (Audouin-Dubreuil, 2004:143)

E também:

«La société de géographie, par lettre du 5 octobre 1924 adressée à André Citroën, chargeait l'expédition d'une mission ainsi libellée: 'recueillir dans les pays que vous visiterez, en particulier dans la région du sud du lac Tchad et au Congo belge, une documentation ethnographique la plus importante possible sur les peuplades avec lesquelles vous entrerez en contact [...]» (Audouin-Dubreuil, 2004:163)

Partindo a 28 de Outubro de 1924, a “Crosière Noire” mostra finalmente a vitória da tecnologia francesa sobre o território colonial, com todo o seu teor simultaneamente simbólico, político, cultural e científico²⁰⁹. Paralelamente, a realização desta expedição vem compensar a estagnação do projecto de uma via-férrea transsaariana entre a Argélia e o Sudão francês, o conhecido e já referido empreendimento do “Transsaharien”.

Tendo o seu ponto de partida no Forte da Legião Estrangeira de Colomb-Béchar, a “Crosière Noire” atravessou a Argélia, Sudão francês, Níger, Chade Oubangui-Chari (actual República Centro-Africana), Sudão anglo-egípcio, Congo belga, Uganda e Tanganica. Depois a expedição foi dividida em quatro grupos cujo destino final era Madagáscar, com passagem por diversos países do sul de África.

Dirigida por Georges-Marie Haardt e Louis Audouin-Dubreuil como a anterior, esta missão vem contribuir para a consolidação do Império Colonial francês na medida em que os seus participantes tentaram mapear geográfica e etnograficamente todos os territórios pelos quais passaram. O sucesso e a autoridade que esta expedição

²⁰⁹ Sobre o papel e o poder das máquinas, e de como a tecnologia e a ciência se podem constituir enquanto ideologias da dominação ocidental ver Adas (1989).

proporcionou ao Império Colonial francês levaram à realização de expedições consequentes, respectivamente a “Crosière Jaune”²¹⁰ e a “Crosière Blanche”²¹¹.

A “Crosière Noire” teve a duração de oito meses (entre 28 de Outubro de 1924 e 26 de Junho de 1925) e percorreu 20 000 quilómetros. Os seus dezanove participantes assumem ter tido como inspiração os exploradores, descobridores e cientistas do século XIX, nomeadamente as narrativas de Heinrich Barth (publicadas entre 1857 e 1858), que no seu texto *Travels and Discoveries in North and Central Africa* terá realizado um percurso idêntico ao dos participantes na “Crosière Noire”.

Ao mesmo tempo que a “Crosière Noire” estava a ser preparada e posta em marcha, André Citroën organizava simultaneamente um outro projecto, bastante mais ambicioso: o estabelecimento de uma linha regular de transporte automóvel que ligasse o território argelino à África Ocidental Francesa, e que estabelecesse uma rota turística permanente entre estes dois territórios.

Tratava-se do projecto CITRACIT cujo objectivo era o de estabelecer um serviço automóvel regular entre Colomb-Béchar (última etapa do caminho de ferro no Saara argelino) e Tombuctu. Para André Citroën esta ideia tinha como objectivo:

“[...] transporter le plus rapidement possible le voyageur désireux de se rendre, à travers le désert, dans la région nigérienne, où l’attirent les sports ou les affaires”²¹².

O projecto incluía a construção de cinco hotéis de luxo e sete acampamentos ao longo do percurso, com o objectivo de acolher os viajantes em pleno deserto. Allison Murray Levine descreve desta forma o programa ideológico subjacente ao projecto CITRACIT traçando, inevitavelmente, pontos de comparação com a “Crosière Noire”:

« [...] un projet utilisant les mêmes véhicules sur une partie du même trajet, mais dont le but est, au contraire [da Croisière Noire], d’ouvrir l’expérience touristique à la bourgeoisie sans

²¹⁰ A “Crosière Jaune” desenrolou-se entre 4 de Abril de 1931 e 12 de Fevereiro de 1932, e a sua rota prevista ligava Beirute a Pequim.

²¹¹ Esta é a menos conhecida das expedições Citroën, dada a sua pouco gloriosa realização. Entre Julho e Outubro de 1934 a “Crosière Blanche” fez do Canadá o seu território de circulação.

²¹² MAAO, fonds Haardt, 4º GMH11, Principes généraux de l’organisation des circuits automobiles sur les itinéraires sahariens, in Murray Levine, Alison (2000) *Le Tourisme Citroën au Sahara (1924-1925)*.

qualifications particulières, de la normaliser, voire presque de la banaliser afin que le voyage paraisse assez rassurant pour attirer des clients.» (Murray Levine, 2009:182)

Ao mesmo tempo, e num contexto pós-guerra, este projecto tinha como objectivo poder contribuir para apagar as lembranças do conflito, mas igualmente para projectar a França não apenas enquanto território em reconstrução acelerada, mas como grande potência imperial com presença efectiva em diversos e distantes territórios que ofereciam a possibilidade de “sonho e evasão” (Murray Levine, 2000).

O projecto ambicionava também revelar a superioridade da tecnologia francesa, num momento em que a política colonial do país procurava manifestar-se através de instrumentos e práticas predominantemente técnicas – em detrimento dos instrumentos e práticas militares utilizados abundantemente até então para dominar e controlar os territórios coloniais.

O circuito contemplado pelo projecto CITRACIT teria como objectivo atrair os turistas para o deserto, onde estes poderiam usufruir de um conforto excepcional, ao mesmo tempo que poderiam realizar passeios de barco pelo rio Níger, visitas culturais e programas de caça no Sudão francês. Este projecto constitui assim a primeira tentativa de instituir um circuito de viagens turísticas organizadas e regulares compreendendo parte dos territórios da África Ocidental Francesa, algo que podemos comparar a uma estrutura embrionária dos circuitos que viriam a ser propostos décadas mais tarde pelos *tour operators* para estes mesmos territórios.

Além disso, este projecto poderia transmitir ao mundo a confirmação de que a França teria a capacidade, pelos seus próprios meios, de domesticar e dominar o vasto território do Saara. O Saara deixaria então de constituir uma barreira entre os vários territórios do Império Colonial africano francês, e sobretudo entre estes territórios e a metrópole, transmitindo desta forma para a metrópole a imagem de um Império Africano unificado e coeso.

Tendo em conta os objectivos – económicos e turísticos – do projecto, André Citroën propunha-se financiar a compra de terrenos para a construção de hotéis de luxo, e de parques de campismo destinados a acolher os turistas em pleno deserto. Nas palavras de André Citroën tratava-se de:

“[...] favoriser enfin un mouvement touristique profitable à nos nationaux d’outre-mer et à notre change en facilitant la connaissance du Sahara proprement dit.” (Murray Levine, 2000:100).²¹³

Este projecto colheu total e incondicional apoio das autoridades francesas, pela forma como incorporava e ilustrava todo um processo de rentabilização económica e ideológica dos territórios coloniais. Tratava-se de tirar o máximo partido destes, sobretudo, num contexto de pós-guerra. Esta estratégia é manifesta, por exemplo, através das palavras de Albert Sarraut, lembradas por Murray Levine:

“La liaison par automobile que vous (André Citroën) vous proposez d’établir entre les trois groupes de nos colonies africaines est des plus intéressantes. J’estime en effet avec vous que la réalisation de cette jonction peut avoir les plus heureux résultats tant au point de vue politique qu’économique [...]» (Murray Levine, 2000:98)²¹⁴

No período de preparação do projecto CITRACIT (entre 19 de Fevereiro de 1924 e 7 de Janeiro de 1925) foram construídos três dos cinco hotéis previstos, criados depósitos de combustível, transportados materiais para os hotéis e para os acampamentos assim como três barcos que deveriam realizar a ligação fluvial no Níger entre Bourem, Tombuctu e Gao. O número máximo de turistas estava igualmente definido: 12 por viagem e até 324 por ano, assim como o número de viaturas (75) e de mecânicos (101) (Murray Levine, 2000).

A viagem inaugural do projecto CITRACIT estava prevista para o dia 3 de Janeiro de 1925 e deveria contar com as presenças do Marechal Pétain²¹⁵ e do Rei da Bélgica, mas onze meses depois de o projecto ter sido apresentado e apoiado institucionalmente, o mesmo foi posto em causa por alguns elementos da

²¹³ MAAO, fonds Haardt, 4ºGMH24, Projet d’organisation des grandes lignes de communications africaines, in Murray Levine, Alison (2000).

²¹⁴ MAAO, fonds Haardt, 4º GMH11, Principes généraux de l’organisation des circuits automobiles sur les itinéraires sahariens, in Murray Levine, Alison (2000).

²¹⁵ Que na altura era, além de vice-presidente do Conselho Superior do Exército, Inspector-geral do Exército. Ainda nesse ano, Pétain comandaria a intervenção francesa na Guerra do Rif.

administração francesa no terreno. As questões de segurança foram invocadas como motivo para a inviabilidade do projecto CITRACIT, nomeadamente a aparente dificuldade da travessia do Sudão francês, assim como a alegada presença de tribos “insubmissas” no sul de Marrocos que teriam como objectivo o ataque a frotas automóveis coloniais.

Este episódio é bastante revelador de como a rapidez e a aparente facilidade com que o projecto CITRACIT, apresentado por André Citroën junto dos responsáveis políticos da metrópole e obtendo rapidamente o aval destes, foi *a posteriori* considerado apartado das realidades locais, colidindo e contrastando com um aparente sentimento de insegurança percebido por elementos da administração colonial francesa no terreno.

Assim, foram várias as figuras da administração colonial francesa no terreno que exprimiram reservas em relação à forma de assegurar a segurança necessária a este projecto²¹⁶. Essas reservas criaram dúvidas na metrópole quanto à exequibilidade do mesmo, e levaram consequentemente ao cancelamento por motivos de segurança, da presença do Rei da Bélgica na viagem inaugural.

Como tal, o projecto CITRACIT foi anulado apenas alguns dias antes da data prevista para a sua inauguração, anulação provocada em grande medida pela recusa dos administradores coloniais no terreno em assegurarem e garantirem inteiramente a segurança da missão, o que terá levado André Citroën a concluir que não estariam reunidas as condições mínimas de segurança para a concretização efectiva do projecto.

André Citroën apressou-se a tentar minimizar o impacto desta notícia na comunicação social, tentando dirigir as atenções dos *media* para a já em marcha “Crosière Noire”, descrevendo-a como a *grande* missão Citroën em África. Para Citroën a mediatização da “Crosière Noire” seria a única hipótese de poder recuperar o capital simbólico e a dimensão propagandística que pretendia mobilizar através do projecto CITRACIT (Murray Levine, 2000).

A “Crosière Noire” beneficia assim de toda uma operação mediática que a evidencia e ilumina face ao falhado projecto CITRACIT, tanto no decorrer da expedição (o seu progresso era acompanhado quotidianamente por jornalistas), como no seu

²¹⁶ Entre as quais o Coronel Dinaux, comandante do território militar de Aïn-Sefra (sul argelino), opositor da utilização do automóvel em território Saariano, bem como à ideia da construção de hotéis de luxo.

desfecho através da projecção do filme “La Croisière Noire”²¹⁷, e com a inauguração da exposição homónima a 1 de Outubro de 1926.²¹⁸

Tratava-se indiscutivelmente de transformar a viagem em ‘espectáculo’ através do seu relato jornalístico, cinematográfico e artístico (Murray Levine, 2009) e, através da construção dessa narrativa de ‘espectáculo’, contribuir para a fabricação e consolidação de uma imagem Imperial glorificada:

«Les deux cas (CITRACIT et Croisière Noire) révèlent bien que l’importance du voyage colonial touristique réside non pas dans sa réalité, mais dans son récit. Ce récit, facilement manié par son narrateur, est particulièrement durable s’il est enrobé de culture visuelle et transformé en spectacle, dans le sens voulu par Guy Débord dans sa *Société du Spectacle*. [...] C’est en tant que spectacle qu’il réussit à transformer les mentalités et à contribuer à façonner une idée coloniale et même, comme c’est le cas pour la popularité continue de la Croisière noire, d’une idée postcoloniale.» (Murray Levine, 2009:191)

Este episódio vem mostrar-nos que as políticas coloniais nem sempre se pautaram pela racionalidade e pela coerência, isto é, nem sempre veicularam uma intencionalidade premeditada, e como tal importa desmistificar a ideia de Império colonial coeso e isento de contradições, assim como a ideia da existência de um único discurso oficial e homogéneo sobre a colonização. Nem a História colonial nem os discursos a ela associados são construções monolíticas e é a visão de um império colonial sem contradições internas que nos interessa aqui desmontar.

Ao mesmo tempo, este episódio leva-nos a confirmar a forma como os projectos simbólicos elaborados e projectados na metrópole para os territórios coloniais se confrontavam, não raras vezes, com realidades antagónicas no terreno.

²¹⁷ Estreado em Março de 1926, o filme, realizado por Léon Poirier (um dos participantes na expedição), teve um enorme sucesso em todo o território francês, consolidando a imaginação da metrópole face aos territórios coloniais africanos.

²¹⁸ «Le 1er octobre 1926, au palais du Louvre, pavillon Marsan, est inaugurée le «Exposition de la Croisière noire ». Sur les 3900 objets recueillis dans les pays visités, 700 sont exposés : costumes, tissus, bijoux, parures, instruments de musique et goudou-goudou, statuettes culturelles, masques, cimiers, objets usuels, objets d’art nègre.» (Audouin-Dubreuil, 2004:189).

Efectivamente, as informações provenientes das colónias eram não raras vezes manipuladas pela metrópole com vista à construção de uma imagem congruente do Império Colonial para consumo popular. No caso que aqui acabámos de expor, a *coerência* do Império foi conseguida através da apresentação da expedição “Crosière Noire” como mobilizadora de um processo de racionalização simbólica do projecto colonial aos olhos dos habitantes da metrópole.

Depois da tentativa levada a cabo por André Citroën, um efectivo serviço automóvel regular entre vários territórios africanos sob administração colonial francesa só seria estabelecido em 1932 pela “Compagnie Général Transsaharienne”. No entanto, foi inequivocamente a expedição “Crosière Noire” que marcou simbolicamente uma época, e que representou e ilustrou o triunfo sobre o território colonial no imaginário e na memória colectiva. Tal como podemos aferir através de um texto publicado seis anos depois do termo da expedição, o prestígio da mesma continuava a fazer-se sentir:

«Depuis la guerre, à la suite d'un mouvement d'opinion auquel certaines œuvres pleines de talent d'un romancier contemporain ne furent pas étrangères, l'attention de l'opinion publique a été attirée vers le Sahara. Des marques d'automobiles bien connues cherchèrent et réussirent à trouver dans la tâche de pénétration saharienne par l'automobile un moyen de publicité de bon aloi inédit et à grand rendement. Tout le monde se souvient encore de la double traversée du Sahara par la mission Haardt-Audouin-Dubreuil, réussie dans des conditions qui lui valurent l'admiration de tous les gens du sport et suscitèrent l'émulation d'autres marques de voitures automobiles. Les voitures 6 roues Renault firent peu de temps après leur apparition dans le désert et leur succès ne fut pas moindre que celui des voitures à chenilles de la maison Citroën. Par ces coups éclatants, il fut démontré d'une façon lumineuse que le Sahara, s'il avait été une barrière, avait cessé d'être un obstacle pour la France contemporaine et qu'il ne s'agissait

plus que de déblayer la route saharienne de ses obstacles principaux pour faciliter à l'automobile l'accès rapide à la Boucle du Niger et au Lac Tchad.» (Meynier e Nabal, 1931:9)

5.5 – A década de 1930: entre a metrópole e as colónias

As Exposições Coloniais entretanto realizadas, assim como os ecos da “Croisière Noire”, fizeram com que a urgência de um conhecimento sistemático e vasto sobre o “outro” se comesçasse a fazer sentir mais profusamente na metrópole. Em Paris, em 1925, Marcel Mauss, Lévy-Bruhl e Paul Rivet criam o “Institut d’Ethnologie” com o apoio do Ministério das Colónias, sendo que em 1878 havia já sido fundado o “Muséum Ethnographique des Missions Scientifiques” (Hamy, 1890; Dias, 1991)²¹⁹, que deu origem ao “Musée d’Ethnographie du Trocadéro” (Dias, 1991). É neste contexto que o turismo se vai afirmando como possibilidade concreta de ‘conhecimento’, num primeiro momento na metrópole e mais tarde nos territórios coloniais.

Os anos 1930 trouxeram com eles muitas reconfigurações nas práticas de lazer dos franceses. Algumas estruturas, tais como o “Touring Club de France”, criado em 1890, e que fora crucial na estruturação de uma actividade turística para as classes mais abastadas no início do século XX²²⁰, começa nos anos 1930 a voltar a sua atenção para os territórios coloniais, formando em 1931 um “grupo de interesse” especialmente dedicado ao turismo colonial.

²¹⁹ Nélías Dias sintetiza os processos e as motivações que levaram à criação deste museu: «[...] La création du Muséum Ethnographique des Missions Scientifiques en 1877-1878, qui a précédé de quelques mois l’Exposition Universelle de 1878, et enfin la fondation définitive du musée, voté à la Chambre des députés le 18 octobre 1878. [...] dans un rapport du 2 novembre 1877 adressé au Ministre de l’Instruction Publique soulignait la nécessité d’une institution destinée à abriter les ‘objets relatifs à l’ethnographie provenant des missions, des dons, d’échanges ou d’acquisition’ (Hamy, 1890:283). Rappelons qu’il existait depuis 1874 dans ce ministère une commission des voyages et missions scientifiques et littéraires, créée en vue d’encourager les voyageurs et d’assurer les succès de leurs expéditions» (Dias, 1991:163).

²²⁰ O “Touring Club de France”, fundado por ciclistas em 1890, representava à época a maior e mais activa organização turística privada francesa, tendo alcançado em 1930 trezentos mil associados. Entre as suas actividades constavam a organização de: “[...] excursions and voyages, served on governmental advisory committees, sponsored scenic road construction, contributed to the financing and design of road signs, promoted modern hotels and hygienic tourist spaces, held contests for regional cuisines, disseminated photographic albums of French regions, and organized committees focused on a wide range of tourist-related issues (including sites and monuments, camping, cyclo-tourism, winter sport, yachting, and aviation).” (Furlough, 2002:457-458).

As viagens promovidas pelo “Touring Club de France” para os territórios coloniais eram uma tentativa de criar uma relação simbiótica entre identidade nacional e império, tal como refere Ellen Furlough:

“During the 1930s, the TCF [Touring Club de France] positioned itself as a strong proponent of Greater France and linked tourism explicitly with the imperial project. [...] The TCF’s simultaneous appeals to patriotism, sacrifice, and tourism also demonstrate the organization’s embrace of the colonial idea.”
(Furlough, 2002:458)

Das actividades do “Touring Club de France”, com especial ênfase no território argelino (Furlough, 2002; Zytnicki, 2013), Ellen Furlough chama a atenção para o contributo que uma estrutura privada de organização do lazer teve na construção de um ‘discurso turístico’, assente concomitantemente numa ideia de superioridade imperial francesa e na possibilidade de aceder e descobrir os contextos do exotismo. Para Furlough foi precisamente esta estratégia discursiva que pressagiu o futuro do turismo internacional pós-colonial (Furlough, 2002:468).

Mas a década de 1930 marca inequivocamente um sem número de mudanças no panorama turístico francês, nomeadamente na sua democratização: “In the 1930s, French tourism was legally transformed from a regime of privilege to a regime of access.” (Furlough, 1998:252).

Efectivamente, e como veremos para o caso da África Ocidental, a década de 1930 é essencial para a estruturação da actividade turística nos territórios coloniais franceses, actividade que após a eclosão da II Guerra Mundial só será retomada e alvo do mesmo investimento económico, político e simbólico no fim da década de 1940. É igualmente neste período que são realizadas duas importantes exposições mundiais em Paris, a de 1931 e a de 1937, e Ellen Furlough não hesita em classificá-las como o outro lado da moeda do turismo colonial:

“[...] during the interwar period, the Colonial Exposition and colonial tourism were two sides of the same coin. Both contributed to the mutually reinforcing processes of colonialism and commodification, made attractions out of the

colonized peoples and spaces, and forested a sense of possession and proprietary recognition. Both mobilized technologies of vision and “lessons” of places and peoples as celebratory exemplars of French imperialism and technical modernity. Their implied public was represented as a unity of tourist consumer-citizens, authorized to view and desire colonial cultures through leisure travel and positioned hierarchically in opposition to the otherness of the conquered peoples of “Greater France”. (Furlough, 2002:472)

Se a exposição colonial de 1931 assume como protagonistas os territórios coloniais, exibindo-os em sumptuosos pavilhões e recriando os *habitats* das populações expostas, já a exposição de 1937 aposta na promoção de uma França moderna e progressista assente em ideais vanguardistas e emancipatórios. É a primeira e única exposição organizada pela Frente Popular²²¹, no poder entre 1936 e 1938, que introduz no país o revolucionário conceito de férias pagas (*congés payés*) a 20 de Junho de 1936 (Jackson, 1989; Alexander e Graham, 1989).

Esta medida vem reconfigurar radicalmente o perfil do turista francês, contribuindo efectivamente para uma real democratização da actividade turística. É só a partir desta altura que se poderá falar verdadeiramente de uma alteração das práticas turísticas em França, algo que se manifestará nos territórios coloniais apenas com o fim da II Guerra Mundial.

²²¹ Para uma leitura mais aprofundada sobre o *Front Populaire* francês ver Martin S. Alexander e Helen Graham (1989) *The French and Spanish Popular Fronts*.

5.5.1 – O fim da década de 1920 na África Ocidental Francesa, e o início de uma publicação sistemática de guias de viagem.

Voltando ao território da África Ocidental Francesa, começam a surgir na década de 1930 os primeiros textos integralmente dedicados ao turismo, sendo a década inaugurada com uma publicação avassaladora de guias e brochuras turísticas. Muitos destes textos eram escritos por militares ou antigos militares ligados à administração francesa, personagens que tiveram um papel fundamental na organização de actividades turísticas tais como rallies e expedições automóveis nestes territórios.

Efectivamente, para os militares das administrações coloniais, o território da África Ocidental Francesa na sua globalidade, e em particular o deserto do Saara²²², representava, sobretudo no intervalo entre a I e a II Guerras Mundiais: 1918 e 1939, um espaço de liberdade que respondia às suas necessidades e anseios por autonomia e aventura longe de um território europeu bastante fustigado (Berthonnet, 2009). É precisamente neste intervalo de tempo (1918-1939) que são produzidos de forma mais abundante os primeiros textos que incentivavam a presença de turistas franceses em territórios da A.O.F. de forma regular e organizada.

É justamente tendo em vista a organização e estruturação das viagens ao deserto que é formada em França, a 10 de Agosto de 1927, a “Société des Amis du Sahara”, que tem como objectivos, entre outras coisas, tornar as viagens ao Saara mais cómodas e mais confortáveis.²²³

²²² Nesta época, no entanto, a Mauritânia não era percepcionada como parte do Saara. Esta inclusão só acontecerá mais tarde, motivada sobretudo por um discurso de promoção turística de finais do século XX que deriva da saturação do turismo de deserto em países como Marrocos, Tunísia e Argélia. Estas reconfigurações simbólicas e/ou efectivas do espaço e das pertenças a ele conectadas, operam com especial operacionalidade em terrenos turísticos, já que o turismo contribui activamente para a construção de lugares, tal como refere Vidal (2012): “As representações ou percepções colectivas do território nacional são também construídas por baixo, através das próprias experiências ou vivências dos diferentes actores sociais ligados à prática turística: as empresas, o poder político, os habitantes dos lugares visitados e os próprios turistas”. (Vidal, 2012:140).

²²³ Algo que é explicado no «Guide Pratique de Tourisme au Sahara» de 1931 : «[...] faciliter à ses membres des voyages au Sahara et au Soudan à travers le Sahara, par l’octroi de notables faveurs et réduction des prix de transport et d’hôtel. D’un autre côté, la Société a l’intention de doter de spécialement sur ses revenus, des travaux et aménagement propres à rendre les voyages au Sahara plus commodes et plus confortables. » (Meynier e Nabal, 1931:16).

Entretanto, em 1928 é publicado no «Bulletin de la Société de Géographie d'Alger et de l'Afrique du Nord» um texto sobre “colonização e turismo” que vem no seguimento de um outro sobre “comércio na A.O.F.”. Este texto intitula-se *Pour Aller en AOF*²²⁴ e é o primeiro texto generalista inteiramente dedicado às possibilidades de desenvolvimento de uma actividade turística nos territórios da África Ocidental Francesa.

O texto contém informações práticas para uso do viajante, designadamente sobre o material que este deverá transportar consigo a partir da metrópole, assim como as provisões das quais se deverá munir. Tomando como principais dificuldades a falta de infra-estruturas turísticas, nomeadamente albergues ou hotéis, os turistas são avisados de que serão:

«[...] forcés de faire du camping, ce qui les oblige à emporter avec eux du matériel de campement, de cuisine et de table, des provisions, etc...., et à être accompagnés d'un personnel domestique indigène.» (*Pour Aller en AOF*, 1928:758)

Neste sentido o texto dá indicações precisas quanto à forma de contornar estes inconvenientes:

«Matériel spécial à emporter. Provisions : Lit pliant de modèle réduit, avec matelas, draps et couvertures, moustiquaire, table pliante, cuvette, casque colonial, vêtements de toile. [...] On emportera des cachets ou comprimés de quinine, ainsi qu'une petite pharmacie de poche ; les chasseurs pourront y ajouter du sérum antivenimeux ainsi qu'une seringue hypodermique. Touristes et voyageurs emporteront en outre, utilement et selon leurs préférences personnelles, un ou plusieurs appareils photographiques, des armes de casse à plomb ou à balle, des cartes et quelques-uns des ouvrages qui ont été publiés, sur l'histoire, l'ethnographie, les coutumes du pays, la faune, la

²²⁴ «Pour Aller en AOF» (1928) Bulletin de la Société de Géographie d'Alger et de l'Afrique du Nord, Trente-troisième Année, Volume XXIX, N°113 à 116, Imprimerie Algérienne, Alger.

flore, la documentation économique, etc.» (*Pour Aller en AOF*, 1928:761)

Como somos levados a concluir através da leitura do fragmento acima reproduzido, aqui a actividade turística é pensada e estruturada para ser usufruída apenas por uma elite que possuiria as condições logísticas e económicas necessárias para efectuar uma viagem desta envergadura. Ao mesmo tempo, são introduzidos elementos que passam por dotar a viagem de uma dimensão cultural e/ou científica, e que promovem a experiência ou o conhecimento etnográfico como um dos seus principais *leit motifs*. As ‘viagens de estudo’ passam então a ser, tal como a caça, os principais (senão únicos) recursos turísticos do imenso território da A.O.F.:

«Le tourisme, en Afrique Occidentale Française, doit être envisagé sous divers aspects : les paysages, l’étude des races et des mœurs indigènes, la chasse sont les principaux motifs qui peuvent attirer des visiteurs dans la Colonie. [...] Le tourisme en Afrique Occidentale Française est donc et sera, pendant longtemps encore, un sport de luxe réservé soit à quelques rares voyageurs organisant spécialement, avec le concours des Gouverneurs des Colonies intéressées, des voyages d’études, soit à des amateurs de chasse ou des grandes émotions attirés par l’abondance et la diversité de gibiers de toutes sortes qu’il peuvent rencontrer.» (*Pour Aller en AOF*, 1928:758)

São estes ‘produtos’, a caça e a ‘etnografia’, que vão ser promovidos até à exaustão nos guias turísticos que serão publicados até ao final da década de 1930. Até à II Guerra Mundial, o discurso com vista à promoção turística dos destinos da África Ocidental Francesa passava pois por insistir, durante toda a década de 1930, no binarismo caça/etnografia como o único possível em todo o território.

Mas é sobretudo a insistência na ligação estreita entre recursos económicos e turismo que vai marcar o discurso do turismo colonial deste período, contribuindo para enfatizar uma dimensão de classe que marcará o discurso e a linguagem da promoção turística colonial até meados dos anos 50 do século XX.

Paralelamente, a menorização e secundarização da Mauritânia no contexto dos restantes territórios da A.O.F. continua a ser prática recorrente e comum. Este discurso tem, como já vimos, repercussões que se estendem a diversas esferas, e muito especialmente à do turismo que é a que aqui nos interessa.

Esta secundarização da Mauritânia revela-se a diversos níveis, mas o mais sintomático do evidente *desinteresse* pelo território pode observar-se na permanente reciclagem de textos previamente produzidos sobre o país, sem que estes sejam actualizados à luz de uma produção literária e etnográfica concomitante. Desta forma, um texto em tudo similar ao que vimos apresentado por ocasião da “Exposition Nationale Coloniale de Marseille” de 1922, é ligeiramente reconfigurado e veiculado pela “Agence Économique de l’Afrique Occidentale Française” numa publicação de 1929²²⁵:

«La Mauritanie, marche avancée destinée à protéger la colonie du Sénégal contre les incursions des pillards du Nord, ne présente pas, en raison du caractère de son climat généralement désertique, le même intérêt que les autres possessions du groupe de l’A.O.F au point de vue économique. Toutefois, l’abondance de son cheptel ovin qui pourra sans doute être amélioré, et la richesse de sa faune marine constituent deux éléments qui contribueront dans l’avenir à créer dans cette colonie un certain courant commercial et à enrichir ses habitants.» (*Agence Économique de l’Afrique Occidentale Française*, 1929:56)

²²⁵ La Mauritanie (1929) Gouvernement Général de l’Afrique Occidentale Française, Agence Économique de l’Afrique Occidentale Française, Éditions Coloniales Larose, Paris.

5.5.2 – Os anos 1930 e 1931: a primeira “idade de ouro” turística na África Ocidental Francesa.

Apesar da existência das, ainda tímidas, publicações sobre as possibilidades de desenvolvimento de uma actividade turística nos territórios da África Ocidental Francesa que acabámos de analisar, será nos anos 1930 que esta produção atingirá o seu expoente máximo na consolidação de um turismo colonial. Será também a época onde começam a surgir relatos de viajantes que, com o aperfeiçoamento e a adaptação do automóvel às características específicas das pistas de terra e ao deserto, desejam partilhar as suas experiências e elucidar futuros turistas sobre os territórios percorridos.

Mas se o momento histórico era considerado como ‘propício’ a um novo impulso para o desenvolvimento do turismo colonial, estava também presente a consciência de que este desencadeamento estaria dependente de uma trabalhosa e efectiva organização logística no terreno:

«Le mouvement est par conséquent propice au déclenchement d’un large mouvement touristique colonial. Mais il importe qu’il ait une base de départ sérieuse et durable. Les merveilleux spectacles, les attraits du voyage, de la chasse etc....que réservent à des visiteurs même préparés par leur culture générale nos territoires d’Outre-Mer, ne seront pleinement compris et n’engendreront ce mouvement touristique créateur de profitables enseignements et de richesses même, qu’à la condition de procéder d’une impeccable organisation.» (Voyage de 1930 en Afrique Occidentale Française, 1930:2-3)²²⁶

Convém não esquecer, e tal como refere Colette Zytnicki (2013), que ao mesmo tempo que o turismo colonial era percepcionado como um ‘pretexto’ para a confirmação em primeira mão da missão civilizadora francesa nos territórios sob o seu

²²⁶ Voyage de 1930 en Afrique Occidentale Française, Organisé sous le Patronage de l’Institut Colonial Français.

domínio, ele constituía também uma possibilidade para o desenvolvimento económico dos territórios coloniais e, como consequência, da França. Não será portanto de menosprezar a dimensão económica, a par com a simbólica e ideológica, da promoção do turismo colonial:

«Pour les responsables politiques qui tiennent le sort du pays entre leurs mains, l'activité touristique est en même temps une caisse de résonance de l'œuvre impériale et un espoir de développement de la région.» (Zytnicki, 2013:103)

Tratava-se então de dotar os territórios coloniais de estruturas logísticas que pudessem dar resposta a um novo movimento de procura turística. Quanto mais atractivos estes fossem, maiores eram as possibilidades de os transformar num 'negócio' relativamente rentável. Aqui, e tal como na metrópole alguns anos antes, os guias turísticos (não obstante a sua conotação propagandística) transformaram-se em agentes de mudança e inovação do terreno turístico.

No seu artigo de 2002, Stephen Harp dá-nos conta de como a proliferação dos guias *Michelin* entre a burguesia francesa levou à criação e à educação de um *gosto turístico*, determinando quais os padrões e os critérios de um *bom* alojamento, de um *bom* hotel ou de uma *boa* refeição. Aqui, a classificação que cada estabelecimento obtinha, e a sua posterior inclusão ou exclusão das futuras edições do guia, levou a que muitos tivessem de adequar as suas características ao *gosto* de uma potencial clientela: a reconfiguração ou construção de casas de banho 'modernas' e 'higiénicas' foi um desses exemplos (Harp, 2002:206).

No contexto da África Ocidental Francesa os guias também se constituíram como agentes de mudança. No entanto, se tivermos em conta a relativa proliferação de guias e brochuras turísticas na década de 1930, será necessário referir que muitas destas publicações, apesar de terem inovado as *práticas*, pouco ou nada inovaram no discurso. Efectivamente, no decorrer desta década não é raro encontrar textos que repetem *ipsis verbis* aquilo que já fora publicado em edições anteriores.

Um desses casos é o do texto sobre o território da África Ocidental Francesa editado por ocasião da "Exposition Coloniale Internationale d'Anvers" realizada em

1930 na Bélgica²²⁷, onde é reutilizado parte de um texto que fora publicado em 1928, juntando-lhe algumas informações de carácter legal e que têm em vista a prática de caça desportiva pelos turistas:

«Tourisme et chasse: En raison du prix des voyages et du manque d'hôtels à l'intérieur de la colonie, le tourisme en Afrique Occidentale Française est et restera pendant assez longtemps un sport de luxe réservé aux voyageurs faisant des voyages d'études, ou aux amateurs de chasse ; pour les uns et les autres, l'achat préalable de matériel de campement est indispensable. [...] La chasse a été réglementée en A.O.F. (permis de chasse, protection des espèces, parcs de refuge) par le décret du 10 mars 1925, et l'arrêté du Gouverneur Général du 16 avril 1926, et, dans chaque colonie, pour les mesures de détail, par des arrêtés locaux des Lieutenants- Gouverneurs.»
(Exposition Coloniale Internationale d'Anvers, 1930:12)

²²⁷ L'Afrique Occidentale Française (1930) Exposition Coloniale Internationale d'Anvers, Commissariat de l'Afrique Occidentale Française, Imprimerie A. Thoyon-Thèze, Rochefort-sur-Mer, Édité par la Librairie Larose, Paris.

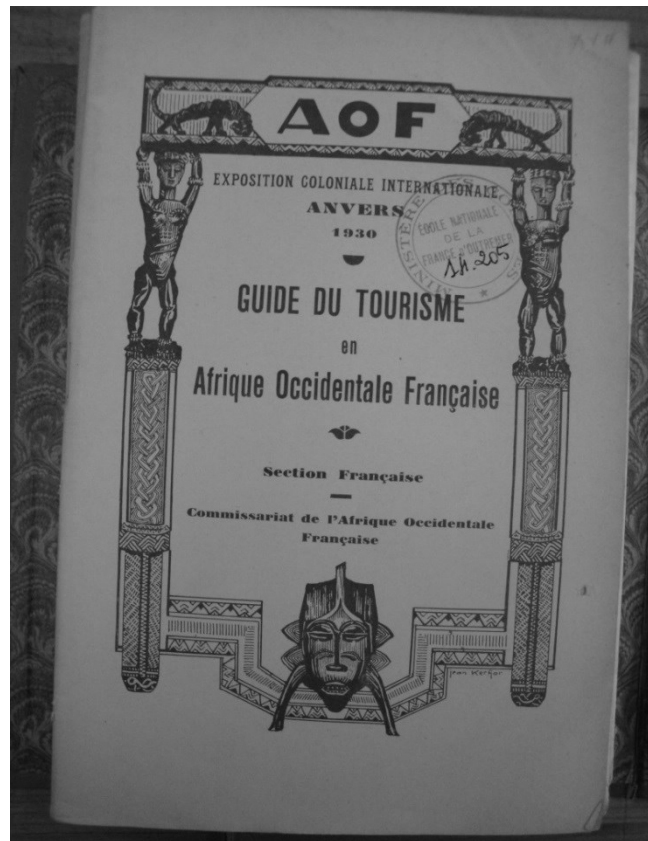


Figura Nº2: Brochura publicada por ocasião da “Exposition Coloniale Internationale d’Anvers”, em 1930

Através deste texto podemos verificar que a questão da caça e da sua regulamentação em território colonial foi uma das primeiras medidas tomadas pelas administrações coloniais com vista à criação de um domínio de lazer nas colónias, medidas destinadas não exclusivamente aos eventuais turistas de passagem. Para os colonos, as possibilidades que a caça desportiva apresentava enquanto entretenimento e mote para a convivência entre ‘pares’ levaram a que esta fosse rapidamente enquadrada legalmente como estratégia fomentadora de um turismo interno²²⁸.

Mas num contexto progressivamente marcado pelo discurso da vitória do automóvel sobre o território africano, onde a inovação tecnológica contribuiu

²²⁸ Veja-se a este respeito a colecção de fotografias de Odette du Puigaudeau (1934) disponíveis na página *online* dos “Archives Nationales d’Outre-Mer”, onde são visíveis vários animais capturados pelos colonos, com a colaboração das populações locais, em território mauritano. (<http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/anom/fr/>).

inequivocamente para a sua domesticação parcial (Adas, 1989), são raros os discursos que se apresentam como antagónicos ou dissonantes quanto à cada vez mais efectiva associação do conforto e da ‘modernidade’ a uma experiência de *aventura*.

Exemplo único dessa dissonância nesta pesquisa é o discurso do General De Bonneval, que se revela um feroz opositor à massificação da utilização do automóvel, e das linhas de ferro²²⁹ para a deslocação no Saara, considerando-os ambos meios inapropriados:

«Il semble donc que l’automobile et la voie ferrée ont fait la conquête définitive du Sahara et que le vieux moyen de locomotion de jadis, le modeste chameau, est destiné sinon à disparaître complètement, tout au moins à céder la place à ses puissants rivaux, qui ont pour eux la vitesse et le confort. J’estime que le ‘chameau’ doit en appeler de cette déchéance imméritée. Je suis convaincu que le tourisme à méhari n’a pas dit son dernier mot et que nous verrons encore des groupes de touristes faire des belles randonnées au Sahara, en n’utilisant, comme moyen de transport, que le chameau de bât et en n’employant, comme moyen de locomotion, que le Méhari. [...] L’exemple que mes camarades et moi avons donné semble devoir être suivi, car il est fait pour tenter des touristes habitués au sport, ayant l’amour de l’indépendance, le goût des aventures et l’intention de communiquer vraiment et intimement avec le Désert. Ces touristes existent je le sais et c’est à leur intention que j’ai rédigé ces notes, car une caravane ne s’improvise pas; elle doit être préparée soigneusement et dans tous ses détails, longtemps avant le départ.» (De Bonneval, 1930:3-4)

²²⁹ De Bonneval refere-se aqui às linhas férreas argelinas cuja construção foi iniciada em 1859 num troço que ligou Argel a Blida.

O elemento mais interessante no discurso do General De Bonneval é sem dúvida a sua capacidade visionária quanto à utilização preferencial do camelo enquanto meio de transporte em contexto turístico. De facto, e como veremos mais à frente, os passeios no deserto com camelos como principal meio de transporte tornaram-se num dos principais atractivos oferecidos pelas agências turísticas contemporâneas nestes contextos.

Ao mesmo tempo, De Bonneval introduz igualmente no seu discurso algumas outras concepções associadas ao turismo de deserto contemporâneo: a comunicação *verdadeira e íntima* com o deserto; a independência; a ideia de aventura ligada a um quotidiano desportivo e saudável. É com a convicção de que estes turistas *existem*, que De Bonneval publica o seu texto *Le Tourisme au Sahara à Méhari* em 1930²³⁰.

Importa referir que a ideia de desenvolvimento de um turismo saariano se começava aqui a desenvolver autonomamente, como uma espécie de ‘especialidade’ no âmbito do turismo colonial. Esta prática continha em si algumas dimensões que interessa evidenciar: a) por um lado o carácter para-desportivo da viagem ao deserto, pondo à prova ambos *corpo* e *mente* tornando o deserto numa espécie de ‘ginásio’ em território colonial²³¹; b) por outro a possibilidade de *distinção* que o “turismo de deserto” possibilitaria no contexto do turismo colonial, fornecendo às elites, *ameaçadas* pela democratização da viagem para fora dos limites da metrópole, um mecanismo de diferenciação no seio do próprio território colonial.

Colette Zytnicki dá-nos conta desse desejo de distinção aliado à viagem ao deserto e que surge, para o território argelino, bem no rescaldo da expedição “Croisière Noire”, aliando *distinção* e *perigo* e tendo como principal aliado o automóvel:

«[...] les demandes de voyages à travers la mer de sable affluèrent auprès des autorités locales : étudiants de l’École coloniale, jeunes Américaines friandes d’aventure ou grand bourgeois parisien, tous voulaient goûter aux charmes du

²³⁰ De Bonneval, Général (1930) *Le Tourisme au Sahara à Méhari*, Extrait du Bulletin de la Société de Géographie d’Alger et de l’Afrique du Nord, Imprimerie Minerva, Alger.

²³¹ Esta ideia do deserto enquanto “ginásio” do ocidente é retomada, como veremos, no período pós-colonial, através de etnografias que nos dão conta dessa mesma realidade (Cauvin-Vermer, 2007; Cardeira da Silva, 2006).

désert. Le tourisme saharien parut prendre le relais de la villégiature du XIXe siècle. À un moment où les loisirs avaient commencé à se démocratiser, où le fait de voyager n'était plus l'apanage de l'aristocratie, les croisières dans le Sahara permettaient à des *happy few* de s'éloigner des régions les plus fréquentées. À ce goût de la distinction s'ajoutait aussi celui de l'exploit sportif. Car si tout était mis en place pour minimiser les aléas du voyage, la traversée du Sahara restait une épreuve et n'était pas sans danger.» (Zytnicki, 2013:108)

Efectivamente, o automóvel torna-se no final da década de 1920 de uso cada vez mais disseminado, o que leva a administração colonial a legislar sobre a utilização do mesmo, tendo em conta as especificidades de condução no deserto. Assim, em 1930 é publicado o “Code Saharien de la Route”, que consiste num guia para os viajantes sobre como proceder em viagem automóvel pelas pistas saarianas: evitar o isolamento total, viajar em comitivas de pelo menos duas viaturas, e sobretudo estar comunicável através de aparelhos de T.S.F.²³²

Um ano depois da formulação do “Code Saharien de la Route”, é publicado em 1931 o texto *Guide pratique du Tourisme au Sahara*²³³, partindo precisamente das alterações profundas que as possibilidades cada vez mais abrangentes de um turismo automóvel em expansão oferecem ao viajante comum. Este texto reflecte sobre a entrada de novos meios de transporte no deserto, e de como este se vai tornando, como já foi referido, cada vez menos uma barreira geográfica, e cada vez mais permeável à ‘curiosidade dos turistas’:

«Conditions Générales du Tourisme au Sahara: Il y a quelques années, l'entrée du Sahara était interdite à tous ceux que de longs voyages à cheval ou à méhari effrayaient. [...] Dans ces conditions, seuls quelques touristes intrépides, en dehors des fonctionnaires et des officiers que leurs fonctions appelaient

²³² Acrónimo para “Télégraphie sans fil”.

²³³ Meynier, Général ; Nabal, Capitaine (1931) *Guide pratique du Tourisme au Sahara*, Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, Paris.

dans ces territoires, osaient s'aventurer dans le désert. [...] Pourtant, le Sahara attirait de plus en plus la curiosité des touristes, tandis que commerçants et planteurs étaient séduits par ce que l'on disait des richesses présentes et futures des oasis de palmiers, et que l'attraction du lointain Soudan, par-dessus le Sahara s'exerçait de plus en plus vive sur l'imagination des coloniaux. L'introduction de l'automobile et de l'avion au désert a changé tout à fait ces points de vue et rendu facile et accessible ce qui, hier, était inaccessible sinon dangereux. Aujourd'hui, le réseau des pistes sahariennes est en grand partie réalisé.» (Meynier e Nabal, 1931:12)

O caso já acima referido sobre o sucesso da “Croisière Noire” promovida pela Citroën entre 1924 e 1925, levou a que outras empresas quisessem ser parte activa na proposta de roteiros turísticos e na elaboração de guias: tal foi o caso da *Shell* que publica para a estação de 1934-1935 um “Guide du Tourisme Automobile et Aérien au Sahara”. Nesta publicação são dados conselhos práticos para quem deseje realizar uma viagem aos territórios do Saara (argelino), em automóvel ou de avião, onde é visível uma considerável alteração no que diz respeito às informações práticas fornecidas aos viajantes no sentido de aligeirar e desmistificar as dificuldades de uma viagem ao deserto.

Nesta publicação é dito ao viajante que: “Il est possible de traverser le Sahara avec n'importe quelle voiture” (Guide du Tourisme Automobile et Aérien au Sahara, 1934:12)²³⁴, e também que apesar de ser necessário que o viajante se munisse de reservas de combustível e de alimentos, o território (argelino) já disporia de postos de abastecimento e de assistência suficientes para dar resposta aos turistas que aí desejassem deslocar-se.

Efectivamente, para além do automóvel há que ter igualmente em conta, tal como nos referem Meynier e Nabal (1931), um outro meio de transporte que começa a usufruir de alguma assiduidade nestes territórios – o avião. Longe de ser utilizado de forma tão disseminada como o automóvel, o avião foi inicialmente consagrado ao

²³⁴ Guide du Tourisme Automobile et Aérien au Sahara, Saison 1934-1935, Shell Éditeur, Alger.

serviço postal através da “Compagnie Générale Aéropostale” (também conhecido pelo nome de Latécoère²³⁵) que em 1919 começou a realizar viagens para Casablanca, e até Dakar a partir de 1925.

A ideia inicial deste serviço postal era efectuar uma ligação aérea entre França e o Senegal (com escalas em Espanha e em Marrocos)²³⁶, e que mais tarde fosse prolongada para a América do Sul (Brasil e Argentina), o que começou a acontecer regularmente em 1927. Estas viagens foram desde cedo motivo de produção literária a elas associada, que veio contribuir para a construção de um imaginário de romantismo ligado ao deserto e às suas paisagens.

Desde *Vent de Sable* de 1925, onde Joseph Kessel nos narra na primeira pessoa a sua experiência a bordo de um dos aviões do Aerpostal, e nos dá a conhecer a vida e os trabalhos dos pilotos e mecânicos da companhia no norte de África, até *Courrier Sud* de 1929, relato autobiográfico a partir de notas de voo entre França e o Senegal; e *Vol de Nuit*²³⁷ de 1931, onde a acção se estende até à América do Sul, de Antoine de Saint-Exupéry, escritor e piloto da “Compagnie Générale Aéropostale”, várias foram as obras que marcaram o imaginário da época sobre muitos dos territórios africanos sob administração francesa.

²³⁵ A partir do nome do seu fundador Pierre-Georges Latécoère.

²³⁶ A linha Toulouse-Casablanca/Casablanca-Dakar com escalas em Agadir, Cap Juby, Villa Cisneros, Port-Étienne e Saint-Louis.

²³⁷ E que deu origem ao filme “Night Flight” de 1933, realizado por Clarence Brown.

5.5.3 - A “Exposition Coloniale Internationale” de 1931 e a promoção do turismo na África Ocidental Francesa

Em 1931 é realizada em Paris a última exposição internacional onde a palavra “colonial” figura no seu título²³⁸, e aqui debruçar-me-ei exclusivamente sobre a forma como a actividade turística foi apresentada no material editado por ocasião desta exposição. Nesta exposição a África Ocidental Francesa foi apresentada e exibida, uma vez mais, como um todo aparentemente coerente – num único pavilhão que replicava a “Grande Mosquée de Djenné”²³⁹ – apesar de terem sido publicadas brochuras individualizadas dedicadas a cada um dos oito países sob a égide da África Ocidental Francesa.

Igualmente no âmbito da “Exposition Coloniale Internationale” de 1931 é publicado um texto intitulado “Le Tourisme en Afrique Occidentale Française”²⁴⁰ no âmbito do qual é esboçado uma espécie de “manual de sobrevivência” essencialmente destinado ao turista europeu. Em três secções intituladas respectivamente: “Disciplina”, “Higiene” e “Instrução”, o texto tece considerações sobre as populações *indígenas* da África Ocidental Francesa veiculando claramente generalizações e essencialismos diversos.

Mas concentremo-nos nesta publicação, e nas sugestões feita aos colonos do género masculino relativamente às formas de adaptação aos contextos locais, que passariam genericamente pela manutenção de um contacto estreito com as mulheres indígenas²⁴¹. Segundo o texto, este contacto seria profícuo em todas as suas dimensões para o ‘europeu’, e constituiria para além disso a melhor e mais efectiva forma de este se adaptar às realidades locais:

²³⁸ Em 1937 será ainda realizada em Paris a «Exposition Internationale Arts et Techniques dans la Vie Moderne», que não é no entanto apresentada como uma Exposição Colonial.

²³⁹ Onde se incluíam as oito colónias da federação: Senegal, Guiné, Costa do Marfim, Daomé, Mauritânia, Sudão Francês, Alto-Volta e Níger.

²⁴⁰ Le Tourisme en Afrique Occidentale Française (1931) Exposition Coloniale Internationale de Paris, Commissariat de l’Afrique Occidentale Française, Imprimerie A. Thoyon-Thèze, Rochefort-sur-Mer.

²⁴¹ Para uma leitura mais aprofundada sobre as relações de género em contexto colonial francês entre colonos e nativos/as ver, por exemplo, os trabalhos de Christelle Taraud: Christelle Taraud (2008) «Genre, classe et «race» en contexte colonial: une approche par la mixité sexuelle», ou Christelle Taraud (2009) «La virilité en situation coloniale et post-coloniale». Para Taraud: «Dès la première moitié du XIX^e siècle, dans toutes les métropoles coloniales, se développe l’idée de la colonisation comme «fabrique» d’hommes véritables et comme espace de régénération virile et nationale» (disponível em <http://genrecol.hypotheses.org/148>, consultado a 12 de Maio de 2014).

«L'Européen qui n'a pas de femme indigène est mal vu des tirailleurs, des domestiques et des indigènes mariés placés sous ses ordres et qui redoutent toujours un abus de pouvoir. Les noirs sont très jaloux de leurs femmes et l'on peut citer des exemples d'Européens qui ont trouvé la mort pour avoir voulu, dans un moment d'oubli ou d'aberration, posséder des négresses mariées. Hygiène – L'Européen qui a une femme indigène, si elle n'est pas trop inintelligente, finit par s'attacher un peu à elle; elle le distrait, le soigne, *dissipe son ennui* et parfois l'empêche de se livrer à l'alcoolisme ou aux dépravations sexuelles, malheureusement si fréquentes aux pays chauds. Instruction - Enfin, l'union avec une femme indigène, est un des plus sûrs moyens d'apprendre vite la langue indigène, de pénétrer les coutumes les plus cachées, de connaître les chansons, les légendes parfois très jolies de ces peuplades, de comprendre en un mot l'âme noire.» (Le Tourisme en Afrique Occidentale Française, 1931:9)

Após este breve exemplo sobre como eram idealizadas as relações entre colonos e populações locais, o texto retoma a questão do turismo. Após descrever sucintamente as atracções turísticas existentes em cada um dos territórios da A.O.F., em secções individualizadas para cada um dos territórios, conclui que existem dois países para os quais não se justifica uma secção autónoma dedicada ao turismo: a Mauritânia e o Níger. No entender dos autores da brochura nem a Mauritânia nem o Níger possuiriam atractivos turísticos que fossem de encontro às expectativas da população metropolitana, ficando por isso apenas reservados a 'amantes da solidão' ou a etnógrafos profissionais ou amadores:

«Les colonies de la Mauritanie et du Niger, enfin, ont dans leur ensemble un aspect désertique et ne peuvent attirer que les seuls amateurs de solitude et ceux qu'intéresse l'étude des mœurs des nomades qui les habitent, les Maures et les

Touareg.» (Le Tourisme en Afrique Occidentale Française, 1931:21)

Igualmente no âmbito da “Exposition Coloniale Internationale” de 1931, e na brochura que é dedicada à Mauritânia²⁴², é contemplada uma secção dedicada às potencialidades turísticas do país, tal como já havia sido feito para a Exposição de Marselha de 1922. Se na publicação de 1922 a ênfase era posta na caça como única actividade turística possível no país, o texto de 1931 não é tão optimista:

«La chasse ne paraît donc susceptible de servir de prétexte au tourisme que dans le sud de la Colonie. Mais les ressources cynégétiques n’y sont pas plus abondantes ou variées qu’au Soudan, plus facilement accessible grâce à la voie ferrée du Thiès-Niger et offrant de plus larges possibilités touristiques puisque sur le chemin des grands itinéraires tracés à travers l’Afrique Occidentale Française.» (La Mauritanie, 1931:47)

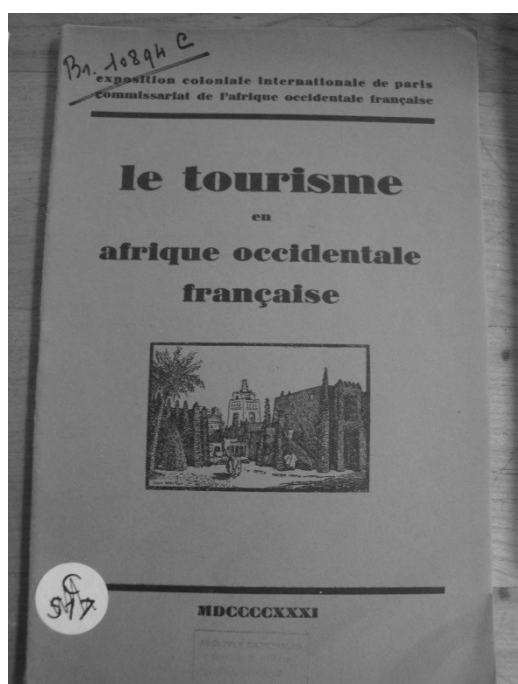


Figura Nº3: Brochura publicada pela ocasião da realização da “Exposition Coloniale Internationale” de 1931

²⁴² La Mauritanie (1931) Exposition Coloniale Internationale de 1931, Gouvernement Général de l'Afrique Occidentale Française, Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, Paris.

A Mauritânia aparece retratada nesta publicação como um país inseguro²⁴³, desprovido de atractivos turísticos e de difícil acesso quando comparada com outros territórios da África Ocidental Francesa (tais como o Sudão, acima referido). No contexto da A.O.F. a Mauritânia estaria destinada exclusivamente a um papel estratégico-militar e político, mais uma vez destinada a proteger o território do Senegal.²⁴⁴

Para além desta ‘desclassificação’ face à publicação de 1922, o texto de 1931 acrescenta que a Mauritânia não faz parte do imaginário dos turistas, não tendo nenhuma mais-valia a acrescentar às paisagens desérticas que a caracterizam, e como tal faltar-lhe-ia o ‘prestígio’ de outras regiões:

«La Mauritanie, au contraire, qui ne conduit qu’au désert, à l’écart des voies transsahariennes, ne jouit pas dans l’imagination du public du même prestige que certaines régions éloignées comme le Tchad, et n’offre à la curiosité des voyageurs aucune cité indigène dont la réputation nimbée de mystère soit comparable à celle de Tombouctou. Il est donc certain qu’elle restera encore longtemps en dehors du mouvement de grand tourisme dont la naissance est d’ailleurs de date encore récente en Afrique Occidentale Française». (La Mauritanie, 1931:47)

Ficou vaticinado através destas linhas um futuro pouco radioso para a Mauritânia enquanto destino turístico, algo que só viria a ser contrariado muitos anos mais tarde, quando o seu território desértico deixou de ser considerado uma desvantagem e passou a ser percepcionado como uma mais-valia. A década de 1930 verá o aparecimento de uma intensa produção de guias e brochuras que tentam promover e consolidar o turismo colonial na África Ocidental Francesa como um todo.

²⁴³ «Ajoutons que la sécurité de ces régions est encore relative. Elles restent exposées, à toute époque de l’année, aux incursions de bandes de pillards venant de la zone insoumise. Même de la part des populations dites soumises ou ralliées, les attentats sont toujours possibles contre l’Européen qui ne peut se déplacer sans une escorte armée composée de gens sûrs. Encore doit-il tenir en compte que les armes transportées excitent la convoitise des pillards.» (La Mauritanie, 1931:47).

²⁴⁴ «Aujourd’hui, la colonie du Sénégal a oublié ce passé sanglant ; elle vit en pleine et totale sécurité. La Mauritanie monte la garde tout là-bas dans ses sables roux, à plus de six cents kilomètres de sa capitale.» (La Mauritanie, 1931:59).

5.5.4 – A segunda metade da década de 1930: do fulgor de uma actividade turística em expansão até à eclosão da II Guerra Mundial

A maior parte dos guias de viagem deste período incluem para a secção da África Ocidental Francesa todos os países que a compõem de onde faziam parte o Senegal, o Sudão Francês (actual Mali), o Alto-Volta (actual Burkina-Faso), o Níger, o Daomé (actual Benim), a Guiné francesa (actual Guiné-Conacri), a Costa do Marfim e a Mauritânia, sendo que os guias publicados em 1939 passaram também a integrar o Togo.

A 12 de Janeiro de 1932 é publicado um decreto sobre as condições de admissão e de estadia de turistas franceses e estrangeiros na A.O.F.²⁴⁵ e em 1935 é formado o «Syndicat d'Initiative et de Tourisme de l'A.O.F.», factos que contribuem para a formalização e consolidação de uma actividade turística nos territórios coloniais. Estes acontecimentos alimentam a (relativa) proliferação de guias, agora enquadrados institucionalmente, sendo que a produção dos mesmos só irá desacelerar no final da década, em 1939, com o início da II Guerra Mundial.

O grande desafio da segunda metade da década de 1930 passa, como já foi referido, pela tentativa de democratização da actividade turística, retirando-lhe o carácter elitista omnipresente nos textos da década de 1920 e do início dos anos 1930. Uma das condições essenciais para a democratização do turismo colonial passaria por encontrar condições logísticas ideais para a estadia dos turistas nos territórios da África Ocidental Francesa, e por facilitar a circulação e a entrada nos mesmos.

Tratava-se, por outras palavras, de 'equipar'²⁴⁶ as colónias tornando-as mais cómodas, e como tal menos precárias e mais acessíveis a um maior número de

²⁴⁵ «Pour être admis à pénétrer en Afrique Occidentale Française les touristes français (autres que ceux visés à l'article 1^{er}) doivent : 1^e Produire une pièce d'identité donnant tous renseignements sur leur état civil. 2^e Déposer entre les mains du Commissaire de l'immigration soit contre reçu, la somme nécessaire à leur rapatriement, soit une caution ayant moins d'un an de date, garantissant leur rapatriement sans conditions par une personne solvable, domiciliée dans la Colonie, expressément agréée par le Gouverneur de la Colonie de destination.» (Les Grands Itinéraires de l'A.O.F., 1939:3).

²⁴⁶ «L'Afrique Occidentale Française, dans ces dernières années, s'est équipée rapidement en vue du tourisme ; elle ne s'arrêtera plus dans cette voie où elle s'est engagé à la fois pour son profit et pour la plus grande satisfaction des voyageurs.» (Guide du Tourisme en Afrique Occidentale Française, 1935:12).

peessoas. O “Guide du Tourisme en Afrique Occidentale Française” de 1935²⁴⁷ sintetiza essa ‘antiga’ forma de viajar na A.O.F. e apresenta o território de forma renovada e ‘moderna’, na tentativa de conquistar um novo segmento de turistas:

«Les touristes étaient forcés d’emporter avec eux tout un matériel de campement et provisions de toute sorte. Ils devaient se faire suivre d’un personnel domestique indigène. A l’intérieur du pays, une fois quittée la voie ferrée, ils ne pouvaient disposer que des moyens de locomotion le plus primitifs : portage à tête de l’homme, pirogue, bœuf porteur, chameau, cheval, et ils étaient obligés à chaque étape – de courtes étapes d’ailleurs – d’organiser un véritable camping. On concédera que cette façon de voyager, d’un pittoresque indéniable, ne pouvait pas être envisagée par tout le monde. Aujourd’hui, la situation s’est entièrement transformée, grâce aux réels efforts qu’ont été fait dans tous les domaines pour rendre le tourisme en A.O.F. abordable aux bourses moyennes et surtout beaucoup plus pratique.» (Guide du Tourisme en Afrique Occidentale Française, 1935:7-8)

Quanto à Mauritânia, acaba por beneficiar desta estratégia de democratização económica e logística em marcha para o conjunto da África Ocidental Francesa, e vê o discurso sobre o seu território ser consideravelmente reconfigurado neste período. O discurso que sustentava a insistência na promoção da caça como atractivo único e exclusivo do país foi substituído por um discurso que passou a relegar a prática da caça para um segundo (e quase inexistente) plano e a propagar outras particularidades e ‘encantos’ do território, nomeadamente os de teor “etnográfico”, ecoando o que fora já enunciado no guia da exposição de 1931.

Desta forma, a promoção da caça passa a ser substituída em grande medida pela ‘promoção’ das populações, discurso que conduz a um abandono gradual do binarismo caça/etnografia já antes referido. Efectivamente, a segunda metade da

²⁴⁷ Guide du Tourisme en Afrique Occidentale Française (1935) Gouvernement Général de l’Afrique Occidentale Française, Publié par l’Agence Économique de l’Afrique Occidentale Française, Paris.

década de 1930 é marcada por um discurso de promoção de um turismo para-etnográfico, que se foca essencialmente nas dimensões humanas dos territórios coloniais.

Contudo há que ter em conta que este mesmo discurso para-etnográfico estava marcado e enformado por pressupostos hierárquicos e raciais que determinavam *a priori* as relações entre franceses e populações autóctones, pressupostos esses imbuídos das lógicas de edificação do Império. A construção social da ideia de superioridade racial, foi produzida num primeiro momento em território metropolitano e exportada para as colónias, e mais tarde absorvida e veiculada pelos guias turísticos, transformando o *encontro* turístico na arena privilegiada para a afirmação e a prática da hierarquia. Como afirma Ellen Furlough:

“[...] evocations of tourist-oriented difference were nonetheless predicated upon positioning elite French tourists within hierarchies of race and whiteness, norms of separateness between the French and indigenous peoples, and the superiority of French civilization – all crucial elements within the tenuous construction of empire.” (Furlough, 2002:463)

Como tal, o discurso da promoção ‘etnográfica’ dos territórios da África Ocidental Francesa, discurso que é também característico do turismo contemporâneo na Mauritânia, vem contribuir para o acentuar das conhecidas dicotomias (nós/eles; cultura/natureza; etc.) que reforçam a consolidação de uma identidade imperial francesa.

Este discurso é produzido de forma mais evidente a partir da segunda metade da década de 1930, e retoma alguns dos ‘mitos’ etnográficos já antes enunciados em narrativas de viagem e/ou exploração do território. Como podemos ver através deste excerto de uma publicação de 1937²⁴⁸ sobre o território da África Ocidental Francesa, as viagens de ‘estudo’ passam a ser a principal área de interesse para o turista que queira visitar a Mauritânia:

²⁴⁸ *L’Afrique Occidentale Française* (1937) Gouvernement Général de l’Afrique Occidentale Française, Agence Économique de l’Afrique Occidentale Française, Paris.

«La Mauritanie, en grand partie désertique, peut néanmoins attirer les touristes qu'intéresse l'étude des mœurs des populations nomades que y habitent. La vie des Maures est toujours celle des tribus archaïques patriarcales. Ce peuple se compose de pasteurs et de guerriers. L'organisation sociale est analogue à celles des anciennes tribus sémitiques et hamyarites de l'Arabie ante-islamique et, par quelques aspects, rappelle un certain nombre de nos vieilles coutumes de Moyen Age. [...] la Mauritanie est un pays où l'ont peu chassé mais où il ne faut pas se rendre spécialement dans ce but.» (L'Afrique Occidentale Française, 1937:32)

O crescente interesse pelas viagens de 'estudo' não se circunscreve contudo apenas ao universo turístico. As missões etnográficas levadas a cabo com gradual investimento no território da África Ocidental Francesa (veja-se por exemplo as pesquisas de Lotte e Revol em 1937 entre as populações *Imraguen* referidas no Capítulo 4), passam a ser enquadradas academicamente através da consolidação de um campo de estudos *africanista*.

Assim, em 1938, é fundado em Dakar o "Institut Français d'Afrique Noire"²⁴⁹ (IFAN) que se ocuparia do estudo da língua, da cultura e da história das populações sob administração colonial francesa em África, colocando mais uma vez o conhecimento científico ao serviço do projecto colonial. Este instituto foi inicialmente dirigido por Théodore Monod que procurou integrar académicos africanos, tais como Amadou Hampâté²⁵⁰, em lugares de direcção do IFAN.

Este período é igualmente marcado pela introdução de uma linguagem mais atraente com vista à promoção turística, que se começa a aproximar em certa medida de uma linguagem publicitária. As paisagens e as populações passam a adquirir total centralidade nestes discursos, e o seu exotismo a ser evidenciado, assim como a sua diversidade (da floresta luxuriante ao deserto árido, passando pela savana).

²⁴⁹ Que passará em 1966 a ser denominado "Institut Fondamental d'Afrique Noire".

²⁵⁰ Amadou Hampâté (1901-1991) etnólogo originário do Mali, integrou a direcção do IFAN em 1942.

No entanto, e como já foi referido, o proclamado exotismo desses territórios era progressivamente transformado em algo cada vez mais familiar (Furlough, 2002; Sacareu, 2013). Os territórios coloniais eram assim, por vezes, definidos como seguros e culturalmente ‘confortáveis’ (i.e, suficientemente franceses), nos quais se podiam observar, inclusivamente “[...] sites rappelant l’aspect de certains paysages de la vieille Europe.” (Guide du Tourisme en Afrique Occidentale Française et au Territoire du Togo, 1939:4).²⁵¹ Através destes paralelismos e simetrias procurava-se acima de tudo, tal como refere Ellen Furlough, tornar as colónias desejáveis enquanto destinos turísticos:

“This cognitive mapping was meant to make the colonies desirable as tourist destinations and to represent them as essentially different and yet knowable and familiar, evidencing the unity and diversity of Greater France.” (Furlough, 2002:457)

É com o discurso da promoção de um ‘turismo etnográfico’ como pano de fundo que nos deparamos em 1939 com a publicação de dois guias para o território da África Ocidental Francesa: o primeiro estende-se pela primeira vez ao território do Togo²⁵², e o segundo editado pelo “Syndicat d’Initiative et de Tourisme de l’A.O.F”, propõe circuitos turísticos organizados em itinerários que compreendem um ou mais territórios da A.O.F.²⁵³

Ambos se distinguem dos textos precedentes, que de certa forma se limitavam a replicar descrições geográficas e etnográficas sobre os territórios da África Ocidental Francesa, através da utilização de um discurso menos formatado. A linguagem com que nos deparamos nestes dois textos aponta no sentido da construção de um imaginário ligado às paisagens africanas e aos seus habitantes, onde são fabricados e reproduzidos alguns dos mitos e estereótipos relacionados com o continente africano que prevalecem até aos dias de hoje.

²⁵¹ Ellen Furlough refere também a este respeito, utilizando o exemplo argelino, que: “Descriptions of colonial sites often referenced France; one noted, for example, that Algeria’s ‘admirable coastlines are equaled only by the Côte d’Azur’.” (Furlough, 2002:456).

²⁵² *Guide du Tourisme en Afrique Occidentale Française et au Territoire du Togo* (1939) Gouvernement Général de l’Afrique Occidentale Française, Publié par l’Agence Économique de l’Afrique Occidentale Française, Paris.

²⁵³ *Les Grands Itinéraires de l’A.O.F.* (1939) Syndicat d’Initiative et de Tourisme de l’A.O.F, Editions Inter-Press, Casablanca.

Aqui a ênfase é posta, para além da ‘proximidade’ e progressiva acessibilidade da África Ocidental Francesa, proporcionadas pelas redes de transportes em implementação (avião, navios e circuitos transsaarianos), na diversidade e nas imagens e sensações que os seus territórios poderiam proporcionar:

«Touristes que rêvez d’horizons nouveaux, visitez l’Afrique Occidentale Française. A dix-huit heures de la France par la voie aérienne et à huit jours par la voie maritime et transsaharienne, elle offre aux voyageurs un monde incomparable de sensations et d’images. Terre de contrastes par excellence, le continent africain présente une diversité infinie de paysages, de races, de coutumes, de langues qui étonnent et émerveillent.» (Guide du Tourisme en Afrique Occidentale Française et au Territoire du Togo, 1939:3)

E ainda :

«Elle est l’Afrique des hommes, des cultures, le pays où l’on peine pour vaincre une nature hostile et lui arracher quelques subsistances. Et le désert lui-même est divers. Il montre le mirage et le miracle des oasis. Falaises du Hodh que le soleil levant rosit, dunes de sable ou noire hamada, tempête pétrifiée de l’Adrar, partout, il appelle et séduit.» (Les Grands Itinéraires de l’A.O.F., 1939:5)

Mas, apesar desta crescente romantização do discurso de produção e construção de um imaginário sobre as ‘paisagens africanas’, é ainda como já a brochura de 1931 deixava entrever, nas populações que as habitam que recai a maior efabulação discursiva, apresentando-as como exóticas, autênticas, diversas e ‘originais’. Os territórios coloniais são cada vez menos vistos apenas enquanto lugares que proporcionam actividades lúdicas – caçar, *observer* (passivamente ou de longe) as populações – e passam a ser sugeridos sobretudo enquanto lugares para *experier* – ouvir, sentir, provar, cheirar – de uma forma menos passiva aquilo que as populações locais *são e fazem*:

«L'originalité des diverses populations africaines ajoute au charme d'une nature si pittoresque et si différente de celle que le voyageur aura pu admirer au cours de ces précédentes randonnées. Et ce ne serait pas le moindre attrait du voyage que de *se mêler* aux indigènes et de s'intéresser aux manifestations curieuses de sa vie matérielle, ou d'assister à un de ces tam-tams endiablés dont ils ont le secret.» (Guide du Tourisme en Afrique Occidentale Française et au Territoire du Togo, 1939:4) (itálicos meus)

Apesar dos ainda existentes obstáculos, as dificuldades de circulação, neste final de década, foram sendo progressivamente ultrapassadas através da solidificação de uma rede de transportes, bem como de uma melhoria das pistas/estradas, o que leva a que em 1939 a brochura “Les Grands Itinéraires de l’A.O.F.” propusesse itinerários já com base nestes transportes e nestas pistas/estradas.

Mas nem por isso as adversidades do terreno deixam de estar presentes (não obstante a *insegura* Mauritània ter sido declarada como “pacificada” desde 1934), assim como as contrariedades logísticas: continua a ser necessária uma trabalhosa organização prévia a partir da metrópole antes de efectuar uma viagem com destino a estes territórios.

Em 1939, o turismo em território colonial está sujeito a regras e regulamentos, a códigos e a condutas. Como tal, os guias da época reflectem uma forma de estar em território colonial como estática, hierárquica e padronizada, tentando modelar os comportamentos dos turistas indicando-lhes como se devem vestir, comportar, e como devem relacionar-se com as populações locais, aqui apresentadas como ‘serviçais’. A questão do vestuário *adequado* para a ‘aventura’ colonial é, aliás, um tema recorrente no âmbito dos guias e das brochuras de promoção turística, que procuram contribuir para a criação de um *habitus* que passa também pela adopção de uma indumentária:

«Matériel: Casque, vêtements de toile blanche ou kaki, costumes de drap, manteau imperméable. Pour les chasseurs: culotte kaki, jambières de cuir et chaussures solides. Tente

généralement inutile, sauf si l'on a l'intention de camper. Par contre, pour les chausseurs: lit de camp complet, très utile. Se munir d'un matériel de cuisine sommaire et s'approvisionner en durées de consommation dans la Colonie même. Les cantines zinguées, ou en tôle d'acier sont recommandées. Ne pas oublier les comprimés de quinine et une petite pharmacie. Domestiques: Les domestiques, cuisiniers et boys, peuvent assez facilement être recrutés sur place. La plupart parlent suffisamment le français et peuvent servir d'interprètes pour les renseignements ou fournitures à demander aux populations du pays. Les prix des salaires diffèrent sensiblement suivant des régions: il varie de 150 à 250 francs pour un boy et de 200 à 300 francs pour un cuisinier. En général, il ne faut pas s'attendre à obtenir d'eux un service impeccable, il est nécessaire de leur expliquer de façon claire et complète ce que l'on désire. Le plus souvent ils savent tirer un excellent parti des ressources très limitées qu'offre la brousse il est bon cependant de contrôler leurs initiatives afin d'éviter des incidents désagréables. Ne jamais oublier que ce sont des gens simples, qui obéissent volontiers, mais sont sensibles à la bonté, les éclats de voix, les cris les affolent vite, on obtient d'eux le maximum en les traitant avec une patiente fermeté.» (Les Grands Itinéraires de l'A.O.F., 1939:42)

5.6 – Da década de 1940 em diante: transformações e metamorfoses do turismo colonial na África Ocidental Francesa

É difícil perceber o que aconteceu em concreto em relação à actividade turística, nos territórios coloniais da África Ocidental Francesa entre 1939 e 1945, enquanto o mundo, e a França em particular, vivia a II Guerra Mundial. Por razões óbvias não foi possível encontrar quaisquer publicações turísticas relativas aos territórios da A.O.F. entre 1939 e 1945²⁵⁴. Os guias turísticos voltam apenas a ser publicados a partir de 1947.

No final da década de 1930 a administração colonial francesa nos territórios da África Ocidental tratou de tornar palpável a ‘modernização’ em curso nos mesmos, no espírito da tão apregoada “missão civilizadora”. Um dos sectores onde se poderá inferir um maior investimento desta “missão civilizadora” é o, já referido, sector dos transportes, através da consolidação de uma estrutura rodoviária que contribui para uma circulação mais fluída entre os vários países da A.O.F., e para as consequentes trocas comerciais entre estes países e a metrópole.

Em 1938, alguns anos após a publicação do “Code Saharien de la Route”, é publicada uma lista de “Pistes Sahariennes Automobiles Sujettes a Autorisation”, de onde fazem parte três estradas em território mauritano²⁵⁵. São deste período os grandes projectos imperiais de tentativa de ligação automóvel dos vários territórios que compõe a África Ocidental Francesa. Disso é exemplo a “Piste Transmauritanienne” que pretende ligar os territórios da A.O.F. a Marrocos e à Argélia, cujo planeamento ficou concluído em 1937-1938, e a construção parecia arrastar-se no tempo. Odette du Puigaudeau fala desse processo em “La Piste Maroc-Senegal” chamando-lhe o longo sudário de Penélope (Puigaudeau, 1954:62).

²⁵⁴ No entanto, e como vimos no capítulo 4, são publicados alguns textos sobre a Mauritânia neste período, como é o caso do de Paul Dubié (1944).

²⁵⁵ Uma estrada de categoria A que faz o percurso Nouakchott, Akjoujt, Atar, Fort-Gouraud; e duas estradas de categoria B, a primeira ligando Aleg a Moudjéria, e a segunda ligando Kiffa a Tamchakett. (Les Grands Itinéraires de l’A.O.F., 1939).

No que à Mauritânia diz respeito, um serviço automóvel regular passa também a ser explorado em alguns troços: Rosso – Atar (pela “Maison Lacombe”²⁵⁶, entretanto estabelecida em território mauritano) e Tindouf a Ain Bem-Tilli e Bir Moghreïn, e com ele o declínio das caravanas cameleiras que iam assegurando até então o transporte de mercadorias pelo país. Se a “caravela não matou a caravana” (Ould Cheikh, 2000), talvez tenha sido o automóvel a fazê-lo²⁵⁷.

Como nos refere Charles Toupet (1963) a consolidação de uma rede de estradas na Mauritânia veio a incentivar a instalação de companhias francesas já consolidadas noutros territórios da A.O.F, e permitir que estas se ‘aventurassem’ pelo interior do país onde novas trocas económicas poderiam ser concretizadas:

«Dès 1920 les premières autos créent des itinéraires dans le Sud; la compagnie Lacombe, pionnière du transport routier se constitue; dès l’achèvement de la pacification, 1934, les grandes maisons de commerce dakaroises, déjà solidement installées à Saint-Louis et dans les escales du fleuve, prospectent l’intérieur et y nouent des relations avec les commerçants locaux par le biais de la traite de la gomme.»

(Toupet, 1963:91)

Mas não obstante o investimento da metrópole nos aspectos logísticos dos territórios coloniais, em grande medida para seu principal benefício, pequenos focos de insurreição começam a surgir em alguns países. Os dias 1 e 8 de Maio de 1945 ficaram marcados na Argélia por confrontos violentos entre franceses e argelinos. A de dia 1 de Maio motivada pela recusa dos trabalhadores argelinos marcharem com os trabalhadores franceses, e a de dia 8 pela recusa da administração colonial de que os

²⁵⁶ Sobre a presença da “Maison Lacombe” na Mauritânia Paul Dubié (1944) refere: “La Maison Lacombe frères, adjudicataire des transports automobiles Rosso –Atar depuis 1935 a été amenée à installer des magasins de vente à Mederdra, Nouakchott, Akjoujt, Atar ; mais ils ne sont qu’une branche secondaire de l’entreprise.» (Dubié, 1944:162-163)

²⁵⁷ Neste artigo Abdel Wedoud Ould Cheikh dá-nos conta de como a utilização da caravela, nomeadamente pelos navegadores portugueses, enquanto forma de circulação de mercadorias entre os territórios africanos e a europa, não enfraqueceu a utilização da caravana como meio privilegiado de trocas pan-africanas. (Ould Cheikh, 2000).

soldados “indígenas” marchassem lado a lado com os soldados franceses no desfile da vitória sobre a Alemanha (Grandsart, 2010)²⁵⁸.

Após o desfecho da II Guerra Mundial, o “Código do Indigenato”²⁵⁹ começa a ser discutido na metrópole. Este código, instaurado em 1881 em território argelino e posteriormente aplicado nos restantes territórios coloniais sob administração francesa, é um entre muitos exemplos que desmascara ostensivamente a suposta atitude “civilizadora” do colonialismo francês.

No entanto, a conjuntura internacional e o embrião de alguns movimentos independentistas²⁶⁰ levam a que a 22 de Dezembro de 1945 sejam suprimidas as sanções previstas para aplicação aos ‘indígenas’, e a 7 de Maio de 1946 todos os habitantes dos territórios coloniais franceses passem a ser considerados cidadãos. No entanto, muitas das práticas previstas no “Código do Indigenato” continuaram em exercício até às independências nacionais das colónias:

«À partir du 1er juin 1946, tous les ressortissants des territoires d'outre-mer (Algérie comprise) ont la qualité de citoyen, au même titre que les nationaux français de la métropole et des territoires d'outre-mer. Des lois particulières établiront les conditions dans lesquelles ils exerceront leurs droits de citoyens.»²⁶¹

Um ano depois do fim da guerra é realizado em Argel o “Deuxième Congrès International du Tourisme Africain”²⁶², que aposta nos grandes itinerários transafricanos, um pouco à imagem do percurso da expedição “Crosière Noire”,

²⁵⁸ Dois anos depois, em 1947, ocorre em Madagáscar a grande insurreição malgaxe em relação à qual é ainda hoje impossível determinar o número de vidas perdidas (os números oscilam, consoante o ponto de vista, entre 11.000 e 100.000). Esta revolta terá contribuído para a posta em marcha do processo de descolonização dos territórios africanos sob domínio colonial francês.

²⁵⁹ Estatuto legal discriminatório atribuído às populações autóctones dos territórios coloniais. Este código caracterizava-se por impor restrições à deslocação das populações assim como às suas práticas consuetudinárias: autorizações para circular livremente no território, autorizações para reunião em festas colectivas, autorização para a deslocação de grupos em peregrinações, são apenas alguns exemplos de imposições do código do indigenato.

²⁶⁰ Apesar de só ter sido fundada oficialmente em 1954, a *Front de Libération Nationale* argelina, teve o seu embrião político e ideológico a partir dos anos 1920 (Stora, 2001).

²⁶¹ <http://mjp.univ-perp.fr/france/loi1946-940.htm> (consultado a 14 de Março de 2013).

²⁶² O «Premier Congrès International du Tourisme Africain» foi realizado em 1938 em Costermansville (actual Bukavu) na República Democrática do Congo, contando com a participação de várias organizações internacionais.

enquanto circuitos turísticos de longo fôlego. Ao mesmo tempo, põe em evidência a situação precária do turismo nos territórios da África Ocidental Francesa, sobretudo no sector do alojamento:

«L'outillage hôtelier en A.O.F. est seulement amorcé, et la crise du logement sévit partout, à Dakar plus qu'ailleurs. Voici le point de vue de l'administration: «Les circonstances, la pénurie de matériel, les perspectives incertaines ont fait qu'aucune réalisation nouvelle n'est intervenue depuis la guerre. Les voyageurs disposent des mêmes hôtels dans la mesure où le nombre des «résidents» - conséquence de la crise du logement qui sévit partout – laisse quelques chambres disponibles pour les passagers, touristes et autres.» (Deuxième Congrès International du Tourisme Africain, 1947:7)

O fim da II Guerra Mundial aparece neste contexto como justificação para a falta de investimento, quer financeiro quer logístico, por parte da metrópole em território colonial, e é essencialmente através de um discurso de segmentação e divisão das colónias – uma divisão entre aquelas onde se deverá investir na promoção turística e aquelas que não justificariam esse investimento - que vai caracterizar em grande medida o discurso colonial até ao fim da colonização.

Na metrópole assiste-se não só a um crescimento da actividade turística, como à democratização efectiva da sua prática, colhendo finalmente os frutos das férias pagas instituídas em 1936 pela Frente Popular, e da progressiva acessibilidade dos meios de transporte:

"[...] tourism and vacations grew dramatically in France during the first three decades following the war. This expansion of domestic vacationing was also influenced by better and more reasonably priced accommodation and resorts, along with the greater personal mobility afforded by automobiles and cheaper air travel." (Furlough, 1998:260)

Por outro lado as próprias *práticas* de lazer começam também a ser reconfiguradas no sentido de um menor investimento ou valorização de um turismo

fundamentalmente *didáctico*, e que nos territórios coloniais se traduzia pela já referida “leçon des choses” imperiais, e maior ênfase num turismo mais orientado para a procura do prazer, algo a que a indústria do turismo não tardou a dar resposta:

“(By the late 1940s) The tone and emphases were shifting, however, to a more pleasure-oriented and less didactic framing of sites and activities, a perspective that would soon become increasingly prominent within the tourism industry.” (Furlough, 2002:470)

Esta reconfiguração é operada num primeiro momento na metrópole e só mais tarde nos territórios coloniais. Em 1947 é iniciada com novo fôlego uma renovada etapa de publicação de guias turísticos para o território da África Ocidental Francesa. Na maior parte destas publicações, a Mauritânia continua a ser vista como um território de difícil acesso, sobretudo quando comparada com o território argelino, onde desde os anos 1920 a administração francesa foi investindo na construção de equipamentos turísticos, vias de circulação – férrea e automóvel – e respectivos meios de transporte (Zytnicki, 2013).

Efectivamente, neste excerto publicado como resultado do “Deuxième Congrès International du Tourisme Africain” de 1947, podemos verificar que o discurso sobre as potencialidades turísticas da Mauritânia não difere muito daquele produzido sensivelmente uma década antes, com a diferença, de ser um discurso mais consentâneo em relação às características do país e às realidades locais, muito concretamente no que diz respeito à fauna existente:

«La Mauritanie est un pays presque entièrement désertique situé au nord-est de la fédération. Sa faune est très pauvre et ne pourrait jamais justifier aucun tourisme...Pour la conservation de l'éléphant de Mauritanie dont la disparition semble être fatale mais peut être retardée, deux réserves ont été créées: la réserve de Trarza et le parc de l'Assaba. La Mauritanie est peu pénétrable. Il est difficile de s'y écarter des pistes connues par suite de la rareté des puits.» (Deuxième Congrès International du Tourisme Africain, 1947:9)

No entanto, no mesmo ano, é igualmente publicado um guia para a África Ocidental Francesa que, apesar de insistir na ideia da Mauritânia como um país isolado e de difícil acesso, encontra ‘atracções turísticas’ em quase todo o país. Este guia, intitulado “L’Afrique Occidentale Française Cercle par Cercle»²⁶³ procura precisamente dar uma visão global dos territórios coloniais, mesmo quando não lhes augura um futuro radioso enquanto destinos turísticos:

«La Mauritanie est d’accès difficile. Par mer, ses côtes, bordées de falaises ou de dunes, sont dangereuses; seule la rade de Port-Etienne est praticable aux navires de petit tonnage. Par voie de terre, les pistes sont sablonneuses, difficiles et praticables seulement en saison sèche. La «piste impériale» reliant Dakar au Maroc par la Mauritanie, ne peut encore être considérée comme un moyen d’accès régulier. Par voie aérienne, la Mauritanie offre des terrains d’atterrissage réguliers ou de secours, praticables en saison sèche.»

(L’Afrique Occidentale Française cercle par cercle, 1947:123)

Para o resto do território, dividido em círculos geográficos, o guia fornece indicações minuciosas e detalhadas – quase de índole militar – dando informações sobre a densidade populacional, área, subdivisões geográficas, população²⁶⁴, produtos de exportação, plantações agrícolas, e atracções turísticas existentes em cada círculo. O levantamento é exaustivo e compreende o território mauritano de norte a sul: no círculo do Adrar as atracções turísticas são “massif montagneux, gorges, lacs naturels, Atar et Chinguetti: palmerais, falaises”; para o círculo de l’Assaba “jolis sites”; para o círculo do Guidimakha:

“[...] les facilités d’accès en saison sèche en font une région qui offre des possibilités de tourisme par ses curiosités naturelles: chaine de l’Assaba avec ses passes de Tak-Tak et de Soufa, ses

²⁶³ Guid’AOF, L’Afrique Occidentale Française cercle par cercle (1947) Agence Havas de l’A.O.F. et Agence de Distribution de Presse.

²⁶⁴ De uma forma meticulosa como podemos ver a título de exemplo para o círculo do Adrar: “Population (non compris les militaires): Européens 15, Étrangers 2, Marocains 1, Indigènes 45.050, dont 39.053 Maures blancs (Regueibat), 5.904 Maures noirs (Haratines), 53 Ouou’offs et 15 Toucouleurs.» (L’Afrique Occidentale Française cercle par cercle, 1947:124).

gueltas et ses sources.» (L’Afrique Occidentale Française cercle par cercle, 1947).

Ainda em 1947 é publicado mais um guia dedicado ao turismo na África Ocidental Francesa e no Togo, que reflecte à partida sobre a dificuldade em construir a História destes territórios dada a ausência de materiais palpáveis e de fontes *consistentes* que possam ajudar na construção dessa História:

«L’Afrique occidentale française est un ensemble varié de très vieux pays qui possèdent leurs traditions et on connut jadis de grands événements. Il est, certes, difficile d’écrire cette histoire-là. Les matériaux manquent. Pas d’archives. Pas de monuments de pierre. Pas de médailles. Quelques récits transmis de bouche en bouche et quelques relations de voyage, faites par des étrangers, des voyageurs arabes. Ainsi le manuscrit d’Ibn Batouta (1352-53).» (Guide du Tourisme en Afrique Occidentale et au Togo, 1947:5)

Há que assinalar no entanto que esta preocupação com a *existência* histórica das populações, confirmada eventualmente a partir das fontes e dos *formatos* considerados *válidos* aos olhos do ocidente, era concomitante – e os guias turísticos são disso um bom exemplo – com uma *tendência* para ilustrar a história dos territórios coloniais antes da presença francesa como instável e caótica (Furlough, 2002).

A inquietação com a ausência de fontes históricas relativamente aos territórios coloniais, que transpira a partir da leitura do excerto acima transcrito, confronta-nos uma vez mais com a assumpção por parte dos redactores desse guia (mas que pode ser generalizada à produção colonial) de que os *indígenas* viveriam num estado ‘selvagem’ que se traduzia por uma *a-historicidade* (Rosaldo, 1988) tal como era entendida pelo ocidente.

Esta estratégia de ‘naturalização’ e essencialização das populações locais foi durante muito tempo utilizada para explicar e legitimar as “missões civilizadoras”. Numa outra face da mesma moeda, a reflexão acima reproduzida – que não se refere a uma *ausência total de cultura* e assume a presença de uma *tradição* – lamenta a inexistência de uma cultura *material* erudita, ou seja de uma *alta* cultura material

(arquivos, monumentos, medalhas, etc.), que se coadune com as formas coloniais de *percepcionar e representar* a História.

Sobre a Mauritânia, a par de uma descrição fenotípica das populações locais que contribui para a criação de “tipos” (Dias, 1991; Gregory, 1999) e para a sua naturalização²⁶⁵, o guia foca sobretudo as dificuldades que o turista poderia encontrar ao deslocar-se pelo interior do território. Esta publicação parte do princípio da existência de turistas que viajariam de forma autónoma, sem meio de transporte próprio, e que procurariam no destino formas de circular pelo território através dos meios de transporte aí disponíveis:

«Mauritanie: Les circonstances ne permettent pas encore d’y trouver à louer des voitures de tourisme, mais il est possible de louer des camions, soit à forfait, soit à un tarif kilométrique à débattre sur place. Le ravitaillement en essence est encore très difficile en Mauritanie, exception faite pour l’essence à 90 et 100 octanes, à Atar.» (Guide du Tourisme en Afrique Occidentale et au Togo, 1947:9)

Mas é nos anos 1950 que o discurso, a linguagem e a estratégia de promoção/divulgação do turismo nos territórios coloniais da África Ocidental Francesa se transforma de forma radical, passando a enquadrar de forma distinta os territórios coloniais no seu contexto histórico e na sua relação com a metrópole.

Além de uma notável consolidação logística da actividade turística propriamente dita (alojamento, transportes, etc.), o discurso de promoção/divulgação turística passa a ter em conta um passado colonial ligado à conquista e ao mapeamento dos territórios da A.O.F., recorrendo à inventariação das personagens ligadas a esses momentos, que por sua vez preenchem um imaginário ligado a uma ideia de nostalgia colonial e imperial (Rosaldo, 1989; Werbner, 1998; Gregory, 2001).

Na linguagem desta nostalgia colonial em contexto colonial, a ênfase da promoção turística era posta na possibilidade de consumo de lugares que tendo

²⁶⁵ «La race blanche est représentée par des Maures et les Touaregs. Par suite de croisements fréquents avec les nègres, le type Maure est assez varié; pourtant le Maure se reconnaît aisément au premier abord: il a le visage ovale, le nez busqué, les yeux vifs, les cheveux abondants et frisés, le corps maigre mais vigoureux et souple.» (Guide du Tourisme en Afrique Occidentale et au Togo, 1947:8).

deixado de ser o que já teriam sido (incontaminados, ‘puros’, remotos) podiam ainda ser ‘absorvidos’ pelo turista, que por sua vez poderia incorporar *in loco* os percursos e as jornadas destes mesmos exploradores²⁶⁶.

Este exercício de invocação do imaginário das expedições coloniais do século XIX, mobilizando-o para a arena turística dos territórios coloniais no século XX, será também, como veremos mais à frente, uma das estratégias utilizadas pela indústria turística contemporânea que, reforçando a activação da nostalgia colonial, o faz aliando a possibilidade de um mimetismo passível de ser incorporado pelos turistas nas suas viagens através da experiência física e sensorial que a viagem ao deserto pode proporcionar.

Assim, em 1951, numa brochura turística inteiramente dedicada à Mauritânia²⁶⁷, é feita uma brevíssima resenha histórica sobre os *seus* exploradores (franceses) do século XIX, convocados para o discurso turístico no sentido de povoarem e ‘enriquecerem’ os imaginários ocidentais em relação ao território colonial e, no caso da Mauritânia, muito especificamente alimentando uma mistificação do deserto:

«En 1826, René Caillé parcourt le Trarza, pénètre à Tombouctou, puis gagne le Maroc. Les missions d’étude et aussi de pacification se succèdent. En 1854, Faidherbe conclut avec les principaux chefs maures des traités propres à assurer la sécurité sur le fleuve. Puis Soleilet, Fabert, Blanchet, Dereims, Gruvel, parcourent tour à tour la Mauritanie.»
(Mauritanie, 1951)

Se o dispositivo da nostalgia colonial é aqui activado *avant la lettre*, com objectivos de promoção turística em território colonial, é importante referir que, também na metrópole, a década de 1950 traz importantes reconfigurações no discurso e na prática turística. Por um lado é acentuado o carácter hedonista associado ao lazer,

²⁶⁶ Algo que já terá inspirado a realização da expedição “Crosière Noire” cujos participantes se assumiam, como já vimos, inspirados pelo percurso e pelas narrativas de Heinrich Barth entre outros exploradores do século XIX.

²⁶⁷ Mauritanie, dépliant illustré, 1951. Tal como para o território da Mauritânia foram editados neste mesmo ano desdobráveis ilustrados promovendo o turismo noutros territórios sob administração colonial francesa: Togo, Senegal, Níger, Madagáscar, Camarões, Oubangui e Somália Francesa.

já manifesto na década anterior, e que pode ser ilustrado através da criação do *Club Méditerranée* na primavera de 1950²⁶⁸, através da forma como este legitima e incentiva a expressão da sensualidade associada ao turismo. Tal como refere Ellen Furlough a este respeito:

“This language of *evasion* and pleasure was ascendant by the early 1950s, along with a heightened evocation of exoticism, a more overt sensuality, and an emphasis on consumer-oriented comfort and souvenirs.” (Furlough, 2002:470)

Por outro lado, a linguagem do *exotismo* ganha definitivamente peso turístico enquanto significante da diferença, e as ‘populações locais’ atestadas de diversidade e características etnográficas, ocupam um papel central enquanto ‘atrações turísticas’ impregnadas de uma apregoada intemporalidade:

“The older theme of indigenous people as “timeless,” without untoward ambition, and as essential aspects of local color continued – they were, after all, part of the touristically relevant attractions as well as signifiers of difference.” (Furlough, 2002:471)

Os anos 1950 irão como tal marcar uma viragem ideológica no discurso turístico relativo aos territórios da África Ocidental Francesa, tornando-se este progressivamente mais *informado*, e reflectindo de forma mais evidente a informação existente e disponível sobre as populações locais, a sua História e os seus costumes. Ao mesmo tempo, apesar de um conhecimento mais documentado sobre os territórios ir tomando lugar no discurso de promoção/divulgação turística, as populações locais continuavam a ser percepcionadas, regra geral, no quadro de uma moldura hierárquica evolucionista.

Em relação ao território da Mauritânia, essa linguagem está presente em vários textos de promoção/divulgação turística dos anos 1950, tal como podemos ver neste excerto do mesmo desdobrável de 1951 acima referido:

²⁶⁸ Os impactos da criação do *Club Méditerranée* nas práticas e nas concepções turísticas dos franceses são exemplarmente discutidos por Ellen Furlough no seu texto de 1993: Furlough, Ellen (1993) “Packing pleasures: Club Méditerranée and French consumer culture 1950-1968”, *French Historical Studies*, Vol.18, Nº1, pp-65-81.

«La Mauritanie, en grande partie désertique, offre néanmoins des éléments intéressants aux touristes qu'attiraient l'étude des mœurs des populations nomades qui l'habitent et les sites sahariens. La vie des Maures est toujours celle des tribus archaïques patriarcales composées de pasteurs et de guerriers. L'organisation sociale est analogue à celle des anciennes tribus sémitiques d'Arabie antéislamique et, par quelques aspects, rappelle un certain nombre de nos vieilles coutumes du moyen âge. D'autre part, les sites pittoresques ne sont pas rares. Il faut citer, dans l'Adrar, le massif montagneux de la Keddi d'Idjil, ses gorges et ses lacs naturels, ainsi que les superbes palmeraies et les falaises d'Atar et de Chinguetti, les vieux Ksars berbères de Oulata, Toghba et de l'ancienne Aoudagst des Sonraï, les ateliers néolithiques et paléolithiques et les dessins rupestres des grottes de l'Aouker et du Labiar ; dans le Guindimaka : la chaîne de l'Assaba avec ses passes de Tak-Tak et de Soufa, ses grottes, ses gueltas et ses sources, etc.»
(Mauritanie, 1951)

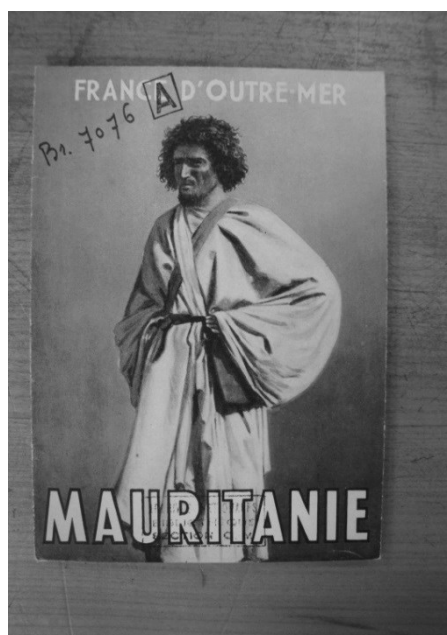


Figura Nº4: Desdobrável publicado em 1951

A Mauritânia passa assim a partir desta altura, a ser finalmente vista enquanto destino turístico pleno, dotado de atractivos vários no seu vasto território. É precisamente na década de 1950 que assistimos ao consolidar de infra-estruturas e de algum equipamento turístico, assim como um investimento por parte da metrópole no sentido de facilitar o acesso ao país, sobretudo por via aérea. Como podemos ver através de uma pequena notícia no jornal “*Marchés Coloniaux du Monde*” de 18 de Abril de 1953, o tráfego aéreo com destino à Mauritânia terá crescido exponencialmente entre 1951 e 1952, transformando igualmente as localidades de Atar e Port-Étienne (actual Nouadhibou) em pólos agregadores de uma actividade turística em aparente expansão:

«Le trafic aérien ne cesse de croître en Mauritanie. Les aérodromes d’Atar et de Port-Etienne connaissent une activité toujours plus importante. Alors qu’en 1950, 104 passagers ont débarqué ou embarqué à Atar et 94 à Port-Etienne, ces chiffres sont passés à 518 (Atar) et 451 (Port-Etienne) et à 1854 (Atar) et 756 (Port-Etienne) l’année dernière. [...] Air France a mis en vigueur, le 7 avril, un nouvel horaire sur les lignes mauritaniennes. Deux services hebdomadaires, le mardi et le vendredi, relient Dakar et Saint-Louis à Rosso, Akjoujt, Atar et Port-Etienne, et, le vendredi seulement, à Fort-Gouraud. Ce circuit ouest sera complété par un circuit-est actuellement à l’étude.» (*Marchés Coloniaux du Monde*, 18 avril 1953)

O aspecto mais interessante sobre esta notícia é que ela será revivida na década de 1990, como veremos no capítulo 7, quando Atar (Port-Étienne deixará de constar do mapa turístico da Mauritânia contemporânea) ganhar novamente protagonismo enquanto plataforma de chegada de voos *charter*, provenientes maioritariamente de França, e a região do Adrar passar a adquirir (ou a re-adquirir) centralidade no mapa turístico da Mauritânia.

O conhecimento dos dados relativos ao tráfego aéreo existente na Mauritânia nos anos 1950, e que nos dão conta de um considerável crescimento relativo ao movimento de passageiros, levar-nos-á no capítulo 7, a uma reflexão sobre o que terá

acontecido entre a década de 1950, na qual existe um claro crescimento de visitantes no país, e a década de 1990.

Ainda em 1953 o mesmo jornal, aproximadamente dois meses antes da notícia acima referida, dá-nos também conta, dos progressos relativos ao equipamento turístico em território mauritano. Este processo de apetrechamento logístico do território colonial remete-nos para aquele arquitectado por André Citroën no âmbito do seu nunca realizado projecto CITRACIT, com os seus vários hotéis de luxo que ficaram por concretizar.

Trinta anos depois, a ideia de André Citroën é aplicada à Mauritânia e a localidade de Atar é a principal beneficiária de um investimento turístico sem precedentes no país. A escolha de Atar é justificada pela centralidade que a localidade teria vindo a ocupar através da confluência de uma série de rotas norte-sul (provenientes de Marrocos ou do Senegal), do crescente tráfego do seu aeroporto, bem como da percepção que a região do Adrar mauritano compreenderia uma série de condições que a poderiam transformar numa área de atracção turística:

«La Mauritanie qui couvre le Sahara occidental des rives du Sénégal aux confins algéro-marocains présente d'incontestables richesses touristiques tant pour ses sites que par sa population si particulière. C'est pourquoi l'administration du territoire poursuit, en liaison avec le Comité fédéral du tourisme d'A.O.F., une politique de construction de gîtes d'étape, absolument nécessaire dans un pays où l'équipement hôtelier dû aux initiatives privées demeure nul. Ces campements-hôtels ont pour but de permettre aux voyageurs de trouver dans les principaux centres un logement confortable et une nourriture excellente. Après Rosso et Kaedi, Atar va être d'un gîte d'étape moderne, digne de cette grande oasis saharienne. Cette harmonieuse construction est en voie d'achèvement et son inauguration est prévue pour le mois de mars 1953. Elle comprend au rez-de-chaussée outre un hall imposant, une salle à manger et un bar, sept vastes chambres avec cabinets de toilette. A l'étage, surmonté d'une terrasse,

un appartement réservé aux personnalités de passage est constitué par un bureau et une chambre avec salle de bain. Une douzaine de passagers pourront désormais y être simultanément logés et ce nombre correspond à l'effectif moyen de ceux débarquant d'un avion ou d'un convoi automobile. Le choix d'Atar pour l'installation de un campement-hôtel de cette classe a été judicieux. Régulièrement desservi par les avions d'Air-France, terminus des convois automobiles partant soit de Saint-Louis-du-Sénégal, soit du Maroc, Atar reçoit actuellement quatre cents voyageurs par an. Ceux-ci peuvent être intéressés par les Oasis de l'Adrar, ses dunes, ses populations typiquement maures, ses peintures rupestres ainsi que par les agréables loisirs qui s'offrent aux sportifs : piscine, chasse, excursions en voiture ou à chameau.» (Marchés Coloniaux du Monde, 7 février 1953)

Também em 1953 é publicado o texto: *Les conditions du développement du tourisme en Afrique Française*²⁶⁹, que aposta na centralidade do Saara no âmbito do que viria mais tarde a denominar-se enquanto turismo *pan-africano*²⁷⁰, retomando a ideia das rotas e dos circuitos transafricanos à imagem do que fizera a expedição “Crosière Noire”. Estes circuitos, agora validados pelos Congressos Internacionais sobre turismo, incluem a Mauritânia como território de passagem numa rota atlântica

²⁶⁹ Rogliano, Marcel (1953) «Les conditions du développement du tourisme en Afrique Française», Union Française et Parlement, 5^e Année, N°43, Octobre 1953.

²⁷⁰ Um turismo pan-africano viria a consolidar-se alguns anos mais tarde, com a realização em 1956 de uma reunião da “African Travel Commission” da IUOTO (International Union of Official Travel Organisation, mais tarde World Tourism Organization) em Rabat, que levou à organização de uma secção de países a sul do Equador. Em Maio de 1957 esta secção foi nomeada “African Regional Tourist Conference” (ou AFTOUR), na qual estavam representados os seguintes territórios: África Do Sul, Federação da Rodésia e Nyassaland, Congo Belga, Quênia, Tanganica, Uganda, Moçambique e Angola. Estes membros tinham por objectivo a angariação de recursos e informação para facilitar o turismo no sul de África (Grünthal, 1959). Sobre o impacto da promoção de um turismo pan-africano no império colonial português ver Cardeira da Silva e Frazão-Moreira (2013). No entanto, para a promoção do turismo na África Ocidental Francesa, e/ou outros territórios sob administração colonial francesa não parecem ter sido criadas estruturas semelhantes.

que parte de Casablanca e tem a Cidade do Cabo como destino – com escalas em Dakar e Luanda²⁷¹.

É interessante verificar como ambos os textos de 1953 são premonitórios, (apesar de parecerem numa primeira leitura contraditórios entre si) sobre o que viria a ser a actividade turística contemporânea em território mauritano: 1) por um lado é-nos revelado o processo de investimento acentuado da região do Adrar (suportado pelo aeroporto e pelas demais infra-estruturas) o que contribui para o isolamento das restantes regiões da Mauritânia; 2) por outro lado, a Mauritânia figura nos circuitos internacionais enquanto território de passagem breve e efémera, quase sempre no âmbito de uma viagem mais alargada que tem como destino final uma outra África (mais “africana”?).

A concepção da Mauritânia enquanto território de ‘passagem’ acaba por ser prática comum entre viajantes contemporâneos que atravessam o país quase sempre com outros países africanos como destino final. Este carácter transitório da Mauritânia enquanto destino turístico é algo que voltarei a discutir no capítulo 7.

Voltemos à década de 1950. Em 1955 Charles Duvelle publica o texto *Le Tourisme en AOF*²⁷², no qual a sua estratégia discursiva está muito próxima daquela que é, regra geral, a linguagem utilizada para promover um destino turístico contemporâneo. Ao abordar o território da Mauritânia, Charles Duvelle faz uma brevíssima resenha histórica dos principais feitos da colonização francesa, partindo de seguida para uma descrição algo romantizada sobre as populações do país (recorrendo até a provérbios locais), finalizando o seu texto com alguns dados demográficos e etnográficos considerados comumente de interesse geral para uma audiência turística:

«Nous sommes au cœur de l’Adrar, région longtemps réputée pour son insécurité qui lui avait valu le surnom de «Pays de la Peur». Depuis 1910, après que le Colonel Gouraud y eût

²⁷¹ «Il est permis aujourd’hui d’affirmer que le Sahara devient progressivement le pivot du grand tourisme africain. [...] Les Congrès internationaux ont classé dans les grands routes transafricaines [...] quelques routes côtières notamment la route méditerranéenne de Casablanca à Tanger et Alexandrie, la route atlantique comprenant les tronçons Casablanca – Dakar et Loanda – Capetown et la route de l’Océan Indien de Capetown à Beira.» (Rogliano, 1953:32).

²⁷² Duvelle, Charles (1955) *Le Tourisme en AOF*, Encyclopédie Mensuelle d’Outre-Mer, Paris.

ramené l'ordre, le calme règne parmi la population. Atar est le point de départ d'intéressantes excursions à chameau dans les environs. C'est le contact avec les Maures, descendants des Almoravides bâtisseurs d'empires et anciens conquérants de l'Espagne. Vêtu d'un «boubou» bleu, souvent enserré par une large ceinture de cuir, le Maure de sang berbère et arabe présente un visage altier. Il porte une longue chevelure bouclée et une barbe inculte. C'est un grand nomade amateur d'espace, «dont la demeure est l'horizon», suivant un de ces proverbes. Il vit sous la tente et se nourrit de dattes et de lait de chamelle. On en compte 450.000 environ en Mauritanie et 12.000 au Sénégal, répartis en nombreuses tribus rivales que se disent «beidan» blancs, et qu'on nomme souvent bédouins.» (Duvellé, 1955:43)

O texto de Charles Duvellé é também o primeiro desta pesquisa com indicações precisas sobre as particularidades e a diversidade do artesanato produzido na Mauritânia, e que tem igualmente em conta a sua expressão regional prestando atenção às práticas locais de cultura material. As suas descrições do artesanato mauritano estariam no entanto direccionadas e condicionadas pelos objectos que o autor julgaria serem mais facilmente passíveis de consumo ocidental, focando-se especialmente nos artigos de bijuteria, a par de outros artigos com características ou potencial 'decorativo':

«L'artisanat maure est apprécié et offre au touriste l'occasion d'acheter des bijoux originaux et finement travaillés (colliers et bracelets en ébène avec incrustation de filets d'argent, ou tout en filigrane d'or et d'argent), des poignards à manche d'ébène et fourreau d'argent gravé, des articles de cuir teint et décoré de dessins à la plume et des tapis en poils de chameau dans l'Adrar et dans le Trarza. On remarquera également le travail des forgerons qui fabriquent tout ce qui est nécessaire à la vie nomade.» (Duvellé, 1955:44)

O período de promoção/divulgação do turismo colonial termina nesta pesquisa arquivística e documental em 1958, dois anos antes da independência da Mauritânia, com a publicação do texto “Itinéraire dans l’Ouest de l’A.O.F.”²⁷³, que tenta fornecer uma visão global do território da Mauritânia, sem se focar em nenhuma região em particular:

«A signaler, en particulière, les massifs montagneux de la Kédia d’Idjil, avec sa faune saharienne, près de Fort Gouraud et surtout de l’Adrar, avec ses beaux paysages rocheux ; puis Ouarardra, El Aouinet et la passe de Timzak; les palmeraies de l’oued Séguélil dans la région d’Atar, les excursions très intéressantes vers les villes anciennes de Chinguetti (au bord de la dune de l’Ouarane, palmeraie, mosquée) et de Ouadane, ancien relais de la piste caravanière transsaharienne; les recherches minières d’Akjoujt (Guelb Moghrein); Coppolani au débouché de la piste sur l’océan; Nouakchott (subdivision) et la traversée des dunes du Trarza, coupées de dépressions giboyeuses (gazelles, phacochères, servals, lièvres, pintades).»
(Itinéraire dans l’Ouest de l’A.O.F, 1958:66)

Este texto proporciona ainda informações de índole prática e logística sobre a forma de viajar em transportes colectivos (essencialmente linhas férreas) e particulares (automóvel) entre Marrocos e a Mauritânia, bem como quais as medidas de segurança mais adequadas a adoptar neste circuito, a par de indicações precisas e conselhos sobre como resolver problemas concretos e logísticos como o caso de uma viatura engolida pela areia do deserto, falta de combustível, impossibilidade de acesso a água potável, etc.

Mas a edição de guias turísticos neste período de pré-independência colonial não ficaria concluída sem a participação da editora Hachette, progressivamente significativa no contexto do mercado editorial francês, na publicação de um guia para a África Ocidental Francesa. Efectivamente, o primeiro guia de viagens dedicado aos

²⁷³ Itinéraire dans l’Ouest de l’A.O.F (1958) Syndicat d’Initiative et de Tourisme de l’Afrique Occidentale Française, Dakar.

territórios da África Ocidental e do Togo da editora Hachette é publicado em 1958, constituindo mais um volume dos seus famosos “Guide Bleu”²⁷⁴.

A publicação do “Itinéraire dans l’Ouest de l’A.O.F” de 1958 encerra assim um ciclo de quase quatro décadas de incentivo e de tentativa de consolidação de um turismo colonial nos territórios da África Ocidental Francesa, no âmbito do qual me procurei debruçar sobre as especificidades de um discurso de promoção turística para o território da Mauritânia. Creio que, como vimos ao longo destas páginas, os discursos de promoção do turismo colonial francês são profícuos e válidos enquanto instrumentos que nos ajudam a reflectir sobre as performances ideológicas francesas na tentativa de legitimar os objectivos de um projecto imperial.

Desta forma, acredito que o exercício de mapeamento cronológico do acervo da promoção turística colonial aqui realizado, pode contribuir positivamente para o entendimento não só do turismo enquanto eficaz dispositivo imperial, mas também para a forma como a *bricolage* narrativa e discursiva sobre os territórios da África Ocidental Francesa foi sendo reconfigurada em consonância com as estratégias e as políticas coloniais.

Assim, a história das formas e das fórmulas encontradas pela metrópole para o seu relacionamento com as colónias da África ocidental, é igualmente a história da construção identitária destes territórios, através dos processos de como a estes lhes foram reconhecidas (ou atribuídas) características que os poderiam transformar, em

²⁷⁴ O “Guide Bleu” é conhecido como um dos mais antigos e reconhecidos guias turísticos franceses, tendo sido criado em 1841 enquanto “Guide Joanne” e vendido em 1855 a Louis Hachette, que os baptizou enquanto “Guide Bleu” em 1919. No universo francófono os “Guide Bleu” tornaram-se rapidamente no símbolo de uma prática turística de massas, tendo sido discutidos enquanto instrumento de formatação através das suas representações do mundo. Roland Barthes nas suas *Mythologies* (1957) dedica um capítulo aos “Guide Bleu” onde afirma: “O *Guide Bleu* só reconhece como paisagem o pitoresco” (Barthes, 2001 [1957]:72), e também: “[...] o *Guide Bleu* transforma-se no oposto daquilo que se proclama: num instrumento de cegueira, através de uma operação comum a toda a mistificação.” (Barthes, 2001 [1957]:74). Sophie Dulucq (2009) refere que a maioria dos co-autores do “Guide Bleu” de 1958 para a África Ocidental e Togo eram cientistas reconhecidos e investigadores no IFAN, entre os quais Théodore Monod, Bohumil Holas, Raymond Mauny e Gérard Brasseur. (Dulucq, 2009:33). Apesar da sua importância enquanto documento de análise dos discursos de promoção turística para os territórios da África Ocidental Francesa, não me foi possível aceder a nenhum exemplar deste guia durante as pesquisas efectuadas em diversas instituições. Assumo como tal a lacuna que a ausência da análise deste guia possa trazer a esta dissertação.

maior ou menor escala, em destinos turísticos abrangidos pelo enorme chapéu político e ideológico do turismo colonial.

A tentativa aqui realizada de construção de uma genealogia da actividade turística no território da Mauritânia mostra-nos como o território foi permeável às diferentes estratégias postas em marcha pela administração colonial, que tantas vezes não se coadunavam com as características sociais e/ou geográficas do país, bem como a uma agenda internacional que se lhe impunha. Efectivamente, a periferização da Mauritânia no contexto das colónias da A.O.F., é revelada com especial acuidade ao atentarmos na forma como foi sendo considerada desprovida de atracções turísticas, ou, igualmente revelador, como foi sendo apetrechada com atracções *inventadas*.

As transformações ocorridas relativas à representação da Mauritânia no plano da promoção turística, coincidem com as reconfigurações pelas quais o turista enquanto *sujeito* foi igualmente objecto ao longo da primeira metade do século XX: de espectador o turista vai-se transformando gradualmente em consumidor, e a sua actividade é objecto de uma normalização que silencia a diversidade das práticas individuais (Vidal, 2010).

No próximo capítulo debruçar-me-ei sobre as Exposições Universais e Coloniais realizadas na metrópole francesa entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, tomando-as como importantes instigadoras da consolidação de um imaginário sobre o ‘exotismo’, a alteridade e o ‘outro’. Considero que estas diferentes exposições contribuíram inequivocamente para o estímulo de um turismo colonial, bem como para a formulação dos seus ‘objectos de desejo’, através das imagens construídas e projectadas na metrópole sobre os territórios e as suas populações, algo que a exibição dos pavilhões nacionais das colónias ilustra na perfeição.

Neste capítulo procurei percepção o turismo promovido para os territórios coloniais enquanto dispositivo imperial válido na sua dimensão concomitantemente propagandística e legitimadora da acção colonial. Após a análise e discussão sobre a forma como os guias turísticos promoveram os territórios coloniais junto de quem os desejava consumir *in situ*, irei questionar-me sobre os mecanismos encontrados pelas exposições coloniais no sentido de criar e alimentar um desejo de consumo de alteridade. Ao longo do capítulo que se segue irei então reflectir sobre a tentativa de as Exposições Coloniais francesas se constituírem enquanto ‘lugares mundiais totais’,

através da forma como tentavam reproduzir, recriar e/ou simular os territórios coloniais sob domínio francês.

A interrogação de Timothy Mitchell (1998) conduzir-nos-á precisamente ao território europeu enquanto antecâmara do capítulo que aqui estará prestes a iniciar-se:

“If Europe was becoming the world-as-exhibition, what happened to Europeans who went abroad – to visit places whose images invariably they had already encountered in books, spectacles, and exhibitions? How did they experience the so-called real world such images had depicted, when the reality was a place whose life was not lived, or at least not yet, as if the world were an exhibition?” (Mitchell, 1998:41)

“Colonial power required the country to become readable,
like a book, in our own sense of such a term.”
(Mitchell, 1988:33)

CAPÍTULO 6

AS EXPOSIÇÕES COLONIAIS FRANCESAS: REPRESENTAÇÃO E EXIBIÇÃO

6.1 – Os estatutos da alteridade nos Impérios Coloniais: da ‘animalização’ do ‘outro’ à sua domesticação.

A segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX compreendem quase cem anos nos quais as Exposições Universais e Coloniais se afirmaram como espelhos dos Impérios Coloniais, projectando não só as várias faces do ‘outro’ colonial, sempre em mutação ao longo deste período, mas também a forma como as metrópoles se queriam ‘ver’ a si próprias e afirmar o seu lugar no mundo.

As Exposições Universais e Coloniais foram um entre muitos outros dispositivos que contribuíram para a consolidação de um pensamento orientalista. Fizeram-no através da exibição organizada da alteridade e da diversidade cultural, objectificando as culturas ‘exóticas’ e tornando-as passíveis de consumo pelo ocidente (Bennet, 1988; Mitchell, 1988, 1998). No entanto, tal como refere Timothy Mitchell, muitas foram as formas encontradas pelos Impérios Coloniais para construir essa mesma imagem de um oriente fascinante na sua alteridade:

“The nineteenth-century image of the Orient was constructed not just in Oriental studies, romantic novels, and colonial administrations, but in all the new procedures with which Europeans began to organize the representation of the world, from museums and world exhibitions to architecture, schooling, tourism, the fashion industry and the commodification of everyday life.” (Mitchell, 1998:409)

Desde a primeira Exposição Universal realizada em 1851 em Londres, até à última Exposição Colonial, realizada em 1948 em Bruxelas, estas exposições do Império rapidamente se transformaram em festivais de competição entre as nações imperiais, e tornaram-se elas próprias numa espécie de tradição – a tradição da exibição, da construção de uma imagem do ‘nós’ e do ‘outro’ para um consumo universal, alargado, e sobretudo popular.

Tratava-se essencialmente de ‘organizar o olhar’ sobre o mundo, mundo esse que as grandes metrópoles europeias queriam construir e projectar à sua medida, onde a autoridade para representar e exhibir a alteridade e o ‘outro’ eram sinónimo imediato de um poder imperial. Com estas exposições cria-se a ilusão de que “To see is to know” (Corbey, 1993), transformando e ordenando o mundo se como este se tratasse de uma infinita exposição:

“The world-as-exhibition means not an exhibition of the world but the world organized and grasped as though it were an exhibition.” (Mitchell, 1998:414).

Paralelamente, uma crescente preocupação com a sistematização de um conhecimento científico cada vez mais disseminado levou a que as administrações colonias entendessem contribuir igualmente para a ‘facilitação’ da procura desse conhecimento, mobilizando para isso os ‘novos exploradores’: administradores do território, colonos, e eventuais viajantes aos territórios coloniais, instruindo-os expressamente para o efeito, tal como fez o Museu de História Natural francês:

“[...] the French Imperial Museums of natural History published, in 1860, the fifth edition of its *Instructions* for travelers and employees in the colonies on ‘how to collect, preserve and expedite objects of natural history’ (MIHN 1860)” (Boëtsch e Ardagna, 2008:117)

Mas se este tipo de publicações era especialmente dedicada e pensada tendo em conta os residentes nas colónias (que pertenciam em 1860 a um contingente predominantemente militar), ou áqueles que a elas se deslocavam, o contacto em primeira mão com o ‘outro’ começava a adquirir nos anos 1870 em algumas metrópoles europeias novos contornos: o ‘outro’ tornava-se progressivamente mais

real e palpável, e ia passando a *existir* de facto, e não apenas através das narrativas de viagem.

Em 1874 acontece pela primeira vez na Alemanha a exibição de seres humanos ‘exóticos’ – lapões e samoanos – juntamente com animais selvagens (Blanchard, Bancel e Lemaire, 2008:105). O sucesso desta exibição levou a que em 1876 se lhes juntassem um grupo de “núbios” e fosse realizada uma ‘digressão’ deste exotismo humano pelas principais cidades europeias (entre as quais Londres e Paris).

O sucesso desta exibição terá levado igualmente a que o director do “Jardin d’Acclimatation” em Paris tivesse decidido em 1877 iniciar a organização de ‘exibições etnológicas’ neste espaço, partindo muito pragmaticamente da constatação de que em antigas exposições os condutores de camelos tinham provocado maior curiosidade entre os espectadores do que os próprios animais (Blanchard, Bancel e Lemaire, 2008). Assim, em 1877 são exibidos no “Jardin Zoologique d’Acclimatation” um grupo de “núbios” e outro de “esquimós” (Inuit), apresentação que fez a assistência aos “Jardin” duplicar, e que constitui a primeira mostra de “zoos humanos” em território francês.

De facto, esta exibição do ‘outro exótico’ vem de alguma forma substituir os espectáculos de bizzarrias, conhecidos por exemplo como *freak shows* na América do Norte, onde a diferença constituía indiscutivelmente motivo de assombro.²⁷⁵ Nestas novas exposições já não se trata de revelar os ‘erros da natureza’ mas sim a diversidade dessa mesma natureza:

“The ethnic shows moved away from the display of exceptions or mistakes of nature; instead, they showed the extraordinary norms of the worlds surrounding the West, worlds which it would soon be necessary to dominate, colonize and change.”
(Blanchard et al, 2008:10)

Assim, a sede de conhecimento ou de ‘curiosidades’, bem como o desejo de entretenimento vivido nas metrópoles europeias, foram preenchidos através da objectificação do ‘outro’, efectuada de forma inequivocamente essencialista. O ‘outro’

²⁷⁵ Os “freak shows” celebrizaram-se nomeadamente na América do Norte, onde anões, gigantes, pessoas com deficiências físicas e/ou mentais, gémeos siameses, albinos, etc. constituíam “monsters of modern times” (Bogdan, 2008:89) e circulavam de terra em terra como representantes da “alteridade”, (Bogdan, 2008), num verdadeiro “exhibitionary complex” (Bennet, 1988).

era apresentado num primeiro momento como um produto da natureza e mais tarde como expressão de uma cultura diferente.

A exibição do exotismo e da alteridade não eram de toda novidade em contexto europeu. Os nativos das terras “descobertas” pelos europeus eram frequentemente trazidos para a Europa, ora como cativos, ora como convidados, ora como embaixadores. Um exemplo conhecido é o de Saartjie Baartman, trazida da África do Sul em 1810 para ser exibida em Londres (1810-1814) e depois em Paris (1814-1815)²⁷⁶.

Saartjie Baartman é um caso paradigmático daquilo que foi a construção de um exotismo sexualizado e racializado, ancorado quer numa ideia de feminilidade exacerbada, quer numa ideia de ‘selvageria’ e primitivismo. A sua história revela-nos como a objectificação de construções imperiais e ideológicas para consumo de um público (integrado igualmente por cientistas) deslumbrado com a ambiguidade de um ‘objecto/sujeito’ ao mesmo tempo ‘monstruoso’ e fascinante, humano e ‘animal’²⁷⁷, provocando tanto atracção como repulsa²⁷⁸.

A exibição do ‘outro’ passa assim a ser fundamentalmente a exibição do ‘estranho’, onde objectificação e dominação são faces de uma mesma moeda. Tal como nos referem Gilles Boëtsch e Yann Ardagna (2008):

“The other – in order to be an object of public interest and curiosity – also needed to have the potential to be strange.”

(Boëtsch e Ardagna, 2008:118)

Para muitos, Saartjie Baartman foi representante de um continente e de uma “raça” ainda desconhecidos para a generalidade de um público europeu, mas ela encarnou sobretudo o ‘exemplo vivo’ de um estado ‘inicial/primordial’ da humanidade, condição que justificaria o seu estudo e exame detalhado em prol do conhecimento científico. Após a sua morte, o seu corpo terá sido dissecado e

²⁷⁶ Saartjie Baartman, que viria a ficar conhecida na Europa como Vénus Hotentote, morrerá em Paris em 1815, aos 26 anos. Entre a diversa bibliografia disponível sobre Baartman destacamos os trabalhos de Crais e Scully (2009), Willis (ed.) (2010) e Gordon-Chipembere (2011).

²⁷⁷ “This association between African “natives” and African animals related not only to their mode of display, but to the evolutionary narrative of the civilizing process.” (Hodeir, 2002:237).

²⁷⁸ Há que referir no entanto o papel da African Institution, fundada em 1807 por abolicionistas britânicos, que se opôs à exibição de Saartjie Baartman, considerando-a a “shameful exploitation” (Boëtsch e Blanchard, 2008).

estudado,²⁷⁹ concluindo esta investigação que “o tamanho do seu cérebro explicaria a inferioridade da sua raça” (Boëtsch e Blanchard, 2008).

Estava aberto o caminho para a construção e teorização científica da desigualdade racial e para a consolidação de uma hierarquia racial, que se alimentaria do surgimento da antropologia física. A adoção da ciência enquanto aliada do imperialismo colonial é concomitante com o rápido e intenso crescimento desse mesmo império colonial. A tentativa de conhecimento (científico) do ‘outro’ dava então os seus primeiros passos:

“[...] the inferiorization of ‘exotic’ peoples was reinforced by the trinity of positivism, evolutionism and racism, in a period where knowledge of the other was in its infancy.” (Blanchard et al, 2008:106)

Alguns casos similares ao de Saartjie Baartman foram tendo lugar em território europeu,²⁸⁰ mas a exibição organizada e institucional do ‘outro’ só viria a ter lugar mais tarde, nomeadamente e como já referido em 1877, no “Jardin Zoologique d’Acclimatation”, apenas um ano antes da inauguração da “Exposition Universel” de Paris em 1878. Nesta exposição, assim como nas exposições subsequentes (de 1889 a 1931) começaram a ser exibidas réplicas de aldeias de ‘nativos’, onde enormes contingentes de ‘indígenas’ eram transportados para a metrópole para serem exibidos no contexto do seu ‘habitat natural’.

Esta preocupação com uma ‘contextualização’ do ambiente físico dos ‘indígenas’ – as suas aldeias, ruas, casas – é algo que estará presente durante os anos que se seguem nas exposições coloniais, com a replicação de construções indígenas bem como de cenários da vida quotidiana, quer do espaço público quer do espaço privado dos ‘indígenas’.

Ao mesmo tempo, a presença de ‘nativos’ nas Exposições Universais e Coloniais veio introduzir um debate sobre o conceito de “raça” bem como sobre as características ‘intrínsecas’ das populações autóctones dos territórios coloniais.

²⁷⁹ Os resultados deste estudo seriam publicados em 1817 pela “Académie Nationale de Médecine” num relatório intitulado “Observations sur le cadavre d’une femme connue à Paris sous le nom de Vénus hottentotte.” (Boëtsch e Blanchard, 2008).

²⁸⁰ Exibindo sobretudo corpos femininos, como foi o caso da mulher Bosquímana de Porto Natal exibida em Londres em 1852 (Boëtsch e Blanchard, 2008).

A “raça” afirmava-se enquanto paradigma central nas teorias explicativas da diversidade humana, e o discurso científico passou a legitimar abertamente a dominação colonial através das suas teorias da ‘desigualdade racial’, assim como através de uma implacável racionalização do racismo. O princípio da desigualdade entre as “raças” humanas foi popularizado, e essa desigualdade era legitimadora da “missão civilizadora” dos países europeus.

É assim que é ‘inventada’ a imagem de um ‘indígena’ racializado. Este ‘indígena’ não poderá ser ‘mostrado’ a não ser enquanto representante do exotismo que por sua vez é sinónimo de estranho, bizarro e insólito. Mas a exibição do ‘selvagem’ e do ‘outro’ foi ganhando diferentes contornos à medida que os Impérios se iam consolidando, e as próprias noções de ‘diferença’ e de alteridade acompanharam essas mudanças ao longo do tempo e dos diferentes cenários de exibição.

Era portanto necessário domesticar esse ‘selvagem inferior’ e o discurso da expansão colonial foi acompanhado pelo discurso da “missão civilizadora”, assim como o soldado foi igualmente acompanhado pela figura do administrador colonial. As exposições organizadas do ‘outro’ popularizadas pelos “zoos humanos” transformaram, em meio século de exposições, uma forma de racismo eminentemente científica numa forma popular e endémica de racismo, onde o exercício de ‘animalização’ do ‘outro’ justificaria a sua posterior domesticação:

“Human zoos can be seen as the crucial link between a nineteenth century that created the theory of the hierarchy of races and a twentieth century that put it into practice, from the heights of colonial empire to today’s so-called ‘war of civilizations’.” (Blanchard et al., 2008:112)

No entanto, uma das (muitas) dimensões perniciosas destas exposições está relacionada com uma crescente profissionalização dos ‘representantes’ dessas “raças” ou culturas tendo em conta o sucesso destas exposições um pouco por toda a Europa. Efectivamente, o êxito levava a uma rotatividade destas exposições, o que deu lugar a que o mesmo grupo de ‘exóticos’ fosse circulando não só nas Exposições Universais, mas também no circuito paralelo das exposições particulares. Com efeito, esta intensa

repetibilidade poderá ter conduzido a uma reificação de certos comportamentos culturais *inventados*, que foram sendo associados a determinadas ‘culturas’.

Talvez a componente mais ‘perturbadora’ desta profissionalização tenha sido precisamente a invenção de tradições (Hobsbawm e Ranger, 1983) associadas às exposições de exotismo. Burton Benedict (1991) dá-nos precisamente conta de como a invenção de *performances culturais* se transformaram rapidamente em ‘características intrínsecas’ associadas a um determinado grupo nacional ou étnico, e que foram em muitos casos posteriormente incorporadas enquanto ‘tradições’ e/ou ‘traços culturais’ desses mesmos grupos:

“Through these displays particular stereotyped impressions of certain ethnic groups gained wide currency in the west. It appears that the performers soon became professionals, and audiences came to expect certain types of performances from particular nationalities or ethnic groups. After the political independence of former colonies such performances became symbols of nationality.”²⁸¹ (Benedict, 1991:8)

Mas, tal como nos alerta Timothy Mitchell (1998) a propósito da simulação e da encenação do quotidiano de uma rua *Egípcia* em plena “Exposition Universelle” de 1889 em Paris:

“[...] where, exactly, lay the line between the artificial and the real, the representation and the reality?” (Mitchell, 1998:416).

É em grande medida a partir da interrogação sobre o realismo do artificial, e das possibilidades de distinção entre a realidade e a sua representação que procurarei reflectir sobre as Exposições Coloniais francesas enquanto centros de peregrinação da mercadoria-fetice (Benjamin, s.d)²⁸², e muito concretamente sobre a forma como a Mauritânia foi representada no contexto das colónias da África Ocidental Francesa.

²⁸¹ Por outro lado, este processo de incorporação e integração de expressões culturais ‘outras’ pelas populações colonizadas contribui para a transformação dessas expressões culturais em marcas de ‘alteridade’ e de ‘diferença’ em relação à metrópole, que serão mais tarde utilizadas enquanto armas reivindicativas em processos de reivindicação e luta por independências nacionais. (Benedict, 1991).

²⁸² Do texto “Paris, Capital do século XIX”, disponível em <http://nowherelab.dreamhosters.com/paris%20capital.pdf>

6.2 – Quando o mundo inteiro cabia em França: o Império Colonial exhibe-se e ostenta-se.

A segunda metade do século XIX ficará marcada pela realização das primeiras Exposições Universais pensadas a uma escala internacional. Em 1851 realiza-se em Londres a primeira Exposição Universal do século que teve lugar no recém-inaugurado “Cristal Palace” e que recebeu seis milhões de visitantes. A novidade que constituíam estas exposições é parte da explicação para o seu sucesso, mas o seu êxito está sobretudo ancorado na forma como estas, não se contentando em mimetizar o ‘resto do mundo’ através da reprodução dos seus lugares e da importação das suas populações, sobrepunham à representação deste ‘resto do mundo’ uma leitura e um enquadramento do mesmo para consumo metropolitano. Tal como nos refere Timothy Mitchell (1988):

“[...] the exhibition appears not just to mimic the real world outside but to superimpose a framework of meaning over its innumerable races, territories, and commodities.” (Mitchell, 1988: xiv)

A França, eterna concorrente das conquistas imperiais britânicas decide, sob comando de Louis-Napoléon Bonaparte, organizar a primeira Exposição Universal em território francês, que teve lugar em 1855. Depois do sucesso desta é realizada uma exposição internacional em Istambul (General Ottoman Exhibition em 1863), e outra no Egipto (1867) com vista à celebração da inauguração do Canal do Suez (Mitchell, 1988).

Ainda em 1867 é organizada em França a “Exposition Universelle d'Art et d'Industrie”²⁸³, à que se seguem as exposições de 1878 e 1900. Assim, e ao longo de várias décadas (até à década de quarenta do século XX²⁸⁴) as Exposições Universais, e mais tarde as Exposições Coloniais, tornaram-se locais privilegiados para a

²⁸³ É também no fim da década de 1860 que Thomas Cook, que havia impulsionado o sector turístico moderno através da organização de excursões à exposição britânica de 1851 no “Cristal Palace”, começa a organizar viagens “[...] to visit not exhibitions of the Orient but the real thing” (Mitchell, 1988:21).

²⁸⁴ Nos anos 1940 são ainda realizadas duas exposições coloniais em território europeu, a “Exposição do Mundo Português” em Lisboa em 1940 (em plena II Guerra Mundial), e a “Foire Coloniale” em Bruxelas em 1948.

consolidação de uma imagem dos Impérios coloniais junto das metrópoles e das suas populações.

Estas funcionam igualmente como uma espécie de montra das potencialidades das colónias junto de eventuais colonos e investidores. De facto, estas exposições cumpririam também um importante papel no recrutamento de novos colonos:

«Both governments [britânico e francês] wished to encourage investment in and emigration to their colonies and saw the exhibitions as means to further these goals.” (Benedict, 1991:8)

Mas as Exposições Universais, realizadas na metrópole francesa entre 1855 e 1900²⁸⁵, contribuíram sobretudo para a transformação das percepções de alteridade e exotismo e para uma nova e diferente leitura do ‘outro’. De facto, o material narrativo de descrição e ‘tradução’ do ‘outro’ presente na literatura de viagens e na literatura de exploração e conquista do território (a qual analisámos nos capítulos 2, 3 e 4 desta dissertação) passou neste período a ser insuficiente e manifestamente ‘pobre’²⁸⁶.

Afinal o ‘outro’ podia ser, e foi-o efectivamente, exibido fora do seu contexto, como acontecera nas já referidas Exposições Universais e Coloniais, perante a curiosidade e o assombro de um público metropolitano, onde a ideia de oriente e de oriental ia ganhando sentido enquanto sinónimo de exotismo:

“The Orient, after all, was the great ‘external reality’ of modern Europe – the most common object of its exhibition, the great signified” (Mitchell, 1988:21).

Com os projectos coloniais europeus em marcha, e com uma presença cada vez mais sistemática e consolidada das administrações coloniais nos territórios ultramarinos, começam a chegar às mãos dos cidadãos das metrópoles europeias informações mais substanciais sobre as colónias. Como já vimos existem relatos e narrativas cada vez mais detalhadas em que o ‘outro’ é objecto de análise. Se as

²⁸⁵ Foram realizadas Exposições Universais em França nos seguintes anos: 1855, 1867, 1878, 1889 e 1900.

²⁸⁶ Sobre a inovação das Exposições Universais em finais do século XIX, Palcal Blanchard refere-nos: “The great novelty of these moments of scientific excitement, when compared with the eighteenth century and the first half of the nineteenth was that traveler’s tales and engravings were no longer enough to satisfy the public.” (Blanchard et al, 2008:7).

narrativas de viagem constituíram ampla fonte de inspiração a partir das descrições que continham, contemplando o 'outro', rapidamente estas se esgotaram enquanto contacto único com a alteridade.

No entanto, nas primeiras exposições realizadas em território francês tratava-se sobretudo de justificar perante a nação o investimento (humano, logístico e económico) da metrópole nos territórios coloniais, dando conta das suas riquezas e das suas potencialidades comerciais, ao mesmo tempo que era transmitida uma imagem das populações originárias desses territórios enquanto 'selvagens' e 'primitivas'. Esta estratégia de representação era por si só, como já vimos, justificativa da "missão civilizadora" da metrópole nos territórios coloniais com vista à 'domesticação' das populações autóctones.

De facto, o debate sobre até que ponto devia o país investir nos seus territórios coloniais, ou como estes deveriam ser administrados, constituía uma questão política controversa, que adquiria maior expressão em França do que por exemplo no Reino Unido (Benedict, 1991). A suspeição da população francesa em relação à viabilidade colonial só foi superada graças à capacidade do Império em se autopromover, e sobretudo, em tornar inteligível o seu papel nos territórios coloniais para as populações metropolitanas.

Para tal, tratava-se por um lado de provar a superioridade da metrópole face aos territórios coloniais, e por outro mostrar como essa superioridade civilizacional poderia ser utilizada com vista à 'domesticação' do 'outro':

"Once colonial peoples recognized their inferiority and the French public understood the value of the colonies and their responsibility to these "primitive" races, the organizers of colonial expositions believed they could feel confident that they had begun to attain their goal." (Hale, 2008:20)

A metrópole construía e assegurava assim o poder de representar (e expor) o 'outro' perante um público sedento da possibilidade do consumo de uma alteridade radical. Tratava-se, tal como referem Pascal Blanchard, Nicolas Bancel e Sandrine Lemaire (2008) de dominar, domesticar e representar o 'outro':

“With the establishment of colonial empires, power of representation over the Other was asserted in a new political context and in a period of unprecedented territorial expansion. The key turning-point remained colonization, for it demanded that the Other be dominated, tamed and consequently represented.” (Blanchard et al, 2008:106)

Foi esta a perspectiva que marcou os primeiros anos de realização das Exposições Universais e Coloniais, e que deu igualmente origem à exibição autónoma do ‘outro’, com maior ou menor contextualização relativamente ao seu lugar de origem. Contudo, nestas exposições, o lugar de origem é facilmente confundível com o ‘pavilhão de origem’, já que os próprios pavilhões, em alguns casos, condensam várias realidades nacionais raramente autonomizadas (como veremos para o caso da África Ocidental Francesa):

“Colonial exhibitions soon became places of entertainment, where spectators would visit an archetypal zoo in which natives represent the species (the biocenose) and the pavilions represented the habitat (the biotope).” (Boëtsch e Ardagna, 2008:120)

A lógica que presidia a este tipo de exposições era menos a de considerar as colónias ou os povos colonizados enquanto nações ou populações nacionais, mas considerá-las essencialmente enquanto representantes de uma “raça” ou de um fenótipo específico. Assim, num primeiro período de exibição do Império tratava-se de radicalizar a alteridade e de construir uma representação do ‘selvagem’ que funcionasse enquanto atractivo do ponto de vista do ‘marketing’ da exposição. Tal capacidade de atracção acontecia proporcionalmente à distância fenotípica do ‘sujeito’ exibido em relação ao público deste tipo de exposições.

Desta forma a “raça” constitui-se como elemento primário do reconhecimento da alteridade e enquanto garantia de exotismo, não só no contexto francês mas por toda a Europa e América do Norte. No entanto, as especificidades geográficas do colonialismo francês levaram a que a administração colonial optasse, num primeiro momento, por uma estratégia de exibição e representação dos seus territórios onde

estes eram divididos, grosso modo, em três diferentes grupos “raciais”: os negros, os mouros, e os indochineses.

Como veremos, esta segmentação “racial” tenta desenhar e definir uma linha onde as pertenças geográficas correspondessem às pertenças identitárias e vice-versa. Esta tentativa tem, no caso africano, e mais concretamente no que diz respeito à Mauritânia, uma das suas contradições mais paradigmáticas, e contribuirá para a invisibilização da Mauritânia no contexto das colónias africanas sob domínio francês.

6.3 – Os “soldados do Império”: reconfigurações na exibição e no discurso sobre o ‘outro’ após a I Guerra Mundial

De facto, a grande viragem na forma como as populações dos territórios coloniais foram representadas pela metrópole ocorre com o fim da I Guerra Mundial. Durante os quatro anos que durou a guerra vários foram os contingentes de soldados ‘indígenas’ provenientes dos territórios coloniais que vieram reforçar as tropas francesas, e combater ao lado destas contra os inimigos ‘comuns’. Estima-se que tenham participado na I Guerra Mundial cerca de 835 000 soldados indígenas (Audouin-Dubreuil, 2004), e que os territórios coloniais tenham fornecido igualmente a metrópole, entre 1914 e 1918, de bens alimentares e outros apoios logísticos essenciais para a vitória dos Aliados²⁸⁷.

As imagens profundamente racializadas veiculadas até então para representar as populações ‘indígenas’ – em grande medida através das primeiras Exposições Universais – foram sendo progressivamente modificadas com o fim da I Guerra Mundial. Se no final do século XIX foi construída uma imagem do ‘outro’ visceralmente racial, esta foi adquirindo novos contornos à medida que as relações de “conquista” e de “pacificação” da metrópole com determinados territórios foram evoluindo, assim como as relações de poder entre colonizador e colonizado.

De facto, ao longo das várias Exposições Universais e Coloniais que tiveram lugar em território francês, a representação do ‘outro’ vai sofrendo reconfigurações

²⁸⁷ Por esta altura os territórios coloniais franceses representavam cerca de vinte e cinco vezes a superfície territorial da metrópole (Hale, 2008:10).

consideráveis, que são *grosso modo* entendidas como o resultado da “missão civilizadora” levada a cabo pela metrópole. O ‘selvagem’ não poderia ser eternamente exibido enquanto ‘selvagem’ ou ‘bárbaro’, pois tal seria a assumpção do fracasso e da negação dessa mesma “missão civilizadora” e dos princípios fundamentais do colonialismo enunciados pela metrópole. Seria então necessário demonstrar que o ‘selvagem’ tinha sido finalmente domesticado, ou estaria em vias disso, e que tal representaria o sucesso da presença e da obra francesa em territórios coloniais:

“The status of the Other [...] gradually changed. At first reified as a ‘savage’, the ‘exotic’ figure was gradually ‘tamed’ during the period of colonial conquest and then ‘civilized’, in order to demonstrate the achievements of the colonial ‘civilizing mission’.” (Blanchard et al, 2008:16)

Assim, é sobretudo a partir de 1918 que a metáfora utilizada por França em relação aos seus territórios coloniais – França fora até então representada como a *mère patrie*²⁸⁸ e os territórios coloniais seriam seus protegidos (tal como as crianças) – dá lugar ao discurso da fraternidade e da colaboração entre a metrópole e os territórios coloniais. Tal como nos refere Dana S. Hale (2008):

“Two images of France coincide: the republican, fraternal France of human rights and equality and the protective parental France of superior culture and “civilization.” Before World War I, the parental image of France predominated. Africans and Indochinese needed to be saved, protected and civilized by a stronger French culture.” (Hale, 2008:176)

A “missão civilizadora” adquire assim novos contornos: a inclusão no vocabulário metropolitano de uma nova relação de parentesco entre França e as suas colónias, mais *fraterna* e solidária, mas que na prática acabou por não trazer consigo nenhuma transformação concreta quanto ao estatuto dos habitantes dos territórios coloniais e à forma como estes eram percebidos.

²⁸⁸ Importa referir que o imaginário nacionalista associado ao parentesco, onde a figura da nação é representada como mãe é transversal a diversos contextos, tanto do lado do colonialismo (como no caso francês e português), como do lado das lutas nacionalistas anti-coloniais (como no caso da Índia, c.f. Jackie Assayag, 2001).

Ao mesmo tempo este ‘novo’ estatuto que se tentava atribuir às populações colonizadas trazia incorporado duas importantes mensagens: 1) a de demonstrar às populações da metrópole de que sem o apoio das tropas coloniais a guerra não teria sido ganha e de que os recursos humanos das colónias eram essenciais para a França, mas igualmente, 2) a tentativa de apaziguar os discursos anticolonialistas que classificavam a missão colonial como racista e cruel e que se começavam a exprimir com maior visibilidade na metrópole.

No entanto, o novo léxico com vista à promoção de uma ‘fraternidade’ ideológica entre França e os territórios coloniais sob seu domínio, indiciava uma horizontalidade apenas aparente, já que a realidade colonial continuava a ser cruel e hierárquica em relação às populações ‘indígenas’. De facto, a forma como foram representadas estas populações nas Exposições Coloniais que se seguiram (1922 e 1931), bem como nos seus materiais de suporte, continuavam a veicular um discurso de superioridade racial:

“[...] the real attitude in France toward colonial peoples was hierarchical. Exposition displays and publications show that the belief in a superior French “race” and inferior colonial “races” was the basis for all colonial propaganda.” (Hale, 2008:178)

Apesar da prevalência de uma hierarquia racial, quer na prática quer no discurso da metrópole, as Exposições Coloniais pós I Guerra Mundial realizadas em território francês – a “Exposition Nationale Coloniale de Marseille” em 1922, e a “Exposition Coloniale Internationale de Paris” em 1931 – foram duas importantes ocasiões para insistir na tão apregoada relação de cooperação entre a metrópole e os territórios coloniais, e para afirmar o fim das políticas assimilacionistas praticadas até então nos territórios coloniais:

“The major colonial expositions held in Marseille (1922) and Paris (1931) strove to convince the French public that its colonies in sub-Saharan Africa offered the *metropole* valuable human and material resources. After World War I, colonial officials began to frame colonial propaganda in terms of a cooperative relationship or exchange between two partners.

Gone was the idea that the colonies had to be administered by a policy of assimilation to French culture and values.” (Hale, 2008:110)

Dana S. Hale (2008), no seu livro *Races on Display. French Representations of Colonized Peoples, 1886-1940*, reflecte precisamente sobre as reconfigurações operadas quanto às estratégias de representação das populações originárias de territórios sob administração colonial francesa na metrópole. O material utilizado para esta análise assenta em imagens racializadas utilizadas com fins publicitários, tendo em conta essencialmente as características dessas mesmas imagens e a terminologia escolhida no registo de marcas publicitárias neste período²⁸⁹. No entanto a pesquisa de Dana S. Hale foca-se igualmente nos materiais produzidos no âmbito das Exposições Coloniais assim como sobre as performances e recriações do contexto e do quotidiano do ‘indígena’ nessas mesmas Exposições.

A partir do trabalho de Hale podemos verificar que foi prática do Império Colonial Francês dividir as suas colónias em três grandes grupos: as colónias norte-africanas, as colónias subsaarianas, e as colónias indochinesas. Assim, e como já referi, a estas divisões geográficas corresponderiam também divisões “raciais” ou fenotípicas: negros, mouros e indochineses.

Estas divisões tinham no entanto a particularidade de serem pouco flexíveis e de contribuírem activamente para a reificação de fronteiras identitárias que na realidade não eram operativas, mas que marcaram inevitavelmente a percepção dos territórios coloniais por parte das populações da metrópole. No que aos territórios coloniais africanos dizia respeito, este tipo de divisão entre África do Norte e África Subsaariana vinha uma vez mais criar um vazio geográfico e identitário relativamente ao território da Mauritânia.

De facto, a administração colonial francesa assumiu a identificação instantânea entre os seus territórios do Norte de África - Marrocos, Argélia e Tunísia – com uma população composta predominantemente por ‘mouros’; assim como entre os seus

²⁸⁹ Café, chá, cacau, sabonetes, cosméticos, produtos de limpeza e óleos industriais, estão entre os principais produtos para os quais era escolhida uma imagem racializada na sua promoção.

territórios da África Subsaariana – essencialmente os territórios da África Ocidental Francesa – com uma população predominantemente negra.

Ora a Mauritânia não cabe nem na primeira categoria (a geográfica norte-africana) nem na segunda (a identitária ‘negra’). Efectivamente, este tipo de *clusters* classificatórios, frequentemente com base em cartografias estáticas (geográficas e sociais) desenhadas pela metrópole, são criações artificiais que não reflectem a plasticidade de fronteiras (sociais e geográficas) dos territórios. Assim, esta aparente dificuldade em organizar discursivamente, e mesmo em *classificar* a Mauritânia, poderá ter contribuído para a sua periferização no contexto das colónias da África Ocidental Francesa.

Esta ambiguidade identitária, geográfica e social, foi amplamente explorada em definições contemporâneas da Mauritânia que a caracterizam frequentemente enquanto um “país-fronteira” (Baduel, 1989; Ould Ahmed Salem, 2004) ou ainda como “uma-fronteira-que-é-um-país”. Mas se voltarmos ao período colonial percebemos rapidamente que a dificuldade em ‘encaixar’ a Mauritânia nas categorias e definições metropolitanas foi algo que se traduziu igualmente na promoção turística do país.

6.3.1 – Da sensualidade e do mistério dos ‘mouros’. Breves notas sobre a especificidade dos ‘mouros’ nas Exposições Coloniais.

Como acabámos de referir, o território da Mauritânia não era percepcionado como fazendo parte do universo ‘mouro’ no contexto das Exposições Coloniais. No entanto, tal como constatámos através da análise das narrativas de viagem de exploradores e viajantes a partir do século XV, a população da Mauritânia era claramente representada através da categoria ‘moura’.

Desta forma, é importante perceber que características eram atribuídas às populações ‘mouras’ no âmbito das Exposições Coloniais e de que forma eram percepcionadas e exibidas em contextos onde o ‘exotismo’ era claramente polifónico. De facto, podemos facilmente perceber, através do discurso presente nestas exposições em relação às populações ‘mouras’, que a estas lhes eram atribuídas

características distintas e específicas, face às demais populações presentes nestas exposições, e que passaram em grande medida pela sua feminização.

A ‘sensualidade’ e o ‘mistério’ eram claramente dois dos atributos mais frequentemente invocados em relação às populações ‘mouras’, assim como algumas imagens lhes eram recorrentemente associadas:

“Veiled women, gun-and sword-bearing warriors, camels, and caravans symbolized the region that France targeted for massive economic and structural development.” (Hale, 2008:118)

Os contextos islâmicos eram perspectivados como expoente máximo de um exotismo “oriental” que interessava manter e preservar enquanto símbolo de uma alteridade não excessivamente ‘radical’. Tratava-se, em prol do exotismo, de levar só até determinado ponto a «missão civilizadora» para que esta não pusesse em causa o que eram considerados os pilares desse mesmo exotismo. Efectivamente, e tal como refere Maxime Rodinson (1980), interessava ao colonialismo francês ignorar ou recusar as modernidades emergentes nas sociedades islâmicas, e aliar-se aos sectores mais conservadores destas sociedades como forma de preservação de um exotismo idealizado:

«L’exotisme amène plutôt les politiques coloniaux à s’efforcer de conserver les archaïsmes, à s’allier aux conservateurs indigènes. [...] La modernité est considérée comme un élément inauthentique, une trahison de la spécificité.» (Rodinson, 1980:92)

Esta ambivalência entre a vontade de manter as populações coloniais no seu estado de ‘pureza’, mais próximas de uma ideia estática de tradição e mais facilmente catalogadas através da sua suposta ‘essência’ cultural, e o interesse em torná-las mais ‘francesas’ resulta num conflito aparente que se manifesta por exemplo na forma como os territórios coloniais eram exibidos no contexto das exposições coloniais:

“The exotic pavilions, displays, and attractions showed that government officials admired and wanted to preserve the

charming Oriental world even as they argued that a commercial “civilized” and “French” North Africa was better.”
(Hale, 2008:140)

Mas se o Islão sempre exerceu um fascínio considerável no ocidente (Rodinson, 1980), as exposições coloniais foram os lugares por excelência para a consolidação desse deslumbramento através da construção de uma imagem do ‘mouro’ para consumo metropolitano. Essa imagem assentava na insistência e na ênfase de supostas ‘essências’, das quais uma das mais emblemáticas estaria relacionada com a sensualidade feminina (Alloula, 1981).

As exposições carregadas da sensualidade vagarosa e da aparente disponibilidade das mulheres veladas do oriente²⁹⁰ revelam bem a condescendência e a indulgência com que eram tratados os ‘mouros’ (neste caso as ‘mouras’) pelo público metropolitano, e a permissividade face à existência efémera e fantasiosa do “harém colonial” (Alloula, 1981). Existe uma considerável colecção de postais coloniais²⁹¹ que procuram precisamente recriar um harém oriental, muitos deles de natureza claramente erótica, destinados a um consumidor masculino europeu, para quem o ‘verdadeiro’ harém era evidentemente inacessível.

Esta condescendência face às sociedades ‘mouras’ acaba por contribuir inequivocamente para a perpetuação dos estereótipos associados às sociedades islâmicas, bem como para a sua essencialização:

“Government officials conveyed a condescending attitude toward North Africans by presenting them as exotic entertainment for French audiences and perpetuating contemporary stereotypes about Islamic cultures. At the same time, they attempted to obfuscate this image in speeches and ceremonies by acknowledging Maghrebians as “brothers” and

²⁹⁰ Sendo que uma das formas de representar estas mulheres na iconografia colonial era precisamente “desvelando-as”, tal como refere Malek Alloula em relação às mulheres argelinas durante o período colonial enquanto objecto de representação dos fotógrafos: “[...] the veiled subject - in this instance, the Algerian woman - becomes the purport of an unveiling” (Alloula, 1981:13).

²⁹¹ Estas colecções de postais incidem maioritariamente sobre contextos norte-africanos (Argélia, Tunísia e Marrocos), e podemos observá-los em algumas publicações tais como: Taurad, Belorgey e Sebbar (2006) *Femmes d'Afrique du Nord. Cartes postales (1885-1930)*; e ainda Taraud (2003) *Mauresques. Femmes orientales dans la photographie coloniale (1860-1910)*.

associates because of their contribution to the war effort.”

(Hale, 2008:140)

Se, como já mencionei, a grande viragem quanto à representação das populações coloniais na metrópole ocorre após a I Guerra Mundial²⁹², importa referir que a primeira Exposição Colonial realizada após este período é a de Marselha em 1922. Nesta exposição as outrora denominadas “raças do império” tendem a desaparecer do léxico expositivo e passam a dar lugar aos “soldados do império”, onnipresentes no recinto da exposição de 1922.

Tendo em conta esta reconfiguração do discurso na exibição colonial, interessa-me perceber como foi pensada, quer em termos espaciais, quer tendo em conta as representações identitárias, a apresentação e exibição do território da Mauritânia tanto na exposição colonial de Marselha em 1922, como na exposição colonial de Paris em 1931. Em ambas as exposições a Mauritânia foi incluída no pavilhão da África Ocidental Francesa que partilhou, como veremos, com outros sete territórios coloniais franceses.

Passaremos de seguida à análise do que foi o projecto exhibicionário destes dois grandes eventos imperiais, e a forma como o território da Mauritânia foi enquadrado, representado e caracterizado no conjunto das colónias africanas sob domínio francês.

²⁹² Em relação às populações ‘mouras’ em particular: “Before World War I, French exposition organizers and entrepreneurs presented the Arab, Berber, and Moorish populations of North Africa as mysterious peoples with customs considerably different from their own.” (Hale, 2008:46).

6.4 - A “Exposition Nationale Coloniale de Marseille” de 1922

A “Exposition Nationale Coloniale de Marseille” decorreu entre Abril e Novembro de 1922 e constituiu à data a mais extensa exibição do Império Colonial Francês. Nesta exposição, como já aflorámos anteriormente, a ideia de inferioridade racial foi perpetuada, apesar do discurso dos seus organizadores se esforçar por expressar valores republicanos tais como ‘fraternidade’ e ‘igualdade’ (Hale, 2008).

Pela primeira vez no discurso oficial da metrópole tratava-se de transmitir e enfatizar a ideia de que as populações coloniais estariam em ‘comunhão’ com a França, e que esta lhes desejaria expressar gratidão e confiança após a participação activa de tropas coloniais no decorrer da I Guerra Mundial. Ao longo dos oito meses da Exposição Colonial a memória da participação das tropas ‘indígenas’ ao lado das tropas metropolitanas foi quotidianamente activada através da apresentação de *tirailleurs sénégalais*²⁹³, trajados a rigor com uniformes militares, em permanência à entrada do pavilhão da África Ocidental Francesa²⁹⁴, ou em performances nos diversos festivais paralelos da exposição.

O pavilhão da África Ocidental Francesa foi arquitectonicamente inspirado pelas edificações de Djenné e Tombuctu (ambas situadas no território do então Sudão Francês)²⁹⁵, estruturas às quais o seu construtor acrescentou uma torre de 50 metros, incorporando nesta um elevador que possibilitaria uma ampla vista de toda a exposição.

²⁹³ Corpo militar pertencente à “Armée Coloniale” francesa, constituído em 1857 e designando o contingente de soldados coloniais negro-africanos, por oposição às unidades da África do Norte intituladas de “tirailleurs algériens”.

²⁹⁴ O pavilhão da África Ocidental Francesa incluía os oito países que integravam a federação da A.O.F.: Costa do Marfim, Daomé, Guiné Francesa, Alto-Volta, Senegal, Sudão Francês, Níger e Mauritânia.

²⁹⁵ Seria igualmente interessante a realização de uma reflexão sobre a evolução da construção/representação do pavilhão da África Ocidental Francesa ao longo das Exposições Universais e Coloniais. De acordo com Burton Benedict (1991) o pavilhão construído na “Exposition Universelle” de 1900 em Paris para albergar os territórios do Senegal e do Sudão Francês foi inspirado em planos de edifícios para Djenné e Tombouctou, no entanto ele foi construído de forma simétrica sem respeitar a assimetria que a utilização de tijolos manuais lhe atribuíra, ficando a parecer-se com “[...] a kind of neo-classical palace” (Benedict, 1991:7). Não obstante, este modelo arquitectónico “neo-clássico” foi posteriormente exportado de volta para Djenné quando uma nova mesquita aí foi construída em 1907 com o apoio da administração colonial. Adaptações deste edifício foram mais tarde adaptadas às Exposições Coloniais de Marselha (em 1906 e 1922) e Paris (1931) adquirindo nesta Exposição igualmente a função de restaurante.

Importa no entanto desmontar a ideia da ‘autenticidade’ e da dimensão autóctone destas construções, já que, tal como refere Burton Benedict (1991):

“The reproduction of palaces, buildings and villages were almost always designed by European or American architects, not by the inhabitants of the colonies, even if native materials and craftsmen were used. All sorts of liberties were taken with indigenous styles to fit the demands of the exhibitions.”
(Benedict, 1991:7)

E também Catherine Hodeir, referindo-se concretamente ao pavilhão da África Ocidental Francesa:

“[...] most journalists and guide books mistakenly described the West African pavilion as the mosque of Djenné, although every bar of the ornate grillwork doors was a fetish, which would be entirely unacceptable in a Muslim house of God. [...] the original mosque at Djenné did not exist anymore, having been restored by French architects at the beginning of the century in a way not appreciated by the inhabitants of the region. So, was the pavilion a copy of a copy?” (Hodeir, 2002:243)

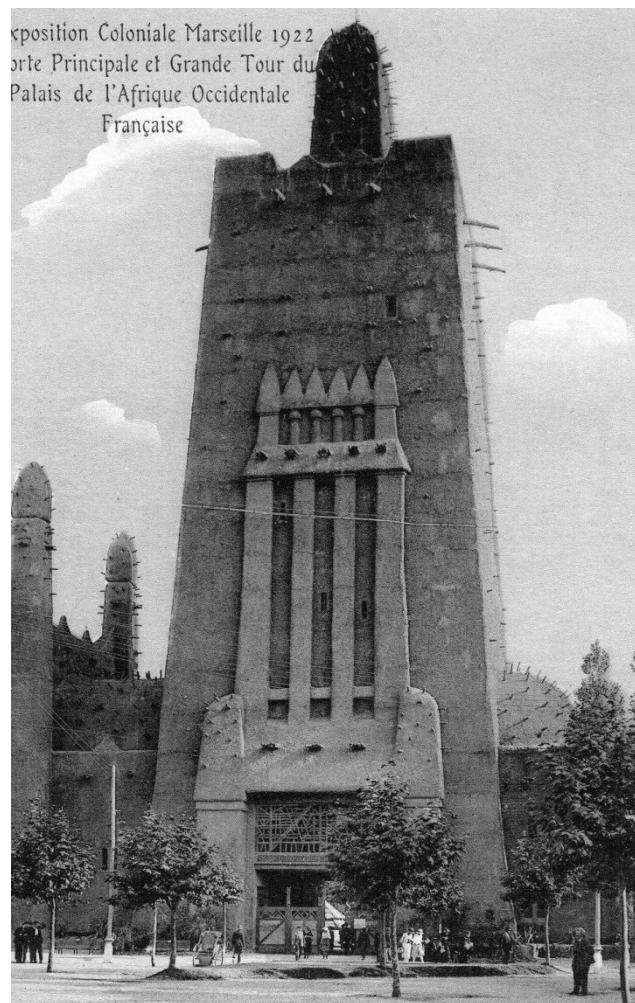


Figura Nº5: Pavilhão da África Ocidental Francesa na Exposição
Colonial de Marselha de 1922

Neste pavilhão encontravam-se expostas amostras de uma série de produtos existentes nos territórios da África Ocidental Francesa (frutos secos, têxteis, óleo de palma e madeiras), e que eram vistos como atraentes do ponto de vista comercial por parte de homens de negócio e de oficiais das colónias, tendo como objectivo final a sua exportação para outros países europeus.

Em frente ao pavilhão da A.O.F. foi instalada uma réplica de uma aldeia da África Ocidental rodeada por um lago artificial, e separada do pavilhão principal por um pequeno riacho. Nesta aldeia existiam várias cabanas, um pequeno templo animista, um aviário com aves 'exóticas', e uma enfermaria. Uma outra secção da aldeia incluía uma pequena quinta com animais domésticos, um celeiro, uma

mesquita, um posto militar e uma série de lojas de artesanato e seus respectivos artesãos em acção (Hale, 2008). Na área das lojas de artesanato poderíamos assistir a:

“The workshop area featured cloth weavers, smiths, tanners, and jewelry makers from Senegal, Mauritania, and Dahomey who sold finished products to the public. Dancers from the Ivory Coast and Moors from the Trarza region of Mauritania entertained European crowds in the village square.” (Hale, 2008:101)

Cerca de 100 pessoas – provenientes dos países aí representados – habitavam e reproduziam diariamente neste espaço a sua vida, numa tentativa de recriação de uma ‘verdadeira’ aldeia ‘indígena’. Este número representava mais do dobro dos participantes ‘indígenas’ na secção da África Ocidental Francesa da “Exposition Universelle” de 1900 em Paris.

Para a “Exposition Nationale Coloniale de Marseille” foi editada pela primeira vez uma brochura especialmente dedicada à Mauritânia²⁹⁶ (à semelhança dos restantes sete territórios da A.O.F.), na qual, para além de uma apreciação das qualidades turísticas do país (apreciação que já acima havíamos discutido), é feita uma sumária apresentação do mesmo, das suas populações e dos seus traços culturais:

«Quand ils ne sont pas mâtinés de sang noir, les maures ont le teint mat et ambre, les traits fins, le regard vif et intelligent; sous des apparences grêles ils possèdent de surprenantes qualités d’endurance; les femmes sont également d’une grande délicatesse d’attaches et de lignes jusqu’à l’âge de l’engraissement délibérément provoqué en vue du mariage. [...] Bien que la loi coranique l’autorise à prendre plusieurs épouses, le maure est le plus souvent monogame et la femme jouit, de la part du mari, d’une considération qu’ignore l’épouse en pays noire. Néanmoins, le divorce est très

²⁹⁶ Exposition nationale Coloniale de Marseille (1922) La Mauritanie, Commissariat de l’Afrique Occidentale Française, Imprimerie Coopérative Barrier & Cle, Montauban.

fréquemment demandé par la femme, trop soucieuse de ses intérêts matériels.» (La Mauritanie, 1922:8)

Para além de um olhar sobre os traços fenotípicos das populações, assim como um (recorrente) olhar sobre as mulheres e as questões de género, este texto discorre ainda sobre a política colonial a aplicar no país tendo em conta a sua estrutura ‘feudal’, assumindo por um lado que ela não se coaduna com os ideais republicanos franceses e por outro, que a administração colonial não teria de momento qualquer interesse em ver essas mesmas estruturas ‘feudais’ a desaparecer:

«Notre établissement en Mauritanie devait nécessairement entraîner des profonds modifications dans l'état social du pays, naguère feudal et anarchique à la foi. Cependant les diverses castes²⁹⁷ entre lesquelles se répartissait la population subsistent encore; nous n'avons d'ailleurs aucun intérêt immédiat à les voir disparaître.» (La Mauritanie, 1922:9)

Se os materiais históricos e iconográficos escasseiam relativamente à “Exposition Nationale Coloniale de Marseille” de 1922, o mesmo não acontece para a “Exposition Coloniale Internationale” de Paris em 1931, que foi objecto de vários estudos, reflexões e ensaios.

²⁹⁷ Mais tarde, em 1969, Constant Hamés retoma a ideia de castas aplicadas à sociedade mauritana no seu artigo: “La société maure ou le système des castes hors de l'Inde”, Cahiers internationaux de sociologie, Paris, vol. 46, pp. 163-177.

6.5 - A “Exposition Coloniale Internationale” de 1931

A década de 1930 inicia-se na metrópole com a preparação da “Exposition Coloniale Internationale” programada para o ano de 1931 em Paris²⁹⁸, exposição que, tal como algumas das suas predecessoras em território francês, adquire uma dimensão verdadeiramente internacional com o envolvimento de várias nações estrangeiras (Ageron, 1984)²⁹⁹.

A “Exposition Coloniale Internationale” de 1931 é tida por muitos como o expoente máximo da ideia de um Império Colonial que se autopromove, representando ao mesmo tempo um dos últimos lugares de memória colectiva daquilo que foi o museu imaginário do ‘exotismo’ e da alteridade desse mesmo Império. Tal como nos refere a este respeito Charles-Robert Ageron (1984):

«Aujourd’hui l’idée s’est accréditée, semble-t-il, que l’apothéose de l’Empire colonial et l’apogée de l’idée coloniale en France se situeraient, tous deux, dans les années 1930 et 1931. Les fêtes du Centenaire de l’Algérie et celles de l’Exposition coloniale de Paris auraient clairement manifesté alors le triomphe de l’Empire colonial français.» (Ageron, 1984:561-562)

Nesse mesmo ano, na metrópole, começam a ser postos em causa com maior visibilidade e veemência alguns dos pressupostos do colonialismo e da linguagem por ele veiculada, alegando que esta contribuiria para a perpetuação das desigualdades entre colonos e colonizados. Assim, por ocasião da realização da “Exposition Coloniale Internationale” surgiram alguns movimentos de opinião contra a sua realização, identificados nomeadamente com o movimento surrealista³⁰⁰. Paralelamente, a

²⁹⁸ Na realidade a exposição teria sido programada para 1925, mas sucessivos adiamentos por razões logísticas levaram a que só tivesse sido concluída em 1931 (Ageron, 1984).

²⁹⁹ Itália, Bélgica, Portugal, Holanda, Estados Unidos da América, Dinamarca e Reino Unido foram os países estrangeiros presentes na “Exposition Coloniale Internationale” de 1931.

³⁰⁰ O movimento surrealista, encabeçado por André Breton, distribuiu por ocasião da “Exposition Coloniale Internationale” de 1931, um panfleto intitulado “Ne visitez pas l’exposition coloniale”. Terão participado igualmente na contra-exposição sob o tema “La vérité sur les colonies”, organizada pelo Partido Comunista Francês, pela Liga Internacional contra a opressão colonial e o imperialismo, e pela Confederação Geral do Trabalho Unitário.

utilização de um léxico colonialista e discriminatório começava igualmente a ser posta em causa:

“At the Congrès de la Société Indigène, in 1931, Louis Massignon³⁰¹ was already drawing attention to the fact that *indigène* could be interpreted as pejorative. The day following his statement, the Paris newspapers published a proclamation to French troops in Tunisia ordering officers to refrain using the term *indigène* and to say “Tunisian” instead. Nonetheless, *indigène* continued to be used south of the Sahara until well after World War II.” (Hodeir, 2002:240)

Na exposição de Vincennes³⁰² a secção dedicada aos territórios da África Ocidental Francesa ocupava uma área de 3.5 hectares, e o seu pavilhão seguia o mesmo modelo utilizado para o pavilhão construído na exposição de 1922. Assim, à semelhança de Marselha, foi construído um palácio sudanês com paredes de argila, ocupando uma área de 5000 metros quadrados e contendo três torres (uma das quais com elevador), onde setenta e dois expositores (europeus e africanos) exibiam produtos agrícolas, bens industriais e objectos de arte³⁰³.

No terreno do pavilhão foram ainda feitas reconstituições de aldeias ‘indígenas’, de uma rua comercial – Rue de Djenné - assim como uma área de comércio e uma réplica em pequena escala da mesquita de Djenné. Ao mesmo tempo, foram exibidas as réplicas de um acampamento na floresta e de uma aldeia à beira de um lago artificial com diversas cabanas. Esta ‘diversidade’ de habitats tinha como objectivo mostrar o quotidiano quer dos grupos islâmicos, quer das populações animistas da região, dando uma imagem da pluralidade e da diversidade das populações da África Ocidental Francesa.

³⁰¹ Louis Massignon (1883-1962) foi um estudioso do Islão, conhecido por defender o entendimento entre cristão e muçulmanos, e por formar uma escola de estudos islâmicos que veiculada uma visão positiva do mesmo.

³⁰² A “Exposition Coloniale Internationale” de 1931 ficou também conhecida como a “Exposition de Vincennes” ao ter-se realizado no “Bois de Vincennes” em Paris.

³⁰³ Nesta Exposição estiveram presentes artesãos do Senegal, Costa do Marfim, Mauritânia, Sudão Francês, Guiné, Alto-Volta e Daomé, ultrapassando largamente em número aqueles presentes na Exposição Colonial de 1922.

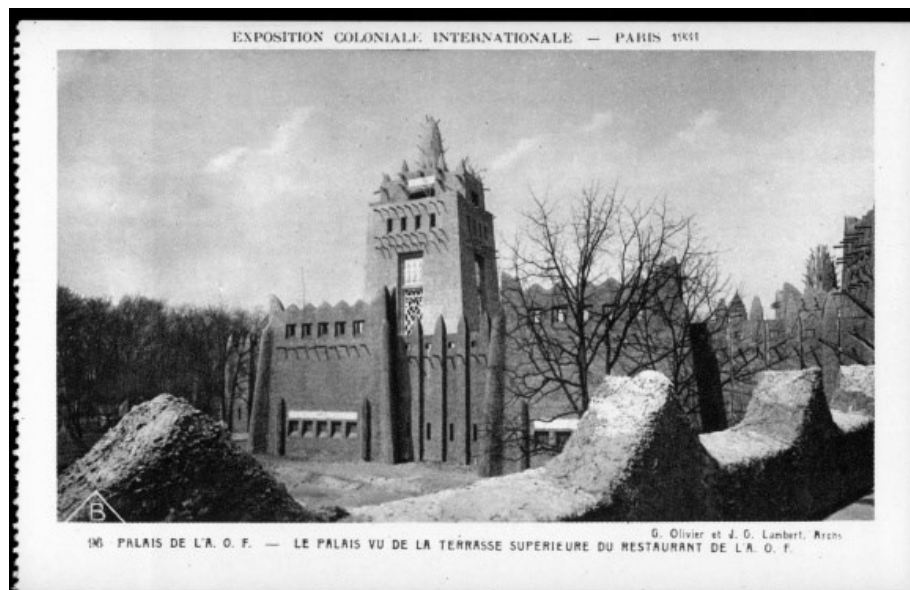


Figura Nº6: Pavilhão da África Ocidental Francesa na Exposição Colonial Internacional de 1931

À semelhança da Exposição Colonial de Marselha de 1922, o “Gouvernement Général de l’Afrique Occidentale” preparou algumas brochuras sobre o território da África Ocidental Francesa, neste caso em dez volumes: um texto geral sobre a A.O.F., oito brochuras dedicadas a cada território colonial, e ainda uma brochura dedicada à cidade de Dakar no Senegal. Nestas publicações, tal como naquelas editadas por ocasião da Exposição de 1922, é feita uma breve apresentação das populações locais, voltando, no que ao território da Mauritânia diz respeito, a insistir nas já amplamente reproduzidas e amplificadas representações:

“Some *notices* emphasized both the physical traits and moral shortcomings of West Africans. *La Mauritanie* included a poetic description of the frame, skin, hair, and facial features of “the great nomad of the desert.” It praised Moorish women for their beauty, but the authors felt that their physical attractiveness was often ruined by their plumpness, which Moorish men preferred. The authors wrote that “nothing speaks more strongly to [the] heart [of a Moorish man] than a young woman rendered misshapen, impotent, beneath successive layers of intrusive fat.” But the Moor’s greatest flaw,

in the view of the French authors, was his independence, pride, and violence.” (Hale, 2008:103)

Na brochura sobre a Mauritânia é ainda afirmado que apenas a influência civilizadora francesa teria possibilitado o estabelecimento de um sistema político estável no país, assim como o controlo da violência, que desde o início da penetração francesa se fazia sentir no território quer contra a presença colonial, quer de umas tribos contra as outras³⁰⁴:

“Ce n’est qui depuis l’occupation française que les Émirs de Mauritanie, relevant de notre autorité, peuvent espérer quitter le monde autrement que sous l’effet d’une discrète balle de carabine ou d’un poignard habilement manié.” (La Mauritanie, 1931:11-12)

Esta brochura revela no entanto um diferente grau de conhecimento e de aprofundamento relativamente ao país e às suas populações, sobretudo como contraponto ao que era veiculado através do material de promoção e divulgação turística que, no capítulo 5, no qual tratámos a questão do turismo colonial, tivemos ocasião de transcrever.

A manifesta disparidade entre os parcos conteúdos dos materiais de promoção e divulgação turística, e os detalhados e quase minuciosos conteúdos da brochura acima mencionada levam-nos a concluir que, apesar de existir um conhecimento relativamente consistente sobre a Mauritânia, esta não era encarada oficialmente como um território dotado de atractivos turísticos susceptíveis de agradar a um público em busca de exotismo e de ‘autenticidade’. A brochura dedicada à Mauritânia, dividida em seis partes³⁰⁵, confirma ainda assim alguns dos ‘inconvenientes’ do país:

“Plaine aride, désolée, sans un cours d’eau, ne bénéficiant que des rares et parcimonieuses précipitations atmosphériques

³⁰⁴ No entanto, e tal como sabemos, a “pacificação” definitiva do país foi alcançada apenas em 1934, depois de violentos combates entre as populações locais e os militares franceses.

³⁰⁵ As quais: 1- Historique. Géographie physique et humaine ; 2- Organisation administrative et militaire ; 3- Moyens de communication ; 4- Développement économique ; 5- Œuvres sociales ; 6- Organisation financière.

tout juste suffisantes pour permettre la vie à quelques nouveaux
buissons d'épineux agrippés [...]» (La Mauritanie, 1931:7)³⁰⁶

Mas a disparidade não se manifestaria exclusivamente em relação ao conteúdo desigual entre esta brochura e as publicações suas contemporâneas sobre turismo. A disparidade estaria presente mais uma vez na forma como as populações da Mauritânia eram apresentadas e representadas pelo ocidente: ora belicosas e hostis, ora hospitaleiras e aprazíveis.

Podemos facilmente afirmar que no discurso produzido exogenamente sobre o território da Mauritânia e as suas populações ao longo dos séculos houve uma transição progressiva entre a veiculação de uma imagem/ideia negativa e uma imagem/ideia positiva. Não obstante essa diversidade, as narrativas e as representações da Mauritânia e das suas populações enquanto bélicas e hostis só será gradualmente posta de lado após a “pacificação” total do país em 1934. Até então ambas as narrativas foram concomitantes, tal como é visível (entre muitos outros exemplos) na brochura produzida para a “Exposition Coloniale Internationale” de 1931:

«Hâbleur et querelleur, tout lui (le maure) est prétexte à longues palabres, à combinaisons sourdement ourdies pour se montrer supérieur à sa condition réelle. L'orgueil, le désir de paraître, de jouer au grand seigneur, dominant ses pensées. Pour satisfaire ses penchants, il excuse le vol, admet le pillage et tolère l'assassinat. C'est ainsi que tout chef se sent entouré d'hostilité diffuse [...]» (La Mauritanie, 1931:11)

Mas também:

«Le voyageur de passage trouve dans le campement maure l'hospitalité proverbiale : «Dif Allah», - il est l'hôte de Dieu. Toujours bien accueilli, bien traité, entouré de la considération discrète de tous, il peut séjourner les trois jours rituels sans

³⁰⁶ La Mauritanie (1931) Exposition Coloniale Internationale de 1931, Gouvernement Général de l'Afrique Occidentale Française, Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, Paris.

être tenue de donner le moindre renseignement sur les causes de son déplacement.» (La Mauritanie, 1931:13)

Esta ambivalência face à representação das populações ‘mouras’ foi algo a que já nos tínhamos habituado desde os relatos dos navegadores portugueses do século XV. Ela foi amplamente retomada e reciclada ao longo do tempo, e como podemos ver através do excerto acima, na década de 1930 era ainda o antagonismo que marcava os discursos sobre as populações da Mauritânia.

A literatura de viagens produzida sobre o território nas décadas de 1930 e de 1940 (onde pontificam, como vimos no capítulo 4, os textos de Odette du Puigadeau e Théodore Monod) terá sem dúvida contribuído para uma “pacificação” mais definitiva da identidade “moura”, mas o discurso oficial tardou em “pacificar” essa mesma identidade.

Esta brochura, na sua “Conclusão”, alude novamente ao débil papel que a Mauritânia poderia ocupar no quadro das colónias da África Ocidental Francesa, atribuindo-lhe desta forma uma missão exclusivamente ‘guerreira e política’:

«Dans le concert économique qui groupe en un faisceau puissant les colonies de l’Afrique Occidentale Française et porte rapidement l’ensemble de la Fédérations vers un avenir de prospérité, d’ordre et de richesse, la Mauritanie ne peut jouer qu’un rôle très effacé. Sa mission est exclusivement guerrière et politique.» (La Mauritanie, 1931:59)

6.6 – O princípio do fim da era colonial: a última exposição Imperial e o que se lhe seguiu.

Após o sucesso da exposição de 1931 foram promovidas, a partir de 1932, as “Semaines coloniales annuelles”, e em 1935 e 1940 serão realizados os “Sallons de la France d’outre-mer”. Em 1935 é igualmente rebaptizado o “Musée permanent des colonies” (fundado em 1931 e construído por ocasião da “Exposition Coloniale Internationale”), mudando de nome para “Musée de la France d’Outre-mer” e celebrando nesta data o tricentenário das Antilhas francesas (Grandsart, 2010).

Dois anos antes da eclosão da II Guerra Mundial é realizada em Paris, em 1937, a “Exposition Internationale des Arts et Techniques dans la Vie Moderne”, que continha uma “secção colonial” mas que não era na sua essência uma exposição colonial. Esta exposição foi realizada com o *Front Populaire* no poder, o que terá contribuído para que a ênfase da mesma tenha sido colocada mais no progresso e na inovação produzidos pelo país, transmitindo a imagem de uma nação moderna e desenvolvida, do que nos seus territórios coloniais.

Apesar do pavilhão da África Ocidental Francesa ter continuado a marcar presença nesta exposição, não me foi possível encontrar qualquer material iconográfico ou literário relativo à Mauritânia (com excepção de uma edição de selos), pelo que não poderemos aqui verificar como foi retratado o território nesta ocasião, nem esboçar uma análise comparativa entre esta e as exposições precedentes. De facto, não são abundantes os materiais produzidos no âmbito da “Exposition Internationale des Arts et Techniques dans la Vie Moderne” em 1937, relativos aos territórios coloniais, nem mesmo obras de reflexão sobre este acontecimento (por oposição à “Exposition Coloniale Internationale” de 1931).

Sabe-se no entanto que para a Exposição de 1937 foi continuada a política de replicação de estruturas arquitectónicas africanas para a realização de pavilhões nacionais. No caso da África Ocidental Francesa foi construída uma torre de trinta metros que constituiria a reprodução da mesquita Djingareyber em Tombuctu, assim como a reprodução de uma aldeia sudanesa, uma loja de artesanato, um cinema e também um *stand* de degustação onde o visitante era convidado a provar chocolate, fruta e café proveniente da Costa do Marfim (Hale, 2008).

O pavilhão da África Ocidental Francesa estava localizado perto do centro da *Ile des Cygnes*, e esta localização foi utilizada igualmente para a recriação de uma aldeia do Daomé à beira do lago, com casas sobre palafitas e canoas para o transporte das populações que aí residiam durante a realização da exposição. Foi também reservada uma área para a instalação de tendas tradicionais saarianas ocupadas por artesãos ‘mouros’ e Tuaregues (Hale, 2008).

Só após o desfecho da II Guerra Mundial a opinião pública francesa ficará amplamente convencida da necessidade de um Império Colonial (Hodeir, 2002). Mas é precisamente com o fim da guerra que recomeçam as insurreições em alguns dos territórios coloniais (nomeadamente os casos da Argélia³⁰⁷ e de Madagáscar, como vimos atrás), e se abre caminho para as reivindicações e para os combates pela independência.

Saltando para a África Ocidental Francesa, em 1946 decorre em território mauritano a enigmática “Foire-Exposition de Trarza-Rosso”, nos dias 30 e 31 de Março, sobre a qual não consegui obter qualquer tipo de informação, não obstante a obstinada pesquisa em seu redor. Tive conhecimento da realização desta “Foire-Exposition” através de um carimbo alusivo à mesma presente num postal e envelope, algo que foi confirmado por uma fotografia existente nos arquivos dos “Archives d’Outre-mer” que a situava em 1946.



Figura Nº7: Envelope alusivo à “Foire-Exposition di Trarza à Rosso”, 1946

³⁰⁷ A guerra pela independência da Argélia decorrerá entre 1954 e 1962.

Na imagem, a preto e branco, uma mulher mauritana surge em primeiro plano fitando a câmara fotográfica, ao lado de um mapa do país gravado em pedra. Ao seu lado encontra-se um grupo de ‘nativos’, e ligeiramente atrás duas mulheres de indumentária ‘ocidental’, claramente representantes da sociedade colonial. Ao fundo podemos aperceber-nos de uma pequena multidão composta essencialmente pela população local. A fotografia tem como única legenda: “Foire-Exposition de Trarza-Rosso”, 1946, e pertence à «Agence économique de la France d'outre-mer/Gouvernement de Mauritanie».



Figura Nº8: “Foire-Exposition de Trarza-Rosso”, 30-31 Mars 1946.

Após efectuada uma pesquisa em diversos locais e suportes constatei a inexistência de qualquer referência a tal acontecimento. Indaguei igualmente alguns dos meus interlocutores na Mauritânia e ninguém ouvira falar de tal exposição. Afinal a “Foire-Exposition de Trarza-Rosso” nunca existiu?

No entanto, e apesar de tal evento ter contornos fantasmagóricos, continuei a minha pesquisa. Até hoje não sei mais do que aquilo me revela a fotografia. Por momentos julguei que a “Foire-Exposition de Trarza-Rosso” pudesse conter em si informações valiosas sobre como, em território colonial, se reproduziam os

mecanismos de exibição do Império, e de como se representava uma ‘cultura’ a si própria, no seu próprio território, e para seu próprio consumo.

Afinal, nem o arquivo nem a memória me deram respostas para a existência de tão misteriosa e indiciadora imagem, e ela constitui agora uma pequena fábula privada, cuja narrativa nunca ganhou forma.

Se Ann Laura Stoler alude ao facto, em *Along the Archival Grain* (2009), de durante a sua pesquisa em arquivo ter encontrado registos de coisas que nunca aconteceram, referindo-se a elas como “não-acontecimentos” (Stoler, 2009:5), o que me sucedeu relativamente à “Foire-Exposition du Trarza a Rosso” foi precisamente o contrário: não encontrar nenhum registo de algo que, aparentemente, terá acontecido.

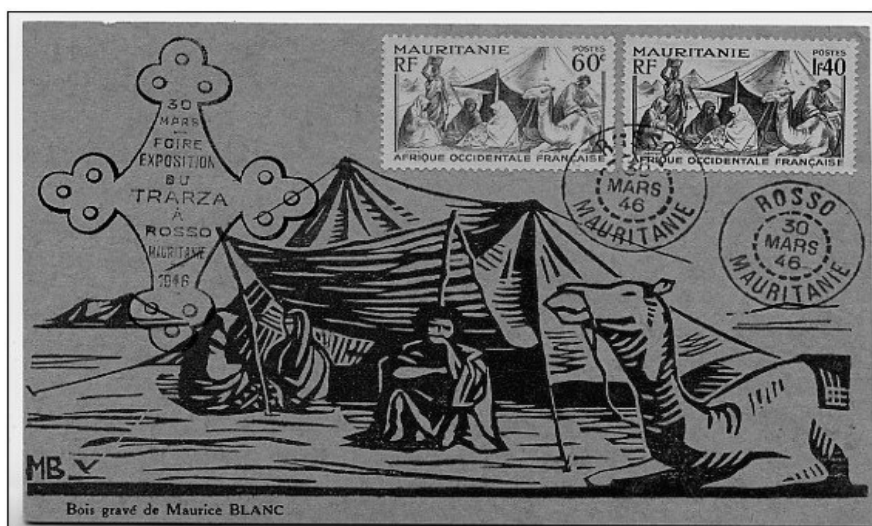


Figura Nº9: Postal alusivo à “Foire-Expositios du Trarza à Rosso”, 1946

Efectivamente, e tal como refere Mary Des Chenes (1997), os acervos dos arquivos apresentam lacunas e silêncios relativos ao passado, e não há como fazer com que eles dêem respostas a esses silêncios:

“The materials of the archives are a lacunary deposit from records of the past. Of what is missing, one only sometimes knows that it is missing at al. One may "ask new questions" of the documents, or discover a document that answers one's query. But one cannot ask that the archives fill silences or that they comment on the fact of silence itself.” (Des Chene, 1997:77)

6.7 – Iconografia colonial mauritana: os selos e os postais

Ao longo do trabalho realizado na Mauritânia em 2011 dediquei parte das minhas pesquisas à iconografia colonial, assumindo que as representações imperiais do país se traduziam não raras vezes em imagens e que estas se poderiam constituir enquanto importantes objectos de análise. Tal como refere Paul S. Landau a imagem estabelece-se como um dos *media* privilegiados para a representação do encontro colonial (Landau, 2002b:147).

Efectivamente, e após ter conseguido localizar alguns colecionadores³⁰⁸, constatei que estes possuíam uma colecção de selos e postais coloniais sobre o território da Mauritânia e suas populações, imagens que me pareceram poder fornecer um discurso visual sobre o poder (Burns, 2004), e constituir-se enquanto ferramentas úteis na construção e desconstrução da nossa compreensão sobre o passado colonial.

A reflexão sobre os postais coloniais enquanto ferramentas educacionais e propagandísticas (Dias, 1991; Geary e Webb, 1998, Burns, 2004), projectando e construindo imagens das populações autóctones de acordo com pressupostos orientalistas – as já referidas imagens de mulheres *indígenas*, veladas ou desveladas consoante o contexto geográfico que se pretendia representar – foi realizada para diversos contextos coloniais, por exemplo: Jill Dias (1991), para a África colonial portuguesa, Christelle Taraud, Leïla Sebar e Jean-Michell Belorgey (2006), para o contexto norte-africano, e Peter Burns (2004) para diferentes contextos do mundo árabe e islâmico³⁰⁹.

Estes postais, muitas vezes utilizados de forma a enriquecer a experiência turística (Burns, 2004), formavam, a par com fotografias e filmes, uma parte essencial do processo de recordação e evocação que dá sentido a essa mesma experiência, e constituíam-se enquanto objectos de consumo, não raras vezes apropriados pelo discurso turístico para dar sentido a uma ‘realidade etnográfica’. Tal como refere

³⁰⁸ Nomeadamente Ahmed Mahmoud Ould Mohamed, antigo embaixador e diplomata e actual “Directeur des Affaires Administratives et Financières” do Ministère de l’Équipement et des Transports, e Mohamed-Saïd Ould Hamody, antigo embaixador e diplomata, e ex-presidente da “Comission Nationale des Droits de l’Homme Mauritanienne”, a quem reitero os meus agradecimentos.

³⁰⁹ No seu artigo Burns (2004) reflecte sobre postais com diferentes representações geográficas tais como Palestina, Damasco, Egipto e Iémen.

Burns: “[...] the search for the picturesque was a *leitmotif* of Oriental tourism long before Kodakers started to track their exotic prey.” (Burns, 2004:263).

Os postais participavam desta forma na construção de identidades colectivas, e como tal estavam igualmente envolvidos na construção de identidades nacionais, através de fotografias que reificavam o artificial, a pose, a encenação, na maior parte dos casos mediadas por ‘autoridades’ ligadas ao mundo colonial, nas quais as populações locais e as suas vidas eram frequentemente reduzidas a objectos de consumo visual.

Quanto aos selos que encontrei relativos à Mauritânia no contexto das colónias da África Ocidental Francesa, nenhum dos quais datado, eles reproduzem regra geral imagens alegadamente representativas e *icónicas* da realidade mauritana: homens montados a camelo, mulheres veladas, ambientes domésticos à entrada de *khaïmas*, a colheita das tâmaras (eventualmente procurando ilustrar a *guetna*), recolha de água em poços, mulheres veladas tocando instrumentos musicais, e figuras emblemáticas da conquista colonial francesa (por exemplo René Caillié).

Todos estes selos nos dão conta de uma única realidade nacional, como se esta fosse unívoca e global: a da população ‘moura’ e o seu quotidiano nómada. Efectivamente os selos coloniais omitem, através das suas representações, a pluralidade identitária da Mauritânia da qual fazem parte as populações negro-africanas, bem como a prática de outras actividades (nomeadamente agrícolas) ligadas ao sedentarismo.



Figura Nº10: Selos da África Ocidental Francesa alusivos à Mauritânia

Mas talvez a reflexão mais interessante sobre os selos coloniais relativos ao território da Mauritânia, esteja ligada à forma como os seus *temas* vieram a ser replicados já em período de independência nacional. De facto, é possível encontrar dois grupos distintos de selos relativos à época pós-colonial: aqueles que reproduzem a iconografia colonial no que foi a sua representação da sociedade mauritana (as *khaïmas*, as tâmaras, a cultura nómada da viagem), e aqueles que introduzem novos elementos e símbolos, alguns remetendo para uma ideia de modernidade (expedições ao espaço, ciência, conhecimento, internacionalização), e outros ainda invocando o reportório imagético colonial: o serviço aerpostal saariano, romantizado por Antoine de Saint-Exupéry nas suas passagens pela Mauritânia.

Existe ainda um terceiro grupo de selos que, num contexto de construção da retórica da patrimonialização do país, aposta na reprodução de símbolos e imagens *oficiais* que procuram concomitantemente contribuir para a oficialidade historiográfica do território (ou nas palavras de Ould Cheikh (2013:159): “o mercado oficial da produção histórica”). Essas imagens são parte de um processo de construção de uma memória colectiva (oficial) assente na *escolha* desses mesmos símbolos identitários nacionais: sendo o minarete da mesquita de Chinguetti, e as “Villes Anciennes” os seus exemplos mais emblemáticos.

Quanto aos postais coloniais relativo à Mauritânia, eles têm como objectivo dar conta dos diferentes “tipos”/grupos que faziam parte das populações locais, consistindo na sua grande maioria em fotografias com fins propagandísticos, nas quais a eventual dimensão artística não era a principal preocupação, tal como refere Dias (1991) para outros contextos. Nestes postais as imagens das populações africanas eram inevitavelmente interpretações da realidade humana e social, no quadro das significações culturais e intelectuais europeias.

Desta forma os postais coloniais procuravam representar, mais do que pessoas, “tipos” e/ou “raças” que fossem *representativos* de uma determinada percepção do território colonial em questão. Jill Dias ao referir-se aos exemplos de postais coloniais relativos à África colonial portuguesa menciona:

“[...] Moraes’ photographs of these Africans were intended to portray general “types” rather than individuals. Posed groups and figures are presented impersonally to the camera, frontally

and in profile in the manner of scientific specimens.” (Dias, 1991:71)

Efectivamente, os postais coloniais relativos à Mauritânia ilustram também eles a predominância da representação de “tipos”: “type maure” é o mais comum, existindo também a variante “type maure-pourougne”. No entanto, quando se trata de uma imagem feminina a legenda passa a referir: “femme maure”. Regra geral trata-se de fotografias de pessoas em pose utilizando os acessórios apropriados relativamente à sua ocupação, ao invés de fotografias de pessoas ocupadas nas suas actividades diárias.

A artificialidade do cenário transforma não raras vezes o postal colonial *etnográfico* num objecto descontextualizado e romantizado. Na tentativa de sublinhar a *natureza* ‘exótica’ das populações, as fotografias que davam origem aos postais coloniais eram muitas vezes tiradas contra um fundo negro ou neutro, ou uma recreação de uma paisagem natural. Tal como afirma Jill Dias:

“[...] displaying a scientific preoccupation not only with the physiognomic and racial characteristics of his subjects, but particularly with the ethnographic details of hairstyle, dress and artefacts. [...] Many of the figures are presented against a decontextualized studio background [...]” (Dias, 1991:71)

Os postais coloniais relativos à Mauritânia tinham como objectivo principal a sua circulação pela metrópole, o que permitia, pela primeira vez, uma disseminação das imagens fotográficas do país e das suas paisagens³¹⁰, que terão contribuído inequivocamente para a consolidação de uma percepção pública sobre o território e as suas populações no contexto das colónias francesas da África Ocidental. Tal como refere Paul S. Landau, não só a escrita como também a fotografia constituíram as mais

³¹⁰ Jill Dias refere em “Photographic sources for the history of Portuguese-speaking Africa, 1870-1914” que a maior parte da fotografia colonial do final do século XIX representa essencialmente cenários naturais, cidades coloniais, monumentos e entrepostos comerciais europeus (Dias, 1991). No caso da Mauritânia a inexistência de “cidades coloniais” e de “monumentos”, leva a que as imagens produzidas sobre o país sejam essencialmente relativas a momentos da vida nómada quotidiana, ou postos militares franceses.

eficazes formas de dar a conhecer as realidades dos territórios coloniais nas metrópoles europeias:

“[...] it was only by way of the written word and of the printed image that most Europeans knew anything at all about the places their countrymen were busy ruling.” (Landau, 2002b:141)

Mas, se as fotografias coloniais, ou os postais em que as mesmas se transformavam, representavam uma ‘alteridade’ de certa forma *estabilizada*, o seu poder assentava na apropriação de imagens culturalmente identificadas, com vista à sua distribuição e interpretação. É esta possibilidade constante de apropriação e construção que caracteriza e que marca a reprodução de imagens e que as transforma em exemplos da “[...] voyeuristic economy of the colonial gaze.” (Burns, 2004:255).

«La trop nombreuse famille des déserts postiches
naïvement imaginaires ou frauduleusement inventés,
ceux du rêve ou de l'affabulation romanesque ou littéraire,
ceux pour lesquels – comme si la réalité n'était pas assez prodigieuse
– on en rajoute.»

Théodore Monod (Le Sahara, 1969)

CAPÍTULO 7

O TURISMO NA MAURITÂNIA PÓS-COLONIAL: PATRIMÓNIO, DESERTO E NOSTALGIA

7.1 – No país de “ciel et sable”: os *valores* e as escalas do deserto na Mauritânia

A 28 de Novembro de 1960 é oficialmente proclamada a independência da Mauritânia³¹¹, que passa a partir desse momento a denominar-se “República Islâmica da Mauritânia”. O seu primeiro presidente será Mokhtar Ould Daddah³¹² que se manterá no cargo até 1978.

Mokhtar Ould Daddah foi uma das figuras mais emblemáticas da Mauritânia pós-independência, aliando a vontade de construção de uma nova nação - que começaria em seu entender pela unificação das suas diversas etnias - com um desejo e um apelo à modernização do país. A existência de uma hierarquização dos estatutos sociais, ligados à prevalência de um sistema de identificação e pertença tribal, seria a seu ver um dos principais obstáculos para o desenvolvimento do território.

Ould Daddah, que havia realizado estudos universitários na área do Direito em França (e era casado com uma francesa – Marie-Thérèse Gadroy) encarnava a imagem do estadista cosmopolita e ‘estrangeirado’ que regressava à Mauritânia apostado na transformação do seu país natal rumo a um ideal de ‘modernidade’.

³¹¹ No entanto a lei-quadro de 23 de Junho de 1956 declarara já a Mauritânia enquanto país autónomo.

³¹² Mokhtar Ould Daddah nasceu em 1924 em Boutilimit, no sudoeste da Mauritânia, e viria a falecer em Paris, em 2003. No Capítulo 4 demos conta, a propósito de Odette du Puigaudeau, de algumas das suas interações com Ould Daddah.

Numa reportagem realizada a 8 de Maio de 1959³¹³ por uma equipa de televisão francesa, dirigida por Pierre Dumayet e intitulada “Mauritanie: Naissance d’un Etat”, Ould Daddah, então Presidente do Conselho do Governo da Mauritânia, manifesta a sua intenção em transformar a Mauritânia numa “Suíça africana”. Na sua opinião, o país poderia vir a ocupar um papel central na união e nas relações entre a África do Norte e os países do sul de África, mas igualmente nas relações entre África e a Europa.

A Mauritânia do futuro seria, segundo as intenções e as previsões de Ould Daddah, um país agrícola e pastoral, mas principalmente um país de exploração mineira, sendo uma das suas prioridades a aposta no desenvolvimento da extracção de ferro a partir das vastas minas do país. Para Ould Daddah a aposta nestes sectores seria a condição *sine qua non* para a existência de uma nova Mauritânia num contexto pós-colonial e de independência nacional.

No entanto, na entrevista de Pierre Dumayet, a primeira pergunta é colocada a Marie-Thérèse Gadroy - então há quatro meses a viver em território mauritano - e o entrevistador, seu compatriota, pergunta-lhe de que sente falta uma jovem parisiense, acabada de chegar da capital francesa, ao mudar-se para uma cidade ainda em construção – Nouakchott –, no meio do deserto, onde não se vê mais do que o céu. Marie-Thérèse Gadroy responde à pergunta de Pierre Dumayet de forma categórica: ela não sente falta de nada, de *absolutamente nada*.

Mais à frente Marie- Thérèse Gadroy confirma: ali não se vislumbrava de facto muito mais do que o céu, para logo de seguida acrescentar que para além do céu também ali existia a areia, revelando por fim que havia descoberto a dimensão misteriosa do país, como que uma espécie de *revelação*.

Curiosamente, e como veremos mais à frente, é precisamente nesta ideia de despojamento aliada às amplas paisagens de céu e areia, assim como numa aparente ‘dimensão misteriosa’, que se vai alicerçar em grande medida o discurso de promoção de um turismo pós-colonial no território da Mauritânia, e que transformará a representação do país de “ciel et sable” enunciado por Marie-Thérèse Gadroy numa espécie de imagem de marca para fins turísticos.

³¹³ Disponível em <http://www.ina.fr/video/CAF91030937/mauritanie-naissance-d-un-etat-video.html>.

O deserto, enquanto condensado de *ciel et sable*, assumirá assim a centralidade num contexto turístico onde escasseiam outro tipo de atractivos, e inverte de certa forma o estereótipo discursivo fundador a ele associado, produzido e reproduzido abundantemente pelas narrativas de conquista e de mapeamento que mais atrás analisámos. Esta inversão do estereótipo do deserto enquanto lugar de perigo, de medo e de ameaça constante, vai operar com especial sucesso no território da Mauritânia, que é promovido turisticamente enquanto *puro e incontaminado*, mas também como um lugar pacífico e espiritual.

De facto, a ideia do deserto enquanto paisagem *total*, isto é, que engloba um conjunto de características que passam pela ascese e pela comunhão, suscitou desde cedo um considerável fascínio e temor, que envolveu a tentativa de o atravessar, de o dominar e de o mapear. Durante muito tempo, aproximadamente até ao fim do século XVIII, o deserto do Saara representava (para o ocidente) uma barreira natural, uma terra incógnita da qual se desconhecia a realidade geográfica e que se prestava a toda uma série de mitos³¹⁴. Como já vimos, estas percepções foram sendo transformadas em grande medida graças às expedições levadas a cabo por Mungo Park no final do século XVIII, a par com a “conquista” de Tombouctou por René Caillié.

Contudo, o território do Saara foi desde sempre povoado e mais que tudo atravessado, essencialmente por populações nómadas, que se adaptaram a este meio natural árido, e que tornaram o seu amplíssimo espaço em espaços de transição e de mobilidade, entre o (seu) norte e o (seu) sul.

Em finais do século XIX o território do Saara havia já perdido parte da mistificação enquanto espaço impenetrável, e no capítulo 5 reflecti sobre a ‘democratização’ deste imenso e árido território, e de como ele foi aberto tanto física como ideologicamente pelos utensílios e pelos discursos coloniais, processos que possibilitaram o início de uma actividade turística. Aqui procurarei discutir como essa ‘democratização’ se foi consolidando através do turismo no período pós-colonial, e sobre as percepções contemporâneas sobre o deserto.

Depois de explorado e mapeado, o deserto adquire uma nova dimensão, agora enquanto espaço domesticado onde os seus limites naturais e geográficos são objecto

³¹⁴ Entre os quais o mito de que o curso superior do rio Nilo correria de oeste para este através do Saara, enunciado por Heródoto (geógrafo e historiador grego nascido no século V a.C.)

de conhecimento. Domesticação que será sempre parcial na medida em que o deserto representa e encarna no imaginário colectivo ocidental uma *dimensão misteriosa* perpétua.

É importante sublinhar que este fascínio pelo deserto, ou melhor, este particular tipo de fascínio que alimentou (alimenta ainda) o imaginário ocidental não é universal, no sentido em que as populações que o habitam ou que o cruzam quotidianamente não lhe atribuem, regra geral, o mesmo *valor*.

É precisamente sobre este *valor* que agora me pretendo deter, partindo do pressuposto que existe uma assimetria entre os turistas e as populações autóctones nas suas percepções sobre o deserto. Para os turistas o deserto é o terreno por excelência que possibilitaria um:

“[...] mode de vie envisagé comme l’antipode de la vie moderne et source de dépaysement absolu [...]” (Bonte, 2010:91).

Para as populações locais o deserto representa apenas um território que tem de ser diariamente atravessado, deslocação não isenta de perigos e dificuldades. Mesmo as suas fronteiras e os seus limites são diferentes para os turistas e para as populações locais:

«Mais ce que les Occidentaux n’imaginaient guère à cette époque, tant ils étaient assurés d’être le centre du monde, du Savoir et de la Vérité, c’est que pour les populations sahariennes, vivre au Sahara, parcourir le désert en tous sens et y acheminer des marchandises, était un exercice quotidien, somme toute banal, bien que difficile et souvent dangereux. Le désert avait ses règles de vie sociales, écologiques, politiques.» (Gast, 1988:165)

A par de Gast, alguns autores discutiram as percepções que as populações locais têm em relação ao deserto, e que passariam pelo entendimento deste enquanto um território vazio e estéril apenas povoado por seres sobrenaturais (*djinns*).³¹⁵:

«D'autant que, dans la société maure, le désert est représenté comme un espace 'vide' (*khle*) et stérile, peuplé de djinns (*ahl le-khle*).» (Boulay, 2010:87)

Aliás, o perigo (ou parte do perigo) das deslocações através do deserto adviria da presença destes seres sobrenaturais associados ao 'vazio':

“Dans la société maure, le voyage est conçu comme dangereux car consistant en la traversée d'une étendue «vide», domaine privilégié des *djinns* (appelés «gens du vide»).” (Boulay, 2009:100).

Registe-se que, a partir do momento em que o deserto passa a ser percorrido com maior regularidade, e que o 'vazio' se torna cada vez mais invadido por novas 'entidades', parece deixar de haver nele lugar para os *djinn*:

«Lorsque je demandai un jour à un nomade où il me serait possible d'assister à une manifestation des génies du désert, il me répondit que depuis que les automobiles et engins mécaniques avaient pénétré un peu partout au Sahara, que les avions en sillonnaient quotidiennement le ciel, la plupart des génies avaient émigré ailleurs.» (Gast, 1981:81)

Mas não foram apenas as 'máquinas' da civilização que desassossegaram o 'vazio' do deserto com os seus motores e os seus ruídos. A presença cada vez mais intensa e disseminada de turistas no seu território – transformando-o automaticamente num lugar de trabalho para grande parte dos habitantes locais – veio igualmente reconfigurar o *valor* que as suas populações lhe atribuíam.

³¹⁵ Veja-se a este respeito o recente filme de ficção francês “Djinns” (2010, realizado por Hugues e Sandra Martin) no qual um pelotão de soldados franceses parte em missão para o deserto argelino e é confrontado com ‘seres sobrenaturais’: os *djinns*. O filme é classificado como filme de “horror”.

Sébastien Boulay (2006), ao referir-se especificamente ao Adrar mauritano, dá-nos conta dessa inversão do *valor* do deserto onde este passa a ser considerado um espaço 'útil'. Esta inversão ocorre precisamente a partir do aumento da presença de turistas e da possibilidade de concretização de actividades económicas que passam a estar associadas ao deserto:

«Espace survalorisé par le tourisme en Adrar, le paysage désertique, et notamment le paysage des dunes dépourvues de végétation, semble prendre une autre valeur pour les habitants de cette région. Alors que ces espaces sont traditionnellement considérés comme des espaces extérieurs dangereux, ils sont aujourd'hui vus comme des espaces 'utiles' car parcourus par des hommes, en l'occurrence des groupes de touristes accompagnés par des Mauritaniens. Dans la culture bédouine, qui distingue les espaces 'vides' (*khle*) ou 'immensité' (*usa*) et néfastes, et les espaces habités et humanisés (*bâdiya*), l'espace devient en effet 'utile' dès lors qu'il est parcouru, par le cheptel et/ou par des hommes (Boulay, 2003).» (Boulay, 2006:79)

Apesar da evidente presença humana no território do deserto, o imaginário ocidental nem sempre contemplou a inclusão dos seus habitantes nas representações por si produzidas. Efectivamente, é difícil perceber a partir de que momento o deserto se tornou cenário e/ou personagem principal de múltiplas narrativas ocidentais, primeiro como território árduo de confronto e perigo, e mais tarde como local de deslumbramentos vários, compreendendo quer o misticismo quer o desafio físico e emocional.

No entanto, é inegável que a produção literária da primeira metade do século XX constitui um acervo narrativo que veio marcar profundamente as percepções contemporâneas sobre o deserto, e sobretudo aquelas que vieram mais tarde a ser mobilizadas por uma indústria turística que contribuiu inequivocamente para a construção do deserto enquanto destino turístico.

No acervo literário relativo ao território do Saara são abundantemente referidas as narrativas de autores como Théodore Monod e Odette du Puigauveau,

mas também de Antoine de Saint-Exupéry e de Michel Vieuchange, nas quais o território da Mauritânia adquire alguma centralidade entre os países que partilham os desertos do Saara e do Sahel. Aqui a denominação “Saara” acaba por se sobrepor muitas vezes a identificações que remeteriam para as fronteiras nacionais dos países que compõe este deserto, e o “Saara” enquanto território transnacional tende a ‘engolir’ e/ou a apagar essas mesmas fronteiras. Aliás, neste sentido, convém não esquecer o papel da literatura e do cinema na divulgação (e na criação) do Saara enquanto lugar de aventuras (Beau Geste, La Bandera, L’Atlantide, etc.).

O mesmo se passa em relação às definições utilizadas pelo turismo contemporâneo para designar os ‘homens do deserto’. Se na maior parte da literatura de conquista e mapeamento colonial o termo ‘mouro’ é utilizado com recorrência e designa na maior parte dos casos os habitantes de um amplo espaço territorial que pode incluir desde a Tunísia até à Mauritânia passado pelo Mali, a linguagem do turismo contemporâneo utiliza recorrentemente o termo ‘homens do deserto’, insistindo aqui claramente na associação ao espaço físico que corresponde ao entorno dos seus habitantes, e naturalizando-os de alguma forma neste vínculo homem/natureza.

No entanto importa referir que em muitos contextos turísticos esta naturalização da ideia e da imagem dos ‘homens do deserto’ levou a que se procurasse um equivalente ‘etnográfico’ mais consistente, na tentativa de os dotar de *espessura identitária*. É neste processo de adequação terminológica que a identidade “Tuaregue” surge como metonímia do ‘homem do deserto’, e é apropriada em alguns terrenos geográficos e mobilizada para a arena turística, como foi o caso do sul de Marrocos (Cauvin-Verner, 2007).

Desta forma, em muito contextos turísticos onde o deserto se assume como principal atracção, as populações locais acabaram por incorporar a identidade de “Tuaregues” - ocultando para o efeito as suas reais pertenças nacionais, tribais e geográficas (Cauvin-Verner, 2010:121) - por considerarem que o rótulo “Tuaregue” era o que melhor serviria as expectativas dos turistas.

Com efeito, para os turistas a *identidade* “Tuaregue” é distinta da identidade ‘árabe’. É menos conotada política e religiosamente, mais *etnográfica*, e, no fundo, mais ‘exótica’. Contudo esta aproximação estratégica à *identidade* “Tuaregue” não é

isenta de complexidades, e a própria gestão destas identidades por parte das populações locais envolve alguns riscos, tal como nos refere Corinne Cauvin-Verner:

«Le touriste souhaite se confronter à l'altérité des 'peuples du désert' mais les individus en charge de les guider ne doivent pas se revendiquer musulmans, au risque d'être pris pour des fanatiques³¹⁶. Ils ne se doivent pas d'avantage se dénommer 'Sahraouis' pour ne pas apparaître comme des dissidents susceptibles de menacer la sécurité des voyageurs. Ils se contentent donc de se déclarer Touaregs, une 'labellisation' neutre qui attesterait de leur authenticité d'«Hommes Bleus».» (Cauvin-Verner, 2010:121)

Mas ao contrário do que refere Corinne Cauvin-Verner não creio que a 'etiquetagem' *Tuaregue* seja neutra: tal como já foi acima referido, acredito que em contextos turísticos a identidade "Tuaregue" possa ser uma mais-valia quando capitalizada por populações que dela se reivindicam, por ser 'exótica' e dotar automaticamente de *autenticidade*. Ao mesmo tempo, ao 'exotismo' da identidade juntam-se algumas particularidades como a da suposta liberdade da mulher Tuaregue, ou o facto de a sociedade Tuaregue ser apresentada como matriarcal (Pandolfi, 2004), algo que, em contextos maioritariamente islâmicos, funciona como um elemento de atracção e fascínio para os turistas ocidentais.

³¹⁶ Importa no entanto referir que Sébastien Boulay tem, a partir do seu trabalho de campo na Mauritânia, uma diferente visão sobre a presença da religião islâmica em contextos turísticos, sendo aqui a prática quotidiana da religião ligada a uma ideia de autenticidade. (Boulay, 2010).

7.2 – Estratégias, processos e discursos do turismo pós-colonial na Mauritânia: deserto, património e institucionalização

No capítulo que dediquei ao turismo colonial dei brevemente conta de como se começou a estruturar a actividade turística na África Ocidental Francesa, e mais concretamente na Mauritânia em finais dos anos 1920, e de como essa estruturação apostou, num primeiro momento, na caça³¹⁷ e na natureza como duas das principais atracções turísticas para estes territórios. Mais tarde, e tendo em conta que a Mauritânia não era o país mais adequado para a prática da actividade cinegética, a promoção turística passou a incluir no seu discurso a possibilidade de realização de um “turismo etnográfico”.

A ausência quase generalizada de monumentos, ou de outro tipo de atracções palpáveis, associados às motivações de grande parte das viagens turísticas (sobre a construção de “atracções turísticas” veja-se MacCannell, 1976, entre outros autores) levou a que, no caso da África Ocidental Francesa, a promoção turística insistisse numa relação estreita entre turismo, natureza e etnografia, perpetuando e consolidando a imagem de uma África ‘misteriosa’ e ‘eterna’ (e portanto imutável) através de mecanismos de folclorização das suas populações e respectivas manifestações culturais, assim como das suas paisagens.

Se é verdade que a actividade turística em contextos coloniais não cessou de crescer nos territórios africanos (com especial ênfase no período entre as duas guerras mundiais: 1918-1939), passando de algumas centenas de viajantes nos anos de 1920 para alguns milhares na década de 1950 (Dulucq, 2009), podemos afirmar que as motivações por detrás da realização destas viagens foram sendo também elas reconfiguradas.

De um turismo que proporcionaria aos viajantes um contacto em primeira mão com os territórios ultramarinos, e/ou uma “lição das coisas” imperiais (Furlough, 2002) durante as décadas de 1920 e 1930 passou-se, na década de 1950, para uma concepção do turismo em território colonial enquanto contributo para o

³¹⁷ A promoção da caça como actividade turística principal nos territórios da África Ocidental Francesa pode ser percebida como um mimetismo do que era a promoção turística realizada no âmbito dos territórios coloniais britânicos em África, que tinha no *safari* o seu principal ‘produto’. Sobre os safaris enquanto prática do turismo colonial britânico ver Staples (2002).

desenvolvimento³¹⁸ desses territórios (Dulucq, 2009), ou mais tarde, para um turismo orientado para o hedonismo e o lazer (Furlough, 1993).

No entanto a crença no turismo como uma ferramenta desenvolvimentista ‘pura’ é criticada e desafiada por alguns autores (Nash, 1978; Cazes, 1989), que vêem no turismo praticado em ex-territórios coloniais uma forma de imperialismo (Nash) ou uma perpetuação do estatuto colonial dos mesmos (Cazes).

Para Nash (1978), o poder dos centros metropolitanos para desenvolverem nas regiões ou países estrangeiros actividades turísticas que respondam às necessidades de um “centro produtivo” - que gera os turistas e as suas necessidades -, é a essência mesma do turismo enquanto forma de imperialismo:

“[...] metropolitan centers have varying degrees of control over the nature of tourism and its development, but they exercise it – at least at the beginning of their relationship with tourist areas – in alien regions. It is this power over touristic and related developments abroad that makes a metropolitan center imperialistic and tourism a form of imperialism.” (Nash, 1978:35)

Mas, se como afirma Dennison Nash (1978), é a expansão dos interesses de uma sociedade fora dos limites geográficos da metrópole que a torna imperialista, as “novas colónias de férias”, tal como enunciadas por Georges Cazes (1989), coincidem não raras vezes com ex-territórios coloniais que continuam a responder às necessidades do “centro produtivo”, perpetuando a sua *essência* enquanto lugares marcados pelo ‘exotismo’ e pela ‘autenticidade’ e, como refere Furlough, pelo “consumo de prazer” que possibilitam:

“As most of France’s colonies became independent states, no longer *pays* within Greater France, vacations in the former

³¹⁸ Alguns autores (cf. Verdié, 1996) referem-se a esta transição, entre a década de 1920 e a década de 1950, como uma passagem de um turismo colonial para um turismo ‘africanista’. No entanto o conceito de turismo ‘africanista’ não se me apresenta muito claro, nem de fácil caracterização e identificação, pelo que optarei por não classificar e/ou adjectivar o turismo praticado na África Ocidental Francesa ou na Mauritânia a partir dos anos 1950.

colonies were represented as exotic and replete with consumer-oriented pleasures.” (Furlough, 2002:472)

Se os postulados de Dennison Nash (1978) e Georges Cazes (1989) podem ser questionados e criticados por não contemplarem nas suas análises a capacidade de agência das populações *periféricas*, para as quais o turismo pode constituir uma ferramenta emancipatória, importa referir que em muitos contextos pós-coloniais, dos quais a Mauritânia é um exemplo, o turismo contribuiu efectivamente para reconfigurações sociais a diversos níveis, reconfigurações que importa não diabolizar e/ou condenar de forma apriorística.

Também a concepção do turismo como uma actividade puramente hedonista, tal como começou a estruturar-se a partir da década de 1950, foi sendo posta em causa. A ideia de que o turismo podia contribuir activamente para pôr em ‘perigo’ não só o meio ambiente, mas também as populações e as suas *identidades*, levou a uma “moralização do turismo” (Butcher, 2003) que conduziu à criação de novas formas de turismo (alternativo, ético, comunitário, ecoturismo) que rapidamente se constituíram enquanto produtos *alternativos* e “moralmente superiores” (Butcher, 2003:i) num contexto de um turismo cada vez mais massificado.

Os efeitos desta “moralização do turismo” são bem evidentes na Mauritânia pós-colonial, e resultam por exemplo na criação de um “turismo de deserto” que se alimenta não só da ideia de nostalgia colonial (Gregory, 2001) mas também da ideia de um ‘ambiente em perigo’ que urge preservar, a par com a ‘autenticidade’ das populações locais.

Nunca tendo sido um destino turístico de massas, a promoção turística da Mauritânia pós-colonial assenta numa ideia de *fragilidade* - das populações, do meio-ambiente, do património – (Cardeira da Silva, 2012)³¹⁹ à qual são acrescentadas dimensões diversas que vão desde a aventura à *comunhão* com a natureza.

³¹⁹ Tal como refere Cardeira da Silva (2012), referindo-se especificamente ao património em *perigo* existente em Ouadane: “[...] what attracts more tourists to Ouadane is this sense of frailty and urgency expressed in monumental enframing of the ruins and other areas of local touristified life and culture. The motive of safeguarding highlighted by UNESCO becomes a tourist attraction itself.” (Cardeira da Silva, 2012:74)

É esta identidade pristina, a de um país ainda não contaminado pelo “turismo de massas”, que transforma a Mauritânia num lugar *válido* para o turista. É uma ideia de autenticidade, tendo em conta as suas múltiplas leituras, que é veiculada através do testemunho de um turista que visita o país:

«La Mauritanie est au seuil d’une évolution touristique. Elle présente un environnement vrai, non encore envahi par les hôtels, le ‘coca-cola’, et par conséquent le visiteur touche plus à l’authentique. Ce que je souhaite, c’est que vous continuiez à nous accueillir mais en restant vous-mêmes, c’est-à-dire présents, sans se ‘touristiquer’.» (Horizons N°2234, Samedi 12 Décembre 1998)

Ao longo deste capítulo irei reflectir essencialmente sobre a consolidação da actividade turística na Mauritânia pós-colonial, procurando finalizar a genealogia iniciada previamente, e identificar os processos e os agentes que contribuíram para a estruturação oficial do turismo, a sua promoção e o discurso mobilizado. Argumentarei que a construção da Mauritânia enquanto destino turístico está ancorada a um discurso de glorificação de um passado colonial ligado à conquista do território, que perpetua a ideia de que o deserto é um espaço *bom* (dadas as suas características geográficas) para ser consecutivamente *apropriado* (física ou emocionalmente) pelo ocidente.

Desta forma irei dar conta de algumas reflexões sobre o deserto enquanto território de múltiplas valências, partindo de seguida para uma análise do rali como expoente máximo da replicação da ‘epopeia colonial’ que contribui para a mistificação do deserto como um espaço onde o binómio ‘aventura-descoberta’ traduz o seu potencial turístico.

Argumentarei ainda que a “nostalgia colonial” mobilizada no discurso da promoção turística não vai beber a uma memória colectiva nem dos ex-colonos, nem dos ex-colonizados, mas antes, e tal como Pierre Nora (1984) concebe a memória enquanto um “fenómeno puramente privado” (Nora, 1984:xxiii), defendo, a partir de Bissel que os discursos nostálgicos circulam num terreno social onde diversas formas

de memória estão em jogo (Bissel, 2005:216), e operam de múltiplas formas nas suas evocações de um passado não unânime:

“[...] multiple forms of memory are operating, with diverse temporalities and conceptions of the past evoked for radically different cultural purposes.” (Bissel, 2005:217)

Passarei de seguida para a tentativa de construção de uma genealogia do turismo pós-colonial mauritano, procurando traçar os seus processos de consolidação, as estratégias utilizadas para a promoção do território, e as vicissitudes associadas ao impulsionamento desta actividade que, depois de um crescimento exponencial, acaba por sofrer uma duradoura crise com efeitos sobre as populações locais que entretanto haviam investido no sector do turismo.

Voltemos portanto ao território da Mauritânia pós-colonial com que começámos este capítulo, e atentemos nas transformações que foram operadas no domínio do turismo após a independência do país.

Ao contrário do período colonial, em relação ao qual foi possível traçar e contextualizar, através essencialmente de material de arquivo, o desenvolvimento da actividade turística nas colónias da África Ocidental Francesa entre as décadas de 1920 e 1950, as fontes relativas ao período que se segue à independência da Mauritânia são escassas e estão, salvo raras excepções, confinadas à década de 1990.

Torna-se portanto tarefa árdua, a percepção das continuidades e descontinuidades do desenvolvimento da actividade turística a partir de 1960, e aqui, antes de avançar cronologicamente até à década de 1990, darei apenas conta de algum material de arquivo relativo à década de 1970, a partir do qual procurarei avançar com vista à construção de uma genealogia pós-colonial da actividade turística na Mauritânia.

Em 1972 é formalizada a primeira agência de viagens em território mauritano denominada “L’Agence Mauritanienne de Voyages et Transit”, e que continuou a ser a única agência de viagens até ao início dos anos 1980. Em 1973 é criada a “Société Mauritanienne du Tourisme et de l’Hôtellerie” na qual 51% do capital era detido pelo Governo da Mauritânia e o restante pela companhia “Air Afrique” e por empresas privadas mauritanas. Esta sociedade terá posteriormente aberto um centro de caça em

Keurmacène (no sul do país), assim como albergues em Atar, Chinguetti e Ouadane, e hotéis em Nouadhibou.

Alguns anos depois, em 1975, é editada uma brochura³²⁰ onde a ‘dificuldade’ de organização de circuitos turísticos na Mauritânia volta a ser, tal como durante o período colonial, evidenciada, propondo esta publicação uma visita ao recém-inaugurado “Musée National de Nouakchott”³²¹ como eventual substituto de uma viagem pelo país:

«Les difficultés que pose l’organisation de circuits touristiques en Mauritanie ont conduit à développer la description du Musée dont la visite donne un excellent aperçu de cet immense pays.» (Guide Touristique de l’Afrique: Sénégal, Mali, Mauritanie, Niger, 1975:169)

Esta brochura, editada em Paris, reflecte inequivocamente a linguagem do turismo colonial e também a sua dificuldade em ‘gerir’ turisticamente as características do território da Mauritânia. É neste contexto que o “Musée National” se apresenta como um aparente *condensado* da ‘cultura nacional’ e uma ‘montra’ oficial do país³²², mas também e sobretudo como um substituto da própria viagem.

Desconhecendo evidentemente as escolhas relativas ao espólio do “Musée National de Nouakchott” em 1975, posso afirmar que actualmente o “Musée National”

³²⁰ Guide Touristique de l’Afrique: Sénégal, Mali, Mauritanie, Niger, Hatier, Paris, 1975

³²¹ O museu nacional de Nouakchott foi concluído em 1972, sendo que a sua construção esteve a cargo de empresas da República Popular da China, e deveria igualmente acolher o Ministério da Cultura e a Biblioteca Nacional. Foi inaugurado a 28 de Novembro de 1972, data do 12º aniversário da independência da Mauritânia (Ould Cheikh, 2013:162). A respeito do museu nacional Ould Cheikh (2013) refere: “Exceptuando a incorporação de pedras de alvenaria trazidas das pedreiras da região de Atar para a fachada principal, o edifício não deve muito nem aos materiais, nem às concepções arquitectónicas locais – que, em verdade se diga, são particularmente pobres em monumentos de alguma dimensão. Edifício solenemente quadrangular, construído sobre dois pisos de pé-direito elevado, a “Casa da Cultura”, como passará a ser pomposamente chamada, constitui, com os seus pórticos e altas colunas quadrangulares que percorrem três das suas fachadas, uma terna síntese da arte monumental estalinista com vagas revisitações da tradição chinesa.” (Ould Cheikh, 2013:162)

³²² Durante o trabalho de terreno realizado em Outubro e Novembro de 2011 tive ocasião de efectuar uma visita guiada ao “Musée National de Nouakchott”, realizada pelo seu director M. Kanadiyya, a quem reitero os meus agradecimentos. Ao longo desta visita pude constatar, através do discurso do seu director, o apreço pela colecção arqueológica, considerada ‘jóia da coroa’ do museu e sempre em crescimento, por oposição à colecção etnográfica, ‘congelada’ e perpetuamente consagrada à sociedade ‘moura’. Efectivamente, apesar do discurso oficial enfatizar a pluralidade e diversidade étnica da Mauritânia, as suas representações identitárias continuam a cingir-se à realidade ‘moura’ herdeira das ‘tradições’ nómadas e beduínas.

e o seu espólio apenas vêm contribuir para a reificação das leituras mais impressionistas sobre a Mauritânia: os objectos etnográficos existentes no piso superior relacionam-se essencialmente com a população ‘moura’³²³, e o piso inferior constitui uma mostra da pré-história e da arqueologia do país, algo replicado pelos já referidos ‘museus espontâneos’ do Adrar mauritano (Cardeira da Silva, 2006).

Mas numa publicação³²⁴ bilingue (francês/inglês) e editada em Nouakchott, a Mauritânia aparece já como um destino turístico onde o deserto constitui uma das principais atracções, algo que é enfatizado na forma romântica e metafórica como é promovido o deserto enquanto «produto»:

«[...] le Grand Désert du Sahara dont les dernières grandes vagues de sable blanc et blond viennent mourir en moutonnement opales au pied des massifs gris de l’Adrar et du Tagant.» (Visitez la Mauritanie/Come in Mauritania, s.d)

Mas, para além do deserto, a Mauritânia poderia também oferecer a sua antítese: o grande oásis como reverso e contraponto da aridez dominante da paisagem. Marcado pelas cores ‘luxuriantes’ e pela abundância vegetal é apresentado como o ‘duplo’ do deserto, como o segredo bem guardado e oculto que constitui a outra face da mesma moeda, e que consolida a mística orientalista aplicada à paisagem:

«[...] Terre des grands espaces et des vertes oasis où, de mai à juillet, les grosses grappes de dattes rouges se nichent à la naissance des palmes vertes, lamellées comme d’étranges stores vénitiens. [...] Ainsi placée entre ces grands axes naturels, la Mauritanie a connu de bonne heure le double contact de l’Orient et de l’Occident.» (Visitez la Mauritanie/Come in Mauritania, s.d)

³²³ Segundo Ould Cheikh (2013) o espólio etnográfico do museu teria a sua origem na colecção do “Institut Français d’Afrique Noire” de Saint-Louis “[...] que as autoridades senegalesas, diligentemente, devolveram à Mauritânia, como parte do legado colonial comum, acumulado pelos investigadores e administradores franceses ao tempo da ocupação francesa.” (Ould Cheikh, 2013:163).

³²⁴ Visitez la Mauritanie/Come in Mauritania, Imprimerie Jika, Nouakchott.

Esta brochura enfatiza igualmente as várias realidades geográficas do país, a possibilidade de estar ligado ao norte de África, podendo combinar deserto e floresta sem maiores dificuldades do que as largas centenas de quilómetros necessários para percorrer o território de uma ponta à outra. A escolha, do ponto de vista turístico, não faltaria na Mauritânia:

«[...] le choix est large, pour le visiteur désireux de sites variés, du Nord des longues théories de dunes de sable dont la blancheur et la pureté fascinent, au bord du fleuve où l'enchevêtrement chaotique des lianes de mimosées et des rideaux verts de palétuviers respire quelque chose des grands forêts africaines...» (Visitez la Mauritanie/Come in Mauritania, s.d)

No entanto não foi nesta dualidade deserto/floresta e/ou aridez/abundância que se construiu o discurso turístico de promoção da Mauritânia para o exterior. Este assentou essencialmente na elevação do deserto a grande atracção nacional, estratégia que foi posta em prática fundamentalmente por operadores turísticos não nacionais, na sua grande maioria franceses, e que marcou o desenvolvimento, a linguagem e o crescimento da actividade turística no país, bem como a sua consolidação.

7.2.1 - A(s) escala(s) do deserto: nostalgia, comensuração e mimetismo, entre a pulsão e o afecto.

Podemos referir no entanto que é na década de 1980 que o deserto enquanto ‘produto’ promovido pelas agências de viagens, ou enquanto ‘imaginário’ convocado por uma sociedade de consumo cada vez mais atormentada com os ‘males da civilização’, volta a adquirir um certo protagonismo e a ocupar um lugar privilegiado enquanto espaço de fuga e de introspecção.

Em 1984 é fundado em França o «Institut des Déserts et des Steppes» por Théodore Monod, no âmbito do “Musée d’Histoire Naturel” francês, sobre o qual Théodore Monod escreve:

“[...] au niveau du voyage: l’éveil ou l’intensification, auprès du public européen, du désir de contact personnel avec le désert et avec les populations qui y vivent, la visite du Musée International du Sahara déviant, de ce point de vue, constituer une invite au voyage culturel ou touristique et, pour ceux qui n’en auront pas la possibilité, un substitut au voyage dont ils rêvent.» (Institut des Déserts, s.d)

A par deste tipo de renovadas incursões ao deserto, que o percepcionam em grande medida enquanto território que importava novamente controlar, domesticar e circunscrever – inclusive no espaço de um museu – o deserto voltou a adquirir rapidamente o estatuto de ginásio ou ‘parque de diversão radical’³²⁵, retomando o estatuto de *pleasure periphery* (Turner e Ash, 1976) que tivera em relação à metrópole no período colonial.

Assim, para uma elite ocidental que idealizava e projectava a possibilidade de um desafio com uma dimensão simultaneamente física e emocional, o deserto ressurgia como o território perfeito, comportando igualmente uma dimensão ‘exótica’, condensando assim os postulados do ‘turismo moderno’ tal como enunciado por Nelson Graburn (1978):

³²⁵ Partindo do pressuposto que já o teria tido, à escala da época, com expedições como foi o caso da já referida “Crosière Noire”.

“The rewards of modern tourism are phrased in terms of values we now hold up for worship: mental and physical health, social status, and diverse, exotic experiences.”
(Graburn, 1978:24)

É desta forma que países como Marrocos, Tunísia e Argélia começaram por ser os principais destinos de um turismo de deserto (ou de descoberta³²⁶) que vêm oferecer não só a possibilidade para que o turista teste todos os seus limites (físicos e emocionais), mas que o faz recorrendo essencialmente a um imaginário ligado ao período de conquista e de mapeamento desses mesmos territórios, algo que remete imediatamente para um cenário de risco, privação e sacrifício³²⁷.

Mas, e tal como nos diz Corinne Cauvin-Verner, os turistas, ou as agências que os enquadram, não inventaram nada a este respeito. O imaginário do deserto enquanto lugar de *perigo* já estava presente nas narrativas coloniais e pré-coloniais, como também a própria ideia, tão comum no turismo contemporâneo, da falta de *autenticidade* do deserto:

«A lire les relations de voyage de la période coloniale et précoloniale, on se dit que les touristes, eux non plus, n’ont rien inventé. Ils ne font que vérifier les stéréotypes et rejouer les grands mythes qui préexistaient au tourisme de masse. Par exemple, leur déception, récurrente, de ne pas avoir parcouru le vrai désert, était déjà formulée, dans les mêmes termes, au XIXe et au début du XXe siècle.» (Cauvin-Verner, 2007:23)

Para colmatar uma alegada ‘falta’ de *autenticidade*, ou para dotar de densidade e espessura a experiência turística no deserto, a promoção turística contemporânea recorre a hipotéticas e alegadas memórias colectivas relativas a um período colonial idealizado.

³²⁶ Muitas agências de viagem referem-se ao turismo de deserto como um “turismo de descoberta”, sugerindo desta forma que o deserto pode ser *ainda* um território onde há lugares e paisagens por desvendar.

³²⁷ Vajam-se as narrativas descritas nos capítulos 2 e 3 desta dissertação.

Não exclusivamente para os contextos do Magrebe, as narrativas coloniais enquanto edificadoras de um imaginário turístico contemporâneo florescem em muitos solos, mas talvez com maior sucesso naqueles marcados pelas epopeias imperiais de conquista, tal como é o caso das invasões napoleónicas do Egipto em 1798. Donald Cole e Soraya Altorki reflectiram precisamente sobre o Egipto pós-colonial, o que os levou a problematizar, entre outras questões, a criação de um destino turístico consubstanciado em grande medida através da replicação das performances coloniais:

“With some exceptions, the present-day foreign tourist to Egypt follows much the same itinerary as his or her nineteenth or early twentieth century predecessor.” (Cole e Altorki, 1998:163)

Na verdade trata-se de um mimetismo colonial que é fabricado discursivamente para o consumo de um turista ocidental, e que tenta replicar os percursos e o imaginário de conquista, preenchendo e dando resposta a uma certa forma de nostalgia imperial (Rosaldo, 1989) e de revisitação de um passado (aparentemente) glorioso. Esta nostalgia, tal como nos refere William Bissel (2005), só é operativa em determinados contextos históricos e espaciais, evocando precisamente as disrupturas do presente:

“Nostalgia is shaped by specific cultural concerns and struggles; and as with other forms of memory practice, it can only be understood in particular historical and spatial contexts. But nostalgia also operates with a crucial difference: rather than evoking commonality and continuity, it works as a mode of social memory by emphasizing distance and disjuncture, utilizing these diacritics of modernity as a means of critically framing the present.” (Bissel, 2005:216)

Mas neste contexto de nostalgia colonial, mais do que o próprio deserto procura-se ‘vender’ o seu mito, o mesmo que preenche em grande medida o

imaginário nostálgico do viajante ocidental contemporâneo. Efectivamente, e voltando a Caunvin Verner (2007):

«De toutes les mythologies sahariennes, l'épopée coloniale est probablement l'une des plus enracinée dans leur imaginaire.»
(Cauvin-Verner, 2007:51)

Mas esta nostalgia não deve ser encarada enquanto um exercício puramente retrógrado (voluntário ou involuntário) de revisitação de um passado glorioso, ou enquanto “poor history” (Bissel, 2005:218), mas antes como uma prática social que mobiliza vários símbolos do passado no contexto de reconfigurações contemporâneas do presente. Desta forma a nostalgia pode ser percepcionada enquanto uma reacção (à modernidade, ao consumo, ao “fim da história”, ao capitalismo, à globalização), que tem a sua origem no âmbito de contextos históricos específicos, e sobretudo, tal como refere Bissel (2005), ela está ancorada num sentido linear do tempo histórico:

“Nostalgia (colonial or otherwise) does not flower in just any soil. Certain factors are necessary for its emergence. A sense of linear historical time is essential. If history ends in redemption or if history cycles around in eternal return, then nostalgia becomes redundant.” (Bissel, 2005:221)

Assim, a ‘epopeia colonial’ e o(s) mito(s) do deserto, são parte dos recursos imaginativos fornecidos pelo passado ao deserto contemporâneo e conferem uma mais-valia a estas paisagens ao mesmo tempo que introduzem a questão da distinção social entre aqueles que as visitam:

“Le mythe saharien confère aux paysages désertiques une plus-value manifeste. En couplant au plan symbolique des valeurs d’ascèse et d’aventure, le périple saharien s’adresse à une population restreinte soucieuse de distinction.” (Roux, 1996:138-139)

Em linhas gerais, o que nos diz Michel Roux é que o consumo de lugares supostamente míticos e iniciáticos, tal como o deserto é ‘vendido’, se constitui

também como uma forma de adquirir distinção social. Assim, o deserto não nos é apresentado turisticamente apenas como um produto *per se*, ele é trabalhado e/ou moldado para responder às necessidades oníricas de uma sociedade que procura modalidades de distinção (Roux, 1996), no contexto de um acelerado e simultâneo desenvolvimento e/ou esgotamento dos valores da sociedade de consumo.

Desta forma a construção de um “turismo de deserto” encerra em si a tentativa de apropriação de um espaço, quer física quer discursivamente. Esta iniciativa compreende e mobiliza diversos tipos de ‘sentimentos’ face ao território: se por um lado se pretende conhecer o deserto, por outro também se pretende dominá-lo. É esta ambivalência entre afecto passivo e pulsão activa que Michel Korinman e Maurice Ronai (1980) entendem fazer parte das relações, passadas e presentes, que o ocidente mantém com o deserto.

Para Korinman e Ronai esta ambivalência esteve muito presente entre exploradores coloniais e pré-coloniais quando confrontados com o deserto: se por um lado mobilizavam o afecto passivo – o fascínio, a emoção e o prazer – com vista ao conhecimento do território, por outro convocavam a pulsão activa – a conquista, a “pacificação”, o colonialismo – com vista à dominação do território (Korinman e Ronai, 1980), e era esta última que mais frequentemente seria veiculada ao longo das suas narrativas.

Ao contrário dos exploradores e administradores coloniais, os turistas são levados a mobilizar em maior escala o afecto passivo em relação ao deserto. No entanto também lhes é veiculada a ideia de que eles o podem igualmente explorar e conquistar, e dessa forma conseguir dominar, ainda que efemeramente, o território. A aproximação turística ao deserto concilia ambos afecto e pulsão, numa tentativa de apropriação do espaço num primeiro momento através do olhar, e mais tarde através da narrativa que é produzida por esse mesmo olhar:

«Pour superficiel, extérieur qu’il soit, le rapport touristique au désert n’en est pas moins pragmatique. Il résout la tension entre une attirance pour l’exotisme de l’aride (affect) et les nécessités pratiques du séjour (pulsion) sur le mode esthétique, c’est-à-dire par la mise à distance. Il *domestique* ainsi ce qu’elles ont de problématique. Le tourisme s’approprie

le désert par le regard, pour le restituer, à son retour, sous forme de commentaires, de récit.» (Korinmam e Ronai, 1980:81)

Mas é nesta ideia de que o deserto é na sua génese um território que permite a conquista e a ‘aventura’ inesgotável, que reside grande parte da mensagem turística. No fundo o deserto é vendido como um lugar tão amplo e grandioso que poderá ser permanentemente (eternamente?) explorado e ‘redescoberto’.

Esta mensagem incita a uma abordagem e a uma aproximação essencialmente geográfica ao espaço do deserto por parte dos turistas, partindo do pressuposto que a sua extensão é tão imensa que - apesar de ter já sido explorado e mapeado – há sempre espaço (em todos os sentidos do termo) para que este possa apresentar novas paisagens, dimensões, rotas e trilhos aos seus mais recentes exploradores. Na realidade são estas as novas geografias do deserto: as que caracterizam e propõem um espaço que corresponda às necessidades dos seus novos ‘utilizadores’.

Mas o deserto, para além de ser promovido turisticamente como geograficamente incomensurável, e como tal fonte de potencial e permanente descoberta, é também, na linguagem do turismo, um espaço *imutável* e *eterno*. É esta perenidade do deserto que fascina igualmente os seus novos ‘utilizadores’, onde o passado se confunde com o presente. Tal como refere Michel Roux a propósito da ‘eternidade’ do deserto enquanto lugar³²⁸:

«Ce qui est proposé au voyageur est donc moins une exploration du présent – un espace avec ses hommes et leurs préoccupations – qu’une occasion de renouer avec le passé, d’une part en s’immergeant dans un espace soit resté identique à lui-même de toute éternité.» (Roux, 1996:122)

³²⁸ Michel Roux refere igualmente a importância da areia como metonímia do deserto e como um elemento que nos remete para o seu passado: «[...] le sable apparaît comme un élément fondamental, parce qu’il est une figure métonymique du Sahara héritée du passé [...]» (Roux, 1996:135).

Para os turistas que o visitam, a experiência do deserto para além de iniciática é também, e sobretudo, uma ocasião para um confronto com uma natureza mitológica e amplificada, onde se espera que a ruptura com a rotina seja feita de forma a suplantar emocionalmente as vivências quotidianas do turista, e lhe possibilite, tal como nos refere Michel Roux, uma mudança de escala:

“L’expérience au désert, c’est [...] d’abord un changement d’échelle, émotionnelle d’abord, mais aussi spatiale et temporelle. Dans ces grands espaces, les émotions du voyageur sont poussées à leur paroxysme : la désolation comme la joie n’ont plus de limites et trouvent des expressions hyperboliques : le beau devient sublime, la monotonie fait pressentir le néant, l’incident fait côtoyer la tragédie.» (Roux, 1996:13)

Mas o deserto da actualidade contempla muitas e diversas dimensões, e foi-se tornando mais copioso quanto à diversidade de propostas turísticas que o compõem. Como veremos mais à frente, o deserto dos roteiros turísticos inclui actualmente uma dimensão cultural: as suas rotas arqueológicas e os seus museus *espontâneos* (Cardeira da Silva, 2006), bem como a sua já referida transformação em ‘ginásio’ do ocidente, oferecendo uma panóplia de ofertas desportivas que podem ir das mais radicais e exigentes fisicamente, como por exemplo a prática ligada às viaturas todo-o-terreno, às mais contemplativas como é o caso do ioga e da meditação.

O objectivo deste capítulo é reflectir sobre o deserto enquanto território de múltiplas valências, e a forma como este espaço foi sendo representado como objecto de desejo e de dominação, encaixando em diversas mitologias orientalistas. Interessa-me perceber como é ‘consumido’ o deserto turístico, e se a retórica da nostalgia colonial, na sua dimensão umbilicalmente ligada ao imaginário da conquista, seria totalitária nas percepções que traduziria sobre a paisagem.

Efectivamente, o ‘consumo’ do deserto contemporâneo não se traduz simplesmente nem num anseio renovado de conquista, nem no desejo de contacto com uma alteridade radical, e os seus ‘mitos’ revelam-se cada vez menos operacionais. De facto, o espaço do deserto constitui-se cada vez menos através de oposições

binárias e simbólicas como deserto/cidade, nómada/sedentário, selvagem/civilizado, tradição/modernidade, oriente/ocidente, e mais enquanto território permeável de mudança e metamorfose.

Mas não poderá constituir o deserto uma ‘inevitável desilusão’ para o turista confrontado com a inoperacionalidade dos mitos fundadores que insistem na alteridade, no misticismo e na aventura? Não poderá o deserto ser um mal-entendido para o turista, como se interroga Corinne Cauvin-Verner?:

«Le désert est-il un malentendu ? Il n’est pas assez vide pour fonctionner en miroir ni assez sauvage pour symboliser la frontière du monde civilisé. Il n’est pas peuplé de guerriers au prestige inquiétant, mais de pauvres bergers et de guides professionnels qui, bien que moulus aux caprices des touristes, peinent à conforter les projections métaphoriques de leurs clients. [...] Contrairement à ce qu’en pensait l’Occident, le désert n’est plus – ou peut-être n’a-t-il jamais été – l’espace de l’altérité radicale. De ce manque naît la mélancolie des randonneurs, inévitablement déçus.» (Cauvin-Verner, 2007:69)

7.2.2 – A formalização da actividade turística na Mauritânia

Após esta breve discussão sobre a forma como o deserto e os seus mitos se constituíram enquanto produtos turísticos, voltemos ao território da Mauritânia e retomemos a genealogia do turismo nacional onde a deixámos: nas décadas que se seguiram à independência nacional. Procurei de seguida identificar os principais acontecimentos ligados à formalização da actividade turística no país, reconstituindo alguns momentos chave, bem como os seus interlocutores.

Em 1987 é criada a SOMASERT (Société Mauritanienne de Services et Tourisme), enquanto filial da SNIM (Société Nationale Industrielle et Minière)³²⁹, que acaba por funcionar durante um longo período de tempo como a principal impulsionadora do turismo em território mauritano, assim como a interlocutora privilegiada dos operadores turísticos internacionais.

No entanto é apenas em 1994 que a iniciativa estatal com vista a coordenar e organizar o sector do turismo se manifesta com clareza, através da publicação de uma “Déclaration de Politique Générale du Tourisme” (Roullier e Choplin, 2006), e da criação de um “Ministère du Commerce, de l’Artisanat et du Tourisme”, seguido em 1996 de uma lei que regulamenta o sector³³⁰. Nesta altura as principais questões e condições para o desenvolvimento do país são colocadas: o turismo deveria respeitar os valores islâmicos e culturais do país, assim como o seu equilíbrio (cf. Roullier e Choplin, 2006).

³²⁹ A SNIM é a sucessora da MIFERMA (Société des Mines de Fer de Mauritanie) criada em 1952 com vista à exploração dos recursos minerais do país pela administração colonial francesa. Em 1974 as acções da MIFERMA são resgatadas pelo Governo da Mauritânia que cria desta forma a SNIM, nacionalizando a empresa. Esta operação leva a uma quebra das relações entre França e a Mauritânia, que apenas será retomada com a realização de voos *charter* em 1996. Tal como nos refere Sébastien Boulay: «L’économie du tourisme organisé s’implante en Adrar après deux décennies de baisse des relations entre Adrarois et Français (1975-1995) notamment du fait de la nationalisation de la MIFERMA, devenue SNIM en 1974 [Bonte, 2001], et du retrait de la Mauritanie du conflit du Sahara Occidental en 1978, suivi immédiatement par l’arrivée au pouvoir de militaires nationalistes arabes.» (Boulay, 2006:76).

³³⁰ A lei n°96-023 de 7 de Julho de 1996 sobre a organização da actividade turística na República Islâmica da Mauritânia.

Nos anos seguintes segue-se a adopção de uma série de leis e decretos que contribuem para a formalização da actividade turística³³¹. Em Dezembro de 2000 é publicado o “Schéma Directeur Touristique”, no qual, ao longo de seis volumes, é feita uma análise e um levantamento sobre a situação do país ao nível das infra-estruturas e regulamentações que compreendessem o sector turístico.

Em 2003, quase uma década após a criação do “Ministère du Commerce, de l’Artisanat et du Tourisme”, é fundado, em Julho, o “Office National du Tourisme”, estrutura administrativa intermédia que se ocuparia de gerir a actividade turística a nível nacional, mas também de promover o turismo mauritano dentro e fora de fronteiras.

Importa referir que estas estruturas de gestão e administração relativas ao turismo nacional são concebidas e postas em marcha alguns anos depois do início de um movimento de crescimento progressivo da actividade turística no país, que começara no final de 1995 na região do Adrar. De facto, foi a SOMASERT que tomou em mãos a consolidação gradual do turismo, e fê-lo, em grande medida, substituindo o Estado naquelas que seriam as suas funções de estruturação e promoção turística.

Durante a pesquisa efectuada em Nouakchott em 2011, realizei uma entrevista a M. Saad Maayniye Cheikh Saad Bouh, antigo director da SOMASERT, a quem questionei precisamente sobre as razões de ter sido a filial de uma sociedade de extracção mineira (a SNIM) a gerir o sector turístico do país durante um período de tempo considerável. Para M. Saad Maayniye Cheikh Saad Bouh, a SNIM substituiu efectivamente o Estado na estruturação da actividade turística, função da qual se foi retirando progressivamente:

A SNIM é uma empresa que está presente em vários sectores, está presente em muito domínios, e como à época não existia o “Office National du Tourisme”, o Estado pediu à SNIM para preencher essa lacuna. A ideia da SOMASERT não era ter lucro, mas sim fazer a promoção do turismo na Mauritânia. Estruturar a actividade mas sobretudo a promoção. Estruturar

³³¹ Tais como o Decreto nº97-030 de 5 de Abril de 1997 que regulamentou a profissão de guia turístico na Mauritânia, ou o Decreto nº98-026 de 16 de Julho de 1998 que regulamentou os termos de credenciamento dos estabelecimentos de alojamento e restauração no país.

a actividade no sentido de enquadrar as pessoas que estavam já a trabalhar na área do turismo mas completamente isoladas. A ideia era que a SOMASERT se retirasse à medida que as pessoas estruturassem a sua actividade colectivamente. Neste sentido a SOMASERT formou guias e foi-se retirando progressivamente desta actividade conservando unicamente o “Train du Désert”³³². (Excerto de entrevista a M. Saad Maayniye Cheikh Saad Bouh, Nouakchott, 18 de Outubro de 2011)

Ao mesmo tempo importa referir que a actividade turística na Mauritânia surge tardiamente em relação a outros destinos de “turismo de deserto”, acabando por capitalizar quer a insegurança de países como a Argélia, quer o esgotamento resultante de alguma massificação turística no sul marroquino³³³.

Questionado igualmente sobre a institucionalização tardia do turismo na Mauritânia, sobretudo quando comparada com os seus países vizinhos, M. Saad Maayniye Cheikh Saad Bouh refere que a variedade de sectores da economia que iam permitindo a auto-suficiência do país, não levaram a uma preocupação por parte do Estado com o sector do turismo:

Eu penso que o desenvolvimento do turismo na Mauritânia tem dois problemas. Culturalmente a Mauritânia não é um país de turistas: os mauritanos são um povo muito hospitaleiro, muito acolhedores, mas eles não sabem fazer dinheiro, não está na sua cultura. E depois há as questões económicas, há muitos sectores que suportam a economia e não precisávamos de nos

³³² O «Train du Désert» constituiu-se enquanto produto turístico a partir dos anos 2000, promovido pela SOMASERT em colaboração com a “Point-Afrique”, aproveitando uma linha férrea existente a partir de 1963 e que serviria para o transporte de minérios entre Zouerate e Nouadhibou, através da MIFERMA (Société Anonyme des Mines de Fer de Mauritanie). A partir dos anos 1980 o comboio passa também a transportar passageiros, o que terá sido um embrião da sua utilização turística alguns anos mais tarde (Pazzanita, 1996:231).

³³³ Tal como nos é confirmado por Corinne Cauvin-Verner (2007): «Depuis que les tours opérateurs ont jugé préférable de supprimer leurs circuits en Algérie (1993), ils ont détourné les flux vers le Maroc et surtout vers la Mauritanie, qui offre de grands espaces vierges infiniment plus vastes et plus sauvages que le sud marocain» (Cauvin-Verner, 2007:114).

virar para o turismo: as minas, a agricultura, a pesca, sectores que estavam em crescimento e que absorviam toda a mão-de-obra. Mas depois dos anos de grande seca fez sentido começar a pensar em alternativas a essas actividades que não estivessem tão dependentes do clima. (Excerto de entrevista a M. Saad Maayniye Cheikh Saad Bouh, Nouakchott, 18 de Outubro de 2011)

Foi este desinvestimento estatal em relação ao sector do turismo que levou a que a SOMASERT operasse durante cerca de dez anos, sem qualquer enquadramento estatal, tendo como parceira uma organização francesa de turismo “solidário”³³⁴, ou “tourisme équitable” nas palavras da mesma organização – a “Point-Afrique”.

A “Point-Afrique” constitui-se em 1996 como uma cooperativa de viagens, muita centrada na figura de Maurice Freund, director e principal dinamizador de destinos e circuitos, propondo aos seus clientes uma deontologia turística, assim como “chartes éthiques du voyageur”, no sentido de uma “moralização do turismo” tal como é definida por Butcher (2003). Esta deontologia turística defendida pela “Point-Afrique” procura não perder de vista a defesa de um turismo pelo desenvolvimento, e propõe essencialmente um “turismo solidário”³³⁵, assente num discurso de igualdade e de respeito pelo ‘outro’.

Um ano antes da constituição da “Point-Afrique”, em 1995, Maurice Freund visita a Mauritânia partindo de um convite feito pela «Air Afrique» e pela SNIM onde estas propõem que ele tome a iniciativa para a organização de circuitos turísticos no deserto:

³³⁴ De alguma forma os turistas esperam da parte das agências que promovem circuitos no deserto que estas sejam regidas por uma “ética” que estes associam ao deserto enquanto lugar “puro” e despojado. A este propósito Sébastien Boulay refere-nos que: «Les produits “désert”, qui doivent se calquer sur la représentation qu’ont les touristes du Sahara, supposent une certaine éthique de la part des tour-opérateurs présents sur le marché, qui doivent vendre un tourisme ‘respectueux’ tant de l’environnement que de la culture locale, et ‘solidaire’, autrement dit prônant une coopération entre le Nord, dont sont originaires les touristes, sous-entendu riche et prospère, et le Sud, souvent présenté en Occident comme exsangue.» (Boulay, 2006:73).

³³⁵ «Point-Afrique Voyages considère le tourisme comme un moyen, et non une fin en soi. Un moyen de faire dialoguer les hommes et les cultures; un moyen d’offrir, non pas une assistance ou une aide, mais la possibilité de gagner dignement sa vie par son travail, dans le respect mutuel.» <http://www.point-afrique.com/point-afrique/default.aspx?toid=notre+histoire-266&t=10> (consultado a 15 de Janeiro de 2014).

“Pour le développement de circuits touristiques dans le désert, Monsieur Maurice Freund est chargé de mener les études en collaboration avec les opérateurs économiques déjà en place.”
(Freund, 1995:1)

E propõem também que: “Monsieur Maurice Freund devra entreprendre une mission pour visiter les relais touristiques de la SNIM” (Freund, 1995:1). A missão de Maurice Freund decorre então entre os dias 24 de Julho e 2 de Agosto de 1995, e como resultado da mesma é publicado um relatório: o “Rapport Mauritanie”.

Neste relatório Maurice Freund começa por fazer uma resenha sobre o estado do sector turístico na Mauritânia, avançando depois para a proposta concreta de programas e de circuitos turísticos, assim como a forma de os promover junto de um público essencialmente francófono. Este relatório é de alguma forma o embrião de uma nova vaga de turismo no território da Mauritânia, sendo que é nele que nasce o projecto de promover o país enquanto um destino de “turismo de deserto” como contraponto ao esgotamento (i.e a massificação crescente) de outros destinos turísticos no deserto.

Apesar de considerar o “Rapport Mauritanie” como o documento fundador de uma nova era para o turismo na Mauritânia, há que referir a existência de uma escassa actividade turística no país antes de 1996. Efectivamente, os poucos operadores turísticos franceses que incluíam a Mauritânia entre os seus destinos referem um volume de turistas anual entre os 800 e os 1200 (Freund, 1995:3), e a operadora “Adrar Voyages” (a única reconhecida no mercado profissional de turismo em Nouakchott) aponta para um volume de 750 clientes anuais para a estação turística de 1994-1995 (Freund, 1995:3).

Efectivamente, e apesar da estruturação tardia de uma actividade turística enquadrada pelo Estado, a Mauritânia acolheu desde sempre fluxos turísticos autónomos, na grande maioria dos casos associados a negócios individuais de compra e venda de viaturas, movimentos que contribuíram para acentuar o carácter transitório que se associa ao turismo ‘independente’ (ou pelo menos que não está

enquadrado por nenhuma operadora turística) no país³³⁶. Estes fluxos turísticos ‘de passagem’ alimentam de certa forma as concepções da Mauritânia como um país-fronteira que *tem* de ser atravessado, e que separa as duas Áfricas: África do Norte e África Subsaariana, territórios mais fáceis de *consumir* e de representar no imaginário turístico.

7.2.3 – O “Rapport Mauritanie”

Neste relatório Maurice Freund, numa secção dedicada à promoção e ao marketing da Mauritânia enquanto destino turístico, lamenta a inexistência de livros “esthétiquement de grande qualité sur la Mauritanie” (Freund, 1995:17) e propõe a coordenação de várias instituições (UNESCO, Air Afrique, SNIM) para a publicação de uma “edição de luxo” sobre o norte mauritano que possa servir de carta de visita da região de forma a atrair potenciais turistas.

Na mesma secção, Freund revela-nos a importância que atribui à literatura enquanto eventual propulsora da actividade turística, sobretudo pela forma como esta pode contribuir para criar e alimentar um imaginário turístico, dotando-o de alguma espécie de ‘garantia’³³⁷. No caso da Mauritânia, Freund lamenta a falta de centralidade que o país ocupa entre o espólio literário ligado ao universo do deserto, lastimando que a Mauritânia não apareça de forma suficientemente relevante e cativante nas obras literárias que conhece:

“Théodore Monod peut servir de fil conducteur (il existe déjà
un livre sur Théodore Monod) dans le désert et si la Mauritanie

³³⁶ Se é verdade que em Nouakchott não abundam os locais de alojamento turístico (pelo menos comparativamente com a região do Adrar), há alguns que se destacam pelo seu ‘sucesso’ entre os turistas ‘independentes’: são aqueles que, localizados à beira da estrada nas entradas e saídas da cidade, servem as necessidades destes turistas automobilizados que apenas passam pela cidade a caminho de outros destinos africanos como o Senegal, Mali, Guiné ou Burkina-Faso.

³³⁷ Michael Hall e Hazel Tucker (2004) reflectem sobre a importância da literatura para a construção de objectos turísticos e da alteridade, e o seu contributo para a criação de um imaginário turístico: “The representation of otherness was, and still is, also inextricably linked to the popularization of accounts of travels and explorations in the imperial lands [...]. For example, the “discovery of the Pacific by Europeans was the crucial point for the imaging of the Pacific. The early trading relationship with India and the Spice Islands of the Indonesian archipelago was as initial starting point into the creation of the image of the exotic. However, it was the accounts of French and English voyages of the seventeenth and eighteenth centuries which confirmed the discovery of “paradise”.” (Hall and Tucker, 2004:9)

y figure en bonne place, elle n’y apparaît pas de façon suffisamment percutante” (Freund, 1995:17)

Ainda sobre a promoção turística do país, Maurice Freund refere-nos igualmente a importância dos suportes audiovisuais pré-existentes, e a forma como estes podem constituir igualmente meios de promoção e incitamento válidos ao turismo, tendo em conta o poder que estes têm, a par com a literatura, na consolidação e alimentação de imaginários turísticos através das imagens e das narrativas que as acompanham:

“J’ai eu l’occasion de voir comme tout un chacun des émissions télévisées traitant de la pêche des Immaguen³³⁸ [sic] ou du chemin de fer de Mauritanie. L’image qu’il me reste est celle de documentaires fort bien élaborés mais sans aucun rapport avec des supports invitant au voyage. Il faut peut-être rechercher des “rushes” du film Fort Saganne³³⁹ (utilisation des produits dérivés).” (Freund, 1995:17)

Para Maurice Freund tratava-se claramente de ‘vender’ o produto turístico Mauritânia e de encontrar formas de o tornar apetecível para os turistas ocidentais, recorrendo para isso à criação de uma ‘bolsa’ literária e audiovisual que testemunhasse que o país tinha um *passado* e uma *história*, e que esse passado e essa história eram pontuados em grande medida pela presença francesa, a mesma que agora se procurava atrair turisticamente. Tratava-se essencialmente de criar e alimentar um imaginário turístico *para* a Mauritânia.

Assim, para vender o “produto Mauritânia” seria necessário antes de mais construir uma ‘imagem’ turística do país para o exterior, e essa teria de ser ligada a um

³³⁸ Trata-se muito possivelmente do documentário de Jacques-Yves Cousteau “Le chant des dauphins” de 1972, sobre a forma como as populações *Imraguen* pescavam com a ajuda dos golfinhos.

³³⁹ Sobre o impulso turístico dado à Mauritânia através da rodagem do filme “Fort Sagan” (Alain Corneau, 1984) no seu território Cardeira da Silva (2010) refere: “Fort Sagan has not only shaped Western representations of Mauritania (as did the Paris–Dakar rally), but also provided the first infrastructural means to launch a small burgeoning industry in the north of Mauritania. Local memory of the origins of tourism in Mauritania states that the first local tour company – the Adrar Voyages– was formed from the remnants of automobiles and other foreign engines, networks, ideas and expertise left behind the making of Fort Sagan.” (Cardeira da Silva, 2010:182).

turismo cultural: “Hormis la pêche³⁴⁰, l’image de marque de la Mauritanie doit reposer sur un tourisme culturel d’un type nouveau” (Freund, 1995:18), mas seria igualmente imprescindível, segundo Maurice Freund:

“Il faut réussir à donner de la Mauritanie une image volontairement différente de l’image habituellement connue de l’Afrique. Il faudra faire ressortir toute la spécificité des sites mauritaniens (villes anciennes, caravanes et nomadisation dans le désert, placer Chinguetti au centre de tous des départs des expéditions de Théodore Monod).” (Freund, 1995:18)

Algum tempo após a publicação deste relatório começam a ser realizados voos *charter* entre França e Atar através da “Point-Afrique”: o primeiro voo realizou-se em Dezembro de 1996 e transportou com 135 passageiros (Roullier e Choplin, 2006)³⁴¹.

Nos anos seguintes o número de voos *charter* com origem em França e com destino a Atar não parou de aumentar. Com base nos números divulgados por um relatório de 2007 elaborado pelo “Ministère de l’Artisanat et du Tourisme”³⁴², podemos constatar o crescimento exponencial do número de passageiros a cada nova época turística³⁴³ entre 1997 e 2007, do qual destacamos o aumento considerável entre 2001 e 2004:

³⁴⁰ A pesca foi efectivamente uma actividade turística praticada no âmbito do já mencionado ‘turismo de passagem’ no território da Mauritânia. Com efeito, grande parte do percurso automóvel entre Marrocos e a África Subsaariana realizava-se pela orla costeira (antes da conclusão da estrada alcatroada entre Nouakchott e Nouadhibou), itinerário que compreendia o território do Parc National du Banc d’Arguin (PNBA) e que poderia englobar a pesca como actividade de lazer. Para uma leitura mais aprofundada sobre a natureza das actividades turísticas no PNBA, ver Lucas (2008).

³⁴¹ No entanto, e a partir do que nos refere Pierre Bonte (2010), será só a partir de 1997 que a pista de Atar será melhorada de forma a receber os voos provenientes de França: “La réfection et la modernisation de la piste d’aviation d’Atar, principale ville de l’Adrar, à la suite d’un voyage officiel de Jacques Chirac dans le pays [em 1997], et grâce à la coopération française, allaient rendre possible le débarquement des touristes au cœur de la région qu’on proposait de parcourir.» (Bonte 2010:89).

³⁴² Le secteur du Tourisme en Mauritanie, Rapport Annuel 2007, République Islamique de Mauritanie, Ministère de l’Artisanat et du Tourisme.

³⁴³ Regra geral as estações turísticas na Mauritânia vão desde Outubro a Abril do ano seguinte.

Evolução a partir de 1997/1998 do número de voos e de passageiros no aeroporto de
Atar

Época	Nº de Voos	Nº passageiros
1997/1998	12	1500
1998/1999	31	3500
1999/2000	47	5200
2000/2001	47	7820
2001/2002	75*	10000*
2002/2003	-	11000*
2003/2004	-	12000*
2004/2005	-	9923
2005/2006	-	10191
2006/2007	-	9752

*estimativas

«Le secteur du Tourisme en Mauritanie, Rapport Annuel 2007, République Islamique de Mauritanie, Ministère de l'Artisanat et du Tourisme»

Quanto à caracterização sociológica destes turistas, a sua esmagadora maioria seria de nacionalidade francesa provenientes de classes médias e superiores, trabalhando nos sectores do ensino e da saúde ou em grandes e médias empresas. Os grupos seriam compostos maioritariamente por mulheres³⁴⁴, e a média de idades rondaria os 41 anos. Um terço dos participantes seriam celibatários e muitos levariam uma vida de casal em França mas teriam escolhido realizar a viagem de forma solitária (Boulay, 2009:97).

³⁴⁴ A caracterização através da participação de género nos circuitos turísticos promovidos por diversos operadores turísticos na Mauritânia foi já discutida por Maria Cardeira da Silva (2006), onde se refere que a preponderância feminina estaria mais ligada ao tipo de produto (itinerário turístico completo), do que ao destino geográfico. Segundo um operador turístico “[...] as mulheres aderem mais facilmente a este tipo de produto em que se sentem ‘mais apoiadas’ e que ‘vêm com menos riscos e imprevistos’.” (Cardeira da Silva, 2006:361).

7.2.4 – Ralis africanos: aventura e nostalgia em território pós-colonial

Como acima referimos, seguindo Cardeira da Silva (2010), o Rali “Paris-Dakar” contribuiu em grande medida para moldar as percepções ocidentais sobre a Mauritânia através das suas imagens televisivas, e é precisamente ao Rali como forma organizada de ocupação temporária do deserto e construtor activo de um imaginário ligado às suas paisagens que me irei dedicar em seguida.

Se como já vimos o deserto comporta toda uma dimensão iniciática que adquire contornos de prova física, ele foi também percepcionado como lugar de aventura e liberdade.

A “vitória” do automóvel sobre o deserto constituirá um importante contributo para que a ideia do deserto como barreira se tenha tornado num anacronismo, triunfo abundantemente explorado através das primeiras incursões automóveis no Saara, nomeadamente através da expedição “Crosière Noire”, que marcará um primeiro período de interesse pelo deserto como cenário de ralis automóveis.

A partir dos anos 1950 e já no cenário da descolonização da África francesa, é iniciada uma nova era de ralis e expedições automóveis.

Esta nova era, muito certamente imbuída de uma nostalgia da performance colonial da aventura, da superioridade tecnológica, do exotismo das paisagens e do sentimento de alteridade provocado pela ideia de viagem, vem reafirmar o território africano como uma espécie de parque de diversões pós-colonial.

A afirmação dos ralis enquanto eventos e provas oficiais da ‘nova’ ocupação do deserto, remetem-nos novamente para a definição das “pleasure peripherys” de Louis Turner e John Ash (1976), mas igualmente para o turismo como forma de imperialismo enunciado por Dennison Nash (1978), ou ainda nas palavras de Korinman e Ronai (1980) relativas ao Saara:

«Le Sahara sera d’ailleurs le grand terrain d’aventures pour la France, son ersatz de Far West.» (Korinman e Ronai, 1980:80)

Mas não foi apenas a França, enquanto ex-potência colonial, a utilizar o território africano como um lugar de fuga e de liberdade, expressos em grande medida através da utilização do automóvel. Também a Itália e a Inglaterra, quiseram manter uma presença regular nos ‘seus’ territórios, antes e depois das independências coloniais.

É desta forma que em 1953 surge o “East African Coronation Safari”, por ocasião da coroação de Elisabeth II em Inglaterra, e como forma de lhe prestar homenagem. Tendo o (ainda território colonial) do Quénia como ponto de partida e passando pelos territórios do Uganda e Tanganica (parte da actual Tanzânia)³⁴⁵ este rali dura até aos dias de hoje, mantendo na sua designação o ‘rótulo’ de safari, perpetuando também na sua designação uma das grandes ‘tradições’ britânicas de afirmação da conquista do território colonial: o safari. Efectivamente, e como vimos mais atrás, o modelo britânico do safari continua a ser percepcionado enquanto exemplo de um consumo seguro e esterilizado de uma natureza selvagem, e da possibilidade de exercer uma actividade cinegética controlada, onde os perigos seriam minimizados.

Este rali, que em 1960 se passou a denominar “East African Safari Rally” e em 1974 apenas “Safari Rally” (designação que mantém actualmente), é o equivalente britânico ao francês “Paris-Dakar” e, embora menos mediático, preenche igualmente um imaginário ligado a uma nostalgia imperial, neste caso a britânica.

Tomando como modelo o “Safari Rally”, Jean-Claude Bertrand dá início em 1969 ao “Rally Côte d’Ivoire Bandama” - que se prolonga também até à actualidade - na tentativa de suplantar o já referido rali britânico, considerado por muitos o mais difícil dos ralis africanos. Este rali fará parte do campeonato do mundo de ralis entre 1978 e 1992, e foi durante largos anos igualmente apelidado de “rali do impossível” por em 1972 nenhum concorrente ter conseguido chegar até à meta.

No entanto, este rali viu o seu prestígio inicial decrescer, nomeadamente ao longo dos vinte anos que se seguiram à primeira edição, e tem tentado nos últimos anos recuperar a sua importância inicial, algo enfatizado nas últimas edições, sobretudo após a passagem da prova do “Paris-Dakar” para a América do Sul em 2009,

³⁴⁵ Estes três territórios, todos ex-colónias britânicas, foram declarados independentes nos anos 1960: o Quénia em 1963, o Uganda em 1962, e o Tanganica em 1961.

ganhando o “Rally Côte d’Ivoire Bandama” terreno e projecção internacional enquanto um dos mais importantes ralis da actualidade em território africano.

Em 2005 é criado em França um outro rali com o objectivo de atravessar o continente africano³⁴⁶. Trata-se do “TransAfricaine Classic”, pensado e posto em marcha por Patrick Zaniroli, e que tinha como objectivo ligar Paris a Dakar, sendo uma das suas principais ambições retomar o espírito das primeiras edições do “Paris-Dakar”, ou nas palavras da organização um “Dakar à moda antiga”, mais acessível para os condutores amadores e menos preocupado com a velocidade e o profissionalismo das provas.

A ideia subjacente a esta nova prova motorizada seria em grande medida repor algumas das características iniciais do “Paris-Dakar” que se teria, na opinião de Zaniroli, desvirtuado ao longo das suas últimas edições, perdendo o seu lado aventureiro e de ‘descoberta’ – algo recorrentemente associado à travessia do deserto – e passado a dar mais importância ao cronómetro e consequentemente a uma disputa entre marcas. Na opinião de Zaniroli o deserto seria apenas um cenário mais ou menos irrelevante no contexto do “Paris-Dakar”, apenas contribuindo para aumentar o grau de dificuldade da prova.

Em 1990 é criado o “Rallye Aïcha des Gazelles”, exclusivamente aberto à participação feminina, este rali decorre no deserto marroquino e propõe também uma ‘navegação à antiga’, sem GPS e fora das pistas de alcatrão. Contando com participantes de várias nacionalidades e uma dimensão de género, o rali menospreza a velocidade e põe em relevo o “respeito pelas populações locais e pelo meio-ambiente”³⁴⁷, algo que o “Paris-Dakar” teria perdido e como tal havia sido recorrentemente criticado nas suas últimas edições africanas.

No entanto, nenhum destes ralis – alguns com respeitosa longevidade como já vimos - adquiriu o mesmo impacto mediático que o “Paris-Dakar”, concebido pelo francês Thierry Sabine. E aqui chegamos ao que nos interessa: perceber como é operada através de uma prova motorizada como o “Paris-Dakar” a inclusão da Mauritânia nestas rotas pós-coloniais e nostálgicas, e de que forma este rali incorpora

³⁴⁶ No entanto a sua primeira edição foi apenas realizada em Novembro de 2006.

³⁴⁷ <http://www.rallyeaidhadesgazelles.com/fr/levenement/Presentation> (acedido a 1 de Junho de 2013).

na sua praxis e na sua linguagem um evidente mimetismo das missões coloniais de exploração e mapeamento.

7.2.5 – O “Paris-Dakar” e a mística do deserto ‘modernizado’

Tal como já havíamos referido, o “Paris-Dakar” reveste-se de uma série de características que fazem alusão a um imaginário ocidental sobre o deserto, onde através de um evento económico-desportivo são traduzidos e transpostos para a paisagem do deserto sistemas de valores das sociedades ocidentais.

A forma como é percepcionado o espaço físico do deserto parece corresponder à de um espaço exemplar onde o automóvel, tantas vezes entendido como um instrumento de evasão e sinónimo de estatuto social, pode dar largas à sua *função*, sem os constrangimentos impostos à sua circulação.³⁴⁸

O deserto aparece assim como o espaço da alforria do condutor, que o utiliza como o derradeiro reduto da fuga e da evasão. O deserto é o (último?) lugar onde *ainda* se pode fazer aquilo que já não se pode fazer ‘em casa’.

«Le rallye va donc se définir en opposition aux normes de notre monde civilisé, il lui faut un paysage vierge, un terrain d’affrontement pour une pratique plus libre et plus héroïque de l’automobile. L’absence de routes et de contrôle de vitesse garantissent l’espoir d’une mobilité sans contraintes. Le Dakar réinvestit l’automobile de sa fonction onirique: il est avant toute chose une évasion.» (Roux, 1996:146)

Mas para além do símbolo de aventura indissociável do deserto, existe também uma importante dimensão iniciática que está presente de forma ostensiva num acontecimento como o “Paris-Dakar”. A ideia do rali no deserto enquanto prova de superação dos limites – físicos e emocionais – de cada um dos participantes, remete-

³⁴⁸ Tal como nos revela Pascal Winzenrieth: “Dans un monde automobile où les libertés étouffent sous un arsenal législatif et réglementaire, le Paris-Dakar redonne à la voiture sa pleine dimension.” (Pascal Winzenrieth, L’Equipe, 8 janvier 1991), citado em Roux, 1996:145.

nos para as possibilidades que este transporta e que possibilita no seu contributo para a renovação de uma existência mundana através do sofrimento causado pela ‘dureza’ do deserto.

O rali é a porta para uma espécie de renascimento que dá um sentido à vida, onde o deserto enquanto espaço físico e mitológico aparece como um lugar de salvação e de ruptura, tal como é referido por Michel Roux:

«Le Dakar est un espace de rupture qui reproduit le schéma
initiatique : mort au monde profane, souffrance et renaissance.
A l’ombre du monde civilisé il oppose la *lumière* du désert
salvateur.» (Roux, 1996:147)

Efectivamente o discurso veiculado pelo “Paris-Dakar” retoma a temática característica do deserto iniciático, onde a prova, através do sofrimento que ela ocasiona, dá um sentido à vida e revela os valores ocultos do indivíduo no mundo ‘sufocante’ onde este habita (Roux, 1996). Assim o deserto seria acima de tudo um lugar de sofrimento e é desse sofrimento que nascem os ‘iniciados’:

«Le désert du Dakar n’est pas un ensemble de paysages
merveilleux et irréels ressortissant au temps primordial, mais
un espace vécu douloureusement. [...] Le désert est une terre
de souffrance, c’est de cette souffrance que naissent les initiés.
[...] En ce sens le compétiteur renoue avec la tradition de
l’officier méhariste pour qui le désert est d’abord un terrain, un
parcours d’obstacles.» (Roux, 1996:153)

Ao mesmo tempo o “Paris-Dakar” está imbuído da mesma nostalgia colonial que caracteriza grande parte do discurso turístico contemporâneo sobre o deserto, onde expedições como a já referida “Crosière Noire” pontuam um imaginário de conquista que agora pode ser replicado ou, de certa forma, mimetizado. A diferença fundamental entre ralis como o “Paris-Dakar” e expedições como a “Crosière Noire” é a sua crescente sofisticação e modernização logística e mecânica, bem como a sua progressiva mediatização, tal como refere Corinne Cauvin-Verner:

«Médiatisées, sponsorisées, les manifestations sportives de la fin du XXe siècle engagent encore les Occidentaux sur les traces des aventuriers d'autrefois. Le rallye du Paris-Dakar est lancé sur le slogan: Un défi pour ceux qui partent, du rêve pour ceux qui restent.» (Cauvin-Verner, 2007:57)

Mantendo permanentemente a sua dimensão nostálgica o “Paris-Dakar” foi mudando de configuração ao longo das cerca de quarenta décadas da sua existência, e uma análise ao seu percurso acaba por nos dar conta do estado de saúde das relações entre França e alguns dos países através dos quais se processava a entrada em África, nomeadamente Argélia, Tunísia e Marrocos. No entanto, a análise das várias mutações do percurso do “Paris-Dakar” leva-nos também a perceber de que forma é que o território da Mauritânia integra o rali, e como é gerida a sua presença na geografia da prova: num primeiro momento tímida e insipiente, e mais tarde central.

De facto, o “Paris-Dakar” constituiu para muitos (participantes e telespectadores) o primeiro contacto com o território da Mauritânia, através das paisagens (aliás, das *vastas paisagens desérticas*) que desfilavam nos ecrãs televisivos por ocasião da prova desportiva. O exercício que tentaremos fazer de seguida é o de perceber de que forma a inclusão tardia da Mauritânia enquanto uma das principais protagonistas do “Paris-Dakar”, acompanhou (ou não) a cadência da formalização de uma actividade turística em crescimento a partir da segunda metade nos anos 1990.

A primeira edição do “Paris-Dakar” realiza-se em 1979 e não passa pela Mauritânia. Durante os primeiros dez anos de realização do rali, até 1988, Paris será sempre o ponto de partida e a entrada da expedição em África será sempre feita a partir de Argel. Durante esta primeira década a rota do rali não se altera significativamente: de Argel desce-se em linha quase recta até ao Níger e daí segue-se para o Mali, Burkina Faso e finalmente Senegal, até Dakar.

A Mauritânia aparece pela primeira vez no percurso do “Paris-Dakar” na edição de 1980, numa entrada a sul, na área do rio Senegal, mas de forma tão tímida que quase nem é visível no mapa que acompanha cada uma das edições. Aparentemente trata-se apenas de um atravessar de fronteira, o que nas contas do “Paris-Dakar” significa mais um país participante nas estatísticas da prova. Depois a Mauritânia volta

a desaparecer, exceptuando em 1983 para outra entrada tímida a sul (nos mesmos moldes que a de 1980), e em 1885 para uma entrada um pouco mais efectiva que vai até Tichit³⁴⁹.

Em 1986 o “Paris-Dakar” cobre-se de luto: o seu fundador, Thierry Sabine, morre no Mali durante a prova ao sobrevoar de helicóptero uma área desértica durante uma forte e inesperada tempestade de areia. Thierry Sabine, e os quatro membros da tripulação, morrem ao embater numa duna.

Só em 1987 se pode dizer que o rali atravessa a Mauritânia indo até Nouadhibou na costa, mas continuando a fazer a sua entrada pelo sul do país, atravessando-o pelo interior até Atar e depois descendo pelo litoral até Dakar.

A partir de 1988 e até 2007 a Mauritânia faz efectivamente parte do percurso do “Paris-Dakar”, excepto em cinco edições³⁵⁰. Em 1988 o rali chega até Nouakchott, mas no ano seguinte, em 1989, ano em que Argel deixa de ser o ponto de entrada em África, essencialmente por razões políticas, a cidade é substituída pela capital tunisina para a entrada do rali em África, e a Mauritânia volta a desaparecer do seu percurso.

Efectivamente, a supressão de Argel em 1989 enquanto porta de entrada do “Paris-Dakar” em África ocorre alguns meses depois dos tumultos de Outubro de 1988 na Argélia, nos quais se contabilizaram centenas de mortos depois de vários dias de manifestações. Por ocasião destes conflitos foi igualmente declarado o “estado de sítio” pelo então presidente Chadli Bendjedid.

Nos dois anos seguintes, 1990 e 1991, o rali passa a entrar em África pela capital da Líbia – Trípoli - e a não se aventurar muito em território mauritano (entradas tímidas a sul), e em 1992 vai pela primeira e única vez até à Cidade do Cabo, numa prova de longo fôlego, contornando assim muitos dos países pelos quais passava habitualmente. A edição de 1992 replica em certa medida parte do percurso da expedição colonial “Crosière Noire”, sendo também uma das poucas edições em que os territórios percorridos não fazem parte do leque de ex-colónias francesas³⁵¹.

³⁴⁹ Tichit é uma pequena povoação mauritana, localizada na região do Tagant e que dista cerca de 600 quilómetros da capital do país – Nouakchott. A etapa ficou marcada por uma forte tempestade de areia que terá, pela primeira vez desde a criação do rali em 1979, levado à interrupção da prova.

³⁵⁰ Nomeadamente nas edições de 1989, 1992, 1997, 2000 e 2003.

³⁵¹ De facto, a grande maioria dos países que fazem parte do percurso do rali “Paris-Dakar” desde a sua criação em 1979 fazem parte de um grupo de ex-colónias ou protectorados sob administração colonial francesa.

Em 1993 o rali sofre uma reconfiguração substancial e é inaugurado o acesso a África através do território de Marrocos, entrada que terá sido mais vezes utilizada pela organização do rali mantendo-se, salvo raras excepções, até à última edição da prova em África³⁵². Pela primeira vez, nesse ano, dá-se a chegada à Mauritânia pelo norte do país, sendo que o território será depois atravessado em direcção ao sul, até ao Senegal.

Este formato repete-se de forma bastante regular durante mais de uma década, com algumas *nuances* em 1994, 1995 e 1996³⁵³. Em 1997, e pela primeira vez na sua história, o rali tem o ponto de partida e o ponto de chegada em Dakar, edição na qual o percurso se desenrola até ao Níger e regressa à cidade de partida em apenas catorze dias.

Em 1998 e 1999 o rali volta ao formato iniciado em 1993: entrada por Marrocos e descida pela Mauritânia, com passagem pelo Mali e Burkina Faso, até ao Senegal, mas em 2000 tudo muda outra vez. O rali volta a partir de Dakar e vai pela primeira vez até ao Cairo, não passando nesse ano pela Mauritânia, mas sim pelo Mali, Burkina Faso, Níger e Líbia até chegar ao Egipto, o seu destino final.

Em 2001 o “Paris-Dakar” volta a aproximar-se do percurso realizado em 1993 e a Mauritânia assume um grande protagonismo ocupando nove dos vinte dias de duração da prova. Situação idêntica acontece em 2002 com metade do percurso do rali a decorrer na Mauritânia.

Um percurso invulgar e não mais repetido volta a acontecer em 2003 quando o “Paris-Dakar” parte de Marselha, entra em África pela capital tunisina e toma a direcção do Egipto, até a Sharm El Sheikh, atravessando o território líbio e não passando, evidentemente, pela Mauritânia.

A partir de 2004 e até 2007 o “Paris-Dakar” mantém sem grandes alterações a sua rota africana: Marrocos, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Guiné e Senegal constam do seu percurso, sendo que a edição de 2005 parte de Barcelona e as edições de 2006 e de 2007 partem de Lisboa.

³⁵² A partir de 1993 a entrada do “Paris-Dakar” em África será feita sempre através de Marrocos excepto em 1997, 2000 e 2003.

³⁵³ Em 1994 o rali transforma-se em “Paris-Dakar-Paris” consistindo a prova numa ida e volta entre Paris e Dakar. Em 1995 e 1996 o rali passa pela Guiné antes de entrar no Senegal.

Mas tudo estava prestes a mudar radicalmente. A 26 de Dezembro de 2007 quatro turistas franceses são assassinados no sul da Mauritânia, acto que é imputado à Al-Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI), e a edição do “Paris-Dakar” de 2008 é cancelada. Este incidente levou a que a desde 2009 o rali tenha mudado de continente realizando-se agora na América do Sul, passando pela Argentina, Chile e Peru.

Por ocasião do cancelamento da edição de 2008 a organização do rali emite um comunicado onde justifica a sua decisão, apoiando-se essencialmente nas recomendações do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, e aludindo a um ataque terrorista que terá acontecido na capital mauritana algumas semanas depois do cancelamento da prova, de forma a legitimar, *a posteriori*, a sua decisão³⁵⁴.

Mais à frente reflectirei sobre o impacto que o incidente de 2007 teve na actividade turística que então se vinha a desenvolver progressivamente na Mauritânia. Para já importa referir o papel que o “Paris-Dakar” teve na ‘apresentação’ da Mauritânia ao mundo, e a forma como este precedeu e acompanhou os anos de maior crescimento da actividade turística no país.

Como acabámos de ver, apesar do “Paris-Dakar” ter incluído a Mauritânia no seu percurso desde 1983, é apenas dez anos depois, em 1993, que o seu território passa a adquirir centralidade e relevância no quadro global da prova, sendo atravessado por inteiro, de norte a sul. Importa referir que as imagens do país que circularam a partir de então no âmbito do “Paris-Dakar”, podem ter constituído um importante mecanismo de estímulo e alavanca para a prática turística na Mauritânia.

De facto é em 1996, apenas três anos depois de a Mauritânia se ter constituído enquanto uma etapa principal no “Paris-Dakar”, que os primeiros voos *charter* começam a chegar de uma forma sucessiva a Atar. Este acontecimento coincide, de resto, com a elevação a património mundial da humanidade pela UNESCO de algumas povoações mauritanas como Ouadane, Oulata, Chinguetti e Tichit, graças às iniciativas da “Fondation Nationale pour la souvegarde des Villes Anciennnes”.

³⁵⁴ “After the murder of four French citizens and three Mauritanian militaries in the days before the start, and answering the strong recommendations of the French Foreign Affairs Ministry not to go to Mauritania, the 2008 edition of the rally was cancelled. Terrorist threats identified by the French authorities were directly pointed at the rally. On the eve of the start, Etienne Lavigne was forced to announce the cancellation of the 2008 edition. The competitors gathered together in Lisbon for scrutineering were hit by the news but saluted the responsible decision taken by the organisers. Three weeks later (Friday the 1st of February), a terrorist attack in the heart of Nouakchott reminded the relevance of the application of a principle of caution.” (Dakar Retrospective 1979-2009:166).

Adiante reflectirei sobre os processos e os efeitos da patrimonialização destas povoações mauritanas, nomeadamente sobre a sua importância para uma intensificação da actividade turística. Para já, assinalarei a importância que estes processos e as suas dinâmicas concomitantes tiveram para a ‘abertura’ da Mauritânia a um público mais vasto, e de que forma vieram activar os mecanismos da “nostalgia imperial” no território. Como refere Pierre Bonte:

«Le pays n’était guère connu à l’extérieur avant que l’engouement pour le désert, qui contribuera à la renommée d’un Théodore Monod, l’attire d’une culture qui s’épanouit dans les villes anciennes, inscrites au Patrimoine de l’humanité par l’UNESCO, et les ‘épopées’ annuelles du Paris-Dakar, ne le fassent apparaître sur les petits écrans occidentaux et ne commencent à alimenter le tourisme local.» (Bonte, 2010:89)

7.3 – Património e turismo na Mauritânia: processos e mecanismos com vista a uma “cultura consensual”

Como acabámos de ver, existiu uma simultaneidade temporal entre o início da realização dos voos *charter* promovidos pela “Point-Afrique”, e a elevação de várias povoações mauritanas a património mundial da UNESCO nesse mesmo ano.

Para Sébastien Boulay estes processos de patrimonialização têm como efeito a produção de rótulos que facilitam o consumo de uma cultura global consensual (Boulay, 2010:76), e o sincronismo dos acontecimentos acima referidos (a decisão da UNESCO e a inauguração dos voos *charter*) revela uma cumplicidade entre as lógicas da patrimonialização e as do turismo:

«Mais le fait que le classement de 1996 coïncide avec l’arrivée des premiers charters sur l’Adrar me semble également refléter la collusion entre les logiques des opérateurs de la patrimonialisation, d’une part, et celles des agents de la mise en tourisme de la région, d’autre part.» (Boulay, 2010:76)

Efectivamente a concomitância dos dois acontecimentos poderá ter sido benéfica para ambos os processos em curso (patrimonialização e actividade turística) (Ould Cheikh, 2013)³⁵⁵. Mas se o projecto da inauguração dos voos *charter* entre França (Paris e Marselha) e a Mauritânia (Atar) teve o seu embrião no “Rapport Mauritanie” elaborado por Maurice Freund em 1995, o movimento para a elevação a património mundial da UNESCO de Oualata, Chinguetti, Ouadane e Tichit havia começado muito antes da decisão da UNESCO.

Com efeito, o projecto de salvaguarda das “Villes Anciennes” teve o seu início em 1979 com o apoio da UNESCO (Ould Cheikh, 2013). Em 1981 Moctar M’Bow³⁵⁶, então director da UNESCO lança um apelo, do alto do minarete de Chinguetti, para que se proceda à salvaguarda das quatro “Villes Anciennes” da Mauritânia (Oualata, Chinguetti, Ouadane e Tichit). A este apelo seguiu-se outro, em 1988, lançado também a partir de Chinguetti pelo sucessor de M’Bow, Federico Mayor³⁵⁷ (Boulay, 2010). Em 1993 o “Ministère de la Culture et de l’Orientation Islamique” mauritano emite uma resolução classificando estas quatro localidades em “património nacional protegido” (Boulay, 2010) e a 6 de Abril de 1993 é criada a “Fondation Nationale pour la Sauvegarde des Villes Anciennes”.

Em 1996, são finalmente inscritos como património cultural da humanidade pela UNESCO os *ksour*³⁵⁸ de Ouadane, Chinguetti, Tichitt e Oulata, segunda inscrição mauritana realizada pela instituição³⁵⁹. A inclusão das “Villes Anciennes” é justificada desta forma pela UNESCO:

“Founded in the 11th and 12th centuries to serve the caravans
crossing the Sahara, these trading and religious centres

³⁵⁵ Abdel Wedoud Ould Cheikh (2013) refere que no início dos anos 1990 a Mauritânia começara a cair em graça junto da comunidade internacional ao reconhecer Israel, e que como tal o Banco Mundial teria manifesto um empenho militante em ‘vendê-la’. É desta forma que se inicia a celebração do seu património, como meio capaz de transformar o país num destino culturalmente atractivo (Ould Cheikh, 2013:170).

³⁵⁶ Amadou-Moctar M’Bow é um político senegalês, que assumiu por diversas vezes cargos políticos no seu país: ministro da educação e da cultura (1957-1958); ministro da educação nacional (1966-1968); ministro da cultura e da juventude (1968-1970). Foi director geral da UNESCO durante treze anos (1974-1987).

³⁵⁷ Federico Mayor é um político e académico espanhol que assumiu a direcção geral da UNESCO entre 1987 e 1999.

³⁵⁸ Designação árabe para castelo, fortificação.

³⁵⁹ Em 1989 o “Parc National du Banc d’Arguim” foi classificado enquanto património natural da humanidade pela UNESCO (<http://whc.unesco.org/en/list/506>).

became focal points of Islamic culture. They have managed to preserve an urban fabric that evolved between the 12th and 16th centuries. Typically, houses with patios crowd along narrow streets around a mosque with a square minaret. They illustrate a traditional way of life centred on the nomadic culture of the people of the western Sahara.” (<http://whc.unesco.org/en/list/750>, consultado a 16 de Janeiro de 2014)

Três anos depois, em 1999, é realizado em Nouakchott o colóquio inaugural do “Projet de Sauvegarde et de Valorisation du Patrimoine Culturel Mauritanien”³⁶⁰, onde se discute de que forma esta valorização oficial do património através da UNESCO poderia contribuir para o desenvolvimento económico do país, em particular através de uma actividade turística em visível crescimento. Neste colóquio é também realizado um ponto da situação relativo à actividade turística entretanto impulsionada, bem como um levantamento exaustivo das diversas possibilidades de atracções turísticas no país.

No âmbito do colóquio Moctar Ould El Hacen, professor na “Université de Nouakchott”, enfatiza o *valor* do deserto enquanto atracção turística e refere ainda que deverá ser posta em marcha uma estratégia de protecção e promoção da tenda ‘tradicional’ moura como o habitat do deserto por excelência, algo que se poderia transformar num produto de exportação³⁶¹. Em breve veremos como a proposta de Moctar Ould El Hacen viria a ser capitalizada pelo marketing turístico francês, no contexto da recessão do destino Mauritânia.

Alguns anos mais tarde, já em plena crise do sector turístico na Mauritânia, começa a ser promovida a realização do “Festival des Villes Anciennes”, precisamente

³⁶⁰ Este projecto foi “[...] concebido por especialistas do Banco Mundial (sobre uma pré-aprovação por parte da mesma instituição) e iniciado entre 1999 e 2003.” (Ould Cheikh, 2013:165).

³⁶¹ Moctar Ould El Hacen refere a propósito da sua proposta de exportação da tenda tradicional mauritana uma pequena história ocorrida quando da participação da Mauritânia na EXPO 98 em Lisboa: “Un mauritanien, en collaboration avec une mairie locale, a dressé une tente mauritanienne, dans une place publique aux environs de Lisbonne, où il servait du thé et faisait habiller momentanément son public nombreux sous la tente avec des boubous et des voiles en contrepartie d’un droit d’entrée, qui d’ailleurs, était assez élevé (100FF)” (in: Actes du 1^{er} Colloque International sur Le Patrimoine Culturel Mauritanien, Nouakchott, 1999).

nas patrimonializadas Ouadane, Chinguetti, Tichit e Oualata. Este festival tem como objectivo principal o relançar da actividade turística no país, mas igualmente a polarização geográfica e a capitalização de um processo de patrimonialização. Assim, o primeiro “Festival des Villes Anciennes” realizou-se em 2011³⁶² em Chinguetti, o segundo em 2012 em Ouadane, o terceiro em 2013 em Tichitt, e o quarto, de 2014 irá realizar-se em Oualata.

Estes processos de festivalização³⁶³ associados às “Villes Anciennes” assumem a forma de eventual solução para a crise que se vive actualmente no sector turístico na Mauritânia. O eclipse da actividade turística tal como existia antes de 2007, é colmatado através da organização de *eventos* circunscritos geográfica e temporalmente, que procurariam atrair turistas para um espaço aparentemente delimitado e seguro que constitui o festival. Esta festivalização das “Villes Anciennes” enquanto símbolos e representantes de uma *cultura* mauritana remete para o próprio conceito de festival enquanto:

“[...] tools for economic and tourism development, the regeneration of urban spaces, and symbols of community and collective identity.” (Mackley-Crump, 2012:107).

É esta identidade colectiva mauritana que se procura reconstituir através da festivalização das “Villes Anciennes”, e que adiciona a dimensão cultural do património à dimensão mítica do deserto outrora veiculada pela indústria turística. O festival acrescenta e circunscreve a *cultura* ao espaço patrimonializado transformando-o em condensado com potencial turístico.

De facto, apesar da patrimonialização com o selo da UNESCO das “Villes Anciennes”, o desenvolvimento do turismo saariano na Mauritânia apoiou-se inicialmente essencialmente sobre dois referentes: o deserto e a vida nómada, funcionando a dimensão patrimonial das “Villes Anciennes” apenas como um

³⁶² Este é também o ano em que o T'heydinn – manifestação artística e literária da língua hassaniya praticada essencialmente por *griots*, que consiste na vocalização e musicalização de poemas épicos de forma a preservar a memória colectiva nacional – é inscrito na lista da UNESCO de “Intangible Cultural Heritage in Need of Urgent Safeguarding”. (<http://www.unesco.org/culture/ich/USL/00524> consultado a 11 de Janeiro de 2014).

³⁶³ Sobre os processos de festivalização enquanto fenómeno acelerado e circunscrito de consumo de conceitos, ideias e imagens ver Picard e Robinson (2006), Roche (2011) ou Mackley-Crump (2012).

complemento ‘cultural’ relativamente marginal de um circuito turístico que apostava na imersão no deserto e na mimetização de um ‘modo de vida nómada’.

A ênfase do nomadismo enquanto ‘característica’ do modo de vida da população mauritana foi amplamente difundida e apropriada pelos operadores turísticos que começavam a ver no país a alternativa para o já referido esgotamento e/ou insegurança de outros destinos turísticos de deserto (Marrocos, Tunísia, Argélia, Mali, Níger)³⁶⁴. De facto, muitos operadores turísticos propõem, nos circuitos que promovem para o território da Mauritânia, que os turistas mimetizem o comportamento nómada e ‘tradicional’ das populações que visitam, e que se ‘apropriem’ do ‘modo de vida’ nómada. Tal como é referido por uma agência de viagens relativamente à forma de alojamento no deserto:

«À votre arrivée sur le lieu de bivouac et pendant que l'équipe mauritanienne décharge les dromadaires, chacun cherche son emplacement, soit pour planter la tente pour ceux qui l'ont réservée, soit pour dormir à la belle étoile (nous vous y encourageons vivement).»³⁶⁵

Efectivamente, a indústria turística veio reactivar todo um imaginário ligado ao nomadismo que foi enfatizado em grande medida por uma literatura “deslumbrada” pelo deserto e seus habitantes, e que contribuiu por sua vez para a construção de uma *praxis* ligada à vida nómada:

«Les nomades du Sahara sont l'objet d'un culte littéraire. Autour d'eux se constituent des communautés quasi mystiques, avec ses prophètes (des Joseph Peyré à Théodore Monod), ses fidèles (des méharistes aux touristes), ses cultes (la marche), ses rituels, ses sacrifices (échanges de boissons ou

³⁶⁴ Lucie Roullier e Armelle Choplin (2006) reflectem sobre este esgotamento de destinos turísticos como Marrocos e Tunísia que poderá ter contribuído para o «sucesso» da entrada da Mauritânia no mercado do turismo de deserto: «[...] après avoir drainé pendant des années les Européens (et tout particulièrement les français), le Maroc et la Tunisie semblent quant à eux victimes de leur succès. On leur accole les images de «déjà-vu», de « tourisme de masse » et elles inspirent parfois de la lassitude. À l'opposé, la Mauritanie est un pays jeune; d'aucuns diront «encore vierge» et «préservé.» (Roullier e Choplin, 2006:3).

³⁶⁵ Citação retirada do site da agência “La Burle” (<http://www.laburle.com/fr/voyages/mauritanie/182-de-l-erg-amatlich-a-la-vallee-blanche.htm>), consultado a 16 de Janeiro de 2014.

légendaires diffas) et ses objets sacrés (la dune, les vestiges).»
(Cauvin Vermer, 2007:16)

Como tal, o facto de os turistas poderem mimetizar não só o habitat dos nómadas da Mauritânia, pernoitando em tendas – as *khaïmas*³⁶⁶ - mas também o seu modo de vivenciar o deserto - através de longas caminhadas a pé ou no dorso de um camelo - dota o “turismo de deserto” de uma dimensão cultural que é accionada não só através deste mesmo mimetismo, mas igualmente através de um despojamento alcançado através da sua *prática*. Tal como refere ainda Corinne Cauvin-Verner:

«À cette idéologie du martyr³⁶⁷, s’ajoute une fébrilité romantique. Les randonneurs jouent à s’identifier aux nomades. Ils s’habillent comme eux, cherchent à acquérir leurs compétences d’adaptation au milieu – savoir s’orienter, résister au climat et à la fatigue de la marche...» (Cauvin-Verner, 2010:118)

Ao ‘imitar’ e/ou experienciar o que julga ser a ‘vida nómada’ o turista busca um tipo de experiência espiritual, associada no imaginário ocidental ao deserto, ao despojamento face à natureza agreste, ao silêncio.

Mas esta experiência aproxima-se, na realidade, pouco do que é o quotidiano nómada tal como ele é vivido na Mauritânia:

«[o turista] sera accueilli, le soir, au bivouac sous la tente, honoré d’un méchoui en dégustant les trois verres de thé traditionnels consacrés par l’hospitalité saharienne: une manière de faire qui a peu à voir avec les rudes conditions de la vie nomade.» (Bonte, 2010:91)

³⁶⁶ Tendas feitas hoje de tecido de algodão branco no exterior e de tiras de aproveitamento de tecido colorido no interior, suportadas por uma viga de madeira, sendo tradicionalmente fabricadas pelas mulheres. Para uma análise histórica e antropológica da *khaïma* na Mauritânia ver Boulay (2003). Sobre o seu uso turístico noutros locais da mauritânia ver Cardeira da Silva (2006).

³⁶⁷ Corinne Cauvin-Verner refere que ao longo do seu trabalho de campo no deserto marroquino era comum os turistas levarem ao limite da sua resistência a dimensão física da experiência turística. Tal era feito regra geral através do seu isolamento em relação ao grupo, caminhando a uma velocidade superior à do grupo, não utilizar protecção contra o sol, etc.

Voltando ao ponto de partida, e recordando as palavras de Marie-Thérèse Gadroy, a opção por um destino turístico “ciel et sable” expressa a renúncia a um outro tipo de produtos e destinos turísticos supostamente mais massificados e/ou turistificados, e deixa entrever a escolha de um destino que pudesse idealmente combinar a dimensão da *aventura* com cultura e ecologia. Este processo acaba por constituir e *dotar* o turista de uma identidade (que o diferencia dos ‘outros’ turistas) que se revela central no contexto de uma sociedade de consumo globalizada, onde todos os destinos turísticos são de facto *possíveis*:

«Le tourisme du désert, dans ses dimensions culturelles et écologiques, relève de cette production des signes qui, dans le contexte de mondialisation, contribuent à la différenciation des groupes sociaux et des individus à l’égard des marchandises qu’ils sont sommés de consommer pour affirmer leur identité et leur place dans la société.» (Bonte, 2010:101)

A Mauritânia acabou assim por se constituir, turisticamente, não apenas enquanto destino de “turismo de deserto”, mas aliando as características presentes nas representações e no imaginário deste ‘produto’: a mística, a ecologia, a liberdade, com aquelas de um “turismo de aventura”. Se, como já vimos, o “Paris-Dakar” constitui uma espécie de caricatura acelerada deste tipo de turismo, existe igualmente e concomitantemente uma versão mais *soft* que inclui, para o território da Mauritânia, actividades como o *trekking* ou a meditação no deserto, onde ecoturismo e património se combinam harmoniosamente com a vertente ‘aventura’.

A dimensão de ‘aventura’ está bem evidente não apenas nesta forma de “turismo de deserto” que representam os ralis, mas sobretudo na maneira como o Adrar e as suas regiões vizinhas se transformaram rapidamente em terrenos favoráveis para as expedições que, tal como o “Paris-Dakar”, não se limitam a ser ‘eventos desportivos’ mas congregam também os discursos e as representações de uma ideia de ‘aventura’ em território ‘exótico’.

Paralelamente, este tipo de actividades promovidas pelos operadores turísticos: os *trekkings*, os passeios a pé e a camelo pelo deserto, levam a que muitos

turistas constatem que afinal, e contrariamente às suas expectativas, o deserto que julgavam despovoado seja afinal habitado e percorrido:

«Finalement, la ‘randonnée chamelière’ concrétise assez fidèlement la représentation qu’avaient les trekkeurs de la ‘méharée’ tout en comportant une grande découverte : le fait que le désert soit habité.» (Boulay, 2009:100)

Efectivamente, em menos de uma década a população do Adrar mauritano tornou-se dependente do emprego turístico, que acabou por providenciar uma parte considerável dos rendimentos locais (Bonte, 2010). Essa dependência económica levou igualmente a uma ‘tomada de consciência’ quanto à importância dos aspectos patrimoniais e da valorização desse mesmo património, sendo que as suas configurações e representações foram também objecto de apropriação local e nacional dando origem muitas vezes a processos de reconfigurações identitárias estratégicas³⁶⁸.

Estes processos levaram pouco a pouco que o conceito de património deixasse de ser essencialmente exógeno e passasse a ser incorporado e assimilado pelas populações locais:

«Cette nouvelle activité a encouragé les Adrarois à reconsidérer les saisons ‘creuses’ de l’année et les espaces «vides» en temps et espaces ‘utiles’. Elle leur a enfin fait prendre conscience de la valeur marchande de leur ‘patrimoine’, un concept lui aussi exogène et employé depuis peu en Mauritanie, et de son importance dans l’affirmation et la défense de l’identité locale.» (Boulay, 2006:82)

Este envolvimento por parte das populações da região do Adrar mauritano na actividade turística foi encorajado pelos operadores turísticos franceses que afiançaram que seriam maioritariamente as populações locais a lucrar com esta

³⁶⁸ Aqui não nos ocuparemos da discussão sobre a forma como a valorização do património mauritano, legitimada pela UNESCO, pôs em marcha processos de reconfiguração identitária e de incorporação de novos valores ‘patrimoniais’ na Mauritânia. No entanto vários autores discutiram e problematizaram esta questão, tais como Boulay (2006, 2009 e 2010); Bonte (2010); Cardeira da Silva (2006, 2010, 2012); Roullier e Choplin (2006).

actividade. Como foi referido por um dos meus interlocutores, algumas famílias desta região que haviam migrado para as grandes cidades – Nouakchott e Nouadhibou (como o fez aliás grande parte da população mauritana) – regressaram na altura do *boom* turístico à região do Adrar onde restauraram as suas antigas habitações e as transformaram em albergues e/ou em restaurantes. No entanto, creio que será arriscado afirmar que as populações locais foram as principais beneficiadas pelo incremento da actividade turística, tendo em conta que nesta região foram sobretudo operadores franceses que se encarregaram da organização de circuitos.

Veja-se alguns números sobre a evolução das infra-estruturas turísticas em território mauritano que ilustram bem o crescimento exponencial das mesmas: de 21 hotéis em 1994 passou-se para 41 em 1999, os albergues passaram de 10 em 1994 a 85 em 1999, o número de camas disponíveis passou de 1410 em 1994 para 4155 em 1999, assim como os operadores turísticos locais passaram de 69 em 1994 a 151 em 1999 (Bonte, 2010:90)

Estes números, que apenas se referem aos primeiros três anos de franco crescimento turístico (este dá-se até à estação de 2006/2007), dizem respeito a totais nacionais mas poder-se-á afirmar que foi na região do Adrar que o desenvolvimento foi observável de forma mais evidente. O investimento turístico no Adrar terá levado as populações locais a reconsiderar e a reconfigurar, conforme nos relatou acima Sébastien Boulay, as suas sazonalidades³⁶⁹.

Acima de tudo esta implicação da população local na actividade turística, enquanto gerentes de albergues e restaurantes, guias, operadores turísticos, cozinheiros e camelheiros em circuitos pelo deserto, condutores de 4x4, vendedoras de artesanato, fomentadores de museus³⁷⁰, etc., veio contribuir para uma intensificação do contacto entre locais e ‘estrangeiros’, nunca antes observada na região:

«Ce type de tourisme instaure un contact entre les habitants
de ces zones et les touristes beaucoup plus direct que celui qui

³⁶⁹ Como já foi referido anteriormente (capítulo 4) anualmente na região do Adrar realiza-se a *getna*, período de colheita das tâmaras que decorre de Maio a Outubro, precisamente o inverso da actividade turística que decorre de Outubro a Abril, actividade que mobiliza e acciona formas turísticas e migratórias locais.

³⁷⁰ Já tive ocasião de mencionar previamente o fenómeno de proliferação de museus espoletada pela presença turística e pela operacionalização das lógicas patrimoniais na região do Adrar (Cardeira da Silva 2006).

existait avec les coopérants et militaires français présents à Atar, voire avec les administrations coloniaux avant 1960.»
(Boulay, 2009:116)

Mas o contacto entre os turistas e a população do norte da Mauritânia veio também reactualizar as relações de poder historicamente existentes para este território. Efectivamente, a actual relação entre habitantes locais e turistas não se pode comparar nem a uma relação colonial, nem a uma relação de conquista, e aqui concordo com Corinne Cauvin-Verner quando esta insiste que é o carácter transitório e efémero das relações dos turistas com as populações locais que a diferencia de uma relação de teor mais hierárquico:

«Bien que les impacts du tourisme frappent les imaginaires, la relation touristique ne s'apparente ni à une forme de colonisation ni à une forme de conquête. Ludique pour celui qui vient, lucrative pour celui qui reçoit, elle provoque un tête-à-tête qui n'est ni permanent ni homogène ni exclusif: à la différence des colons, les touristes ne font que passer.»
(Cauvin-Verner, 2010:122)

Mas tal como noutros destinos turísticos que se constituíram outrora enquanto territórios coloniais, também na Mauritânia o papel dos ex-colonos pode ser reconfigurado e transformado. Seria uma interessante abordagem no campo do “turismo de nostalgia” procurar perceber de que forma os ex-colonos se transformam em turistas contemporâneos que procuram encontrar na ex-colónia resquícios de um passado colonial idealizado. Tal é o caso de F. Gaston, administrador do território entre 1945 e 1968 como comandante do círculo do Trarza, que relata desta forma a sua viagem turística à Mauritânia:

«Les Mauritaniens n'ont pas changé. Je les ai retrouvés tel que je les avais laissés: généraux, hospitaliers, et surtout d'excellents amis. [...] J'ai retrouvé beaucoup de personnes semblables à celles que j'ai connues dans le temps et aussi amicales.» (Horizons N°2234, Samedi 12 Décembre 1998)

São os contactos com o 'outro' que continuam a marcar a narrativa do 'encontro' - colonial ou turístico – narrativas movidas pela mesma necessidade de lhe fixar a identidade, que tanto são apanágio e desejo do colono como do turista. Essa necessidade de fixar a identidade do 'outro' serve em grande medida para que ela permaneça (ou se venha a tornar) distinta daquela do colono ou do turista (Hall and Tucker, 2004:17).

No Adrar mauritano para além da constatação de que o deserto é um espaço habitado e percorrido pelos seus residentes, a regularidade dos contactos estabelecidos entre turistas e populações locais vem efectivamente contribuir para a transformação da sua paisagem física e humana, que dificilmente corresponderia ao desejo de imutabilidade mencionado por F. Gaston na citação que acima reproduzi.

Efectivamente o turismo veio não só reconfigurar o tecido económico e social do país, mas também as suas práticas e os seus valores. Desta forma assistem-se a alguns fenómenos curiosos como a transformação dos valores atribuídos a bens diversos como a paisagem, os modos de vida e sobretudo os bens materiais como os objectos de uso quotidiano muitas vezes transformados em artesanato, e como tal *valorizados* positivamente.

Entre outras questões, assistiu-se no Adrar à transmutação dos *valores* associados a bens que se constituíram em mercadorias prontas a ser consumidas, que foram consequentemente reinterpretadas pelas populações locais, no contexto da patrimonialização e da turistificação dos seus *lugares*. Esta reinterpretação de valores é particularmente operacional quando se trata dos objectos de uso quotidiano que podem ser museificados (cf. Silva, 2006) ou mercadorizados através da sua venda enquanto *produtos* que encaixariam na categoria de artesanato.

Estes objectos foram em muitos casos percebidos pelas populações locais como possuidores de um *valor* que faria sentido capitalizar, e assistiu-se no Adrar a um movimento de mercantilização destes objectos, protagonizado em grande medida pelas mulheres destes lugares que passaram a vender os seus pertences (tecidos, bijutérias, objectos domésticos de uso quotidiano) aos turistas que aí passavam. Estes objectos estavam também por seu lado impregnados de uma narrativa de 'autenticidade': eles não eram produzidos enquanto produtos de *artesanato* numa lógica de mercado, eles eram *valorizados* precisamente por transportarem consigo

uma história, um *passado* que dizia respeito ao quotidiano de uma mulher, de uma família e de um lugar.³⁷¹

Este, como tantos outros fenómenos que tiveram lugar no Adrar mauritano, é-nos útil para pensar como em terrenos em processo de turistificação acelerada assistimos não raras vezes a reconfigurações de âmbitos e ordens variadas (identitários, de valores, etc.) em que as populações locais são sujeitos activos e incorporam legítima e autonomamente um papel nestes mesmos processos de turistificação.

Como já aqui referimos, a actividade turística constitui-se no espaço de uma década na principal actividade económica do Adrar mauritano, criando por sua vez um fenómeno de dependência da mesma por parte das populações locais.

No entanto, o turismo mauritano apresenta alternativas ao “turismo de deserto” do Adrar, que apesar de não serem tão expressivas em termos de número de participantes, constituíam na maior parte dos casos um complemento ao “turismo de deserto”. Essas alternativas estão essencialmente ligadas aos parques naturais do país: “Parc National du Banc d’Arguin” e “Parc National du Diawling”, que capitalizam um “turismo de natureza”³⁷² ligado à observação das espécies animais aí existentes.

O “Parc National du Banc d’Arguin” (PNBA), constituído em 1976 e elevado a património natural mundial pela UNESCO em 1989, começa a desenvolver projectos ligados ao ecoturismo a partir de 1998. A partir deste momento a direcção do PNBA põe em marcha um plano de criação de cooperativas para que fossem as populações locais, em cada uma das sete aldeias do PNBA, a gerir a actividade turística que obedeceria a pressupostos relacionados com a protecção do meio ambiente local e com o habitat das populações *Imraguen*. Apesar de a actividade turística no PNBA nunca se ter assumido como a principal fonte de rendimento para as populações

³⁷¹ No seu texto “Hospedaria Vasque. Cultura, Raça, Género e Expediente num oásis da Mauritânia”, Maria Cardeira da Silva (2006) faz referência a esta circulação de objectos entre as mulheres de Quadane, e a sua entrada no circuito turístico.

³⁷² Num outro lugar (Lucas, 2008; Lucas e Carvalheira, 2013) tive ocasião de reflectir sobre o “Parc National du Banc d’Arguin” enquanto destino turístico, bem como sobre as reconfigurações identitárias operadas pelas suas populações (maioritariamente *Imraguen*) face a esta nova actividade económica.

loais³⁷³, este território acabou por capitalizar fluxos turísticos ligados à travessia do território de forma autónoma, os quais já aqui referimos e que fazem parte de projectos individuais ligados à ideia de “going Africa”. No entanto, o PNBA também capitalizou fluxos turísticos que faziam parte dos circuitos ligados ao “turismo do deserto”, e que combinavam o “turismo de natureza” do PNBA (pesca, observação de aves) nos seus pacotes de forma a diversificar a oferta turística.

O PNBA constitui-se também como um destino que mobiliza turistas nacionais, motivados em grande medida pela “*getna* da corvina”, período durante o qual se deslocam de várias zonas do país para o consumo de corvina, espécie pescada em grande escala no PNBA durante o mês de Agosto.

Também a caça, ainda que igualmente em pequena escala, constituiu uma actividade turística desenvolvida essencialmente no sul do país. Como veremos, em algumas regiões nas imediações do Rio Senegal, a caça ao facochero e a outras espécies consolidou-se como uma prática turística destinada às elites vindas na sua grande maioria de países do Médio Oriente, e que o faziam integradas em pacotes turísticos auto-suficientes, que pouco ou nenhum contacto possibilitariam com as populações locais.

7.4 – Ascensão e queda da actividade turística na Mauritânia: do *boom* ao desconcerto.

Voltemos ao acontecimento que transformou radicalmente o panorama turístico da Mauritânia, e pôs um ponto final no crescimento que se vinha a sentir no sector durante uma década. A 24 de Dezembro de 2007 são assassinados quatro turistas franceses em Aleg, no sul do país, e alguns dias mais tarde é cancelada a edição de 2008 do rali “Paris-Dakar”, que desde então não voltou a realizar-se no continente africano.

³⁷³ O fluxo de turistas no PNBA indica-nos que a actividade turística se constituiu como marginal no âmbito do território. Segundo Lucas (2008): “De acordo com os registos de entrada de visitantes no PNBA disponíveis na estação científica de Iwik durante o mês de Janeiro de 2005, os números de visitantes foram em 2003 de 628, em 2004 de 528 e em 2005 de 357. As nacionalidades mais representativas à data eram a francesa, a italiana e a espanhola. Estes dados não dão conta da real entrada de turistas no PNBA pois na maior parte dos casos não são efectuados registos dado o pouco tempo de permanência dos turistas no terreno.” (Lucas, 2008:66).

O assassinato dos quatro franceses foi rapidamente imputado à “Al Qaeda do Magreb Islâmico” (AQMI), organização que veio igualmente protagonizar os recentes conflitos no Mali (2012/2013), e constituiu algo inédito no contexto da Mauritânia, país sem historial de extremismos religiosos e/ou políticos até à data. Estes acontecimentos levaram a que o Ministério dos Negócios Estrangeiros francês classificasse no seu *site* a Mauritânia como lugar desaconselhável para as deslocações turísticas, e dividisse o território entre “zone rouge”³⁷⁴ e “zone orange”³⁷⁵, sendo que a proclamada “zone rouge” corresponde a principal área de desenvolvimento da actividade turística – o Adrar mauritano - (ver mapa).

A partir deste momento a actividade turística na Mauritânia teve um decréscimo abrupto. A operadora turística “Point-Afrique”, que se havia estabelecido enquanto principal operadora turística no país desde 1996, mantém num primeiro momento os voos *charter* por si organizados com destino à Mauritânia, mas rapidamente é levada a reconsiderar a decisão.

³⁷⁴ A classificação enquanto zona vermelha corresponde a uma área “formalmente desaconselhada” <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/conseils-aux-voyageurs/conseils-par-pays/mauritanie-12291/> (acedido a 7 de Junho 2013).

³⁷⁵ A classificação enquanto zona laranja corresponde a uma área “desaconselhada salvo razão imperativa” <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/conseils-aux-voyageurs/conseils-par-pays/mauritanie-12291/> (acedido a 7 de Junho 2013).



Figura Nº11: Mapa do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês³⁷⁶

A Mauritânia constituía à data do assassinato de Aleg um dos principais destinos turísticos promovidos pela “Point-Afrique”, e a manutenção dos voos com destino a Atar para a estação 2007/2008 levou a que os mesmos tivessem 70% de taxa de desistência, a par com a diminuição da equipa da “Point-Afrique” que passou nesse ano de 87 para 52 pessoas. Tal como afirma Maurice Freund na “Lettre de Point-Afrique”³⁷⁷:

«On le sait peut-être, la situation touristique en Mauritanie n’est pas des plus brillantes cette saison. Les visiteurs se sont fait rares, et la condition économique de l’Adrar se dégrade. [...] nous nous sommes engagés à faire tous nos efforts pour revitaliser la destination pour les vacances de février, histoire

³⁷⁶ Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/conseils-aux-voyageurs/conseils-par-pays/mauritanie-12291> Apesar da má qualidade da imagem podemos observar que para além da arbitrariedade da divisão entre zonas “desaconselhadas salvo razão imperativa” e zonas “formalmente desaconselhadas”, existe um pequeno círculo laranja na região de Zouerate (a norte), precisamente o local onde se realizam as prospecções petrolíferas francesas.

³⁷⁷ A “Lettre de Point-Afrique” é uma missiva sem regularidade fixa que é publicada *online* no site da “Point-Afrique” ou enviada por *email* aos seus subscritores. A “Lettre de Point-Afrique” é, salvo raríssimas excepções, assinada por Maurice Freund.

de sauver ce qui peut encore l'être d'une saison qui ne restera pas dans les annales. [...] afin de mettre toutes les chances du côté de la Mauritanie, Point-Afrique commercialisera ces places au prix coûtant, sur l'ensemble de l'opération. Espérons que ce geste de conciliation permette de redonner espoir aux populations mauritaniennes durement touchées par le tarissement brutal, que nous sommes les premiers à déplorer, du flux de visiteurs. Oui, Point-Afrique retourne en Mauritanie!» (La Lettre de Point-Afrique N°22, Décembre 2008)³⁷⁸

Mas nos anos seguintes a situação não melhora. Na estação turística de 2009/2010 a “Point-Afrique” mantém a ligação com Atar mas esta não parece acolher simpatia por parte de potenciais turistas. Na “Lettre de Point-Afrique” publicada em Novembro de 2010 e assinada por Maurice Freund, era afirmado:

«Aujourd'hui, à l'exception de quelques zones incertaines bien qu'en voie de sécurisation, la Mauritanie et plus particulièrement la région d'Atar-Chinguetti-Ouadane ne présente quasiment aucun danger...Point-Afrique ainsi que ses partenaires ont pris toutes les mesures préventives pour contrer tout acte belliqueux.» (La Lettre de Point-Afrique, N°41, Novembre 2010)³⁷⁹

³⁷⁸ <http://www.point-afrique.com/newsletters/nl022/Newsletter022.html> (acedido a 7 de Junho de 2013)

³⁷⁹ <http://www.point-afrique.com/newsletters/nl041/Newsletter041.html> (acedido a 7 de Junho de 2013).

A melhoria das condições tardava a regressar ao território da Mauritânia, e apesar dos esforços da “Point-Afrique” o voo previsto para Dezembro de 2010 não se chega a realizar. Ao mesmo tempo é criada a associação “Point-Afrique Solidarité”³⁸⁰ que tinha por objectivo apoiar os países onde as rotas turísticas da “Point-Afrique” haviam sido canceladas: a Mauritânia, o Níger e o Mali.

A “Point-Afrique” dará assim por suspensa a sua actividade turística na Mauritânia durante as estações seguintes, e começa a programar novos destinos tais como o Chade, que nas palavras da operadora constituiria actualmente: “Le seul désert saharien ouvert au tourisme” (Lettre de Point-Afrique N°47, Septembre 2012)³⁸¹. Quanto à Mauritânia, apesar das dúvidas da “Point-Afrique” quanto ao seu verdadeiro ‘perigo’, ficaria de momento fora dos seus circuitos, tal como é afirmado na “Lettre de Point-Afrique” publicada em Setembro de 2012:

«Nous avons tenu autant qu’on l’a pu nos engagements au Mali et en Mauritanie pour soutenir nos partenaires et les populations avec lesquelles nous travaillions... Bilan : 6,2 millions de pertes (comme vous le savez déjà). S’il est impossible de préjuger de l’avenir, nous pensons qu’il serait folie de programmer le Mali, le Niger ou l’Algérie actuellement. Par contre nous restons circonspects sur la Mauritanie (on a du mal à penser que cette destination est aussi dangereuse que ce que l’on veut bien nous faire croire). Malheureusement, même si notre point de vue est juste, il n’y a pas assez de demandes pour s’y rendre et donc pour y programmer des vols. Dommage!» (Lettre de Point-Afrique, N°47, Septembre 2012)³⁸²

³⁸⁰ A criação da “Point-Afrique Solidarité” foi algo que despertou a minha curiosidade antes da realização da segunda estadia de terreno na Mauritânia em 2011, sobretudo porque a “Point-Afrique” afirmava no seu *site* que teria um responsável desta nova associação solidária na Mauritânia. Assim, entrei em contacto com a “Point-Afrique” com dois objectivos: 1) entrevistar Maurice Freund, e 2) obter o contacto do responsável pela “Point-Afrique Solidarité” na Mauritânia a fim de o entrevistar e perceber de que forma actuava a associação no país. Após várias tentativas de contacto nunca foi obtida qualquer resposta por parte da “Point-Afrique”, o que inviabilizou ambos os objectivos iniciais.

³⁸¹ <http://www.point-afrique.com/newsletters/nl047/Newsletter047.html> (acedido a 7 de Junho de 2013).

³⁸² <http://www.point-afrique.com/newsletters/nl047/Newsletter047.html> (acedido a 7 de Junho de 2013).

Foi a partir da constatação de que a actividade turística na Mauritânia, tal como ela se caracterizava antes de 2007, tinha deixado de existir, que procurei realizar entrevistas a interlocutores - institucionais e não institucionais – ligados ao sector do turismo. Interessava-me perceber as suas opiniões sobre a manutenção da Mauritânia enquanto zona vermelha no *site* do “Ministère des Affaires Étrangères”, mas também sobre as possibilidades de renascimento de uma actividade turística no país num futuro próximo.

Um dos denominadores comuns presentes no discurso de todos os entrevistados é a crítica à incapacidade comunicativa da Mauritânia ao nível institucional face ao exterior. Na opinião de todos os entrevistados, o Governo da Mauritânia deveria passar para além fronteiras a imagem de um país seguro, o que corresponderia na opinião dos entrevistados à realidade, tal como nos refere M. Saad Maayniye Cheikh Saad Bouh:

Penso que para a promoção da Mauritânia nesta conjuntura é preciso ter em conta três questões diferentes: apostar no factor da comunicação, o Estado pôs em marcha um sistema de segurança efectivo para os cidadãos nacionais e também para os estrangeiros, mas há um problema de comunicação pois esta informação não foi difundida, nem ao nível do Estado nem ao nível dos operadores turísticos. Depois há a questão do papel que o Estado deveria ter ao reivindicar o fim da zona vermelha, a verdade é que nunca houve nenhum problema nesta zona e que para além disso as populações são elas próprias muito vigilantes. A terceira questão é que devemos continuar a fazer a promoção da Mauritânia nos salões de turismo, nas feiras, na internet, etc. Organizar conferências de imprensa, viagens para os operadores. (Excerto da entrevista a M. Saad Maayniye Cheikh Saad Bouh, Nouakchott, 18 de Outubro de 2010)

Outro dos entrevistados, M. Hamza Babetta, secretário-geral da “Union Nationale du Patronat Mauritanien – Federation de Tourisme”, refere igualmente a questão da ‘comunicação’ como o mais importante desafio que a Mauritânia teria de enfrentar para poder voltar a integrar o mercado global do turismo. Para Hamza Babetta a Mauritânia possuiria características turísticas únicas, e seria fundamental que os testemunhos orais dos seus antigos visitantes circulassem de forma a impulsionar a actividade turística:

O que nos faz falta é uma boa política de comunicação – fazer descobrir a Mauritânia aos outros, porque as pessoas precisam de informação – o que é que as pessoas vêm: Mauritânia – AQMI – terrorismo, mas se nós recebermos pessoas que depois falem da sua estadia, que testemunhem como correu a sua estadia: que nunca se sentiram em perigo, que as pessoas são muito acolhedoras. É normal que um cidadão europeu que vê as notícias sobre a Mauritânia a associe sempre ao terrorismo, por isso é que é preciso que as pessoas que aqui estiveram possam dar conta da sua experiência. Nós temos um produto no mercado, e esse produto também é vendido pelos marroquinos, pelos argelinos, pelos malineses, pelos senegaleses, pelos chadianos. Este produto é o Deserto. Mas nós temos uma vantagem: nós temos tanto a África Negra como a África do Norte...Porque em Marrocos e na Argélia toda a gente já viu aquele Deserto, nós na Mauritânia temos partes do país quem nem sequer os mauritanos viram. Nós temos o turismo arqueológico – as velhas cidades milenares (Oualata, Chingueti, Ouadane). O principal problema da Mauritânia não é a segurança, é a comunicação. Temos de convidar pessoas na Europa, pessoas conhecidas, celebridades, jornalistas, fotógrafos, etc. Se o fizermos tenho a certeza que daqui a uma ou duas estações as coisas vão melhorar (Excerto de entrevista a M. Hamza Babetta, Nouakchott, 20 de Outubro de 2011).

Ainda sobre a importância de uma estratégia de comunicação, M. Hamza Babetta critica a postura do “Office National du Tourisme”³⁸³ quanto à alegada passividade do mesmo relativamente ao relançamento da Mauritânia no mercado turístico:

A actividade turística começou há muito pouco tempo [1996] é preciso que a gente faça asneiras e que corrija essas asneiras. E não tivemos a vida facilitada porque veio a AQMI criar-nos problemas. E os meios de comunicação também contribuíram para isso, apontaram-nos uma seta a indicar problemas. É preciso uma estratégia de comunicação, temos de trabalhar em equipa. O ONT [Office National du Tourisme] é uma estrutura pública que não faz o seu trabalho. São os privados mauritanos que têm de trabalhar para mudar isto, as pessoas que ganham a sua vida do turismo. Os funcionários do ONT são pagos ao fim do mês quer haja ou quer não haja turistas. As pessoas que estão actualmente no ONT não conhecem a realidade do terreno. (Excerto de entrevista a M. Hamza Babetta, Nouakchott, 20 de Outubro de 2011)

³⁸³ Apesar de ter estabelecido um contacto via *email* prévio à minha estadia no terreno em 2011 com um dos responsáveis do “Office National du Tourisme” (O.N.T.), mais concretamente com o chefe do Departamento de Comunicação do O.N.T., a comunicação efectiva revelou obedecer a uma complicada agenda. Após várias tentativas de marcação de entrevistas, todas desmarcadas pelo próprio, e de várias deslocações minhas à sede do “Office National du Tourisme” com vista à realização de entrevistas já marcadas, todos os esforços saíram frustrados. No entanto foi-me fornecida uma pasta com numerosos ficheiros (*word, powerpoint, pdf*) contendo informações sobre a estratégia de marketing do “Office National du Tourisme” para o relançamento da actividade turística, bem como um balanço sobre o quadro logístico actual relativo às infra-estruturas turísticas. Este episódio, que em última análise revela um certo menosprezo para com a minha investigação, veio recolocar-me de novo no tabuleiro dos estatutos sociais, já experienciado em anteriores missões de terreno no país. Efectivamente, o ‘estatuto’ da investigadora no terreno: identidade de género e idade pode funcionar de formas ambivalentes consoante o contexto de investigação.

Ao longo da mesma estadia em Nouakchott entrevistei também Mohamed Mahmoud Bewba Nemoud, fundador da “Association Nationale de Guides Sahariens”³⁸⁴, também ele crítico em relação à actuação do “Office National du Tourisme”, nomeadamente perante os guias turísticos que ficaram sem trabalho no sector ao longo dos últimos anos:

Nemoud foi muito crítico em relação às políticas governamentais que dizem respeito ao turismo e apontou a falta de uma estratégia nacional. Foi crítico também relativamente ao “Office National du Tourisme” e ao facto de este não ter dado contrapartidas às pessoas que ficaram desempregadas depois de 2007. Foi neste contexto de desemprego que afirma ter sido criada a “Association Nationale de Guides Sahariens” em 2010, precisamente para dar resposta a este tipo de situações, e servir como plataforma reivindicativa. (Excerto do diário de campo, Nouakchott, 25 de Outubro de 2011)

Ao mesmo tempo todos os entrevistados - M. Hamza Babetta (Union Nationale du Patronat Mauritanien – Federation de Tourisme), M. Saad Maayniye Cheikh Saad Bouh (SOMASERT), Mohamed Mahmoud Bewba Nemoud (Association Nationale des Guides Sahariens), e Zaida Mint Bilal (proprietária do “Auberge Vasque” em Ouadane) – consideraram que seria necessário diversificar a oferta turística nacional e encontrar outros produtos para além do deserto e da visita cultural às “Villes Anciennes”.

No entanto os meus interlocutores divergem quanto às possibilidades de transformar a Mauritânia num destino de turismo balnear, que servisse como complemento ao “turismo de deserto”, ou que constituísse um pólo de atracção radicalmente distinto e alternativo ao deserto, atraindo um público radicalmente diferente.

³⁸⁴ A “Association Nationale de Guides Sahariens” (ANGS) foi fundada em 2010, tendo à data de realização da entrevista cerca de setenta guias inscritos. Segundo Mohamed Mahmoud Bewba Nemoud a ANGS recebeu financiamento proveniente da cooperação francesa, que terá contribuído para a formação de cinquenta guias em 2010.

M. Hamza Babetta considera que o único obstáculo à transformação da Mauritânia num destino de turismo balnear é a proibição da venda de bebidas alcoólicas no país, algo que em seu entender se poderia resolver tal como aconteceu noutros países muçulmanos³⁸⁵. Já M. Saad Maayniye Cheikh Saad Bouh considera que essa proibição é de facto um impedimento para o desenvolvimento do turismo balnear e que como tal a promoção turística deveria apontar para os três produtos mais consensuais: o deserto, as “Villes Anciennes” e os Parques Naturais (“Parc National du Banc d’Arguin” e “Parc National du Diawling”). Para M. Hamza Babetta existiriam inclusive interesses externos na transformação da Mauritânia num destino de turismo balnear:

Nós temos uma costa marítima com 750km, com praias virgens de areia limpa, temos uma das costas com mais peixes do mundo, temos desportos náuticos...podemos até fazer Hotéis, mas isso depende da procura. Em 2007 fui convidado pelo Governo Canário para fazer uma comunicação sobre as oportunidades de investimento na Mauritânia, estive em cinco ilhas e fiz cinco comunicações. Os canarinos diziam-me que queriam ter um produto mais para além das ilhas e que tinham pensado em investir no Saara mas que depois tinham mudado de ideias por causa dos problemas administrativos. Mas eles tinham um problema: é que na Mauritânia é proibido vender bebidas alcoólicas, e os turistas europeus quando vão de férias querem poder beber álcool, ir a um Casino, estar nus na praia. Nós do patronato pedimos ao governo mauritano da altura

³⁸⁵ A este respeito transcrevemos excerto de entrevista a M. Hamza Babetta: *Eu sou muçulmano praticante mas há uma coisa que eu não compreendo, eu nasci em Nouakchott, quando eu era pequeno a maior parte do comércio estava nas mãos de libaneses e franceses e havia venda livre de álcool nas lojas e os mauritanos não se interessavam pelo álcool. Uns anos mais tarde a venda de álcool foi proibida, e já se sabe o que acontece quando as coisas são proibidas...Hoje em dia os estrangeiros fazem milhares com a venda de álcool na Mauritânia...e há coisas que eu não compreendo - Marrocos é um país muçulmano mas eles vendem álcool, o mesmo se passa com o Mali, com o Senegal, com a Tunísia, com o Líbano, são todos países muçulmanos! É sempre assim: quando se proíbe uma coisa está a dar-se-lhe um valor! É preciso respeitar as pessoas e a sua liberdade individual. Se eu não quiser ser muçulmano ninguém me pode obrigar a ser muçulmano! Não se deve politizar a religião!* (Nouakchott, 20 de Outubro de 2011).

para nos ceder 30km/40km de praia para fazer uma zona franca destinada ao turismo, entre Nouakchott e Nouadhibou, evitando obviamente a zona do Banco de Arguim...O governo da época não estava contra mas depois mudou o governo...
(Excerto de entrevista a M. Hamza Babetta, Nouakchott, 20 de Outubro de 2011)

Já Mohamed Mahmoud Bewba Nemoud considera que a Mauritânia nunca poderá competir com outros destinos turísticos que desenvolveram o turismo balnear como Marrocos ou a Tunísia. Para este entrevistado a existência de correntes muito fortes não tornaria a permanência nas praias mauritanas muito fácil, pelo que não augura qualquer sucesso para o desenvolvimento de um turismo de cariz balnear na Mauritânia.

7.5 – O turismo reconfigura-se? Sobrevivência, nichos de mercado e exportações.

Após a suspensão dos voos *charter* desde 2008 e a retirada estratégica da “Point-Afrique” do território mauritano, interessava-me perceber se se manteria algum tipo de actividade turística que não estivesse enquadrada na lógica e nos circuitos outrora frequentados pelos passageiros dos voos *charter* que chegavam aos domingos a Atar.

Foi igualmente nesse sentido que questionei os meus entrevistados, procurando perceber se haviam sido criados nichos de mercado para algum tipo de turismo ou se, pelo contrário, a Mauritânia havia apenas acentuado o seu carácter de país de ‘passagem’, de destino temporário para os denominados ‘turistas independentes’ que atravessam o território com destino a outros países africanos.

Se esta foi, e continua a ser, uma realidade que importa discutir no contexto do panorama turístico nacional da Mauritânia – o seu carácter transitório – acentuado aliás como já discutimos, pelas suas características geográficas, interessa igualmente compreender se ‘existiria vida’ para além da “Point-Afrique” e dos seus circuitos pelo

Adrar mauritano. Alguns dos meus interlocutores confirmaram efectivamente a existência de nichos de mercado no que diz respeito à actividade turística, constituindo-se na maior parte dos casos enquanto programas com um elevado grau de autonomia face às populações locais, tal como é referido por M. Hamza Babetta:

Neste momento há muita gente que vem da Argentina, do México, que vem da América do Sul para a caça no sul do país. Temos uma casa mauritana [Maurisert] que recebe todos os anos centenas de turistas que vêm de muito longe e que gastam muito dinheiro para vir à Mauritânia, para iram à caça ao lado de Rosso [no sul, junto ao Rio Senegal]: eles caçam o facochero [javali africano]. Eles são caçadores. Eu sei que os caçadores não são muito queridos na Europa mas eles têm o direito de fazer o que gostam... [...] Nós recebemos também gente do Golfo [Pérsico] que também vêm para a caça com pássaros. É gente muito rica. Eles compram as suas autorizações de caça com o Ministério, trazem carros novos e ficam um mês, um mês e meio, e vêm em família. Eles acampam mas trazem tudo dos seus países. Também começamos a receber, mas o número é ainda insignificante, chineses e russos – os novos turistas, os novos-ricos – mas esses estão numa fase em que só querem os grandes Hotéis da Europa. Alguns já estão fartos da Europa e querem descobrir a África, lugares virgens e desconhecidos. (Excerto de entrevista com M. Hamza Babetta, Nouakchott, 20 de Outubro de 2011)

Também Mohamed Mahmoud Bewba Nemoud confirma a existência de um tipo de turismo auto-suficiente, não beneficiando as populações locais, como é o caso dos circuitos de *camping-car* (ainda que com uma dimensão muito limitada), nos quais os turistas utilizam as suas próprias viaturas como lugares para pernoita e alimentação, apenas recorrendo ao comércio local para o abastecimento de combustível e de bens alimentares. Na opinião de Mohamed Mahmoud Bewba Nemoud este tipo de

actividade turística não beneficiaria as populações do Adrar que continuavam com os seus albergues e restaurantes abertos à espera de melhores dias.

Apesar da existência destes nichos de mercado, que se distanciavam geograficamente, na maior parte dos casos, do Adrar mauritano, o panorama turístico nacional está 'de luto', assistindo-se a uma nova vaga de êxodo com origem no Adrar. Se, com o início dos voos *charter* em 1996 e o crescente tráfego por eles espoletado, uma importante fatia da população que havia migrado para os principais centros urbanos regressara ao seu lugar de origem, agora o movimento tende a inverter-se.

Actualmente, e como refere M. Saad Maayniye Cheikh Saad Bouh, voltaram a ser os grandes aglomerados urbanos o destino de parte destas populações:

Há as populações que não têm escolha, que vivem no Adrar e que não se podem deslocar, que vão fazendo um pouco de agricultura enquanto as coisas não melhoram. E depois há uma segunda população, mais juvenil, e que prestam serviços. Esses vão certamente sair do Adrar, para Nouadhibou e Nouakchott.

(a M. Saad Maayniye Cheikh Saad Bouh, Nouakchott, 18 de Outubro de 2011)

Também Mohamed Mahmoud Bewba Nemoud relata a estagnação económica na região do Adrar, mas aponta algumas soluções encontradas pelos habitantes outrora dependentes da economia do turismo, que reconfiguraram as suas actividades e as puseram ao serviço da população local, num contexto onde a mobilidade e as possibilidades de circular entre regiões se tornaram uma prioridade, na tentativa de as tornar cada vez menos longínquas³⁸⁶:

Nemoud afirma que as coisas na região do Adrar estão muito complicadas. A maior parte das pessoas mantém os albergues abertos porque não têm condições económicas para fazer outras coisas e porque não podem sair da zona. Algumas agências de viagem venderam os seus veículos e mudaram de ramo. Há o caso concreto da "Salima Voyages" que

³⁸⁶ As cidades de Atar e Nouakchott distam 406 quilómetros uma da outra em estrada alcatroada.

transformou a sua frota automóvel que servia para transportar turistas, em carreiras de autocarro entre Nouakchott e Atar. Nemoud refere também que grande parte da população mais jovem migrou nos últimos anos para as grandes cidades – Nouakchott e Nouadhibou – à procura de trabalho. (Excerto do diário de campo, Nouakchott, 25 de Outubro de 2011)

Mas Zaida Mint Bibal, residente em Ouadane e proprietária de um albergue turístico na localidade, chama a atenção para o facto de as possibilidades de mobilidade espacial não serem iguais para todos. Zaida, que tal como Nemoud, também faz uma leitura política relativamente à situação vivida no sector turístico mauritano, é menos optimista quanto às reais possibilidades de reconfiguração social para as populações que se dedicavam quase exclusivamente ao turismo desde a segunda metade dos anos 1990:

Não é toda a gente que se pode meter a caminho para Nouakchott ou Nouadhibou para trabalhar como taxista ou outra coisa qualquer...A maior parte das “Tour operators” de Atar, Ouadane e Chinguetti fecharam e venderam as viaturas. Outros montaram autocarros entre Atar e Nouakchott. Mas a maior parte das pessoas está lá à espera que as coisas mudem e que os turistas regressem. (Excerto de entrevista a Zaida Mint Bilal, Nouakchott, 26 de Outubro de 2011).

A constatação das reconfigurações sociais operadas na região do Adrar mauritano é igualmente observada pelas agências turísticas internacionais que operavam na área. Também estas referem uma alteração significativa da paisagem social e económica, provocada pela quebra drástica da actividade turística na região:

«A Atar comme à Chinguetti, les touristes ont disparu. Parmi ceux qui ont travaillé avec Zig-Zag ces dernières années, certains sont partis pour Nouakchott et d'autres accompagnent leurs troupeaux de chameaux au gré des précipitations, vers le Zemmour ou le Tagant (la Mauritanie est sans doute un des

derniers pays au monde où existe encore un véritable nomadisme ou semi-nomadisme!). Une situation que nous espérons provisoire d'autant plus que les quelques randonneurs présents dans l'Adrar l'hiver passé ont pu constater que tout était calme!» (*Site da agência de viagens Zig-Zag*)³⁸⁷

Quando da minha última estadia em Nouakchott a “Association National des Guides Sahariens” acabara de publicar na sua página de internet³⁸⁸ uma carta aberta ao então presidente francês - Nicolas Sarkozy. Nesta missiva a “Association National des Guides Sahariens” criticava a manutenção da classificação de parte do país enquanto “zona vermelha” pelo poder político francês, e responsabilizava a França pela destruição do tecido económico da região, revelando a enorme dependência que o país continua a ter em relação à metrópole francesa:

«Mesdames et Messieurs, avez-vous vraiment conscience qu'en classant ainsi les zones touristiques mauritaniennes, vous condamnez à mort une activité essentielle au développement de notre pays vers un modèle respectueux de notre population, de l'environnement, et riche de nos savoir-faire ancestraux ?» (Lettre ouverte à Monsieur le Président de la République française, 18 Outubro de 2011)³⁸⁹

Neste pequeno excerto, vemos como as lógicas e a linguagem associadas a uma actividade turística ‘politicamente correcta’: a ecologia, a tradição e a sustentabilidade, foram incorporadas pelos agentes locais da dinamização turística, e são accionados quando em ‘diálogo’ com os seus principais promotores e defensores.

Paralelamente, esta carta levanta igualmente o véu sobre a assimetria das políticas francesas quanto à classificação de destinos turísticos ‘seguros’ e ‘inseguros’,

³⁸⁷ <http://www.zigzag-randonnees.com/voyage-circuit-sahara-579-655-0.html> (consultado a 18 de Janeiro de 2014).

³⁸⁸ <http://angs-mauritanie.blogspot.pt/>

³⁸⁹ <http://angs-mauritanie.blogspot.pt/2011/10/lettre-ouverte-monsieur-nicolas-sarkozy.html> (acedido a 10 de Junho de 2013).

revelando a desproporção das medidas adoptadas face à Mauritânia quando comparadas com outros contextos nacionais e geográficos:

«Vous objecterez que des drames survenus en Mauritanie en 2007 et 2009³⁹⁰ expliquent ce classement. Pouvons-nous humblement vous demander s’il est des places au monde qui n’aient jamais été éclaboussées par les soubresauts liés à l’état actuel du monde ? En pleine métropole, des drames de grande ampleur ont ensanglanté Madrid, Londres, Paris même. Auriez-vous laissé classer votre capitale, depuis l’affreux attentat du RER Saint-Michel, en zone fortement déconseillé ? Plus récemment encore, le célèbre café Argana à Marrakech dans lequel plusieurs citoyens français ont trouvé la mort, a suscité même une réaction positive du gouvernement français en encourageant et en approuvant cette destination.» (Lettre ouverte à Monsieur le Président de la République française, 18 Outubro de 2011)

A reacção por parte do “Ministère des Affaires Étrangères” francês ao caso do atentado ocorrido em Marraquexe em Abril de 2011, onde dezassete turistas perderam a vida, parece ser, para Mohamed Mahmoud Bewba Nemoud, o exemplo mais claro da assimetria das políticas externas francesas face a um eventual perigo ‘terrorista’. Para Mohamed Mahmoud Bewba Nemoud a manutenção de parte do território mauritano enquanto “zona vermelha” revela antes de mais a existência de interesses políticos e económicos por parte da França em relação à Mauritânia que não se coadunam com a actividade turística, conforme me afirmou ao longo da nossa conversa:

A dada altura Nemoud diz que o que existe na Mauritânia são interesses económicos e políticos que nada têm a ver com a segurança da zona, porque toda a gente sabe que o Adrar é

³⁹⁰ Em Agosto de 2009 um ataque suicida contra a embaixada francesa em Nouakchott provocou alguns feridos ligeiros, entre os quais dois franceses do corpo de segurança da embaixada e uma mauritana que passava no local. O ataque foi levado a cabo por um jovem mauritano, única vítima mortal da ofensiva.

uma zona muito segura. [...] Afirma também que a “Total”³⁹¹ está no norte da Mauritânia a fazer prospecção de petróleo, com todo um aparato de segurança (Excerto do diário de campo, Nouakchott, 25 de Outubro de 2011)

Para além de Mohamed Mahmoud Bewba Nemoud, também outros interlocutores me referiram alguma estranheza quanto ao facto de França manter durante todo este tempo metade do território da Mauritânia enquanto “zona vermelha” (e como se poderá verificar pela imagem retirada do site do “Ministère des Affaires Étrangères”, ela manteve-se até 2014), fazendo alusão à possibilidade de existência de uma ‘agenda oculta’ do lado francês.

Mas actualmente há ‘novas’ razões para que a Mauritânia tenha permanecido enquanto “zona vermelha” no site do “Ministère des Affaires Étrangères” francês. O recente conflito com epicentro no Mali, e a aparente permeabilidade das fronteiras entre os dois países puseram a ‘ameaça islâmica’ de novo na ordem do dia em território mauritano, e continuam a afastar o investimento turístico internacional desta região.

Não parece portanto para breve a retoma do turismo mauritano, e quer no Adrar quer em Nouakchott (que nunca constituiu um verdadeiro pólo turístico no contexto nacional) as populações locais vão dando largas à imaginação como recurso de sobrevivência e accionando mais activamente os mecanismos e as redes de solidariedade. Efectivamente, e conforme terá dito um jovem de Tijikja a Mohamed Mahmoud Bewba Nemoud quando questionado sobre a presença de turistas na região: “Des touristes? On n’en voit même pas à la télé!”.

Entretanto, um pouco mais a norte, a “Point-Afrique” lançava um novo produto turístico para o Verão de 2013. Tratava-se do “Campement Tamana”, que consistia na instalação de tendas “tradicionais” mauritanas - as khaïma-s – no sudeste francês (mais concretamente em Ardèche, região de Rhône-Alpes), onde os turistas seriam acolhidos pelos guias - aliás *amigos* - mauritanos da “Point-Afrique” que tratariam de recriar a vida e o ambiente de uma ‘tenda moura’.

³⁹¹ Trata-se da “Total S.A.”, multinacional francesa no domínio de gás e petróleo, sendo actualmente umas das seis principais companhias mundiais na área.

Sob o mote : «Si vous n'allez pas en Afrique, alors l'Afrique vient à vous»³⁹², a operadora turística anunciava:

«Vos hôtes venus du désert de Mauritanie, parés de leurs superbes boubous bleus, vous reçoivent sous la tente traditionnelle autour de la cérémonie de bienvenue de 3 thés...L'immersion est immédiate et totale.»³⁹³



Figura Nº12: Imagem do site da “Point-Afrique”

Num ambiente “tranquilo e preservado”, onde a vegetação local faria lembrar aquela do Saara, e numa estadia “100% natural” pontuada por duchas solares com saneamento fitossanitário e casas de banho secas, a operadora turística tenta acrescentar uma dimensão ecológica à já presumida dimensão ‘tradicional’, ‘étnica’ e ‘autêntica’ deste acampamento. Mas para que não se duvide da genuinidade destes hóspedes, e já agora, da sua humanidade, eles revelarão a sua *história* e *espessura*, e acima de tudo a sua *origem* (geográfica, genealógica e identitária) que poderá gerar narrativas de pertença e identidade quando em contacto com o turista:

³⁹² <http://www.point-afrique.com/tamana/campement-tamana.html> (acedido a 10 de Junho de 2013)

³⁹³ <http://www.point-afrique.com/tamana/campement-tamana.html> (acedido a 10 de Junho de 2013)

«Enfin, sous les étoiles de ce petit bout du monde ardéchois, vos hôtes du Sahara, selon l'humeur, vous content anecdotes, mystères et secrets de leur oasis et villes ensablées.»³⁹⁴



Figura Nº13: Imagem do site da “Point-Afrique”

Esta transposição do cenário turístico mauritano para o ambiente *seguro* e sem surpresas do sudeste francês, no qual o turista poderá disfrutar de uma fabricação e recreação de autenticidade sem ‘correr riscos’, é uma interessante manobra de marketing turístico que é útil para nos fazer pensar. Aqui trata-se de valorizar mais a performance turística do que o destino turístico: é até certo ponto irrelevante estar no deserto, ou no Adrar mauritano quando a Mauritânia vem até Ardèche, empunhando os seus ‘símbolos identitários’: a *khaïma*, a cerimónia do chá, e os idiossincráticos *amigos* mauritanos. Esta exportação para fins turísticos de alguns ‘símbolos’ da cultura e da identidade mauritana, retoma a ideia da exportação da *khaïma* enquanto habitat do deserto, já enunciada por Moctar Ould El Hacen em 1999 no colóquio inaugural do “Projet de Sauvegarde et de Valorisation du Patrimoine Culturel Mauritanien”.

³⁹⁴ <http://www.point-afrique.com/tamana/campement-tamana.html> (acedido a 10 de Junho de 2013).

Tomando diversas reflexões sobre a *khaïma* mauritana que passam pela forma como esta é incorporada e reconfigurada enquanto símbolo identitário nacional (Boulay, 2006), à sua recente utilização lúdica (Boulay, 2011), esta exportação da *khaïma* enquanto condensado identitário e patrimonial inscreve-se na mesma lógica de transformação da cultura material (Geurts e Adikal, 2006) de que são alvo as retóricas turísticas e patrimoniais mobilizadas por diferentes actores sociais na Mauritânia, legitimando projectos políticos sobre o território com vista ao reconhecimento de patrimónios culturais à escala global.

Mas poderá representar a exportação da *khaïma*, a par com a ‘deslocalização’ do deserto, da sua paisagem e dos seus habitantes, uma nova leitura para os conceitos de centro e periferia turística enunciadas por Turner e Ash? Derek Bryce (2007) refere a partir de Saïd que:

“[...] true to the discourse of Orientalism, holiday programmes constantly seek to apply the values of home to give meaning to destinations abroad” (Bryce, 2007:171)

O “Campement Tamana” baralha precisamente os valores de ‘casa’ e do ‘estrangeiro’, criando um território híbrido que dá novos significados e leituras à própria ideia de viagem, e que redimensiona o ‘desejo’ de consumo turístico da alteridade, imbricando-o com a familiaridade do terreno, sintetizando aquilo que Dicks identifica como “bringing ‘there’ here” (Dicks, 2004:2). Esta deslocalização permitiria o consumo de condensados de *cultura*, que possibilitassem vislumbrar rapidamente as “essências” culturais *daqueles* lugares de forma *organizada*, substituindo a viagem que daria acesso, invariavelmente, a uma realidade *desorganizada* e de consumo mais árduo.

“ [...] these various sites of display, which appear to obviate the need for travel, have developed in an era in which travel has become a mass activity – easy and affordable for large sections, at least, of the world’s wealthier populations. What this suggests is that, rather than travelling to places in order to interact with the people who live there, visitors are travelling to places to interact with displays of those people (and of

people who live elsewhere). In other words, the more people travel, the more they encounter their destination's culture in the form of visitable representations.” (Dicks, 2004:4)

Entretanto, no momento em que finalizo este capítulo, a “Point-Afrique” acaba de anunciar na sua “Lettre” de Janeiro de 2014 o retomar dos circuitos turísticos com destino à Mauritânia. O objectivo é que este retorno se vá sedimentando lentamente e como tal a agência propõe que o mesmo se processe em quatro etapas: 1) uma etapa que não contemplaria voos directos para Atar, mas sim voos para Nouakchott seguidos de *transfer* terrestre para a região; 2) a participação na quarta edição do “Festival des Villes Anciennes” a decorrer em Oualata entre 13 e 16 de Janeiro; 3) a realização a partir da segunda metade do mês de Fevereiro de voos directos para Atar; 4) validar e manter o destino Mauritânia ao nível do que este constituiu para a “Point-Afrique” em meados dos anos 2000.

Evidentemente, será cedo para fazer um balanço desta aposta da “Point-Afrique” na retoma do turismo mauritano. Não poderemos actualmente saber se a estratégia de comunicação da agência na promoção de um destino “formalmente desaconselhado” pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros francês irá ou não resultar perante os potenciais turistas franceses, e muito menos se o volume de turistas entretanto angariados serão suficientes para satisfazer as expectativas da “Point-Afrique” e dos habitantes do Adrar. Este será um tema para outras pesquisas.

Entretanto, e relatando a recepção dos habitantes do Adrar ao grupo de turistas franceses que aí chegou no fim de Dezembro de 2013, a “Point-Afrique” expressou desta forma a esperança de um ‘regresso à normalidade’:

«Les adrarais nous ont réservé un accueil chaleureux, dans un environnement paisible et serein ! Ils attendent avec impatience le retour des touristes... » (Lettre de «Point-Afrique» janvier 2014)³⁹⁵

³⁹⁵ <http://www.point-afrique.com/publication.aspx?nws1=4&uid=x&z=z>, consultado a 17 de Janeiro de 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empacotando e desempacotando o Orientalismo

1.

Era objectivo principal desta dissertação a elaboração de uma genealogia que pudesse dar conta da forma como a Mauritânia fora descrita e representada em diversos períodos históricos, fazendo posteriormente a ponte com o presente. Esta genealogia, que foi construída de uma forma eminentemente cronológica, focou-se na forma como o país foi representado e relatado através da palavra, que aqui se tomou como veículo privilegiado de análise.

Foi nesse sentido, e com esse propósito, o da invocação da palavra como testemunho, que optei por dar espaço neste trabalho, à apresentação de um lote diversificado de narrativas. Narrativas efectuadas nos períodos pré-coloniais, durante os períodos de colonização e após o fim da colonização até à actualidade. Narrativas que chamei de conquista, de mapeamento, de viagem, de promoção, entre muitas outras designações que ficaram, porque as desafiam, propositadamente fora destas categorizações.

No capítulo 1 procurei construir a genealogia das narrativas sobre o ‘outro’, exercitando as minhas capacidades e competências para as ordenar e arrumar em categorias e em ‘épocas’, em grande medida a partir de Mary Louise Pratt.

Importa perceber que a grande conclusão deste exercício é a de que por muito que tenha sido essencial para a organização cronológica desta dissertação a criação de categorias e de grupos de narrativas, uma tal ordenação acabará sempre por revelar as próprias contradições internas e as ambivalências de uma organização assente em categorizações. Efectivamente, este exercício teve como resultado uma compreensão mais ampla das “narrativas de época”, concluindo que é dentro das próprias narrativas, em toda a sua *diversidade e heterogeneidade*, que as ideologias dominantes são criadas, mas também, e sobretudo, que essas mesmas ideologias são questionadas.

Apesar desta constatação, optei por prosseguir com o fio cronológico como condutor desta dissertação. Assim, os capítulos que se lhe seguiram (2, 3 e 4),

procuraram organizar o discurso sobre a Mauritânia a partir de um pressuposto de exterioridade, tomando como objecto as narrativas e os discursos produzidos, a partir de fora, sobre o território.

Na construção desta genealogia, objectivo assumido desta dissertação, deparei-me evidentemente com diferentes tipos de narrativas, e dentro de cada um dos capítulos, que como já foi referido, correspondem a divisões artificiais e pouco plásticas da História, confirmei a coexistência de discursos contraditórios e antagónicos, ao mesmo tempo generosos e mordazes, curiosos e indiferentes, que me levaram a concluir e a confirmar a inexistência de um “discurso de época” homogéneo e ideologicamente estruturado.

Os quatro primeiros capítulos traçaram assim uma panorâmica daquilo que foi a produção escrita sobre o território da Mauritânia, que assumiu, dentro do amplo período histórico neles compreendido, diferentes formas e objectivos, veiculando distintas ideologias ou ainda a ausência total de *ideologia*.

Analisei num primeiro momento as narrativas de mapeamento, que contribuíram para a constituição do que Saïd (1994) refere como uma “visão consolidada” sobre o oriente³⁹⁶, e que marcaram as percepções ocidentais sobre o resto do mundo. Nestas narrativas transparecem as tentativas de identificação de elementos hegemónicos de uma *cultura*, atentando muito particularmente às práticas religiosas das populações. O Islão constitui-se assim como um “diferenciador social total” que dá, nestes textos, o tom e o mote para a formulação de um discurso de carácter proto-orientalista.

Se a historiografia local da Mauritânia nos pode dar conta da existência de narrativas que veiculavam concomitantemente um “contra-orientalismo” (c.f. Freire, 2009), as narrativas produzidas a partir do ocidente, na genealogia que aqui procurei construir, estão impregnadas das geografias imaginativas identificadas por Saïd, que acabaram por determinar a construção discursiva e a representação do ‘outro’ e do seu território durante um longo período de tempo.

³⁹⁶ «Its "consolidated vision" came in a whole series of overlapping affirmations, by which a near unanimity of view was sustained. That this was done within the terms of each medium or discourse (the novel, travel writing, ethnography) and not in terms imposed from 'outside, suggests conformity, collaboration, willingness but not necessarily an overtly or explicitly held political agenda, at least not until later in the century, when the imperial program was itself more explicit and more a matter of direct popular propaganda.» (Saïd, 1994:75-76)

As narrativas de conquista que se lhes seguem contribuem para a densificação desta “visão consolidada”, indo de encontro a um suposto maior aprofundamento no que diz respeito ao conhecimento efectivo dos territórios, mas também, e é isso que as diferenciara das primeiras, de um desejo de dissecar as formas de organização das populações locais que se traduziu, no território da Mauritânia como noutros territórios árabes e islâmicos, por uma especial atenção aos temas da organização tribal e das práticas religiosas (cf. Abu-Lughod, 1989).

Este conjunto de narrativas ilustra também como a construção de “gatekeeping concepts” (Appadurai, 1986), foi especialmente operativa para as sociedades árabes e islâmicas em vias de, ou sob dominação colonial, e os capítulos 2 e 3 dão-nos conta da mobilização e da consolidação de um orientalismo científico que deixará as suas marcas na entrada para o século XX.

No capítulo 4 procurei analisar como se instituíram e afirmaram as estratégias de dominação colonial no território da Mauritânia, nomeadamente através da criação de políticas “indígenas” específicas para as populações muçulmanas. No entanto, no período cronológico que compreende este capítulo assiste-se também à produção de narrativas romantizadas e fascinadas com o país, e que constituem o esboço de uma narrativa orientalista assente nas características *específicas* da Mauritânia, e que se apoiava, reforçando-a, na situação periférica da Mauritânia, no contexto das outras colónias africanas.

Mas se esta periferização foi alimentada pelo discurso oficial da metrópole francesa, existiam durante o período colonial narrativas independentes que construíram um discurso sobre a Mauritânia que a transformava numa colónia *válida*, e que faziam do seu estatuto periférico uma mais-valia. Estas narrativas, como já referi, acabaram por criar um orientalismo mauritano singular, que tinha em conta as principais características do país: o deserto e o nomadismo.

Esta produção literária, com origem nas décadas de 1930 e 1940, procura elevar a Mauritânia à categoria de “lugar colonial”, e obriga a uma revisão dos conceitos de centro e periferia quando aplicados a contextos coloniais: se as metrópoles podem ser vistas como centros aglutinadores, em relação aos quais os territórios coloniais se constituem enquanto periferias, pode-se afirmar que alguns territórios coloniais são mais periféricos que outros, e que o discurso colonial contribui

para o estabelecimento de hierarquias de valor das colónias em relação umas às outras.

2.

Insisti aqui igualmente no carácter periférico da Mauritânia enquanto território colonial, no contexto da África Ocidental Francesa, periferização que pôde ser vista, essencialmente e em grande medida, através da promoção turística do território e dos discursos a ela vinculados, que contribuíram para perpetuarem o estatuto marginal do país no contexto e no âmbito da narrativa colonial ligada ao lazer, e que foi algo analisado ao longo do capítulo 5.

Efectivamente, e como já aqui foi discutido, a obsessão *organizadora* e sistematizadora dos impérios coloniais não se revestia da plasticidade necessária para a compreensão de um extenso território que abarcava uma multiplicidade e diversidade étnica e geográfica. Como tal as categorizações que sustentavam os binómios África do Norte *versus* África subsaariana, e ‘mouros’ *versus* ‘negros’ acabaram por se impor de forma categórica, cristalizando-se e contribuindo para a construção e para a reificação de fronteiras identitárias. Nestas haverá que atentar à criação de tipificações fenotípicas e também de hierarquias de ordem geográfica: os ‘mouros’ do norte de África seriam mais ‘autênticos’ e/ou ‘puros’ que os ‘mouros’ miscigenados da Mauritânia, esse *país-fronteira*.

A promoção turística da Mauritânia assentou, num primeiro momento, em dois tipos de discurso distintos: 1) aquele que não lhe atribuía qualquer tipo de atractivo turístico, reservando-lhe um papel de território “tampão” entre as colónias francesas do norte e do sul de África, um imenso espaço dissuasor preenchido por areia; e 2) aquele que lhe atribuía atractivos que não lhe pertenciam, como a possibilidade de caça de espécies ‘exóticas’ que não deambulavam abundantemente por aquelas latitudes. Ambos pecavam, um por excesso e outro por defeito, por um desconhecimento completo e efectivo do país, que se traduzia pela importação de um discurso que lhe era estranho, e que não lhe servia.

Mais tarde, a Mauritânia seria promovida turisticamente a partir de outro tipo de recursos e características, o turismo *etnográfico* é disso um exemplo, mas o deserto

só se viria a constituir enquanto produto turístico central algumas décadas após a independência colonial do país. No entanto, e apesar da periferia turística a que o território também foi relegado durante o período colonial, é notório, através de uma análise do material de arquivo, que a Mauritânia se foi constituindo como uma espécie de nicho cujo êxito era crescente.

Creio que a lente do turismo, através da qual analisei as práticas e os discursos sobre a Mauritânia colonial, se afirmou como um lugar de observação válido para a discussão do estatuto do país no quadro das colónias da África Ocidental Francesa, e contribui para uma nova e diferente perspectiva sobre o território e as suas representações passadas e presentes.

Efectivamente, o predicamento periférico de a que a Mauritânia foi alvo, com especial intensidade durante o período colonial, e que foi sobretudo visível através do discurso da promoção turística, mas também através da sua representação nas grandes exposições coloniais metropolitanas (como se viu no capítulo 6), assume-se nesta dissertação como um ponto de partida para a discussão e para a desmontagem dos discursos contemporâneos que insistem em colocar a Mauritânia num limbo identitário. É precisamente a pertença a essa *margem* que tem caracterizado a Mauritânia, outrora como agora, e foi esse processo de *marginalização* que procurei identificar, desenhar e compreender.

3.

A dissertação acaba revelando, ao longo do capítulo 7, o desalento dos habitantes da Mauritânia outrora dedicados ao sector do turismo, e mostra como o orientalismo que fora construído durante o período colonial se transformou gradualmente num orientalismo tardio, imbuído da retórica da nostalgia colonial, bem como das suas práticas e dos seus discursos. Mas nem este orientalismo tardio, que parecia querer fugir à lógica do “turismo de massas” que invadia outros destinos onde a nostalgia colonial se assumia como protagonista, parece fugir às lógicas do poder económico mundial e dos centros metropolitanos que, finalmente, continuam a determinar e a definir as condições de segurança e de ‘visitabilidade’ dos territórios,

tal como antes determinavam e definiam a sua viabilidade e validade em contexto colonial.

Tal como durante o período colonial, em que a sua validade era questionada, a Mauritânia continua a estar hoje sujeita às idiossincrasias da antiga potência colonizadora, que constrói narrativas e atribui valor, a partir da suposta autoridade de uma narrativa de coexistência e de dependência.

Ao longo do capítulo 7 procurei caracterizar a actividade turística na Mauritânia contemporânea, tomando como marco cronológico o contexto pós-independência colonial e estendo-o até à actualidade. Este exercício partiu essencialmente de duas premissas fundamentais para a compreensão dos discursos e das dinâmicas de um turismo contemporâneo num contexto pós-colonial: 1) a que não acredita numa ruptura ‘ideológica’ entre o turismo colonial e o turismo pós-colonial no território da Mauritânia, e que apenas vê reconfiguradas as auto-representações dos turistas, e 2) uma reconfiguração ténue do discurso do ‘exotismo’ agora comumente embebido da retórica assistencialista da ‘solidariedade’ aplicada ao turismo, inscrevendo-se categoricamente na perspectiva de Jim Butcher (2003) de uma moralização do turismo.

Uma outra discussão, que pode assumir contornos de consideração final desta dissertação, é a que procura identificar no discurso da promoção turística contemporânea uma reciclagem da narrativa colonial associada ao lazer e à viagem, operada através de uma *selecção* cuidada e de uma gestão parcimoniosa do colonialismo.

Este novo discurso constrói-se sobre o reconhecimento das ambivalências e das dissonâncias do colonialismo francês, e não cai no facilitismo de o tomar como um todo coerente e conexo. São precisamente estas leituras críticas e não monolíticas do colonialismo que se permitem incorporar o discurso e a retórica da nostalgia colonial, prestando atenção, tal como alerta William Bissell (2005), às suas geografias específicas e histórias particulares:

“[...] we need to revise global theories of colonialism that do not allow for heterogeneity and difference, then we should do the same with colonial nostalgia: in other words, we must pay greater attention to the specific geographies and particular

histories of discourses and practices organized around logics of longing and loss. We need to recognize more explicitly that nostalgia “is a cultural practice, not a given content; its forms, meanings and effects shift with the context – it depends on where the speaker stands in the landscape of the present” (Stewart 1988:227)” (Bissell, 2005:225)

Ao longo do capítulo 7 procurei assim esboçar a genealogia contemporânea do turismo na Mauritânia e identificar as suas rupturas ou continuidades em relação ao período colonial. Se é possível falar de uma continuidade no que diz respeito à dependência económica da metrópole francesa, ilustrada através de exemplos palpáveis, creio que outras continuidades se revelaram ao longo deste texto. Uma é a continuidade entre as culturas de viagem do passado e as do presente, algo que se torna visível através do já abundantemente referido discurso que apela ao consumo de uma nostalgia colonial. Esta dimensão leva a que esta dissertação possa ser lida à luz das teorias pós-coloniais, mas sobretudo, e como refere Gregory (2001), à luz da ‘sedução’ do poder colonial.

Efectivamente, se a nostalgia colonial está inscrita nas culturas de viagem contemporâneas ao território da Mauritânia, é porque o país foi produzido para consumo turístico enquanto um espaço ‘tradicional’, e enquanto um conjunto de “geografias imaginárias” (Saïd, 1978). Mas mais do que a nostalgia pelo colonialismo em si, creio que aqui se fala de uma nostalgia relativa à ‘cultura de viagens’ associada ao colonialismo, com todos os gestos, práticas e apropriações que esta transporta e carrega (Gregory, 2001:140).

O “orientalismo tardio” de que nos fala Gregory (2001), aplicado ao turismo contemporâneo e aos territórios pós-coloniais, assume-se frequentemente como um dispositivo de poder sobre o território visitado. E é precisamente a pertença a uma classe *turística* que confere este poder, e que é central para perceber a sedução tanto do colonialismo como da nostalgia, em territórios fundamentalmente assimétricos, como o da Mauritânia.

4.

Chegando ao fim resta assumir, como se fez ao longo de toda a dissertação, que aqui se tratou de revisitar a história e de reflectir sobre o passado para melhor poder pensar sobre o presente, que se situa geograficamente no território da Mauritânia.

O argumento principal desta dissertação insiste na ambivalência através da qual a Mauritânia foi sendo percepcionada, narrada, descrita e representada ao longo do tempo, algo que foi inteligível em todos os capítulos deste texto. Esta ambivalência, que não é seguramente exclusiva da Mauritânia, apresentou-se de forma mais evidente durante o período pré-colonial e colonial, períodos que analisámos demoradamente com o objectivo de traçar a já referida genealogia relativamente à forma como o território foi observado, narrado e consumido em diferentes momentos da sua história.

Já algumas narrativas contemporâneas também não hesitaram em classificar a Mauritânia enquanto um país-fronteira. Mas é precisamente a colocação da Mauritânia nesta espécie de limbo identitário que vem reafirmar e reactualizar as concepções imperiais e a sua dificuldade em gerir as supostas características *ambíguas* e *ambivalentes* do território. Trata-se, no fundo, do mesmo poder para a apropriação, representação e percepção do espaço através de imagens, textos e discursos de que falava Saïd referindo-se às “imagined geographies” em “Orientalismo”.

BIBLIOGRAFIA

- . AAVV (1985). Le Maghreb dans l'imaginaire français. La colonie, le désert, l'exil, *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, Centre de Recherches et d'études sur les sociétés méditerranéennes, Édisud.
- . Abu-Lughod, L. (1989). Zones of Theory in the Anthropology of the Arab World, *Annual Review of Anthropology*, Vol. 18, pp. 267-306.
- . Adas, M. (1989). *Machines as the measure of men. Science, technology and ideologies of western dominance*, Ithaca and London: Cornell University Press.
- . Adler, J. (1989). Origins of Sightseeing, *Annals of Tourism Research*, 16:7-29.
- . Ageron, C.R. (1984). L'exposition Coloniale de 1931, Mythe républicain ou mythe impérial?, in Pierre Nora, *Les lieux de mémoire*, Bibliothèque illustrée des Histoires, Paris:Gallimard.
- . Albert, P. (1906). Une razzia au Sahel, *Bulletin de la Société de Géographie d'Alger et de l'Afrique du Nord*.
- . Albuquerque, L. (1994). *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Volume II, Lisboa: Caminho.
- . Alexander, M. S.; Graham, E. (1989). *The French and Spanish Popular Fronts, Comparative Perspectives*, Cambridge: Cambridge University Press.
- . Alloula, M. (1981). *The Colonial Harem*, Minneapolis e London: University of Minnesota Press.
- . Amin, S. (1988). *L'eurocentrisme. Critique d'une idéologie*, Paris: Anthropos.
- . Anderson, M. (2012). The development of British tourism in Egypt, 1815 to 1850, *Journal of Tourism History*, Vol. 4 Issue 3, pp. 259-279.
- . Antil, A.; Choplin, A. (2003). Le Chaînon manquant, Notes sur la route Nouakchott-Nouadhibou, dernier tronçon de la transsaharienne Tanger-Dakar, *Afrique Contemporaine*.
- . Appadurai, A. (1986). Theory in Anthropology: Center and Periphery, *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 28, Nº2, 356-361.
- . Arnaud, R. (1906). *Précis de politique musulmane*, Gouvernement Général de l'Afrique Occidentale Française, Alger: Typographie Adolphe Jourdan.
- . Audouin-Dubreuil, A. (2004). *La Croisière Noire. Sur la trace des explorateurs du XIXe*, Grenoble: Éditions Glénat.

- . August, T. G. (1985). *The Selling of the Empire. British and French Imperialist Propaganda 1890-1940*, Greenwood Press.
- . Ba, A. I. (1975). *Les Mauritaniens face à la pénétration française de 1900 à la 1^{ère} Guerre Mondiale*, Mémoire de Maîtrise d'Histoire, Université Paris VII.
- . Baduel, P.-R. (1989). Un pays-frontière, la Mauritanie, *Revue du Monde Musulman et de la Méditerranée*, N°54, pp.5-1.
- . Barbey, C. (1968). Le littoral de Saint-Louis au Cap Blanc à la lumière des documents anciens, *Notes Africaines*, N°117, Institut Fondamental d'Afrique Noire, Université de Dakar, pp. 22-25.
- . Barbier, M. (1984). *Trois français au Sahara Occidental 1784-1786*, Paris: L'Harmattan.
- . Barot-Forlière (1902). *Guide pratique de l'Européen dans l'Afrique Occidentale à l'usage des militaires, fonctionnaires, commerçants, colons et touristes*, Guides-Manuels Coloniaux, Paris: Ernest Flammarion Éditeur
- . Barthes, R. ([1957], 2001). *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- . Basset, R. (1913). *Mission au Sénégal. Étude sur le dialecte zenaga, notes sur le hassania, recherches historique sur les Maures*. Paris: Leroux.
- . Bassett, T. J. (1994). Cartography and Empire Building in Nineteenth-Century West Africa. *Geographical Review*, Vol.84, N°3, pp.316-335.
- . Béaru, P. (1955). *L'Afrique Vivante – 25000 kilomètres avec la Mission Afrique*, Paris: Librairie Arthème Fayard.
- . Behdad, A. (1994). *Belated Travelers. Orientalism in the Age of Colonial Dissolution*. Duke University Press.
- . Benedict, B. (1991). International Exhibitions and National Identity. *Anthropology Today*, Vol.7, No.3, pp.5-9.
- . Bennett, T. (1988). The Exhibitionary Complex. *New Formations*, Number 4, pp. 73-102.
- . Berthomé, É. (1996). *Méhariste en Mauritanie, En colonne vers Smara 1907-1913*. Paris: Éditions Karthala.
- . Berthonnet, A. (2006). Le tourisme en Algérie (de 1880 aux années 1940): une histoire à écrire. Pour une Histoire du Tourisme au Maghreb (XIX^{ème} – XX^{ème} siècles). *Revue Tourisme*.

- . Berthonnet, A. (2009). Le rôle des militaires français dans la mise en valeur d'un tourisme au Sahara de la fin du XIXe siècle aux années 1930. In Colette Zytynski e Habib Kazdaghi, *Le Tourisme dans l'Empire Français, Politiques, pratiques et imaginaires (XIXe – XXe siècles)*, pp. 79-96, Paris: Publications de la Société Française d'Histoire d'Outre-Mer.
- . Bertho-Lavenir, C. (1999). *La roue et le stylo. Comment nous sommes devenues touristes*. Paris:Éditions Odile Jacob.
- . Beslay, F.; Gaston, F. (1995). *Témoignages inédits sur la Mauritanie d'avant l'indépendance*. Université de Nice – Sophia Antipolis: Amis de la Mauritanie.
- . Bethencourt, F.; Chaudhuri, Kirti (1998). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- . Bethencourt, F. (1998). O contacto entre povos e civilizações. In Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, pp.88-110.Lisboa: Círculo de Leitores.
- . Bissell, W. C. (2005). Engaging Colonial Nostalgia. *Cultural Anthropology*, Vol.20, Issue 2, pp.215-248.
- . Bisson, J. (2003). *Mythes et réalités d'un désert convoité : Le Sahara*. Paris: L'Harmattan.
- . Blachère, J. C. (1971). L'image de la Mauritanie Saharienne dans la littérature française, *Notes Africaines*, nº132, Institut Fondamental d'Afrique Noire, Université de Dakar.
- . Blanchard, P. (et all) (2008). *Human Zoos. Science and Spectacle in the Age of Colonial Empires*. Glasgow: Liverpool University Press.
- . Boëtsch, G.; Ardagna, Y. (2008). Human Zoos: The 'Savage' and the Anthropologist. In Pascal Blanchard et all (eds.) *Human Zoos. Science and spectacle in the age of colonial empires*, pp.114-122. Glasgow: Liverpool University Press.
- . Boëtsch, G.; Blanchard, P. (2008). The Hottentot Venus: birth of a 'freak' (1815). In Pascal Blanchard et all (eds.) *Human Zoos. Science and spectacle in the age of colonial empires*, pp. 62-72. Glasgow: Liverpool University Press.
- . Bogdan, R. (2008). When the exotic becomes a show. In Pascal Blanchard et all (eds.) *Human Zoos. Science and spectacle in the age of colonial empires*, pp.89-94. Glasgow: Liverpool University Press.
- . Bohls, E. A.; Duncan, I. (2005). *Travel Writing, 1700-1830 an anthology*. Oxford: Oxford University Press.
- . Boittin, J. A. (2010). Feminist mediations of the exotic: French Algeria, Morocco and Tunisia, 1921-39. *Gender & History*, Vol.22 Nº1, pp.131-150.

- . Bonte, P. (2010). 'La Sorbonne du désert'. La production de l'authenticité culturelle dans le cadre du tourisme saharien. *Socio-anthropologie de l'image au Maghreb*, pp. 89-102. Institut de Recherche sur le Maghreb Contemporain, Paris: L'Harmattan.
- . Bonte, P. (2000). Faire fortune au Sahara: permanences et ruptures. *Autrepart* (16), pp. 49-65.
- . Bonte, P. (et all.) (1991). *Al-Ansâb. La quête des origines. Anthropologie Historique de la société tribale arabe*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- . Boyer, P. (1972). Bref aperçu sur les Archives Sahariennes du Dépôt des Archives d'Outre-Mer d'Aix en Provence. *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, n°11, pp. 181-185.
- . Bordarier, P. (1954). La Mauritanie. *Encyclopédie Mensuelle d'Outre-Mer*, Document N°31, Supplément au N°50, Volume IV.
- . Bocoum, H.; Toulhier, B. (2013). La fabrication du Patrimoine: l'exemple de Gorée (Sénégal). *In Situ*, N°20. Consultado a 27 Abri de 2014. URL: <http://insitu.revues.org/1030>
- . Bou-El-Moghdad (1861). Voyage par Terre entre le Sénégal et le Maroc. *Revue Maritime et Coloniale*, Paris: Librairie de L. Hachette et Cie.
- . Boulay S. (2003). *La tente dans la société maure (Mauritanie), entre passé et présent. Ethnologie d'une culture matérielle bédouine en mutations*. Thèse de doctorat du Muséum national d'Histoire naturelle en ethnologie et anthropologie, Paris.
- . Boulay, S. (2004). Quand un objet change de statut: trajectoire de la tente dans la société maure (Mauritanie). *ethnographiquer.org*, N° 6.
- . Boulay, S. (2006). Le Tourisme de désert en Adrar mauritanien: réseaux 'translocaux', économie solidaire et changements sociaux. *Autrepart*, N°40, pp.67-83.
- . Boulay, S. (2009). Culture nomade *versus* culture savante. Naissance et vicissitudes d'un tourisme de désert en Adrar mauritanien. *Cahiers d'Études africaines*, XLIX (1-2), 193-194, pp. 95-121.
- . Boulay, S. (2010). De la visite de Chinguetti à l'expérience du *trek* dans le désert. Révélation de la culture religieuse en Adrar mauritanien dans le contexte touristique. *Socio-anthropologie de l'image au Maghreb*, pp. 75-88. Institut de Recherche sur le Maghreb Contemporain. Paris: L'Harmattan.
- . Boulay, S. (2011). Plaisir, distraction et évasion dans la société maure. Sens des nouveaux usages de la tente en Mauritanie. In Gilles Raveneau e Olivier Sirost (eds.) *Anthropologie des abris de loisir*. Paris: Presses Universitaires de Paris Ouest.

- . Bouron, A. (1946). Chef de Poste en Mauritanie. *Société des Journaux et Publications du Centre*, Paris.
- . Bressler, H. (1921). Paris-Dakar en 3 Jours, N°2, Paris: Tolra Éditeur.
- . Bryce, D. (2007). Repackaging Orientalism: Discourses on Egypt and Turkey in British outbound tourism. *Tourist Studies*, Vol. 7 (2), pp.165-191.
- . Bridges, R. (2002). Exploration and travel outside Europe (1720-1914). In Peter Hulme e Tim Youngs (orgs.) *The Cambridge Companion to Travel Writing*, Cambridge University Press.
- . Brisson, P.-R. (1789). *Histoire du naufrage et de la captivité de M. de Brisson, Officier de l'administration des colonies: avec la description des déserts d'Afrique, depuis le Sénégal jusqu'au Maroc*. Genève: Chez Barde, Manget & Compagnie Imprimeurs-Librairies.
- . Brossard, C. (1906). *Les Colonies Françaises, Géographie pittoresque et monumentale*. Paris: Editions Flammarion.
- . Brown, L. C. (1973). The many faces of colonial rule in French North Africa. *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, n°13-14, pp. 171-191.
- . Bugeja M. (1933). Le Tourisme en Kabylie. *Bulletin de la Société de Géographie d'Alger et de l'Afrique du Nord*, Trente-huitième Année, n°133.
- . Bunge, E. (1895). *De Paris a Tombouctou en huit jours par un chemin de fer équatorial français*. Havre: Imprimerie de La Société des Anciens Courtiers.
- . Burns, P. M. (2004). Six postcards from Arabia: A visual discourse of colonial travels in the Orient. *Tourist Studies*, Vol. 4 (3), pp.255-275.
- . Butcher, J. (2003). *The moralisation of tourism, sun, sand...and saving the world?* London & New York: Routledge.
- . Buzard, J. (2002). The Grand Tour and after (1660–1840). In Peter Hulme e Tim Youngs, *The Cambridge Companion to Travel Writing*, pp. 37-52. Cambridge University Press.
- . Cadamosto, L. (1988). *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra, estabelecimento do texto italiano e tradução de João Franco Machado*, 2ª edição. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- . Caillié, R. (1885). *Voyage d'un faux musulman a travers l'Afrique: Tombouctou, Le Niger, Jenné et le Désert*. Limoges: Eugène Ardant et Cie Éditeurs.
- . Caillié, R. (1830). *Journal d'un Voyage à Temboctou et à Jenné, dans l'Afrique Centrale précédé d'observations faites chez les Maures Braknas, les Nalous et d'autres peuples*. Tome Deuxième. Paris: Imprimé par autorisation du Roi à l'Imprimerie Royale.

- . Camel, G. (1921). *Le Transmauritanien*. Paris: Émile Larose Librairie-Éditeur.
- . Cardeira da Silva, M.; Frazão-Moreira, A. (2013). Coleccionistas, turistas e outros supostos predadores. In Maria Cardeira da Silva e Clara Saraiva (coord.) *As Lições de Jill Dias. Antropologia, História, África, Academia*. Lisboa: CRIA.
- . Cardeira da Silva, M.; Oliveira, S. (2013). O primeiro cruzeiro de férias às Colónias. In Maria Cardeira da Silva (org.). *Castelos a Bombordo*. Lisboa: CRIA.
- . Cardeira da Silva, M. (2012). Castles Abroad. Nations, Culture and Cosmopolitanisms in African Heritage Sites of Portuguese Origin. In Regina Bendix (ed.) *Heritage Regime and the State. Nomination, Implementation, Regulation*. Gottingen: Institute of Cultural Anthropology/ European Ethnology.
- . Cardeira da Silva, M. (2010). Mauritanian Guestbook: Shaping Culture while Displaying it. In Peter Burns et al (ed.). *Tourism and Visual Culture*, pp. 181-190. Volume 1, Cab International.
- . Cardeira da Silva, M. (2006). Hospedaria Vasque: Cultura, Raça, Género e Expediente num Oásis da Mauritânia. *Etnográfica*, Volume X, Número 2, pp. 355-381, Lisboa.
- . Casti, E. (2001). Mythologies africaines dans la cartographie française au tournant du XIXe siècle. *Cahiers de Géographie du Québec*, Volume 45, nº126, pp.429-450.
- . Cauvin-Verner, C. (2007). *Au Désert. Une anthropologie du tourisme dans le sud marocain*. Paris: L'Harmattan.
- . Cauvin-Verner, C. (2009) Du tourisme culturel au tourisme sexuel: les logiques du désir d'enchantement. *Cahiers d'Études africaines*, XLIX (1-2), 193-194, pp. 123-145.
- . Cauvin-Verner, C. (2010). Randonner au désert: un rituel sans l'islam. *Socio-anthropologie de l'image au Maghreb* pp. 117-125. Institut de Recherche sur le Maghreb Contemporain. Paris: L'Harmattan.
- . Cazes, G. (1989). *Les nouvelles colonies de vacances? Le Tourisme International à la conquête du Tiers-Monde*. Paris: L'Hamattan.
- . Chabloz, N. (2007). Le malentendu, Les rencontres paradoxales du 'tourisme solidaire'. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº170, pp.32-47.
- . Chailley, M. (1953). Les grandes missions françaises en Afrique Occidentale. *Initiations Africaines*. Dakar: IFAN.
- . Charbonneau, J. (1955). Le Sahara dans la littérature. In *Le Sahara Français*, 1^{er} Volume: Le Sahara d'hier et d'aujourd'hui. Cahiers Charles de Foucauld.

- . Cheikh, K. (1986). *Tourisme dans les P.V.D. – Situation de la Mauritanie*. Faculté des Sciences Juridiques et Economiques, Université de Nouakchott.
- . Choplin, A. (2010). From the Chinguetti Mosque to Dubai Towers, 'Extraversion', Connections and Neo-Urban Society in a Globalized Mauritania. *The Maghreb Review*, 35, n°1-2, pp.146-163.
- . Choplin, A. (2008). La Mauritanie à l'épreuve de l'islamisme et des menaces terroristes. *EchoGéo*, <http://echogeo.revues.org/4363>.
- . Choplin, A.; Roullier, L. (2006). Tourisme et politique en Mauritanie ou comment (re)visiter le Sahara: l'exemple de l'Adrar mauritanien. *Les Cahiers d'Outre-Mer*, 233.
- . Chrétien, J.-P. (2005). Les Premiers Voyageurs Étrangers au Burundi et au Rwanda: Les 'compagnons obscurs' des 'explorateurs'. *Afrique & Histoire*, n°4.
- . Chudeau, M.R. (1913). Rapport de Mission en Mauritanie 1910-1911. *Supplément au Journal Officiel de l'Afrique Occidentale Française*. Rapports et Documents, n°88. Gorée: Imprimerie du Gouvernement Général.
- . Clancy-Smith, J.; Gouda, F. (1998). *Domesticating the Empire. Race, Gender, and Family Life in French and Dutch Colonialism*. University Press of Virginia.
- . Clifford, J.; Marcus, G. E. (1986). *Writing Culture, The Poetics and Politics of Ethnography*. University of California Press.
- . Cohn, B. S. (1996). *Colonialism and its forms of knowledge. The British in India*. New Jersey: Princeton University Press.
- . Cole, D. P., Altorki, S. (1998). *Bedouin, Settlers, and Holiday-Makers. Egypt's Changing Northwest Coast*. Cairo: The American University in Cairo Press.
- . Comaroff, J.; Comaroff, J. (1992). *Ethnography and the Historical Imagination*. San Francisco: Westview Press.
- . Conklin, A. L. (1997). *A Mission to Civilize. The Republican Idea of Empire in France and West Africa, 1895-1930*. California: Stanford University Press.
- . Cooper, F.; Stoler, A. L. (1997). *Tensions of Empire, Colonial Cultures in a Bourgeois World*. Berkeley: University of California Press.
- . Coppolani, X. (1999). *Mauritanie Saharienne (novembre 1903 à mai 1904) Mission d'organisation des territoires du Tagant, suivi de l'opposition des traitants du Sénégal à l'action de Coppolani*. Paris: L'Harmattan.
- . Corbey, R. (1993). Ethnographic Showcases, 1870-1930. *Cultural Anthropology*, Vol.8, No.3, pp.338-369.

- . Corbin, A. (1995). *L'avènement des loisirs 1850-1960*. Paris: Aubier.
- . Cornevin, R. (1966). *Histoire de l'Afrique, Tome II : L'Afrique précoloniale du tournant du XVIe au tournant du XXe siècle*. Paris: Payot.
- . Correa, S. (2011). Caça e preservação da vida selvagem na África Colonial. *Revista Esboços*, Vol.18, Nº25: 164-183.
- . Corréard, A. (1821). *Naufrage de la frégate 'La Méduse': faisant partie de l'expédition au Sénégal en 1816*. Paris: Chez Corréard Librairie.
- . Crais, C.; Scully, P. (2009). *Sara Baartman and the Hottentot Venus*. New Jersey: Princeton University Press.
- . De Bonneval, G. (1930). Le Tourisme au Sahara à Méhari. *Extrait du Bulletin de la Société de Géographie d'Alger et de l'Afrique du Nord*. Alger: Imprimerie Minerva.
- . De Colomb (1860). Notice sur les Oasis du Sahara et les Routes qui y conduisent. *Revue Algérienne et Coloniale*, Tome III. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie.
- . Depont, O.; Coppolani, X. (1897). *Les Confréries Religieuses Musulmanes*. Alger: Typographie et Lithographie Adolphe Jordan.
- . Derrida, J. (1995). *Archive Fever, a Freudian impression*. Chicago: The University of Chicago Press.
- . Désiré-Vuillemin, G. (1962). *Contribution a l'Histoire de la Mauritanie 1900-1934*. Dakar: Éditions Clairafrique.
- . Désiré-Vuillemin, G. (1952). A propos du rapport de l'interprète Bou el Mogdad sur la mission dans l'Adrar en 1900. *Revue d'Histoire de Colonies*, Tome XXXIX. Paris: Société de l'Histoire des Colonies Françaises, pp. 103-126.
- . Des Chene, M. (1997). Locating the Past. In Akhil Gupta e James Ferguson (eds.) *Anthropological Locations, Boundaries and grounds of a field science*, pp. 66-87. Berkeley: University of California Press.
- . Dias, J. R. (1991). Photographic sources for the history of Portuguese-speaking Africa, 1870-1914. *History in Africa*, 18, pp.67-82.
- . Dias, N. (1991). *Le Musée d'Ethnographie de Trocadéro (1878-1908), Anthropologie et Muséologie en France*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- . Dicks, B. (2004). *Culture on Display. The production of contemporary visitability*. England: Open University Press.

- . Djaït, H. (1976). Dimensions de l'orientalisme islamisant. In AAVV, *Le Mal de Voir – Ethnologie et orientalisme : politique et épistémologie, critique et autocritique...*, Cahiers Jussieu N°2, Université de Paris VII. Paris: Union Générale d'Édition.
- . Donnet, G. (1893). *Sahara et Soudan. Une Mission française à Timbouctou. L'Algérie unie au Sénégal, La France en Afrique*. Paris: Imprimerie Joseph Kugelmann.
- . Donnet, G. (1898). *En Sahara, à travers les pays des maures nomades*. Paris: Société Française d'Éditions d'Art.
- . Douls, C. (1888). Cinq mois chez les Maures nomades du Sahara occidental. *Le Tour du Monde*, n° 1420, 1421 et 1422.
- . Douls, C. (1888). Voyage d'exploration à travers le Sahara occidental et le sud marocain. *Bulletin de la Société de Géographie*, Septième série, Tome IX, 3^e trimestre 1888. Paris: Société de Géographie.
- . Dubié, P. (1944). *La vie matérielle des Maures*. Texte dactylografado.
- . Duboc, G. (1935). *Mauritanie*. Collection de l'Ancre. Paris: L. Fournier.
- . Dubois, M.; Terrier, A. (1902). *Les Colonies Françaises. Un Siècle d'expansion coloniale, Exposition Universelle de 1900*. Publications de la Commission chargée de préparer la participation du Ministère des Colonies. Paris: Augustin Challamel Editeur.
- . Dulucq, S. (2009a). L'émergence du tourisme dans les territoires de l'Afrique Tropicale Française. In Colette Zytnicki e Habib Kazdaghli (eds). *Le Tourisme dans l'Empire Français, Politiques, pratiques et imaginaires (XIXe – XXe siècles)* (pp. 61-72). Paris: Publications de la Société Française d'Histoire d'Outre-Mer.
- . Dulucq, S. (2009b). 'Découvrir l'âme africaine'. Le temps obscurs du tourisme culturel en Afrique coloniale française (années 1920-années 1950). *Cahiers d'Etudes Africaines*, N°193-194, 2009/1-2, pp. 27-48.
- . Dulucq, S.; Zytnicki, C. (2005). Penser le passé colonial français. Entre perspectives historiographiques et résurgences des mémoires. *Vingtième Siècle Revue d'Histoire*, 2005/2, N°86, pp. 59-69.
- . Dulucq, S. (1991). L'exposition coloniale de 1931. Cartographie de l'imaginaire colonial. *Mappemonde* 1/1991, pp. 23- 28
- . Duncan, J.; Gregory, D. (1999). *Writes of Passage. Reading travel writing*. London: Routledge.
- . Durand, J.-B.-L. (1802). *Voyage au Sénégal*. Paris: Chez H. Agasse Imprimeur-Librairie.
- . Duvelle, C. (1955). Le Tourisme en AOF. *Encyclopédie Mensuelle d'Outre-Mer*. Paris.

- . Duveyrier, H. (1860). Voyage dans le Sahara. *Revue Algérienne et Coloniale*, Tome III. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie.
- . Ech Chenguiti, A. L. (1953). El Wasît. *Études mauritaniennes*, N°5, Centre IFAN – Mauritanie, Saint-Louis, Sénégal. Alger: Imprimerie Guiauchain.
- . Euben, R. L. (2008). *Journeys to the other shore. Muslim and Western travelers in search of knowledge*. Princeton: Princeton University Press.
- . Evans, M. (2004). *Empire and Culture, The French Experience 1830-1940*. Great Britain: Palgrave Macmillan.
- . Evans-Pritchard, E.E. ([1940] 1969). *The Nuer, A description of the modes of livelihood and political institutions of a Nilotic people*. Oxford: Oxford University Press.
- . Ezra, E. (2000). *The Colonial Unconscious. Race and Culture in Interwar France*. Cornell University Press.
- . Fabert, L. (1892). Voyage dans le Pays des Trarzas et dans le Sahara Occidental. *Bulletin de la Société de Géographie*, septième série, Tome XIII, 3^e Trimestre 1892. Paris: Société de Géographie.
- . Fabian, J. (1983). *Time and the Other. How Anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press.
- . Fall, O. (1990). *Les missions d'exploration et la colonisation en Mauritanie*. Mémoire de Maitrise Département d'Histoire, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, Université de Nouakchott.
- . Farge, A. (1989). *Le Gout de l'Archive*. Paris: Seuil.
- . Farinha, A. D. (1998). Norte de África. In Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, pp. 118-136. Lisboa: Círculo de Leitores.
- . Fernea, E. (1965). *Guests of the Sheikh, an Ethnography of an Iraqi Village*. New York: Anchor Books.
- . Fleury, J.-G. (1949). *La Ligne de Mermoz: Guillaumet, Saint-Exupéry et leurs compagnons d'épopée*. Paris: Gallimard.
- . Follie, A.-J. (1792). *Voyage dans les Déserts du Sahara par un officier d'administration aux colonies*. Tours: Alfred Cattier Éditeur.
- . Follie, A.-J. (1785). *Mémoire d'un Français qui sort de l'esclavage*. Paris.
- . Forsdick, C.; Murphy, D. (2003). *Francophone Postcolonial Studies. A Critical Introduction*. London: Hodder Education.

- . Foucauld, C. (1888). *Reconnaissance au Maroc 1883-1884*. Paris: Challamel et cie Éditeurs, Librairie Coloniale.
- . Frazão-Moreira, A. (2013). Rotas, mercados e eliK. Das caravanas à apropriação local da goma-arábica na modernidade de um oásis mauritano. In Maria Cardeira da Silva (org.). *Castelos a Bombordo*. Lisboa: CRIA.
- . Frazão-Moreira, A. (2006). Arabic Gum: From its historical importance in the global markets to its contemporary significance in the local context of Mauritania. In Proceedings. IVth International Congress of Ethnobotany (ICEB 2005), Istanbul: Zero Publications.
- . Freire, F. (2009). *Narrativas naçrānī-s entre os bidān do Sudoeste da Mauritânia: A Viagem Europeia e suas Reconfigurações Tribais*. Tese de Doutoramento. Lisboa: FCSH/NOVA.
- . Freire, F.; Horta, J. S. (2011). L'arrivée des Portugais au cap Blanc et les enjeux de mémoire des premiers contacts luso-sahariens. In Benjamin Acloque e Pierre Bonte (org.), *Nouadhibou: fortunes et infortunes de la 'capitale économique' mauritanienne*. Paris e Dakar: Sépia. (no prelo)
- . Freund, M. (1995). *Rapport Mauritanie*. Documento policopiado. Paris.
- . Freund, W. S. (1970). Le tourisme à Djerba, répercussions sociales. *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, nº8, pp.263-272.
- . Fulcrand, C. (1881). Voyage par Terre entre le Sénégal et le Maroc. *Revue Maritime et Coloniale*, Ministère de la Marine et des Colonies, pp. 477-510.
- . Fulcrand, C. (1861). Exploration de la Baie d'Arguin (Sénégal). *Revue Maritime et Coloniale*. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie.
- . Furlough, E. (2002). 'Une leçon des chose': Tourism, Empire, and the Nation in Interwar France. *French Historical Studies*, Vol.25, Nº3, pp.441-473.
- . Furlough, E. (1998). Making Mass Vacations: Tourism and Consumer Culture in France, 1930s to 1970s. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 40, Nº2, pp.247-286.
- . Furlough, E. (1993). Packaging Pleasures: Club Méditerranée and French Consumer Culture, 1959-1968. *French Historical Studies*, Vol.18, Nº1, pp.65-81.
- . Gast, M. (1981). Le désert saharien comme concept dynamique, cadre culturel et politique. *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, Nº32, pp. 77-92.
- . Gast, M. (1988). Un espace sans frontières : le Sahara. *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, Nº48-49, pp. 165-172.

- . Geertz, C. (1960). The Javanese Kijaj: The Changing Role of a Cultural Broker, *Comparative Studies in Society and History*, Vol.2, Nº2, pp. 228-249.
- . Geppert, A.C.T. (2010). *Fleeting Cities, Imperial Expositions in Fin-de-Siècle Europe*. England: Palgrave Macmillan.
- . Geurts, K. L.; Adikah, E. G. (2006). Enduring and Endearing Feelings and the Transformation of Material Culture in West Africa. In Elisabeth Edwards et all. (eds.) *Sensible objects. Colonialism, Museums and Material Culture*. New York: Berg.
- . Ghiati, C. (2011). Le Maroc des voyageuses françaises au temps du Protectorat. Une vision (de) colonisatrices?. *Genre & Histoire* [En ligne], 8 | Printemps 2011, mis en ligne le 28 octobre 2011, consulté le 02 février 2014. URL : <http://genrehistoire.revues.org/1135>
- . Gillier, C. (1926). *La Pénétration en Mauritanie*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner.
- . Gonçalves, M. A. (2005). Artificio e excesso: narrativa de viagem e a visão sobre as mulheres em Portugal e Brasil. *Estudos Feministas*, 13 (3):320, Florianópolis, pp.613-627.
- . Gordon-Chipembere, N. (2011). *Representation and Black Womanhood, The legacy of Sara Baartman*. New York: Palgrave Macmillan.
- . Gouraud, G. (1945). *Mauritanie – Adrar: Souvenirs d'un Africain*. Paris: Librairie Plon.
- . Gouraud, G. (1910). La Pacification de la Mauritanie. *Journal de Marches et Opérations de la Colonne de l'Adrar*. Paris: Comité de l'Afrique Française.
- . Graburn, N. (1978). Tourism: The Sacred Journey. In Valene Smith (ed.) *Hosts and Guests. The Anthropology of Tourism*. Oxford: Basil Blackwell.
- . Grandsart, D. (2010). *Paris 1931. Revoir l'Exposition Coloniale*. Paris: FVW Edition.
- . Green, N. L. (2002). The Comparative Gaze: Travelers in France before the Era of Mass Tourism. *French Historical Studies*, Vol. 25, Nº3, pp.423-440.
- . Gregory, D. (2001). Colonial Nostalgia and Cultures of Travel: Spaces of Constructed Visibility in Egypt. In Nezar AlSayyad (ed.) *Consuming Tradition, Manufacturing Heritage: Global norms and urban forms in the age of tourism*. New York: Routledge.
- . Gregory, D. (1999). Scripting Egypt: Orientalism and the cultures of travel. In James Duncan and Derek Gregory (eds.), *Writes of Passage: Reading Travel Writing*. London and New York: Routledge
- . Grünthal, A. (1959). Trends of tourism in Southern Africa. *Tourism Review*, Vol. 14 Iss: 3, pp.135 – 136.

- . Gruvel A., Chudeau, R. (1909). *À travers la Mauritanie Occidentale (de Saint-Louis à Port-Étienne)*. Éditions Larose.
- . Hale, D. S. (2008). *Races on Display. French Representations of Colonized Peoples, 1886-1940*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- . Hall, C. M.; Tucker, H. (2004). Tourism and Postcolonialism, An Introduction. In C. Michael Hall e Hazel Tucker (eds.) *Tourism and Postcolonialism* (pp. 1-24). London and New York: Routledge.
- . Hamés (1969). La société maure ou le système des castes hors de l'Inde. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Vol. 46, pp. 163-177, Paris.
- . Hamet, I. (1911). *Chronique de la Mauritanie Sénégalaise: Nacer Eddine*. Paris: Ernest Leroux Éditeur.
- . Hamy, E. T (1890). *Les origines du Musée d'Ethnographie. Histoire et Documents*. Paris: Ernest Leroux Éditeur.
- . Harp, S. L. (2002). The Michelin Red Guides: Social Differentiation in Early-Twentieth-Century French Tourism. In Rudy Koshar (ed.) *Histories of Leisure*. United Kingdom: Berg.
- . Harrison, C. (1988). *France and Islam in West Africa, 1860-1960*. Cambridge.
- . Hart, J. (2003). *Comparing Empires, European Colonialism from Portuguese Expansion to the Spanish-American War*. Palgrave Macmillan.
- . Hauteserre, A-M (2004). Postcolonialism, Colonialism and Tourism. In Alan A. Lew et al. (eds.), *A Companion to Tourism* (pp. 235-245). Blackwell Publishing.
- . Henry, J.-R. (1984a). Résonances maghrébines. *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, N°37, pp. 5-14.
- . Henry, J.-R. (1984b). Romans sahariens et imaginaire français. In *Enjeux Sahariens*. Centre de Recherches et d'études sur les Sociétés Méditerranéennes. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- . Herzfeld, M. (2002). The Absent Presence: Discourses of Crypto-Colonialism. *The South Atlantic Quarterly*, 101:4, pp.899-926.
- . Hobsbawm, E.; Ranger, T. [1983] (2002). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- . Hobson, J. M. (2004). *The Eastern Origins of Western Civilisation*. New York: Cambridge University Press.

- . Hodeir, C. (2002). Decentering the Gaze at French Colonial Exhibitions. In Paul S. Landau and Deborah D. Kaspin, *Images and Empires, Visuality in Colonial and Postcolonial Africa*. University of California Press.
- . Holden, A. (2005). *Tourism Studies and the Social Sciences*. London & New York: Routledge.
- . Holden, P.; Ruppel, R. J. (2003). *Imperial Desire. Dissident Sexualities and Colonial Literature*. Minneapolis & London: University of Minnesota Press.
- . Hom, S. M. (2012). Empires of tourism: travel and rhetoric in Italian colonial Libya and Albania, 1911–1943. *Journal of Tourism History*. Vol.4 Issue 3, pp.281-300.
- . Horta, J. S. (1991). Primeiros olhares sobre o Africano do Sara Ocidental à Serra Leoa (meados do século XV – inícios do século XVI). In Luís Albuquerque et al, *O Confronto do Olhar. O encontro dos povos na época das Navegações portuguesas. Séculos XV e XVI*. Lisboa: Caminho.
- . Hulme, Peter; Youngs, Tim (2002). *The Cambridge Companion to Travel Writing*. Cambridge: Cambridge University Press
- . Hulme, Peter; McDougall, Russell (2007). *Writing, Travel and Empire*. London: I.B. Tauris & Co Ltd.,
- . Humbert, Jean-Charles (1996). *La Découverte du Sahara en 1900*. Paris: L'Harmattan
- . Jackson, Julian (1989). Le temps des loisirs: popular tourism and mass leisure in the vision of the Front Populaire. In Martin S. Alexander & Ellen Graham (Eds.), *The French and Spanish Popular Fronts, Comparative Perspectives* (pp. 226-239). Cambridge: Cambridge University Press,
- . Jamal, Tazim & Robinson, Mike (orgs.) (2009). *The Sage Handbook of Tourism Studies*. Los Angeles & London: Sage.
- . Jennings, Eric T. (2003). From Indochine to Indochine: The Lang Bian/Dalat Palace Hotel and French Colonial Leisure, Power and Culture. *Modern Asian Studies*, 37 (1), pp.159-194.
- . Jung, Eugène (1908). *L'Avenir économique de nos Colonies*. Paris: Ernest Flammarion Éditeur.
- . Kapland, Elisabeth (2002). Many Paths to Partial Truths: Archives, Anthropology, and the Power of Representation. *Archival Science*, 2, pp. 209-229
- . Kosbar, Rudy (1998). "What ought to be seen": Tourists' Guidebooks and National Identities in Modern Germany and Europe'. *Journal of Contemporary History*, 33 (3), pp.323-340.

- . Korinman, Michel & Ronai, Maurice (1980). Le Désert-Mode d'emploi. Aide-mémoire pour une épistémologie de l'aride. *Traverses*, 19, pp.80-91. Paris: Centre Georges Pompidou.
- . Kuehn, Julia & Smethurst, Paul (2009). *Travel Writing, Form and Empire, The poetics and politics of mobility*. London e New York: Routledge.
- . Laforgue, Pierre (1932). Les Djenoûn de la Mauritanie saharienne, Rites Magiques et Djedoual. *Bulletin du Comité d'Etudes Historiques et Scientifiques de l'Afrique Occidentale Française*. Paris: Librairie Larose.
- . Laforgue, Pierre (1933). Les Djenoun de la Mauritanie saharienne, Magiciens, Croyances et Légendes. *Bulletin du Comité d'Etudes Historiques et Scientifiques de l'Afrique Occidentale Française*. Paris: Librairie Larose.
- . Laigret, Christian (1949). *Sur les chemins de l'union française*. Châteauroux: Editions Novelty.
- . Landau, Paul S. (2002a). An Amazing Distance: Pictures and People in Africa. In Paul S. Landau & Deborah D. Kaspin (Eds.), *Images and Empires. Visuality in colonial and post-colonial Africa* (pp.1-41). Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- . Landau, Paul S. (2002b). Empires of the Visual: Photography and Colonial Administration in Africa. In Paul S. Landau & Deborah D. Kaspin (Eds.), *Images and Empires. Visuality in colonial and post-colonial Africa* (pp. 141-171). Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- . Las Casas, Bartolomé de (1996). *Brevíssima relação da destruição de África*. Lisboa: Edições Antígona.
- . Lassner, Phyllis (2004). *Colonial Strangers. Women writing the end of the British Empire*. New Jersey & London: Rutgers University Press.
- . Lechartier, Clément (2005). *L'espace nomade du pouvoir politique en Mauritanie. Des lieux de la bediyya de l'Est à la capitale*. Thèse de Doctorat de Géographie, Université de Rouen.
- . Lecoquierre, Bruno (2008). *Parcourir la Terre. Le voyage, de l'exploration au tourisme*. Paris: L'Harmattan
- . Leite, Naomi; Graburn, Nelson (2009). Anthropological Interventions in Tourism Studies. In Tazim Jamal & Mike Robinson (Orgs.), *The Sage Handbook of Tourism Studies* (pp.35-64). Los Angeles & London: Sage.
- . Lemaire, Henri (1821). *Beautés de l'Histoire des Voyages le plus fameux autour du monde et dans les deux hémisphères*. Paris: Librairie d'Éducation d'Alexis Eymery.

- . Lemaire, Nicolas (2010). *Claudius Madrolle et l'introduction du tourisme colonial en Indochine française 1898-1914: entre propagande économique et légitimation politique*. Mémoire présenté comme exigence partiel à la Maîtrise en Histoire, Université du Québec à Montréal.
- . Lenz, Oscar (1881). Voyage du Maroc au Sénégal. *Bulletin de la Société de Géographie*, Septième série, Tome I, p. 199-226. Paris: Société de Géographie.
- . Lepidi, Pierre & Freund, Philippe (2005). *Nouakchott–Nouadhibou, La Mauritanie trace sa route*. Paris: Ibis Press.
- . Leservoisier, Olivier (1994). *La Question Foncière en Mauritanie, Terres et pouvoirs dans la région du Gorgol*. Paris: Éditions L'Harmattan.
- . Lévi-Strauss, Claude (1966). *The Savage Mind*. The Garden City Press Limited.
- . Lévi-Strauss, Claude ([1952], 1987). *Race et Histoire*. Paris: Denoël.
- . Levine, Alison J. Murray (2000). Le tourisme Citroën au Sahara (1924-1925). *Vingtième Siècle, Revue d'histoire*, (68), pp.95-108.
- . Levine, Alison J. Murray (2009). Les automobiles, le désert africain, et le cinéma : Un tourisme imaginaire. In Colette Zytnicki & Habib Kazdaghli (Eds.), *Le Tourisme dans l'Empire Français, Politiques, pratiques et imaginaires (XIXe – XXe siècles)* (pp. 181-191). Paris : Publications de la Société Française d'Histoire d'Outre-Mer.
- . Levine, Philippa (2004). *Gender and Empire*. Oxford: Oxford University Press.
- . Lewis, Reina (2004). *Rethinking Orientalism, Woman, Travel and the Ottoman Harem*. London & New York : I.B. Tauris.
- . Loiseau, Lieutenant (1929). *A cent à l'heure à travers le Sahara. Récit d'un raid à grande vitesse, de la Méditerranée au golfe de Guinée, par le désert (14.000 kilomètres) dans le sable et dans la brousse*. Paris: Éditions Liberté.
- . Lotte, Lieutenant (1937). Coutumes des Imraguen (côtes de Mauritanie, AOF). *Journal de la société des Africanistes*, 7 (1), pp. 41-51.
- . Lhote, Henri (1937). *Le Sahara, désert mystérieux*. Paris: Éditions Bourrellier & Cie.
- . López Bargados, Alberto (2003). *Arenas Coloniales, Los Awlad Dalim ante la colonización franco-española del Sahara*. Colección Alborán, Barcelona: Ediciones Bellaterra.
- . Lorcin, Patricia (2007). Mediating Gender, Mediating Race: Women writers in colonial Algeria. *Culture, Theory and Critique*, 45 (1), pp. 45-61

- . Lorin, Amaury; Taraud, Christelle (2013). *Nouvelle Histoire des colonisations européennes (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Presses Universitaires de France.
- . Low, Gail Ching-Liang (1996). *White Skins/Black Masks, Representation and Colonialism*. London & New York: Routledge.
- . Lucas, Joana; Carvalheira, Raquel (2013) Contradições e desafios entre os Imraguen da costa Atlântica Mauritana. Entre as reconfigurações identitárias e a gestão participativa. In Maria Cardeira da Silva (coord.), *Castelos a Bombordo, Etnografias de Patrimónios Africanos e Memórias Portuguesas*, pp.192-210. Lisboa: Centro em Rede de Investigação em Antropologia.
- . Lucas, Joana (2008). *Um serviço de chá e um kit GPS: Reconfigurações identitárias e outros desafios entre os Imraguen da Mauritània*. Tese de Mestrado em Antropologia “Multiculturalismo e Identidades”. Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- . Lydon, Ghislaine (2009). *On Trans-Saharan trails: islamic law, trade networks, and cross-cultural exchange in nineteenth-century Western Africa*. New York: Cambridge University Press.
- . Lydon, Ghislaine (2005). Writing Trans-Saharan History: Methods, Sources and Interpretations across the African Divide. *The Journal of North African Studies*, 10(3-4).
- . M’bayo, Tamba E. (2007). Bou El Mogdad Seck 1826-1880. In Femi J. Kolapo e Kwabena O. Akurang-Parry (Eds.), *African Agency and European Colonialism*. University Press of America
- . Mage E. (1860). Voyage au Tagant (Afrique Centrale). *Revue Algérienne et Coloniale*, Tome III. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie.
- . Maccannel, Dean (1976). *The Tourist: a new theory of the leisure class*. Berkeley: University of California Press.
- . Mackley-Crump, Jared (2012). *The Festivalisation of Pacific Cultures in New Zealand: Diasporic Flow and Identity within ‘a Sea of Islands’*. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy. The University of Otago Dunedin, New Zealand.
- . Mamdani, Mahmood (2002). Good Muslim, Bad Muslim: A political perspective on culture and terrorism. *American Anthropologist*, 104 (3), pp. 766-775.
- . Mangin, Charles (1910). *La Force Noire*. Paris: Librairie Hachette et Cie.
- . Mann, Gregory (2005). Locating Colonial Histories: Between France and West Africa. *The American Historical Review*, 110 (2), pp.409-434.
- . Maoz, Darya (2006). The Mutual Gaze. *Annals of Tourism Research*, 33(1), pp.221-239.

- . Marchat, Henry (1974). Fromentin en Afrique. *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, (17), pp. 119-137.
- . Marchesin, Philippe (1992). *Tribus, ethnies et pouvoir en Mauritanie*. Paris: Éditions Karthala.
- . Marcus, George & Cushman, Dick (1982). Ethnographies as Texts. *Annual Review of Anthropology*, 11, pp. 25-69
- . Marques, Sandra (2009). *As Câmeras e o Turismo em Kolkata: Representações em Photovoice*. Dissertação de Doutorado. Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- . Martineau, Alfred (1932). *Bibliographie d'Histoire Coloniale (1900-1930)*. Paris: Société de l'Histoire des Colonies Françaises.
- . Marty, Paul (1921). *Études sur l'Islam et les tribus maures : les Brakna*. Paris: Éditions Ernest Leroux.
- . Marty, Paul, (1916). *Études sur l'Islam Maure: Cheikh Sidia, les Fadelia, les Ida ou Ali*. Paris: Ernest Leroux Éditeur.
- . Maunoir, Ch. (1888). Rapport sur les travaux de la Société de Géographie. *Bulletin de la Société de Géographie*, Septième série, Tome IX, 1er trimestre. Paris: Société de Géographie.
- . Mauny, Raymond (1947). Une Route Préhistorique à travers le Sahara occidental. *Bulletin de l'Institut Français d'Afrique Noire*, Tome IX, pp.341-357.
- . Mauny, Raymond (1955). Les navigations sur les côtes du Sahara pendant l'Antiquité. *Revue des études anciennes*, 57.
- . Mauny, Raymond (1960). *Les navigations médiévales sur les côtes sahariennes antérieures à la découverte portugaise (1434)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- . Maurel, Paul (1906). *Colonies Françaises et pays de Protectorat, Rapport Général du Groupe XVIII*, Exposition Universelle et Internationale de Liège 1905.
- . McClintock, Anne (1995). *Imperial Leather, Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest*. London & New York: Routledge.
- . McLaren, Brian L. (2006). *Architecture and Tourism in Italian Colonial Libya, an ambivalent modernism*. Seattle: University of Washington Press.
- . McLaren, Brian L. (2004). From Tripoli to Ghadames: Architecture and the Tourist Experience of Local Culture in Italian Colonial Libya. In D. Medina Lasansky & Brian . . .

. McLaren, *Architecture and Tourism. Perception, Performance and Place*. Oxford & New York: Berg.

. McLain, Hamish (1927). *What about North Africa? Travel in Morocco, Algeria, and Tunisia*. New York: Charles Scribner's Sons.

. Meynier, Général & Nabai, Capitaine (1931). *Guide pratique du Tourisme au Sahara*. Paris: Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales.

. Mills, Sara (1991). *Discourses of Difference: an analysis of women's travel writing and colonialism*. London & New York: Routledge.

. Mitchell, Timothy (1988). *Colonising Egypt*. Berkeley: University of California Press.

. Mitchell, Timothy (1998). Orientalism and the Exhibitionary Order. In Donald Preziosi, *The Art of Art History*, pp. 409-423. Oxford: Oxford University Press.

. Modat, Colonel (1922) Aperçu sur la société maure de l'Adrar, *Bulletin du Comité d'Études Historiques et Scientifiques de l'Afrique Occidentale Française*, N°1, pp. 264-276. Paris : Émile Larose Librairie-Éditeur.

. Mohameden Meyine, Mohamedou (1999). *La Société Maure au XIXe siècle vue par les voyageurs français*. Institut des Etudes Africaines. Rabat: Université Mohamed V.

. Monod, Théodore (1976). Notes sur George Glas (1725-1765), fondateur de Port Hillsborough (Sahara marocain). *Anuario de Estudios Atlánticos*, 22. Madrid.

. Monod, Théodore ([1937] 1989). *Méharées, exploration au vrai Sahara*. Arles: Actes Sud.

. Monod, Théodore (1933). Notes Bibliographiques sur le Sahara Occidental. *Société des Africanistes*, 3 (1), pp. 129-196.

. Monod, Théodore & Pierre de Cenival (1938). *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentim Fernandes (1506-1507)*. Paris: Librairie Larose.

. Monod, Théodore ([1923] 1995). *Maxence au Désert*. Arles: Actes Sud.

. Morton, Patricia A. (2000). *Hybrid Modernities - Architecture and Representation at the 1931 Colonial Exposition, Paris*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology.

. Mungo-Park (1882). *Les Trois Voyages de Mungo-Park au Maroc et dans l'intérieur de l'Afrique (1787-1804) Racontés par lui-même*. Paris: Maurice Dreyfous Éditeur.

. Mungo-Park (1816). *Travels in the interior districts of Africa, performed in the years 1795, 1796 and 1797, with an account of a subsequent mission to that country in 1805*. London : Printed for John Murray, by William Bulmer and co.

- . Nash, Dennison (1978). Tourism as a form of Imperialism. In Valene Smith (Eds.), *Hosts and Guests – The Anthropology of Tourism*. Oxford: Basil Blackwell.
- . Newbury, C. W. (1966). North African and Western Sudan Trade in the Nineteenth Century: A Re-Evaluation. *Journal of African History*, VII (2), pp. 233-246.
- . Nora, Pierre (1984). Entre Mémoire et Histoire, La problématique des lieux. In Pierre Nora, *Les lieux de mémoire*. Bibliothèque illustrée des Histoires. Éditions Gallimard.
- . Olivier, Gouverneur Général (1931). *Rapport Général sur l'Exposition Coloniale Paris, Ministère des Colonies*, Tome III. Paris: Imprimerie National.
- . Ould Ahmed Salem, Zekeria (2004). *Les trajectoires d'un Etat-frontière, Espaces, évolution politique et transformations sociales en Mauritanie*. Codesria, Senegal.
- . Ould Ahmed Salem, Zekeria (2001). « Tchib-Tchib » et Compagnie, Lexique de la survie et figures de la réussite en Mauritanie. *Politique Africaine* (82), pp. 78-100.
- . Ould Ahmedou, El Ghassem (2001). *Éléments pour une symbolique maure – de la dune au puits*. Paris: L'Harmattan.
- . Ould Boye, Mohamed Mahjoub Mactar (1988). *Contribution à l'Histoire Littéraire de la Mauritanie – De la Pénétration Coloniale à nos jours*. Thèse de Doctorat, Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris.
- . Ould Cheikh, Abdel Wedoud (2013). Património, Memória, Estado – Nota sobre o património mauritano e os seus usos. In Maria Cardeira da Silva (Org.), *Castelos a Bombordo*. Lisboa: CRIA.
- . Ould Cheikh, Abdel Wedoud (2010). Los pescadores Imraguen del Banco de Arguin (Mauritania): la invención de una identidad "ecológica". In A. LÓPEZ BARGADOS & J. Martinez Milán (Eds.) *Cultural del litoral. Dinámicas fronterizas entre Canarias y la costa sahariano -mauritana*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- . Ould Cheikh, Abdel Wedoud (2000). La caravane et la caravelle. Les deux âges du commerce de l'Ouest saharien. In *L'Ouest Saharien, Cahiers d'études pluridisciplinaires*. Vol.2, Histoire et Sociétés Maures, pp. 29 -69. Paris: L'Harmattan.
- . Ould Cheikh, Abdel Wedoud (1985). *Nomadisme, Islam et Pouvoir Politique dans la Société Maure précoloniale. Essai sur quelques aspects du tribalisme*. Thèse Doctorat, Université de Paris V, 3 vols, 1058 pp.
- . Ould El Hassene, Ahmedou Gemal (1989). L'expression de la conscience « maure » à travers la littérature classique pré-coloniale. *Revue du Monde Musulman et de la Méditerranée* (54), pp.83-89.

- . Ould Hamody, Mohamed Saïd (2004). *Mauritanie 1445-1975 – Relations séculaires avec l'Europe*. Nouakchott: Publications de l'Institut Mauritanien de Recherche Scientifique.
- . Ould Mohamed Baba, Elemine (1984). *La société beidane face à la colonisation française*. Mémoire de fin d'Etudes. École Normale Supérieure, Nouakchott.
- . Oulebsir, Nabila (2004). *Les usages du patrimoine. Monuments, musées et politique coloniale en Algérie (1830-1930)*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- . Pacheco Pereira, Duarte (1905). *Esmeraldo de situ orbis*. Lisboa: Typographia Universal.
- . Palmowski, Jan (2002). Travels with Baedeker – The Guidebook and the Middle Classes in Victorian and Edwardian Britain. In Rudy Koshar (Ed.), *Histories of Leisure*. Oxford & New York: Berg.
- . Pandolfi, Paul (2004). La Construction du Mythe Touareg, Quelques remarques et hypothèses. *Ethnologies comparées* (7), pp.1-12.
- . Panet, Léopold ([1850] 1968). *Première exploration du Sahara Occidental : Relation d'un voyage entre le Sénégal et le Maroc, 6 janvier – 25 mai 1850*. Paris: Reprint.
- . Patey, Lieutenant – Colonel (1911). Les Méharistes en Mauritanie. *Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Bordeaux, Groupe Géographique et Ethnographique du Sud-ouest*, Deuxième Série, Trente-quatrième année. Bordeaux.
- . Pazzanita, Anthony G. (1996). *Historical dictionary of Mauritania*. Lanham: Scarecrow Press.
- . Pelletan, Jean-Gabriel (1800). *Mémoire sur la Colonie Française du Sénégal*. Paris: Imprimeur-Libraire Ve Panckoucke.
- . Pels, Peter (2007). Afterword: Writing in the margins of a marginal discipline. In Peter Hulme & Russell McDougall, *Writing, Travel and Empire* (pp. 221-235). London: I.B. Tauris & Co Ltd.
- . Picard, David; Robinson, Mike (2006). *Festivals, Tourism and Social Change*. Bristol: Channel View Publications.
- . Pirie, Gordon (2009). Incidental tourism: British Imperial air travel in the 1930s. *Journal of Tourism History*, 1 (1), pp.49-66.
- . Poddar, Prem; Patke, Rajeev S.; Jensesn, Lars (2008). *Postcolonial Literatures, Continental Europe and its Empires*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- . Pouillon, François (1993). Simplification ethnique en Afrique du Nord : Maures, Arabes, Berbères (XVIIIe-XXe siècles). *Cahier d'études africaines*, 33 (129), pp.37-49.

- . Poulet, Georges (1904). Les Maures de l'Afrique Occidentale Française. *Extrait de la Revue Coloniale*, Publication du Ministère des Colonies. Paris: Augustin Challamel Éditeur.
- . Pourcher, Marcel (1933). Circuit Touristique Alger-Kouba-Birmandreis-El-Biar-Alger. *Bulletin de la Société de Géographie d'Alger et de l'Afrique du Nord*, Trente-huitième Année (133), pp. 455-464.
- . Pratt Mary Louise (1994). Travel Narrative and Imperialist Vision. In James Phelan and Peter Rabinowitz (Eds.), *Understanding Narratives* (pp. 199-221). Columbus, OH: Ohio State UP.
- . Pratt, Mary Louise (1992). *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*. London & New York: Routledge.
- . Puigauveau, Odette du (1936). *Pieds nus à travers la Mauritanie*. Paris: Plon.
- . Puigauveau, Odette du (1937). *La grande foire aux dattes*. Paris: Plon.
- . Puigauveau, Odette du (1940). *Le sél du Désert*. Paris: P. Tisné.
- . Puigauveau, Odette du (1945). *La Route de l'Ouest*. Paris: Éditions J. Susse.
- . Puigauveau, Odette du (1948). *Mon ami Rachid, Guépard*. Paris: Albin Michel.
- . Puigauveau, Odette du (1949). *Tagant*. Paris: Phébus.
- . Puigauveau, Odette du (1954). *La Piste Maroc – Sénégal*. Paris: Plon..
- . Réau, Bertrand (2011). *Les Français et les vacances. Sociologie des pratiques et offres de loisir*. Paris : CNRS Editions.
- . Revol, Philippe (2003). Voyages en Afrique sur le site de la Bibliothèque Nationale de France. *Afrique & Histoire*, 1 (1), pp. 211-222.
- . Revol, Lieutenant (1937). Etude sur les fractions d'Imraguen de la Côte mauritanienne. *Bulletin du Comité d'Etudes Historiques et Scientifiques de l'Afrique Occidentale Française*, XX (1-2), pp. 179-224.
- . Ricard, Robert (1930). Sur les relations des canaries et de la Berbérie au XVI^e siècle. *Revue Africaine*, 71, 3^e et 4^e trimestres.
- . Richet, Étienne (1920). *La Mauritanie*. Paris: Émile Larose, Libraire-éditeur.
- . Riley, Carlos (1998). Ilhas Atlânticas e Costa Africana. In Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa* (pp.137-162). Lisboa: Círculo de Leitores.

- . Robinson, David (1975). The Islamic Revolution of Futa Toro. *The International Journal of African Historical Studies*, 8, (2), pp. 185-221.
- . Robinson, David (1999). France as a Muslim Power in West Africa. *Africa Today*, 46 (3-4), pp. 105-127.
- . Roche, Maurice (2011). Festivalization, cosmopolitanism and European culture: On the sociocultural significance of mega-events. In Liana Giorgi et al. (Eds.) *Festivals and the cultural public sphere*. London & New York: Routledge.
- . Rodinson, Maxime (1976). Situation, acquis et problèmes de l'orientalisme islamisant. In *Cahiers Jussieu N°2, Le Mal de Voir – Ethnologie et orientalisme : politique et épistémologie, critique et autocritique....* Université de Paris VII Paris: Union Générale d'Édition.
- . Rodinson, Maxime (1980). *La Fascination de l'islam, suivi de Le seigneur bourguignon et l'esclave sarrasin*. Paris: La Découverte.
- . Rogers, Rebecca (2009). Telling stories about the colonies: British and French women in Algeria in the nineteenth century. *Gender & History*, 21 (1), pp.39-59.
- . Rogliano, Marcel (1953). Les conditions du développement du tourisme en Afrique Française. *Union Française et Parlement*, 5^e Année, N°43, Octobre 1953.
- . Rosaldo, Renato (1988). Ideology, Place, and People without Culture. *Cultural Anthropology*, 3(1), pp. 77-87.
- . Rosaldo, Renato (1989). Imperialist Nostalgia. *Representations* (26), pp. 107-122. Berkeley: University of California Press
- . Roux, Michel (1996). *Le Désert de Sable. Le Sahara dans l'imaginaire des Français (1900-1994)*. Paris: Editions L'Harmattan.
- . Sacareau, Isabelle (2013). Tourisme et Colonisation: Les *Hill Stations* Himalayennes de l'Empire Britannique des Indes (Darjeeling, Simla, Mussoorie, Nainital), (1820-1947). In Amaury Lorin et Christelle Taraud (Dir.), *Nouvelle Histoire des colonisations européennes (XIXe-XXe siècles)* (pp.91-102). Paris: Presses Universitaires de France.
- . Said, Edward (2004 [1978]). *Orientalismo*. Lisboa: Livros Cotovia.
- . Sall, Ibrahima Abou (2007). *Mauritanie du Sud, Conquêtes et administration coloniales françaises 1890-1945*. Paris: Éditions Karthala.
- . Sampaio, Sofia (2013). Estudar o turismo hoje : para uma revisão crítica dos estudos de turismo. *Etnográfica*, 17 (1), pp.167-182.

- . Saugnier (1791). *Relations de plusieurs voyages à la côte d'Afrique, a Maroc, au Sénégal, à Gorée, à Galam, etc.* Paris: Chez Gueffier jeune, Imprimeur Libraire.
- . Saunders, A. C. de C. M. (1982). The Depiction of trade as war as a reflection of portuguese ideology and diplomatic strategy in West Africa, 1441-1556. *Canadian Journal of History*, (17), pp. 219-234.
- . Sauzeau, Général Jean (1999). *Lettres de Mauritanie 1945-1948*. Paris: Éditions Karthala.
- . Sène-Diouf, Bineta (1978). Introduction a une étude géographique de l'impact du Tourisme sur la Petite Côte (Sénégal). *Notes Africaines* (159), Institut Fondamental d'Afrique Noire, Université de Dakar, pp. 65-72.
- . Seneth, Khadijetou & Steck, Benjamin (2011). La route Nouakchott-Nouadhibou: Un enjeux décisif pour le Parc national du Banc d'Arguin. In Sébastien Boulay & Bruno Lecoquierre (Orgs.), *Le littoral mauritanien à l'aube du XXIème siècle: Peuplement, gouvernance de la nature, dynamiques sociales et culturelles* (pp. 173-196). Paris: Karthala.
- . Sharpley, Richard (1994). *Tourism, Tourists & Society*. Cambridgeshire: ELM Publications.
- . Sherman, William B. (2002). Stirrings and searchings (1500-1720). In, Peter Hulme & Tim Youngs (Eds.), *The Cambridge Companion to Travel Writing*. Cambridge: Cambridge University Press.
- . Sibeud, Emmanuelle (1994). La naissance de l'ethnographie africaniste en France avant 1914. *Cahiers d'études africaines*, 34 (136), pp. 639-658.
- . Simond, Charles (1901). *Les Français en Afrique au XIXe Siècle*. Paris: H.-E. Martin Éditeur.
- . Szymovics, Susan (1989). Cross-Cultural Dress and Tourist Performance in Egypt. *Performing Arts Journal*, 11 (3) – 12(1), pp. 139-148.
- . Smith, Valene (2001). The Culture Broker. In Valene L. Smith & Maryann Brent (Eds.), *Hosts and Guests Revisited: Tourist issues of the 21st Century*. Cognizant Communication Corporation.
- . Soleillet, Paul (1881). *Les Voyages et Découvertes de Paul Soleillet dans le Sahara et dans le Soudan, eu vue d'un projet d'un chemin de fer transsaharien*. Paris: Maurice Dreyfous Éditeur.
- . Sonolet, Louis (1912). *L'Afrique Occidentale Française*. Paris: Librairie Hachette et Cie.
- . Spode, Hasso (2009). Tourism research and theory in German-speaking countries. In Graham M.S. Dann & Giuli Liebman Parrinello (Eds.), *The Sociology of Tourism, European origins and developments*. Emerald, United Kingdom.

- . Staples, Amy J. (2002). *Safari Ethnography: expeditionary film, popular science and the work of adventure tourism*. Phd Thesis in History of Consciousness, University of California, Santa Cruz.
- . Steward, Jill (2004). Performing Abroad: British Tourists in Italy and their Practices, 1840–1914. In D. Medina Lasansky & Brian McLaren, *Architecture and Tourism. Perception, Performance and Place*. Oxford & New York: Berg.
- . Stocking, George W. (1991). *Colonial Situations. Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press.
- . Stoler, Ann Laura (2009). *Along the Archival Grain, epistemic anxieties and colonial common sense*. New Jersey: Princeton University Press.
- . Stoler, Ann Laura (1995). *Race and the Education of Desire*. Durham & London: Duke University Press.
- . Stora, Benjamin (2001). *La guerre invisible. Algérie, années 90*. Paris: Presses de Sciences Po.
- . Taine-Cheikh, Catherine (1989). La Mauritanie en noir et blanc. Petite promenade linguistique en hassâniyya. *Revue du monde musulman et de la Méditerranée*, 54 (1), p. 90 – 105.
- . Toupet, Charles (1963). Le problème des transports en Mauritanie. *Bulletin de l'I.F.A.N*, XXV, série B, (1-2), pp.80-106
- . Towner, John (1985). The Grand Tour: A Key phase in the History of Tourism. *Annals of Tourism Research*, 12, pp. 297 -333.
- . Turner, Louis & Ash, John (1976). *The Golden Hordes: International Tourism and the Pleasure Periphery*. New York: St. Martin's Press.
- . Vallat, Gustave (1901). *A la Conquête du Continent Noir, Missions Militaires et Civiles de 1892 à 1900 inclusivement, d'après des documents officiels*. Paris: J. Lefort Imprimeurs Éditeur.
- . Valette, Jacques (1973). Quelques aspects nouveaux de l'expédition Flatters. *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, (15-16), pp. 375-390.
- . Vatin, Jean-Claude (1984). Désert construit et inventé, Sahara perdu ou retrouvé : Le jeu des imaginaires. *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée* (37), pp. 107-131.
- . Van Hoven, Ed (1990). Representing Social Hierarchy. Administrators-Ethnographers in the French Sudan: Delefosse, Monteil, and Labouret. *Cahiers d'études africaines*, 30 (118), pp. 179-198.

- . Veblen, T. ([1899], 2007). *The theory of the leisure class*. Oxford: Oxford University Press.
- . Verdié, P. (1996). *Analyse des Guides Touristiques Français sur l'Afrique Occidentale Française (1928-1958). Du Colonialisme à l'Africanisme*. Mémoire de Maîtrise, Université d'Aix-en-Provence.
- . Verité, M. ([1992] 2001). *Odette du Puigadeau, une bretonne au désert*. Paris : Editions Payot et Rivages.
- . Vernaud, R. (1912). *Ethnographie ancienne de la Mauritanie d'après les documents des MM. Gruvel et Chudeau*. Société Linnéenne de Bordeaux.
- . Vidal, F. (2012). 'Conhecer e amar a Pátria': o turismo nacional em Portugal no início do século XX. In Miriam Pereira et all. *Linguagens e fronteiras do poder*. Centro de Estudos de História Contemporânea. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- . Vidal, F. (2010). Faire la ville et pratiquer des lieux. L'histoire du tourisme sur les pas de Michel de Certeau. *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, Vol.2, N°23, pp.99-115.
- . Vilhena, M. C. (2001). O Preste João, mito, literatura e história. *Arquipélago História*, 2ª série, V, pp.627-650.
- . Villasante-de Beauvais, M. (1997). Mauritanie: Catégories de Classement Identitaire et Discours Politiques dans la Société *Bidân*. *Annuaire de l'Afrique du Nord*, Tome XXXVI, CNRS Éditions, pp. 79 – 100.
- . Vincent H. (1860). Voyage d'exploration dans l'Adrar (Sahara Occidental). *Revue Algérienne et Coloniale*, Tome III. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie.
- . Walton, J. K. (2009). Histories of Tourism. In Tazim Jamal e Mike Robinson (orgs.) *The Sage Handbook of Tourism Studies* (pp.115-129). Los Angeles & London: Sage.
- . Watson, C. W. (1999). *Being There, Fieldwork in Anthropology*. London: Pluto Press.
- . Ware, L. (1909). *Étude sur la Section Coloniale de l'Exposition Franco-Britannique de Londres en 1908*. Paris: Imprimerie de la Dépêche Coloniale.
- . Werbner, Richard (1998). *Memory and the postcolony: African anthropology and the critique of power*. London: Zed Books.
- . Wheeler, R. (1999). Limited Visions of Africa: Geographies of savagery and civility in early eighteenth-century narratives. In James Duncan e Derek Gregory, *Writes of Passage. Reading travel writing* (pp.14-48). London: Routledge.
- . Willis, D. (2010). *Black Venus 2010, They called her "Hottentot"*. Philadelphia: Temple University Press.

- . Wolf, E. R. (1956). Aspects of group relations in a complex society: Mexico. *American Anthropologist*, N°58. pp.1065-1078.
- . Youngs, T. (ed.) (2006). *Travel Writing in the Nineteenth Century, Filling the Blank Spaces*. London: Anthem Press.
- . Zimmermann, M. (1909). La France en Mauritanie. *Annales de Géographie*, Volume 18, Numéro 97, pp.88-90.
- . Zurara, G. E. ([1453], 1973). *Crónica da Guiné*. Lisboa: Livraria Civilização.
- . Zytnicki, C. (2013). 'Faire l'Algérie agréable'. Tourisme et colonisation en Algérie des années 1870 à 1962. *Le Mouvement Social*, 2013/1 n°242, pp.97-114.
- . Zytnicki, C.; Kazdaghi, H. (2009). *Le Tourisme dans l'Empire Français, Politiques, pratiques et imaginaires (XIXe – XXe siècles)*. Paris: Publications de la Société Française d'Histoire d'Outre-Mer.

OUTROS DOCUMENTOS

- . Actes du 1^{er} Colloque International sur le patrimoine culturel mauritanien, Projet Sauvegarde et Valorisation du Patrimoine Culturel Mauritanien, Nouakchott 29 et 30 novembre et 1^{er} décembre 1999.
- . Deuxième Congrès International du Tourisme Africain, Alger 1947.
- . Cinquième Congrès International de Tourisme Africain, Elisabethville, 1955, Touring Club Royal du Congo Belge.
- . «Pour Aller en AOF» (1928) Bulletin de la Société de Géographie d'Alger et de l'Afrique du Nord, Trente-troisième Année, Volume XXIX, N°113 à 116, Imprimerie Algérienne, Alger.
- . Guide du Tourisme Automobile et Aérien au Sahara, Saison 1934-1935, Shell Éditeur, Alger.
- . Gouvernement Général (1912) L'Afrique Occidentale Française.
- . Itinéraire dans l'Ouest de l'A.O.F (1958) Syndicat d'Initiative et de Tourisme de l'Afrique Occidentale Française, Dakar.
- . Exposition nationale Coloniale de Marseille (1922) La Mauritanie, Commissariat de l'Afrique Occidentale Française, Imprimerie Coopérative Barrier & Cle, Montauban.
- . Exposition Coloniale Internationale de 1931, Le Gouvernement Général de l'Afrique Occidentale Française, Paris, Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales.

- . Exposition Coloniale Internationale Paris 1931: Son but, Son organisation.
- . Guide Touristique de l'Afrique: Sénégal, Mali, Mauritanie, Niger, Hatier, Paris, 1975.
- . Guide du Tourisme en Afrique Occidentale Française (1931) Gouvernement Générale de l'Afrique Occidentale Française, Agence Économique de l'Afrique Occidentale Française.
- . Guide du Tourisme en Afrique Occidentale Française (1930) Gouvernement Général de l'Afrique Occidentale Française, Librairie Larose, Paris.
- . Guide du Tourisme en Afrique Occidentale Française (1935) Gouvernement Général de l'Afrique Occidentale Française, Publié par l'Agence Économique de l'Afrique Occidental Française, Paris.
- . Guide du Tourisme en Afrique Occidental Française et au Territoire du Togo (1939) Gouvernement Général de l'Afrique Occidentale Française, Publié par l'Agence Économique de l'Afrique Occidental Française, Paris.
- . Guide du Tourisme en Afrique Occidentale et au Togo (1947) Ministère de la France d'Outre-Mer, Publié par l'Agence des Colonies et le Touring-Club de France, Paris.
- . Guid'AOF, L'Afrique Occidental Française cercle par cercle (1947) Agence Havas de l'A.O.F. et Agence de Distribution de Presse.
- . Gouvernement Général de l'Afrique Occidentale Française (1908) Rapport d'Ensemble, Territoire Civil de la Mauritanie, Année 1906, Saint-Louis, Imprimerie du Gouvernement.
- . Gouvernement Général de l'Afrique Occidentale Française (1931) Exposition Coloniale Internationale de 1931, La Mauritanie, Paris, Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales.
- . Dakar, Retro 1979-2009, www.zweirad-grass.de/historique-dakar-1979-2009-fr.pdf
- . L'Afrique Occidentale Française (1930) Exposition Coloniale Internationale d'Anvers, Commissariat de l'Afrique Occidentale Française, Imprimerie A. Thoyon-Thèze, Rochefort-sur-Mer, Édité par la Librairie Larose, Paris.
- . L'Afrique Occidentale Française (1937) Gouvernement Général de l'Afrique Occidentale Française, Agence Économique de l'Afrique Occidentale Française, Paris.
- . La Mauritanie (1929) Gouvernement Général de l'Afrique Occidentale Française, Agence Économique de l'Afrique Occidentale Française, Éditions Coloniales Larose, Paris.
- . La Mauritanie (1931) Exposition Coloniale Internationale de 1931, Gouvernement Général de l'Afrique Occidental Française, Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, Paris.

- . La Mauritanie (1907) Notices publiées par le Gouvernement Général a l'occasion de l'Exposition Coloniale de Marseille, Gouvernement Général de l'Afrique Occidentale Française, Éditions Crété – Imprimerie Typographique.
- . Le Sahara des Cultures et des Peuples, Vers une stratégie pour un développement durable du tourisme au Sahara dans une perspective de lutte contre la pauvreté, Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture, Paris 2003.
- . Les Grands Itinéraires de l'A.O.F. (1939) Syndicat d'Initiative et de Tourisme de l'A.O.F, Editions Inter-Presse, Casablanca.
- . Le Tourisme en Afrique Occidentale Française (1931) Exposition Coloniale Internationale de Paris, Commissariat de l'Afrique Occidentale Française, Imprimerie A. Thoyon-Thèze, Rochefort-sur-Mer.
- . Le Tourisme en Afrique Occidentale, Conférence de M. Boulland de l'Escale, syndic de la presse coloniale et chargé de missions, Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Paris, Tome XXXII, 1910, Paris.
- . Les Colonies Françaises à la Foire de Bordeaux (1916) Ministère des Colonies, Office Colonial, Melun, Imprimerie Administrative.
- . Mauritanie, dépliant illustré, 1951.
- . Mauritanie (1963) Fiches Documentaires, Ambassade de France en Mauritanie.
- . Voyage de 1930 en Afrique Occidentale Française, Organisé sous le Patronage de l'Institut Colonial Français

LISTA DE FIGURAS

Figura Nº1: Exposition Nationale Coloniale de Marseille (1922) La Mauritanie, Commissariat de l'Afrique Occidentale Française, Imprimerie Coopérative Barrier & Cle, Montauban (BIB AOM B2832). Archives Nationales d'Outre-Mer, Aix-en-Provence. Fotografia de Joana Lucas.

Figura Nº2: L'Afrique Occidentale Française (1930) Exposition Coloniale Internationale d'Anvers, Commissariat de l'Afrique Occidentale Française, Imprimerie A. Thoyon-Thèze, Rochefort-sur-Mer, Édité par la Librairie Larose, Paris (BIB ECOL //14205). Archives Nationales d'Outre-Mer, Aix en Provence. Fotografia de Joana Lucas.

Figura Nº3: La Mauritanie (1931) Exposition Coloniale Internationale de 1931, Gouvernement Général de l'Afrique Occidentale Française, Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, Paris (BIB SOM d//962) Archives Nationales d'Outre-Mer, Aix en Provence. Fotografia de Joana Lucas.

Figura Nº4: Mauritanie, dépliant illustré, 1951 (BIB SOM a/Br/7076). Archives Nationales d'Outre-Mer, Aix en Provence. Fotografia de Joana Lucas

Figura Nº5: Fotografia de Joana Lucas a partir do arquivo particular de Ahmed Mahmoud Ould Mohamed, Nouakchott, Outubro de 2011.

Figura Nº6: Fotografia de Joana Lucas a partir do arquivo particular de Ahmed Mahmoud Ould Mohamed, Nouakchott, Outubro de 2011.

Figura Nº7: Fotografia de Joana Lucas a partir do arquivo particular de Ahmed Mahmoud Ould Mohamed, Nouakchott, Outubro de 2011.

Figura Nº8: “Foire-Exposition de Traraz-Rosso”, 30-31 Mars 1946. (Anónimo). Archives Nationales d'Outre-Mer. Base d'images Ulysse. Cota: FR CAOM 30Fi35/58.

Figura Nº9: Fotografia de Joana Lucas a partir do arquivo particular de Ahmed Mahmoud Ould Mohamed. Nouakchott, Outubro de 2011

Figura Nº10: Fotografia de Joana Lucas a partir do arquivo particular de Mohamed-Saïd Ould Hamody, Nouakchott, Outubro de 2011.

Figura Nº11: Mapa presente no site do “Ministère des Affaires Étrangères» francês. Disponível em <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/conseils-aux-voyageurs/conseils-par-pays/mauritanie-12291>

Figura Nº12: Imagem do site da “Point-Afrique” <http://www.point-afrique.com/tamana/campement-tamana.html>

Figura Nº13: Imagem do site da “Point-Afrique”, <http://www.point-afrique.com/tamana/campement-tamana.html>